



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Samuel Salezio dos Santos

Ideologia e virtualização das relações de trabalho: a regulamentação do transporte individual de passageiros no Brasil

Florianópolis - SC

2022

Samuel Salezio dos Santos

Ideologia e virtualização das relações de trabalho: a regulamentação do transporte individual de passageiros no Brasil

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Doutor em Serviço Social
Orientador: Prof. Dr. Ricardo Lara

Florianópolis - SC

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Santos, Samuel Salezio dos

Ideologia e virtualização das relações de trabalho : a regulamentação do transporte individual de passageiros no Brasil / Samuel Salezio dos Santos ; orientador, Ricardo Lara, 2022.

532 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Trabalho. 3. Virtualização do trabalho. 4. Transporte individual de passageiros. 5. Brasil. I. Lara, Ricardo. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III. Título.

Samuel Salezio dos Santos

Ideologia e virtualização das relações de trabalho: a regulamentação do transporte individual de passageiros no Brasil

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Ricardo Colturato Festi, Dr.

SOL/UNB

Prof.(a) Jaime Hillesheim, Dr.

PPGSS/UFSC

Prof.(a) Edivane de Jesus

PPGSS/UFSC

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutor em serviço social.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof.(a) Ricardo Lara, Dr.(a)

Orientador(a)

Florianópolis - SC, 2022.

Dedico este trabalho ao meu amigo Arnaldo Xavier da Silva (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer que o fim desse ciclo, como recorte do constante movimento de busca pelo conhecimento, não se deu sem inúmeras contribuições indispensáveis que o tornaram possível. De antemão, também são necessárias desculpas a todos que, porventura, não estejam devidamente citados, espero que para além do texto, possa demonstrar apropriadamente na vida o apreço e o reconhecimento.

Inicialmente é preciso agradecer à minha família pelo amor, apoio e incentivo. À minha mãe Sandra pelo exemplo de determinação e disciplina, essencial desde sempre. Ao meu pai Salezio, pelos ensinamentos e pelo apoio. Às minhas irmãs Samara e Sabrina, para quem desejo sempre um mundo melhor onde possam florescer em sua criatividade, afetos e realizações. Aos meus sobrinhos Sophia, Arthur e Helena. Mais que agradecer, lhes devo desculpas pela ausência. Espero que a partir de agora consiga estar mais presente, de forma a contribuir e apoiar o desenvolvimento de suas autoexpressões.

Aos mestres, que desde o Jardim de Infância “Menino Jesus”, na pequena Trombudo Central/SC, contribuíram para despertar a curiosidade e o interesse pelo conhecimento. Agradeço aos professores da Escola Estadual Dr. Hermann Blumenau, por igualmente fortalecerem o interesse pela leitura e pelo incentivo em alçar outros voos.

Aos professores/as do Ensino Médio e do Curso Técnico em Agroecologia da antiga Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul (hoje Instituto Federal Catarinense – Campus Rio do Sul), agradeço por todos os aprendizados fundamentais que influenciaram decisivamente na escolha do Serviço Social como profissão. É do reconhecimento mais essencial da produção que brota da terra e do labor necessário à reprodução fundamental da vida que despertam os aprendizados que ora são compartilhados.

Agradeço imensamente aos professores da graduação e da pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, tão fundamentais para a apreensão das determinações da vida com as quais lido cotidianamente no trabalho profissional como Assistente Social. Mais do que a apreensão dessas determinações, trata-se de conhecimento potente no sentido de acolher e transformar as necessidades, na luta constante pela desalienação na direção da emancipação.

Ao meu orientador, Professor Dr. Ricardo Lara, pela leitura, pelos diálogos e pelo apoio. Aos estudantes e professores do Núcleo de Estudos e Pesquisas: Trabalho, Questão Social e América Latina pelas fundamentais contribuições e pelo fermento intelectual e canal de diálogo, que durante a pandemia muito contribuiu para que o processo de investigação não esmorecesse.

Agradeço aos membros da Banca, Professora Dra. Ana Elizabete Mota, Professor Dr. Ricardo Festi, Professor Dr. Jaime Hillesheim e Professora Dra. Edivane de Jesus. Desde a banca de qualificação os apontamentos realizados serviram de subsídio e direcionaram a investigação de forma a tornar esse processo viável. Se não pude esgotar todas as indicações, certamente estas continuarão a guiar a continuidade da constante busca pelo desvelar da aparência da realidade, tão desafiadora atualmente.

Agradeço a todos os amigos e à todas as amigas, porque, como canta Milton Nascimento: “amigo é coisa pra se guardar do lado esquerdo do peito”. Sem o valoroso apoio e incentivo, certamente não chegaria ao final dessa jornada. Agradeço especialmente à Aline Miranda Barbosa, por todo o diálogo e ensinamentos que no dia a dia do lar foram cruciais para o estabelecimento em Curitiba e para o enfrentamento das viagens semanais. Igualmente, minha eterna gratidão à Marjori de Souza Machado e Nalá Ayalén Sánches Caravaca pelo acolhimento na ilha, obrigado por todos os sonos interrompidos com as chegadas durante às madrugadas e por todo o carinho fraternal.

À Onete, Fernanda, Cleuzi, Ellen, William, Rodrigo, Clara, Aline, Kelen e Giana agradeço o suporte e incentivo. Com vocês a vida é boa de ser vivida.

À turma de 2018, agradeço o diálogo e interlocução nesse período difícil de realização dos estudos de pós-graduação. A mirada crítica aos processos em curso foi de muita importância para fortalecer a luta e manter a esperança.

Agradeço também à Consuelo Muniz Escudero, psicanalista e profissional excepcional, que foi fundamental no manejo da saúde mental durante este período. Agradeço ainda à Cleo Fritoli pelo trabalho minucioso e paciente de revisão.

Agradeço aos trabalhadores do setor de transportes, tão fundamentais para viabilizar os longos deslocamentos entre Curitiba e Florianópolis. As conversas e aprendizados em cada viagem ou corrida foram o subsídio fundamental do direcionamento da investigação desde a realidade concreta.

Também agradeço à Universidade Federal do Paraná, que viabilizou o período de licença, ainda que parcial, mas de fundamental importância para o avanço da produção de tese. Sem a concessão desse direito, esse trabalho não seria possível.

Leopoldo, obrigado por trazer carinho, amor e beleza para esse momento. Sua paciência e sua escuta foram estrutura nessa reta final. Obrigado.

A democracia está perdendo os seus adeptos. No nosso país tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos, fraquíssimos. E tudo o que está fraco, morre um dia. (JESUS, Carolina Maria de, 1960)

Os tecnocratas sustentam que a superabundância de bens, produzido em ampla escala, eliminarão automaticamente toda miséria econômica. A eficiência, a produtividade e a planificação inteligente são proclamadas os deuses do homem moderno; os chamados grupos “improdutivos” e o capital “predatório” são estigmatizados como inimigos da sociedade. (HORKHEIMER, Max, 2000)

O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador. (MARX, Karl, 2010)

RESUMO

A tese se debruça na compreensão do movimento de virtualização do trabalho a partir da experiência de regulamentação do transporte individual de passageiros no Brasil e identifica suas consequências para o mundo do trabalho e para a organização política dos trabalhadores do setor de transportes. O objetivo central norteador da investigação diz respeito às consequências da introdução do trabalho por demanda no setor de transportes e os desdobramentos políticos para a organização dos trabalhadores a partir da assunção de uma “cultura do trabalho precário”. Reconhece-se as consequências do incremento tecnológico para a produção capitalista e para o processo de trabalho, evidenciando as transformações produtivas e estabelecendo as relações entre a produção capitalista e os complexos reprodutivos sociais. Para caracterizar o imbricamento entre produção e reprodução, analisamos as consequências do desenvolvimento material e sua relação com as elaborações ideofilosóficas do pensamento ocidental, indicando a relação dessas transformações nos termos da lógica cultural do capitalismo tardio. Baseada na particularidade do Brasil, a análise recupera as linhas gerais da formação social brasileira para definir o sentido da ação política no âmbito do Estado. Para tanto, recupera-se o movimento de introdução e os desdobramentos iniciais de operação do trabalho por demanda plataformizado no setor de transportes a partir da experiência da empresa Uber. Observados os conflitos emergentes e o contexto de crise econômica e política, mapeamos o movimento de pressão sobre o Congresso Nacional para efetiva regulamentação da atividade de trabalho. A partir da análise documental dos registros do processo legislativo que culmina na aprovação da Lei nº 13640, metodologicamente utiliza-se da análise do discurso para caracterizar o sentido da modernização das relações de trabalho em oposição ao trabalho regulado. Para evidenciar as legalidades históricas, considerando a base material e as respostas sociais hegemônicas, indica-se a importância das estruturas políticas nos diferentes períodos históricos, recuperando aspectos das dinâmicas econômicas e políticas da luta de classes na formação social brasileira. Também são apresentados os resultados de pesquisa a partir da análise do discurso das forças incidentes no processo legislativo de regulamentação do transporte individual de passageiros. Verifica-se que os léxicos da modernização, da inovação e do empreendedorismo cumprem papel político indispensável na produção do consenso e na reprodução hegemônica dos fundamentos na política econômica neoliberal. Reconhece-se a necessidade da transformação impulsionada pelo incremento tecnológico e os tensionamentos que ele promove no tecido social, evidenciado o caráter ontológico originário do trabalho. No modo de produção capitalista, considerada a economia política marxiana, o incremento tecnológico diminui o tempo socialmente necessário para a produção das mercadorias e opera as determinações específicas da lei do valor, da lei geral da acumulação capitalista e da queda tendencial da taxa de lucro. Por esse motivo, os requerimentos capitalistas, desde a mirada da luta de classes, apontam para a necessidade de aceleração do tempo de rotação do capital e diminuição dos custos do trabalho, de forma a aumentar as taxas de lucro, o que acontece por meio da mercadorização e do avanço da capitalização sobre a vida social.

Palavras-chave: Trabalho. Virtualização do trabalho. Uberização. Trabalho por demanda. Transporte Individual de passageiros. Brasil

RESUMEN

La tesis se centra en comprender el movimiento de virtualización del trabajo a partir de la experiencia de regulación del transporte individual de pasajeros en Brasil e identifica sus consecuencias para el mundo del trabajo y para la organización política de los trabajadores del sector transporte. El objetivo central que guía la investigación se refiere a las consecuencias de la introducción del trabajo bajo demanda en el sector del transporte y las consecuencias políticas para la organización de los trabajadores a partir de la asunción de una “cultura del trabajo precario”. Se reconocen las consecuencias del incremento tecnológico para la producción capitalista y para el proceso de trabajo, destacando las transformaciones productivas y estableciendo las relaciones entre la producción capitalista y los complejos sociales reproductivos. Para caracterizar el entrelazamiento entre producción y reproducción, analizamos las consecuencias del desarrollo material y su relación con las elaboraciones ideológicas y filosóficas del pensamiento occidental, indicando la relación de estas transformaciones en términos de la lógica cultural del capitalismo tardío. Partiendo de la particularidad de Brasil, el análisis recupera las líneas generales de la formación social brasileña para definir el sentido de la acción política en el Estado. Para ello, se recupera de la experiencia de la empresa Uber el movimiento de implantación y los despliegues iniciales de la explotación de plataformas de trabajo bajo demanda en el sector del transporte. Observando los conflictos emergentes y el contexto de crisis económica y política, mapeamos el movimiento de presión sobre el Congreso Nacional para la regulación efectiva de la actividad laboral. A partir del análisis documental de los registros del proceso legislativo, que culmina con la aprobación de la Ley n° 13640, metodológicamente, se utiliza el análisis del discurso para caracterizar el significado de modernización de las relaciones laborales en contra el trabajo regulado. Para resaltar las legalidades históricas, considerando la base material y las respuestas sociales hegemónicas, se señala la importancia de las estructuras políticas en diferentes períodos históricos, recuperando aspectos de la dinámica económica y política de la lucha de clases en la formación social brasileña. También se presentan resultados de investigación a partir del análisis del discurso de las fuerzas involucradas en el proceso legislativo de regulación del transporte individual de pasajeros. Se identifica que los léxicos de modernización, innovación y emprendimiento juegan un papel político indispensable en la producción de consensos y en la reproducción hegemónica de los fundamentos de la política económica neoliberal. Se reconoce la necesidad de transformación impulsada por el avance tecnológico y las tensiones que promueve en el tejido social, destacado el carácter ontológico originario del trabajo. En el modo de producción capitalista, considerado la economía política marxista, el incremento tecnológico reduce el tiempo socialmente necesario para la producción de mercancías y opera las determinaciones específicas de la ley del valor, la ley general de la acumulación capitalista y la tendencia a la caída de la tasa de ganancia. Por eso, las exigencias capitalistas, desde la perspectiva de la lucha de clases, apuntan a la necesidad de acelerar el tiempo de rotación del capital y disminuir los costos laborales, con el fin de aumentar las tasas de ganancia, lo que pasa por la mercantilización y el avance de la capitalización en la vida social.

Palabras-Clave: Trabajo. Virtualización del trabajo. uberización. Trabajo bajo demanda. Transporte individual de pasajeros. Brasil

ABSTRACT

The thesis addresses understanding the movement of virtualization of work from the experience of the regulation of the individual means of transport in Brazil and identifies its consequences for the labor world and the political organization of the transport sector workers. The main aim guiding this investigation relates to the consequences of introducing on-demand work in the transport sector and the political unfolding for workers' organization from the assumption of a "precarious work culture". It's acknowledged the consequences of the technological increment for the capitalist production and for the labor process, emphasizing productive transformations and establishing relations between the capitalist production and complex social reproductive. In order to characterize the interrelation between production and reproduction, we analyzed the consequences of the material development and its relation to the ideaphilosophical western thinking, indicating the relation of such transformations in the terms of the cultural logics of the late capitalism. Based upon the particularities of Brazil, this analysis recovers the general guidelines of the Brazilian formation to define the sense of political action in the state scope. To do so, recovering the introduction movement and the initial unfolding of operations of the platformized on-demand labor in the transport sector from the experience of the Uber company. Observing the emerging conflicts and the context of economic and political crisis, we mapped the pressure movement over Brazil's National Congress for the effective regulation of labor activity. From the documental analysis of legislative process records culminating in the approval of the bill # 13640, and methodologically utilizing the analysis of the discourse to characterize the sense of modernization of labor relations opposing to the regulated work. In order to make evident the historical legalities, considering the material foundation and the hegemonic social responses, that states the importance of political structures in different historical periods, recovering aspects of economic and political dynamics of social struggle in the Brazilian social formation. Research results are also presented from the analysis of the discourse of incident forces in the legislative process of regulating the individual means of transport. Modernization, innovation and entrepreneur lexis have been verified to play an indispensable political role in producing consensus and in the hegemonic reproduction of fundamentals of the neoliberal economic policy. We acknowledged the need for transformation driven by the technological increment and the tensioning it promotes in the social fabric, making evident the ontological character stemmed from work. In the capitalist production mode, considering Marx's political economy, technological increment diminishes the socially necessary time for producing goods and operates the specific determinations of the law of value, of the capitalist accumulation law, and of the trending rate of profit fall. For this reason, the capitalist requirements from the oversight of the class struggle point to the need for speeding the time of capital turnover and for reducing the labor costs, aiming to increase the rate of profit, which occurs through commoditization and the advance of capitalization over social life.

Key words: Labor, Labor virtualization, Uberization, On-demand labor, Individual means of transport. Brazil

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAA – Associação de Motoristas Autônomos de Aplicativos
ANC – Assembleia Nacional Constituinte
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
AT&T – *American Telephone and Telegraph*
BM – Banco Mundial
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos
FEM – Fórum Econômico Mundial
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FMI – Fórum Econômico Mundial
FUG – Fundação Ulysses Guimarães
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FUG – Fundação Ulysses Guimarães
GEIA – Grupo Executivo da Indústria Automobilística
GPS – *Global Positioning System*
GSM – *Groupe Special Mobile* (Sistema Global para Comunicações Móveis)
IAATW – *International Alliance of App-Based Transport Workers*
IED – Investimento Externo Direto
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IMPV – *Internacional Motor Vehicle Program*
JK – Juscelino Kubitschek
MBL – Movimento Brasil Livre

MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEI – Microempreendedor Individual
MIT – *Massachussets Institute of Technology*
MR8 – Movimento Revolucionário Oito de Outubro
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONGs – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
ORTN – Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional
P2P – *Peer To Peer*
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
PL – Projeto de Lei
PLC – Projeto de Lei da Câmara
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP – Partido Progressista
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social-Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PTN – Partido Trabalhista Nacional
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SALTE – Saúde, Alimentação, Transportes e Energia
SICOVAPP - Sindicato dos Condutores de Veículos que utilizam aplicativos do Estado de Minas Gerais
SRB – Sociedade Rural Brasileira
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito
STATTESP – Sindicato dos Trabalhadores com Aplicativos de Transporte Terrestre de São Paulo

TDMA – *Time Division Multiple Access*

TINA – *There Is No Alternative*

TNCs – *Transportation Network Companies*

TRIP – Transporte Remunerado Individual de Passageiros

UDN – União Democrática Nacional

UDR – União Democrática Ruralista

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

URV – Unidade Real de Valor

VAR Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	INCREMENTO TECNOLÓGICO, CAPITAL E IDEOLOGIA: VIRTUALIDADE DO MUNDO DO TRABALHO E REGRESSÃO NA SOCIABILIDADE.....	31
2.1	O DESENVOLVIMENTO DA BASE TÉCNICA DA PRODUÇÃO CAPITALISTA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO CAPITAL	35
2.1.1	Forças produtivas e trabalho: apontamento históricos.....	41
2.1.2	Virtualidade, produção e reprodução: processo global da produção capitalista.....	52
2.2	O DEBATE TEÓRICO SOBRE O INCREMENTO TECNOLÓGICO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O TRABALHO	60
2.3	TECNOLOGIA E FORMA CULTURAL: DIALÉTICA, PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO	66
2.3.1	Trabalho e ideologia em Lukács.....	66
2.4	BASE E SUPERESTRUTURA: INTERDEPENDÊNCIA NO TRABALHO COLETIVO E PROBLEMAS PARA A ECONOMIA POLÍTICA	86
2.5	ESGOTAMENTO DAS POSSIBILIDADES CIVILIZATÓRIAS DO CAPITAL: O CAPITALISMO TARDIO E O IRRACIONALISMO	102
2.5.1	Ciência e filosofia: impactos da crise das ciências da natureza.....	107
2.5.2	Materialismo e dialética: ciências da natureza e sua influência nas ciências sociais.....	118
2.6	DESAFIOS PARA O TRABALHO NO SÉCULO XXI: TECNOLOGIA, ASSALARIAMENTO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO	126
2.6.1	Origens da caracterização jurídica das classes sociais	127
2.6.2	Trabalho virtualizado por demanda: desafios para a economia política do trabalho.....	134

3	ESTADO E TRABALHO NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS FORÇAS PRODUTIVAS, DO EMPREGO DA FORÇA DE TRABALHO E DA DINÂMICA POLÍTICA	148
3.1	ESTADO E PODER REGULAMENTAR: ASPECTOS DA FORMA DO ESTADO E SUA RELAÇÃO COM A PRODUÇÃO CAPITALISTA	154
3.2	ESTADO E FORÇAS PRODUTIVAS NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS DA CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA E POLÍTICA	186
3.2.1	Estruturas administrativas e trabalho no Brasil colônia: formação social e exploração do trabalho	188
3.2.2	Império do Brasil e os elementos de transição para a república	210
3.2.3	Primeira República: dinâmica econômica e política da dominação oligárquica 240	
3.2.4	Era Vargas: da reforma ao ímpeto industrializante	258
3.2.5	Período 56-64: desenvolvimento econômico e intensificação da diferenciação na estrutura de classes	277
3.2.6	Ditadura Civil-Militar: modernização conservadora e a entrada do Brasil nas linhas gerais do capitalismo monopolista	287
3.3	NOVA REPÚBLICA E VELHAS PRÁTICAS: DIREITOS INSOLVENTES E CONTRARREFORMAS	318
3.4	GOVERNOS DO PT: CONTINUIDADES E DISTENSÕES.....	337
4	ESTADO E O TRANSPORTE REMUNERADO INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS: MODERNIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E SUA “REGULAMENTAÇÃO”	361
4.1	TRABALHO E IDEOLOGIA NO CONTEXTO DA REGULAMENTAÇÃO DO TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS	362
4.1.1	Tendências da “modernização trabalhista” e virtualização do trabalho: produção do consenso	367
4.2	A REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO POR DEMANDA NO SETOR DE TRANSPORTES	398
4.2.1	A cultura do trabalho precário e o imperativo racional mercadológico do ajuste e da flexibilização: ideologia e trabalho	405

4.3	PRODUÇÃO DO CONSENSO LEGISLATIVO: ATIVIDADE POLÍTICA E IDEOLOGIA	432
4.4	TRABALHO REAL NO MUNDO VIRTUALIZADO: ANÁLISE DA VIRTUALIDADE DO TRABALHO MEDIANTE INCREMENTO TECNOLÓGICO E SEUS EFEITOS NO SETOR DE TRANSPORTES.	447
4.5	TRABALHO VIRTUALIZADO POR DEMANDA NO BRASIL NO TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS: DINÂMICAS SOCIAIS E POLÍTICAS.....	458
4.5.1	Aspectos ideológicos da nova morfologia do trabalho e do novo trabalhador coletivo: a emergência da cultura do trabalho precário no contexto do trabalho virtualizado	470
4.5.2	Gestão simbólica da crise: consequências do desenvolvimento tecnológico para os conflitos sociais	475
4.5.3	Trabalho por demanda no Brasil: ofensiva contra o trabalho	484
4.5.4	Produção, proteção social e trabalho por demanda: regulamentação e conformação da precarização	492
4.6	CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO POR DEMANDA NO BRASIL	500
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	512
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	522

1 INTRODUÇÃO

O trabalho em questão se insere na linha de pesquisa “Questão Social, Trabalho e Emancipação Humana”, buscando aproximar-se dos movimentos do capital que implicam em emergentes formas de trabalho e sua regulamentação. Emergentes no que toca à forma de sua realização e ao reconhecimento de novas mediações, visto que na verdade parecem incrementar formas precárias e pretéritas de trabalho.

Tais mediações guardam relação com o desenvolvimento tecnológico e com a expansão do acesso às funcionalidades proporcionadas pela massificação da conexão de aparelhos eletrônicos, especialmente os *smartphones* e a internet, implicando na virtualização das relações sociais e, também, do trabalho. A expansão verificada foi possível em razão do incremento da capacidade de processamento de dados e da diminuição do volume físico de *hardware* necessário ao efetivo funcionamento dos instrumentos.

Vale ressaltar que a virtualização¹ não significa qualquer supressão da base material real da produção, mas diz respeito ao marco categorial próprio do mundo digital. Logo, a virtualização do trabalho está relacionada ao simulacro que a digitalização produz como resultado, emulando condições específicas para a gerência do trabalho e controlando a logística de distribuição. Trata-se de um processo no qual os dados sedimentam os limites da programação e retroalimentam os indicadores, relacionando aspectos da dataficação e gerência algorítmica. Nesse sentido, o virtual é por nós entendido como a reprodução eletrônica do mundo sensível, ganhando cada vez mais aplicabilidade no contexto do desenvolvimento tecnológico.

Como produtos do trabalho morto e como meios de produção no modo de produção capitalista, as ferramentas informacionais — caudatárias do mundo digital como transformação codificada do mundo sensível por meio de ferramentas programáveis, extensíveis e automatizáveis — têm uma história que é de fundamental importância para compreensão das relações em que estão engendradas. Iniciam, no âmbito do mercado e das relações sociais, como tecnologias abertas, de uso comum, de compartilhamento e sem regulamentação quanto ao *status* de propriedade privada. Posteriormente são apropriadas e regulamentadas por gigantes

¹ O trabalho virtualizado encontra-se mediado por estruturas eletrônicas programadas que orientam as ações e seus tempos, engendrando o sujeito trabalhador na estrutura de signos que dá direção ao trabalho. Ainda que utilizado em diversos campos, o trabalho virtualizado no tocante ao trabalho por demanda, aos microtrabalhos, etc., incorpora aspectos decisórios do trabalho de forma que o trabalhador apenas responda aos comandos recebidos pelas plataformas.

tecnológicos privados, mas sem perder sua característica ontológica quanto à reprodutibilidade e conectividade, dando lugar às deformações e disputas que as fazem operar predominantemente na esfera do processo de valorização e a repercutir socialmente por suas características inclusivas.

Sua expressão nas relações trabalhistas cintila no que se convencionou chamar de trabalho por demanda (trabalho *on demand*) plataformizado, introduzindo relações de trabalho transformadas e uma série de disputas em torno do reconhecimento social dessa experiência. Apesar de quase naturalizada em grande parte da população ocidental, é preciso lembrar que a existência massificada das tecnologias que operam serviços de transporte, de entrega ou que medeiam a prestação de outras modalidades de serviços, e que garantem a ampliação exponencial do comércio eletrônico (*e-commerce*) na relação direta entre fornecedores e consumidores, não ultrapassa duas décadas.

A introdução dessas tecnologias com amplitude significativa no Brasil não tem mais de 10 anos, o que sugere a necessidade de compreender tais fenômenos a partir de suas determinações econômicas, sociais e ideológicas com vistas à compreensão do movimento de formação do trabalhador “uberizado”. Por se tratar de um fenômeno recente, apresenta controvérsias e se insere nas disputas da economia política típica da sociedade de classes. Conhecer as determinações do processo de expansão dessa forma de trabalho no setor de transportes, mas também em outras áreas da produção e da reprodução social, se torna um importante requerimento para o conhecimento aprofundado da realidade.

No processo investigativo objetivamos reconhecer o movimento no qual a regulamentação do transporte individual de passageiros concorre para a sedimentação de uma “cultura de trabalho precarizado”, adotada ativamente pelos agentes em disputa, especialmente pelas representações dos trabalhadores do setor de transportes. Nesse sentido, defendemos a tese de que o trabalho por demanda plataformizado (virtualizado) compõe uma das tendências de precarização estrutural do trabalho, afastando os mecanismos de proteção ao trabalho característicos da legislação trabalhista brasileira e reavivando o trabalho por peças e o trabalho por conta própria.

O processo de expansão do trabalho virtual plataformizado por demanda é permeado de contradições e se insere no período de “recuperação” da crise econômica de 2008, no qual são implementadas medidas de recomposição do capital, o que recoloca elementos da precarização estrutural do trabalho e da manipulação inerente ao controle da força de trabalho. No bojo do processo histórico recente, reconhecemos que os desdobramentos do recrutamento na área, bem

como que a intensa utilização das mediações técnico-científicas, contribuem para a virtualização das relações sociais, alterando elementos significativos da luta política e da constituição simbólica e relacional das esferas pública e privada.

Na esfera acadêmica, observamos que as produções sobre o tema se encontram em maior número nos países centrais do capitalismo, nos quais as condições da vida social e econômica encontram-se calcadas em particularidades históricas que fazem o processo de expansão do trabalho por demanda ganhar contornos únicos. Logo, cabe-nos analisar tal processo à luz da particularidade brasileira, tendo em vista a não realização do Estado de Bem-Estar social e a marca do trabalho informal como constitutiva das relações sociais.

Os processos emergentes colocam em pauta a identificação de seus fundamentos e o aprofundamento das análises já em curso. A contemporânea alteração das formas organizacionais do mundo do trabalho se colocam metodologicamente como área de interesse para compreensão da sociabilidade e, logo, dos movimentos da luta de classes.

O desenvolvimento da sociabilidade e sua complexificação tendem a ocultar os nexos fundamentais dos modos de vida, o que é intensificado com a expansão do mundo virtual e das formas de controle e vigilância que caracterizam o capitalismo manipulatório (LUKÁCS, 2014). A produção intelectual e cultural representa o *zeitgeist* do tempo histórico presente, confirmando os elementos cruciais para continuação e perpetuação do *modus operandi* típico do capitalismo monopolista (LÊNIN, 2021)/tardio (MANDEL, 1984).

A partir das categorias marxianas, tomando como base as formulações sobre a lei do valor, a lei geral da acumulação capitalista e a queda tendencial da taxa de lucro (MARX, 1985, 2014, 2017), buscaremos aprofundar os estudos sobre a circulação e a participação da atividade em questão na reprodução ampliada ou cooperação complexa, observado que os fundamentos do materialismo dialético requerem o exercício de compreensão das formas produtivas. Além disso, no intento de agregar as novas determinações das formas de produção e reprodução social, partimos das formulações de Lukács (2013) para fundamentar as análises específicas sobre a reprodução social, na busca por compreender as teleologias de segunda ordem que participam da reprodução nas esferas jurídica, educacional e na linguagem.

A produção brasileira sobre o tema tem sido adensada em quantidade e qualidade, visto que rareava quando do início do processo de pesquisa. É sabido que grupos de pesquisa e pesquisadores individuais no campo das ciências sociais têm aprofundado as investigações sobre o tema e as agendas de pesquisa começam a produzir importantes frutos. É salutar destacar que quando consideradas as produções teóricas e acadêmicas nas diversas áreas do

conhecimento sobre o tema, verificamos que estas se encontram fundamentalmente no polo apologético da atividade, sejam nas formulações para resolução de problemas técnicos ou nas formulações do léxico teórico ideológico do modelo de negócios envolvido na proposta de gestão do trabalho e de produção dos serviços.

A relevância teórica do trabalho que ora apresentamos encontra-se na possibilidade de articulação do marco categorial que sedimenta a proposta a ser analisada, que, sob a mirada do referencial crítico, busca elucidar os meandros das relações de produção e reprodução que concorrem para a transformação nas forças produtivas e nas formas sociais de sua manifestação. Trata-se de um processo que é colocado como irresistível, para o qual não existem barreiras e de caráter permanente, muito associado à noção de progresso. Todavia, é preciso esmiuçar seus fundamentos e compreender as formas de ontogênese e desenvolvimento histórico, de forma a identificar seus potenciais regressivos.

Se não conseguimos decifrar todas as implicações para o processo de trabalho e para os conflitos entre as classes, indicamos que este é um exercício profícuo e necessário, não para que essa forma se torne manipulável em termos políticos, mas para que se avalie a extensão de suas consequências sociais e que suas implicações sejam conhecidas e passíveis de intervenção política no âmbito da luta de classes.

De toda forma, o que buscamos perquirir foram as dinâmicas do objeto, que envolvem o incremento tecnológico no processo de trabalho e as dinâmicas políticas e culturais que daí se desdobram. Inicialmente buscamos conhecer as consequências do trabalho por demanda no setor de transportes, com enfoque nas condições de trabalho dos motoristas e os reflexos ideológicos para a luta dos trabalhadores. Entretanto, com as modificações promovidas na proposta de investigação, nos limitamos aos aspectos políticos da intervenção estatal realizada nos conflitos sociais derivados do incremento tecnológico, tendo como referência o processo de regulamentação do transporte individual de passageiros.

Com foco nesse objeto, delineamos no ciclo de pesquisa uma aproximação às questões fundamentais demandadas para a compreensão do tema. É por isso que buscamos tratar dos temas da cultura e ideologia; da formação social brasileira; e das relações de produção e da luta de classes.

As implicações das determinações do real nesse campo se expressam na agudização dos conflitos sociais e na regressão da democracia, denotando as características típicas do capitalismo tardio e suas tendências irracionais e autoritárias. O trabalho por demanda e a reestruturação do sujeito produtivo enquanto ser atomizado e prestador de serviços contribui

para a fragmentação política que solapa a organização coletiva tradicional e favorece a estrutura estatal de dominação capturadas pelos interesses monopolistas. Sem prejuízo, emergem outras formas de resistência e organização, mesmo que incipientes, que demonstram a natureza de classe do conflito social e a intensificação da dominação em termos de vigilância e manipulação.

Em compasso, as transformações produtivas e suas manifestações fenomênicas no capitalismo contemporâneo nos convidam a refletir sobre sua extensão e efetividade, no que buscamos contribuir, mesmo que dentro de estritos limites. Assim, esperamos indicar algumas tendências e processos potenciais para apreender o impacto do incremento tecnológico nas relações de produção, na regulamentação do trabalho e no processo de acumulação como um todo.

Como história em processo, o ingresso e sedimentação do trabalho por demanda no setor de transportes, e sua posterior regulamentação, apontam para as questões políticas inerentes à conformação do Estado, remontando à constituição do Estado brasileiro nos moldes coloniais e seus períodos de transformação em consonância com a alteração da estrutura produtiva. É nesse sentido que o resgate dos elementos mais fundamentais dessa transformação busca contribuir para o aprofundamento das particularidades da formação social brasileira, dando profusão às determinações locais da organização política ante os imperativos da expansão do capitalismo e do arrefecimento da luta das forças anticapitalistas.

Propusemos ainda uma análise acerca da história social do pensamento filosófico que, em linhas gerais, busca apontar para a racionalização dos processos sociais sob a insígnia do positivismo-lógico e da razão matemática, tecnificando as decisões políticas e afastando os elementos mais radicais das lutas sociais. Tal exercício, por força do objeto, se colocou como basilar na medida em que os processos decisórios se encontram fundamentados nessa perspectiva. A definição dos aspectos políticos que criaram o consenso em torno da não regulamentação do trabalho por demanda no ramo dos transportes e de sua regulação frouxa como serviço esteve alicerçada nas tendências políticas que já operavam o ataque aos direitos trabalhistas e que dirigiam a integração da economia nacional às determinações da virtualidade do trabalho, da dataficação e do controle do trabalho em geral.

Em um horizonte histórico regressivo para as lutas sociais, a crise econômica e as consequências do período de desenvolvimento do início dos anos 2000 no Brasil fortaleceram os processos de individuação mediante incorporação à sociedade competitiva, agravando o conflito social e a polarização política. Nos termos da luta de classes, tomando como referência

as consequências políticas das transformações em curso, a polarização e o avanço por sobre as conquistas sociais influenciaram as determinações que culminaram no Golpe Político-jurídico e na consecução legislativa de contrarreformas que buscaram diminuir os custos do trabalho e imputar à classe trabalhadora, mais uma vez, os custos da modernização e dos ganhos de competitividade internacional.

Na perspectiva do desenvolvimento desigual e combinado, considerada também a estruturação do Sistema Competitivo de Estados — ou seja, os núcleos de desenvolvimento centrais do capitalismo, suas formas de expansão e a realização do processo colonizador —, verificamos que os processos políticos, especialmente nas nações dominadas e invadidas, têm no elemento da resistência um operador do fator criativo diante da ontonegatividade do desenvolvimento da política sob o regime capitalista. Nesses termos, a produção do consenso como elemento mitigador das consequências do enfrentamento direto envolve as classes em disputa para operar também o convencimento produzido desde o alto.

Acompanhando as dinâmicas do mundo do trabalho e reconhecendo seu potencial para determinação das condições de produção e reprodução da vida social, inferimos que o modelo de trabalho por demanda, como constitutivo do cooperativismo de plataforma ou da economia de compartilhamento, figura como elemento de precarização estrutural do trabalho e como elemento de fortalecimento das contradições inerentes à produção capitalista. Sua implantação e seu espraiamento contaram com apoio fundamental da promoção cultural e ideológica positivamente estruturada nos termos do cooperativismo, da promoção de uma “nova cultura”, da modernização e da liberdade como elemento opositor à rigidez da gestão do trabalho sob a regulamentação do fordismo-taylorismo típico da produção industrial.

As consequências das transformações no mundo do trabalho apontam para as tendências de privatização da seguridade social e para o esvaziamento de espaços historicamente constituídos para a mediação dos conflitos de classe. O sujeito trabalhador se engendra na constituição do capital humano e passa a responder às demandas sociais calcado nos esforços individuais competitivos, característicos das bases teóricas que formulam sobre os requerimentos gerenciais da produção contemporânea de cariz ultraliberal.

Também como incremento do Toyotismo, no que se refere à flexibilidade, *timing*, desterritorialização e alto incremento tecnológico, o trabalho por demanda concorre para o fortalecimento do sujeito como mônada mediada pela produção cultural e pela gestão empresarial. Não obstante, tal racionalidade contém os elementos do irracionalismo pós-moderno e esfacela a compreensão histórico-social que viabiliza a construção do humanismo.

O fortalecimento do privatismo e a ulterior coisificação/reificação das relações sociais produzem conflitos insolventes e aumentam as desigualdades em níveis alarmantes.

Aventamos que o trabalho por demanda reforça a ideologia da meritocracia e contribui para o fortalecimento da perspectiva privatista ultraneoliberal, calcada nos valores corporativos do Vale do Silício e das companhias de tecnologia da informação. Os impactos para os conflitos de classe e suas expressões são ímpares, na medida em que afetam a capacidade de resposta da economia política do trabalho e sedimentam uma pedagogia da hegemonia que impacta geracionalmente na formação da força de trabalho pela proletarização digitalizada, contribuindo para a mercantilização irrestrita das relações sociais e para o aprofundamento dos conflitos sociais.

Assim, indicamos que está em curso a formação de uma “cultura do trabalho precário” que é ativamente enredada nos contextos laborais pelos trabalhadores, tendo como consequência a mistificação do nexu produtivo e das formas de inserção laboral e contribuindo para a constituição de potenciais *self-mades* do destino. Corroboram este processo as novas mídias digitais e o deslocamento dos debates sociais para o espaço virtual. O novo sujeito neoliberal é um empreendedor que se utiliza dos meios disponíveis para transpor dificuldades e que se esforça para se alinhar com as tendências e as rápidas alterações no mundo do trabalho e na vida social.

Identificada a subordinação do trabalho no âmbito do transporte individual de passageiros, sinalizamos também que os conflitos inerentes à relação de venda da força de trabalho encontram outros meios de expressão na dinâmica social, afetando a sociabilidade e interpelando o sujeito no âmbito privado e nas relações interpessoais. Consequentemente, o espaço público de construção das determinações políticas e econômicas é invadido pela voracidade e pela necessidade última de capitalização imposta pelo mercado, que se apropria do Estado no sentido de reforçar seu papel de garantidor das condições externas de produção.

Tal processo se desenrola sob o manto da manipulação, reivindicando elementos do cooperativismo, da solidariedade e da vida coletiva para se firmar como tendência de mercado potencialmente agregadora. Entretanto, ao avaliarmos seus fundamentos, podemos reconhecer as tendências contrárias que se entrelaçam para evidenciar impactos em direção à regressão nos limitados avanços democráticos e civilizatórios até então conquistados.

No tocante ao processo de pesquisa, inicialmente tínhamos como objetivo “pesquisar os impactos da proliferação de postos de trabalho por demanda vinculados à economia de compartilhamento ou capitalismo de plataforma para os trabalhadores do setor de transportes a

partir do caso da Uber e de que forma essa expansão é imbuída de conteúdo ideopolítico capaz de contribuir para a difusão de uma cultura de precarização do trabalho”, o qual continuou a guiar o processo investigativo de pesquisa, sem que, no entanto, pudéssemos manter o cabedal dos objetivos específicos que abarcavam uma série de outras metodologias de investigação, em especial das condições de trabalho. Dessa forma, as adequações metodológicas impuseram restrições ao escopo investigativo, que acabou por se sedimentar na dimensão política do tema baseada na pesquisa documental e na análise de discurso.

Não obstante, para que pudéssemos reunir a maior quantidade de elementos possíveis para identificar as legalidades e afecções relacionadas ao objeto de pesquisa, depreendemos do processo de regulamentação do transporte individual de passageiros uma série de categorias que buscamos abordar de forma a separar o essencial do acessório, estabelecendo a relação entre as categorias fundamentais e o mais importante, o contexto que lastreia seu reconhecimento na realidade social.

Considerado o enfoque dado à regulamentação, ou seja, à intervenção estatal no sentido de mediar os conflitos sociais advindos da introdução da atividade, buscamos inicialmente compreender as questões afetas à ideologia e à cultura, de forma a identificar categorialmente os movimentos operados na dialética produção e reprodução social. Para tanto, realizamos, com base nas reflexões de base ontológica de Coutinho (1999) e de Lukács (2013, 2014) a análise do desenvolvimento do pensamento filosófico ocidental, tendo como referência o trabalho e o processo de trabalho no capitalismo para compreensão das tendências da miséria da razão.

Observadas as consequências últimas do pensamento de Hegel e as tendências daí imperantes em termos do idealismo objetivo, das quais são corolários os fundamentos da fenomenologia, reconhecemos no Estado a racionalidade típica da lógica objetiva e da instrumentalidade gnosiológica como eixo interpretativo descritivo dos processos sociais. Os limites da gnosiologia ante à reação ideopolítica operada no interior da luta de classes denota seu caráter hegemônico capitaneado pelas necessidades da produção e pela pertença de classe.

O entrelaçamento entre filosofia, ideologia e cultura, necessário para a compreensão do processo de formação das hegemonias, remeteu-nos à questão da dialética base e superestrutura, sobre a qual nos debruçamos com o apoio das elaborações de Goldmann (1967), Williams (2011), Adorno (1999) e Jameson (1996, 1997). Feitas as ponderações acerca do tema para posicionar a determinação social da consciência nos processos produtivos, buscamos compreender a relação destes elementos com o desenvolvimento das formas reprodutivas,

reconhecendo nas legalidades do capitalismo tardio (MANDEL *apud* Jameson, 1996) a lógica cultural pós-moderna inerente às determinações econômicas.

As questões acerca da especialização do trabalho e do desenvolvimento da consciência, bem como a crescente participação da mídia e dos mecanismos comunicacionais nos permitiram traçar tendências imperantes contemporaneamente e contribuíram para a apreciação dos movimentos de mercadorização dos serviços e de acoplamento de cada vez mais áreas ao trabalho produtivo e à dinâmica de valorização do capital. O incremento tecnológico desempenha papel fundamental nesse sentido, contribuindo para a diminuição relativa da força de trabalho empregada diretamente na produção material e deslocando um grande contingente de trabalhadores para a esfera reprodutiva, que também passa a ser afetada por tais influxos, especialmente se considerarmos as consequências da dataficação, da adoção da inteligência artificial etc., elementos que também substituem as funções cerebrais do trabalho humano.

A relação entre as atividades reprodutivas e o incremento das legalidades ideológicas que se espraiam para a produção cultural e para as expressões da hegemonia tiveram lugar central para a compreensão do objeto, em razão do campo ideológico do direito e das disputas sociais em torno da definição estatal do significado do trabalho virtual plataformizado no setor de serviços. Nesse sentido, realizamos ainda uma reflexão acerca do Estado, valendo-se das formulações de Poulantzas (1985) e de Hirsch (2014) para caracterizar o Estado em sua estrutura interna, da qual depreendemos do primeiro autor o reconhecimento da Ossatura Material do Estado como mote do poder de Estado, e também de suas relações externas de oposição, da qual depreendemos do segundo a noção de Sistema Competitivo de Estados. É notório que ambos apresentam elementos politicistas significativos, no entanto sua análise referenciada em aspectos importantes da conformação do Estado acompanha as análises realizadas acerca da formação e atuação do Estado brasileiro.

Para que pudéssemos estabelecer a historicidade do objeto e sua particularidade de expressão na formação social brasileira, buscamos no passado colonial brasileiro e nas determinações da produção capitalista historicamente desenvolvidas no país as marcas indeléveis que perpassam as práticas econômicas e políticas. Inicialmente procuramos destacar a importância das instituições na organização do processo colonizador e na conformação das marcas históricas particulares ao passado colonial.

Reconhecendo os conflitos típicos da herança colonial, buscamos fundamentalmente em Novais (1989), Alemcastro (2000) e Saes (1985) os principais elementos para caracterização histórica da economia política brasileira no período colonial. Tendo como marcas fundamentais

o genocídio indígena, o escravismo colonial e as limitações inerentes à condição colonial quanto ao desenvolvimento material, marcado pelo exclusivo colonial, a *plantation* e a economia agrário-exportadora. Essa herança delinea as linhas gerais das transformações políticas realizadas em razão das transformações econômico-sociais do modo de produção em mutação.

A modernização reflexa (RIBEIRO, 1977) caracteriza a série de transformações operadas na condição subalterna da economia brasileira na divisão internacional do trabalho. Internamente, apresenta-se como modernização pelo alto, comumente adotando processos autoritários para a imposição de novos arranjos de regulação, o que se verifica no processo de Independência, na Proclamação da República e nos períodos de alternância dos regimes de governo de acordo com as conjunturas externas. É notória a participação do núcleo central do Estado, as forças armadas, no desenvolvimento da racionalidade estatal com vistas à garantia das condições de produção e alinhamento internacional dentro dos limites das zonas de influência geopolítica nas quais se situa o país.

No tocante à formação social brasileira, buscamos ainda em Moura (1994) e em Ribeiro (2015) os elementos mais gerais das lutas sociais, destacando os processos de resistência indígena e a luta dos escravizados que dinamizaram a política nacional nos diversos períodos históricos. Não obstante, em razão da especificidade da análise de Saes (1984, 1985, 2001), centrada na ação das classes sociais na disputa pelo Estado, buscamos compreender a formação dos blocos no poder e da hegemonia nesse âmbito, de forma a conhecer os contornos históricos da formação do poder político nacional e as dinâmicas da luta de classes em torno do Estado.

Adentrando o período histórico mais recente, valemo-nos da produção histórica de Saes (2001), da produção sociológica de Fernandes (2006, 2010) e da produção histórico-filosófica de Chasin (1997) para compreender a processualidade da política nacional, especialmente desde sua entrada nos marcos do capitalismo monopolista durante a Ditadura Militar. Consideradas as perspectivas referenciadas, indicamos aspectos atinentes à Revolução Burguesa e aos processos de transformação produtiva já indicados, marcadamente caracterizados pela via colonial caracterizada por Chasin (1997) como hipertardia. Na análise da formação social brasileira também compareceram outras elaborações fundamentais para o reconhecimento da política econômica (BAER, 1988), da profissionalização do Estado como especialização do trabalho (IANNI, 2004) e do fortalecimento do Estado nas linhas da industrialização (DRAIBE, 2004).

No que toca ao objeto de pesquisa, tendo como referência os processos de reestruturação produtiva baseados na digitalização e virtualização do controle dos processos produtivos,

recuperamos e destacamos seu engendramento nas dinâmicas ideoculturais, de forma que pudéssemos compreender as dinâmicas políticas atinentes às disputas de classe. A contextualização do período recente da Nova República, em especial o Golpe Jurídico-político em razão da crise econômica e política que se instaura, foi de fundamental importância para o reconhecimento da ação das classes no bojo do conflito social.

Para compreender a dinâmica da regulamentação do trabalho plataformizado por demanda, buscamos identificar os posicionamentos dos extratos de classe com referência na análise documental realizada a partir do processo político de regulamentação. Assim, foram consideradas as inflexões realizadas no processo legislativo como referências básicas para realização da análise do discurso.

O reconhecimento dos aspectos da linguagem expressa nas falas e nos textos de representações pessoais e institucionais no âmbito da estrutura de Estado se realizou tendo como referência a produção de Bakhtin (2016), sendo que os principais aspectos identificados guardam relação com a modernização, a adequação à competição internacional e os aspectos do incremento tecnológico considerados inevitáveis.

Também buscamos caracterizar as mudanças no mercado de trabalho no âmbito da plataformização no setor de transportes, utilizando-nos de dados secundários para identificar o perfil dos motoristas e os aspectos reprodutivos que guardam influência no posicionamento político. Tais informações nos ajudam a compreender a dinâmica na qual se reconhece que os trabalhadores do setor adotam um referencial de cultura do trabalho precarizado, consideradas sua ação no processo legislativo e a defesa da atividade desregulamentada.

É nessa seara que identificamos a importância dos aspectos ideológicos forjados em função das necessidades produtivas, atualmente representativos das utopias de mercado e da constituição de uma identidade do trabalhador que gira em torno do autogerenciamento e do empreendedorismo. No mesmo sentido, também as formulações acerca da economia de compartilhamento e do cooperativismo de plataforma atuam para ocultar os nexos da produção e revestir medidas de precarização do trabalho de um véu comunitário.

No processo de pesquisa foi possível reconhecer que o fracionamento do trabalho e a intensificação da divisão social do trabalho incrementam as determinações da alienação e produzem processos destrutivos, implicando na dessocialização e no aumento dos conflitos sociais. O capitalismo financeirizado e as formas econômicas de sua manifestação incrementam as dinâmicas das crises capitalistas que, a reboque do incremento tecnológico nos processos

produtivos, afetam o sociometabolismo do capital com a necessidade crescente de expansão para externalização de suas consequências para a manutenção da taxa de lucro.

Logo, a virtualização das relações de trabalho e a plataformização do trabalho, processos dos quais o trabalho por demanda no setor de transportes é eixo fundamental por sua representatividade, indicam a recuperação de modalidades pretéritas de trabalho, como o trabalho por peça e o trabalho por conta própria. As consequências políticas desse processo são devastadoras, visto que alteram a dinâmica da organização de classe, fomentam a competitividade e a fragmentação da classe trabalhadora.

Para que pudéssemos chegar às inferências até agora indicadas, estabelecemos como eixo estruturador do processo de pesquisa o movimento de cercar o objeto a partir das necessidades de compreensão das dinâmicas da produção e da reprodução, esta última especialmente considerada em razão da politicidade intrínseca ao processo de regulamentação. Dessa forma, valemo-nos de pesquisa bibliográfica no sentido de compreender as dinâmicas econômicas, históricas, filosóficas e culturais que conformam a produção e as relações políticas no Brasil.

Da mesma forma, utilizamo-nos de dados secundários brutos e de pesquisas acerca do trabalho plataformizado como referência na condução da pesquisa. Também recuperamos elementos da análise de conteúdo e da análise do discurso para caracterizar o material de pesquisa e nos valemos de referências documentadas na mídia e nos registros institucionais dos agentes coletivos ativamente relevantes para a regulamentação do transporte individual de passageiros.

Os ciclos de pesquisa demandaram uma constante revisão dos objetivos específicos da pesquisa e as condições objetivas concorreram para a delimitação do escopo da análise no sentido de sua politicidade, com enfoque nas determinações ideológicas e culturais do enfrentamento das classes, tomando como referência o contexto econômico e político brasileiro em que se opera a reestruturação produtiva de base virtual. Não obstante, para que fosse possível traçar o quadro geral apresentado em termos dos fundamentos da ação das classes, recuperamos elementos que consideramos fundamentais, a partir das indicações da bibliografia pesquisada, acerca dos fundamentos filosóficos que constituem o pensamento ocidental.

Da mesma forma, é pela historicidade das relações de classe, a partir de sua atuação no âmbito do Estado no Brasil, que buscamos tratar as intervenções contemporâneas quanto à direção do conflito social emergente quando da implantação e expansão do trabalho por demanda plataformizado no setor de transportes. A contextualização do movimento em análise

igualmente compõe elemento fulcral para a compreensão das lutas contemporâneas em torno da virtualização do trabalho.

No que toca à realização da análise documental e de discurso, o material utilizado como referência foi selecionado em função de sua participação no processo legislativo oficial, sendo que as personificações individuais e institucionais igualmente estiveram presentes nos espaços públicos e coletivos que forjaram a produção do consenso político que se efetiva como modernização pelo alto.

É preciso salientar que a hipótese fundamental que guia este estudo guarda relação com a necessidade de compreender a atuação política dos sujeitos sociais na luta de classe, visto que aventávamos que as novas modalidades de trabalho implicavam em retrocessos políticos construídos a partir das mediações ideoculturais que se encontram intrincadas na realização dessa forma de trabalho, os quais sinalizavam a incorporação de uma “cultura de trabalho precário”. A partir dos resultados da pesquisa, concomitantemente à leitura imanente da realidade social criticamente delineada, verificamos que tais pressupostos encontram materialidade nas transformações em curso no mercado de trabalho, mas que são produto de um conjunto de desenvolvimentos sobrepostos quanto às formas de participação na sociedade de classes das diferentes frações da classe trabalhadora existentes no Brasil.

Esse reconhecimento histórico-social do fracionamento da classe trabalhadora em termos materiais é fundamental, não para destituir as classes fundamentais no capitalismo, mas para indicar a heterogeneidade da conformação da classe trabalhadora em um país marcado pela exclusão, pelo desenvolvimento industrial tardio e pela operação das consequências do desenvolvimento social e combinado, que ratifica a fragmentação como estratégia política de dominação. Portanto, a diversidade humano-cultural das franjas de trabalhadores, especialmente os agora trabalhadores plataformizados, encontra-se no mesmo processo de exploração, mas com formas de apreensão diferenciadas que impactam substancialmente nos processos político-organizativos.

Para expor a problematização teórica e os resultados de pesquisa, o trabalho está estruturado em quatro seções. A primeira é composta pela própria introdução, que objetiva situar o estudo e indicar o caminho metodológico eleito para persecução dos objetivos de pesquisa.

A segunda seção trata das relações entre tecnologia, capital e ideologia, buscando situar o desenvolvimento da base técnica da produção capitalista, as transformações operadas no modo de produção sob influência do desenvolvimento tecnológico e a participação dos

complexos reprodutivos. A seção capítulo situa a intensificação da interdependência e a unidade entre produção e circulação na conformação da dinâmica entre o mercado e o capital como elementos não idênticos, mas umbilicalmente relacionados.

Nesse sentido, indica como a materialidade da produção impacta na produção filosófica e cultural, resgatando a relação entre o desenvolvimento econômico e a produção filosófica. Tal movimento busca indicar a emergência do irracionalismo como processualidade reacionária da burguesia, que como classe dominante conservadora é avessa às potencialidades do desenvolvimento material humano, sendo que as consequências para o pensamento ocidental acarretam o retrocesso e a limitação da razão.

Sem prejuízo, buscamos também trazer à baila elaborações que corroboram a participação de trabalhos não diretamente produtivos no processo de valorização do capital (como no caso do setor de transportes), visto que fundamentais para a realização da mercadoria e dotados de participação no processo global da produção capitalista. Calcado nas elaborações de Marx acerca da Lei do Valor, da Lei Geral da Acumulação Capitalista e da Queda Tendencial da Taxa de Lucro, buscamos também incorporar na investigação as produções acerca do capitalismo contemporâneo que indicam a complexificação das teias da produção, de forma a propor um marco teórico referencial.

Na terceira seção iniciamos a aproximação às questões do Estado no Brasil a partir da ponderação acerca de sua dinâmica de funcionamento como especialização do trabalho e concentração do poder pelo uso exclusivo da violência física. Nesse sentido, indicamos a importância do Estado e sua ossatura material na promoção e reprodução das relações sociais capitalistas no Brasil.

Como produto da racionalidade idealista, as funções ideológicas e culturais do Estado sinalizam para um processo de acomodação da gestão das relações de produção com a prevalência dos interesses das classes dominantes e dirigentes. Logo, consideramos que o debate acerca da natureza e das possibilidades acerca do Estado, realizado a partir dos debates da tradição marxista, fornece um sustentáculo importante para o debate contemporâneo no que toca à mediação estatal dos conflitos sociais do trabalho.

Já no intuito de concretizar as mediações com as especificidades da formação social brasileira, na qual a formação do Estado burguês incorpora as formulações liberais clássicas para idealmente fornecer o substrato de uma realização que se dá nos marcos da realidade local, tecemos um movimento de recuperação que busca caracterizar as formas de desenvolvimento

das formas de governo e a cadência dos movimentos de formação das classes dominantes e dirigentes nos diferentes períodos históricos.

Na quarta seção propusemos a recuperação dos principais elementos econômicos e sociais que concorreram para a emergência do trabalho por demanda virtualizado e as formas de consolidação das plataformas informacionais como agenciadoras da força de trabalho no setor de transportes. O contexto de crise política e econômica, o cariz ideológico das utopias de mercado e suas formas de incorporação pelos estratos da classe trabalhadora serviram de base para a análise do processo de regulamentação do transporte individual de passageiros, elementos que buscamos destacar no reconhecimento imanente dos enfrentamentos no âmbito estatal por meio do debate legislativo.

Da mesma forma, intentamos traçar um panorama geral do perfil dos motoristas plataformizados, considerando questões atinentes à atividade de trabalho e ao imaginário político, o que contribui para o reconhecimento das contraditoriedades do incremento da virtualização do trabalho e nos permite reconhecer o ocultamento ideológico da precarização do trabalho que esse processo promove. Não obstante, destacamos que é na materialidade da reprodução da vida que se gestam as condições para que os discursos modernizadores ganhem espaço no tecido social, desqualificando as pautas históricas do trabalho.

No tocante à análise do processo legislativo, é importante destacar que, com base no desenvolvimento histórico das intervenções estatais sobre o trabalho, buscamos apontar a importância dos discursos modernizantes como resposta às necessidades de modernização reflexa, típica do capitalismo subalterno articulado pelas classes dominantes e dirigentes no Brasil. É nesse sentido que buscamos evidenciar como a modernização é realizada desde o alto e com cariz autoritário, impondo à economia política do trabalho a assunção dos custos da transformação das forças produtivas diante das necessidades de valorização do capital.

Advertimos que o processo de investigação que apresentamos contém elementos que consideramos fundamentais para a compreensão do conflito de classes no Brasil, servindo de contributo reflexivo quanto aos desafios interpostos pelo desenvolvimento tecnológico. No entanto, dado que se trata de processo *in flux*, busca articular, a partir do reconhecimento categorial, elementos estruturantes e circunstanciais, de forma que ratificamos que ainda se trata de processo em aberto e com desdobramentos em andamento.

Uma série de projetos de lei, de enfrentamentos trabalhistas legais e de protestos, bem como a própria avaliação da regulamentação atingida como consenso apontam para a incompletude do processo. Dessa forma, esperamos também que as reflexões ora apresentadas

possam minimamente contribuir para o acúmulo necessário à economia política do trabalho no sentido da organização dos chamados “trabalhadores sem direitos” e na busca por saídas quanto às lutas em defesa da emancipação, que no Brasil envolvem também a conquista de direitos sociais.

2 INCREMENTO TECNOLÓGICO, CAPITAL E IDEOLOGIA: VIRTUALIDADE DO MUNDO DO TRABALHO E REGRESSÃO NA SOCIABILIDADE

“Aquele foi o melhor dos tempos, o pior dos tempos, foi a era da sabedoria da loucura, foi a época da crença, da incredulidade, a era da Luz, das Trevas, a primavera da esperança, o inverno do desespero, tínhamos tudo bem diante dos nossos olhos, não tínhamos nada diante dos nossos olhos, iríamos todos para o paraíso, todos na direção contrária... enfim, aquela foi uma época tão semelhante à atual que algumas das autoridades mais ruidosas insistiram para que lhe déssemos as boas ou más-vindas, que não fosse ignorada, no grau superlativo de comparação”

Charles J. H. Dickens

Considerados os desafios do tempo presente, especialmente quando levamos em conta as condições em que se realiza a produção teórica nas ciências sociais, é importante trazer à tona os aspectos históricos, econômicos e ideofilosóficos acerca do processo de construção do conhecimento e suas particularidades, o que impactará na forma de apreensão dos fenômenos sobre os quais buscamos aqui nos debruçar — processos interdependentes, aquém de suas possibilidades de permeabilidade histórica em extensão e significado. Os aspectos filosóficos e, conseqüentemente, ideológicos, estão intrinsecamente conectados às dinâmicas econômicas e políticas da produção capitalista, o que nos coloca como problemática os limites da ciência e da filosofia burguesa e, ainda, as formas de realização do processo de valorização no modo de produção capitalista.

A busca pela aproximação às formas de manifestação dos processos sociais afetos à implementação da plataformização e suas formas de relevo no âmbito político-organizativo e, especialmente, estatal, demanda uma análise histórico-ontológica que remonta à necessidade da historicização e investigação das expressões filosóficas acerca dos fenômenos sociais e suas manifestações, o que atravessa a questão do método e da ideologia como expressão de um grau de consciência das problemáticas reais. Tal assertiva reluz na medida em que o que se pretende é conhecer as formas de elaboração da produção do “consenso” acerca da regulamentação do trabalho por demanda no setor de transportes, adentrando a produção do sentido na transformação da estrutura trabalhista no Brasil — e no mundo —, impactada pelas novas tecnologias, pelas formas de construção das pautas dos/as trabalhadores/as do setor no momento da regulamentação e, fundamentalmente, pelas condições materiais de sua realização.

As variadas formas e experiências de construção do conhecimento do ser para si, sejam elas animistas, miméticas, ou metafísicas, influenciam e viabilizam a compreensão das relações de produção, hierarquias e organização do processo de trabalho em cada modo de produção ou

formação social. Na sociedade ocidental capitalista, as estruturas significativas globais (GOLDMANN, 1967) são interpretadas como elementos da filosofia e, logo, da cultura, que são capazes de dar significação teórica e consequência normativa para a formação da visão de mundo mais ou menos geral de cada momento histórico.

O processo social como síntese do movimento da realização da vida e, no capitalismo, da mercadoria — como unidade material externa dinamizadora da divisão social do trabalho — e das práticas econômicas que engendram as dinâmicas entre as necessidades e a ação dos sujeitos sociais que operam individual e coletivamente, é constituído da ação recíproca entre as classes sociais e suas personificações sob determinada base material. No entanto, sinalizamos que a capacidade dos sistemas filosóficos e suas consequências normativas são importantes elementos do que Lukács (2013) chamou de “manipulação”, visto que mobilizam pensamentos, afetos e o comportamento dos indivíduos. Não é sem razão que o trabalho digital conta com um contingente cada vez maior de influenciadores (“influencers”).

É certo que a normatividade dos padrões e das estruturas significativas são deveras diversos qualitativamente nas ciências sociais e nas ciências humanas. Porém, concordamos com Goldmann (1967, p. 97) quando ele define a estrutura significativa no sentido de “uma realidade e uma norma”, visto que “[...] define simultaneamente o motor real e o objetivo para o qual tende essa totalidade que é a sociedade humana”. Salientamos que não se trata de uma teleologia da sociedade, mas da ação política e ideológica — quando não coercitiva — das classes sociais em luta.

A partir da complexificação do processo de trabalho que contraditoriamente aciona a individualização e o fracionamento do trabalho, mas opera uma cada vez maior interdependência no processo de valorização, as formas políticas e simbólicas de manifestação da sociabilidade capitalista encontram-se envoltas em aspectos ideológicos e culturais responsáveis por orientar o sentido da ação, acoplando-se à práxis social e operando como ideologia dominante.

O movimento combinado da ação recíproca das classes, bem como das consequências da Lei Geral da Acumulação Capitalista, desloca a lógica industrial do processo produtivo das mercadorias/instrumento ou materiais para os serviços, para a produção simbólica e para o trabalho virtualizado. O consumo produtivo dessas mercadorias ganha terreno na acumulação do capital e na realização de seus ciclos, os quais apontam para um cada vez maior desenvolvimento de suas contradições.

Logo, aventamos que é de extrema importância que compreendamos as formas de manifestação da produção teórica que se expressa na prática política, legislativa e jurídica do aparato estatal. Embora este seja o foco, é preciso reconhecer que é apenas um dos aspectos de sua realização, observada a centralidade da produção e a importância do Estado na operação dos ciclos de valorização, aspecto que buscaremos abordar de forma simultânea.

Antes disso, é preciso indicar o escopo da análise em questão no sentido de situar o universo categorial histórico e filosófico que orienta seu conteúdo. De antemão indicamos que o objetivo principal deste movimento é o de problematizar questões importantes para a tradição marxista, muitas não resolvidas e envoltas em polêmicas que não pretendemos resolver ou indicar solução, mas que são, por sua capacidade de dinamizar a reflexão, necessárias na medida em que extrapolam o formalismo e fornecem pistas que podem agregar na compreensão da realidade social e, logo, na práxis social.

É notório que as formas representativas do trabalhismo e o próprio trabalhismo encontram-se envoltos no caldo ideopolítico circundante e operando idealmente no sentido da resistência no bojo da luta de classes. Entretanto, a cooptação, as concessões e o envolvimento consentido operam para captura do imaginário coletivo dos trabalhadores, o que buscamos tensionar. Não se trata de propor um imaginário, mas de buscar ferramentas analíticas que permitam superar a racionalidade mecânica manipulável, abrindo espaço para o exercício da produção da vida em suas diversas manifestações.

Assim que a crítica a ser empreendida objetiva travar um debate para com as formas da alienação e a necessidade de superar a subsunção formal do trabalho ao capital, o que por si só contém um componente revolucionário por buscar ser desalienante. Esse tema, quando considerada a particularidade do capitalismo subalterno que se desenvolveu no Brasil, ganha contornos específicos, vista a especialização na divisão internacional do trabalho e os aspectos geopolíticos aos quais está determinada a reprodução do capital ao sul das Américas.

Desigual e combinadamente, a geopolítica mundial articula o pacto social que se esconde por detrás da democracia e do direito burgueses, produzindo sentidos coletivos e escopos de determinações que operam as novas formas de trabalho. Suas contradições são visíveis e se estendem às mais diversas áreas da vida com o apoio do artifício da virtualização que, além do trabalho, invade e organiza os afetos, o lazer, a cultura etc.

No âmbito da materialidade das forças produtivas, a tecnologia adquire um papel de relevância central na medida que essa maquinaria, hoje digital e programada, é utilizada na regulação da produção capitalista como intermediária capaz de incrementar a celeridade e a

efetividade dos processos produtivos. É utilizada desde a automação da maquinaria tradicional, até a organização dos conteúdos dispersos que são analisados para confecção de perfis de consumo capazes de produzir uma demanda de produtos por meio de anúncios em redes sociais, por exemplo.

Esse processo incrementa sobremaneira as determinações da alienação, já agravadas sob a égide da produção de mercadorias controlada pelos agentes da “grande indústria” balizados no imperialismo, ou, dito de outro modo, no capitalismo monopolista ou capitalismo tardio. Assim que, as iniquidades produzem tragédias evitáveis e os meios políticos para o desenvolvimento das lutas de classes são cada vez mais interditados pelas flutuações e pela volatilidade de uma produção que se faz especulativa, de forma que o capital possa realizar seu progressivo e expansivo processo de acumulação. Tendencialmente, verifica-se uma escalada dos conflitos geopolíticos e um direcionamento para sua forma clássica de resolução/disputa, qual seja: a guerra imperialista.

O capital financeiro e o Estado assumem, nesse contexto, uma relevância fundamental na administração das contradições e conflitos, gerenciando amplos mecanismos de barragem das externalidades dos movimentos rápidos e bruscos que organizam a produção. Elementos da política monetária, agências de avaliação de risco que determinam o investimento externo direto, cotação internacional, preços de *commodities*, entre outros fatores, buscam equalizar aspectos da economia real que é determinada pelo tempo de trabalho, ou seja, pela lei do valor.

Assim que a dominação colonial se formaliza numa rede de dependência e especialização produtiva que reproduz a exploração por meios indiretos, que vão para além do chão da fábrica ou do solo da lavoura. Na estrutura institucional que se erige, a naturalização e instrumentalização que se operam por meio da ciência e do conhecimento são de fundamental importância para a manutenção/reprodução do sentido da aparência. A dívida pública, por exemplo, é um mecanismo excepcionalmente normalizado de transferência de mais-valor, produzindo efeitos catastróficos para as populações as quais afeta.

A incessante marcha do capital por valorização e rentabilidade agrava, acelera e modifica o processo de produção da crise capitalista que é gestada desde um Estado policial, gerencialista e cientificamente matematizado com vistas à racionalidade. Logo, buscamos também delimitar o sentido da razão burguesa e, em tempos de negacionismo, tratar com atenção as determinações da racionalidade ocidental burguesa e a expressão de seu irracionalismo.

No intento de desenvolver as problemáticas envoltas nesse contexto, inicialmente trataremos as questões da economia política de forma a situar os problemas fundamentais do desenvolvimento das forças produtivas e das consequências da divisão social do trabalho sob a ótica da teoria marxista. Uma aproximação com suas principais categorias nos possibilitará delinear o escopo da análise e indicar movimentos que consideramos fulcrais no desenvolvimento das tendências para o trabalho e sua consequente precarização.

Em seguida avançaremos para os aspectos reprodutivos para indicar os impactos do desenvolvimento material das forças produtivas e seu desdobramento para as formas culturais. Partindo da leitura de Lukács (2013), buscaremos elucidar o movimento de constituição da ideologia como elemento do processo de trabalho, bem como problematizaremos as questões relacionadas ao binômio estrutura e superestrutura, situando o objeto de estudo.

Nesse sentido, seguiremos para o debate filosófico de forma a conhecer as matrizes do pensamento social moderno, elucidando suas tendências regressivas no que tange às consequências de suas formulações. De antemão, indicamos que a razão formal abstrata se apossa de dimensões da sociabilidade para conferir uma identificação do conhecer com a quantificação, apresentando um campo de tendências para a apreensão do conhecimento. Por fim, retomaremos as consequências desse movimento para o trabalho contemporâneo, com o que esperamos colaborar para a compreensão dos processos em curso.

2.1 O DESENVOLVIMENTO DA BASE TÉCNICA DA PRODUÇÃO CAPITALISTA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO CAPITAL

“Criamos a época da velocidade, mas nos sentimos enclausurados dentro dela. A máquina, que produz abundância, tem-nos deixado em penúria. Nossos conhecimentos fizeram-nos céticos; nossa inteligência, empedernidos e cruéis. Pensamos em demasia e sentimos bem pouco. Mais do que de máquinas, precisamos de humanidade. Mais do que de inteligência, precisamos de afeição e doçura. Sem essas virtudes, a vida será de violência e tudo será perdido.”

Charlie Chaplin

A fim de situar a problemática da construção política do estatuto legal que orienta e regulamenta o serviço de transporte individual de passageiros e o trabalho por demanda no setor de transportes, é de fundamental importância que realizemos, mesmo que brevemente — e sem poder abarcar toda sua completude —, apontamentos acerca dos fundamentos da economia política dos quais derivam os movimentos de complexificação da divisão social do trabalho. As referências utilizadas para reconstrução histórica e teórica desse processo indicam legalidades

não exclusivas que orientam a práxis social através da razão histórica matizada pela condição de classe como fator dinamizador central das relações sociais.

A relação dos sujeitos sociais com seus instrumentos é utilizada como referência para determinação do grau de socialidade de sociedades antigas, bem como indica a força social dos diferentes agrupamentos humanos e viabiliza, como necessidade ontológica, a diferenciação e complexificação das formas de comunicação, deslocamento, reprodução biológica, entre outros aspectos possíveis que se estendem para a arte e a filosofia². Logo, a fim de compreender as relações sociais contemporâneas, é fundamental que atentemos para a forma com que trabalhamos e nos relacionamos com os instrumentos que viabilizam a produção e a reprodução da vida social, considerado o processo global da produção capitalista³.

Lukács (2013) assevera que a categoria trabalho, considerada sua característica de pôr teleológico e de prévia ideação, é a que pode indicar a processualidade do Ser Social para além das relações materiais inorgânicas e biológicas⁴. O movimento de tomada de consciência se desenrola historicamente, sem que seja, tampouco, considerado progressivo, mas emerge como uma possibilidade de conhecer e manipular as legalidades imperantes nas condições físico-biológicas de existência, as quais o autor hierarquiza na condição de prioridades ontológicas.

Os chamados “saltos ontológicos”⁵ condicionam os avanços em termos materiais e subjetivos que viabilizam a complexificação da divisão social do trabalho e o fortalecimento da esfera da sociabilidade como constitutiva do Ser Social. A adaptação que passa ao nível da

² Como assevera Marx (1985, p. 151): “não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz, é o que distingue as épocas econômicas. Os meios de trabalho não são só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha”. Já em Lukács (2013, p. 59) encontramos a seguinte elaboração: “o fato é que uma ferramenta pode, com uma análise correta, não só revelar a história da própria ferramenta, mas também desvendar muitas informações sobre o modo de viver, quem sabe até sobre a visão de mundo etc., daqueles que a usaram”.

³ De acordo com as formulações de Marx (2017, passim), o processo global de produção capitalista consiste na unidade do processo de produção e do processo de circulação, considerando que este último é condição para a mediação do processo social de reprodução.

⁴ No movimento de renovação do marxismo empreendido pelo autor, recupera categorias e movimentos centrais elaborados por Marx (1985, p. 50), que já sinalizava na segunda metade do século XIX que o trabalho “é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural como forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza”. E continua a citar a passagem da abelha e do arquiteto, destacando que é uma particularidade humana impor essa força orientada a um fim na satisfação de suas necessidades.

⁵ Discorrendo sobre a categoria trabalho e seu desenvolvimento histórico como categoria central da atividade humana, Lukács (2013, passim) indica que os saltos ontológicos constituem momentos do desenvolvimento humano em que se verifica uma ruptura com a continuidade regular, implicando em uma mudança qualitativa e estrutural do Ser Social. Muitos desses momentos guardam relação com as alterações psicofísicas que dinamizam possibilidades de metabolismo social.

consciência permite a incorporação de práticas e recursos externos que incrementam o campo de ação do trabalho e erigem complexos sociais dependentes orbitais, ou seja, que influenciam e dependem intrinsecamente do metabolismo homem-natureza na condição de prioridade ontológica. Não obstante, a manutenção do processo de produção em colaboração interdependente é constantemente atravessada pelos complexos que se constituem em formas reprodutivas da sociabilidade como um todo, a exemplo da educação e do direito (LUKÁCS, 2013).

Portanto, os elementos incorporados — especialmente os que se exteriorizam como instrumentos ou práticas reproduzíveis — permitem novas formas de expressão da satisfação de necessidades das mais diversas. É por este fato fundamental que Lukács (2013, p. 164) destaca que “o desenvolvimento da divisão social do trabalho gera, a partir de sua dinâmica espontânea de desenvolvimento, categorias de cunho social cada vez mais acentuado”.

Sobre o desenvolvimento histórico-social nessa perspectiva, qual seja, a do materialismo histórico e dialético, encontramos um desenvolvimento sintético em Marx e Engels (2007) n’“A ideologia alemã”, na qual eles buscam retomar — com o recurso da dialética tomada não do idealismo hegeliano, mas sim do materialismo superado e elevado de Feuerbach — a crítica ao persistente problema do “espírito”, expresso pelo diálogo com as formulações de Bruno Bauer e suas máximas ontológico-religiosas ⁶.

Ontologicamente atribuímos ao trabalho a centralidade na determinação das categorias do ser social na dinâmica do desenvolvimento social, ainda que o trabalho se encontre alienado para o sujeito que trabalha nas relações de produção atuais. O trabalho, já complexificado, atua como força social e se compõe como força produtiva que enreda a vida do sujeito individual humano, conformando as condições históricas de reprodução.

Para além dos debates acerca da importância da tecnologia nos rumos da socialidade, é inegável que “a revolução tecnológica se inicia pelo emprego do que Marx chama o ‘instrumento máquina’ (*Werkzeugmaschine*): um aparato intermediário entre a ferramenta e a máquina moderna que amolda num todo os instrumentos do artesão a fim de que possa ser

⁶ Trata-se de uma crítica da crítica. É interessante o movimento no qual a crítica a Feuerbach não desconsidera seus avanços no campo do materialismo, mas busca animar das determinações ontológicas materialistas a mecanicidade do pensamento deste autor. Da mesma forma, utiliza-se do melhor do materialismo para “desnaturalizar” a ontologia religiosa de Bruno Bauer que entra em conflito com as formulações d’A Sagrada Família”. As questões específicas da transição capitalista na Alemanha, bem como seu peculiar desenvolvimento em relação à religião — que remonta à resistência à influência dos centros de poder do feudalismo —, indicam as questões às quais Marx e Engels fizeram frente como práxis teórica e política na construção do movimento de trabalhadores.

acionado por uma única força propulsora, obtendo assim o máximo rendimento”. Essa extensão corpórea “constitui o elemento simples da reprodução mecânica e, libertando-se da força muscular, termina por emancipar o trabalho de seus limites naturais” (GIANNOTTI, 1966, p. 233).

Se o incremento tecnológico não contém a possibilidade de determinar as consequências de sua utilização como força natural, mecânica ou social, ao alterar a base produtiva e incorporar novas camadas exteriorizadas que atendem às necessidades, produz a abertura para possibilidades de emprego de seus resultados e, também, novos direcionamentos para as necessidades em geral. Assim, as transformações na base produtiva são incorporadas ao trabalho morto como força produtiva sob a qual se reproduz o Ser Social.

De antemão indicamos que no debate da relação entre base e superestrutura não encontramos um direcionamento teleológico ou mesmo uma consequência lógica específica em cada equipamento ou ferramenta tecnológica, mas o conjunto dessas novas determinações produz efeitos e transformações nas forças produtivas como um todo e, logo, impõe uma materialidade específica às formas reprodutivas. Não obstante, é na práxis social que as forças ativas desenvolvem os conflitos pela determinação de cada infraestrutura ou ferramenta tecnológica, afinal, a tecnologia em si não é dotada de intencionalidade e pode apresentar usos em diferentes processos.

As formas de ação do homem em direção à tecnologia e de retroação da produção tecnológica sobre o homem admitem uma série de processos recíprocos, salientando que é a ação do homem através da práxis social que viabiliza sua utilização como objeto. Os objetos são identificados como o resultado do trabalho fabricado e dotado de materialidade, podendo conter processos complexos isolados. Os componentes tecnológicos, por exemplo, de um aparelho *smartphone* contêm processos objetivados que se relacionam interna e externamente, mantendo um funcionamento complexo e dependente de uma infraestrutura em rede.

Como movimento do conhecimento, o reconhecimento dos recursos depende da aquisição de habilidades sensório-motoras de identificação, reflexo e na ação ante às necessidades colocadas. Com a incorporação das legalidades, as máximas técnicas, reproduzíveis, articulam o fazer de forma bem-sucedida. A regularidade das legalidades pode constituir regras tecnológicas que transpõem a prática de leis científicas ou de generalizações empíricas. Também as teorias tecnológicas se conformam de forma a articular o fazer e o usar.

Cada vez mais, o acionamento tecnológico é inserido em componentes objetivos que contêm os processos, aparentando que sua realização depende do ato de comando e não da

materialidade objetiva. Um exemplo relativamente recente que alude à questão é o processamento de gêneros alimentícios, quando o produto processado aparece (já como valor de troca) desconexo da produção agrícola. Mais recentemente essa mediação complexa se estende à virtualização em que um clique em um ícone ativa uma cadeia de produção e de logística que liga diretamente o objeto e o sujeito que o consome.

Como produto do trabalho, a tecnologia contém formas específicas de utilização, podendo impor legalidades e necessidades que recriam ou demandam a recriação de componentes do espaço social e das relações sociais conseqüentemente. Dois objetos de suma importância que simbolizam essa inter-relação estão diretamente ligados ao objeto desta pesquisa, quais sejam: o veículo automotor e o já mencionado aparelho celular *smartphone*.

Como tecnologias utilizáveis, são postos em serviço pelos mais diversos propósitos, sejam eles diretamente produtivos ou apenas reprodutivos. Entretanto, mobilizam toda uma infraestrutura e habilidades que se articulam e se incorporam ao trânsito das cidades ou às torres de comunicação. Extensivamente, a utilização do objeto é dependente do trabalho coletivo da produção desses artefatos e da manutenção de procedimentos necessários à sua viabilidade, a exemplo da construção e reforma das redes viárias e de telecomunicações, da regulação dos departamentos de trânsito ou da mobilização do conhecimento necessário para conectar um aparelho à internet.

Assim, o incremento tecnológico implica geralmente na ampliação do distanciamento do homem da natureza, ampliando o espaço da socialidade. Quando viabiliza sua incorporação como trabalho morto, economiza tempo em atividades necessárias e se diferencia como viabilidade da divisão social do trabalho. Socialmente, tal movimento é correlato da apropriação privada dos objetos destinados à produção de outros artefatos como meios de produção, à produção de artefatos como mercadorias e à transformação da força de trabalho em mercadoria, ou seja, em objeto do processo de produção.

Ainda de forma isolada, destacamos que o incremento tecnológico também viabiliza legalidades sociais que se manifestam para o indivíduo, a exemplo de eletrodomésticos que substituem partes do trabalho reprodutivo, ou que possibilitam a ascensão de uma cultura de massas por meio da reprodução audiovisual em aparelhos televisores. A incorporação e utilização são naturalizadas para o indivíduo e sua causalidade social viabiliza novos movimentos como a dispensa para outros atos de trabalho produtivo.

Para o sujeito, a incorporação de dispositivos tecnológicos na vida reprodutiva ou produtiva, portanto, ativa nexos psicofísicos capazes de alterar a dinâmica sociometabólica do

sujeito com o ambiente. Individualmente esse movimento nos diz muito pouco ou quase nada acerca das manifestações sociais e culturais que adquire a incorporação desses elementos tecnológicos. Contraditoriamente, o sujeito é agente primeiro e último da incorporação tecnológica, visto que é apenas na generalização que se pode identificar as consequências históricas e sociais de sua utilização.

Em direção à generalidade, reconhecemos que as técnicas e tecnologias como organização da produção e produção de objetos afetam a dinâmica espaço-temporal na qual se realiza a atividade humana. Essa dinâmica encontra na produção capitalista uma necessidade de intensificação, afetando os tempos de rotação do capital. Deslocamentos, comunicações ou a capacidade produtiva mediante incremento de eficiência se aceleram em relação às épocas precedentes, viabilizando a incorporação de processos organizativos e a promoção da instantaneidade, a exemplo da comunicação de áudio e vídeo.

Socialmente a tecnologia amplia a mediação entre homem e natureza, redimensionando o sociometabolismo que se articula em razão da adoção da materialidade dos artefatos individuais e coletivos (infraestruturas). Consequentemente a dimensão social é reforçada pela necessidade, geralmente impositiva, da institucionalização — e sempre em movimento —, de generalização das formas de uso que transformam qualitativamente as condições de existência individual e coletiva. Esse movimento, como já destacado, não é mecânico, mas depende da complexificação das mediações em conjunto. Lembremos que as tendências sociais não se encontram transpostas nas legalidades de suas partes, mas são o produto da interação entre os diferentes complexos dependentes e indispensáveis.

Ainda antes de adentrarmos os meandros da produção capitalista e sua dependência da tecnologia como força produtiva, convém sinalizar a identificação de uma tendência à racionalização da incorporação do desenvolvimento tecnológico. A veracidade ou imposição tendencial dessa afirmação é passível de ampla discussão, mas, reconhecemos no espraiamento da racionalidade instrumental, em termos de tecnificação e formalismo, evidencia a prevalência da razão matemática incorporada pelo aparato econômico orientado para a produção mercantil capitalista, a qual carece da incorporação massiva de componentes ideológicos que orientem para a naturalização das relações de dominação.

Ao que se denomina subsunção real do trabalho ao capital, identificamos o processo para o qual Adorno (1999) chama a atenção inferindo que a facilitação da existência pela técnica é ao mesmo tempo coação ao retrocesso às etapas pretéritas da sociabilidade. Unidimensionalmente, sem considerar todas as resistências que se projetam individual e

coletivamente contra essa tendência, o movimento de incorporação tecnológica sob as relações de classe no capitalismo aponta para uma independização dos produtos tecnológicos e a conformação de condições de trabalho embrutecedoras e alienadas.

Mais adiante trataremos das disposições ideofilosóficas que assentam esforços para compreensão desse movimento, bem como das relações de produção no engendramento histórico das formas ideológicas erigidas socialmente. Mas, antes, é necessário que recuperemos as categorias fundamentais do processo de formação econômica do capitalismo para elucidação das bases de desenvolvimento do conhecimento gnosiológico das transformações operadas na direção da hegemonia burguesa na sociedade capitalista.

2.1.1 Forças produtivas e trabalho: apontamento históricos

As formas do capital historicamente empreendidas pelo desenvolvimento das forças produtivas e pelo conflito basilar das relações antagônicas de classe expressam as determinações da sedimentação do capitalismo como modo de produção. Suas características fundamentais estão expressas na forma mercadoria, no processo de valorização e na exploração do trabalho vivo, fonte da riqueza social que se concentra como propriedade privada.

É sempre relevante que façamos a distinção básica entre o trabalho como atividade de realização das capacidades humanas e o trabalho como venda da mercadoria força de trabalho. Se ao final do processo de trabalho de um artesão pode resultar um objeto útil (dotado de valor de uso) e ao mesmo tempo uma obra de arte, o resultado do processo de trabalho da produção de mercadorias resulta numa mercadoria, a qual condensa o tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção e, além de atender a uma necessidade, terá uma expressão em seu valor de troca para ser intercambiada no mercado. O trabalho é caracterizado como atividade teleologicamente orientada e produtora de prévia-ideações, que podem ou não se realizar como ação do homem no mundo, efetivando-se em ações concretizadas/objetivadas, processo no qual as sociedades humanas foram capazes de promover as condições de desenvolvimento das forças produtivas⁷. Já o trabalho como elemento da sociabilidade, especialmente nas formações sociais com maior complexidade relacional entre produtores, é, como formulado por Marx (1985, p. 48), “substância dos valores, é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho do homem”. A partir do desenvolvimento das forças produtivas que caracterizaram os

⁷ Braverman (1987, p. 53) destaca que “o trabalho que ultrapassa a mera atividade instintiva é assim a força que criou a espécie humana e a força pela qual a humanidade criou o mundo que conhecemos”.

diferentes modos de produção é que se permitiu o reconhecimento do trabalho e do tempo de dispêndio para realizá-lo como substância do valor.

Se no escravismo e no feudalismo os valores dos resultados da produção tinham como mediação fundamental (mas não exclusiva) seu valor de uso, ou seja, sua capacidade de satisfazer necessidades, com o espraiamento das determinações da produção capitalista, em seus diferentes matizes, se reconhece a necessidade histórica e as condições para o desenvolvimento qualitativo e quantitativo do valor de troca. Como referência que permitiu a redução de duas mercadorias qualitativamente diferentes a uma terceira que expressava a equivalência necessária, assumiu posteriormente a forma do dinheiro como equivalente geral.

A particularidade histórica do capitalismo reside no fato de que o trabalho é transformado em mercadoria na conformação da força de trabalho, a qual, conseqüentemente, é empregada na produção do Valor e expressa sua realização e reprodução. A força de trabalho torna-se componente essencial das forças produtivas e seu valor é mediado pelo valor de troca, quantificado de acordo com o tempo de trabalho necessário à manutenção e à reprodução do trabalhador (BRAVERMAN, 1987).

O reconhecimento de tal processo é indispensável, visto que nos permite historicizar as condições de diferenciação da divisão social do trabalho e buscar as raízes do processo de complexificação ao qual nos atemos.

Como modo de produção *sui generis*, o capitalismo caracterizou-se pela emergência histórica generalizada de três condições básicas⁸, conforme formulado por Braverman (1987, p. 54-55):

Em primeiro lugar os trabalhadores são separados dos meios com os quais a produção é realizada, e só podem ter acesso a eles vendendo sua força de trabalho a outros. Em segundo, os trabalhadores estão livres de constringências legais, tais como servidão ou escravidão, que os impeçam de dispor de sua força de trabalho. Em terceiro, o propósito do emprego do trabalhador torna-se a expansão de uma unidade de capital pertencente ao empregador, que está assim atuando como um capitalista.

Acontecem, portanto, transformações no processo de trabalho, que é modificado com a alteração das relações de produção a partir da reorganização da força de trabalho e da introdução de novos meios de produção. Fundamentalmente, a atividade decisória relacionada ao trabalho é retirada de seus detentores ulteriores e passa às mãos da emergente classe capitalista. Verifica-se uma “alienação progressiva dos processos de produção do trabalhador para o capitalista”

⁸ Não nos ateremos aqui às relações do desenvolvimento capitalista em sua faceta colonial, a qual permitiu as condições de acumulação primitiva que viabilizaram a empreitada do estabelecimento da grande indústria em condições complexas de inter-relação com o *ancien regime* e sua diferenciação particular em cada formação social.

(BRAVERMAN, 1987, p. 59). O processo de trabalho passa então a ser capitaneado pelo processo de valorização.

O processo de trabalho encontra-se estabelecido como atividade que se orienta a um fim, de forma que satisfaça necessidades humanas produzindo valores de uso e viabilize a reprodução social da existência em cada formação social. Independentemente da formação social em que acontece, o processo de trabalho requer a atividade humana para o estabelecimento do fim e a determinação dos meios pelos quais se pode chegar a este fim. O resultado desse movimento, enquanto bem externo ao seu produtor, vai ocupar um novo lugar no consumo individual, no consumo produtivo ou até como matéria-prima ou meio de produção. Um valor de uso ocupará sua função no processo de trabalho em relação à posição em que se encontra para sua efetiva materialização. Logo, pode assumir sua forma como ferramenta ou meio de trabalho e ainda como matéria-prima.

Historicamente a ascensão das relações mercantis implicou na constituição de um processo de acumulação primitiva, o qual resultou no aumento do alcance do processo de valorização. Trata-se do processo em que há uma subsunção da produção de valores de uso à produção da mercadoria e ao mercado capitalista, bem como do trabalho ao capital, ou seja, da relação social especificamente capitalista de produzir valor/capital.

A extensividade do processo de valorização se dá por sua capacidade de reproduzir e aumentar o capital adiantado por meio da produção de mercadorias e da extração de mais-valia em sua produção. Ainda que estas precisem atender às necessidades correspondentes aos valores de uso, pouco importa qual a sua natureza, forma ou prioridade, mas é relevante que sejam realizáveis no mercado. Seu valor de troca é, portanto, composto por sua forma social e expressa o tempo de trabalho necessário à produção sob condições específicas. Conforme sinaliza Marx (1985, p. 161), “o processo de valorização não é nada mais que um processo de formação do valor prolongado até certo ponto”.

O processo de trabalho submetido ao processo de valorização expande as formas de exteriorização e conseqüentemente de alienação da vida social. Nesse cenário, o incremento das forças produtivas e a gestão das crises do capital continuam a repor uma cortina de fumaça por sobre as questões candentes da vida social e sua relação com o mundo natural.

Harvey (1993, p. 118-119)⁹, ao analisar o já desenvolvido processo de trabalho, sintetizado pela sedimentação histórica da produção industrial, destaca que

⁹ Apesar das críticas dirigidas à escola de regulamentação e em especial à produção do autor, consideramos que suas análises acerca da acumulação flexível nos permite uma pedagógica aproximação com os modelos

todo tipo de trabalho exige concentração, autodisciplina, familiarização com diferentes instrumentos de produção e o conhecimento das potencialidades de várias matérias-primas em termos de transformação em produtos úteis. Contudo, a produção de mercadorias em condições de trabalho assalariado põe boa parte do conhecimento, das decisões técnicas, bem como do aparelho disciplinar, fora do controle da pessoa que de fato faz o trabalho.

As complexidades que engendram o processo de trabalho apontam para tendências opostas e extremas, como por exemplo: por um lado uma necessidade de intensa especialização nos espaços produtivos e decisórios e uma desespecialização do trabalho em geral pelas próprias mediações fomentadas pela especialização, promovendo a estratificação e simplificação pela mediação por instrumentos externos. O movimento de desespecialização pode ser identificado na atualidade em algumas tendências sociais importantes, tais como: emergência de cargos genéricos e substituição de antigas profissões; o aligeiramento da formação em nível educacional superior; a emergência do precariado ¹⁰ como fração de classe rotativamente empregada e multifuncional, além de outras características que ocupam lugar no cotidiano do mundo do trabalho a partir da introdução de processos gerenciais e tecnológicos que alteram a composição orgânica do capital. Já a especialização é requerida especialmente em áreas como pesquisa e desenvolvimento, em altos cargos gerenciais e na produção de meios de produção.

É notório que as modalidades de organização do trabalho encontram suas bases assentadas na morfologia da produção em cada período histórico. Com o processo de expansão e posterior consolidação do desenvolvimento do capitalismo em sua fase monopolista, altera-se a dinâmica das forças produtivas e, do mesmo modo, a participação dos setores econômicos no processo de trabalho e na distribuição da mais-valia.

As experiências de desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista produziram historicamente estratégias de manutenção das atividades da classe dirigente, da mesma maneira que estabeleceram pactos a fim de possibilitar o envolvimento dos trabalhadores. Mediante expropriação e posterior apropriação do trabalho morto, fomentou a constituição da força de trabalho livre em suas variantes (a empregada e o exército industrial de reserva).

gerenciais de gestão da força de trabalho, sem que deixemos de considerar os movimentos diacrônicos do capitalismo na busca pela realização do valor como elemento central das relações sociais. Para um melhor tratamento da problemática, conferir: FREDERICO, Celso. Marx na pós-modernidade. *In*: TEIXEIRA, Francisco; FREDERICO, Celso: **Marx no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2009.

¹⁰ Utilizamos o conceito difundido por Standing (2014), considerando a especificidade da qual fala o autor, qual seja: o capitalismo inglês contemporâneo. Todavia, dadas as condições de desenvolvimento desigual e combinado, apontamos que algumas nuances do precariado inglês pode ser encontrada em parte da população jovem brasileira, sem que tal condição seja massificada, vistos os níveis educacionais e os cristalizados altos índices de trabalho informal na economia. Cf. STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

As formas assumidas pelo processo de trabalho em relação ao processo de valorização foram/são deveras fundamentais para determinar as legalidades produtivas e reprodutivas. O papel desempenhado pelas técnicas gerenciais e pelas ferramentas na combinação entre capital constante e capital variável inspira diferentes regulamentações para cada fase do desenvolvimento capitalista. Em especial, as chamadas revoluções industriais implicaram reposição mediante incremento das forças produtivas, demandando uma nova temporalidade para a vida produtiva e reprodutiva. Recuperamos, portanto, algumas de suas características mais marcantes.

A Primeira Revolução Industrial¹¹ permitiu a constituição da grande indústria e estabeleceu o controle dos meios de produção por meio da produção fabril, dando formato ao proletariado industrial. Os conflitos derivados permitiram a organização dos trabalhadores e foram as bases para constituição de espaços de negociação e estratégias específicas da luta de classes, bem como impulsionaram transformações políticas e sociais por toda a Europa e suas zonas de influência colonial. A par e passo, o mundo colonial foi sendo assimilado pelas formas de modernização perversas que estabeleceram o controle da gestão das forças produtivas, espoliando as populações tradicionais, as populações escravizadas e degradando o ambiente natural que compunha a cultura e modos de vida não ocidentais.

Já a Segunda Revolução Industrial¹² introduziu elementos produtivos que diversificaram as atividades de produção, que foram se deslocando para setores não industriais, além de

¹¹ Conferir Hobsbawn (2004), para quem a revolução industrial significou “que a certa altura da década de 1780, pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços” (p. 50). Conferir Schwab (2018): “provocada pela mecanização da fição e da tecelagem, a primeira revolução industrial começou na indústria têxtil da Grã-Bretanha em meados do século XVIII. Nos cem anos seguintes, ela transformou todas as indústrias existentes e deu à luz muitas outras, desde as máquinas operatrizes (o torno mecânico, por exemplo) até a manufatura do aço, o motor a vapor e as estradas de ferro” (p. 37).

¹² Schwab (2018) sinaliza que “a segunda revolução industrial marcou o início do mundo moderno, com o advento de programas de saneamento e viagens internacionais”. Tendo o transistor e a manipulação de correntes elétricas no centro de seus feitos, o autor ainda destaca que: “o rádio, o telefone, a televisão, os eletrodomésticos e a iluminação elétrica mostraram o poder transformador da energia elétrica”. No campo dos combustíveis fósseis: “o motor de combustão interna possibilitou a existência do automóvel, do avião e, finalmente, de seus ecossistemas – incluindo empregos na indústria e a infraestrutura de rodovias”. O avanço da pesquisa científica igualmente afetou outras áreas: “ocorreram avanços na química: o mundo ganhou novos materiais, como os plásticos termofixos, e novos processos – o processo Haber-Bosch, de síntese de amônia, abriu caminho para os fertilizantes baratos de hidrogênio, a ‘revolução verde’ da década de 1950 e o subsequente aumento vertiginoso da população humana.” (p. 38). Cf. também Braverman (1987) e Schaff (1995), que denominam de revolução técnico-científica o progresso tecnológico iniciado nas últimas décadas do século XIX. Schaff (1995) considera que a segunda revolução industrial “consiste em que as capacidades intelectuais do homem são ampliadas e inclusive substituídas por autômatos, que eliminam com êxito crescente o trabalho humano na produção de serviços” (p. 22).

deslocar a produção de bens antes manufaturados para o centro da produção industrial, fazendo reluzir as determinações da produção fabril sobre as formas de organização social. O Estado ganha força e, sob a possibilidade histórica da expansão pelas novas formas de dominação colonial, se estabelece desigualmente mediante o espraiamento das formas capitalistas de produção, intensificando a deterioração de formações sociais tradicionais e impelindo, pela expropriação e exploração, a proletarização de enormes contingentes populacionais pelo globo.

A par e passo, o movimento de concentração e centralização do capital se adensa nos países centrais e as elites econômicas e políticas entram em conflito, promovendo choques armados no interior dos territórios centrais. As chamadas “guerras imperialistas” alteraram as forças geopolíticas e foram contrabalanceadas pela organização socialista no Oriente. Importa sinalizar que o desenvolvimento tecnológico, em especial o salto comunicacional e de transporte — uma vez que a Primeira e a Segunda Guerra levaram os conflitos metropolitanos para as zonas de influência —, foi decisivo para o devir da contenda das potências econômicas.

Os chamados anos de ouro que sobrevieram à Segunda Guerra Mundial foram marcados pelo consenso econômico inspirado no plano Marshall, na doutrina keynesiana e na ascensão econômica dos Estados Unidos da América como potência capitalista frente ao Bloco Socialista que tinha como líder a União Soviética. A corrida armamentista do período e, em especial, suas consequências para os feitos espaciais de ambas as nações, motivaram uma série de avanços tecnológicos que são basilares para a tecnologia que fomenta o incremento da logística de mercado que passa a dominar, inclusive, a produção de necessidades. Um dos exemplos deste desenvolvimento é o sistema *Global Positioning System* (GPS).

Em especial, verificou-se uma alteração significativa na estrutura do emprego, que, nos termos da lei geral da acumulação capitalista, diminui relativamente a necessidade do trabalho vivo em diversos setores da produção. Também os incrementos em telecomunicações e as inovações telemáticas permitiram o deslocamento dos polos industriais para os países com uma força de trabalho de “menor valor”, fortalecendo os pactos comerciais e incrementando a divisão internacional do trabalho.

Tal acúmulo foi a mola mestra da chamada Terceira Revolução Industrial¹³, já de base microeletrônica e, também, químico-biológica. Somada a revolução verde, tais processos

¹³ Schwab (2018) destaca que “por volta de 1950, as principais tecnologias da terceira revolução industrial – a teoria da informação e a computação digital passaram por enormes avanços [...] A capacidade de armazenar, processar e transmitir informações em formato digital deu nova forma a quase todas as indústrias e mudou drasticamente a vida profissional e social de bilhões de pessoas” (p. 38). Já Schaff (1995) avança que a terceira revolução industrial é um prolongamento da revolução técnico-científica. De acordo com o autor: “a revolução microeletrônica e a revolução tecnológico-industrial a ela associada representam apenas um aspecto, embora

engendraram transformações em escala global, modificando as relações de produção e de trabalho.

Castells (2017), ao analisar a transformação na estrutura do emprego, infere que no período 1920–1970, as sociedades tornaram-se pós-rurais, e no período 1970–1990, tornaram-se pós-industriais. É importante salientar que tal análise está calcada nos dados do G7, ou seja, das 7 maiores economias do mundo (Estados Unidos da América, Alemanha, França, Reino Unido, Japão, Itália e Canadá)¹⁴. O autor destaca a tendência de queda nas ocupações rurais e industriais nestes países, com elevado aumento da ocupação no setor de serviços, especialmente no âmbito gerencial. Trata-se de um movimento que afeta as economias ocidentais, considerado o deslocamento da produção industrial, especialmente para a Ásia.

Algumas das características do que chamou de sociedades industriais são destacadas por Castells (2017, p. 293-294) como segue:

Eliminação do emprego rural; declínio estável do emprego industrial tradicional; aumento dos serviços relacionados à produção e dos serviços sociais, com ênfase sobre os serviços relacionados à produção na primeira categoria e sobre os serviços de saúde no segundo grupo; crescente diversificação das atividades do setor de serviços como fonte de emprego; rápida elevação do emprego para administradores, profissionais especializados e técnicos; a formação de um proletariado de escritório, composto de funcionários administrativos e de vendas; relativa estabilidade de uma parcela substancial do emprego no comércio varejista; crescimento simultâneo dos níveis superior e inferior da estrutura ocupacional; a valorização relativa da estrutura ocupacional ao longo do tempo, com uma crescente participação das profissões que requerem qualificações mais especializadas e nível avançado de instrução em proporção maior que o aumento das categorias inferiores.

O processo explicitado pelo autor, como relação societária de escopo global, não acontece sem conflitos. O deslocamento de setores inteiros, a implementação de novas técnicas de gestão, e também a mudança na estrutura de proteção social incrementam as determinações da questão social e reverberam nas disputas pela riqueza socialmente produzida no campo político, cultural e militar. Tais tendências, quando analisadas à luz da realidade de países como

muito importante, da atual revolução técnico-científica. O outro aspecto é constituído pela revolução da microbiologia com sua componente resultante, a engenharia genética” (p. 23).

¹⁴ Por exemplo, no Brasil a população urbana superou a população rural apenas durante a primeira metade da década de 1960 (ATLAS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/caracteristicas_socioeconomicas_b.htm#populacao_urbana_rural). Já a China, passou a ter uma população urbana maior que a população rural apenas em 2011 (GAZETA DO POVO. Disponível em: <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/mundo/crescimento-da-populacao-urbana-na-china/>). Por fim, mundialmente a predominância da população urbana em termos percentuais ocorreu apenas em 2007, conforme dados da Divisão das Nações Unidas para a população (WEBBER, Laís. In: URE.LAB. Disponível em: <https://urbe.me/lab/em-30-anos-a-populacao-urbana-mundial-deve-ultrapassar-as-6-mil-milhoes-de-pessoas/>).

o Brasil, sinalizam para uma incorporação perversa do progresso técnico na periferia do capitalismo.

As alterações constituintes da incorporação das novas tecnologias de base microeletrônica, com destaque para os intensos processos de automação, incorrem na necessidade de reorganização do processo de trabalho global, do qual derivam as tendências acima explicitadas.

Aduzindo o processo em questão, convém buscar a compreensão dos novos nexos psicofísicos¹⁵ do trabalho nas expressões da sociabilidade, a partir das novas formas de trabalho e das novas configurações do mundo do trabalho. Destarte, na chamada reestruturação produtiva, como processualidade do desenvolvimento material das forças produtivas, tem lugar um novo arranjo do processo de trabalho, o qual afetou de maneiras diferenciadas cada setor produtivo. Reconhece-se, portanto, a incidência de “mutações sociometabólicas do capitalismo global [que] alteram as determinações categoriais do ser-social” (ALVES, 2011, p. 37).

Trata-se de um complexo de inovações organizacionais, tecnológicas e sociometabólicas possíveis a partir da reestruturação produtiva e da emergência de uma nova base técnica. Socialmente, as alterações que caracterizam a transição do modelo de produção fordista-taylorista para a acumulação flexível configuram o que Alves (2011, p. 43) chama de “materialidade sociotécnica (e psicossocial) adequada à nova produção de mercadorias”.

Castel (1998), ao analisar a condição salarial da França, no bojo das transformações enunciadas, aponta para um enfraquecimento da condição salarial. Notoriamente, os arranjos constituídos pelas classes alteram-se qualitativa e quantitativamente. Recuperando o processo de constituição do Estado Providência, Castel (1998) sinaliza também para os possíveis “efeitos perversos” das conquistas sociais a partir da análise do “mal-estar produzido” por esse padrão de desenvolvimento econômico. Concentram-se aí as consequências do maio de 1968 e seus impactos para o movimento político, mas que expressam a politicidade da transformação produtiva em curso.

Evidenciando aspectos do movimento de reestruturação do processo de trabalho que ganha escopo e velocidade a partir dos anos 1970, Teixeira (2009) destaca, acerca da relação entre as classes fundamentais, que a construção da obediência está envidada pelo comportamento ativo das classes, visto que estas empregam os meios materiais em seu campo

¹⁵ Diz respeito às formas da interação do trabalhador no trabalho. Os nexos psicofísicos interpõem a necessidade de avaliação das formas de subsunção do trabalhador na relação com os meios de produção e ao aparato institucional organizativo a que está submetido.

de influência e comando para produção das condições sociais de produção e reprodução. Indicando uma das referências para a transformação produtiva sob o taylorismo, cita o projeto de um grupo de pesquisadores do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) arquitetado em 1984, o qual tinha como referência a experiência japonesa e a necessidade de superar a crise engendrada pelo modelo fordista de produção.

Concretizado no ano de 1985, o projeto intitulado *Internacional Motor Vehicle Program* (IMPV) contou com financiamento e uma gama de relações entre produtores, pesquisadores e governos para delinear um planejamento para a produção automotora, com vistas ao enxugamento da produção e ao aumento da produtividade. Destacando que não se pode estabelecer uma relação direta entre os resultados desta pesquisa e a realidade das indústrias automotivas estadunidenses, o autor reconhece que a prática e os resultados indicam que as conclusões acerca dos fundamentos universais da produção enxuta são reproduzíveis, na medida em que os resultados das empresas demonstraram um aumento de lucros e uma redução da participação dos salários nos custos (TEIXEIRA, 2009, p. 118-121).

No diálogo com expoentes da escola de regulação, Teixeira (2009) assevera que o processo de incorporação do Ohnoísmo no Ocidente foi mediado pela ação conjunta e programada para a introdução das modificações produtivas com vistas à reestruturação, com impactos para o emprego e para o controle do trabalho. Para ele “no lugar de uma análise científica da crise do capitalismo, o que está em jogo é a discussão de um programa de ação, para salvar o mundo do atraso em que se encontra com relação à economia japonesa” (TEIXEIRA, 2009, p. 128).

No contexto político, o neoliberalismo ganha força e o intervencionismo externo é a tônica da política externa dos países centrais. Tais conformações fundamentaram as democracias estabelecidas pela independência das nações africanas de forma a garantir a influência colonial e acirraram os conflitos na América Latina. O intervencionismo arregimentou conjuntamente o poderio militar, contribuindo para o estabelecimento de regimes autocráticos em diversas nações de África e da América. O Brasil é um caso patente das formas de controle político e econômico externo, característicos da dependência econômica e das particularidades das relações de classe em cada território, revelando com ênfase que a violência é constitutiva da imposição das legalidades do capitalismo monopolista.

A nova conformação das forças produtivas e a dialética entre elas e o trabalho vivo se complexificam com a mundialização do capital e os processos de concentração e centralização. Com um papel fortalecido, o capital financeiro estabelece uma centralidade na determinação da

produção, atuando como dinamizador dos processos de produção. Nessa esteira, o trabalho vê-se envolto nas táticas imperialistas de controle e dominação, que se estendem também para as representações político-ideológicas dos trabalhadores. Com fortes assimetrias pelo globo, as lutas dos trabalhadores se mesclam à produção ideocultural que demoniza o Estado e que protege, regula e incentiva o risco e as necessidades do mercado.

Nesse contexto, intensificam-se as crises do capital e a necessidade de manutenção da taxa de lucro, bem como da dianteira no controle do processo de valorização. Os incrementos nos ganhos competitivos permitidos pela vantagem tecnológica que diminui o tempo de produção e, conseqüentemente, o valor de determinadas mercadorias, acirram as desigualdades internacionais, e as décadas de 1980 e 1990, no alvorecer do século XXI, são marcadas por conflitos sociais de escala global. Vista a necessidade expansionista do capital-imperialismo (FONTES, 2010), a pressão sobre os chamados países em desenvolvimento cresce à medida que são necessárias as condições de externalização do imperativo da reposição dos ciclos de valorização do capital.

Elementar, a queda do bloco soviético ao final dos anos 1980 favorece a unilateralidade da política econômica sob a hegemonia estadunidense e do capitalismo financeiro. Suas bases já estavam assentadas desde o Consenso de Washington, que viabilizou o controle da emissão da moeda e centralizou o controle dos preços nos mercados internacionais. Trata-se de regulação calcada no chamado *soft power* e na intervenção, em parceria com setores internos das burguesias nacionais ou executivos do sistema político internacional.

Especialmente nos anos 1990, a expansão da internet e o desenvolvimento de modelos de negócios específicos para o mundo virtual denotaram a importância da informação para a dominação de classe e para a geopolítica do imperialismo. O aceleração dos processos de investimento e de retorno foi responsável pela base material da centralização que caracterizou o surgimento das megacorporações comunicacionais. Os mecanismos econômicos e políticos de dominação foram centrais para o estabelecimento desse tipo de empreendimento por todas as partes do globo. Nessa esteira, a concentração da propriedade privada via expropriação e espoliação do mesmo modo redefiniram as relações de classe nos países que orbitam/ram os espaços de negócios.

O incremento do controle produtivo e a liderança nas ações de pesquisa e desenvolvimento fomentaram a relevância do mundo dos dados, com base na eficiência e sua capacidade de modelagem do processo produtivo. Como consequência, setores inteiros foram redimensionados em função da adequação às formas toyotistas de produção. Esse incremento

tecnológico estabeleceu novos patamares para a competitividade no mercado internacional e vem delineando o que caracteriza a quarta revolução industrial.

A indústria 4.0, a internet das coisas e as técnicas de realidade aumentada proporcionam novas experiências sociais e colocam no centro das disputas de classe a questão da produção material, mas também da produção cultural como trabalho e espaço de valorização do capital. As inovações têm colaborado para a reconstituição e o surgimento de capitais que se utilizam do processo de mercadorização da vida para se estabelecerem, redimensionando a luta de classes no campo da cooptação e da manipulação.

No contexto político, as primeiras décadas do século XXI têm sido marcadas pelos acontecimentos de setembro de 2001, que tiveram impacto na dinâmica interna e externa da economia dos Estados Unidos da América, bem como na economia mundial e nas disputas pelo controle do petróleo. A “guerra ao terror” da primeira década do século XXI e as táticas de guerras híbridas (KORYBKO, 2018) — ou da intervenção política realizada por meio de cooperação multilateral e colaboração institucional entre organizações de diferentes naturezas jurídicas, podendo, inclusive, valer-se de grupos mercenários —, características da segunda década, fortaleceram as atividades manipulatórias e de controle, via política externa e colaboração militar discreta, facilitando o estabelecimento das condições ideais de produção. No caso brasileiro, o processo de *impeachment* e as leis antiterrorismo foram processos cabais de alteração na correlação de forças da luta de classes.

É neste contexto que o trabalho por demanda, já como elemento da chamada Quarta Revolução Industrial, se espraia com intensidade, corroborando o processo geral de precarização do trabalho regulamentado e alterando as feições de classe. No Brasil, veremos que altera a forma de constituição do mercado de trabalho informal, bem como é objeto de inclusão periférica na política previdenciária.

O processo em curso evidencia a relevância das políticas de trabalho e renda para a conformação dos escopos das lutas sociais, bem como demonstra que está alinhado à produção ideocultural prevalecente no ambiente de negócios. Do empreendedorismo à eficiência mistificada como preocupação ambiental¹⁶, as ideologias de mercado perfazem as condições da luta de classes e incrementam os conflitos das classes em disputa.

¹⁶ Como buscaremos demonstrar no transcurso do texto, essa mistificação não guarda relação com a necessária atenção a ser dada às condições de reprodução naturais. Além do ecocapitalismo, qualquer perspectiva transformadora e revolucionária precisa empreender a reconciliação com o ambiente natural e acolher as possibilidades combinadas de promoção de uma produção que retome também a territorialidade e a processualidade dos finitos recursos naturais. Logo, trata-se de reconhecer o natural não como objeto, mas

Observado que todo movimento de especialização do trabalho implica também em novas formas de alienação, aventamos que este processo amplia as determinações da base produtiva, abarcando momentos da reprodução tornados fundamentais para a manutenção das forças produtivas e das relações de classes dela constituintes. Desde a cooperação à grande indústria, o movimento do trabalho expressa necessidades e constituições da vida social, metamorfoseando-se constantemente em razão das formas conflitivas que assume.

O engendramento dialético das relações sociais sob determinadas condições materiais acontece na produção contínua de suas condições de reprodução regularmente repostas sob novas bases. Nesse processo, gesta também seus contrários e suas resistências, visto que sua forma de existência é dialética sob bases determinantes que são também flexíveis e não estanques.

Nas economias de mercado o trabalho continua a ser a fonte do valor, apesar de todas as teses contrárias à centralidade do trabalho. Acontece que com o incremento tecnológico a satisfação das necessidades fundamentais é progressivamente menos dispendiosa (relativamente em comparação com outros modos de produção) e sua participação no processo de valorização é diminuída a depender das forças sociais em ação. A tendência de queda do tempo socialmente necessário à produção das mercadorias impacta diretamente o mercado de trabalho, implicando no decréscimo relativo da participação da força de trabalho, como efeito da Lei Geral da Acumulação Capitalista.

Na esteira da centralização e concentração do capital, a participação da classe trabalhadora na elaboração e definição de estratégias políticas para a utilização da tecnologia encontra-se limitada pelas formas de participação política e também pelo incremento da alienação que distancia o sujeito do gênero ao impor métricas de efetividade e produtividade que exigem certa unidimensionalidade, ocultando o resultado da especialização como produtividade quando o resultado dessa forma de trabalhar não é apropriado pelo trabalhador.

2.1.2 Virtualidade, produção e reprodução: processo global da produção capitalista

como constituinte do sociometabolismo. Como exemplo de proposições que consideram tal assertiva, citamos os pilares do Confederalismo Democrático enunciados por Abdullah Öcalan (2015), os quais se orientam pela ecologia, pelo feminismo, pelo multiculturalismo e para o consenso. Trata-se do modelo adotado pelo Partido dos Trabalhadores do Curdistão, que busca enfrentar todos os desafios impostos a um povo que é posto em luta contra a dominação das potências capitalistas centrais e seus espólios, como o Estado Islâmico.

Importa dimensionar que os processos em curso apenas se encontram, se comparados à lógica própria da inovação, incubados, aguardando para tomar parte do mundo físico e social, impondo novas mediações para o trabalho e agravando as consequências da expropriação de amplos contingentes populacionais. Os requerimentos por especialização são inalcançáveis em escala quando pensados desde a capacidade de resposta das classes sociais em disputa, considerada a desigualdade descomunal no acesso às redes de produção e armazenamento de informações.

Não obstante, a lógica da formação do valor permanece inalterada, dando lugar às necessidades de equilíbrio quanto à distribuição da massa de mais-valia produzida no contexto do trabalho social combinado. Verifica-se, pois, que as crises do capital, para além da crise estrutural, intensificam-se no sentido de redimensionar constantemente os valores distribuídos e a capacidade de fornecimento de bens e serviços para a circulação e realização do processo de valorização.

A estrutura remuneratória da força de trabalho ganha, então, novos contornos, adentrando as atividades de produção de dados e as formas de participação na construção das transformações materiais e digitais em curso. Trata-se de importante tema na medida em que o próprio mundo virtual se torna mais controlado e passível de monitoramento e direcionamento. Sobre o tema, é elementar que citemos a tecnologia de *Blockchain*¹⁷, a qual poderá redimensionar os controles no tocante à propriedade intelectual e trajetória da informação-mercadoria, favorecendo as formas de verificação de identidade e de propriedade em termos de efetivo rendimento do trabalho imaterial.

As estruturas necessárias para a manutenção das funcionalidades advindas da digitalização do mundo concreto ainda estão em construção, carecendo de investimentos infraestruturais e padecendo de limitantes tecnológicos no que tange ao fluxo e ao armazenamento de dados, mas avançam, por exemplo, na constituição da rede 5G, que ampliará a possibilidade de extensão das tecnologias ligadas à internet das coisas, facilitando a

¹⁷ Tal tecnologia de registros distribuídos permite a atribuição de uma identidade digital, facilitando os registros de propriedade e garantindo a inviolabilidade de conteúdos digitais, como por exemplo: música, filmes, *softwares*, etc. Igualmente, dispensa a utilização de intermediário para verificação e controle e permite a utilização de redes diretas entre grupos de pessoas. Ao que tudo indica, funciona como um passaporte para criação de uma unidade digital de propriedade pessoal ou organizacional. De acordo com Schwab (2018, p. 134): “no coração da tecnologia *blockchain* está a capacidade de criar e trocar registros digitais exclusivos sem a necessidade da existência de uma parte confiável e centralizada”. Na prática, a tecnologia já é utilizada para validação de entradas em registro público de criptomoedas, destacadamente o Bitcoin. (Cf. Sudararajan, 2018).

aplicabilidade de dispositivos de transporte e segurança, por exemplo, totalmente automatizados ou controlados remotamente.

Assim que o impacto tecnológico na dinâmica forças produtivas e nos conflitos de classe apenas sinalizam suas primeiras consequências, tendendo a agravar as formas de exploração que são incrementadas pela produtividade do trabalho e disfarçadas pelo trabalho imaterial e pelo trabalho gratuito. Tais consequências dão notícias dos inúmeros desafios¹⁸ que se colocam para o enfrentamento das formas de controle e exploração impostos pelo capital controlador da tecnologia informacional.

Considerado o contexto, aventamos a necessidade de compreender a dinâmica do capital ante as relações laborais que se estabelecem, bem como os fluxos de capital e sua participação na constituição da grandeza de valor em termos de trabalho abstrato, mas também nas dinâmicas de realização do valor na esfera da circulação, motivo pelo qual buscaremos problematizar o movimento da economia política que se engendra no tecido social.

Alguns temas tornam-se relevantes para a compreensão dos movimentos anunciados, tendo em vista o aumento da importância do capital financeiro que centraliza os fluxos de capitais monopolizados, especialmente as instituições financeiras com extensa atividade em fundos governamentais e gestão de grandes ativos da esfera da produção. Também a ampliação do escopo do mercado pela abertura de mercados de serviços financeiros e digitais, contando com a desregulamentação por retrocessos na legislação e o incremento extensivo do trânsito de valores com certificação e segurança digitalizados, inserem milhões de clientes no sistema financeiro e colaboram para a ampliação das esferas de realização do valor.

O mercado de dados também apresenta transações significativas e encontra-se na dianteira das operações comerciais, orientando outros mercados e garantindo a realização do valor de forma otimizada. Já as moedas digitais inauguram mercados desregulados capazes de ativar trocas antes mais custosas. Nitidamente carecem de ajustes para equiparar-se à economia que se pretende real, ou seja, as oficialmente conectadas e de confiança do sistema mundo regulamentado por organismos multilaterais ou por acordos bilaterais.

As alterações em curso modificam os determinantes da produção de valor no capitalismo à medida que alteram os custos da reprodução do trabalho, vista sua influência em

¹⁸ Schwab (2018, p. 58) sinaliza, acerca dos benefícios do incremento tecnológico, que sua realização no ambiente de valorização do capital aponta para “o aumento da desigualdade por meio dos monopólios: por exemplo, a Google já controla quase 90% da participação global no mercado dos negócios de publicidade em buscas, o Facebook controla 77% do tráfego social móvel e a Amazon tem quase 75% do mercado de e-books”.

mercados determinantes para os custos da força de trabalho (transporte, alimentação, vestuário e produtos tecnológicos destinados aos usuários individuais), e centralizam o poder decisório dos investimentos nos ciclos de reprodução do capital ao capital financeiro administrado centralizadamente.

No intento de compreender tal movimento a partir das inferências de Marx acerca da circulação das mercadorias, como fator preponderante para a conformação das relações de classe pela mediação do salário e do emprego, apresentamos, com base no movimento de reprodução global do capital, questões para a economia política a fim de problematizar as questões em voga.

Observadas as determinações fundamentais da produção capitalista, buscaremos tratar do processo de acumulação e, centralmente, do processo global da produção capitalista para destacar a importância do mercado e da circulação para o conjunto das forças produtivas, em especial o capital produtivo criador de mais-valor.

Desde a mirada marxiana, destacamos a preponderância do trabalho coletivo controlado pelo capital em suas necessidades ontológicas de existência e reprodução, o que implica no reconhecimento de que “os ciclos dos capitais se entrelaçam, pressupõem e condicionam uns aos outros, constituindo, precisamente nesse entrelaçamento, o movimento do capital social total.” (MARX, 2014, p. 451).

Apesar de entrelaçados, Marx (2014, p. 134) destaca:

O capital industrial é o único modo de existência do capital em que este último tem como função não apenas a apropriação de mais valor ou de mais produto, mas também sua criação. Esse capital condiciona, portanto, o caráter capitalista da produção; sua existência da oposição de classes entre capitalistas e trabalhadores assalariados. À medida que o capital se apodera da produção social, a técnica e organização social do processo de trabalho são revolucionados e, com isso, o tipo histórico-econômico da sociedade.

Entretanto, apesar da centralidade produtiva no capital industrial, a necessidade de realização de seus valores de usos implica na tomada da produção capitalista em seu conjunto, do que Marx sinaliza, acerca da indústria dos transportes, por exemplo, que ela constitui:

por um lado, um ramo independente de produção e, por conseguinte, uma esfera especial de investimento do capital produtivo. Por outro lado, ela se distingue pelo fato de aparecer como continuação de um processo de produção dentro do processo de circulação e para o processo de circulação. (2014, p. 231).

E continua:

As massas de produtos não aumentam pelo fato de serem transportadas. E tampouco a alteração de suas propriedades naturais provocada pelo transporte constitui, com algumas exceções, um efeito útil deliberado, mas um mal inevitável. Porém, *o valor de uso das coisas só se realiza em seu consumo*, o

qual pode exigir seu deslocamento espacial e, portanto, o processo adicional de produção da indústria do transporte. Assim, *o capital produtivo investido nessa indústria adiciona valor aos produtos transportados, em parte por meio da transferência de valor dos meios de transporte, em parte por meio do acréscimo de valor gerado pelo trabalho de transporte*. Essa última adição de valor se decompõe, como em toda produção capitalista, em reposição de salário e mais-valor. (MARX, 2014, p. 229).

Como trabalho concreto, Marx (2014) indica que o setor de transportes

vende é o próprio deslocamento de lugar. O efeito útil obtido é indissolavelmente vinculado ao processo de transporte, isto é, ao processo de produção da indústria dos transportes. Homens e mercadorias viajam num meio de transporte, e sua viagem, seu movimento espacial, é justamente o processo de produção efetuado. [...]

O efeito útil só pode ser consumido durante o processo de produção; ele não existe como uma coisa útil diferente desse processo, como algo que só funciona como artigo comercial, só circula como mercadoria depois de ter sido produzido. Mas o valor de troca desse efeito útil é determinado, como o de qualquer mercadoria, pelo valor dos elementos de produção nele consumidos (força de trabalho e meios de produção) acrescido do mais valor criado pelo mais trabalho dos trabalhadores ocupados na indústria dos transportes. (p. 133-134).

Nesse sentido, alude a uma importante questão, qual seja, a do consumo produtivo, noção que aventamos ser central para a compreensão da dinâmica da participação do setor de transporte na repartição da riqueza socialmente produzida. Aludindo ao consumo produtivo, Marx (2014, p. 154) salienta que o capital produtivo lança mão da compra de mercadorias para viabilização da realização do valor, momento no qual identifica que “o consumo só entra no ciclo do próprio capital por se tratar desse consumo produtivo; sua condição é que, mediante as mercadorias assim consumidas, crie-se mais valor”.

A necessidade última de realização, considerando que a mercadoria produzida só pode ser efetivamente consumida como valor de troca por seu valor a partir do momento em que coexiste espacialmente e mantém contato com seu comprador. Tais legalidades apresentam diferentes feições no ramo de transportes e de comunicação, mas implicam em que “o volume das massas de mercadorias criadas pela produção capitalista é determinado pela escala dessa produção e pela necessidade de sua constante expansão, e não por um círculo predestinado de oferta e demandas, de necessidades a serem satisfeitas” (MARX, 2014, p. 154), representando a participação ampliada dos elementos dos ciclos do capital na reprodução de sua totalidade.

É nesse sentido que Marx tece elaborações específicas acerca do setor de transportes quando avança que existem

[...] ramos autônomos da indústria em que o produto do processo de produção não é um objeto novo, uma mercadoria. Dentre esses ramos, o único economicamente importante é a indústria das comunicações, seja ela a indústria do transporte (de mercadorias e de pessoas), seja a da mera transferência de informação, cartas, telegramas, etc. (MARX, 2014, p. 133).

Dada a característica expansionista, bem como a necessidade de realização, Marx ainda destaca acerca do consumo de mercadorias no processo de produção:

[...] O ciclo do valor de capital que ele representa não é interrompido. E esse processo é ampliado – o que implica o consumo produtivo ampliado dos meios de produção –, então essa reprodução do capital pode ser acompanhada da ampliação do consumo (portanto, da demanda) individual do trabalhador, uma vez que tal processo é introduzido e mediado pelo consumo produtivo. (2014, p. 155).

Já sobre a realização do valor na esfera da indústria dos transportes como componente especial do processo de produção capitalista com vistas à realização do valor, destaca ao citar as elaborações de Tchuprov (1985, *apud* MARX, 2014, p. 133):

A produção e o consumo aparecem, assim, como dois atos separados no espaço e no tempo. Na indústria dos transportes, que não cria quaisquer produtos novos, mas apenas traslada homens e coisas, esses dois atos se confundem; os serviços (as mudanças de lugar); tem de ser consumidos no mesmo instante em que são produzidos. Por isso, o raio do qual as ferrovias podem buscar clientes se estende, no máximo, a 53 km de ambos os lados.

Como problemas advindos da compreensão do consumo produtivo relacionado ao setor de transportes, é importante destacar que:

Se consumido individualmente, seu valor desaparece com o consumo, se consumido produtivamente, de modo a que ele mesmo constitua um estágio da produção da mercadoria transportada, seu valor é transferido à própria mercadoria como valor adicional. (MARX, 2014, p. 134).

Assim que a natureza da atividade pode não ser diferenciada, mas a natureza do objeto ou do sujeito transportado importa para as formas de apreensão da legalidade em que se insere o setor de transportes. Atualmente, no bojo da expansão do setor de serviços, inclusive os de entretenimento, a participação do transporte para conexão dos elos da realização do produto cultural, por exemplo, com seu público (ao se transportar um consumidor para ver um filme ou para assistir a uma peça de teatro) é elemento importante para compreensão dos fluxos do valor trabalho na cadeia das empresas em rede.

Dada a realização instantânea do consumo, no qual são consumidos os meios de transporte em si e, também, a força de trabalho dos trabalhadores envolvidos no setor, Marx (2014) também indica sua similaridade com a produção de metais preciosos. Na passagem que segue o autor sinaliza o consumo do efeito útil do serviço de transporte e sua forma de realização:

A fórmula para a indústria dos transportes seria, portando $D-M < T/Mp \dots P-D'$, já que aqui se paga o próprio processo de produção, e não um produto dele separado. Sua forma é, assim, quase a mesma da fórmula da produção dos metais preciosos, com a única diferença de que D' é aqui a forma modificada do efeito útil, engendrado durante o processo de produção, e não a forma

natural do ouro ou da prata engendrados durante esse processo e dele expelidos. (p. 134).

Marx (2014, p. 230) expressa também que o cômputo de incremento de valor adicionado pela indústria dos transportes está embotado na produção na medida em que “a grandeza absoluta de valor que o transporte adiciona às mercadorias se encontra, mantendo-se inalteradas as demais circunstâncias, em proporção inversa à força produtiva da indústria do transporte e em proporção direta às distâncias a serem percorridas”.

Já no livro III d’O Capital, também editado e complementado por Engels, verifica-se uma análise detalhada da lógica do processo global de produção, onde Marx (2017) busca explicitar os mecanismos pelos quais o mais-valor é expresso em lucro, lucro médio e na taxa de lucro, de forma que possamos compreender a possibilidade de participação da repartição do incremento de capital realizado a cada ciclo por meio da apropriação do mais-valor e da reposição desses elementos.

A análise empreendida tem por objetivo expressar as configurações do capital da “forma em que se apresentam na superfície da sociedade, na ação recíproca dos diferentes capitais, na concorrência e no senso comum dos próprios agentes da produção” (MARX, 2017, p. 53). A apresentação lógica do fenômeno da produção capitalista é inspirada pela lógica de Hegel e admite que o “processo direto de produção não esgota a biografia do capital [visto que] ele é complementado no mundo real pelo processo de circulação [...]” (p. 53).

Assim que a expressão fenomênica do processo de produção capitalista, encadeado como processo de valorização, apresenta diferentes legalidades e não se manifesta diretamente. Se já em meados do século XIX tal problemática era de difícil acompanhamento em termos documentais e notariais, a exemplo da inviabilidade de dados estatísticos, atualmente compreende uma gama de setores e atividades com um volume de negócios muito maior e de maior agilidade, ainda que o período anual sirva de referência para instituições públicas e privadas em âmbito nacional e mundial.

Em diálogo direto com as correntes do pensamento econômico da época, Marx reflexiona acerca da teoria monetária, das determinações da produção e das formas de regulação do mercado. Tais problemáticas ainda hoje encontram-se no cerne dos debates econômicos e políticos, enredando as questões ideológicas, como exemplo: a capacidade autorregulatória do mercado e sua mão invisível continuam a justificar a manutenção de privilégios no dinamismo econômico.

Importa salientar que a síntese do processo global de produção leva em consideração a transformação das categorias específicas em categorias totalizantes. Por exemplo, destacamos

a questão do lucro médio que envolve tanto o capital produtivo quanto o capital comercial. As inter-relações históricas e as formas de participação na composição do capital em seus diferentes estágios cíclicos contribuem para que, no geral, seja contabilizada a participação de seus agentes na repartição do capital excedente extraído por meio da mais-valia.

Igualmente à participação na composição da taxa de lucro e na distribuição do lucro médio, cada capital é “remunerado” proporcionalmente ao montante do capital adiantado inicialmente. É assim que as atividades econômicas se encontram interligadas na medida em que o capital portador de juros pode adiantar o capital na sua forma dinheiro. Essa transação, por exemplo, é dependente das formas jurídicas institucionalizadas pelo Estado para que os investidores não sejam considerados apenas “agiotas”.

A característica parasitária da operação das empresas virtualizadas de transportes nas cidades acaba por representar a inserção de um mecanismo que acelera a circulação e drena parte do montante das riquezas, direcionando aos agentes do transporte recursos para sua reprodução e repassando ao setor parte da mais-valia do trabalhador explorado na qualidade de custo gerencial da utilização da plataforma e do gerenciamento da troca. A plataforma parece atuar como espaço no qual o proprietário é remunerado pela utilização durante um determinado período de tempo, permitindo a transferência de trabalho entre os agentes (passageiro/mercadoria, trabalhador e plataforma).

Dada a forma de desenvolvimento do modelo de negócios característicos de *startups* e *fintechs*, os investimentos realizados por meio de linhas específicas, como a de mercados futuros, demanda também a remuneração do capital investido como empréstimo, manifestando historicamente o poder de mobilizar o trabalho. A complexidade desse trabalho se estende às atividades gerenciais mais diretamente ligadas à atividade de transporte e tem seu núcleo central na realização da programação da plataforma, que é o “espaço” de realização do trabalho, de controle desse trabalho e de intermediação — inclusive financeira — entre os agentes envolvidos.

As formulações acima levantadas encontram-se baseadas em um recente processo *in flux*, não determinado e em disputa, servindo como contribuição à maturação e reflexão sobre o tema, sendo que consideramos necessário, para sua sedimentação, a realização de maiores investigações teóricas e fenomenológicas para compreensão do movimento de incremento produtivo mediante dataficação e virtualização de amplos setores da atividade econômica. Por exemplo, aventamos que a elucidação da origem laboral dos motoristas envolvidos no setor em expansão seja importante elemento para compreensão das transformações no mercado de

trabalho e a relevância dos transportes no consumo produtivo e na determinação do valor da força de trabalho.

Outros elementos para a apreensão do Processo Global de Produção envolvem também as questões de mobilidade e da participação do transporte coletivo e de cargas na realização do valor através da representação do valor de uso pelo valor de troca, elemento de extrema relevância para a determinação de sua participação no produto social global. E da mesma maneira, as relações imbricadas no consumo dos elementos constantes da produção, que no caso do setor de serviços — transportes — envolvem a cadeia produtiva que vai do combustível aos veículos e se estende até os serviços de manutenção do maquinário, serviços financeiros, seguros, etc.

2.2 O DEBATE TEÓRICO SOBRE O INCREMENTO TECNOLÓGICO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O TRABALHO

O debate acerca das transformações no mundo do trabalho e a possível perda da centralidade da lei do valor remontam às formulações de autores como Gorz, Offe e Habermas. Argumentos que vêm demonstrando sua fragilidade em termos heurísticos para a compreensão da realidade socioeconômica contemporânea. Apesar de tais formulações buscarem dar conta das transformações verificadas na classe trabalhadora, identificam o trabalho com a produção capitalista e negligenciam a complexa rede interdependente que caracteriza o trabalho abstrato direcionado ao processo de valorização do capital.

Algumas das recentes formulações que objetivam dar conta das transformações ocorridas nas relações de trabalho são enunciadas por Huws (2011, 2014), por Antunes (2020) e também por Teixeira e Frederico (2009). Esse conjunto de elaborações indicam análises que objetivam incrementar perspectivas metodológicas para a compreensão da realidade social contemporânea em termos de produção. Apresentaremos brevemente os traços fundamentais de cada perspectiva para elucidação das categorias que buscam dar conta das mudanças em curso.

Antes, vale trazer à baila as motivações intrínsecas ao pensamento reproduzido, quais sejam, a intensificação da luta de classes e o debate com as clássicas formulações de Marx acerca das categorias: trabalho concreto, trabalho abstrato; trabalho produtivo, trabalho improdutivo; trabalho material e trabalho imaterial. No embate com as formulações do pós-trabalho e da prevalência do trabalho imaterial, que implodiria os fundamentos da lei do valor,

tais perspectivas buscam as novas formas de sedimentação do capitalismo para compreender os fundamentos das formas do trabalho contemporâneo.

Cronologicamente, oferecemos uma breve exposição das formulações de Teixeira (2009) acerca do que chamou de cooperação complexa e trabalho social combinado. Ao se perguntar sobre a atualidade de Marx ante as alterações significativas na dinâmica do capitalismo desde o século XIX, defende a atualidade epistêmica do marxismo e indica que seu legado manteve a relevância, por exemplo, nas publicações de Lênin. Igualmente, Rosa Luxemburgo e Ernest Mandel são citados como corolários da tradição marxiana ao, juntamente com Lênin, estabelecer as formas de existência do capital em sua forma monopolista (Lênin), suas crises (Mandel) e os problemas da reprodução ampliada (Rosa Luxemburgo).

Na busca por “derivar da apresentação de ‘O capital’ outras categorias que possam dar conta dos novos fenômenos do capitalismo contemporâneo”, Teixeira (2009, p. 90) diferencia a qualidade histórica da qualidade lógica das categorias d’O capital, indicando que a apresentação textual se refere mormente aos elementos dispostos logicamente. Adverte que, encontradas as identidades entre lógica e história, estariam abertas as portas para resolução das questões sobre a importância e atualidade da teoria marxiana.

O autor em questão indica que a identidade está contida na produção da mais-valia relativa, considerado o imperativo de diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário ou a necessidade “[...] de transformar a produção de riqueza cada vez mais independente do tempo de trabalho empregado em sua produção” (TEIXEIRA, 2009, p. 91). Assim que a grande indústria operou uma transformação fundamental para a mudança do controle do trabalho, que sai das mãos dos trabalhadores em termos de suas habilidades individuais e coletivas, sendo fracionadas e controladas pelo capital, que se torna sujeito do processo de valorização. Nas palavras de Teixeira (2009, p. 93): “[...] são os meios de produção que empregam o trabalho e não o contrário”.

O estabelecimento da grande indústria também impõe a generalização da produção de valores de troca, formando mercados de consumo pessoal da classe trabalhadora, intensificando a dependência do modo de produção e da venda da força de trabalho. Sem embargo, o escopo do mercado não depende apenas da reprodução da força de trabalho, mas é constituído essencialmente pelo mercado intercapitalista que demanda por meios de produção e matérias-primas.

Constatadas as bases do estabelecimento da produção, o autor vê-se diante da necessidade de compreensão das formas de distribuição da mais-valia. Sem adentrar com mais

delongas no tema e nas tematizações já realizadas, infere, utilizando-se das elaborações marxianas do Livro III de O Capital, que

[...] o capital não é mais considerado como capital em geral, mas, sim, como movimento de diferentes capitais, que assumem funções particulares determinadas pela divisão social do trabalho, que tem lugar no interior da grande indústria, do capital considerado como um todo, isso é, como unidade de suas formas de existência (capital-dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria), mostra-se como ele aparece na superfície da sociedade. (TEIXEIRA, 2009, p. 95).

O controle do processo de valorização e a concomitante subsunção real do trabalho ao capital operam para a intensificação do distanciamento do nexos produtivo, escondendo a estrutura medular que opera a reprodução dos ciclos do capital em expansão. Tais movimentos indicam que

[...] surgiu uma nova forma de produção de mercadorias, que realiza sob novas condições as contradições da grande indústria. Com sua emergência abre-se uma nova era de domínio do capital, na qual a sociedade mesma se transforma numa “grande fábrica sem muros” [...]. Essa nova forma de produção de mercadorias tem nome: cooperação complexa. (TEIXEIRA, 2009, p. 98).

Diferentemente da partilha de capitais observada na grande indústria, a cooperação complexa é expressão do processo de centralização do capital, momento no qual “[...] o capital passa a reunificar numa mesma unidade de produção o que fora separado pela divisão social do trabalho e petrificado numa atividade particular” (TEIXEIRA, 2009, p. 110). Essa nova forma repõe os elementos da cooperação simples de forma atualizada, com o intento de potencializar e racionalizar o consumo produtivo da força de trabalho.

Para efetivação da reposição dos elementos da cooperação simples ante as formas organizacionais desenvolvidas pela grande indústria, a reestruturação produtiva ocupa centralidade no processo em que se “[...] recompõe a unidade das diferentes fases do processo de trabalho, recriando um novo tipo de trabalhador coletivo combinado” (TEIXEIRA, 2009, p. 112). Recorre ainda ao reconhecimento da necessidade de reposição dos elementos subjetivos da produção, recuperando os imperativos do liberalismo em suas formas atualizadas.

Em síntese, o autor parece incorporar o processo de formação do imperialismo e as determinações do processo de concentração e centralização do capital, indicando a atualidade do trabalho como produtor da riqueza na medida em que está subsumido ao controle financeiro dos capitais totalizantes. Assim, a produção complexa esgarça as possibilidades de exploração da força de trabalho ante o incremento da mais-valia relativa e novas formas de distribuição da riqueza socialmente produzida.

Já Úrsula Huws (2011) questiona que a centralidade da produção do valor seja derivada do conhecimento. Em contraposição às formulações que sinalizam para a desmaterialização do

trabalho, busca compreender como algumas atividades são tornadas trabalho e “mercadorizadas”. Argumenta que o setor de serviços tem sido mobilizado pelo capital em detrimento da diminuição dos empregos domésticos. Para a autora, em oposição à desmaterialização, ocorre uma tendência à mercadorização ou de transformação de serviços em produtos materiais que se torna dominante no capitalismo (HUWS, 2011, p. 30).

Em outra produção de Huws (2014), ela se propõe a identificar os locais da produção e quem são os trabalhadores envolvidos diretamente na produção de mais-valia. Sustenta que se trata de atividade estratégica para o enfrentamento das tendências regressivas da produção e suas consequências no contexto social. Por não acreditar que todos os trabalhadores pertençam a uma força de trabalho indiferenciada, se esforça para caracterizar o que chamou de “trabalho dentro do nó”.

O trabalho dentro do nó é caracterizado como

o trabalho realizado diretamente para um empregador capitalista por um trabalhador que é dependente desse trabalho para subsistir e é, portanto, um adversário de linha de frente na luta entre capital e trabalho em relação a quanto tempo de trabalho deveria ser trocado por determinada quantidade de dinheiro. (HUWS, 2014, p. 16).

Compreendendo a interconectividade das atividades de trabalho através dos nós que sustentam as cadeias de produção de valor, faz alusão às três formas de geração do lucro no capitalismo, sendo que apenas a produção da mais-valia é especificamente característica do modo de produção capitalista, as outras duas são a renda e o comércio. Acerca da categorização do trabalho, a autora indica também algumas de suas outras formas como: o trabalho não remunerado; trabalho improdutivo reprodutivo; trabalho de consumo; trabalho criativo; trabalho livre e estágio não remunerado e trabalho voluntário.

Para definição categorial dos espaços em que o emprego do trabalho é capitaneado pela exploração da mais-valia, a autora viu-se diante da necessidade de conceituar seu produto, a mercadoria. Para Huws (2014, p. 19), mercadorias são: “produtos e serviços padronizados, à venda em mercados cuja venda irá gerar lucros que aumentam em proporção à escala de produção”. Logo, nos parece identificar a mercadoria com o produto do processo de valorização.

No âmbito da luta de classes, destaca a necessidade de reconhecer quanto e como a mais-valia é gerada a partir de qualquer trabalho, bem como aponta para a necessidade do estabelecimento do custo de reprodução dos trabalhadores, de forma a que se conheçam os recursos e que possam ser formuladas exigências para sua distribuição. Aduzindo da categoria tempo socialmente necessário e suas consequências, argumenta que se trata de um conceito

problemático, na medida em que dependem de instituições como a família, a qual é considerada no cômputo dos custos de reprodução.

Nesse sentido, encontra-se invisibilizado o trabalho reprodutivo que se ocupa de fração dos custos efetivos do trabalho, considerados os elementos para subsistência do trabalhador e a reprodução da classe trabalhadora. À guisa de conclusão, destaca a complexidade das cadeias de valor, mas sugere que é indispensável pensar as atividades vitais que atam os nós e atuar estrategicamente no sentido de negociar os termos da realização do valor, garantindo a capacidade de negociação coletiva na resolução dos inescapáveis conflitos derivados das relações de trabalho.

Por fim, atentamos para as propostas apresentadas por Antunes (2020), que analisa o expressivo crescimento do setor de serviços mediado pelas tecnologias digitais. O autor propõe compreender a “nova morfologia do trabalho” e os impactos para a organização da classe trabalhadora e para as determinações da exploração da força de trabalho. Reconhecendo as mudanças na divisão internacional do trabalho, aponta para uma tendência na qual:

no capitalismo financeirizado da era informacional, se desenvolve cada vez mais uma simbiose entre o que é produtivo e o que é improdutivo, uma vez que no mesmo trabalho podem ser executadas atividades que geram valor e, posteriormente, outras ações voltadas para conferir a qualidade dos produtos criados, mesclando assim ações tanto “produtivas” quanto “improdutivas” (sempre no sentido de que lhes é dado pelo capital). (ANTUNES, 2020, p. 33).

Analisando as técnicas e os processos de adequação às necessidades de valorização, o autor aborda os processos de privatização e mercadorização, defendendo que há uma ampliação da exploração do trabalho. Formas de trabalho intelectual ou imaterial são amplamente subordinadas à forma mercadoria e passam a incorporar o rol de atividades geradoras de valor, não importando se se trata de trabalho produtivo no sentido estrito.

Reconhecendo que “os serviços foram, nos séculos XIX e XX, em grande parte considerados improdutivos (para o capital)” Antunes (2020, p. 41) alude à necessidade de atualização de tais compreensões ante os efeitos do incremento tecnológico e da diminuição da necessidade do trabalho vivo nos setores industriais e na agricultura, implicando num deslocamento da força de trabalho para o setor de serviços.

Antunes (2020, p. 42) advoga, por exemplo, que os serviços de transporte são convertidos em ramo da indústria, bem como que nos serviços privatizados ocorre “um processo de produção dentro do processo de circulação” (p. 43). Defende, portanto, que

estamos presenciando o advento de novas formas de extração do mais-valor também nas esferas da produção não material ou imaterial, espaço por excelência dos serviços que foram privatizados durante a longa fase de vigência do neoliberalismo. [...] [podendo-se verificar] “a imbricação

progressiva entre trabalho, ciência, imaterialidade e materialidade, trabalho produtivo e improdutivo (p. 46-47).

Sobre a imaterialidade do valor produzido, Antunes (2020, p. 88) utiliza-se da conceptualização de Jean Marie Vincent para inferir que:

A imaterialidade se tornou, então, a expressão do trabalho intelectual abstrato, que não leva à extinção do tempo socialmente médio de trabalho para configuração do valor, mas ao contrário, insere os crescentes *coágulos de trabalho imaterial* na lógica da acumulação, assimilando-os à nova fase da produção do valor.

Por fim, argumentando em favor da lei do valor e das novas condições da exploração do trabalho, verifica que as tendências do mercado de trabalho em geral apontam que

a redução do trabalho vivo não significa perda da centralidade do trabalho abstrato na criação do valor, que já muito deixou de ser resultado de uma agregação individual de trabalho para se converter em *trabalho social, complexo e combinado*, e que, com o avanço tecnológico-informacional-digital, não para de se complexificar e de se potencializar, redesenhando a classe trabalhadora [...] (ANTUNES, 2020, p. 89).

Esboçados os elementos considerados centrais das produções destes importantes pensadores do mundo do trabalho, nos parece consenso que há uma tendência de subsunção real do trabalho ao capital em decorrência da centralização e concentração do capital, edificando estruturas de trabalho social complexo e combinado. O atual mercado financeiro, na era dos oligopólios, desempenha importante papel na determinação das formas de investimento, na criação de empregos, investimentos em pesquisa e desenvolvimento e estruturação da infraestrutura industrial e urbana necessárias às condições externas de produção.

A alteração na composição sociotécnica do trabalho afetou a organização dos trabalhadores, sua distribuição e as formas de socialização promovidas pelo trabalho. O acirramento da competitividade e a segregação, que em países como o Brasil demonstram também seu cariz étnico-racial, acabam por incrementar ainda mais os elementos do racismo estrutural e os efeitos do estranhamento do trabalho. Numa situação de desemprego estrutural, a obtenção da renda necessária à subsistência implica na monetização de qualquer aspecto da vida, como a segurança ou a privacidade.

A cooperação complexa arrasta o trabalhador expropriado de qualquer meio de vida à venda da força de trabalho em condições que demandam que ele aja como um capital individual, remodelando o processo de proletarização e transformando-o em processo de capitalização para melhorar as condições de participação no processo de valorização. Assim que a privatização, a terceirização, a mercadorização e a criação de serviços remodelam as estruturas produtivas e reprodutivas em razão do imperativo da valorização, resultando na intensificação da exploração do trabalho e na ressignificação das próprias atividades de trabalho.

2.3 TECNOLOGIA E FORMA CULTURAL: DIALÉTICA, PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO

Dadas as relações intrínsecas entre a produção e os complexos reprodutivos, recuperamos elementos da divisão social do trabalho, da especialização e do incremento da participação do conhecimento nas formas produtivas e na organização social. Para tanto, evidenciamos os aspectos ideológicos associados às formas produtivas em cada período histórico, bem como debatemos sua mútua influência, de forma a reconhecer a conformação hegemônica do pensamento filosófico e científico e sua influência para as formulações ideopolíticas capazes de intervir nos conflitos sociais produzidos como consequência da produção capitalista.

2.3.1 Trabalho e ideologia em Lukács

Recuperando que “todo fenômeno social pressupõe, de modo imediato ou mediato, eventualmente até remotamente mediato, o trabalho com todas as suas consequências ontológicas” (LUKÁCS, 2013, p. 159), aventamos que as mudanças técnicas que incrementam as formas de controle e monitoramento da força de trabalho implicam e implicarão em alterações significativas no âmbito das relações sociais. Se em estágios anteriores do desenvolvimento das forças produtivas a introdução de novas ferramentas, técnicas ou formas organizacionais erigiram estruturas de produção e reprodução social *sui generis*, é preciso atentar para as mudanças que operam contemporaneamente no mundo do trabalho, identificando suas tendências econômicas e sociais.

Não se trata de uma revolução nas relações sociais (de um novo modo de produção), mas do incremento técnico e da possibilidade de atualização de formas precárias de trabalho, colocadas em marcha em função da lógica da sociabilidade capitalista, podendo ou não suprimir as determinações fundamentais do capitalismo. A necessidade de incremento na velocidade do tempo de rotação do capital e da criação de artifícios para enfrentar as tendências postas pela Lei do Valor, pela Lei Geral da Acumulação Capitalista e pela Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro possibilita que, no contexto do capitalismo financeiro, haja um maior distanciamento do sujeito trabalhador da materialidade das forças produtivas, das formas de criação de riquezas e da satisfação de necessidades.

Como sustentáculo desse processo, é notório que os componentes ideológicos dos complexos educacional, jurídico, etc., se incrementam no que Lukács (2013) chama de capitalismo manipulatório. Ainda nos termos de Lukács, inferimos que o que se tem é um alto grau de socialização, mediado pela complexificação da divisão social do trabalho que demanda “múltiplas formas de manipulação”. Nesse sentido, a manutenção das relações sociais no modo de produção capitalista carece da intervenção do trabalho como pôr teleológico de segunda ordem, ou seja, com a necessidade de interferência no comportamento dos sujeitos, nas formas de valoração da mercadoria e no processo de criação de necessidades, de forma que, para os sujeitos:

O seu ser em-si é a mediação entre a produção em massa dos meios de consumo (e dos serviços) e a massa composta de consumidores singulares. Enquanto informação necessária sobre a qualidade etc. da mercadoria, tal sistema de mediação é economicamente indispensável nesse estágio da produção. Nas condições do capitalismo atual, tais informações têm de converter-se justamente na manipulação hoje predominante, que gradativamente se estende a todas as esferas da vida, sobretudo à política. (LUKÁCS, 2013, p. 342).

As elaborações e os conteúdos específicos e gerais associados aos complexos sociais se colocam como imperativos para garantir a totalidade do processo de produção e de reprodução das relações sociais. O componente ideológico tem uma funcionalidade na particularização e generalização, a fim de constituir e influenciar o desenvolvimento dos processos sociais. É importante destacar que tais elementos “podem se converter em ideologia só depois que tiverem se transformado em veículo teórico ou prático para enfrentar e resolver conflitos sociais, sejam estes de maior ou menor amplitude, determinantes dos destinos do mundo ou episódicos” (LUKÁCS, 2013, p. 467).

Atualmente o amplo dinamismo entre o desenvolvimento das forças produtivas e as instituições que concentram a capacidade de difundir perspectivas ideológicas conectadas aos imperativos da produção capitalista se complementam de forma a se retroalimentarem. Por exemplo, as tendências privatistas em ciência e tecnologia corroboram as teses do capital humano, contribuindo para a formação de um sujeito especificamente funcional para as inovações tecnológicas.

Visando contribuir para o debate contemporâneo sobre trabalho e ideologia, com grande aporte das categorias evidenciadas por Lukács, buscaremos inicialmente colocar o problema da alienação e da ideologia como processo mesmo da atividade humana e sua exteriorização. Identificando as particularidades históricas de cada fase do desenvolvimento das forças

produtivas, pretende-se reconhecer possíveis impactos das inovações tecnológicas contemporâneas no mundo do trabalho e seus rebatimentos na sociabilidade e, por fim, analisar os componentes ideopolíticos que se tornam ideológicos e mobilizam um quantitativo da força de trabalho, passando a compor funcionalmente a apreensão de uma realidade estranhada.

Concomitantemente, trataremos das formas culturais identificadas por Goldmann (1967), Jameson (1996, 1997) e Williams (2011) na compreensão das relações sociais e nas formas de expressão cultural consubstancializadas em visões de mundo e integração. As influências teóricas diversas de tais compreensões não parecem excluir a potência categorial de suas produções, visto que partem da dialética entre a produção capitalista e suas formas de reprodução para a compreensão dos fundamentos culturais e ideológicos envolvidos no processo global de produção.

A título de introdução, consideramos medular apontar as principais elaborações de Lukács (2013) acerca da categoria ideologia, esta amálgama de sentidos e significados cambiantes no tempo. Buscando distanciar-se de perspectivas idealistas ou mesmo mecanicistas de compreensão dos fenômenos ideopolíticos, Lukács (2013) se propõe a categorizar a ideologia como momento constituinte dos atos de trabalho, especialmente se associada aos processos complexos de organização da divisão social do trabalho.

Partindo do trabalho como categoria fundante do ser social, Lukács (2013) remonta à constituição de ideologias como partícipes do movimento de trabalho no qual são postos em marcha determinantes qualitativamente diferentes, mas interdependentes e interpenetrados. Se o trabalho como ato humano, constituído de prévia ideação e levado às suas consequências pela atividade do homem, compõe a forma originária do ser social, Lukács (2013) esclarece que as formulações atinentes às intervenções sobre o mundo natural diferem das intervenções sobre o mundo social.

Se faz importante ressaltar que não se trata da existência de dois mundos, mas de que, com a complexificação das mediações para fins econômicos, é possível identificar pores teleológicos considerados de primeira e de segunda ordem. Se o primeiro guarda relação com a mobilização de elementos, instrumentos e habilidades para modificar matéria natural, o segundo não se relaciona diretamente com a natureza e suas forças, mas “visam influenciar outras pessoas no sentido de que elas, por sua vez, efetuem os atos de trabalho desejados por quem os põem” (LUKÁCS, 2013, p. 358). Como ato de trabalho, os pores teleológicos de segunda ordem produzem objetivações como consequência insuprimível da atividade humana. Considerando que a história em si não é dotada de qualquer teleologia, é preciso reconhecer

que a conformação de pores teleológicos, que ganham *corpus* ao responderem às necessidades sociais específicas (de classe, por exemplo) de determinado momento histórico, se dá pelo enfrentamento às especificidades postas pela sociabilidade correspondente.

É preciso destacar que a controlabilidade dos processos associados aos pores teleológicos de segunda ordem é mediada por uma cadeia de nexos causais que precisam ser colocados em marcha para que sua realização aconteça como trabalho do outro. Visto que a incidência sobre o outro é que garante que tais elucubrações não se convertam em puro idealismo, a incidência das formulações já tipicamente sociais promovem uma influência e um controle sobre a atividade alheia, ativando atos de trabalho influenciados pelos pores previamente elaborados e realizados em conjunto.

Lukács (2013, p. 358), sobre os pores teleológicos de segunda ordem, assevera que

o tamanho da cadeia de mediações não tem importância decisiva; o importante é que o respectivo pôr teleológico esteja disposto a influenciar a consciência de outra pessoa (ou mais pessoas) num determinado sentido, levá-la a um pôr teleológico desejado.

Todavia, o autor não deixa de mencionar as importantes diferenças entre os atos de trabalho que têm por objetivo transformar recursos naturais e os que visam incidir sobre a conduta de outros seres humanos. Sobre os “materiais” nos quais incide o ato de trabalho (tanto de primeira quanto de segunda ordem), o autor destaca sobre as atividades correlacionadas aos pores teleológicos de segunda ordem:

Por mais diferentes que possam ser, nesse caso, os fins e os meios (do uso direto da violência na escravidão e servidão até as atuais manipulações), o seu “material” nem de longe é tão inequívoco quanto no trabalho propriamente dito, no qual só existe a alternativa objetiva entre se a consciência que põe o fim apreendeu corretamente a realidade objetiva ou não. (LUKÁCS, 2013, p. 358).

Ao produzir os meios de sua subsistência e constantemente alterar o escopo de suas necessidades pelas transformações promovidas pelos atos de trabalho, o homem transforma a natureza e a si mesmo, alcançando patamares mais complexos de divisão social do trabalho, o que torna cada vez mais importantes as mediações que “organizam” o sistema produtivo, em uma intrincada dialética calcada na produção e na reprodução social.

O processo em questão apresenta um duplo dinamismo, no qual ao mesmo tempo em que o trabalho se torna cada vez mais social — mais dotado de mediações e interdependente —, também o sujeito tem a possibilidade de uma maior individuação. Todavia, o processo de complexificação das relações sociais ao mesmo tempo é acompanhado do parcelamento do trabalho e da sedimentação das classes sociais a partir da divisão da apropriação da riqueza produzida pelo trabalho.

Tal movimento é resultado do processo histórico, expressando as determinações do metabolismo entre homem e natureza, bem como imbuído das formas sociais que expressam o processo de complexificação, sendo afetos às diversas dimensões da vida. Novamente, como apontado por Lukács (2013, p. 366.), “todos os fatos e eventos que caracterizam o ser social como tal são resultados de cadeias causais postas teleologicamente em movimento”.

Se no processo de trabalho se identifica uma “naturalização” social das atividades de trabalho — incorporação de elementos às forças produtivas —, não está excluído o fato de que “todo reflexo condicionado certa vez foi objeto de decisões alternativas” (LUKÁCS, 2013, p. 371), de um ato reflexivo de trabalho, analisado e planejado abstratamente para responder às necessidades de um determinado momento histórico. Seja o homem primitivo, seja o homem dito “moderno”, o ser social incipiente ou mais imbuído de mediações, é inegável que para Lukács as expressões sociais da vida resultam da atividade do homem enquanto liberdade, como construção social e dotada de objetividade.

O real existe e existiu para os que antecederam, entretanto, o grau de apropriação do real é que apresenta diferentes legalidades, com uma maior ou menor frequência, ênfase ou mesmo importância no tocante às necessidades e possibilidades de cada período histórico. Tal entendimento é importante na medida em que nos remete ao reconhecimento da objetividade natural dos objetos e que a atividade de trabalho incide sobre o mundo real, sob pena de ser apenas um momento ideal representado idealmente, ou quase um não ser por não realizar seu potencial teleológico.

Lukács (2013, p. 373) novamente sustenta que:

Todos os atos de transformação que o trabalho, até mesmo o mais primitivo, efetua nos objetos da natureza são medidos por essa relação entre seu decurso e seu resultado e o processo social de reprodução, e a aplicação desse critério possui um caráter valorativo irrevogável, o que comporta simultânea e objetivamente a alternativa da polaridade entre provido de valor [*Werthaftig*] ou adverso ao valor [*Wertwidrig*].

Ao trabalhar, são feitas valorações, sendo que inevitavelmente “o desenvolvimento social consiste justamente em que, na práxis, o objetivamente valioso tendencialmente se impõe” (LUKÁCS, 2013, p. 374). Nesse sentido a liberdade é, ainda de acordo com Lukács, uma espécie de “fenômeno originário”. Como ato humano, a escolha entre alternativas é concebida como exercício da liberdade.

Para o autor, o exercício dessa liberdade seria o limite último do exercício das atividades psicofísicas que passam a cada vez mais intensificar o comportamento que externa sua condição ontológica de ser social. A historicidade da processualidade policêntrica é que parece modular

as respostas às condições que possibilitam o exercício dessa liberdade, a qual está sempre em movimento dinâmico e contínuo. Para Lukács (2013, p. 374-375), esse processo

não se dá de modo, em última análise, estático, apenas biologicamente determinado, mas tomam-se decisões de modo ativo e prático sobre e como determinadas objetivações podem ser realizadas. O desenvolvimento da sociedade humana – considerada do ponto de vista dos sujeitos humanos – consiste essencialmente em que tais decisões dominam todos os passos na vida humana, desde os mais cotidianos até os mais elevados.

Sob as relações sociais *sui generis* que caracterizam o modo de produção capitalista, tais inferências são dotadas de mediações tipicamente sociais, as quais não se revelam *a priori* e carecem de um exercício de desvelamento do real, considerado o arcabouço ideopolítico constitutivo das inter-relações entre os complexos sociais e as formas de relações desenvolvidas entre as classes fundamentais. Nessa conformação social, “a formação capitalista altamente desenvolvida produz uma forma fenomênica similarmente deformada” (LUKÁCS, 2013, p. 379), mistificando e reificando as relações sociais sob a aparência de algo natural e imutável.

Nesse sentido, o autor ainda assevera acertadamente que

um mundo fenomênico produzido pela dialética própria da produção econômica, com um mundo fenomênico que é realidade no seu ser propriamente-assim, que não é aparência, já que constitui, no cotidiano prático do capitalismo, o fundamento imediatamente real dos pores teleológicos, sem que estes – em consequência de um embasamento numa aparência não correspondente à realidade – tivessem de suprimir a si mesmos por estarem pondo algo irreal. Pelo contrário: a constituição assim dada desse mundo fenomênico é o fundamento imediatamente real de todos aqueles pores, nos quais a reprodução real de todo o sistema econômico é capaz de se conservar e de continuar crescendo. (LUKÁCS, 2013, p. 380).

Trata-se de uma tendência identificada pelo autor, a qual garante que um modelo reificado de apreensão das causalidades ponha em marcha movimentos funcionais. Veremos mais adiante que os sistemas filosóficos acabam por isolar elementos que viabilizem o funcionamento dessas tendências ao extirpar aspectos da vida social do contexto totalizante para “extirpar o incomensurável”, mantendo a coerência interna do sistema em uma virtualidade dinâmica que opera no interior dos grupos, mobilizando afetos, pensamentos e o comportamento dos indivíduos.

Lukács (2013) sinaliza que há uma unidade e diversidade ontológicas, características do ser social, na qual operam legalidades coexistentes e simultâneas, ainda que nem sempre coerentes ou unitárias. Tal concepção indica a preponderância dos chamados complexos, os quais já citamos aqui. Estes articulam as relações sociais na constante dialética entre a constituição das forças produtivas e das relações de produção (produzidas e reproduzidas).

A constante diferenciação social, colocada em atividade pelos próprios atos de trabalho que ativam novas cadeias de causalidades, produz novas necessidades e novas especializações do trabalho. Seu surgimento, sedimentação ou extinção igualmente dependem da intrincada dinâmica entre as ações dos sujeitos individuais e as correspondências sociais que conformam as legalidades da produção.

É preciso, portanto, que haja uma correspondência entre as bases produtivas do ser social e suas manifestações ideológicas (no campo da superestrutura). Para Lukács (2013, p. 365-367), é

justamente nos problemas do seu fundamento material, na economia, [que] aparece o copertencimento dialético, a referencialidade mútua, a inseparabilidade ontológica das atividades humanas desencadeadas de forma ideal e das legalidades materialmente econômicas que delas se originam.

O problema da objetividade e da alienação recebe um tratamento não idealista, visto que reconhece a objetivação dos atos de trabalho como atividade tipicamente humana, sendo insuprimível sua base material. É nesse sentido que o autor esclarece que

com a objetivação surgiu aquela categoria objetiva fundamental do ser social que, ao mesmo tempo, confere expressão à identidade ontológica última de cada ser (da objetividade em geral) e à não identidade na identidade (objetivação no âmbito do ser social versus mera objetividade no ser natural). (LUKÁCS, 2013, p. 419).

Tal processo, como processo histórico, evidencia a apropriação de uma atividade que transforma o mundo e também o sujeito dessa transformação. Retomamos então a perspectiva de que quando o homem modifica seu ambiente, modifica também a si mesmo. Composto novas relações objetivas, as possibilidades para o exercício da liberdade se ampliam, visto que dialeticamente o metabolismo homem-natureza/homem-homem estabelece as condições histórico-sociais nas quais se exerce a liberdade e se vivencia a experiência social.

Lukács (2013) aventa, então, que a forma de o sujeito estar no mundo é que o torna real, o que se leva em consequências pelos atos de objetivação. Para Lukács (2013, p. 422), como

a objetivação perfaz a essência realmente objetivada real e, por isso, a essência realmente objetiva do ser social, de toda práxis social, e ao mesmo tempo, de modo inseparável dela, [a objetivação] revela uma atividade dos sujeitos sociais, que – exatamente em sua atividade – não só atuam de modo objetivador sobre o mundo objetivo, mas, ao mesmo tempo, de modo inseparável, reformam o seu próprio ser enquanto sujeitos que põem objetivações.

Pois, se chegamos até aqui e os atos de objetivação fossem espelhadamente apreendidos e suas consequências fossem previamente calculadas com precisão, não haveria que se falar em alienação em termos hegelianos, ou quiçá em ideologia como falsa consciência. Acontece que, como os atos de objetivação transformam as condições para que novos atos objetivadores sejam

realizados, historicamente se observa que opera a dialética, não idealista, mas em termos materiais, constituída pelas objetivações no mundo material e, também, pelas objetivações no campo dos complexos como a linguagem, o direito ou a educação.

Há, portanto, uma relação conseqüente entre a objetivação e a alienação¹⁹, sendo que a primeira, como atividade, demanda que a segunda se realize, considerado seu caráter relacional e experienciado no âmbito da socialidade. É daí que se desdobram os valores na dinâmica entre objetivação e alienação, manifestos na forma caracteristicamente social. Nesse processo, o qual nos interessa em sua qualidade ontológica para o debate acerca dos constructos ideológicos dos complexos que interagem constantemente, verifica-se que o sujeito, como sinaliza Lukács (2013, p. 449), “considera como objetivamente existente aquilo que favorece o modo como ele conduz a sua vida, enquanto considera como objetivamente não existente aquilo que está em contradição com ela”.

Mészáros (2016) identifica nos manuscritos de 1844 que a categoria alienação é central para o sistema marxiano de apreensão das dinâmicas do real. Não obstante, apresenta reservas acerca da relação conseqüente entre a objetivação e a alienação, considerando que “só se aplica a inseparabilidade de alienação e objetivação quando a ‘objetivação’ é tratada como categoria homogênea, o que ela não é. É preciso distinguir, no mínimo, entre a objetivação que se manifesta na forma de objetos, como mesas, cadeiras, etc., e a objetivação que toma a forma de instituições humanas” (MÉSZÁROS, 2016, p. 226).

Logo, a relação entre a ação produtiva objetual ou institucional está sempre em relação com sua função real e não revela uma relação causal apriorística inevitável. Nesse sentido, o autor relaciona a objetivação às formas de institucionalização como insuprimíveis da atividade organizativa humana que, por ser social, carece de uma organicidade dependente de cada contexto histórico e social. Portanto, reconhece que a alienação se constitui em um subproduto da objetivação, sem contudo expressar qualquer relação determinista. É preciso considerar esse

¹⁹ Deparamo-nos aqui com um problema filológico importante, bem como com as determinações impostas pelas traduções dos termos alemães que indicam uma gama de categorias fundamentais e que ganham notoriedade por implicar as elaborações de Marx, em especial, em sua relação com Hegel. Há que se considerar, quando do emprego de cada termo, que estes apresentam um constructo expresso em língua escrita e que guardam íntima relação com os contextos em que são utilizados. Marx (2010) utiliza a expressão *Entäußerung* como exteriorização e alienação, utilizando para expressar a objetivação como *Vergegenständlichung*, efetivação como *Verwirklichung* e estranhamento como *Entfremdung*. Para uma melhor compreensão, basta rememorarmos que “*äussern*” na língua alemã tem o sentido de externar, manifestar ou expressar e “*fremd*” refere-se a estranho, desconhecido (MICHAELIS, 2002). Para a tradução de Lukács utilizada como referência no texto, cumpre-nos informar que os tradutores optaram por traduzir “os termos alemães *Entfremdung*, *entfremden* etc. por ‘estranhamento’, ‘estranhar’, etc., reservando os termos ‘alienação’, ‘alienar’, etc. para *Entäußerung*, *entäussern* etc.”.

subproduto na forma especificamente capitalista que incrementa o potencial reificador da alienação ao adentrar a cisão do sujeito por meio da cisão do trabalho.

É justamente ao tratar do problema sob a ótica da tecnologia que Mészáros recupera Marx para inferir que existe uma distinção entre a tecnologia em si e a sua aplicação socialmente determinada. Continua destacando que inexistente uma tecnologia em si, considerado que ela é produto de todas suas determinações, já historicamente determinadas. Logo, “a tecnologia é neutra em princípio, mas uma forma dada da tecnologia estabelecida não é” (MÉSZÁROS, 2016, p. 228).

Mais adiante trataremos especificamente da forma concreta com que a tecnologia produz e é produzida no âmbito das forças produtivas e suas consequências, mas agora importa dizer que independentemente da natureza de uma tecnologia, ela invariavelmente apresentará o potencial libertador e aprisionador, à medida que espaço-temporalmente promove alterações sociometabólicas que alçam e rebaixam a atividade existente. Ou seja, ao incrementar algum aspecto da sociabilidade ou da vida individual, exerce as pressões típicas das forças produtivas, envolvendo novas determinações e fazendo evanescer as anteriores em relação às relações sociais estabelecidas.

No transcurso do desenvolvimento histórico se buscou enfrentar as necessidades de compreensão do mundo natural e social, especialmente calcado na possibilidade e na tendência à desantropomorfização, — reconhecendo que os objetos da práxis humana “são independentes de sua consciência, de seu saber, querer, etc. no que se refere à sua constituição, às suas propriedades, conexões e relações etc.” (LUKÁCS, 2013, p. 444) — o que constitui a possibilidade e o caldo para o contínuo metabolismo homem-natureza pelos complexos histórico-sociais criativos (intencionais ou matizados pela necessidade casual) e realizados como atos de trabalho, mas sempre, em última análise, colocados em um campo de possibilidade de apreensão factual do real. A dialética liberdade e necessidade orientou as apreensões sensoriais e organizacionais para a manutenção da vida humana e sua complexificação, implicando no desenvolvimento de legalidades especificamente sociais capazes de cumprir uma função específica, a exemplo do mito.

É inegável, pois, que “o “mundo” e, especialmente, a concepção de mundo dos indivíduos que assim se alienam são amplamente determinados pelo conteúdo, pela direção dessas alienações” (LUKÁCS, 2013, p. 450). Logo, as ideologias e as formas de representação como sedimentação das possibilidades de um campo de ação para os indivíduos e os grupos de

indivíduos tornam-se objeto real e cumprem uma funcionalidade na produção e na reprodução das relações sociais.

Interessa-nos, por consequência, apreender e sinalizar, acerca da ideologia como categoria, sua vivacidade e importância no controle do trabalho atualmente, bem como indicar que tais conjuntos de representações constituem um campo de ação para os sujeitos e grupos sociais, atuando no campo ideopolítico como elementos do conservadorismo e instrumento de dominação manifesto nas mais diferentes formas contemporâneas. Guardam também especial relação com o complexo educacional e jurídico, bem como com o desenvolvimento da classe. Suas manifestações adotam técnicas para a compreensão dos sentidos e identificação das motivações para que sirvam de caldo científico para o gerenciamento das estratégias de manipulação, como por exemplo, as que são realizadas pelo marketing e pela propaganda.

A ideologia é, portanto, um desdobramento necessário e contínuo das necessidades postas pelo próprio trabalho. Trabalho e linguagem produzem a capacidade espaço-temporal de constituição de projetos societários e de classe, os quais interagem com a base material e organizam as intencionalidades coletivas. Individual e coletivamente tais formas de conformação do escopo da práxis humana conformam o real em sua historicidade e materialidade. Constituiu-se, dessa forma, a dupla determinação do desenvolvimento histórico, mediada pela determinidade prioritária das condições materiais que são esgarçadas e por vezes ocultadas pela ação dos homens uns sobre os outros.

Nessa seara, destacamos, como alinhavado por Lukács (2013, p. 394) que

O afastamento da barreira natural reforça em dois sentidos, em permanente interação, a parcela ativa da práxis humana nesse sistema, pelo fato de essas atividades exercerem uma influência cada vez mais forte sobre as formas e os conteúdos dos complexos construídos de forma cada vez mais mediada, mas simultaneamente permanecerem condicionadas, em todas as suas determinações, pela socialidade autoproduzida enquanto “mundo exterior” social, enquanto campo de ação real de toda atividade.

Metodologicamente, a incursão de Lukács no desafio de compreender os processos ideológicos e “espirituais”, superando o idealismo e/ou outras formas até metafísicas de compreensão do mundo natural/social e de suas relações imbricadas, oferece a possibilidade gnosiológica de representação da constante busca pelo sentido ontológico da experiência social. Desta feita, utilizamo-nos de sua reflexão que intenta afastar a compreensão meramente fenomenológica do conjunto de relações factuais que conformam a complexa realidade em movimento. Para o autor:

Em primeiro lugar, é preciso romper com o preconceito idealista de que a unicidade, a particularidade múltipla dos objetos da história que perfazem

também economicamente o mundo fenomênico, seria algo ontologicamente definitivo, destituído de qualquer outra derivabilidade do conceito, da causação por outra coisa, como se a facticidade matizada do mundo historicamente existente fosse algo pura e simplesmente último, puramente fundada em si mesma. Em segundo lugar, é preciso rejeitar também o preconceito oposto do materialismo vulgar (mesmo que ele se chame de marxismo) de que cada momento singular do mundo fenomênico seria consequência direta, mecânica, da essência, podendo ser simplesmente derivada causalmente de sua legalidade até o ponto de sua unicidade. (LUKÁCS, 2013, p. 396).

Tais afirmações são de renovada importância para compreensão das legalidades que operam na realidade e que constituem possibilidades de apreensão mais ou menos “assertivas” do processo social. Notadamente, a deferência à constante mutabilidade e à capacidade de que as legalidades atuem como vetores impeditivos da outra constituem a compreensão de sua unidade, ainda que qualitativamente sejam deveras específicas.

Lukács (2013, p. 465), no que toca à elaboração sobre ideologia, infere que esta “é, sobretudo, a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir”. É dessa dinâmica que

surgem a necessidade e a universalidade de concepções para dar conta dos conflitos do ser social; nesse sentido, toda ideologia possui o seu ser-propriadamente-assim social: ela tem sua origem imediata e necessariamente no *hic et nunc* social dos homens que agem socialmente em sociedade. (p. 465).

Ainda para o autor:

Essa determinidade de todos os modos de exteriorização [*Äußerungsweisen*] humanos pelo *hic et nunc* do ser-propriadamente-assim histórico-social de seu surgimento tem como consequência necessária que toda reação humana ao seu meio ambiente socioeconômico, sob certas circunstâncias, pode se tornar ideologia. Essa possibilidade universal de virar ideologia está ontologicamente baseada no fato de que o seu conteúdo (e, em muitos casos, também a sua forma) conserva dentro de si as marcas indeléveis de sua gênese. Se essas marcas eventualmente desvanecem a ponto de se tornarem imperceptíveis ou se continuam nitidamente visíveis é algo que depende de suas – possíveis – funções no processo dos conflitos sociais. Porque, de modo inseparável desse fato, a ideologia é um meio da luta social, que caracteriza toda sociedade, pelo menos as da “pré-história” da humanidade. (LUKÁCS, 2013, p. 465).

Como marca do processo social, que pode indicar a centralidade da exteriorização/alienação como vetor/es das constituições humano-sociais, retroage à sua gênese histórica que tem contida em si o desenvolvimento gradual e não linear das diferentes formas de apreensão do mundo, necessárias para orientar a práxis social, na qual se conjugam as objetividades externas naturais e os recursos de complexos do ser social para agir/existir no mundo concreto. Trata-se de delimitar o escopo de ação e agir coletivamente, o que, como já

salientado, apresenta características qualitativamente diversas da intervenção em objeto natural e dotado de legalidades próprias.

Os embates ideológicos que objetivam fazer prevalecer — como orientação do comportamento alheio — a existência de um campo valorativo e de embate entre as diferentes tendências postas como opções expressas pela síntese realizada já na esfera do ser social conformam o dinamismo social e os conflitos de classe. Para Lukács (2013, p. 465):

É nessas lutas que tem origem também o significado pejorativo da ideologia, que historicamente se tornou tão importante. A incompatibilidade factual das ideologias em conflito entre si assume as formas mais díspares no curso da história, podendo se manifestar como interpretação de tradições, de convicções religiosas, de teorias e métodos científicos etc., que, no entanto, constituem sempre antes de tudo meios de luta; a questão a ser decidida por eles sempre será um “o que fazer?” social, e decisivo para a sua confrontação fática é o conteúdo social do “o que fazer?”; os meios da fundamentação dessa pretensão de condução da práxis social permanecem meios cujo método, cuja constituição etc. sempre depende do *hic et nunc* social do tipo da luta, do tipo de “o que fazer?” contido nele.

Na sociedade de classes, a conformação de uma palheta de opções plasmadas nas diversas plataformas coletivas que realizam a síntese capaz de conjugar indivíduos em torno de uma perspectiva ideal que conforma o horizonte de possibilidades revela a politicidade do processo de conformação de cada encadeamento linguístico, cultural ou até artístico, que contém em si a possibilidade de desalienação ou de construção de uma sobreposição de alienações.

Importa novamente destacar que, para Lukács (2013, p. 467), um conjunto de concepções que conformam uma visão de mundo intencionalmente disseminada se converte em ideologia apenas “depois que tiverem se transformado em veículo teórico ou prático para enfrentar e resolver conflitos sociais, sejam estes de maior ou menor amplitude, determinantes dos destinos do mundo ou episódicos”.

Considerado o caráter interdependente da produção e da reprodução social no bojo do modo de produção capitalista e do gerenciamento dos conflitos sociais pela classe dominante, se reconhece uma ampliação de sua capacidade de organização e controle do trabalho e dos meios de trabalho pela utilização material e simbólica de recursos capazes de orientar a práxis social de grandes contingentes sociais. No âmbito teórico analítico, corroboram essa noção/apreensão que busca interpelar a importância das formas de controle, as seguintes formulações teóricas: o “capitalismo de multidão” (SUNDARARAJAN, 2018), o “capitalismo de vigilância” (ZUBOFF, 2019), a “indústria cultural” (ADORNO, 1999) e ainda o “capitalismo manipulatório” (LUKÁCS, 2013).

Trata-se da tentativa de compreensão da organização do trabalho e seu grau de complexificação, que destaca franjas da força de trabalho com a finalidade última de promover a manutenção do *status quo* ou de autopreservação. Seja no campo educacional, do direito, do marketing, do design, ou outro capaz de fornecer produtos que orientam pores teleológicos de segunda ordem, encontram-se permeados pelas elaborações ulteriores que limitam as possibilidades históricas de utilização de tais recursos, calcados no fator reacionário e no estímulo ao irracionalismo.

Nesse campo, Lukács destaca a importância do reconhecimento da posição ocupada pelo sujeito na teia das relações sociais, considerando que tal lugar espaço-temporal é condição das evocações de classes e franjas de classe que pairam sobre si. A proletarização mediada pela correlata concentração e centralização do capital acaba por impor uma condição material e subjetiva determinante para a conformação do campo da práxis social, processo que o autor descreve da seguinte forma:

a manipulação que se tornou universal converte-o em formador soberano de todas as coisas, cuja vontade formadora não se defronta com nenhum mundo do ser independente, mas simultaneamente todo homem se torna um nada incapaz de resistir à onipotência da manipulação. (LUKÁCS, 2013, p. 454).

É nesse sentido ainda que Lukács (2013) adverte acerca da importância dos processos ideológicos como atos de trabalho capazes de, independentemente de sua veracidade, atuar sobre os conflitos sociais como meio de apaziguar ou incrementar as lutas.

O fracionamento do trabalho e os imperativos da Lei do Valor e da Lei Geral da Acumulação Capitalista no desenvolvimento socioeconômico recente da humanidade perfazem as condições da indústria da manipulação, a qual tem papel destacado na gestão dos conflitos de classe e no apagamento das demandas dos trabalhadores. Não obstante, colaboram para que a individuação recaia no individualismo e no ocultamento dos nexos relacionais que conformam as relações em sua totalidade.

Nesse sentido, o filósofo húngaro é assertivo quando comenta:

Está claro, portanto, que as atividades não econômicas, mas organizadoras da sociedade, cuja soma e sistema compõem a superestrutura – Marx destaca a atividade jurídica e a atividade política –, devem se ligar diretamente ao mundo fenomênico da esfera econômica. Essa ligação é tão estreita, tão íntima, que em vários casos singulares não seria nada fácil constatar quando o conteúdo dos pores teleológicos que aí surgem é predominantemente econômico e quando ele ultrapassa o puramente econômico; na maioria dos casos, esses pores estão voltados para um acionamento simultâneo de ambos os complexos, para uma formação do mundo fenomênico da economia (que naturalmente pode ter como conteúdo tanto uma preservação como uma formação continuada ou uma destruição), que toma como ponto de partida as

suas necessidades imediatas, que visa diretamente à sua formação, mas que, ao fazer isso, simultaneamente está direcionada em sua intenção para a esfera da essência. Portanto, não se trata só formalmente de pores teleológicos, como ocorre na esfera econômica mesma, mas também os conteúdos dos pores muitas vezes coincidem em amplos trajetos. (LUKÁCS, 2013, p. 397-398).

É assim também que as atividades com considerável conteúdo ideológico, bem como as mais simples que passam a ser ideologizadas, denotam a necessidade do incremento da atividade manipulatória, dada a escala dos conflitos sociais diversificados no processo de mundialização do capital e o conseqüente deslocamento da centralidade de manutenção do sistema socioeconômico — capitaneada pelo capital financeiro e suas modalidades de negócios virtualizados. Outrossim, a expansão das comunicações e a constituição da economia global simultânea pressupõem formas de controle e manipulação muito bem desenvolvidas com a utilização da informática e a virtualização das interações das relações do sujeito com o gênero e com o mercado.

Suscitamos, portanto, um redimensionamento que altera também as condições em que se dá a alienação/exteriorização, visto que o objeto relacional difere qualitativamente. Se também as máquinas passam a realizar atividades, às quais antes eram necessários cérebros, os atos de trabalho se voltam para a constituição das novas fronteiras do mundo capitalista, o mundo virtual, do qual se ocupa um exército de programadores. Essa dinâmica do lugar virtualizado impõe uma mediação importante e que carece de atenção, considerando que mesmo recente, já tomou posto no campo na naturalização, como se tivesse sido sempre assim. No entanto, tais determinações operam para a abertura de novos campos para a própria atividade manipulatória. Não é sem motivo que no campo das resistências se coloca no horizonte a luta pelos direitos neurossensoriais.

São, dessa forma, a própria base material e as sínteses das relações históricas que conformam as formações sociais como passíveis de representação ideal (como concreto pensado). Nas palavras de Lukács (2013, 468), “é essa totalidade, o seu respectivo patamar de desenvolvimento, os problemas de desenvolvimento suscitados por ela que desencadeiam no homem [...] as reações que eventualmente podem aparecer como ideologias”.

Na produção das respostas às questões candentes, seja do cotidiano do trabalhador ou nas problemáticas das relações ideopolíticas, a caracterização fenomênica com adjetivação e atribuição de valor pode passar a desempenhar um campo de representações que passa a exercer função ideológica. Atuam na produção do próprio sujeito à medida que se ocupam de limitar o campo de ação, fornecendo alternativas limitadas, ou ainda, criando as condições favoráveis, no caso da sociabilidade capitalista, para a realização da acumulação.

Como componentes da produção capitalista, verifica-se uma diferenciação entre os elementos objetivos/materiais e os elementos intangíveis/relacionais. De acordo com Lukács (2013, p. 343), “a máquina figura na própria produção revolucionando-a, ao passo que a manipulação é economicamente uma categoria determinante da circulação, isto é, como diz Marx, da troca ‘considerada em sua totalidade’”. Destaca-se ainda, que mesmo que tais “campos” possam ser dotados de legalidades específicas, são responsáveis pela constituição da totalidade da vida social.

Considerado o trabalho e a liberdade como possibilidade de decisão ante as alternativas, torna-se patente que a conformação do sujeito que pensa e age é de natureza coletiva/social. Lukács (2013, p. 470) adverte que “certamente o homem pode se isolar sob determinadas condições sociais, mas estas mesmas condições, assim como as correspondentes reações a elas, ainda assim possuem caráter puramente social”. A retroalimentada relação entre a produção material e as formas ideológicas que operam legalidades que direcionam o campo de ação dos homens conformam uma unidade, a qual opera

[...] da vida cotidiana até as supremas objetivações [*Objektivationen*] do reino humano, vigora em toda parte, a dupla determinação aqui esboçada. Nela se evidencia o que se deve entender por ideologia no sentido mais amplo da palavra, a saber, que a vida de cada homem e, em consequência, todas as suas realizações, sejam elas práticas, intelectuais, artísticas etc., são determinadas, no final das contas, pelo ser social em que o referido indivíduo vive e atua. (LUKÁCS, 2013, p. 470).

Dessa forma, é na esteira do desenvolvimento da produção capitalista como fonte produtora das necessidades que se demanda cada vez mais da atividade manipulatória. Trata-se das consequências do processo de valorização que sobrepuja o processo de trabalho e, logo, o sujeito e a vida social. É nessa torrente do desenvolvimento que se caracteriza a “necessidade de oferecer mercadorias em massa para o consumo a muitos milhões de compradores singulares e, a partir disso, [é que a manipulação] se transformou num poder que solapa toda vida privada” (LUKÁCS, 2013, p. 341). O autor, aduzindo do contexto produtivo nas condições sociais elevadas ao incremento da esfera reprodutiva, infere que a diferença entre a essência e o fenômeno, no sentido econômico — processo produzido no bojo do desenvolvimento das forças produtivas e nas consequências de sua retroação para o sujeito e suas faculdades — reforça o antagonismo que leva à uma degradação e ao estranhamento entre os homens.

Retomando aspectos do argumento central que orienta nossa formulação, consideramos prudente novamente recorrer textualmente às palavras de Lukács, que destaca que

está claro que a própria produção, embora se origine dos pores teleológicos dos homens singulares e se reproduza neles e através deles, obtém em relação a eles uma autonomia indiscutível, objetivamente ontológica. Ela é uma

realidade imutável diante das ações singulares dos homens que, novamente nos termos de Marx, corporifica de modo central as circunstâncias sob as quais os próprios homens fazem a sua história. Por essa razão, ela só pode experimentar modificações essenciais num nível social global, e até mesmo estas só quando o desenvolvimento imanente da própria economia os tornar objetivamente possíveis. (LUKÁCS, 2013, p. 343).

Desta maneira, fica elucidada a imbricação que se desenrola entre as esferas da produção e suas mediações, existentes independentes da vontade ou da orientação do comportamento da humanidade e de como estas constituem a base para o desenlace das características fundamentais do ser social e suas possibilidades de resposta. No que toca à importância das teleologias de segunda ordem como formas ideológicas diretamente intencionais ou mesmo tangencialmente intencionais, novamente recorreremos às formulações de Lukács (2013, p. 343) quando ele retoma o tema da seguinte forma:

Vimos, todavia, a seu tempo, que troca e circulação se encontram em interação com a produção, na qual esta constitui o momento predominante. A dependência em relação à produção confere às formas da troca e da circulação certo grau de objetividade social. Também diante delas, portanto, qualquer “destruição de máquinas” é objetivamente algo que, desde o começo, carece de perspectiva; elas também só podem ser modificadas no plano da sociedade global, com a mudança da produção, da estrutura social.

Ao se debater a manipulação e as estruturas erigidas para garantir o cumprimento de sua função como aspecto mercadorizado — em termos ideológicos —, é necessário também interrogar as consequências de tais legalidades para o ser social. Sobretudo, o questionamento recai não sobre a condição material em si, mas sobre sua utilização nos termos das necessidades históricas *sui generis* da formação social que conforma o modo de produção capitalista. Tendencialmente, as conquistas em termos tecnológicos, frutos do trabalho coletivo e só dessa forma viabilizadas, não significam uma apropriação coletiva de seus resultados, mas geralmente, uma intensificação nas estratégias de expropriação e controle do trabalho alheio.

Acerca da relação entre os meios de produção com o sujeito e os antagonismos afeitos ao desenvolvimento das forças produtivas e, conseqüentemente, dos sujeitos envolvidos enquanto classes sociais, Lukács (2013, p. 342-343) assevera:

É segundo esse modelo de pensamento, que na verdade constitui um retrato de estruturas ontológicas que surgem necessariamente, que deve ser avaliada também a manipulação hoje predominante. Quando se tenta resumir sucintamente o ontologicamente essencial nesse processo, descobre-se um movimento duplo interiormente unitário: por um lado, a manipulação e o consumo de prestígio intimamente associado a ele elimina da vida cotidiana dos homens na medida do possível a busca pela generidade, sobretudo a tendência de superar a própria particularidade; sua principal aspiração objetiva está direcionada justamente para a fixação da particularidade de todo e qualquer objeto de sua atividade, visando tornar definitiva essa particularidade. Por outro lado e de modo inseparável do anterior, a

particularidade assim isolada adquire um caráter abstrato, um caráter – em última análise – uniformizador, a particularidade imediata e sensivelmente fundada de modo imediato da vida cotidiana sucumbe cada vez mais intensamente a uma abstração superficialmente imediata, imóvel-petrificada por sua essência, mas no mundo fenomênico que se modifica ininterruptamente. A afinidade ontológica entre esse modo prático de organização do cotidiano e o método do neopositivismo salta de tal maneira aos olhos que não carece de nenhuma demonstração específica.

Nesse terreno é que se expandem as expressões estranhadas da vida, com o espraiamento das consequências ontológicas da transformação do sujeito em mercadoria. Ainda que seja uma mercadoria de natureza especial, entra no circuito da circulação como valor potencial e invadida pelos nexos valorativos das coisas/objetos. A reificação promove dessa forma a mercantilização do próprio sujeito, que se relaciona com o outro como objeto em função das necessidades econômicas capitalistas. Como aventado por Lukács (2013, p. 683), “disso decorre o intercâmbio de mercadorias, a economia capitalista, a manipulação que dela mais tarde se originou, os seus respectivos reflexos ideológicos naturalmente produzem todo dia e toda hora reificações em massa”.

No plano coletivo, Lukács acertadamente faz inferências denotando o caráter estranhado das consequências ontológicas, bem como sua incorporação na dinâmica social e consequente naturalização. Para o autor:

Se traçarmos um panorama do período posterior a 1945 do ponto de vista desses estranhamentos [...] o resultado será uma tendência que abrange toda expressão social no sentido de amarrar o homem à sua particularidade, de fixá-lo definitivamente nela, de glorificar esse nível de ser como o único realmente existente e simultaneamente o único desejável enquanto grande conquista social. A onabrangente manipulação refinada enquanto portadora dessa concepção do ser tem a sua base econômica na sujeição quase completa da indústria dos bens de consumo a serviço do grande capital. A importância de um consumo de massa nesse campo cria um aparato ideológico muito extenso, que domina os órgãos da opinião pública, cujo ponto central de motivação é o consumo de prestígio, que toma forma como meio de criar uma ‘imagem’, como indução a ela; ou seja, a pessoa se veste, fuma, viaja, tem relações sexuais não por causa dessas coisas em si e por si, mas para aparentar no ambiente em que se vive a “imagem” de certo tipo de pessoa que é apreciada enquanto tal. É evidente que, nesse caso, a “imagem” é uma reificação explícita do fazer da própria pessoa, da sua própria condição, do seu próprio ser. Fica igualmente claro que a difusão e o domínio universais dessas reificações da vida cotidiana fazem do estranhamento uma base tão fundamental da vida cotidiana que contra ela costumam no máximo levantar-se protestos bem abafados (descontentamento com o tédio no tempo livre etc.). Certos acontecimentos às vezes até chegam a provocar reações explosivas, mas justamente esse seu caráter de happening, que permanece puramente no plano imediato, impede uma crítica mais aprofundada, que toque no ponto essencial da reificação e do estranhamento imperantes. Essa oposição crítica pressuporia a ruptura com as concepções de mundo manipuladoras cientificamente dominantes (sobretudo com o neopositivismo); ela teria de

voltar-se contra o sistema, contra o império da manipulação (inclusive da democracia manipulada). (LUKÁCS, 2013, p. 716-717).

Acontece que a manipulação como campo de ação dos pores teleológicos de segunda ordem não é capaz de suprimir a incontabilidade da complexidade de composição e interação entre os diversos complexos do ser social. Não sem razão, as racionalidades míticas de base mimética, bem como as formulações ideais religiosas ou metafísicas, ocupam parte importante dos aspectos ideológicos do ser social. Essa paleta multifacetada de espectros ideológicos opera legalidades parciais, as quais orientam as escolhas e as formas de ação de acordo com um emaranhado complexo de fatores biopsicofísicos, determinantes do ponto de vista *in natura* dos fatos — ou que escapam à percepção e produção de sentido simbólico derivado no processamento cognitivo a partir dos sentidos humanos, mas que são sínteses históricas de uma conjugação de elementos naturais e sociais. É nesse sentido que a projeção futura como ato de trabalho vivifica a possibilidade histórica de mudança no quadro geral das coisas, o que, apesar de desejado no campo do reconhecimento dos prejuízos da escolha pelas formas “pré-históricas” de organização social, impacta em resultado que igualmente remodela os estranhamentos e remete a uma questão fulcral. Sobre isso, importa dizer que a condição de aviltamento geral da autonomia e as formas ideológicas e manipulatórias que conformam e limitam as perspectivas de superação das problemáticas sociais especificamente capitalistas, remontam ao seu antônimo, a liberdade. Até num sentido ontonegativo, o quadro geral das coisas incita a produção de um contrário que, quando não localizado e dirigido às relações sociais em sua base material, acaba por adquirir também um valor manipulatório.

Considerados tais aspectos, mais uma vez contamos com as assertivas elaborações lukacsianas, especificamente para pensar a liberdade em seu caráter ideológico:

Da ironia produzida pelo caráter não teleológico, sempre contraditório, do movimento do ser social faz parte que nem mesmo essa desideologização, tão completamente manipulada do começo ao fim, consiga passar, em última análise, sem ideologia; é a ideologia da liberdade enquanto ‘valor-chave redentor’ de todas as questões da vida; nos casos em que a precariedade das próprias manipulações poderia levantar dúvidas nos homens, por exemplo, quanto à sua onipotência certa para tudo ordenar, entra em cena o fetiche da liberdade. (LUKÁCS, 2013, p. 793-794).

Stuart Mill, por exemplo, também se ateve à questão da liberdade do indivíduo, trazendo à tona questões fundamentais que delimitam o campo de ação no campo das decisões coletivas. Não obstante, essa noção também perpassa a possibilidade de adjetivação coletiva, sendo o lema da principal potência imperialista, o que guarda relação com as formas de apreensão do ser social acerca da atividade da vida e permite ação coletiva no sentido nacional — no caso, trata-se da liberdade de propriedade e da liberdade econômica liberal. Desta forma, tal noção

opera uma função primordial na idealização das realizações da vida. Para Lukács (2013, p. 794), “esse conceito – sumamente ideológico – da liberdade, precisamente por causa dessa sua função de resolver problemas universalmente, significa ao mesmo tempo tudo e nada”.

No entanto, os problemas da vida econômica e social demandam respostas práticas e concretas, sob pena de ruína das estruturas erigidas para viabilizar a produção e a reprodução da vida. Visto que o referencial ideológico substancial da classe dominante se dirige para o imperativo da acumulação capitalista, como o bastião da humanização e da garantia da superioridade ante as conformações especificamente naturais — muito baseado no conceito de progresso —, responde à necessidade histórica de manutenção da propriedade privada, da garantia da exploração da mais-valia e da constância da taxa de lucro. Para tanto, a reprodução do capital deve acontecer em escala cada vez mais ampliada, fagocitando todas as expressões da vida de formações sociais anteriores, penetrando na vida e imprimindo um *ethos* comercial orientado para os ganhos financeiros.

Essa incorporação dos valores sociometabolizados a partir de uma base de alienação interconecta concepções filosóficas e outras formas ideológicas de conformação de uma “visão de mundo”. Lembremos que no intuito de atender aos ditames da produção capitalista, suas determinações ocupam outros campos de representações coletivas que buscam explicar a vida e viabilizar a reunião e a atividade coletiva, produzindo uma dinâmica constante entre a produção material e a produção simbólica/ideal. A própria necessidade é objeto de produção, seja no desenvolvimento de comportamentos tipicamente sociais ou na constituição de um mercado de consumo baseado na produção do desejo, geralmente associado à necessidade de pertencer. É nesse campo que o marketing e a publicidade se apropriam das necessidades genéricas e instrumentalizam o campo subjetivo com vistas aos interesses da produção.

Ainda sobre a importância da interação com os produtos ideológicos em relação com as formas da produção, o filósofo húngaro destaca:

Trata-se da interação de componentes qualitativamente diferentes, mas no nosso caso de uma interação em que a resultante ganha expressão imediatamente no sujeito do homem que age. Disso resulta que o modo específico da entrega à ‘causa’ – por exemplo, capacidade de discernimento ou limitação, exaltação ou persistência etc. – desempenha um papel muito importante. Isso se torna visível de modo especialmente claro no caso da tão frequente entrega entusiasta dos jovens a uma ‘causa’ que, do mesmo modo, pode acabar tanto em lealdade (sábia ou limitada) como em mudança de lado, assim como também em perda de toda capacidade de entrega. Nesse ponto, o momento subjetivo parece ser o momento puro e simplesmente determinante. Porém, isso é um equívoco, pois justamente nesse caso manifesta-se o peso decisivo da ‘causa’ que provoca a entrega; os movimentos jovens tão frequentes no último meio século mostram-no da maneira mais cabal possível;

tanto mais quanto mais eles acentuam a própria juventude como valor central. Isso já evidencia que, na entrega a uma ‘causa’, é precisamente esta que desempenha o papel determinante mais importante, mas, para ser corretamente entendida, ela jamais poderá ser concebida em termos apenas formais. O aspecto não formal externa-se nisto: se e em que medida uma entrega é capaz de provocar a elevação do homem acima de sua particularidade e de inflamar uma paixão duradoura. Com efeito, não se pode esquecer que os homens podem realizar ‘com paixão’ muitas coisas totalmente inessenciais. A manipulação moderna empenha-se – com tremendo êxito em muitos aspectos – em cultivar esses hobbies e que sejam do tipo mais intenso possível. (LUKÁCS, 2013, p. 783).

Por fim, na esteira do pensamento lukacsiano, argumentamos que as transformações em curso denotam uma absorção das novas tecnologias da informação e da comunicação, bem como o *design* da rede, de forma a alterarem as percepções espaço-temporais, as quais conformaram campos ideológicos específicos como no caso da consolidação do trabalho industrial e, posteriormente, do trabalho em escritório. A massificação do acesso aos *smartphones* conectados à rede mundial de computadores redimensiona o mundo do trabalho e coloca desafios ante a virtualização das relações de trabalho. Não obstante, a economia real ganha outros ritmos e se lança pelas veredas da mercantilização da vida. Desta maneira, surgem novos atores de poder e uma nova relação entre a burocracia tradicional (estatal/corporativa) e a atividade econômica virtualizada que incorpora o controle de amplas franjas da força de trabalho.

Nos termos de Lukács, tal debate nos parece relevante quando remonta à intrínseca relação do grau de desenvolvimento das forças produtivas e a conformação do respectivo desenvolvimento social. Para ele, “as compreensões obtidas da essência de conexões da natureza podem provocar consequências sociais revolucionárias” (2013, p. 376), inferindo novas composições que conformam o sociometabolismo de um período histórico. Nesse cômputo, não deixa de incluir o necessário debate sobre as já chamadas tecnologias sociais (organizacionais, manipulativas, etc.) quando infere que tal processo se dá “tanto no desenvolvimento das forças produtivas (vapor, eletricidade etc.) como na ideologia (efeitos da astronomia copernicana sobre a imagem de mundo dos homens)” (p. 376).

Se a caracterização de uma ideologia se conforma por sua utilidade e funcionalidade no bojo das relações sociais, nos toca contribuir para o entendimento dos processos atinentes às formas ideoculturais adotadas no contexto do mundo do trabalho. Da mesma forma, é relevante que se faça também um breve percurso acerca de conceitos comumente disseminados e que conformam espectros de entendimentos sobre a realidade.

Até o momento nos preocupamos em trazer a perspectiva da economia política (seção I) e a mirada ontológica de Lukács para essa classe de problemas atinentes à dinâmica de produção e reprodução da vida social, com destaque para as formas já tipicamente capitalistas. Em seguida, nos ateremos ao debate sociológico que se debruça sobre as imbricações entre as legalidades materiais e representativas, processo que é conhecido por meio da dialética base e superestrutura na produção teórica marxista.

2.4 BASE E SUPERESTRUTURA: INTERDEPENDÊNCIA NO TRABALHO COLETIVO E PROBLEMAS PARA A ECONOMIA POLÍTICA

Identificada a perspectiva ontológica de Lukács, buscaremos agora sinalizar elementos do importante debate que polemiza a questão da base e da superestrutura. Ainda que ligeiramente, não podemos nos furtar à tarefa de compreensão das relações entre a produção e a reprodução, as quais conformam a totalidade das relações sociais no modo de produção capitalista.

Para tanto, partiremos da crítica de Williams (2016) e de Adorno (1985) para traçar um panorama das problemáticas analisadas e do movimento de incremento dos elementos da reprodução/produção da vida social, e buscaremos em Jameson (1996, 1997) indicações para a crítica dos limites e potencialidades dessas análises. Já indicamos anteriormente outras formulações que buscaram dar conta da ampliação da exploração do trabalho para setores econômicos e sociais antes não diretamente imbricados na produção do valor, a exemplo das inferências acerca do trabalho social combinado (TEIXEIRA, 2009) e da produção complexa (ANTUNES, 2020).

Entretanto, a especificidade das formulações em questão nesta seção remonta ao incremento social das forças (re)produtivas no âmbito da cultura e, conseqüentemente, da ideologia, o que nos interessa para desvelar, no movimento do real, os conteúdos ideopolíticos e sua permeabilidade no tecido social. Desta forma, adentramos o debate acerca das estruturas componentes das formas fenomênicas de apresentação do conflito político de classe na cultura em geral para em seguida, mais detidamente, indicar as particularidades ideológicas no âmbito estatal, o qual constrói e retroage na direção da sedimentação de significados políticos acerca do trabalho virtual por demanda.

Interessa-nos, portanto, compreender o enredamento do que Goldmann (1967) denominou “estruturas significativas” capazes de operar um referencial de “visão de mundo”

adequada às necessidades práticas imediatas dos sujeitos e grupos sociais. Lembremos que a adoção dessas formulações não se estrutura na direção da realização dos pores teleológicos e das motivações diretas para sua definição, mas entram em embate no sentido de composição da disputa ideológica erigida das condições reais de produção e dependerão, como veremos em Williams (2011), da intenção empregada em cada contexto.

Retomando o clássico texto de Williams (2011) “Base e superestrutura na teoria da cultura marxista”, o autor adverte inicialmente que para qualquer proposição acerca da cultura na teoria marxista é preciso considerar uma “base determinante e uma superestrutura determinada” (p. 43). No entanto, adverte que a apreensão esquemática de tal assertiva impede a correta apreensão dos fenômenos, visto que a forma mais correta de dizê-lo é que o “ser social determina a consciência” (p. 43).

Para Williams (2011), as abordagens que buscaram esquematizar a relação entre base e superestrutura de forma fixa e rígida invalidaram a relação entre as duas proposições anteriores, visto que prejudicavam a compreensão da segunda. Afinal, ser social e base não se identificam rigidamente.

No que tange ao significado de determinar, o autor destaca que sua origem remonta a concepções idealistas e teológicas. A palavra alemã *Bestimmen* é a mais utilizada e “está se opondo a uma ideologia que insistia no poder de certas forças fora do homem, ou, em sua versão secular, em uma consciência determinante abstrata” (WILLIAMS, 2011, p. 44). Marx, ao negar tal proposição, reafirma constantemente que a origem da determinação está nas próprias atividades do homem.

É nessa seara que a prática social concreta se assenta na possibilidade de uma relação entre base e superestrutura, na qual esta última atua na forma de “fixar limites e exercer pressões” (WILLIAMS, 2011, p. 44), podendo se aproximar ou se distanciar em razão da conformação das forças políticas e sociais em disputa. A discussão é perpassada por uma série de encadeamentos políticos no bojo da realização do socialismo real, especialmente sobre o papel da cultura, da arte ou da filosofia, marcando — em particular — os embates entre o marxismo oriental e sua expressão oficial.

Vejamos, pois, o que Williams (2011) compreende acerca das categorias em debate. Aludindo ao termo superestrutura (*Überbau*), o autor destaca que se trata de um termo que recebeu mais atenção, conformando “uma área unitária dentro da qual as atividades culturais e ideológicas poderiam ser colocadas” (p. 45). Adverte que Marx e Engels qualificavam certas superestruturas como variáveis determinadas.

Numa primeira acepção de superestrutura, ela foi qualificada como um lapso de tempo, estabelecendo relações indiretas ou relativamente distantes da base. De uma forma simples, foi considerada um reflexo mais ou menos direto da base com um viés positivista. Todavia, essa relação direta não se estabelece na realidade, muitas vezes incorrendo em uma compreensão forçosa dos eventos ou materiais. Para dar conta, se introduziu a noção de *delay* (atraso) com relação à base. A esta fase de qualificação o autor chama de fase operacional.

Já sob as bases da chamada fase operacional, erigiu-se uma gama de proposições críticas que deram origem à concepção de “mediação”, introduzindo a ideia de que o reflexo ou reprodução acontece ativamente.

Também a noção de homologia indicava a existência de correspondências essenciais entre base e superestrutura. Não se trata da mesma proposição da mediação, mas as formulações se encontram na medida em que “a relação entre base e a superestrutura não é entendida como direta nem como operacionalmente sujeita a atrasos, complicações, obliquidades, mas de uma natureza que não é a de uma reprodução direta” (WILLIAMS, 2011, p. 46).

Afirmando também que considera importante que se volte a atenção para o próprio conceito de base (*Grundlage*), visto que esta se identifica com a “existência social do homem” e considerando que “a base são as relações reais de produção que correspondem a uma fase do desenvolvimento das forças produtivas materiais”, o autor continua inferindo que “a base é um modo de produção em um determinado estágio de seu desenvolvimento” (WILLIAMS, 2011, p. 46).

Williams (2011) considera a base o alicerce para todas as outras atividades, ou seja, é a forma social que viabiliza a produção do excedente para além da reprodução biológica, favorecendo/viabilizando a complexificação do ser social. As relações intrínsecas a este processo precisam sempre ser desveladas, visto que não se encontram estanques ou estáticas, mas se conformam de forma contraditória e complexa, operando variações dinâmicas de acordo com cada conjuntura histórica.

A base não é um estado, mas um processo, sobre o qual é preciso

reavaliar a determinação para a fixação de limites e o exercício de pressões, afastando-a de um conteúdo previsto, prefigurado e controlado. Temos de reavaliar a superestrutura em direção a uma gama de práticas culturais relacionadas, afastando-a de um conteúdo refletido, reproduzido ou especificamente dependente. (WILLIAMS, 2011, p. 47).

Refere-se o autor a uma aproximação das atividades específicas do homem nas relações sociais e econômicas, em seus processos dinâmicos que devem estar afastados das abstrações

idealistas. Aventa também que a base passou a ser considerada como indústria de base ou pesada, influenciando, como papel cultural, a concepção acerca da categoria.

Consequentemente, ele chama a atenção para o debate sobre trabalho produtivo e improdutivo, citando a elaboração de Marx acerca da produção do piano e do trabalho do pianista. Porém, assevera, esta compreensão não parece considerar as formas atuais da produção cultural e sua forma de intercâmbio em termos globais de reprodução social.

Sinaliza Williams (2011) que a noção estreita de trabalho produtivo e de forças produtivas, apenas no sentido da manipulação material para a produção de mercadorias, interdita determinadas análises mais complexas e menos engessadas, como requer a prática complexa da produção da cultura. Justificadamente, recupera que a principal mercadoria é a própria força de trabalho, a qual se reproduz historicamente pela atividade dos homens. Aponta para um sentido amplo das forças produtivas, buscando não descartar o debate sobre a infraestrutura.

Alternativamente, faz referência à elaboração da categoria totalidade por Lukács, destacando as possibilidades de esta se opor às camadas propostas desde a base até a superestrutura. Todavia, destaca que a partir de tal aceção é demasiado fácil que se percam os pressupostos marxistas originais.

Portanto, reafirma que há, sim, um processo de determinação, destacando que “a questão-chave sobre qualquer noção de totalidade na teoria da cultura é se essa noção inclui a de intenção” (WILLIAMS, 2011, p. 50). Assim que, para o autor,

toda sociedade tem uma organização e uma estrutura específicas, e que os princípios dessa organização e estrutura devem ser vistos como diretamente relacionados a certas intenções sociais, pelas quais definimos a sociedade, intenções que, em toda a nossa experiência, têm sido regidas por uma classe particular. (WILLIAMS, 2011, p. 50).

Logo, é um risco combater a estreiteza de algumas concepções de base e superestrutura com proposições genéricas que abarcam o complexo, mas desconsideram as relações sociais sob as quais os processos se desenvolvem. Por isso, reitera que “em todo tipo de aparato social e em uma área decisiva da atividade e construção política e ideológica, se não formos capazes de ver um elemento superestrutural, não seremos capazes de reconhecer a realidade” (WILLIAMS, 2011, p. 51).

O autor chama a atenção para o fato de que o combate na prática política muitas vezes demanda uma relação entre as práticas e as formas de dominação de classe, havendo uma dificuldade para a revisão das relações base e superestrutura. Adverte, ainda, que a única forma de utilização correta da categoria totalidade é se associada ao conceito marxista de hegemonia.

Acompanhando o movimento das sociedades ocidentais no que se refere à complexidade das relações políticas, simbólicas e culturais, busca em Gramsci a categoria hegemonia para indicar a dominação totalizadora empreendida em suas formas materiais e culturais. Williams (2011, p. 51-52) aponta que a hegemonia

[...] supõe a existência de algo verdadeiramente total, não apenas secundário ou superestrutural, como no sentido fraco de ideologia, mas que é vivido em tal profundidade, que satura a sociedade a tal ponto e que, como Gramsci o coloca, constitui mesmo a substância e o limite do sendo comum para muitas pessoas sob sua influência, de maneira que corresponde à realidade da experiência social muito mais nitidamente do que qualquer noção derivada da fórmula base e superestrutura.

Em cada formação social a hegemonia deve constituir um sentido de realidade capaz de fazer dominar um conjunto de práticas e comportamentos que se orientem em relação à base produtiva e a conformação das relações de classe. Não são estabelecidas por apenas um sentido, mas dependem de múltiplas incorporações e variantes que se constituem em suas formas dominantes, residuais, emergentes. O ponto nevrálgico está localizado na capacidade de uma perspectiva hegemônica em selecionar significados e práticas, de forma a enfatizar ou excluir suas consequências, podendo até incluir resistências que não sejam capazes de minar quaisquer valores ou práticas centrais que comprometam sua reprodução.

Como prática social, o movimento de construção hegemônica cultural e ideológica perpassa a condição de classe e a objetividade da vida dos sujeitos, reforçando a indelével marca da materialidade da produção da vida social como prioridade ontológica. A multiplicidade desses processos, que não deve ser confundida com a perda delas como objeto por indiferenciação, demonstra um constante movimento no qual o grau de participação e incorporação dependerá das circunstâncias dos próprios efeitos e das práticas a elas ligadas.

No âmbito do debate da crítica cultural e do “dilema da cultura” relacionada à teoria marxista, Jameson (1997), ao tecer considerações sobre a problemática, infere que não necessariamente Williams resolve a questão, mas encontra “um substituto melhor e mais satisfatório” ao adotar a noção gramsciana de hegemonia. Para ele, portanto, há uma sobreposição entre cultura e hegemonia na teoria de Williams quando este infere que a cultura deve ser apreendida no sentido da dominação das classes e da subordinação que opera a difusão de práticas e expectativas que englobam o sistema de significados e valores que dá um sentido para a realidade dos grupos no tecido social (JAMESON, 1997).

A cultura não é, portanto, um modelo apenas imposto e apreendido, visto que a percepção e a interpretação ativa fazem parte de uma prática social, a qual não considera apenas a obra ou produto cultural como objeto isolado, mas como partícipe de relações e formas de

organização social. A complexificação da análise cultural no âmbito do marxismo exige o isolamento dos componentes da produção, mas não mecanicamente, para que possam ser considerados como “condição de uma prática”. Williams (2011, p. 66-67), a fim de seguir o movimento da criação e circulação no âmbito da cultura, denota o caráter radicalmente totalizante como condição de seu desvelamento indicando que “devemos primeiro nos voltar para a realidade da sua prática e para as condições da prática tal como foi realizada”.

Além de identificar as legalidades formais, é preciso buscar as práticas relacionais e as formas de articulação do coletivo com o individual, analisando a composição ativa e as condições da composição artística ou cultural, visto que se trata de “uma relação ativa complexa e em transformação” (WILLIAMS, 2011, p. 67). Discorre que “o que estamos ativamente buscando é a prática efetiva que foi alienada em um objeto e as verdadeiras condições dessa prática – seja como convenção literária, seja como relações sociais – que foram alienadas em seus componentes ou em meros panos de fundo” (p. 67).

Exemplificando suas próprias orientações metodológicas, ainda em Williams (2016) encontramos um importante alerta sobre os rumos tomados pelos estudos culturais e outras áreas relacionadas à utilização da televisão como tecnologia. Apresentando o panorama histórico do desenvolvimento tecnológico e das formas de utilização social de seus produtos, sinaliza que os fenômenos associados à difusão e utilização doméstica da televisão, ainda que tenham impactado sobremaneira as formas de experienciar o tempo e o espaço, não produzem efeitos isoladamente. A consecução de suas atividades depende de uma trama de relações reais realizadas sob determinadas condições e apresentando determinadas tendências. São eles mesmos, produto do trabalho humano.

Logo, identifica legalidades não exclusivas operando o espaço da mídia televisiva, assim como é possível identificar no tecido social. Apresenta, dessa forma, a televisão como produto das relações sociais sob formas específicas de produção e reprodução. Em outra oportunidade, Williams (2011) apresenta os meios de comunicação como meios de produção argumentando que “a comunicação e os seus meios materiais são intrínsecos a todas as formas distintamente humanas de trabalho e de organização social, constituindo-se assim em elementos indispensáveis tanto para as forças produtivas quanto para as relações sociais de produção” (WILLIAMS, 2011, p. 67).

Em uma perspectiva histórico-cultural, o autor tensiona as barreiras da separação entre base e superestrutura para uma corrente — então hegemônica — da produção intelectual marxista, mostrando-se otimista quanto à intervenção social pela superação da alienação

também no trabalho neste setor. Identifica ainda o potencial produtor e socializador da tecnologia fundamental do setor midiático ao analisar a televisão e antevê novos sistemas que alterarão/am as formas interativas da comunicação de imagem em som.

Consideravelmente antes, Adorno (1985) debruçou-se sobre as problemáticas do comportamento coletivo para dissecar o entrelaçamento entre a vida social e a tendência à barbárie, tendo como referência a experiência do holocausto. Dessa experiência teórica e política, identificou as tendências totalizadoras de desenvolvimento do iluminismo e da modernidade sob o jugo da produção capitalista.

Desde um realismo pessimista, desenvolve uma crítica medular à forma da ciência envolta em um sistema econômico de dominação e de ocultação da vida real. Enquanto libertação das amarras da natureza, o iluminismo e seu conteúdo programático dominante impuseram novas alienações, capturando o mito para dissolvê-lo em novas formas alheias ao sujeito e capitaneadas pela maquinaria que opera como sistema de dominação.

O caminho de desenvolvimento do idealismo manifesta sua materialidade, atuando como “ferramenta ideal que se ajusta às coisas no ponto em que elas podem ser apanhadas” (ADORNO, 1999, p. 58). O conceito é a ferramenta linguística adequada para mecanizar as legalidades sociais viabilizadas pelas abstrações e funcionalmente figura como autorreflexo do pensar que se mantém acorrentado à forma ciência e à tendência econômica.

Aduzindo de sua noção de sistema — e lembremos de sua análise que objetiva compreender as formas sociais que se manifestaram no autoritarismo fascista —, Adorno (1999) infere que “por meio do aparato econômico as mercadorias são dotadas automaticamente, antes mesmo da planificação total, de valores que decidem sobre o comportamento do homem” (ADORNO, 1999, p. 46) e que “por meio das inúmeras agências de produção e de cultura de massas, os modos de comportamento sujeitos a norma são inculcados no indivíduo como os únicos naturais, decentes e racionais” (p. 46).

De maneira muito mais fixa e rígida do que a elaborada por Williams (2011), Adorno (1999) denuncia a invasão da racionalidade matemática e do mito do progresso como um incremento progressivo da alienação, sendo este o preço a ser pago pela sedução da facilitação da existência e do distanciamento que alija o ser da natureza. Nesse movimento, dialeticamente, identifica que “quanto mais a maquinaria do pensamento subjuga o ente, mais cega é a sua resignação ao reproduzi-lo. Com isso, o iluminismo recai na mitologia, da qual nunca soube escapar” (ADORNO, 1999, p. 44).

Recuperando a especificidade do debate das relações entre base e superestrutura, é possível identificar uma unidade em direção ao econômico na qual a razão calculadora faz do mundo a medida de si mesmo e o coletivo envolvido no processo de trabalho resigna-se ao cálculo, renunciando à radicalidade da vida em prol de sua autoconservação. Assim, o pensamento vai em direção à forma produtiva de dominação que pela abstração separa sujeito e objeto, e pela dominação do universo maquínico estrofia os homens, mesmo quando os alimenta (ADORNO, 1999).

Para Adorno (1999, p. 56) são, portanto, “as condições concretas de trabalho na sociedade que impõem o conformismo e não aquelas influências conscientes, as quais fizeram com que, por cima disso, os homens oprimidos se embruteassem e se distanciassem da verdade”. Sua apreensão das consequências lógicas do desenvolvimento material impõe a constituição de um sistema de dominação menos permeável à medida que as concessões não parecem apresentar um potencial de rompimento ao dirigirem-se apenas para elementos de sua reprodução.

Tal assertiva é expressa pelo autor ao denotar que “só os dominados aceitam como intocável e necessário o desenvolvimento que, a cada aumento do custo de vida decretado, os torna ainda mais impotentes” (ADORNO, 1999, p. 57). Ao retomar, quase que de forma essencialista, a tradição iluminista de inspiração helênica, faz paralelos entre epopeia grega, seu conteúdo artístico e cultural e os comportamentos que enveredam pelo sacrifício e pela sublimação, elementos fundamentais para a constituição da disciplina e da abnegação requeridas pela sujeição à máquina. Sob pena de ruína, a disciplina do trabalho assujeitado determina a sublimação ao impulso que pressiona ao desvio, exigindo um esforço suplementar, quase heroico, para o cumprimento da tarefa.

Essa intrincada relação consequente entre Ser Social e maquinaria aponta, em Adorno (1985, 1999), para a independência do instrumento em face os sujeitos sociais. Há um abrandamento da imediatez da injustiça econômica pela mediação do instrumento amplamente naturalizado. Consequentemente, “quanto mais complicado e refinado o aparato social, econômico e científico a serviço do qual o corpo fora destinado, desde muito pelo sistema de produção, tanto mais pobres as vivências de que esse corpo é capaz” (ADORNO, 1999, p. 44).

O fetiche da igualdade, que apaga a marca inextricável da dominação de classes, guarda relação com a maturação da antropomorfização calcada na lógica formal abstrata que, seja nas correntes idealistas subjetivas ou objetivas, enreda o sujeito em abstrações conceituais, mais ou menos apreendidas ou praticadas, de forma a assimilar este junto à estrutura econômica de

dominação. As consequências desse movimento têm similitudes com as teorias da destruição da razão ou da miséria da razão, visto que indicam uma regressão na sociabilidade e uma tendência à barbárie social para os dominados.

Dada a natureza desta relação, Adorno (1999, p. 53) considera que “os bens culturais estão em exata correlação com o trabalho comandado e os dois se fundamentam na inelutável coação à dominação social sobre a natureza”. A luta despertada pela faísca do iluminismo ainda hoje se irmana com a intensificação da exploração, observadas as consequências de sua produção e suas formas de execução como práxis social mediada pela alienação do trabalho e de seu produto.

A intensificação da divisão social do trabalho e suas consequências, como a urbanização e homogeneização pela constituição coercitiva de um modelo cultural manifesto em uma falsa identidade do universal com o particular, desvelam a constituição de uma cultura de massas que é produzida em semelhança com a produção cultural. Daí deriva a categoria “indústria cultural”, que considera que os produtos dos meios de comunicação não produzem conteúdo cultural artístico, mas “uma ideologia destinada a legitimar o lixo que propositalmente produzem” (ADORNO, 1985, p. 100)²⁰.

Adorno reconhece que no seu movimento de constituição — identificado com o crescente movimento de industrialização da sociedade como um todo — a indústria cultural se erige em unidade para um funcionamento técnico organizado e orientado como componente da dominação econômica e como agente de exploração econômica ao funcionar como “negócio”. Impregnada da razão formal, a indústria cultural incorre na padronização e na produção em série que destituem a especificidade das artes e, porque não da filosofia, apropriadas do próprio modo de produção.

Subjetiva e organizacionalmente, a indústria cultural parece fazer frente ao caos cultural produzido pelo desmonte dos esquemas míticos e transcendentais das práticas sociais religiosas, quando estas não estão apropriadas em seu próprio esquematismo. Estatisticamente, o sujeito

²⁰ Adorno (1999) analisa também a música como mercadoria em um ensaio em que tematiza a “regressão da audição”. Sua crítica generalizante finca garras na mercantilização musical e nas tendências consumistas que identifica nos Estados Unidos da América. Portanto, entende ele que o movimento de substituição que a audição regressiva impõe é ao mesmo tempo uma renúncia abnegada à vivência autêntica do conteúdo musical. Para ele os bens culturais apresentam uma aparência de isenção ante o valor de troca, no entanto, assevera que “é óbvio que no setor de bens da cultura o valor de troca se impõe de maneira peculiar” (p. 78) e seu consumo incorre no movimento em que “quanto mais inexoravelmente o princípio do valor de troca subtrai aos homens os valores de uso, tanto mais impenetravelmente se mascara o próprio valor de troca” (p. 79). A música mercantilizada, portanto, regressiva para a audição, é destituída de suas possibilidades e compõe o rol de produtos culturais destinados ao entretenimento e à distração. O autor faz uma distinção entre música leveira e música séria para hierarquizar a produção cultural em seus diferentes setores.

“moderno” é medido e recebe produtos culturais nessa mesma medida, reproduzindo um ciclo de consumo cultural que incorpora dimensões da sociabilidade como o lazer, o prazer e a estética.

Materialmente, já em sua elaboração de fins da década de 1940, Adorno (1985) infere que os monopólios culturais se encontram dependentes e enfraquecidos diante do poderio industrial dos ramos do petróleo, do aço ou da química, por exemplo, devendo se “apressar em dar razão aos verdadeiros donos do poder” (p. 101). A uniformização dos meios técnicos e a materialidade orçamentária não guardam relação com o sentido do resultado do produto cultural em específico, mas denotam o caráter sistêmico de seu funcionamento e sua unidade de conteúdo. Para ele, trata-se do “triunfo do capital investido [...] capaz de gravar no coração dos esbulhados que se tornaram candidatos a *jobs* como a onipotência de seu senhor, eis aí o que constitui o sentido de todos os filmes, não importa o *plot* [enredo] escolhido em cada caso pela direção de produção” (ADORNO, 1985, p. 102-103).

Em sua elaboração, é notória a referência à forma hierárquica que fraciona os consumidores dos bens culturais com vistas ao acompanhamento dos seus perfis de forma quantificada. A construção de esquematismo envolve a atribuição de qualidades estanques que são distribuídas para a formação de níveis e categorias para as quais são distribuídos os produtos massificados. Os sujeitos partícipes são então “reduzidos a um simples material estatístico, os consumidores são distribuídos nos mapas dos institutos de pesquisa (que não se distinguem mais dos de propaganda) em grupos de rendimentos assinalados por zonas vermelhas, verdes e azuis” (ADORNO, 1985, p. 102)²¹.

Como experiência cultural, o produto cultural submetido às técnicas e à legalidade de funcionamento industrial dessa produção incorre na duplicação da percepção do real, funcionando como uma ilusão sublimante. Por sua natureza material, “cada manifestação da indústria cultural reproduz as pessoas tais como as modelou a indústria em seu todo” (ADORNO, 1985, p. 105).

Além de todos os encadeamentos decisórios com fundamentação técnica e mercadológica, já muito bem descritos por Williams (2016), Adorno (1985) reforça o caráter ideológico de negócio da produção cultural enquanto “transferência desajeitada da arte para a

²¹ Essa prática sofreu diversos incrementos com a introdução do mundo digital e, especialmente, com o surgimento e a difusão das redes sociais. A ciência de dados e o desenvolvimento do universo algorítmico têm implicado na identificação de seus resultados com a realidade, de forma a promover a realização da mercadoria e, inclusive, incidir na realização da política ao utilizar-se dessas técnicas para manipulação de resultados eleitorais.

esfera do consumo” (p. 111). Produto do fetiche do produto mercadorizado, “o poder da indústria cultural provém de sua identificação com a necessidade produzida, não da simples oposição a ela” (p. 113) e a redução da atividade cultural à mercadoria opera um movimento de esvaziamento da própria dimensão cultural, segundo Adorno.

Os produtos culturais como entretenimento e diversão corroboram o esvaziamento do pensar, implicando que “a diversão é o prolongamento do trabalho sob o capitalismo tardio” (ADORNO, 1985, p. 113). A simulação pela captura de signos baseados nas métricas do próprio sujeito alienado acabam por constituir um mercado editorial nos diferentes ramos da produção cultural e exercitam “o indivíduo no preenchimento da condição sob a qual ele está autorizado a levar a vida inexorável” (ADORNO, 1985, p. 126).

Essa padronização da cultura de massas é a padronização e a estratificação do trabalho, que destituído de seu sentido originário, faz com que

o indivíduo [...] [deva] aproveitar seu fastio universal como uma força instintiva para se abandonar ao poder coletivo de que está enfasiado. Ao serem reproduzidas as situações desesperadas que estão sempre a desgastar os espectadores em seu dia a dia tornam-se, não se sabe como, a promessa de que é possível continuar a viver. (ADORNO, 1985, p. 126).

O consumo cultural, então, admite a necessidade de participação e identificação com os conteúdos motivada pela própria ideologização da figura do consumidor, quando o consumo e a idealização de suas consequências estão atrelados ao valor de troca de um comportamento ou da utilização de um produto. Essa ilusão ofertada é paga, como comenta Adorno ao analisar a transmissão radiofônica de um concerto, “através do lucro de todos os fabricantes de automóveis e sabão reunidos, que financiaram as estações, e naturalmente através do aumento de vendas da indústria elétrica que produz os aparelhos de recepção” (ADORNO, 1985, p. 131).

A relação intrínseca entre trabalho, produção e manifestação cultural através da industrialização dos produtos desta natureza coloca, portanto, um cenário fatídico de continuidade entre trabalho e cultura, que Adorno tematiza da seguinte forma sobre a diversão:

Ela é procurada por quem quer escapar do processo de trabalho mecanizado, para se pôr de novo em condições de enfrentá-lo. Mas, ao mesmo tempo, a mecanização atingiu um tal poderio sobre a pessoa em seu lazer e sobre a sua felicidade, ela determina tão profundamente a fabricação das mercadorias destinadas à diversão, que esta pessoa não pode mais perceber outra coisa senão as cópias que reproduzem o próprio processo de trabalho. [...] Ao processo de trabalho na fábrica e no escritório só se pode escapar adaptando-se a ele durante o ócio. Eis aí a doença incurável de toda a diversão. O prazer acaba por se congelar no aborrecimento, porquanto, para continuar a ser um prazer, não deve mais exigir esforço e, por isso, tem de se mover rigorosamente nos trilhos gastos das associações habituais. (1985, p. 113).

Daí que a indústria cultural se assemelha à publicidade e incorpora muitas de suas técnicas e de sua estilística, impactando na utilização da linguagem e reverberando no seu funcionamento, novamente visto que “tanto técnica quanto economicamente, a publicidade e a indústria cultural se confundem” (ADORNO, 1985, p. 135). De forma reificada, e cada vez mais, os produtos culturais são partícipes diretos da produção ao engendrar a própria otimização da mercadoria para o consumo de massas, sujeita a um crivo/filtro editorial persuasivo para o consumidor e de controle para os dirigentes.

Jameson (1997), ao destacar a qualidade dialética do pensamento de Adorno, buscou demonstrar que a obra deste se encontra intimamente sedimentada na teoria marxiana, destacando que a questão da identidade é caudatária da teoria do valor e que o valor de troca estabelecido nas relações de intercâmbio produtivo estabelece as bases de sua noção de identidade. É apenas na compreensão das qualidades diferenciais das relações de troca na produção capitalista que a equivalência dinamiza a identidade e não-identidade do objeto que se encontra engendrado em um sistema econômico.

Em Adorno, nos indica Jameson (1997), os movimentos produtivos e suas consequências em termos de alienação subsumem a identidade do sujeito através da não-identidade forjada pela apreensão conceitual do mundo circundante como assentamento conformado, lembrando que sua preocupação mirava a compreensão dos aspectos estéticos da produção social da arte e da cultura, bem como para a compreensão das experiências totalitárias. A necessidade do desenvolvimento dos complexos linguísticos e até representativos engendrados no desenvolvimento capitalista como seu produto último revela a operatividade de uma gnose que se encontra no cerne do desenvolvimento do pensamento iluminado, a saber, o conhecimento científico. Desta forma, na seara do idealismo aperfeiçoado pela intensificação da sociabilidade, “a própria abstração – boa parte da qual incluindo seu mais sofisticado equivalente filosófico na lógica e na forma de universais – é revelada em outro nível como estando de acordo com a lógica da equivalência e da troca; dito de outro modo, como estando de acordo com a lógica do capital” (JAMESON, 1997, p. 48).

A produção como “sistema” é rígida e fatalisticamente associada à divisão do trabalho e à produção nos moldes da maquinaria e da grande indústria. Deste ponto, é possível inferir que a determinação da base é sedimentada como a própria totalidade que engendra a dominação.

O problema da base e da superestrutura em Adorno, de acordo com Jameson (1997), é descrito sinteticamente da seguinte maneira:

a concepção estereoscópica de Adorno da coexistência entre o universal e o particular constitui sua versão específica da oposição base/superestrutura, dado que o universal (conceito, sistema, totalidade, o próprio sistema de troca) é a infraestrutura imediatamente cognoscível, ao passo que o particular se apresenta como o ato ou evento da consciência ou da cultura que parece ser nossa única realidade individual, ao mesmo tempo que a equivalência a controla como um campo de força. (JAMESON, 1997, p. 69).

Afastando-se dos constructos teóricos estruturalistas, dada a natureza relacional dialética do desenvolvimento da produção material e cultural, Jameson ainda assevera que

nenhuma dessas figuras sugere fatalmente a operação de qualquer lei causal ou determinista inevitável. O que é característico da problemática marxista reside na centralidade desse problema e dessa questão, concebida como a mais urgente e fundamental – a saber, a relação a ser estabelecida entre a “cultura” (consciência ou “existência”) e seu contexto socioeconômico, ou “base”. (1997, p. 69).

Logo, a produção cultural pode ser compreendida como uma negação do real (do valor de troca), como falseamento e, ainda que seu produto seja uma fatualidade, encontra-se imbuído desse conteúdo sistêmico, abstrato e representacional. Não obstante, mesmo paradoxalmente, a solução sinaliza para a necessidade da crítica da cultura para sua perpetuação e constante negação, o que denota o caráter dialético do pensamento de Adorno.

A cultura em Adorno encontra-se vinculada à noção de indústria e da produção do entretenimento; mesmo que em outro nível encontrasse as concepções como as de Williams ou Goldmann, ela é “impreterivelmente negativa”. Não obstante, Jameson (1997) ainda identifica que a “ideologia” aparece na análise da indústria cultural com sua faceta mais difundida (antiquada e convencional, para Jameson), qual seja, a concepção de falsa consciência.

Para além da compreensão dos sistemas de Williams e de Adorno, Jameson (1996, 1997) tece as próprias elaborações acerca do problema da cultura ao analisar as expressões culturais pós-modernas. Valendo-se das formulações econômicas de Mandel sobre o capitalismo tardio, bem como das formulações teóricas de Adorno e Horkheimer no tocante à indústria cultural e ao capitalismo tardio, propõe uma análise da lógica cultural no pós-modernismo, sobre a qual tematizaremos seus pontos mais fundamentais.

Inicialmente, cumpre-nos destacar o encadeamento que o autor faz entre a tecnologia, a produção e suas expressões culturais. Adverte que atualmente a tecnologia digital e telemática tem na televisão e no computador suas expressões mais destacadas, caracterizando-as como “máquinas de reprodução mais do que de produção e apresentam à nossa capacidade de representação estética exigências bem diferentes das apresentadas pela idolatria relativamente mimética das máquinas mais antigas no tempo do futurismo, de uma escultura de energia e velocidade” (JAMESON, 1996, p. 63).

Ao analisar os produtos das transformações em curso como resultantes culturais estéticos e filosóficos, Jameson assevera que “o desenvolvimento tecnológico é [...], na visão marxista, um resultado do desenvolvimento do capital, em vez de uma instância determinada em si mesmo” (1996, p. 61). Assim que, para afastar o engendramento complicado entre a tecnologia em si e suas formas de utilização, utiliza-se de Mandel para coadunar as formas realmente existentes da tecnologia, em todo caso, por sua utilização no sistema produtivo. Na caracterização do sistema produtivo capitalista, periodiza, com base em Mandel, da seguinte forma: “o capitalismo de mercado, o estágio do monopólio ou do imperialismo, e o nosso, erroneamente chamado de pós-industrial, mas que poderia ser mais bem designado como o do capital multinacional” (JAMESON, 1996, p. 61).

A última fase, também envolta na proposição de capitalismo tardio, ou multinacional, ou de consumo, manifesta a tendência de expansão da força do capital como dinamizador das relações sociais, na continuidade própria de seu caráter expansivo no afã de sua realização. Sua característica original, para Jameson (1996, p. 61), reside na “penetração e colonização do Inconsciente e da Natureza, ou seja, na destruição da agricultura pré-capitalista do Terceiro Mundo pela Revolução Verde e a ascensão das mídias e da indústria da propaganda”.

O contexto de maximização do mercado e de transformações produtivas opera uma alteração nas formas culturais e evoca uma ideologia própria do mercado, a qual se erige com a naturalização das relações mercadológicas de troca e a centralização da produção pelos oligopólios imperantes. O autor tece uma análise das produções teóricas derivadas, identificando um conjunto de alterações para caracterização do pós-moderno e do antimoderno e, da mesma forma, da análise textual e estética nos âmbitos da literatura e da utilização do recurso heurístico adotado da psicanálise.

Outrossim, calcado na máxima da prioridade da produção material sobre a produção cultural e ideológica, adverte:

Na cultura pós-moderna, a própria cultura se tornou um produto, o mercado tornou-se seu próprio substitutivo, um produto exatamente igual a qualquer um dos itens que o constituem: o modernismo era, ainda que minimamente e de forma tendencial, uma crítica à mercadoria e um esforço de forçá-la a se autotranscender. O pós-modernismo é o consumo da própria produção de mercadorias como processo. (JAMESON, 1996, p. 15).

Em diálogo com as tendências que advogam uma superação do moderno e, também, com as teses do fim do trabalho, Jameson (1996) faz uma crítica aos dualismos estabelecidos, advertindo que mais que o pós-modernismo, a fase se caracteriza como “realismo”, e nos diz muito mais acerca do modernismo do que de sua superação. Assim que “o pós-modernismo não

é a dominante cultural de uma ordem social totalmente nova [...], mas é apenas o reflexo e aspecto concomitante de mais uma modificação sistêmica do próprio capitalismo (p. 16).

Dando ênfase à permeabilidade maior nos diversos âmbitos da vida, o que se assemelha às teses econômicas do engendramento da produção como produção complexa ou trabalho social combinado, as ideologias pós-modernas tematizadas desde o capitalismo tardio indicam que o

pós-moderno [...] parece estar à vontade nas áreas pertinentes da vida de todos os dias ou do cotidiano; sua ressonância cultural, apropriadamente mais abrangente do que o meramente estético ou artístico, desvia rapidamente a atenção da economia, ao mesmo tempo que permite que fatores econômicos e inovações mais recentes (em marketing ou propaganda, por exemplo, mas também na organização das empresas) sejam recatalogados sob o novo título. (JAMESON, 1996, p. 17-18).

Essa transformação necessária em razão das alterações sociometabólicas produzidas pelo incremento tecnológico e pela maximização dos efeitos sociais e econômicos da sedimentação das relações capitalistas de produção tem tensionado o embricamento entre as visões de mundo e o mundo produtivo. Dito de outra forma, os novos nexos psicofísicos carecem da participação ativa do “sujeito psicológico” que, sob condições de produção calcadas na tecnocracia e na intensificação do trabalho, são tensionados ao envolvimento subjetivo nas ideologias de mercado, identificadas como patamar último da história.

A fragmentação histórica e a produção cultural, calcadas na imediatez das relações de intercâmbio medidas pela chancela do valor econômico, colaboram para a totalização sistêmica que envolve o sujeito²². Logo, as transformações produtivas incorrem em requisições para o Ser Social como resposta às novas mediações metabólicas. Portanto, para Jameson (1996),

o pós-moderno deve ser visto como uma produção de pessoas pós-modernas, capazes de funcionar em um mundo socioeconômico muito peculiar, um mundo cujas estruturas, características e demandas objetivas – se dispuséssemos de uma exposição adequada delas – constituiriam a situação para a qual o “pós-modernismo” é a resposta e nos dariam algo mais decisivo do que uma mera teoria do pós-modernismo.

O resultado dessa produção não é uma receita perfeita para a perpetuação infinda dessas mesmas relações, mas ao contrário, agrava as consequências da produção capitalista e suas consequências, ainda como asseverado por Marx (2015 2016). Tratando dessa invasão da lógica produtiva de valorização do sistema de trocas equivalentes baseado no mercado, o autor

²² Jameson (1996, p. 164), indicando elementos dessa totalização que envolve o tempo livre, muitas vezes transformado em trabalho não pago na esfera do consumo, defende que “o lazer é tão dependente do mercado quanto o trabalho, o tempo livre e as férias tão organizados e planejados quanto um dia no escritório, objeto de toda uma nova indústria de vários tipos de diversão de massas, aparelhada com seus próprios equipamentos high-tech e mercadorias, e acoplada a processos completos de doutrinação, eles próprios totalmente organizados”.

reconhece que “o essencial é que a ideologia cultural [...] articule o mundo da forma mais proveitosa do ponto de vista funcional, ou de maneiras tais que possam ser funcionalmente reapropriadas” (JAMESON, 1996, p. 403)²³.

Considerada a base econômica sobre a qual os sujeitos envolvem-se como classe no processo produtivo, a mistificação do representacional que engloba os estímulos externos culturais, políticos e, em último caso, associados à divisão social do trabalho, estimula um distanciamento das formas social e econômica que conformam a experiência social. O distanciamento entre a essência e a aparência ou a estrutura com a experiência do vivido abre um campo necessário de representações abstratas (gnosiológicas) para o posicionamento dos sujeitos ante suas condições reais de existência. Nessa seara, Jameson (1996, p. 411) considera pertinente a formulação positiva de ideologia de Althusser que tem o

mérito de enfatizar a lacuna que separa o posicionamento local do sujeito individual e a totalidade das estruturas de classe nas quais ele está situado, uma lacuna entre a percepção fenomenológica e a realidade que transcende todo pensamento ou experiências individuais; mas que a ideologia como tal tenta transpor ou coordenar, tenta mapear, através das representações conscientes ou inconscientes.

Para além de todas as implicações que tal formulação apresenta para a questão da manipulação e do controle no engendramento com as formas reificadas da vida no capitalismo tardio, destacamos que o movimento em questão se produz como trabalho nas diversas agências intermediárias que conformam a diferenciação do trabalho coletivo como trabalho parcelado.

Em Jameson (1996, 1997), portanto, podemos reconhecer uma consequência entre o econômico e as manifestações políticas e culturais no âmbito da sociabilidade, não que tal relação seja esquemática ou determinada, nem tampouco que nos escape à compreensão, mas sim, que está imbricada nas relações reais e nas formas de produção materiais e subjetivas específicas do capitalismo tardio e da cultura pós-moderna.

Em movimento, verificamos que uma das questões centrais encontradas como ponto em “comum” das elaborações analisadas reside no reconhecimento da “alienação” em seus diferentes matizes como mediação entre a produção e as expressões culturais e ideológicas. Seja na busca por compreender as formas extremamente regressivas da sociabilidade vivenciadas nos regimes fascistas; ou a conexão de obras e produtos culturais com seu contexto para analisar seus elementos constitutivos e sua capacidade representativa no âmbito da reprodução; ou ainda

²³ Aqui o autor sinalizava aspectos culturais de parcelas da classe que articulam formas ideológicas dominantes sem que sejam de fato classe dominante. Citava como exemplo os *yuppies* e parcelas da pequena burguesia que vivenciam mais a produção cultural pós-moderna que os próprios homens de negócios. (JAMESON, 1996).

compreender os rumos da pós-modernidade como lógica cultural de uma fase específica da produção, os autores revelam assentar suas análises no eixo marxista de compreensão das relações de produção capitalistas e suas determinações relacionadas à lei do valor, à divisão social do trabalho, ao valor de troca e às reificações engendradas na dominação de classe.

Os produtos culturais adjacentes, sejam eles o texto, a televisão ou até mesmo a indústria cultural como um todo, apontam para a relação entre a materialidade técnica e a experiência social, implicando suas determinidades e liberando suas expressões autênticas ao desfuncionalizar seus movimentos em direção à mecanicidade. A dialética e a totalidade passam, dessa forma, a compor as categorias fundamentais para dinamizar as formas de compreensão dos produtos culturais na sociedade contemporânea.

Com tais assertivas em mente, buscaremos na análise específica que empreendemos o reconhecimento dessas legalidades de forma a posicionar de forma mais precisa o papel do ideopolítico nas condições atuais de existência das formas produtivas e reprodutivas da sociedade capitalista. É sabido que sua utilização é permeada pelo pragmatismo e pelo utilitarismo, no entanto, as consequências sociais da manipulação igualmente apontam para o movimento de decadência e degradação das formas do pensamento em suas variantes emancipadoras, o que é válido igualmente para a teoria crítica ao se apropriar da lógica formal abstrata que atira seu potencial no racionalismo ascético ou de inclinações determinísticas.

Outrossim, buscaremos debater a relação entre as formas produtivas, suas expressões filosóficas (também ideológicas quando não em sua forma “pura”) e as consequências para as relações de classe que reverberam na decadência ideológica e no irracionalismo da hegemonia burguesa.

2.5 ESGOTAMENTO DAS POSSIBILIDADES CIVILIZATÓRIAS DO CAPITAL: O CAPITALISMO TARDIO E O IRRACIONALISMO

Observados os movimentos da base produtiva e seus efeitos econômicos e sociais, passamos agora à reflexão acerca das implicações do desenvolvimento das relações de produção capitalistas para a sociabilidade, buscando historicizar brevemente as matrizes epistemológicas do conhecimento e suas expressões na vida social. Como nos propusemos a lidar com a problemática da ideologia e da cultura que se expressam nas lutas sociais e, também, na prática legislativa no contexto da complexificação e regulamentação das relações de trabalho, é basilar que recuperemos algumas reflexões acerca da síntese das “ideias” em sistemas filosóficos e

sociológicos que buscam dar respostas às questões afetas ao Ser Social e a sociabilidade. Notoriamente, o desenvolvimento do qual tratamos culmina na crítica de Marx acerca do sistema do capital e se desenrola no bojo do marxismo ocidental que busca compreender as novas determinações da produção.

Inicialmente buscaremos discutir as proposições de Hegel acerca da história da filosofia e também as consequências de suas formulações para o pensamento ocidental, em especial a revolução que sua fenomenologia expressa e a relevância histórica de sua dialética. Neste entremeio, é igualmente importante sinalizar as categorias fundamentais que expressam o movimento do pensamento em termos históricos e como sistemas gnosiológicos e ontológicos são capazes de perfazer protoformas que organizam as visões de mundo individual e coletivamente. Tais problemáticas nos são caras na medida em que a dimensão das mediações entre diferentes complexos da vida social encontra-se intensificada, conformando hegemonias no interior das diferentes formações sociais, suas instituições e diretamente nos indivíduos — objetivo último de sua existência e *locus* da reprodução das estruturas de mediação.

Destaca-se que o processo de reconhecimento gnosiológico das elaborações ideoculturais²⁴ encontra-se em constante movimento, estando sujeito à dialética de corrosão de sua identidade unitária pelos contextos e enfrentamentos que as transições interpõem. Para efeito da análise empreendida, trataremos de recuperar alguns elementos das grandes linhas de pensamento que alimentam as correntes neopositivistas — e até existencialistas —, de forma a compreender as bases gerais que orientam os fundamentos da vida social individualista, pragmatista e utilitarista.

Desde o desenvolvimento das primeiras formações sociais até as formas comunicativas orais e, posteriormente, escritas, prescreveram orientações e serviram de referência para as práticas sociais cotidianas. Fundamentalmente foram possíveis em razão do desenvolvimento econômico e da incorporação de elementos numéricos que permitiram resolver questões práticas cotidianas, além de promover a dominação/convencimento político ou religioso ²⁵. A

²⁴ Marx e Engels destacam que “a produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, ainda aparecem, aqui, como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo vale para a produção espiritual, tal como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica, etc. de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações sociais mais desenvolvidas (2007, p. 93-94).

²⁵ Reiterando a generalidade do pensamento ontológico de Marx e Engels na Ideologia Alemã, destacamos a seguinte passagem: “O primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal desses indivíduos e, por

modificação do espaço e o desenvolvimento da socialidade permitiram também o reconhecimento dos padrões matemáticos que são recorrentes na vida inorgânica e orgânica e o desenvolvimento de complexos como o da linguagem e do direito como consequências da incorporação dos fatores materiais que liberaram os sujeitos sociais para o desenvolvimento de uma prática ontologicamente social baseada no trabalho.

Dos recursos animistas, miméticos e míticos, verificamos uma necessidade comunicacional crescente em razão da complexificação da sociabilidade nas formações sociais em que o trabalho se parcela e nas quais a cooperação também se faz necessária para sua produção e reprodução como sociometabolismo. É nesse campo que o complexo da linguagem se desenvolve oralmente e, também, em sua forma escrita, capaz de registro material e simbólico.

O primeiro texto escrito conhecido data de cerca de 4000 a.C. e conta a história de um dos antigos reis sumérios, dedicando-se a, no estilo epopeia, apresentá-lo e a introduzir problemáticas de suas viagens, conquistas e reflexões. “Ele que o abismo viu: epopeia de Gilgamesh” (SIN-LÉQI-UNNÍNNI, 2017) apresenta aspectos da mitologia da época, bem como exalta aspectos da existência da cidade de Uruk, com alto grau de comércio e infraestrutura. O texto aborda aspectos da vida como sonhos, amor, morte e até narra a história do dilúvio que atingiu a cidade.

Outro importante texto da Antiguidade é a coleção dos textos canônicos hindus chamados vedas. Apresentam uma característica sagrada e hermética, relacionada ao som e, também, orientam rituais que em várias passagens aludem a atividades como agricultura e saúde. Encampam uma série de comportamentos e obrigações disciplinares que dão conformação a um tipo de ordem hierárquica que ainda hoje influenciam a sociedade de castas na Índia e que foram inspiração e, também, modelo para outras vertentes religiosas. Além disso, aspectos da cultura oriental de base hindu são hoje acoplados às lógicas empresariais como forma prática para lidar com o estresse e as contradições das atividades de trabalho contemporâneas.

meio dela, sua relação dada com o restante da natureza. [...] O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ela é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar a vida, um determinado modo de vida desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção.” (2007, p. 87).

A escrita desses textos é datada de cerca de 1500 a.C., reunindo uma série de conhecimentos tradicionais que tem como principal objetivo superar a ignorância e o esquecimento. O próprio termo “veda” tem como significado “conhecimento”. Trata-se, pois, de uma forma de dominação e orientação da percepção para o enfrentamento de problemas existenciais e práticos, considerando a ordem mitológica dos deuses e as práticas terrenas capazes de evitar e curar doenças e até fornecer conhecimentos para construções e questões ético-morais.

Já no século IV a.C., outras versões complexificadas dessa doutrina acabam por orientar a estrutura política e religiosa, dando espaço para ensinamentos ético-religiosos que se entrelaçam à história da civilização hindu. Por exemplo, o livro Bhagavad Gita, que reúne ensinamentos do deus Krishna e referencia uma cosmovisão que influenciará a organização social imperante à época, o que continua a acontecer residualmente nos tempos atuais. Trata-se de uma versão complexa do teísmo que abarca a crença na perpetuação da existência e na transitoriedade da vida terrena.

Importa salientar que, aquém das implicações específicas da cosmovisão em termos espirituais e práticos, os textos tradicionais da civilização hindu estão amplamente divididos entre sua estrutura ocupacional que disciplina a ordem hierárquica de realização das atividades de trabalho social necessárias à reprodução de cada formação social vinculada.

Ainda a título de reflexão e ilustração das grandes matrizes do pensamento do mundo antigo, é importante mencionar o conhecimento sintetizado pelos discípulos de Confúcio nos “Analectos”, os quais são um conjunto de transcrições dos sermões deste proeminente mestre que se ocupou de questões de governo ao exercer funções de cunho coletivo na estrutura dinástica da China do século V a.C. Seus ensinamentos, apenas depois transformados em textos, versam sobre um tipo de compreensão do destino e de exercício da vida baseada na racionalidade e na bondade, instigando uma ética calcada na sabedoria revelada pelo destino.

Destacamos a importância desses textos, muitos traduzidos para as línguas ocidentais modernas apenas depois de meados do século XIX, para a filosofia e sociologia de autores como Hegel, Schopenhauer, Kierkegaard, ou mesmo Weber. Na mesma linha, gostaríamos de destacar a recuperação dos textos helênicos antigos como esforço de exploradores e filólogos alemães no mesmo período, o que implica em uma protoforma civilizacional em termos de identificação com a organização social, valores e até com a estética.

Cabe ressaltar que o texto como signo (BAKHTIN, 2016) confronta-se com o sujeito real e seu contexto, devendo ser considerado em seu contexto dialógico com os elementos

contextuais correlatos (período, função, posição em relação à formação social, etc.). Assim é que, historicamente, estes textos/símbolos são produzidos e reproduzidos como elementos constituintes do todo não cumulativo e não progressivo das sínteses históricas dialéticas. A capacidade ou eventualidade de perpetuação encontra-se pautada pela capacidade e possibilidade de manter o objeto e perpetuar sua difusão. Atualmente tais determinações apresentam complexidades infindas quando consideradas as transformações midiáticas e acadêmicas que permeiam a produção do real no âmbito da linguagem, matizado pela manipulação.

O que se procura destacar é que, apesar da intencionalidade, o resultado de um texto não se reproduz em termos sociais como uma planta de engenharia ou um plano de voo podem fazê-lo (mesmo assim com interferências), mas precisa sempre ser contextualizado e historicizado. Expressando a cadência de determinações que passam pela operatividade dos elementos ideológicos, um sistema de signos que implemente uma incidência frente à realidade objetiva pode compor um tipo de bem cultural (GOLDMANN, 1967).

Tal objeto constitui-se, então, em ferramenta que pode produzir efeito teórico e normativo, conformando-se em uma tendência para a qual se move um ou mais elementos da realidade. Entretanto, novamente ressaltamos que tal movimento não é unívoco, tampouco exato e é sempre interdependente dos elementos da vida material. Como asseverou Bakhtin (2012, p. 86):

O texto como reflexo subjetivo do mundo objetivo, o texto como expressão da consciência que reflete algo. Quando o texto se torna objeto do nosso conhecimento podemos falar de reflexo do reflexo. A interpretação de um texto sempre é um correto reflexo do reflexo. Um reflexo através do outro no sentido do objeto refletido. (BAKHTIN, 2012, p. 86).

Feito tal incurso acerca da relação do texto como ferramenta que compõe elementos da linguagem e, logo, da ideologia, adentramos nas especificidades ditas ocidentais considerando os textos narrativos gregos, bem como sua filosofia pré-socrática e posterior, os quais constituíram uma versão ainda hoje bastante extensa de organização ideológica em termos político-filosóficos, a exemplo das elaborações acerca das formas de governo e de representação na condução das atividades coletivas da pólis ou das elaborações pré-socráticas e sua relação com o empirismo. Tratava-se de uma sociedade do antigo sistema escravista que em seu apogeu contribuiu para a síntese e expansão do conhecimento sobre as determinações helênicas.

A recuperação desses elementos subsidiará as análises documentais e normativas da constituição da politicidade inerente à formação do consenso e produção subjetiva no

movimento de ação das classes em relação à produção e reprodução das relações sociais no capitalismo. Se remontamos às questões consideradas supérfluas ou demasiado teóricas é porque nestas encontram-se assentadas as formulações de base da cultura, e logo da política, ocidentais, indicando o sentido da racionalidade capitalista em direção ao “progresso”.

2.5.1 Ciência e filosofia: impactos da crise das ciências da natureza

Hegel (1999) interpõe que a história da filosofia não guarda relação com as formas de pensar e as ideias que dela derivam, formando sistemas ou um encadeamento capaz de fornecer um modelo de representação cognitiva, mas que a filosofia se coloca como engenho da busca da verdade (marcando a identificação de sua posição com o apogeu do pensamento à sua época). Como potência em si, é a razão que pode exprimir o conhecimento filosófico de maneira verdadeira, ainda que para ele isso não crie qualquer objeção à doutrina cristã, muito pelo contrário, conforma-se como processo de compreensão do espírito e dos desígnios celestiais.

Para o autor “todo conhecimento e cultura, a ciência e a própria ação não visam a outro escopo senão a exprimir a si o que é em si, e deste modo a se converter em objeto para si mesmo” (HEGEL, 1999, p. 396). Sendo a razão uma potência, cabe recuperar essa divindade interna que está alienada na própria história de deus de forma a alcançar o que considera a liberdade necessária para o conhecimento da verdade e a realização da verdadeira posse de si. Essa relação objetual descortinável e manipulável racionalmente centra-se no Ser que conhece e assume livremente a posição pensante individual, “visto ser livre aquilo que não se refere a outro nem de outros depende; só nisto aparece a verdadeira posse de si, e a verdadeira e própria satisfação; em tudo o mais que não seja pensamento, o espírito não alcança esta liberdade” (HEGEL, 1999, p. 397).

É dessa forma que o autor vai identificar o início da filosofia com a sociedade da Grécia antiga, considerado seu critério — flexível — de liberdade e de individuação, já indicando elementos do individualismo e da fenomenologia, colocando em oposição o sujeito e o contexto (posteriormente colocados em relação, como se pode conferir em debate de Lukács sobre a verdadeira e a falsa ontologia de Hegel). Hegel indica que “O pensamento deve ser por si mesmo, deve realizar a sua liberdade, deve separar-se da natureza passando da dispersão à contemplação; deve livremente entrar em si mesmo e chegar assim à consciência de sua liberdade.” (HEGEL, 1999, p. 441).

Característico da fenomenologia, o idealismo objetivo que deriva do pensamento filosófico e lógico de Hegel, e que compõe seu próprio núcleo, é matizado por sua posição nos conflitos econômicos e políticos de sua época, os quais indicam a necessidade reacionária da burguesia de manter a posição conquistada de classe dominante. No período de expansão do imperialismo e de conquista de novos mercados verifica-se uma naturalização (veja-se a superioridade com a qual se identifica) do processo de conquista e exploração. Logo, “o idealismo objetivo do próprio Hegel é um exemplo evidente; sua teoria do ‘fim da história’, a mística afirmação de uma absoluta identidade entre sujeito e objeto, são posições ideológicas a serviço da justificação da positividade capitalista” (COUTINHO, 2010, p. 29).

Uma posição importante que influenciará os neo-hegelianos de direita remonta à posição do sujeito do conhecimento gnosiológico, o que se pode expressar na seguinte passagem de Hegel (1999, p. 441):

como verdadeiro princípio da filosofia deve-se considerar o momento, em que o absoluto já não é representação, e o sentimento livre não pensa somente o absoluto, mas apreende a ideia do absoluto: quer dizer, quando o pensamento reconhece o ser (que também pode ser o próprio pensamento) como a essência das coisas como a totalidade absoluta e a essência imanente do todo.

Considerada a necessidade da individuação como critério, Hegel destaca que, apesar de o espírito ter nascido no Oriente, é a cultura helênica que desencadeia o pensamento filosófico. Fraciona o desenvolvimento histórico do pensamento gnosiológico asseverando que “o primeiro grau da unidade do espírito com a natureza, o qual, por ser imediato, não é o estado verdade e perfeito” (1999, p. 442), referindo-se ao conhecimento oriental e tradicional em geral, e continua destacando que “a filosofia começa, portanto, só com o mundo grego” (p.442) ou, dito de outra forma: que “a genuína e própria filosofia começa no Ocidente” (p. 444).

O autor se esforça para justificar seu critério de liberdade ao criticar a falta dela no Oriente e justificar a liberdade real que se apresentava “determinada e com restrição”, sendo exclusiva de “alguns”. Apesar dos critérios específicos aos quais Hegel faz menção para eleger a “verdadeira filosofia”, é nítido que ele o faz no bojo do espírito de seu tempo, justapostamente ao movimento de recuperação da cultura helênica na Alemanha, o que certamente influenciou sua concepção de “belo”, de “arte” e da estética em geral, alinhado com a regularidade, simetria e harmonia já presentes no helenismo.

O filósofo reconhece, não obstante, a relação entre a filosofia e a cultura e busca diferenciar a religião e a filosofia, ainda que indique que o objeto de ambas é o mesmo. Aparentemente, considerado o desenvolvimento do idealismo objetivo, joga a fé em um campo específico e determinado, buscando acomodar a razão nas questões políticas, éticas e sociais

afetas ao Estado e a religião às práticas subjetivas pessoais e familiares²⁶, coadunando com a perspectiva germânica cristã do período de dissolução do sacro império germânico, das guerras napoleônicas e da criação de arranjos políticos entre as zonas de influência de cidades livres e principados que se aglutinaram até que, posteriormente, fossem reunidos sob o comando militar de Bismark, forjando a República Federal Alemã contemporânea.

No que toca à análise filosófica da razão absoluta, Hegel reconhece no “Ser” de Parmênides, que une o pensamento além de separar o aparente do que é a verdade, a referência do real. Em Platão, Hegel busca a universalidade, que não está no ser, mas na essência do universal imutável realmente existente, e em Aristóteles adere à noção de “conceito”, como pensamento que compreende as formações do universo, ainda que abstrata e formalmente.

O movimento de Hegel busca diferenciar-se da elaboração idealista subjetiva kantiana que leva à dialética transcendental, aportando elementos que permitem a cognoscibilidade do entendimento pela razão, mas identificando sujeito-objeto e impondo essencialidades. Se avança em termos da dialética e do movimento do real, recua no tocante ao papel do sujeito, o que marcadamente influenciará a postura compreensiva da totalidade social. A identificação de uma essencialidade em sujeitos e objetos acaba por universalizar e homogeneizar a operatividade de categorias que se encontram em processualidade²⁷.

O desenvolvimento da filosofia ocidental de base iluminista guarda uma série de relações entre os diferentes momentos de ascensão do capitalismo, expressando seu vínculo com as determinações econômicas, as ciências da natureza e as diferentes contingências ideopolíticas. Nesse sentido, mesmo as elaborações mais avançadas da teoria do real passam a atuar como ideologia (no sentido estrito) quando limitam as consequências totais das

²⁶ Nesse intento de conciliar filosofia racional e religião, Hegel (1999, p. 435) assevera: “Se a religião na inflexibilidade da sua autoridade abstrata, enquanto oposta ao pensamento, proclama que as portas do inferno não prevalecerão, as portas da razão são mais fortes do que as portas do inferno: não para suplantarem a Igreja, mas para se conciliar com a Igreja. A filosofia, enquanto pensamento que compreende esse conteúdo, tem, a respeito das ideias da religião, a vantagem de compreender ambas as partes: isto é, compreende a religião, e assim compreende o racionalismo [...]”. E continua: “A forma da religião é necessária ao espírito como é em si mesmo e por si mesmo; essa é a forma de verdade comum a todos os homens e a toda a forma de consciência. Essa cultura universal dos homens é, antes de mais nada, a consciência sensível e, em segundo lugar, a mescla da forma do universal com as manifestações sensíveis mediante a reflexão; a consciência representativa, o elemento mítico, positivo e histórico, é a forma necessária para ser compreendida”.

²⁷ Leirner (2003), ao analisar a produção de Dumont acerca do individualismo e da hierarquia, assevera que “se a ideologia moderna parte do individualismo/igualitarismo como princípio estruturador, e, a partir disso, nos leva a uma moderna noção de sistema em que a soma das partes é igual ao todo [...] [...] como resultado temos que, se através da ideologia individualista a hierarquia é percebida como estratificação social” e manifesta-se nas relações de classe e baseia-se fundamentalmente na divisão social do trabalho.

descobertas ontológicas e filosóficas, capazes de transformar a ontologia e a ética, que são consideradas irracionais.

Coutinho (2010) aventa que o movimento em que se dá esse desenvolvimento está conectado com a reação de Kierkegaard a Hegel. A reação transforma Hegel num irracionalista pelos neohegelianos, e Kant num positivista vulgar pelos neokantianos, movimentos que limaram a razão progressista das meditações kantianas e da fenomenologia do espírito hegeliana. A processualidade do desenvolvimento do pensamento ocidental caminha, portanto,

de crítica da realidade em nome do progresso, do futuro, das possibilidades reprimidas, [para um] pensamento burguês [que] transforma-se numa justificação teórica do existente. Em proporções cada vez maiores, a história e a economia perdem sua importância filosófico-ontológica, deixando de desempenhar um papel significativo na elaboração da concepção do mundo. (COUTINHO, 2010, p. 35-36).

É o processo de constituição do proletariado como classe em si que motiva a reação burguesa como classe dominante, fazendo-a abandonar os preceitos da tradição iluminista (ainda que problemática), em especial a categoria razão. O desenvolvimento capitalista redimensiona a constituição das classes, e a exploração do trabalho precisa ser ocultada de forma que igualmente oculta e suprime os intentos de compreensão global da realidade no âmbito da ciência burguesa.

Sendo Hegel a expressão última do contínuo esforço ascendente da razão por parte da classe burguesa, Coutinho (2010) identifica um desmembramento do pensamento de Hegel como consequência da politicidade da própria teoria. Para ele, os hegelianos de esquerda constituem a “expressão filosófica do processo pelo qual o proletariado recolhe a bandeira abandonada pela burguesia e supera seus limites e contradições, elevando a racionalidade dialética a um nível superior, materialista” (p. 23). Já o movimento considerado de direita na apropriação do nexos categorial hegeliano é seletivo e regressivo na medida em que a dialética e o humanismo são marginalizados.

A processualidade do movimento pelo qual o iluminismo encara e incorpora as sombras produzidas pelo seu próprio desenvolvimento — consideradas suas variações — apresenta a tendência irracional expressa nas relações sociais pelo cinismo, pelo tecnicismo ou pela completa indiferença mascarada de ignorância.

Importa destacar a questão da temporalidade que se abre ante a introdução de um esquematismo programático calculável a médio e longo prazo. Um conjunto de fórmulas que “regulam” indicadores dos conceitos necessários à realização do mercado mundial. O capital financeiro é sua expressão última, impregnado de alienações características da ritualização da

produção como altar da fonte da vida e o capital como a força motriz seminal que movimenta (o que não deixa de ser apreensível quando observada a superfície da reprodução social) ²⁸.

As transformações que puderam ser observadas com a dominação progressiva dos territórios, seus sujeitos e das forças produtivas alçaram a produção capitalista à generalização por meio da constante expropriação dos meios de vida e da apropriação privada dos meios de produção, ou seja, do trabalho morto coletivo e histórico. É nessa seara que a burguesia como classe dominante apropria-se também do futuro, impondo sua prática reacionária de classe na perpetuação de mazelas pretéritas e surgidas das transformações nas forças produtivas, as quais forjaram a sedimentação das classes fundamentais no capitalismo.

No âmbito da produção cultural e ideológica, o processo em curso era visto através do prisma do movimento progressivo de domínio da natureza e da superioridade do “homem civilizado”²⁹. Assim que, de acordo com Coutinho (2010, p. 25),

Esse caráter objetivamente progressista do capitalismo permitia aos pensadores que se colocavam sob o ângulo do novo a compreensão do real como síntese de possibilidade e realidade, como totalidade concreta em constante evolução. Sem compromisso com a realidade imediata, os pensadores burgueses não limitavam a razão à classificação do existente, mas afirmavam seu ilimitado poder de apreensão do mundo em permanente devir.

A par e passo, o desenvolvimento científico significou uma apreensão instrumental das determinações orgânicas e inorgânicas da vida material, o que impactou na produção de mercadorias e no incremento técnico que viabilizou formas de reestruturação produtiva marcadamente características de períodos históricos específicos (observe-se o desenvolvimento das navegações, da máquina a vapor, da eletricidade, da radioatividade etc.). Visto que o processo em curso não se resolve ou não tem uma síntese que se feche como unidade, compõe um movimento no qual “a compreensão do real como totalidade submetida a leis e a afirmação da historicidade dos processos objetivos são momentos determinantes da nova racionalidade em elaboração” (COUTINHO, 2010, p. 26).

Essa racionalidade estende-se à compreensão das relações sociais e guarda um ímpeto do espírito absoluto que persegue a calculabilidade total preditiva com vistas à dominação de

²⁸ A esse respeito, conferir a potencialidade dinâmica do capital portador de juros – Acumulação do capital. (MARX, 2014).

²⁹ Tal concepção não é unívoca, mas abarca um conjunto de práticas religiosas e seculares, institucionais e governamentais, comportamentais e ideais que marcam as formações sociais ocidentais, especialmente europeias. De fundamentação judaico cristã e catapultada por formas de governo (especialmente a monarquia constitucional inspirada pelo puritanismo de correntes calvinistas) que expressaram a ascensão da classe burguesa como classe dirigente, sinalizam um desdobramento da acumulação primitiva realizada pelas monarquias desde meados do século XV. Conferir Weber (2004) e sua posição acerca da racionalidade ocidental.

tudo que é natural, inclusive em âmbitos com legalidades totalmente diversas, como a arte ou as emoções³⁰. Em luta com a metafísica, o pensamento científico capitaneia a possibilidade real de intervenção na natureza, transformando as bases da produção e alterando a composição das forças produtivas e, conseqüentemente, das relações políticas.

Acontece que essa luta não é igualmente unívoca e comporta saídas políticas e metodológicas que se consubstanciam na cisão da totalidade social, ou na cisão do próprio sujeito social em sua dupla determinidade. De mãos dadas com a metafísica, o agnosticismo parece compor um campo do pensamento burguês fetichizado, o qual incorpora, em limites específicos, as descobertas científicas que possam integrar o desenvolvimento material privado de classe, ao passo que a metafísica e o irracionalismo ocupam o lugar da produção subjetiva e das formas de compreensão das relações sociais como um todo.

Mais que isso, as correntes do pensamento pragmático e imediatista que se sedimentam “negam explicitamente que a totalidade do real possa ser objeto de uma apreensão racional [...]”, levando em conta que “quando se reconhece o valor da razão, este é sempre limitado a algumas esferas da realidade; a totalidade do mundo – objeto da ontologia – aparece como dominado por uma ineliminável irracionalidade” (COUTINHO, 2010, p. 44).

A coexistência sincrônica paralela entre agnosticismo e irracionalismo acaba por compor um espaço de assentamento de questões ontológicas fundamentais que são apenas tangenciadas. Dessa forma, o agnosticismo e o irracionalismo ocupam esferas fetichizadas da vida que apresentam elementos qualitativos diversos, tanto quanto o existencialismo e o neopositivismo expressam tal apreensão no contexto da produção filosófica e ideológica.

Coutinho (2010, p. 39) identifica que o traço fundamental do pensamento decadente, “o de ser um pensamento fetichizador – manifesta-se em todas as suas orientações: racionalistas ou irracionalistas, objetivistas ou subjetivistas, positivistas ou existencialistas”. Sobre a temática, também Lukács (2012) sinaliza que a burguesia como classe dominante orienta-se, em todas as esferas da vida, mas fundamentalmente na economia, por cumprir sua “missão social”, que no tocante à ciência e seus avanços, limita-se a incorporar os avanços na valorização do capital de que é portadora.

Portanto, o desenvolvimento científico não necessariamente compõe um avanço na sociabilidade no tocante aos aspectos éticos e ontológicos, que estão relegados à metafísica que mantém a necessidade religiosa como conexão do sujeito com uma totalidade para além do

³⁰ Sobre a proposição, conferir Lukács (2012) e a análise empreendida acerca do neopositivismo e de suas expressões nas elaborações, por exemplo, de Carnap e Mach.

mundo humano. Na filosofia que se desdobra como produção das significações das descobertas científicas, especialmente o positivismo e o neopositivismo, identifica-se que o avanço no conhecimento ocupa

um lugar especial somente na medida em que aparecem com a pretensão de assumir uma posição de perfeita neutralidade em todas as questões relativas à concepção de mundo, de deixar simplesmente em suspenso todo o ontológico e de produzir uma filosofia que remove por completo de seu âmbito o complexo de problemas referente àquilo que é em si, tomando-o como pseudoproblema, irrespondível por princípio. Com isso o positivismo e o neopositivismo apossam-se da herança do idealismo subjetivo. (LUKÁCS, 2012, p. 53-54).

Uma vez incorporados os elementos materiais-científicos para as transformações nas forças produtivas, o empreendimento da modernidade de iluminação desdobra-se em uma constante externalização de suas consequências, expressas fundamentalmente no empreendimento colonial por um modelo de negócios pretérito e contratual que fortaleceu a ascensão de mercadores e investidores. Consequentemente são alteradas as mediações entre os produtores, e a produção social orienta-se especificamente para a produção de mercadorias.

Historicamente, é preciso reconhecer a contraditoriedade dos processos sociais dos quais tratamos por versarem sobre as formas fundamentais de produção da vida e suas consequências ontológicas como exteriorização e alienação. A produção é progressivamente socializada ao passo que o sujeito sofre com a constante individuação e possibilidade (virtual) de atomização.

Coutinho (2010) reitera que o desenvolvimento da divisão social do trabalho é considerado como “essencialmente contraditório” e constitui o cerne dos conflitos sociais no capitalismo. Sobretudo, verifica que

ao lado da contradição entre liberdade do trabalho e transformação do trabalhador em mercadoria, desenvolve-se também a contradição – essencial ao modo de produção capitalista – entre socialização do trabalho e apropriação individual de seus produtos. Essas contradições – que representam um estímulo ao progresso teórico na fase ascendente do pensamento burguês – passam, no período da decadência, a constituírem um limite intransponível à apreensão da verdade objetiva (COUTINHO, 2010, p. 35).

A práxis social é afetada pela espoliação dos meios de vida e pelo fracionamento do trabalho — este último que significa ainda uma incorporação de conhecimentos e técnicas pela organização manufatureira e industrial do trabalho —, sendo que a incorporação da nova racionalidade se desdobra na separação entre a vida pública e privada, entre a subjetividade individual e a objetividade social, de forma que a economia de mercado em expansão fagocita os meios de vida precedentes e tendencialmente reorganiza a composição de classe, produzindo

o trabalhador moderno possuidor de força de trabalho e sua classe antagônica, a burguesia que constitui sua centralidade econômica por meio da acumulação de capital.

A especialização do trabalho constitui o movimento fundamental de organização da produção de mercadorias, impondo às formações sociais precedentes, juntamente com a expropriação dos meios de vida, uma hierarquização e naturalização das formas de execução das atividades e faculdades, consideradas racionalmente necessárias. Braverman (1974) analisa com maestria ímpar como se dá a separação do trabalho e da produção e sua fragmentação que culmina na unidade do processo de trabalho no capitalismo, destacando a importância que adquire a gerência científica e a separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual.

Os impactos psicofísicos das ações cerebrais e manuais cindidas é deveras relevante tendo em vista que representam um incremento da alienação para o trabalhador. Para Braverman (1987, p. 113), “ao estabelecer relações sociais antagônicas, de trabalho alienado, mão e cérebro tornam-se não apenas separados, mas divididos e hostis, e a unidade humana de mão e cérebro converte-se em seu oposto, algo menos que humano”.

Também socialmente essa tendência se impõe, observado que no âmbito coletivo a especialização do trabalho, sob influência do idealismo objetivo, descamba também numa governabilidade permeada pela burocratização. Esse movimento tem no texto um importante elemento comunicacional e de predição, visto que o movimento acontece no papel/registro orientador como trabalho intelectual e impacta na produção.

O que Coutinho (2010) identifica como burocratização conforma um movimento, o qual

ocorre quando determinados procedimentos práticos são coagulados, formalizados e repetidos mecanicamente; com isso, empobrece-se a ação humana, que é assim desligada de sua relação tanto com a realidade (transformada na práxis burocrática em simples objeto de manipulação) quanto com suas finalidades (cuja racionalidade ou irracionalidade a práxis burocrática não questiona). Esse caráter repetitivo da ação burocratizada bloqueia o contato criador do homem com a realidade, substituindo a apropriação humana do objeto por uma manipulação vazia de “dados”, segundo esquemas formais preestabelecidos. (COUTINHO, 2010, p. 40-41).

É em Weber que a burocracia tem sua expressão teórica compreensiva elaborada, sendo que para ele “a peculiaridade da cultura moderna, e especificamente de sua base técnica e econômica, exige essa calculabilidade dos resultados” (WEBER *apud* COUTINHO, 2010, p. 43). Trata-se de uma concepção que se generaliza como *standard* da razão, marginalizando outras formas de elaboração da realidade e incidência sobre ela. O próprio Coutinho (2010, p. 43) destaca que esse parâmetro de racionalidade ocidental compõe uma “miséria da razão [que] transforma em algo irracional todos os momentos significativos da vida humana”.

Em Lukács (2012), Coutinho (2010) e Adorno (1999, 1985) encontramos um amplo debate acerca da matematização da vida social e da incorporação das tradições acadêmicas, políticas e filosóficas que expressam as transformações nas relações de produção. Identificando algumas das variações desse matiz de apreensão das determinações do real, resgataremos alguns de seus principais expoentes, os quais exercem papel fundamental na tradição acadêmica e científica.

A discussão procura apenas sinalizar os elementos fundamentais do que consideramos as principais formulações filosóficas com reverberações nos campos das ciências naturais, da economia e das ciências sociais. Se em suas elaborações iniciais manifestaram movimentos desmistificadores e fundamentais para o programa do iluminismo, atualmente concorrem para mecanizar e matematizar uma série de legalidades nas quais se encontra assentado o sistema de dominação do trabalho no modo de produção capitalista.

Nesse sentido, as descobertas iniciais de Copérnico no século XVI, endossadas por Giordano Bruno e posteriormente comprovadas por Galileu Galilei, já no século XVII, incidiram centralmente para o questionamento da ontologia religiosa imperante na transição da Idade Média. Trata-se da derrubada do sistema geocêntrico, que ficou matizada por seu caráter funcional, mas limitado em suas consequências pela forma de apreensão da Igreja, força dominante da época. A polêmica teoria da dupla verdade, que buscou acomodar a nova máxima heliocêntrica por sua inextrincável funcionalidade para as navegações, colocou na posição do cardeal Belarmino a demonstração do cinismo com vistas a equilibrar os interesses da classe ascendente que tornava possível a exploração colonial e mantinha, até sua pseudo-independização, a hegemonia da Igreja no plano político representativo.

O desenvolvimento das ciências como método capaz de apreender as legalidades e o desenvolvimento das matemáticas na qualidade de forma mais bem acabada do conhecimento, influenciou Descartes (1999) em suas elaborações sobre o método. Considerado o fundador do racionalismo, partiu da crítica das paixões que embalaram as ciências até aquele momento motivado pelo ceticismo, sendo este o seu primeiro preceito metodológico.

Além da *dúvida* ante os preceitos não distintivamente esgotados, o filósofo enunciou o *parcelamento* do conjunto de problemáticas como forma analítica de solução de problemas para, em seguida, indicar que os *pensamentos e evidências ordenados* dos mais simples para os mais complexos progressivamente apresentam a viabilidade de uma composição presumida, e a necessidade de efetuar por *saturação* as necessárias relações metódicas completas mediante revisões extensivas (DESCARTES, 1999, p. 49-50).

Indicando a natureza procedimental de uma ciência que objetiva conhecer, Descartes sinaliza que “o método que ensina a seguir todas as circunstâncias daquilo que se procura contém tudo quanto dá certeza às regras da aritmética” (1999, p. 52). Se a primeira premissa indica a necessidade de duvidar, ou seja, de colocar em xeque o conhecimento, a fim de não comprometer sua objetividade, Descartes formula seu *cogito* como resultado a fim de indicar a racionalidade intrínseca ao pensamento. O racionalismo cartesiano é sedimentado por sua base de formação matemática, além das ideias de perfeição que orientam seu método de conhecimento. Descartes é de grande importância para a matemática por sua contribuição à geometria analítica.

Ainda no século XVI o empirismo inglês ganhou notoriedade com as indicações de Locke acerca da experiência e dos sentidos como fundamentais para a teoria do conhecimento, bem como com os preceitos instrumentais de Bacon (considerado o fundador da ciência moderna, ao lado de Galileu) para a teoria da ciência, e posteriormente, já no século XVIII, as proposições de Hume que evoca a experiência sensível como fonte da racionalidade abstrata que deve ser confirmada pela repetição.

Como corrente filosófica, o empirismo enfrenta a racionalidade metafísica e contribui para o desenvolvimento das ciências naturais em diversos ramos. Além de suas variações, é notório que a influência metodológica para ciências como administração e economia colaboram para uma leitura fragmentária dos fenômenos sociais, implicando no recolhimento de dados para posterior reconstrução de legalidades que servirão de base para composição das fórmulas utilizadas nos processos de planejamento.

As formulações do racionalismo, que inspiram também o empirismo em termos de construção científica, possibilitarão uma série de avanços na matemática, na física e na biologia que produzirão uma transformação nas formas de manipulação do mundo material. O desenvolvimento maquínico dos instrumentos e as conquistas científicas que culminam, por exemplo, nas obras de Newton e de Leibniz, incrementaram as forças produtivas por meio de seus consequentes tecnológicos. Esses últimos foram responsáveis por um importante avanço na matemática da época ao enunciarem a possibilidade de colocar em movimento uma série de grandezas através do cálculo diferencial e integral, aumentando o campo de manipulabilidade das relações entre a matéria e a energia, mas também para campos como o da economia, possibilitando a realização de estimativas probabilísticas sobre uma série de processos econômicos.

Na esteira das formulações importantes para a avaliação das composições que indicam legalidades no movimento de sedimentação das ideologias e da cultura em geral é preciso que resgatemos também a função de uma obra científica do campo da biologia, qual seja, “A origem das espécies”, de Charles Darwin. Ele publicou a obra em 1859, como consequência de viagem iniciada em 1831, com a formulação completa de sua teoria da evolução. Analisando os dados e amostras coletados pela América do Sul e pelo Pacífico, caracterizou a teoria da evolução, que se dá pelo processo de seleção natural em que sobrevivem os mais aptos a se adaptarem às transformações constantes no mundo biológico, o que é sedimentado por mutações transmitidas às gerações seguintes.

Tal contribuição foi de fundamental importância para o reconhecimento da vinculação do homem com a natureza biológica em termos históricos, permitindo a abertura de um amplo campo de estudos. No entanto, como invasão metodológica de um campo alheio à esfera social em si, o darwinismo social manifesto em teorias da população ou como fonte de justificativa de teorias racistas inspirou a naturalização de desigualdades forjadas no desenvolvimento socioeconômico em sua totalidade, racionalizando e transpondo a competição e a adaptação como partícipe do conflito social.

Dessa tradição filosófica é que se gesta o conjunto de ideias e práticas associadas ao iluminismo, que, para Adorno (1999, p. 50), tem como essência a alternativa “cuja inevitabilidade é a da dominação”, ou a premissa de que “os homens sempre tiveram que escolher entre sua própria submissão à natureza e a da natureza ao si-mesmo”. Com a propagação da economia mercantil burguesa, “o horizonte obscuro do mito é iluminado pelo sol da razão calculadora, sob cujos raios gélidos amadurece a semente da nova barbárie” (p. 50).

Recuperados, mesmo que em linhas gerais, os elementos considerados fundamentais para as ideologias científicas basilares do desenvolvimento do pensamento de cunho iluminista, trataremos a seguir das tendências dinamizadoras impostas pelo avanço científico no campo do conhecimento. As descobertas da física impactaram no redimensionamento da teoria do conhecimento, conforme tematizado por Lukács (2011), de forma a abrir novos campos para a incorporação da dialética ao materialismo mecanicista, ao passo que igualmente abriram um campo para o relativismo.

2.5.2 **Materialismo e dialética: ciências da natureza e sua influência nas ciências sociais**

Como já indicado, as referências estruturais para compreensão do impacto das descobertas científicas, especialmente no campo da física, serão abordadas pela ótica de Lukács (2011), que buscou analisar dialeticamente o recebimento desses dinamismos pelas ciências em geral. Dada a construção a que fizemos referência, os incrementos conceituais se chocaram com algumas das prerrogativas sedimentadas no âmbito da cultura burguesa para contrapor, em especial, os esquematismos racionais cartesianos.

Para a dialética materialista, tais incrementos reforçaram uma concepção de natureza dinâmica e vívida de contradições e múltiplas determinações. Para a ciência tradicional, esvaziada de uma concepção dialética, o desvelamento de novas possibilidades para a compreensão das forças naturais (a exemplo da física subatômica) impactou em uma crise de identidade com consequências para a produção filosófica e o posicionamento do sujeito ante sua condição ontológica.

Lukács (2011) destaca que o pensamento materialista ocupa lugar central na evolução atual do pensamento, justamente porque o método dialético não poderia afirmar-se de outro modo que não sobre a base da ideologia materialista. A crise do idealismo fortaleceu o mecanicismo, mas as ciências naturais continuaram a progredir em suas descobertas e aproximações.

No bojo dos embates com o materialismo mecanicista e com a ciência de caráter idealista, Lukács (2011), lastreando o pensamento de Lênin, destaca que a crise da física moderna implicou, além da falência do materialismo não dialético, na incapacidade do idealismo de assimilar as novas descobertas, resultando apenas numa ideologia relativista que se afirmará no desenvolvimento do pensamento “moderno”. Como exemplo utiliza-se do papel da probabilidade no existencialismo francês.

Em defesa da dialética, Lukács (2011, p. 20) resgata que

a própria vida, a evolução da sociedade e da natureza são de caráter dialético e quanto mais nosso conhecimento as penetrar, quanto mais nossa evolução objetiva progredir, mais esse caráter se desvenda para nós. [...] a ciência e, em primeiro lugar, a filosofia, são, entretanto, incapazes de fornecer a essas questões dialéticas respostas que sejam igualmente dialéticas.

Assim, a solução para as problemáticas identificadas é mistificada e enganadora, considerando que as questões reais que implicariam em transformações significativamente importantes para um devir de outras possibilidades são colocadas a serviço de uma reação.

O reacionarismo da filosofia, reconhecido por Lênin, datava da sedimentação do poder burguês que foi abalado pelas descobertas da física moderna. Como consequência as relações manifestaram-se pelo questionamento do cerne das concepções de mundo consideradas inabaláveis, a exemplo das qualidades e da estrutura da matéria. Noutra polo, impactando o cerne da ideologia mecanicista, “a dualidade clássica da matéria e energia, da matéria e do movimento tornou-se de repente vacilante” (LUKÁCS, 2011, p. 21).

A crise das ciências da natureza significou também uma crise das concepções estabelecidas pelo materialismo. Dessa maneira, “a transformação física significava, para alguns, o desaparecimento da matéria e, portanto, a derrocada da ideologia materialista.” (p. 21). Tal assertiva manifestou-se nos debates da II Internacional enquanto o revisionismo filosófico avançou.

Para Lênin, conforme afirma Lukács, “a subversão da física não tocava em nada as bases filosóficas do materialismo” (LUKÁCS, 2011, p. 21-22). Ainda para Lênin, a crise afeta somente o materialismo mecanicista, o qual “desmorona por causa da incapacidade em apreender fenômenos novos de uma maneira mais adequada” (p. 22). Seu descenso está atrelado a sua incapacidade de operar dialeticamente.

No outro extremo, como os físicos ignoravam a dialética, a nova física embebedou-se de idealismo, acabando por influir nas determinações do materialismo: “a negação da imutabilidade da estrutura e das qualidades até então conhecidas da matéria conduziu-os à negação da própria matéria, em outras palavras, à negação da realidade objetiva do mundo físico” (LUKÁCS, 2011, p. 23). Dando início ao caldo relativista que buscou acomodar a radicalidade das novas descobertas, “a negação do caráter absoluto das leis fundamentais mais importantes levou-nos a colocar em dúvida a existência de toda lei objetiva na natureza e declarar que as leis naturais eram simplesmente ‘convenções’, ‘necessidades lógicas’ etc.” (LENIN *apud* LUKÁCS, 2011, p. 23).

Lukács (2011, p. 23-24) assevera que “para todo pensamento mecanicista, metafísico ou atolado na lógica formal, a verdade não pode ser senão absoluta ou relativa. Não há transição: é preciso escolher entre os dois”. Essa rigidez filia seus expoentes aos caminhos diversionistas, sendo que Lukács recupera Hegel e Lênin para dinamizar o potencial objetivo das novas descobertas em direção à aproximação com o real.

A dialética hegeliana é tratada de forma a reconhecer que o relativo é apenas um componente de seu estatuto, não afastando a possibilidade objetiva de aproximação à verdade. Tratando do pensamento científico e suas manifestações ideológicas, infere com base em Lênin

que “toda ideologia é historicamente determinada, mas é absoluto que a toda ideologia científica corresponde uma verdade objetiva, isto é, um elemento de natureza absoluta” (LUKÁCS, 2011, p. 25).

Todo o desenvolvimento político e ideológico que se desenrolou desde 1848, quando o dinamismo da dialética hegeliana foi abandonado pela adoção de posições materialistas mecanicistas ou por seu antagonista, o idealismo subjetivo, implicou no abandono da razão progressista e nas possibilidades de aproximação ao real objetivamente existente. Entretanto, as novas descobertas científicas deram um impulso à recuperação da dialética nos termos próprios do movimento do real, sempre dinâmico como unidade de contrários.

Na esteira do pensamento dialético, Lukács (2011, p. 27) afirma que Lênin, como pensador dialético, buscava extrair o lado positivo deste conjunto de fatos negativos. Conforme as leis da dialética, “a negação é a força motriz do progresso [...] [e] a negação fértil, força motriz do progresso, reside sempre nas questões e não nas respostas”. Assim, Lênin associa a física moderna como parteira do materialismo dialético, especialmente, e na medida em que solapa as bases mecanicistas, sejam elas materiais ou ideais.

Esse contexto marca um salto de possibilidades para a teoria do conhecimento, bem como conforma uma reformulação paradigmática na estruturação do pensamento moderno. No âmbito do materialismo, as novas formulações possibilitaram dar movimento às concepções mecanicistas, retirando a qualidade de reflexo rígido da apreensão sensorial da realidade. O movimento e a constante mutabilidade da realidade material e social encontram na recuperação da dialética sua chave heurística fundamental.

As tendências colocadas em marcha reverberam na teoria do conhecimento ao reposicionar as máximas das teorias hegemônicas. Para Lukács (2011, p. 29), “o problema das relações que unem o fenômeno e a existência, a existência e a lei etc., o problema de sua homogeneidade ou de sua unidade dialética torna-se, portanto, essencial na evolução do pensamento moderno”.

Defendendo a objetividade da realidade, mas não sua imutabilidade, adverte acerca das diferenças entre a aparência e a essência que não são *a priori* coincidentes, mas que se manifestam em graus de existência sempre em movimento. Um tipo de gradação do ser que representa uma das maiores revelações da lógica hegeliana. Não se trata de uma hierarquia fria e rígida, mas de uma unidade dialética, contraditória entre o ser e o não ser (permanência e impermanência).

Nesse sentido,

O mundo das leis nada mais é do que o reflexo imóvel do mundo existente, isto é, do mundo dos fenômenos imediatos [...] o conjunto da realidade é sempre mais rico que a lei mais adequada e é precisamente esse dado que melhor ilustra o papel da relatividade enquanto momento, na evolução do conhecimento científico. (LUKÁCS, 2011, p. 32).

Logo, a lei concreta é uma aproximação da totalidade real, que é sempre móvel e incessantemente mutável, e o pensamento “não poderá jamais esgotar de uma maneira perfeita” (LUKÁCS, 2011, p. 32). Assim que:

nossos conhecimentos são apenas aproximações da plenitude da realidade, e por isso mesmo, são sempre relativos: na medida, entretanto, em que representam a aproximação efetiva da realidade objetiva, que existe independentemente de nossa consciência, são sempre absolutos. O caráter ao mesmo tempo absoluto e relativo da consciência forma uma unidade dialética indivisível. (LUKÁCS, 2011, p. 32-33).

Dada a extensão entre o absoluto e o relativo, é necessário que o conhecimento “aprenda e estude seu objeto de todos os ângulos” (LUKÁCS, 2011, p. 37). Dessa forma, Lukács indica que Lênin colocou e resolveu, antes mesmo que se colocasse como problema, a questão da totalidade.

Em seu percurso, a categoria totalidade encontrou-se atacada em sua proposição inicial, perecendo sobre formulações equivocadas que a colocam até como vocabulário do fascismo. Sobre tal situação, Lukács informa que o fascismo se aproveitou da onda reacionária como ideologia, fazendo com que a categoria totalidade, de forma distorcida, abarcasse a supremacia da ordem e da hierarquia fascista, excluindo a causalidade e a evolução. Algo eterno e imutável. Para fazer tais afirmações, utiliza-se da análise da produção de Othmar Spann.

Assim, na filosofia do imperialismo está excluída a dialética na medida em que suas concepções profundamente extremistas comportam sempre uma “reação extrema e, também, errada” (LUKÁCS, 2011, p. 38). Além de utilizada de forma equivocada, a categoria totalidade também foi objeto de negação constante. Como exemplo, Lukács (2011) traz à tona as formulações de Jaspers, um existencialista francês que nega a função da categoria totalidade na compreensão da realidade social. Logo, o mundo seria um caos objetivo, podendo a ordem ser criada apenas pela construção de noções teleológicas, cujo sentido é construído pelo sujeito.

A despeito das críticas e das formulações explicitadas, Lukács (2011, p. 39) assevera que o marxismo leniniano já havia elaborado uma solução para a questão da totalidade, visto que a categoria “como toda categoria autêntica, reflete relações reais”.

O autor continua afirmando que

a categoria totalidade significa portanto, de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam,

na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligadas entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas. (LUKÁCS, 2011, p. 39).

Em suas elaborações teóricas, Lênin faz uma advertência metodológica inferindo que “para bem conhecer o objeto [...] devemos apreender e explorar todos os seus aspectos, todas as suas correlações e todas as ‘mediações’” (LUKÁCS, 2011, p. 39), ao que chamou de Método Multilateral. Como processo, Lênin continua destacando a mutabilidade com sobreposta capacidade reflexiva que emerge da prática social, de forma que “o conhecimento, na medida em que é justo, isto é, total, reflete sempre um conjunto composto de totalidades unidas por laços orgânicos, mas só se acede a ele por aproximação” (p. 40).

Só se pode chegar ao conhecimento por uma aproximação que é sempre relativa. Para Lukács é “somente apreendendo correlações móveis, multilaterais e sempre mutáveis dos elementos que chegaremos – nos limites de nossas possibilidades historicamente determinadas – a cercar cada vez mais a realidade objetiva” (2011, p. 40). Tal assertiva influencia o conhecimento objetiva e subjetivamente.

Para tratar da continuidade da análise de Lênin, propõe-se a analisar outra categoria intrínseca, a de causalidade. As formas de compreensão da realidade pautam-se por encadeamentos que, no caso do materialismo mecanicista e do idealismo positivista, se pautam por cadeias rígidas e isoladas de causas e efeitos. A escola de Mach substituía a causalidade pela relação funcional e o idealismo atual envereda por substituir a causalidade pela probabilidade na tarefa de explicar a realidade.

Nessa seara, o imperialismo redimensiona as formas de apreensão, utilizando-se de esquemas rígidos que servem de momento negativo para construção da posição do materialismo dialético. O impacto da física para a ciência tradicional burguesa, ao invés de dinamizar as categorias, como fez ao materialismo dialético, acabou por atribuir à própria realidade características metafísicas e rígidas. Tal encadeamento “em lugar de considerar esse fato novo (as descobertas das propriedades do átomo) como um fato dependente do mundo real e independente da consciência, apressou-se em ver nisto um triunfo do subjetivismo sobre a realidade objetiva, agora ‘problemática’” (LUKÁCS, 2011, p. 41).

Para os cálculos de probabilidade se prescinde das relações causais e do princípio da necessidade objetiva. O subjetivismo baseado nas descobertas da física afirma-se como nova base empírica para a velha doutrina do livre arbítrio. Esse desenvolvimento ainda é deveras difundido nas mais diversas áreas da vida moderna, desde a forma de avaliação de políticas públicas até os algoritmos de vendas.

No encadeamento, a ser desvelado, entre os elementos da realidade, sua totalidade e sua causalidade, não é possível saltar da objetividade para a plena subjetividade. A causalidade não é a expressão única ou última das correlações e das leis objetivas da realidade.

Utilizando a categoria causalidade da tradição hegeliana, Lukács indica que “a causalidade é apenas uma das determinações das relações universais que ele tinha, desde o início, estudado e tratado de uma maneira bem mais profunda e mais geral, sublinhando sempre a unidade de contrários [...]” (2011, p. 43).

Propõe, desta forma, uma formulação metodológica na qual “a solução dialética correta não poderia ser elaborada de outra forma senão pelo estudo imparcial das relações complexas da realidade e esse estudo deverá auxiliar-se de instrumentos de grande flexibilidade”. Seu objetivo preciso será, antes de mais nada, “determinar o lugar que ocupa o fenômeno que tomara por objeto, no interior da totalidade concreta de que faz objetivamente parte.” (LUKÁCS, 2011, p. 43).

A lógica da razão abstrata do idealismo ou o reflexo rígido do materialismo não dialético hierarquizam e subordinam papéis aos aspectos componentes da realidade (manipulação de variáveis empíricas). Consequentemente, o escamoteamento das relações dialéticas entre a razão e o entendimento, que foram estabelecidas por Kant e colocadas em movimento por Hegel, manifestam sua qualidade pertencente ao pensamento idealista.

Por outro lado, os pensamentos materialista e mecanicista confundiram a existência da causalidade com a própria realidade objetiva, “a crítica da hegemonia da razão (da inteligência) deveria conduzi-lo a um subjetivismo sem limite, à glorificação sem reserva do sentimento, da experiência vivida e da intuição” (LUKÁCS, 2011, p. 45).

A síntese de Lukács acerca do pensamento ocidental é de fundamental importância para que se possa compreender a influência do existencialismo como teoria diversionista que separa o sujeito e estratifica as determinações do pensamento para atirar no irracionalismo o caráter relacional, histórico e até emocional das relações sociais.

Menos que concordar ou aceitar os argumentos de determinados esquemas de pensamento, é preciso que reconheçamos sua existência, formas de apresentação de legalidades, possíveis institucionalidades e o mais importante, sua capacidade de atuar como ideologia. É nessa direção que a produção dos sentidos teóricos que se manifestam em categorias ou conceitos, por mais distantes que estejam da realidade — o que muitas vezes é desejável do ponto de vista da ocultação —, produz um efeito prático e/ou organizativo para o indivíduo

social ou para um grupo/coletivo, incidindo como *zeitgeist* — ou estrutura significativa — e fomentando um campo de ação direcionado.

Suas manifestações podem demandar ações específicas ou apenas servir como complemento da organização da vida social em si. Parece haver uma necessidade específica da sociabilidade nas formas de existência do Ser Social e do indivíduo, atando mediações, como é manifesta por meio da cultura ou da ideologia em relação com a produção material da vida.

Na sociedade contemporânea essas manifestações compreendem uma rede complexa de produção de sentido, criação de ritos e disputa das mentes e corações. Em termos estatais ou gerenciais, no tocante à classe dominante, a produção dos sentidos da ação econômica é capitaneada pelos numerólogos da econometria, que matematizam a produção capitalista ao introduzir fissões nos processos produtivos, fissões essas que se expressam na lógica financeira dos investimentos.

Também outras vertentes do pensamento social caudatárias da tradição iluminista compõem a miríade de questões que permeiam o imaginário social e disputam hegemonia no seio das classes médias trabalhadoras e, também, de frações de classe vinculadas informalmente à produção. Em especial a tradição empirista do pragmatismo e do utilitarismo se revelam funcionais à lógica salarial e remuneratória dos despossuídos. Essa existência instrumental que visa a realização de atividade de médio e curto prazo com objetivo circunscrito ao cumprimento das tarefas parciais é deveras funcional à condição de parcelamento do trabalho e expropriação dos meios de vida.

Da mesma forma, concordamos com Goldmann (1967) quando ele interpõe o marxismo como uma ideologia, na medida em que cumpre a função de visão de mundo posicionada sob determinados postulados fundamentais. Ainda que amplamente discutidos e enxertados de correntes, apresenta uma coerência englobando suas contradições. É desde esta tradição que buscamos fazer a crítica à razão matemática e midiática, reivindicando a especificidade das ciências sociais e seus elementos históricos, econômicos, políticos e filosóficos como Ser Social ontologicamente constituído.

Também no campo do pensamento econômico a ideologia liberal e suas variações se digladiaram para assumir posições institucionais, acadêmicas etc., de acordo com as necessidades e as possibilidades dos conflitos sociais determinados. A revisão de Foucault³¹ acerca das disputas entre o liberalismo e suas variantes oferece um panorama interessante para que reflitamos sobre as necessidades impostas pela objetividade da produção capitalista, ao

³¹ Conferir Foucault (2008) “O Nascimento da Biopolítica”.

mesmo tempo em que reconhecemos o atendimento a estas necessidades não é dado ou previamente construído, mas operacionalizado de acordo com as condições próprias da reprodução do sistema global.

No âmbito da produção das representações acerca do mundo sensível real, os processos cognitivos-gnosiológicos sedimentam as linhas de ação idealmente e intencionalmente constituídas com vistas à intervenção social. Como categoria social,

O fato de o espelhamento, quando é aproximadamente fiel, vir a obter uma objetividade cognitiva não afeta essa questão ontológica; tampouco o fato [...] de que o espelhamento em determinadas circunstâncias concretas, cuja espécie, limite, etc. dependem do respectivo ser social, pode contribuir de maneira ativa para provocar na sociedade novos fatos ontológicos. (LUKÁCS, 2012, p. 27).

Uma de suas expressões significativas encontra-se no Neopositivismo, que dentro da seara regressiva do pensamento sob as relações de produção capitalista explicita seu

caráter reacionário – inclusive em termos meramente científicos do neopositivismo se manifesta com a máxima intensidade no fato de que ele fortalece as tendências, de toda maneira hoje existentes, à manipulação formalista, ao fornecer-lhes uma pretensa fundamentação filosófica. (LUKÁCS, 2012, p. 61).

As consequências para a produção do conhecimento do real indicam uma tendência na qual

A causalidade ontológica é substituída por manipulação com dependência funcional, quando o paralelismo psicofísico é transformado em fundamento da manipulação de um grande complexo objetivo, patenteia-se como o neopositivismo contorna com indiferença todas as autênticas questões do conhecimento para, assim, tornar plausível a manipulação prática imediata dos problemas. (LUKÁCS, 2012, p. 61).

Voltando-se ao objeto de pesquisa e visto que inexiste uma crítica contundente ou uma forma de ser específica que produza o coletivo dos trabalhadores plataformizados, sua identidade está em constante mutação e favorece sua dispersão na noção de multidão, sendo que esporadicamente alguns coletivos encontram identidade em situações específicas que são vividas simultaneamente ou em proximidade.

Em termos da dataficação e do potencial do incremento tecnológico necessário para os objetivos colocados à automação e à inteligência artificial, por exemplo, o advento da plataformização é uma transição em direção à virtualização de diversos setores da vida. Nesse sentido a exploração do trabalho não se dá apenas com a oferta do serviço/mercadoria, mas está também embebida na coleta de dados fundamentais para o desenvolvimento do complexo de apreensão das funções cognitivas/gnosiológicas necessárias para a automação/robotização de processos que substituem o trabalho.

Caudatárias do neopositivismo, as formas de gestão algorítmica do trabalho virtualizado por demanda apontam para a utilização da maquinaria informacional como mote de controle e exploração do trabalho no setor de serviços, considerado seu dinamismo no interior do Processo de Produção Global do capitalismo contemporâneo. Desta feita, buscaremos elucidar alguns elementos do processo de produção e proletarização no movimento da luta de classes.

2.6 DESAFIOS PARA O TRABALHO NO SÉCULO XXI: TECNOLOGIA, ASSALARIAMENTO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

O desafio que nos toca nesse momento é o de fazer um apanhado sobre o que consideramos as questões mais centrais no sentido de compreender os impactos das transformações tecnológicas para o estatuto jurídico do trabalho no âmbito da luta de classes. Tal empreendimento, ainda que de caráter parcial, busca lançar luz aos processos de “legalização da classe operária” (EDELMANN, 2016) e de construção do estatuto assalariado no âmbito regulamentar estatal para, posteriormente, enveredar na seara da precarização do trabalho como mote das disputas de classe enredadas no modo de produção capitalista e encenadas no campo da mediação estatal.

Por hora, buscaremos apenas fazer diligências com o intuito de problematizar os movimentos de proletarização calcados pela expropriação dos meios de vida e constituição das classes sociais fundamentais no capitalismo, com enfoque para as consequências diretas do processo de trabalho para a conformação das perspectivas de classe, bem como para avançar sobre os regimes políticos nos quais estão assentados. A proposta sedimenta na abordagem histórica o cerne dos conflitos de classe e as formas de sua resolução em direção à acomodação dos interesses dessas mesmas classes.

Para além dos fatos históricos que remontam à dominação dos povos conquistados tornados “livres”, mas apenas como trabalhadores mercadorizados — como força de trabalho —, nossa reflexão direciona-se, no sentido teórico e político, para a constituição dos direitos no capitalismo como mote da ideologia da segurança e da naturalização progressiva das relações sociais de produção. Em específico, os direitos sociais comutados na constituição da liberdade atrelada à execução e aceitação das determinações de classe hierarquicamente constituídas.

Se nos encontramos em uma encruzilhada histórica na qual o sentido da luta de classes apresenta um horizonte limitado para as organizações sociais do trabalho, é válido que retomemos alguns elementos que nos permitam avaliar o conteúdo das conquistas e seu

engendramento no âmbito da produção e reprodução das relações sociais. Logo, aquém de todas as contraditoriedades e potencialidades divergentes, é central que o conteúdo da cidadania burguesa seja tematizado para que, posteriormente, avancemos nessa trincheira e suas especificidades no Brasil.

Se posicionamos a base ontológica de percepção e apreensão dos fenômenos sociais centralmente no trabalho e nas consequentes diferenciações produzidas pela divisão social do trabalho, podemos reconhecer na razão histórica a consecução da constituição de estruturas dinâmicas para acomodar material e subjetivamente os mais diversos interesses de classe. Já analisamos algumas formulações tematizando a constituição da economia política do capital, bem como os sistemas filosóficos capazes de socializar — valendo-se dos complexos dependentes, como o da linguagem — os requerimentos produtivos materiais indispensáveis à manutenção da estrutura social vigente.

Desconsiderando as determinações dessa problemática em formações sociais precedentes, as quais acomodaram, via de regra, múltiplas expressões de sociometabolismo igualmente dependentes das formas de divisão do trabalho e manipulação das forças produtivas disponíveis — além, claro, das formas atuais de participação na economia mundializada, muitas das quais distantes da efetiva constituição clássica da transição capitalista —, buscaremos no processo de trabalho e no seu engendramento no processo de valorização reconhecer as consequências históricas dos conflitos sociais, apontando suas vicissitudes e contraditoriedades.

Outro fator inicial a ser pontuado sobre o tema nos remete às formas cotidianas de socialização que irrompem estranhamentos socialmente perenes por meio de instituições que mantêm práticas sociais pretéritas, com significados metafísicos de cunho muitas vezes reprodutivo. Um exemplo da permanência desses estranhamentos é encontrado no gerenciamento das famílias como instituição social. Seja pela Igreja ou pelo Estado, cumpre importante papel na forma de controle de classe.

2.6.1 Origens da caracterização jurídica das classes sociais

Apenas para que tenhamos uma referência sobre a forma clássica “interna” de manifestação germinal dos conflitos sociais de classe, resgatamos o trabalho de Thompson (1987) sobre o contexto de implementação da Lei Negra na Inglaterra do século XVIII. Berço de um tipo de revolução burguesa clássica, incorpora os setores sociais emergentes inaugurando

o modelo de monarquia parlamentar ainda em uso. Nos idos de 1723, a Lei Negra expressou o conflito desencadeado pelo aumento populacional e disputas por recursos naturais que envidaram intervenções que alteraram o desenvolvimento do regime de propriedade.

Fechava-se o cerco sobre a propriedade comunal e a utilização do aparato jurídico do Estado absolutista se voltava para a realização dos interesses dos cortesãos em prol da administração dos recursos naturais fundamentais. Assim, a regulação da caça e da utilização da madeira colocou em vigor práticas jurídicas extremamente rígidas para defender a propriedade das florestas e seus recursos.

Processo vinculado às transformações materiais operadas no bojo das diferenciações possíveis com a exploração colonial e a intensificação do poderio de uma classe de mercadores, a construção da definição de propriedade privada e as progressivas conquistas bordadas na letra da lei em desfavor do campesinato que, sem meios de vida, vai caracterizar as massas que servirão como força de trabalho nas cidades para o desenvolvimento industrial. Esse processo sofre um dinamismo intenso a partir da Revolução Industrial, momento no qual o operariado se fortalece enquanto classe.

O que na Inglaterra ficou conhecido como “cercamentos” teve início ainda no século XVI e teve diversas fases, consideradas as resistências impostas pelas então comunidades tradicionais e o período republicano que antecedeu a restauração da monarquia que levaria a cabo a ascensão imperialista inglesa. O resultado é uma transformação nos costumes tradicionais que são incorporados e desfigurados pela lei oficial do Estado, imputando o degredo e a pena de morte aos violadores.

As consequências sociais radicais do espraiamento das relações sociais capitalistas incorreram no crescimento do pauperismo, que foi objeto de regulação funcional no século seguinte, como se pode notar durante a vigência das leis dos pobres em suas diversas épocas, com o objetivo de fixar o camponês em transição no trabalho industrial assalariado. O desenvolvimento da manufatura colaborou para o parcelamento do trabalho e a incorporação de operários em tarefas parceladas sob as quais o controle era possível.

As alterações em termos de produtividade viabilizaram o incremento das ferramentas e a adoção de métodos para o aumento da eficiência. Do artesanato à manufatura, o processo de parcelamento do trabalho e suas consequências para o regime de propriedade e acumulação foram fundamentais para a caracterização plena das classes sociais antagonicas no capitalismo. Em termos de organização do constituinte proletariado industrial, podemos reconhecer no Ludismo (início do século XIX) e no Cartismo (meados do século XIX) uma resistência inicial

direcionada à fonte direta de exploração (a máquina) e, seguidamente, a ampliação das reivindicações pela efetiva participação política. Destacamos o caráter multidimensional desses movimentos, considerando que suas determinações não foram apenas nacionais, mas foram medidas preventivas à reação do proletariado, observada a situação francesa e outras expressões que motivaram a organização política do crescente número de trabalhadores.

Marx (1985) discorre sobre as implicações desse movimento no século XIX ao analisar a produção da mais-valia relativa, em que destaca a complexificação do processo de trabalho e o incremento da produtividade com o parcelamento do trabalho e a utilização das ferramentas e métodos de gestão de matérias-primas. As lutas em questão também são analisadas em termos da regulação da mais-valia absoluta e da regulamentação da jornada de trabalho. A resolução dos conflitos é acordada entre os polos da luta e incorre nas primeiras conquistas trabalhistas, ainda que absolutamente aquém das reais possibilidades de socialização da riqueza socialmente produzida. Assim, as conquistas dos trabalhadores mostram-se dependentes do incremento produtivo e correspondem à incorporação política por meio do aparelho estatal regulamentar.

O próprio Marx (2010), atuando no já desenvolvido conflito de classes ³² sob a insígnia do movimento comunista — caracterizado como sujeito coletivo das lutas sociais pela transformação e manutenção da tradição emancipadora —, discute o significado das revoltas dos trabalhadores tecelões da Silésia apontando para os conflitos advindos do pauperismo e das restrições e violências imputadas no emprego da força de trabalho industrial. Marx (2010) aborda o significado do movimento em razão dos embates políticos da época, em especial, com Arnold Ruge, tendo o cerne do conflito se desenhado no combate ao idealismo e no avanço da consciência da revolta, que uniu os trabalhadores contra seus algozes, destruindo casas e reivindicando melhores condições de vida.

O proletariado vê-se envolto nas disputas políticas de Estado e coloca-se como sujeito histórico na reivindicação de melhores condições de trabalho e de participação na vida pública. Entretanto, Marx (2010, p. 39) adverte para o caráter do Estado em sua fase de maturação, sendo que para ele, “o Estado não pode suprimir a contradição entre a finalidade e a boa vontade da administração, por um lado, e seus meios e sua capacidade, por outro, sem suprimir a si próprio, pois ele está baseado nessa contradição”. Como instância política, o Estado tende a representar a instância administrativa dos interesses de classe aos quais representa, constituindo-se em um limite condicional insuperável.

³² Marx (2010) localiza o início do moderno movimento dos trabalhadores alguns anos antes, nas revoltas dos tecelões em Lyon (França) nos anos de 1831 e 1834.

Sinaliza, portanto, que não se poderia identificar o político com o Estado, considerando que a trama das relações sociais é justamente catalisar os conflitos para sua instância de dissolução. O complexo envolvimento dos movimentos de trabalhadores nessa seara vai desenrolar polêmicas no movimento operário acerca das formas de participação política e da possibilidade da participação proletária nas instâncias representativas. Todavia, reconhecendo o aspecto jurídico das determinações do Estado, é patente o limite para qualquer perspectiva revolucionária que acomode suas inteiras determinações e consequências.

Vê-se, portanto, que o Estado cumpre ainda uma função de ressignificação na mediação entre os conflitos de classe, incorporando, em estritos limites, as reivindicações imediatas do nascente movimento operário e conformando a politicidade do movimento, envolvido nos desdobramentos de suas parcelas mais ou menos radicais. O resultado da operação das instâncias de mediação manifesta sua dinâmica contraditória nas conquistas trabalhistas e nos limites impostos por estas mesmas conquistas.

Como nos relembra Netto (1990, p. 72), “o sistema capitalista tem produzido e articulado distintos regimes políticos, compatibilizando, é verdade que diferencialmente, seus mecanismos estritamente econômicos com formas políticas muito variadas”, visto que o âmbito estatal assume essa posição de arena em “que se jogam decisivas questões referentes à sorte das tendências alternativas de ordenamento contidas nas determinações postas pela estrutura econômica” (p. 73).

O que tensiona a avaliação da experiência histórica das conquistas trabalhistas vai no sentido de reconhecer as formas políticas que assume e suas reais consequências materiais. A ampliação dos ordenamentos políticos democráticos certamente viabiliza condições favoráveis para a realização de uma política de classe, e as conquistas de espaços socializados da política certamente permitem uma maior apropriação dos mecanismos de socialização, especialmente estatais. Todavia, sua forma como método exclui a real possibilidade de superação dos limites para a efetiva libertação do trabalhador ao deixar incólumes os estatutos fundamentais da desigualdade material e da dominação de classe.

Portanto, em sua radicalidade, um regime democrático tem o potencial de direcionar-se para a liquidação da produção capitalista, devendo seu conteúdo político libertador compor igualmente as estratégias políticas dos trabalhadores. É dessa forma que se apresenta a limitação restritiva da democracia, estacionada nos parâmetros da igualdade jurídico-formal.

Netto (1990) diferencia ainda o conteúdo mais avançado dos regimes políticos, identificados com a democracia por sua forma de atuação dos conflitos sociais. Apresenta a

democracia-método como o produto conciliador que padroniza os campos de atuação social ao interpor formas institucionais de participação, e a democracia condição social, que se assenta num ordenamento societário em que todos têm iguais chances de participação política na gestão da vida social.

Tal diferenciação é de fundamental importância para que tenhamos no horizonte o engodo da incorporação de algumas pautas trabalhistas fundamentais, ressignificadas no interior da produção em prol da continuidade. O exemplo que nos oferece Edelman (2016), ao tratar da legalização do direito de greve na França, é cabal das formas operacionais que uma conquista pode assumir. Ele adverte para o “poder jurídico do capital” e sua capacidade de contratualização dos conflitos ante sua incorporação segura nos moldes das técnicas jurídicas envoltas nos processos reprodutivos políticos.

Mais adiante trataremos das questões mais específicas acerca do regime político na atuação pela formalização das formas de trabalho. Entretanto, adiantamos que o aditamento do ordenamento jurídico para a incorporação das pautas do trabalho apenas reflete uma incorporação, geralmente tardia, das conquistas sociais em cada ciclo de acumulação ou, pelo contrário, reduz as conquistas com o objetivo de manutenção da reprodução social total.

A relação real é extrajurídica, no entanto, a conformação histórica direciona ao Estado o campo de ação dos conflitos, buscando evitar sua radicalidade, ou só depois desse momento reconhecê-la. No Estado, caber-nos-ia apenas indagar sua forma de constituição nas formas representativas para avaliar sua validade, visto que geralmente os setores trabalhistas representados efetivamente já capitularam às determinações produtivas, enveredando-se pela construção reformista.

Assim que, como Edelman (2016, p. 41) enuncia, as relações jurídicas aparecem como uma ideologia à medida que representam uma formulação contratualizada sob o jugo do Estado focada nos conflitos profissionais econômicos diretos relacionados à produção e excluindo o caráter histórico e político do movimento dos trabalhadores. Suas constantes modificações indicam que o campo para a abertura de uma política de colaboração de classes é limitado aos períodos de incremento produtivo e de crescimento econômico, sendo que os períodos de crise ensejam e mobilizam uma colossal máquina antitrabalhista de cunho contrarreformista.

Mas antes de continuar, voltemos à questão, muitas vezes considerada essencialista, do processo de trabalho. Desde os fundamentos da teoria da alienação em Marx (KONDER; MÉSZÁROS; LUKÁCS) até as críticas de Adorno (1985, 1999), Goldmann (1967), ou mesmo Marcuse (1982), a forma do processo de trabalho tem sido debatida como produtora de

objetivações e consequências políticas, sendo que o olhar sobre o processo de trabalho pode conter importantes questões acerca da necessidade urgente de afastamento das alienações intrínsecas à organização do trabalho parcelado ou da gestão instrumental tecnocrata que se impõe na organização da vida social.

Dada a factualidade da subsunção real do trabalho ao capital, bem como das formas emergentes de mercadorização alinhadas com a mercantilização total da vida social, retomamos o debate do processo de trabalho para além das questões do regime político. Visto que é a produção real das relações laborais competitivas e cooperativas do cotidiano que dá a extração do mais-valor pela objetivação do complexo do trabalho social global, é possível que uma transformação política não se atenha ao redimensionamento das forças produtivas e do processo de trabalho?

As políticas trabalhistas incorporadas no aparelho regulamentar estatal direcionam-se para formas de melhor realização das atividades, promovendo as condições fundamentais para sua execução em termos de condições de trabalho e, também, de remuneração. Entretanto, limitadas das determinações históricas dos conflitos de classe, tornam-se impedidas à medida que indicam uma ruptura com os limites do processo de valorização e de uma política econômica de classe.

Para os trabalhadores a questão reside em como a crise afetará o conjunto de direitos e conquistas, ou como impossibilitará sua ampliação. Entretanto, devemos reconhecer a existência de frações de classe apassivadas ou cooptadas que ideologicamente dirigem o conjunto dos trabalhadores em suas parcelas para uma participação ativa nos determinantes produtivos. Esse viés naturalizador e até mesmo pequeno-burguês para uma franja do sindicalismo (muitas vezes chamado de aristocracia operária) orbita o poder normatizador para geralmente aceitar, ao fim de seu movimento, as prescrições tecnicamente enredadas em justificativas matemáticas de impossibilidade, por exemplo, do aumento de salário ou da suspensão de demissões.

Logo, os limites da politicidade do movimento de emancipação dos trabalhadores demonstram os limites objetivos das restrições materiais impostas pelo desenvolvimento da luta de classes. O ocultamento da dominação sob a insígnia da igualdade jurídica reproduz a naturalização do violento processo de formação da dominação econômica pela expropriação dos meios de vida.

A efetiva transformação social em direção à igualdade substantiva requer a supressão dos determinantes materiais da produção capitalista e a transformação do processo de trabalho

ante a socialização dos progressos técnicos das forças produtivas, liberando os trabalhadores das condições de produção alienantes.

A proletarização, quando atingida, encontra-se envolta em um caldo ideológico constituído pelas necessidades inerentes aos conflitos sociais. Seu ordenamento remonta às transformações nas estruturas produtivas erigidas pelo capitalismo tardio viabilizadas por meio da reestruturação produtiva e diferenciação que altera a composição da classe trabalhadora, sujeita às determinações da Lei Geral da Acumulação Capitalista.

O desenvolvimento desse processo tem significado uma intensificação das formas de trabalho nas esferas reprodutivas, especialmente quando considerada a divisão internacional do trabalho, as quais encontram-se mais estritamente vinculadas à participação subjetiva do trabalhador no desenvolvimento de suas atividades. Nessas áreas, a atividade sindical apresenta limitações nas pautas políticas por diversos motivos, a exemplo da rotatividade de trabalhadores e da disponibilidade de substituição dessa força de trabalho muitas vezes pouco especializada, bem como por sua condição material que se distancia do operariado fabril típico.

Essa tendência na diminuição da participação do trabalho vivo pela intensificação da mecanização e automação, inclusive no setor de serviços, torna um grande contingente de trabalhadores dispensáveis ou com a necessidade de serem reprogramáveis para ocupar os postos de trabalho em diferenciação. Do ponto de vista político, essas determinações têm tensionado a flexibilização dos direitos trabalhistas e criado um ambiente competitivo entre os próprios trabalhadores. A dimensão política mais geral do movimento operário ou de trabalhadores tem sido escamoteada em prol da profissionalização e da oferta de serviços acessórios, alguns concorrendo com a lógica dos direitos sociais, a exemplo das previdências privadas.

As contrarreformas envidam esforços para o desmonte dos limites mínimos já conquistados, afetando regulamentações trabalhistas da ordem da saúde e segurança do trabalho, diminuindo os custos de execução dessas atividades em setores com atividades potencialmente deletérias para o trabalhador. Outro campo de ação direciona-se ao já limitado espaço das forças coletivas, cada vez menos partícipes da elaboração de estratégias efetivas de participação da classe trabalhadora. A regressão de seu poderio no ocidente indica uma transformação nas formas de apreensão da organização do proletariado operário e enseja um novo tipo de organização que também supere a fase corporativista das organizações profissionais normalmente setorializadas.

Culturalmente o desenvolvimento da individuação manifesta seu potencial para o isolamento dos sujeitos, negligenciando ativamente as dimensões histórica e política das conquistas sociais e limitando suas consequências radicais. As técnicas de envolvimento consentido e sua construção em termos de “capital humano” fazem evanescer as determinações últimas da condição de classe, a desigualdade econômica historicamente forjada na sociedade competitiva.

Portanto, a intensificação das lutas políticas coletivas não pode prescindir de uma significativa alteração nas formas da divisão social do trabalho, erigindo estruturas representativas capazes de fazer frente à exploração econômica e promovendo a libertação do tempo em direção à constituição de novas sociabilidades concatenadas com as necessidades sociais reais.

2.6.2 Trabalho virtualizado por demanda: desafios para a economia política do trabalho

O desenvolvimento histórico-social do processo de trabalho é mediado fundamentalmente pela relação dos agrupamentos sociais com seus instrumentos. As descobertas técnicas e científicas e os desenvolvimentos que daí sucedem compõem as bases nas quais se desenvolve o ser social. O trabalho objetivado transforma a natureza e, também, o sujeito que trabalha. É ao mesmo tempo objetivação e alienação, fundamentando o conjunto sócio-histórico da produção e da reprodução social.

Kumar (1997), ao citar as inferências de Vonnegut (1969) acerca das consequências do desenvolvimento do complexo técnico-científico hipoteticamente característico da Terceira Revolução Industrial, explicita o epifenômeno do que viria a ser o maior impacto da introdução dos dispositivos digitais, os quais substituem o trabalho cerebral humano complexo.

É no desenvolvimento da eletrônica digital que se assentam as bases para a criação do universo digital e informacional que atualmente ocupa lugar central na sociabilidade do capitalismo tardio. O aprimoramento da técnica faz emergir instrumentos que operam funções organizacionais já autonomizadas e até naturalizadas. Na sua esteira, o que se viu foi uma extensa e intensa recomposição da formação sociotécnica do trabalho.

Nessa seara, destacamos a importância da microeletrônica como motor da possibilidade histórica para a difusão do instrumento símbolo da sociedade da informação, o computador.

Cada vez mais potentes e/ou com maior mobilidade, difundiram-se pelas variações, como os *smartphones*. Já como desenvolvimento da telemática, que combina a tecnologia microeletrônica de processamento dos computadores com a tecnologia das telecomunicações, o *smartphone* é símbolo da virtualização das relações sociais e adquire importância ímpar como tecnologia de controle e manipulação social.

É nesse contexto econômico, no qual se desenvolvem amplas modalidades de utilização tecnológica que podem revolucionar a estrutura do mercado de trabalho e, conseqüentemente, as formas históricas e políticas de gestão dos conflitos de classe, que o desenvolvimento das forças produtivas capitaneado pela ciência e a superação de modelos mecânicos e estritamente cartesianos de estruturar o pensamento da classe dirigente — com base no desenvolvimentismo de cariz capitalista/mercadológico — vêm ampliando seu campo de atuação, o qual pode suprir a necessidade expansionista do capital, ao menos temporariamente.

Para Schwab (2018, p. 53), “a quarta revolução industrial dará origem a ecossistemas de criação de valor impossíveis de serem imaginados com uma mentalidade aprisionada na terceira revolução industrial”. O autor é diretor executivo do Fórum Econômico Mundial e ocupa-se de racionalizar a gestão dos conflitos sociais com base na crença da possibilidade de conciliação entre os interesses econômicos e de classe. Objetiva, por meio de ideologias específicas, constituir espaços de colaboração entre os setores público e privado, incorporando debates dos setores subalternos no escopo de uma universalidade genérica do sujeito necessário ao mercado.

Há, portanto, uma naturalização da condição do trabalho e das forças produtivas. Ainda que sua obra sinalize contradições muito relevantes, não adentra as determinações centrais da condição da produção. No tocante à análise das formas produtivas que emergem do incremento tecnológico, o autor infere que:

As tecnologias da Quarta Revolução Industrial estão todas conectadas entre si, pois todas elas exigem – e são construídas sobre – os recursos digitais e as redes criadas pela Terceira Revolução Industrial, assim como essas últimas tecnologias precisaram das redes elétricas da Segunda Revolução Industrial e sobre elas foram construídas. (SCHWAB, 2018, p. 52).

Logo, espera-se que essa continuidade do desenvolvimento capitalista transforme significativamente as relações de produção e, conseqüentemente, as relações sociais, visto que “para produzir os meios de subsistência, os seres humanos estabelecem relações, as quais variam de acordo com o nível de desenvolvimento dos meios de produção e ocorrem em condições históricas determinadas” (LOPES DA SILVA, 2012, p. 62).

A experiência de incursão nos meandros do mercado de trabalho e da identificação de suas externalizações para a quase totalidade da população mundial a partir de suas tendências sob a égide do capital é deveras funesta. A incorporação das tecnologias da Quarta Revolução Industrial aponta para uma maciça extinção dos postos de trabalho atuais. Se por um lado poderia significar a libertação de atividades repetidas e obsoletas, quando apropriadas pela razão formal abstrata orientada para a rentabilidade do capital, indica que cerca de 70% da população mundial torna-se descartável e um empecilho para as atividades de valorização do capital (KRENAK, 2020 *Apud* OLIVEIRA, 2020).

As alterações constituintes da incorporação das novas tecnologias de base microeletrônica, com destaque para os intensos processos de automação, incorrem na necessidade de reorganização do processo de trabalho global, implicando um constante redimensionamento do emprego das forças produtivas e da força de trabalho.

Retomados brevemente os elementos estruturantes das transformações no mundo do trabalho e, logo, na sociabilidade, passaremos à análise da emergência do trabalho por demanda em sua forma recente.

Castells (2017, p. 337) sinaliza a emergência do “modelo californiano” de emprego flexível, destacando as particularidades do “Vale do Silício”. Reconhece que a particularidade da atividade econômica na região já trazia, desde a década de 1990, um traço distintivo para as relações de trabalho. Aponta, fundamentalmente, para o aumento da contratação de trabalhadores temporários e as preocupações com a formação da força de trabalho, que deve ser qualificada no polo do desenvolvimento e da produção tecnológica. Veremos então que a modalidade de mão de obra *just in time* que se delineara desde a década de 1970 transforma-se e vigora como trabalho *on demand*, implicando na recomposição dos elementos do Toyotismo.

No campo político, o modelo político ideológico do neoliberalismo apresentou-se como um dispositivo econômico e social de ampla propagação para a gestão das crises e contradições do capital. Nesse contexto, a refuncionalização do Estado é crucial para compreensão do fenômeno. O ideário neoliberal operacionalizado pela institucionalidade estatal, como engrenagem ou algoritmo da empresa mundial, altera a correlação de forças entre as classes e impacta o campo político institucional. Nesse sentido, convém destacar que

O Estado perdeu poderes de controle da mobilidade do capital, redirecionou investimentos fiscais dirigidos às políticas de proteção social ao capital, mas não reduziu sua intervenção. [...] O que mudou foram as áreas e/ou formas de intervenção, conforme as necessidades do capital. (LOPES DA SILVA, 2012, p. 117).

A flexibilização do trabalho aponta, desde a Terceira Revolução Industrial, para a necessidade de alterar a organização de classe típica do capitalismo industrial, caracterizada pela inter-relação recíproca entre as organizações dos/as trabalhadores e dos produtores. A gestão da força de trabalho e as alterações nos modos de regulamentação são características das transformações societárias, cabendo em cada processo um dinamismo próprio.

As dinâmicas do capitalismo industrial abarcaram a necessidade de resistência e culminaram na constituição do proletariado (MARX; ENGELS, 2007), que transformado, apresenta em seu dinamismo interno ações capazes de fazer fenecer suas contradições latentes, a exemplo da possibilidade de agregação do novo operariado industrial como partícipe da produção também na esfera do consumo que atua como contratendência. O fordismo/taylorismo (BRAVERMAN, 1987; HARVEY, 1993) foi responsável por inovações técnicas e gerenciais que possibilitaram às forças produtivas um novo padrão de realização do processo de trabalho, aumentando a produtividade e incrementando a exploração da força de trabalho pelos mecanismos da mais-valia relativa (MARX, 1985).

O surgimento de novas perspectivas laborais a partir da chamada Quarta Revolução Industrial e do incremento do elemento digital/informacional na determinação da produção vivificam a transformação digital e a automação da produção, coincidindo com a crise contemporânea do capital e com a oferta de alternativas aos devastadores impactos deste modelo de sociabilidade. Dotadas de um *status* modernizante e de aparente superação da relação hierárquica do modelo industrial, seu componente político/ideológico fortalece a relevância das chamadas teleologias de segunda ordem, demandando, além do controle do tempo de trabalho do trabalhador, também o controle de sua subjetividade. Tal movimento incrementa as possibilidades de aceleração da rotação do capital como fator de intensificação da taxa de exploração da mais-valia.

Tocadas pelas teorias comunicacionais e representacionais, as perspectivas manipulatórias enredam a produção de mercadorias e incorporam parte das consequências do decréscimo relativo da força de trabalho. Se a automação expulsa um contingente de trabalhadores semiespecializados, é na reprodução das relações que os câmbios intergeracionais operam redes institucionais como a da família, responsáveis pela reprodução da própria classe trabalhadora, daí que é possível que um trabalhador não especializado, mas com muita experiência, não encontre emprego, mas que um de seus filhos, por exemplo, tenha relativa facilidade de ser contratado por uma empresa de telemarketing, mesmo sem qualquer experiência.

Nesse meandro geracional e de transformação digital ³³ verifica-se a existência de um discurso de retomada de um sentimento comunitário, uma preocupação em integrar a cidade e o sujeito, em ofertar novas perspectivas de produção e subsistência. Todavia, as iniciativas características da chamada economia de compartilhamento ou capitalismo/cooperativismo de plataforma, que organiza e possibilita a difusão da chamada *GIG economy*, denotam novos arranjos produtivos e o fortalecimento de uma classe dirigente ainda associada ao capital financeiro e às multinacionais da informação, que podem ser genericamente personificadas no *life style* do Vale do Silício.

As perspectivas de trajetória e carreira de um trabalho complexo e dotado de sentido encontram-se esvanecidas, visto que o trabalho mobilizado via APPs fortalece a perspectiva individual, ainda que prometa o contrário.

Caracteristicamente, a *GIG economy*, ou o padrão de contratação caracterizado pelo trabalho *free lance*, por demanda ou os chamados bicos, tem como mote a desregulamentação do trabalho, minando por completo as abaladas bases da sociedade salarial e reorganizando o trabalho como sujeito coletivo. Trata-se do aprofundamento da precarização do trabalho em inter-relação com os novos arranjos produtivos.

Fazendo alusão à concepção de *GIG economy* trazida por estudo da Universidade da Califórnia ³⁴, destacamos que sua generalização e exponencial crescimento nos Estados Unidos

³³ Conforme *site* especializado, podemos definir a transformação digital como: “Uma nova abordagem onde a T.I.C. desempenha papel chave na transformação da estratégia, estrutura, cultura e processos de uma empresa utilizando o alcance e o poder da internet.” Seus idealizadores apostam que “Por meio de novos investimentos em tecnologias e modelos de negócios, espera-se melhorar o engajamento dos clientes digitais em todos os pontos de contato no ciclo de vida de sua experiência.” (MICROWARE, 2021). Já outra empresa do ramo, especializada em eventos, advoga que “67% da jornada do comprador agora é feita digitalmente. Isso significa que sua estratégia digital é mais importante do que nunca.” (TRANSFORMAÇÃO DIGITAL, 2021).

³⁴ Tal estudo aponta as tendências de perfil dos trabalhadores do setor. Apontamos a seguir as principais caracterizações apresentadas pela pesquisa realizada pelo Instituto de pesquisa sobre trabalho e emprego da Universidade da Califórnia:

1. *Ride-hailing* para motoristas não é nem suplementar nem temporário: quase metade dos motoristas informaram que dirigir para TNCs é seu único emprego;
2. para muitos motoristas, *ride-hailing* é a sua principal fonte de renda: dois terços dos motoristas dependem de dirigir para suas necessidades e de suas famílias;
3. dentre aqueles que têm 2 ou mais empregos, mais da metade trabalha no setor de serviços: seus trabalhos têm salários muito baixos e indicam que estas pessoas estão pegando um trabalho adicional para ajustar as contas;
4. além da subsistência própria, os motoristas dão suporte para suas famílias e crianças: mais da metade é responsável por 1 outra pessoa da família e 35% são responsáveis pelo sustento de ao menos 1 criança;
5. muitos motoristas contam com a assistência social para o próprio sustento: perto de 1/5 recebe alguma forma de assistência pública, como o bônus alimentar ou subsídios de programas de medicamentos;
6. muitos trabalham o dia todo: quase metade dos motoristas dirige 35 horas ou mais, e 3/5 dirige mais de 5 dias na semana;
7. os trabalhadores permanecem no trabalho por um tempo cada vez mais longo: a pesquisa revelou que os motoristas estão no trabalho há 13 meses em média;
8. os trabalhadores *full time* tendem a ser mais velhos e, mais frequentemente, imigrantes: estão há mais tempo no trabalho e são mais responsáveis pelo sustento de famílias com crianças;
9. ganhos adicionais e a promessa de um horário flexível são as principais razões para que os motoristas escolham trabalhar para as TNCs: perto de metade foram atraídos pelo potencial de ganhos extras e 37% pelos horários flexíveis. (UCLA, 2018).

da América estão associados à crise econômica que deflagrou a recessão produtiva para o modelo de capitalismo financeiro e imperialista praticado no país. Conforme o estudo, sinaliza-se que “the gig economy emerged during a period of national economic recession, and monetizing one’s resources was one way to navigate that uncertainty.”³⁵ (UCLA, 2018), impactando nas relações de troca e no surgimento de serviços de aluguel de ferramentas, de quartos e hospedagem ou mesmo de caronas. Suas consequências aparecem como aspecto fenomênico dos resultados do movimento da lei geral da acumulação capitalista, implicando o redimensionamento do mercado de trabalho ou a chamada “nova morfologia do trabalho” (ALVES, 2011, 2013; ANTUNES, 2009, 2020).

Destacadamente, algumas iniciativas buscaram maquiar o processo de informalização do trabalho. Movimentos como a “pejotização” alavancaram a criação de um plano de benefícios no regime geral previdenciário, buscando formalizar a informalidade e inicialmente incrementar a arrecadação do fundo público para a previdência social. Pelo artifício jurídico institucional do Microempreendedor Individual (MEI), o trabalhador tem a possibilidade de se tornar pessoa jurídica, igualando formalmente seu *status* econômico ao de qualquer instituição privada de produção e oferta de serviços.

Ideologicamente a iniciativa fortalece a individualização das demandas coletivas do trabalho, bem como angaria caldo ideocultural para o fortalecimento das métricas meritocráticas e capacitistas. Faz ainda com que as pautas coletivas do trabalho sejam concentradas nas demandas imediatas e deslocam o eixo que orbitava a pressão sobre o Estado para garantia das condições de subsistência para o mercado.

Verifica-se a prevalência da incorporação dos valores surgidos da crise e das necessidades dos trabalhadores para fomentar o desenvolvimento de um tipo de economia gestora e rentista, que incorpora parte da mais-valia produzida e manipula o escopo das ações mediante interferência na programação dos *softwares* que viabilizam a troca de trabalhos e produtos. Com o crescente crescimento do mercado *on-line* ou *e-commerce*, igualmente se diversificam as oportunidades de extensão do trabalho por demanda/*on demand*. Sua capacidade de desterritorializar e de acionar remotamente os ciclos da reprodução do capital indicam a necessidade de conhecer e compreender as formas de ação deste poder.

A popularização das redes sociais e o mercado de dados contribuem para gerar um ambiente virtual de negócios no qual os produtos são vendidos antecipadamente, dando novos

³⁵ A economia de bicos emerge durante o período de recessão econômica nacional, e monetizar os recursos foi uma maneira de navegar nesta incerteza. (Tradução nossa).

contornos para o chamado método *just in time*. Serviços de anúncios com vendas garantidas cada vez mais constituem um espaço de valorização para as grandes empresas de tecnologia. Técnicas de coleta e análise de dados e, também, a econometria, por exemplo, colaboram para a difusão de produtos da informação, os quais impactam diretamente no dimensionamento da produção de bens e serviços.

O desenvolvimento do conteúdo digital remonta ao início da internet, constituída por formas menos hierárquicas e mais colaborativas de edificação do ambiente virtual. Tais preceitos foram sendo pouco a pouco ocupados por espaços de valorização calcados na defesa da propriedade intelectual e na concentração típica das grandes empresas de tecnologia.

Nesse sentido, Slee (2017) argumenta que a utilização do ambiente digital indicou um prelúdio para o estabelecimento de relações sociais menos hierárquicas e mais igualitárias, todavia, elas foram se transformando e ganhando os contornos próprios do mercado competitivo. O autor destaca que “essas promessas foram quebradas: em vez de produzir um espaço mais equitativo, a abertura substituiu um conjunto de instituições poderosas por outro, por vezes ainda mais poderoso” (2017, p. 195).

Scholz (2016, p. 34), por sua vez, ao analisar o processo de controle desenvolvido pela empresa-plataforma, reconhece que

os capitalistas estão sempre produzindo excedentes na forma de lucro. Eles são forçados pela concorrência a recapitalizar e investir parte desse excedente em expansão. Isso exige que novas saídas lucrativas sejam encontradas. O que inicialmente parecia inovação rapidamente aumentou o volume da desigualdade de renda.

Daí depreende-se que a gestão macroeconômica — sob a égide do capitalismo de inclinação neoliberal — torna impeditiva a utilização das novas tecnologias informacionais na direção do estabelecimento de outro padrão de sociabilidade, pois suprimidos os elementos fundamentais da organização do trabalho, deixariam de existir as relações sociais *sui generis* que caracterizam o modo de produção. Além disso, deixaria de existir o controle privado dos meios de produção e findaria a hegemonia da classe burguesa do setor financeiro mundializado, o que não acontecerá apenas pela mediação dos produtos do trabalho.

Os desdobramentos da crise de 2008, especialmente os relacionados à perda de postos de trabalho, têm implicado na proliferação de ocupações e de trabalhos sub-remunerados, precarizados e subalternizados em grau de prestígio. O *boom* do que caracterizamos como cooperativismo de plataforma, coincidentemente ou não, vem na esteira dos desmontes e da retomada dos preceitos neoliberais, dentre os quais destaca-se a desregulamentação do trabalho.

A conformação do espaço-tempo da sociabilidade contemporânea encontrou nas possibilidades tecnológicas um *locus* de desenvolvimento semiautônomo, deslocando esferas intrínsecas às relações sociais objetivas para o campo da política como manipulação e das representações como reificação. Logo, a possibilidade histórica que a mediação das novas tecnologias impõe ao padrão de acumulação do capitalismo tardio invariavelmente expõe a perniciosidade dos conteúdos que objetivam compreender as dinâmicas da exploração do trabalho ocultando suas determinações.

De forma geral, é preciso reconhecer que a crise incrementou as desigualdades e deu o primeiro sinal da (re)reestruturação que se coloca no horizonte, a qual impacta significativamente o setor de serviços. Atualmente, também a crise da pandemia de coronavírus acelera o movimento em direção à digitalização de amplas esferas da vida. Estrutura-se, assim, o mercado plataforma, o qual opera aquém das comunidades adjacentes e que se regula por algoritmos e índices de rentabilidade.

As representações no campo político e ideológico encontram-se embebidas pelo marketing e pela propaganda, instrumentos que operam na direção da otimização. Ao passo que se pretendem exclusivas e customizadas, as mercadorias (materiais e imateriais) se destinam a frações de compradores com perfis e estilos de vida similares. Portanto, a fragmentação da massa de consumidores corrobora o incremento da demanda por produtos e serviços com *status*, calcados em marcas, *slogans*, campanhas e representações do que as mercadorias podem significar para além de seu valor de uso.

O desenvolvimento da indústria da manipulação indica o crescimento relativo do emprego destas formas de trabalho no conjunto do processo de valorização. Considerado seu emprego como otimização, por meio das modernas técnicas de marketing segmentado — adotando inclusive perfis e padrões psicológicos dos indivíduos —, adquire relevância no cerne do processo de produção, visto que condiciona a assertividade da realização da mais-valia e promove a inclusão do negócio no âmbito do sistema de valor. Além de importante elemento da produção, impacta diretamente na reprodução da vida social, na medida em que demanda um campo justificativo e de convencimento para o deslocamento de contingentes da força de trabalho para a produção cultural e ideológica associada às necessidades produtivas.

A conectividade e a mobilidade disponíveis com a popularização dos aparelhos de comunicação (*smartphones, tablets, notebooks, etc.*), condicionados ao acesso à banda larga — que recebeu no Brasil importantes investimentos para o aperfeiçoamento das telecomunicações em termos de estabilidade e quantidade de dados (em pouco mais de 10 anos foram

experimentadas tecnologias que variaram desde o TDMA ao GSM e aos atuais padrões 3G e 4G e expansão da rede 5G, esta última com contornos políticos conflitivos em razão de seu impacto para a introdução da Internet das Coisas) —, impulsionaram o deslocamento do controle dos conteúdos culturais e das ativações para a produção por meio dessas novas interfaces.

Um dos subprodutos desse movimento se manifesta nos desafios enfrentados pelos meios de comunicação, os quais foram diretamente impactados pela difusão das plataformas de vídeos e pela própria transmissão de conteúdos por parte dos seus usuários. Quer dizer que qualquer pessoa com um *smartphone* e conexão com a internet pode produzir seu próprio telejornal ou programas de entrevistas. A ascensão da profissão *youtuber* é característica dos novos contornos comunicacionais em que os trabalhadores são remunerados pelo impacto de seus trabalhos, mas com uma total descaracterização da atividade de comunicação como tradicionalmente conhecida. Mesmo apresentando potencialidades, tais plataformas comumente contribuem para a afirmação do irracionalismo na medida em que a forma de interação não sofre qualquer regulação e está repleta de inverdades e fatos sem qualquer mediação. Trata-se de um desafio para a imprensa tradicional e para os órgãos de regulação, inclusive de segurança pública.

Os impactos das disrupções tecnológicas têm alterado significativamente a relação de propriedade e de identidade, intensificando as formas de alienação e reificação das relações sociais e, ainda, colocando em xeque setores produtivos inteiros, a exemplo dos táxis em sua disputa com o transporte ofertado pelas companhias de transporte em rede. Também os campos da educação e do direito têm refletido as tendências mercantis associadas à produção, de forma a incorporar as novas requisições de formação e de segurança impostas pela expansão da dita tecnologia.

As consequências dos processos em curso para o trabalho ainda são desconhecidas em sua totalidade, visto que as requisições produtivas não podem prescindir ao todo de formas pretéritas e futuras de trabalho. Como todo processual, o incremento tecnológico e suas consequências na composição, distribuição e organização das forças produtivas altera a dinâmica entre as determinações objetivas da produção e o constructo que se erige como ideologia, em resposta ao que Mészáros (2004) denominou “consciência prática inescapável”.

A disseminação das necessidades práticas advindas da introdução das novas plataformas informacionais no acionamento e manutenção da força de trabalho coaduna com os novos padrões sociometabólicos do capital, que avançam na mercantilização da vida social e impõem

o padrão de valorização aos mais variados aspectos das atividades humanas. O tempo, o lazer, o trabalho, o privado, entre outras categorias constituídas e sedimentadas historicamente vêm se dilatando ou se contraindo com maior intensidade e velocidade, manifestando íntima interconexão com as necessidades práticas ditadas pelo imperativo da acumulação.

A articulação aparentemente contraditória entre concentração e centralização do capital coaduna com o movimento de desterritorialização e de fracionamento da produção e execução dos serviços, colocando à economia política do trabalho desafios organizativos estratégicos. A fragmentação e a desterritorialização do trabalho impactam significativamente na capacidade de resposta às investidas contra os direitos trabalhistas e contra as conquistas históricas do trabalho. Notadamente, a consciência como expressão prática da condição de classe, das consequências da exploração do trabalho e do cerceamento do acesso aos bens e serviços coletivamente produzidos, ou seja, da expropriação, é constantemente manipulada e condicionada às ilusões pré-concebidas como respostas às tendências captadas por instrumentos do chamado “capitalismo de vigilância”.

Essas são as marcas do presente que, calcadas no passado recente, representam aspectos fundamentais para as tendências do mercado de trabalho e a proletarização contemporâneas. Nesse cenário, é de substancial importância perquirir os determinantes do funcionamento da exploração do trabalho no setor de transportes e sua capacidade pioneira em massificar o trabalho teleguiado acionado por alguns *clicks* num aparelho *smartphone*. De antemão, é importante também destacar que as possibilidades históricas contidas no processo em análise derivam da ascensão de grandes conglomerados informacionais, que, por sua vez, remontam ao controle das telecomunicações mantido por grupos como *AT&T* desde o início do século XX, passando pela influência do modelo de negócios e da determinação dos investimentos de megacorporações do *Silicon Valley*, como a *Google*.

Verifica-se, portanto, a ascensão de um novo padrão sociotécnico de organização do trabalho, no qual a interface ser humano-máquina ganha contornos informacionais calcados nas plataformas virtuais que conectam necessidades e serviços com amplo alcance geográfico e, comumente, em uma temporalidade instantânea. O trabalho *on demand* e desprotegido intensifica a exploração do/a trabalhador e se manifesta como tendência no momento histórico em que o sistema capitalista dá sinais vívidos de sua incontrollabilidade e do esgotamento de recursos contratendências capazes de fazer frente às necessidades de expansão de suas contradições para novas economias. Mais que isso, revivifica movimentos destrutivos que

atenuam as possibilidades históricas de alteração do modo de produção, garantindo a direção do controle e da organização produtiva nas bases próprias da sociedade de classes.

Não aventamos apenas sinalizar um cenário destrutivo e avassalador, ainda que atualmente todos os movimentos indiquem a vigência e expansão do “sociometabolismo da barbárie”, mas, também, procuramos identificar as potencialidades contidas nas redes e nas resistências que se tornam globalmente possíveis por meio da intensificação do contato — em especial o virtual — e da disseminação da informação.

Algumas proposições sinalizam uma solução apontando para o modelo do cooperativismo como alternativa para o direcionamento das ações de plataformas. Já outros exemplos práticos sinalizam para a possibilidade de criação de versões similares dessas plataformas, mas com outros formatos organizacionais, geralmente com mais transparência e poder coletivo de decisão. Todavia, ainda são poucas as medidas para fazer frente às formas de exploração do trabalho por tais mecanismos, considerando que sua realização implica em habilidades de programação, análise de dados e construção de sistemas que, se orientados para fins comprometidos com a distribuição do produto do trabalho coletivo e com a regressão das tendências da alienação, podem impactar favoravelmente ganhos em termos ambientais e reduzir as tendências de aumento das expressões da reificação, especialmente no que tange às relações raciais e de gênero.

Como já apontado, os incrementos tecnológicos têm afetado de forma ímpar a composição das forças produtivas. A mediação telemática incrementou as formas de exploração do trabalho e possibilitou a difusão de suas formas de gestão, as quais alteraram a dinâmica organizativa da classe trabalhadora e alçaram possibilidades de incursão dos ditames do valor em todas as esferas da vida.

A relação emergente impõe condições substancialmente modificadas nas relações de trabalho e no constructo da sociabilidade. Isso porque, como relação social, o capital espraia suas necessidades econômicas de valorização para relações antes mais ou menos autônomas. Alterada a forma do trabalho, as formas de alienação também ganham novos contornos em torno da reificação, movimento no qual o metabolismo homem-natureza adquire mediações sociais capazes de encobrir e autonomizar ilusoriamente a produção capitalista, implicando na predominância do fetichismo que caracteristicamente suprime as mediações sociais contidas na dominação de classe, na produção das mercadorias e na regência da vida social como um todo (NETTO, 1981; KONDER, 2009; MÉSZÁROS, 2004, 2009).

Em função do aperfeiçoamento técnico, especialmente o informático, a produção do valor e a divisão social do trabalho encampam novas necessidades, mas o modo de produção em que tais relações se manifestam ainda conserva os traços fundamentais de sua gênese (apenas com novas manifestações). Os incrementos instrumentais possibilitaram a virtualização do controle, avaliação e acionamento do trabalho e, se alterado o instrumento, também a dinâmica organizativa do trabalho tem novas requisições.

A (re)reestruturação produtiva em curso tem no neoliberalismo sua expressão política, e objetiva garantir a dominação de classe e o controle das forças produtivas. Ao analisar tais processos, Teixeira (2009, p. 108) sinaliza que

O capital não tem outra saída senão a de abrir um novo período de sucessão das formas do sistema para além da grande indústria. Noutras palavras, precisa criar uma nova forma de produção de mercadorias, para evitar que a substituição de trabalho vivo por trabalho morto rompa os limites da valorização do valor. [...] [A] nova forma de produção de mercadorias [...] surge para acomodar o desenvolvimento das forças produtivas, [...] sua função, portanto, é a de impedir o colapso do sistema.

O contexto da Quarta Revolução Industrial (SCHWAB, 2016) tem implicado que o desenvolvimento tecnológico incrementa as forças produtivas e altera as dinâmicas sociometabólicas do capital (MESZÁROS, 2002). Em tal processo, nos interessa em especial o movimento de espraiamento do trabalho *on demand* — por demanda — baseado na tecnologia *e-hailing* e capaz de conectar fornecedores e consumidores por meio do acionamento via telecomunicações e interconexão digital.

São aspectos dos incrementos tecnológicos que afetam a dinâmica das forças produtivas, os quais reconhecemos que alterem a dinâmica da rotação do capital, bem como que sejam catalizadores de processos de negócios capazes de gerar demanda pelo incentivo ao consumo e o desenvolvimento da produção de necessidades por meio do processo de mercadorização. Em tal ponta, na produção chamada de imaterial, o processo de valorização do capital estabelece uma aceleração da demanda do capital produtivo, independente da mercadoria, ampliando o escopo da realização da mais-valia na esfera da circulação.

Via automação e aumento da produtividade, o capital produtivo põe em marcha a produção toyotista, com grande versatilidade para alterar a cadeia produtiva. Não obstante, a criação e o marketing das mercadorias abarcam o decréscimo relativo da necessidade da força de trabalho. O capital produtivo é o responsável por viabilizar as condições externas de produção, estabelecendo o fornecimento da infraestrutura necessária às modalidades de *e-commerce*, a qual vai desde a produção das ferramentas como os *smartphones*, até os satélites

necessários ao fluxo de dados global. O deslocamento de importante fatia do processo de circulação para os meios digitais colabora para a aceleração dos elos do complexo trabalho, acelerando o “silogismo dialético” entre produção, distribuição, circulação e consumo (FREDERICO, 2009).

A maior interdependência entre os setores produtivos e a conformação imperial de controle e gerência do trabalho social combinado requerem também o incremento de soluções para seus problemas candentes, pois lembremos dos efeitos deletérios do desenvolvimento do processo de valorização para o conjunto das relações sociais, os quais se expressam nos conflitos de classe. Assim que o processo de mercantilização da vida, ou a chamada “mercadorização”, ocupa-se do espaço virtual para expandir campos de valorização, em especial para o capital financeiro, buscando incorporar bens e serviços que possam oferecer valores de uso para as necessidades atuais, produzindo significativas alterações nos serviços prestados pelos Estados e por associações coletivas.

A demanda expansionista, que avança sobre qualquer elemento da vida, pressiona os fundos públicos a se valorizarem e implica em um verdadeiro ataque aos direitos sociais com vistas ao controle da oferta de serviços públicos em diversas áreas, objetivando abrir mercados para extração de mais-valia em serviços como educação, saúde e previdência. Tais serviços encontram-se envoltos pelos imperativos da produtividade e efetividade, sendo que seus trabalhadores se encontram sob o jugo do despotismo de uma expressão do trabalho taylorista, com a adição da vigilância constante através do controle digital do trabalho.

É nesse sentido que os acelerados movimentos do capital se encontram contrapostos ao esquema da burocracia salarial, nunca universalizada no Brasil, mas responsável pelas demandas de grande contingente de trabalhadores constituintes da força de trabalho nacional. Estes, sempre a reboque do medo e da precariedade, mesmo em trabalhos formais. Não sem razão, os meios de criação das necessidades igualmente servem para fomentar a criação de consenso no tocante ao “empecilho” que se torna o sistema de serviços públicos estatais, especialmente se considerado no conjunto da seguridade social, como no caso brasileiro.

Com uma tradição previdenciária assentada no trabalhismo e na conciliação de classes em prol do nacionalismo e da constituição da riqueza coletiva, os institutos de previdência, de caixas de pensões e posteriormente a previdência social pública desempenharam um marcador corporativo ante a massa de despossuídos e miseráveis que constituíram a força de trabalho nacional no âmbito da concorrência intertrabalhadores. Sempre amplo e desigual, tal processo guarda relação com os períodos desenvolvimentistas, inicialmente nos anos 1930, no processo

de industrialização, bem como na década de 1960 e especialmente na década de 1970, com a entrada do país na dinâmica do capitalismo monopolista, o que buscaremos demonstrar em detalhes a seguir.

É nessa esteira que o início do século XXI apontou para um novo período de restauração, com a atração de investimentos e a viabilidade do consenso ante o desenvolvimento econômico. Desenvolvimento este calcado nos valores social-liberais e nas metas imbuídas do ímpeto de garimpeiro do capital nacional e, também, estrangeiro. No auge da demanda por minérios e produtos da agroindústria, a balança comercial cria um clima de confiança e envolve parte da população num projeto de desenvolvimento e transformação.

Dadas as condições críticas em que se equilibram as forças produtivas, políticas e sociais no Brasil, ainda que o desenvolvimentismo demonstrasse alguma possibilidade com ações sociais e voltadas ao fomento da autonomia e livre associação dos grupos em conflito, foi pautado em um ideário de manejo das consequências das estratégias de respostas aos conflitos oriundos do desenvolvimento capitalista no país.

Assim que no descenso da governabilidade política da frente popular a pauta dos ajustes ganha relevância para atender às demandas do capital externo das companhias de transporte como critério para facilitar sua ação em território nacional, já no contexto do imperialismo do século XXI. Conjuntamente, as parcelas do capital nacional e os setores mais dinâmicos que são capazes de ocupar espaços de destaque no mercado internacional organizaram internamente a batalha para levar a cabo a criação dessas condições e atrair investimentos.

Com um mercado de trabalho assentado no receio de adentrar o espectro da miserabilidade que conformou as desigualdades nacionais, especialmente em termos raciais, a sobreposição discursiva incitava a recompensa aos vendedores da força de trabalho, mas para tanto, era necessário o sacrifício dos “privilégios”, para que eles entrassem na esteira do mercado internacional. Nesse sentido, também os organismos internacionais, a exemplo do Banco Mundial, incitam a realização de um “ajuste justo com crescimento compartilhado” (BANCO MUNDIAL, 2018), no qual a reforma da previdência, a reforma trabalhista e o dimensionamento de outros serviços públicos estatais pelas métricas de eficiência e remuneração proporcional tomam lugar central na adequação do país às necessidades de adoção de um Estado gerencial voltado para a competitividade internacional.

A racionalidade do neoliberalismo aponta para a competitividade e individualização das soluções dos conflitos da vida, que, apesar de uma construção coletiva/social, são ocultadas ante a formação de um sujeito coletivo do trabalho que age pautado na responsabilidade

individual e no interesse pelos ganhos financeiros. Logo, o avanço em direção à retirada de direitos e as consequências sociais do desenvolvimento tecnológico apontam para a barbárie da racionalidade da produção burguesa que, ao seu reverso, produz um incremento irracional na sociabilidade ao acelerar o tempo de trabalho com a maximização dos espaços de valor.

Dadas as condições, as lutas da economia política do trabalho são atravessadas pela urgência de defesa de um conjunto de conquistas civilizatórias, ao passo que estão atreladas aos modelos de assalariamento e acomodação dos interesses de classe. Em vez de saltar para a intervenção política como força coletiva ou até superar os modelos de realização do trabalho alienado para suas formas desalienantes, as forças sociais do trabalho encontram-se reféns da ofensiva organizada pelo capital para retomar sua rentabilidade e financiar seus projetos futuristas que objetivam levar suas contradições para além da atmosfera.

Objetivando aprofundar as particularidades da transformação produtiva engendrada pela informacionalização e pelo incremento tecnológico virtualizado no Brasil, é indispensável recuperar em linhas gerais os elementos fundamentais de transformação histórica da formação social brasileira. Assim, buscaremos, a seguir, realizar um debate sobre a questão do Estado e do desenvolvimento histórico social brasileiro, inter-relacionando as forças produtivas e a prática política e social das classes sociais.

3 ESTADO E TRABALHO NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS FORÇAS PRODUTIVAS, DO EMPREGO DA FORÇA DE TRABALHO E DA DINÂMICA POLÍTICA

O Brasil apresenta uma série de peculiaridades no curso de seu desenvolvimento sob o domínio colonial³⁶, quando intenta consolidar-se como espaço geográfico dependente da Coroa portuguesa, porém disputado por outras potências imperialistas em diversos períodos históricos. A periodização inicial é marcada pelos ciclos econômicos que tornaram o país uma grande fazenda para a intrincada produção, em especial, de produtos vegetais destinados à comercialização internacional, tarefa exclusiva de comerciantes portugueses. A par e passo, as

³⁶ Reconhecemos a importância de colocar em relevo as dinâmicas das formações sociais existentes no território antes da invasão portuguesa (e também de outros elementos europeus), sem que, no entanto, possamos realizá-lo de forma a recuperar sua contribuição para o desenvolvimento social e econômico nacional. Apenas mencionaremos sua relevância para o conhecimento do território, a apropriação de seus conhecimentos, sua escravização e suas lutas contra o genocídio e aculturação.

formas da propriedade, o exclusivo colonial, as divisões administrativas e os conflitos armados, igualmente marcaram a atuação governamental que viria a compor o Estado-Nação brasileiro contemporâneo. No século XIX a periodização histórica passa mais pelas formas dos regimes políticos do que pela forma da produção e, com a independência, deixa de orbitar diretamente o regime político da metrópole lusitana para se alçar, notadamente no início do período republicano, ao comércio internacional com as novas amarras do imperialismo inglês.

Partícipe do movimento de acumulação primitiva, o desenvolvimento econômico e, por conseguinte, político do período colonial foi marcado pela sedimentação do domínio territorial por meio de guerras e massacres promovidos contra os povos originários sul-americanos, bem como contou com o povoamento português e o tráfico de escravizados com vistas à produção no empreendimento colonial. Governado pela monarquia absolutista metropolitana até sua independência e, posteriormente, por seus descendentes até a Proclamação da República, o Brasil constituiu-se como Estado também nos enfrentamentos com seus vizinhos subcontinentais na disputa pela ocupação, no emprego da força bélica e na ação diplomática para expandir seu território e dominar a população autóctone.

O escravismo colonial constitui-se como uma marca indelével da formação social brasileira, o que tratamos desta forma para marcar a historicidade específica de conformação do espaço e da cultura ditos “nacionais”, manifestando seus espólios em todos os períodos conseguintes, restando, até a atualidade, questões para a formação da classe trabalhadora e para a constituição do mercado de trabalho “livre”. Dado o fim tardio desse período, no alvorecer do século XX, a formação de um mercado de trabalho pautou-se pela substituição dos trabalhadores escravizados, agora ex-escravizados, e pela importação de trabalhadores que se constituíam como sobrantes, especialmente nos países europeus.

Os traços marcantes desse movimento, e que se consolidam e mantêm sua vivacidade com a república, dão conta da própria característica da via colonial da transição capitalista hipertardia. Ou seja, sem uma classe burguesa que encampe a função de classe dirigente e com a manutenção da dependência externa característica da subalternidade econômica que produz, também, uma subalternidade política.

Assim que, para atender às requisições do comércio internacional, ficaram impedidas as iniciativas amplas de industrialização até o século XIX, e o incremento das forças produtivas vai ganhar impulsos modernizantes decisivos apenas com o Estado Novo, no breve período democrático com políticas desenvolvimentistas industriais, na ditadura civil-militar pela imposição de uma modernização autoritária e, mais recentemente, no período

desenvolvimentista da Nova República. Todas essas facetas políticas da representação interna e da conformação das forças sociais dirigentes e insurgentes deixam um legado de multiplicidade e conflitos internos no âmbito político.

A fragilidade democrática é monumental e o recurso autoritário constitui-se como tábua de salvação para as elites locais. Entretanto, o Estado e o regime político formal são fatores centrais para a reunião dos interesses nacionais, regionais e locais, que se alternam nos poderes constituídos para administrar seus negócios no bojo da ossatura material do Estado e, também, participar da produção estatal, considerando que o Estado no capitalismo subalterno é fator-chave para o financiamento das forças produtivas e reprodução ampliada do capital. Sem tal recurso, aquém da falácia liberalizante, a política econômica tenderia à segmentação que incrementaria ainda mais as desigualdades regionais (tendência sempre operante) e pressionaria também o colapso da estrutura central do Estado.

Portanto, o Estado assume um papel crucial na manutenção do conjunto de determinações que viabilizam a participação nacional no Sistema Internacional de Estados e está sujeito à administração dos fatores internos e externos que pressionam as demandas políticas do regime de governo. Marcado por diferentes centros de poder regional, o poder político, que é também econômico e muitas vezes envernizado por um setor que se assemelha à nobreza togada, é dispersado na estrutura de Estado e nas diferentes esferas de governo.

Tendo a mirada no processo de constituição das forças políticas e nas questões colocadas contemporaneamente para a administração estatal dos conflitos sociais, retomamos alguns elementos para contextualizar os processos em análise. Assim que a incursão acerca da questão do Estado e da forma que tal movimento toma na formação social brasileira é de imensa relevância para delinear os contornos históricos de sua produção. É a partir desse movimento que nos é possibilitada a análise contemporânea das formas de administração dos conflitos sociais a partir de sua historicidade.

Atualmente, a tendência à municipalização de políticas cruciais, como a mobilidade urbana, indica um recuo no centralismo da administração federal para setores específicos, fazendo emergir novas correntes políticas, como o municipalismo que incrementa o conflito entre os múltiplos setores de classe em disputa. Como veremos, a dinâmica interna é dependente das determinações macroeconômicas do capitalismo global, implicando, como em outros momentos históricos, que o cenário de reorganização geopolítica do capitalismo central signifique a necessidade de uma reorganização dos poderes hegemônicos, acirrando as disputas internas, as disputas imperialistas e impactando no preço internacional de *commodities*. A

modernização reflexa³⁷ (RIBEIRO, 1977) operada alude aos aspectos do desenvolvimento desigual e combinado que perfazem as condições históricas de desenvolvimento do capitalismo brasileiro como marca constituinte das classes sociais e da gestão dos conflitos do trabalho que aqui buscamos teorizar.

O redimensionamento da remuneração da produção significou também o acirramento dos conflitos políticos. No mundo, levantes populares iniciaram um movimento de questionamento das políticas estatais e reivindicaram maior participação na vida política pelo globo. No Brasil, o resultado das mobilizações que questionaram o custo de vida e deram início ao teatro do combate à corrupção participaram da mesma lógica.

O crescimento do poder informacional internacional parece ter sido o germe da influência geopolítica nos resultados dessas mobilizações e desse frutífero período de politização em direção à emancipação. Como resultado, as mobilizações foram aparelhadas pelo imperialismo e significaram regressões democráticas em diversos países, culminando em golpes de estado e guerras civis.

É nesse contexto que o trabalho é atacado e que a regulamentação do transporte individual de passageiros, somada à reforma trabalhista e à contrarreforma do Estado, participa da construção de um novo estatuto jurídico para o trabalho no Brasil, colocando em marcha um debate político que visa a atender às necessidades da alteração sociometabólica do mundo do trabalho forjadas dos movimentos de informacionalização e mercadorização.

Adiantamos que é preciso reconhecer que o trabalho regulamentado, como já discutido, aparece como exploração consensuada e indica um acordo entre as classes para limitar o poder econômico na forma de sua utilização. Entretanto, mais de metade da força de trabalho brasileira está constantemente relegada ao trabalho informal, o qual é legalizado sob uma série de artifícios que buscaremos tratar.

Ainda assim, a reforma trabalhista e o crescimento do envolvimento com as atividades ditas empreendedoras do novo trabalhador, que agora, além da cidadania formal possui o *status*

³⁷ No tocante à modernização reflexa, encontramos em Ribeiro (1977) a tematização acerca da categoria. Para o autor, a incorporação dos meios tecnológicos que alçaram a civilização ocidental europeia e da América do Norte à modernização aconteceu no Brasil de forma reflexa e tardia, acoplado à formação social os incrementos tecnológicos em termos infraestruturais e produtivos. Da mesma forma, nos termos do trabalho social médio, os avanços no incremento da produtividade no âmbito internacional impulsionaram as mudanças internas nos termos que viemos trabalhando. A impossibilidade de um desenvolvimento nacional autônomo figura assim como um dos fatores de recepção reflexa das inovações tecnológicas e gerenciais que animam o centro dinâmico competitivo do capitalismo central e que só “atrasadamente” são incorporadas às forças produtivas na formação social brasileira, e conformam as marcas indelévels do subdesenvolvimento.

institucional de pessoa jurídica, sendo ele sua própria empresa (consequências da ideologia social liberal), promoveram um desmonte em aspectos básicos dos direitos trabalhistas e, mais grave, compuseram um campo de pouca resistência coletiva em face dos sacrifícios demandados pelo poder político para a economia política do trabalho. A tendência ao desemprego que o desmonte da atividade econômica e a recessão mundial alimentam concomitantemente à plena operação da Lei Geral da Acumulação Capitalista, fomenta e é resultado da fragmentação do trabalho num contexto de centralização e concentração do capital. A tendência encontra a crise na qual se realiza, o que coaduna com o movimento no qual a pandemia de coronavírus colaborou enormemente para o aceleração do movimento de virtualização do trabalho em diversos setores.

Num contexto de desemprego, inflação e conflitos políticos acirrados, as “deformas” dos direitos do trabalho e a aceitação da regulamentação frouxa do trabalho por demanda (no setor de transportes, mas também em outros setores) significaram perdas irremediáveis para a economia política do trabalho, impondo suas consequências em médio e longo prazo para a reprodução dos trabalhadores e mais, para as lutas políticas organizadas.

Para uma aproximação aos movimentos, ainda em curso, trataremos de algumas importantes questões históricas nacionais, como as formas de regulação do trabalho impostas pelo regime político de acordo com as determinações econômicas, bem como de que forma esses arranjos sedimentam e organizam a confluência dos interesses do capital internacional e das franjas nacionais de sua representação. Nesse cenário, o Estado tem papel central, ainda que se faça crer que se deseje seu recuo.

Ainda para os trabalhadores, do ponto de vista político, tais ofensivas do capital contra as conquistas sociais mínimas impuseram uma cisão influenciada pelos discursos de combate à corrupção e pela ascensão do autoritarismo com variações populistas e contornos ideológicos reacionários diante do reposicionamento na crise. Como veremos, em termos eleitorais isso significou maior representatividade para a classe ascendente do desenvolvimentismo, a saber: os proprietários rurais; os setores de transformação primária; e o setor bancário, e a formação de blocos de poder que acordaram uma pauta extremamente regressiva para o mundo do trabalho e para a sociabilidade dos subalternos em geral.

Como nossa análise, não se enganem, tem enfoque na politicidade das questões em desenvolvimento, buscaremos compreender o papel do Estado na gestão dos conflitos e, em especial, seu conteúdo ideológico. Nesse sentido a razão estatal tecnocrática cumpre um papel importantíssimo, ainda que revestido de neutralidade e cientificidade, na formulação de

respostas para criação de um consenso acerca das necessidades regulatórias, as quais ampliam o campo de intervenção política e cultural capazes de representar os caminhos rumo à superação das consequências da crise.

Mais que isso, precisamos voltar às condições da representatividade no sistema eleitoral democrático no qual está prevista a participação em igualdade de condições, mas que na verdade representa a capacidade de organização material das classes para ocupar os espaços representativos e controlar aspectos fundamentais da acumulação no país. Essas condições estão postas pelos interesses dos grupos regionais e das elites parlamentares que articulam estratégias para alcançar as demandas diversas que emergem desde as bases eleitorais no território até acordos internacionais e políticas multilaterais.

Esses espaços ramificam-se desde a direção do executivo, passando por agências reguladoras, empresas públicas, conselhos, comissões, entre muitos outros exemplos de espaços institucionalizados de controle e influência. Dada a natureza tecnificada, especialmente dos aspectos comerciais e produtivos da regulação econômica, muitos setores mantêm-se incólumes ao vendaval que assola a administração geral do Estado atualmente no Brasil. Suas incumbências não residem diretamente no centro do poder político, mas são uma extensão dele e se alimentam de relatórios, pareceres e recomendações para avaliar o risco e as formas de gestão da atividade econômica.

Não é novo que muitos desses espaços foram fatiados em nome da governabilidade, motivo pelo qual sua operação é distanciada das condições mais gerais imediatas das mudanças políticas ocorridas. Setores como o agronegócio e a mineração só se viram favorecidos pelo desmonte de políticas contratendências aos seus movimentos destrutivos, visto que, além de manter sua dinâmica regular — favorecidos pela política cambial —, diminuiram seus custos ao não terem que tratar suas externalidades diretas.

Para compreendermos a forma de participação do Estado na regulação do trabalho, mas também seu papel orgânico entrelaçado com as relações de produção, primeiramente trataremos das questões teóricas atinentes, de forma a fundamentar o olhar para o espaço legislativo e sua forma de congregação dos interesses de classe. Seguidamente, daremos destaque à formação social brasileira com enfoque na regulação do trabalho para, por fim, analisar o contexto econômico e sociopolítico de construção hegemônica das formas de precarização do trabalho, dentre as quais o trabalho por demanda no setor de serviços.

3.1 ESTADO E PODER REGULAMENTAR: ASPECTOS DA FORMA DO ESTADO E SUA RELAÇÃO COM A PRODUÇÃO CAPITALISTA

Como indicamos anteriormente, o Estado apresenta a forma institucional mais acabada da racionalidade de cunho iluminista e abarca processos repressivos e ideológicos constituintes das relações de produção. É nesse sentido que buscaremos indicar como esta entidade social reguladora intervém na regulamentação do trabalho no Brasil e, especificamente, como o poder legislativo contribuiu para a regulamentação frouxa e precária do trabalho por demanda no setor de transportes ao regulamentar o transporte individual de passageiros.

Observada a composição da participação das diferentes classes sociais no contexto de mundialização do capital e de mercadorização/industrialização dos serviços, importa-nos identificar os produtos ideológicos utilizados na formação do consenso em torno da regulamentação dessa forma de trabalho, lembrando que seu fundamento não está contido em si mesmo, mas na necessidade de diminuição dos custos do trabalho. Para tanto, recuperaremos os elementos fundamentais de constituição das relações estatais para adentrar a contextualização política do Brasil e as formas de intervenção nas demandas de classe.

É sabido que não há unanimidade nas formulações acerca da entidade Estado e que esta tem sido uma disputa de maior relevância para as organizações políticas desde a conformação da classe trabalhadora como “classe em si”, intervindo nos diferentes regimes de governo e, também, administrando “O Estado”, como no caso do socialismo real. As explicações para a emergência do Estado moderno remontam às diferentes influências que podemos localizar teoricamente desde “O príncipe”, de Nicolau Maquiavel; do “Leviatã”, de Thomas Hobbes; passando pelo “Segundo tratado sobre o governo civil”, de John Locke; pelo “O espírito das leis”, de Charles de Montesquieu; também pelo “Do contrato social”, de Jean-Jacques Rousseau; e pela “Filosofia do Direito”, de Hegel.

Cada formulação explicita a dinâmica própria das relações de classe nos diferentes territórios, mas tem em comum o próprio movimento de desenvolvimento do capital desde sua fase comercial de exploração colonial sob os regimes absolutistas europeus, o que permite a emergência das classes fundamentais do modo de produção capitalista em consolidação. Conforme esse desenvolvimento incrementa as contradições entre os diferentes interesses feudais e os já tipicamente capitalistas, as lutas inter-imperialistas, bem como os conflitos internos entre as classes, fomentaram enfrentamentos bélicos que levaram a interdeterminação da soberania do conjunto de “súditos” ou cidadãos e do território.

As formulações teóricas acima citadas compõem o campo ideológico e técnico do Estado como entidade reguladora governamental, o que apresenta particularidades no que concerne à sua forma tipicamente capitalista. Assim que o Estado e o direito conformam composições ideológicas organicamente entrelaçadas ou consubstancializadas na governança (mais ou menos extensiva) dos interesses de classe e no fomento à produção capitalista.

Inequivoco que as formas de governo não são uma preocupação especificamente moderna, remontando a qualquer agrupamento no qual se verifica uma intensificação da divisão social do trabalho e mesmo nas relações menos estruturadas entre diferentes clãs, hordas ou inter-relação de agrupamentos humanos. Certamente as experiências Grega e Romana na Antiguidade foram e são de extrema importância para a determinação das formas da democracia e da república como formas de governo, sem que estas, no entanto, pudessem antever ou preannunciar a igualdade formal necessária à constituição de uma força de trabalho livre. No entanto, a produção capitalista e a divisão do trabalho, que inauguram também o escravismo moderno praticado pelas nações imperialistas europeias — processo que apresenta especificidades na América do Norte —, permitem e até demandam a constituição desse espaço especializado na gestão dos conflitos sociais.

Mas como este espaço se constitui em sua forma mais atual e acabada concorrendo para a garantia das condições de produção? Quais as tendências observadas na luta política para as instituições especificamente estatais e, também, quando consideradas as esferas do “Estado Ampliado”? Pode o Estado concorrer para a ampliação das demandas políticas da classe trabalhadora? Essas são perguntas que nos ajudarão a compreender o movimento da regulação do trabalho por demanda no setor de transportes, denotando a captura das estruturas estatais no sentido da regulação capitalista das relações de trabalho num contexto que consideramos uma “tempestade perfeita” para a flexibilização dos direitos trabalhistas e para a precarização do trabalho.

A problemática do Estado para as ciências sociais e a ciência política tem boa parte da produção intelectual preocupada com a compreensão do Estado como instituição social e remonta à necessidade de compreensão do autoritarismo, especialmente o fascismo, de forma a explicar práticas governamentais de extermínio e nacionalismo exacerbado, produto do acirramento dos conflitos imperialistas e intercapitalistas. Os fundamentos para a compreensão de tal movimento são diversos e encontram-se sempre em disputa, assim como o próprio Estado e suas ações. É importante destacar que a questão estatal apresenta particularidades específicas para a economia política do trabalho quando da definição de táticas e estratégias para os

trabalhadores em luta, de forma a enfrentar ou capturar esse espaço de entificação de formas variadas de dominação.

É com essa preocupação que Poulantzas (1985) analisa as formas de constituição do Estado e seu papel no Modo de Produção Capitalista ou como este pode concorrer para a construção de relações sociais socialistas. No âmbito da teoria política no século XX, é inescapável, segundo ele, a questão em que se coloca a relação entre o Estado, o poder e as classes sociais. Salienta que é no século XX que o marxismo coloca a problemática sobre essas bases, sendo que, desde Weber, toda teoria política precisa se atentar ao diálogo com o marxismo na discussão sobre o Estado. Desta maneira, o autor faz alusão às formas preconcebidas de explicação do Estado nas suas relações com as classes sociais, especialmente as que negam a relação e/ou as que a estabelecem de forma mecânica e positivada. No entanto, adverte que “é cada dia mais evidente que estamos enredados nas práticas de um Estado que, nos mínimos detalhes, manifesta sua relação com interesses particulares e, conseqüentemente, bem precisos” (POULANTZAS, 1985, p. 14).

Já nessa seara, critica uma primeira versão do marxismo que pretende analisar essa questão a partir do entendimento do Estado como um Estado de classe. Assim, essa concepção admite, para Poulantzas (1985, p. 14), que “todo Estado não passaria [...] de uma ditadura de classe”. Trata-se de uma instrumentalização da estrutura do Estado que reduz o aparelho de Estado ao poder de Estado. Argumenta que o Estado possui sim “uma natureza de classe”, mas que, baseado nos “fundadores do marxismo”, trata-se de uma estrutura especial com “ossatura material própria que não é redutível às relações (tal e qual) de dominação política” (POULANTZAS, 1985, p. 15).

Tratando já especificamente do que denominou “Estado capitalista”, questiona o porquê de a burguesia recorrer a esta estrutura com a finalidade de dominação e não a outra. Em resposta, afirma que é porque esse Estado lhe proporciona muitos benefícios, levantando a questão do estatismo e indicando que o Estado está presente nas mais diversas atividades da vida cotidiana e que essa primeira versão do marxismo que ele trabalha não poderia responder às questões todas, visto que considera que “uma série de funções do Estado, como a segurança social [...] não se reduzem unicamente ao domínio político” (POULANTZAS, 1985, p. 15).

Outro marxismo, para Poulantzas (1985), evoca a dupla natureza do Estado para separar o Estado das classes ao se reportar particularmente às forças produtivas, que são reduzidas às relações de produção e um “superestado dentro do Estado” que se agregaria à produção para então ser considerado como Estado de classe. Para ele, essa concepção, típica do que chamou

de tecnocratismo de esquerda, enfatiza os aspectos da forma do trabalho no Estado. Ao que parece, inspirada por um purismo idealista acerca da fundamentação do Estado como entificado.

Ao fim, desfere um golpe às concepções analisadas dizendo que não diferem da teoria política tradicional quanto à funcionalização da análise. Para essas concepções, o Estado seria um instrumento à parte utilizado pelas classes dominantes e “não se poderia falar de uma natureza de classe, mas de uma utilização de classe do Estado” (POULANTZAS, 1985, p. 16). Essa separação do Estado (idealização nobre da vontade coletiva/instrumento de dominação de classe) coloca-se sempre a favor do segundo Estado, um dever ser irreal.

Traz o debate em razão de a questão estar sempre pairando sobre as teorias do socialismo, o que a torna um problema real. Como, portanto, dá-se essa transformação e o que se pensa sobre o Estado atualmente e como sair desse círculo de debates? Para Poulantzas (1985, p. 17), é preciso reconhecer que “o Estado apresenta uma ossatura material própria que não pode de maneira alguma ser reduzida à simples dominação política”. E continua: “o aparelho de Estado [...] não se esgota no poder do Estado. Mas a dominação política está ela própria inscrita na materialidade institucional do Estado” (POULANTZAS, 1985, p. 17).

Desta forma, adverte que o Estado não é integralmente produzido pelas classes dominantes, e tampouco é por elas monopolizado. Afirmativamente, evidencia que o poder de Estado está inscrito em sua própria materialidade que contém a dominação política, mas ultrapassa seus limites. Para demonstrar o que busca compreender, trazendo determinações mais complexas do que os esquematismos que critica, indica que “deve-se procurar o fundamento da ossatura material do Estado nas relações de produção e na divisão social do trabalho” (POULANTZAS, 1985, p. 17) com base no debate mais amplo sobre o Estado e o poder.

Assim, indica que a relação do Estado com as relações de produção apresenta o problema da relação do Estado com a “base econômica”, o que, para ele, “depende [...] [da] posição que se adota quanto à relação do Estado e as relações de produção e, conseqüentemente, do Estado e das lutas de classes” (POULANTZAS, 1985, p. 18). As concepções rígidas do economicismo formalista colocam esses elementos como invariantes e que acabam por “ocultar as lutas no cerne mesmo das relações de produção e de exploração” (POULANTZAS, 1985, p. 18). Esse modelo de autorreprodução do sistema econômico como sistema fechado implica em conseqüências que se dividem em duas, as quais abordaremos a seguir.

A primeira leitura conseqüente desta concepção lê o Estado como “apêndice-reflexo do econômico” (POULANTZAS, 1985, p. 18) e a relação do econômico com o Estado (político)

seria de ação retroativa, sendo o econômico como polo autossuficiente. A segunda análise dá margem para uma leitura com o estabelecimento de níveis por natureza ou essência considerados autônomos. Logo, tanto a produção quanto as relações políticas são consideradas em seus elementos essenciais autônomos invariantes que se relacionam para formar um modo de produção, desconsiderando a relação orgânica que é substituída por uma formulação *a priori* de seu funcionamento e legalidades.

Ambas as concepções, diz Poulantzas (1985, p. 19), “encaram as relações entre o Estado e o econômico como relações de exterioridade de princípio, quaisquer que sejam as figuras empregadas para designá-las”. Destaca ainda que essas concepções teóricas isolam os objetos “economia” e “Estado”, novamente incorrendo no equívoco de mecanizar as derivações da base econômica e/ou de isolar o chamado “campo superestrutural” como dotado de uma teoria geral própria.

Se essas concepções estão equivocadas, busca então trazer à baila sua concepção sobre o tema. Primeiro adverte que as relações de produção não se reduzem às suas formas como sistemas autorreprodutíveis e herméticos, mas que

o político-Estado (válido igualmente para a ideologia), embora sob formas diferentes, sempre esteve constitutivamente presente nas relações de produção, e assim em sua reprodução, inclusive no estágio pré-monopolista do capitalismo, contradizendo uma série de ilusões relativas ao Estado liberal, que supostamente não interfere na economia, a não ser para criar e manter “a infraestrutura material” da produção (POULANTZAS, 1985, p. 20-21).

Para ele, o papel do Estado está em constante mutação, tanto nos diferentes modos de produção quanto nas fases do capitalismo, não como um subproduto de sua condição material objetiva (a base), mas como “presença constitutiva no seio das relações de produção e sua reprodução” (POULANTZAS, 1985, p. 21).

Em segundo lugar, adverte que economia e Estado têm conformações muito diferentes em cada modo de produção, não aparecendo como diferenciação com o potencial de regular ou como combinatórias mais ou menos dependentes de elementos invariantes. Para ele, “é o modo de produção, unidade do conjunto de determinações econômicas, políticas e ideológicas, que limita as fronteiras desses espaços, delinea seus campos, define seus respectivos elementos: é primeiramente seu relacionamento e articulação que os forma.” (POULANTZAS, 1985, p. 21).

A relação entre os produtores diretos, os meios de produção e a propriedade em outros modos de produção não estava separada como se verifica no capitalismo, esse domínio dos meios e do processo de trabalho tinha como consequência o que chamou, valendo-se de Marx, de “imbricação estreita ou mixagem do Estado e da economia” (POULANTZAS, 1985, p. 22).

A relação de exploração e as formas de exercício da dominação pela violência são diretas e nítidas.

Especificamente no capitalismo, Poulantzas (1985, p. 22) infere que “os produtores diretos estão totalmente despojados de seu objeto e meios de trabalho; e deles estão separados não somente na relação de propriedade econômica, como também na relação de posse”. Essa separação ocorrida no processo de trabalho — na qual o trabalhador vira uma mercadoria e o excedente mais-valia — é, para ele, o hiato que se abre para as relações do Estado e da economia como dotadas de uma separação relativa. Tal movimento é constitutivo do que chamou ossatura institucional própria do Estado capitalista. Não se trata de instâncias autônomas, mas sim que “esta separação é a forma precisa que encobre, sob o capitalismo, a presença constitutiva do político nas relações de produção e, dessa maneira, em sua reprodução.” (POULANTZAS, 1985, p. 23). Assim, argumenta pela presença intrínseca do Estado nas relações de produção desde as primeiras fases capitalistas e na reprodução mútua de seus elementos (econômicos e políticos).

Observados os aspectos mais gerais da constituição do espaço do Estado como integrante das relações de produção capitaneado pelos interesses das classes dominantes, é importante observarmos que

se as relações de produção traçam o campo do Estado, este desempenha contudo um papel autônomo na formação dessas relações. A ligação do Estado às relações de produção constitui a primeira relação do Estado com as classes sociais e a luta de classes. No que diz respeito ao Estado capitalista, a separação relativa das relações criadas pelas relações de produção constitui o fundamento organizacional de sua ossatura orgânica e revela sua ligação com as classes sociais e a luta de classes no capitalismo. (POULANTZAS, 1985, p. 30).

Poulantzas (1985) sinaliza ainda o fato de que o processo de produção é fundamentado na unidade do processo de trabalho e nas relações de produção. Uma unidade que se realiza pelo primado das relações de produção (processo de valorização) sobre o processo de trabalho. Da mesma forma, sinaliza que as forças produtivas estão subordinadas às relações de produção, não sendo cristalizadas como elemento material do desenvolvimento do processo de trabalho. Para ele, “é o primado das relações de produção sobre as forças produtivas que dá à sua articulação a forma de processo de produção e de reprodução.” (POULANTZAS, 1985, p. 31). Indica também que as forças produtivas têm uma materialidade própria, mas que se organizam sob determinadas relações de produção.

Considerado o primado das relações de produção importa-nos reconhecer que

deste primado decorre a presença das relações políticas (e ideológicas) no seio das relações de produção. As relações de produção e as ligações que as compõem (propriedade econômica/posse) traduzem-se sob a forma de poderes de classe que são organicamente articulados às relações políticas e ideológicas que os consagram e legitimam. [...]. Estão presentes, de maneira específica a cada modo de produção, na formação das relações de produção. (POULANTZAS, 1985, p. 31).

Essas relações políticas e ideológicas não são acopladas às relações de produção, mas estão presentes na formação das próprias formas produtivas e desempenham um papel fundamental em sua reprodução, motivo pelo qual Poulantzas (1985, p. 32) infere que “o processo de produção e de exploração é ao mesmo tempo processo de reprodução das relações de dominação/subordinação política e ideológica”.

O Estado está, portanto, intrinsecamente ligado à formação e reprodução das classes sociais. A separação das legalidades produtivas e ideológicas encontram-se ligadas à sua participação no conjunto da divisão social do trabalho. As classes encontram-se no seio do processo de produção e, conseqüentemente, da constituição do Estado na qualidade de espaço especializado de gestão dos conflitos sociais, tendo sua centralidade na materialidade mais fundamental no monopólio da violência que se diferencia e assume novos contornos, os quais abordaremos mais adiante.

Como contraponto, também Hirsch (2014) buscou compreender, a partir do materialismo marxiano, a forma do Estado, mas levando em consideração o período posterior à Segunda Guerra Mundial e, mais especificamente, o período que caracterizou como pós-fordista. Assim, sua análise centra-se na forma de relação entre os Estados e sua forma internacionalizada (Sistema Competitivo de Estados), considerando que a própria definição das áreas de influência de um governo se baseia em relações de oposição.

Caudatário da escola de regulação, relaciona os movimentos da base produtiva a partir da caracterização da organização das forças produtivas, que têm resultado mediado no qual “cada formação histórica capitalista adquire sua estabilidade transitória através da conformação de um modo de acumulação compatível com o modo de regulação” (HIRSCH, 2014, p. 108). Essa mediação não é causal ou funcional, mas uma relação de articulação capaz de garantir e promover razões contratendências ou adaptativas para continuidade do processo de valorização.

Crítico da ciência política dita “tradicional” ou politicista, Hirsch (2014) advoga em favor da teoria materialista do Estado como um campo aberto de crítica do Estado, fazendo um movimento para estabelecer sua diferença entre outras elaborações — mesmo no campo

marxista — e denunciando a ciência política positiva que atua como consultoria política para o desenvolvimento de modelos de governança e afins.

Hirsch (2014) indica que a “teoria materialista do Estado” não é uma construção teórica fechada, mas que tem como referência fundamental o materialismo histórico de Marx e sua crítica da economia política. Indica que o próprio Marx não se ocupou diretamente da forma política da sociedade burguesa (o Estado) e, quando o fez, tratou de situações específicas sem indicar categorialmente as questões próprias do desenvolvimento do Estado.

Segundo ele, a teoria materialista do Estado é, na verdade, “uma crítica do Estado e uma crítica das abstrações feitas na Ciência Política” (HIRSCH, 2014, p. 19). Seu objeto está centrado no “esforço por decifrar o conceito de Estado, no senso comum pelo *mainstream* da Ciência Política, como a expressão de estruturas sociais caracterizadas por formas específicas de exploração, opressão e, assim, portadoras de caráter contraditório.” (HIRSCH, 2014, p. 19).

O Estado não mostra seu caráter na imediatez e é preciso retomar as relações sociais básicas sob as quais está erigida sua formação. Com isso, é possível “ajudar os indivíduos a entenderem a si mesmos, a sua ação e as condições que os determinam como pré-requisito para sua autolibertação” (HIRSCH, 2014, p. 20).

O Estado é definido por Hirsch (2014, p. 20) como “expressão de uma relação de socialização antagônica e contraditória”. Sua base está assentada nas formas da produção social que tendencialmente incrementam sua forma de dominação política. Essas determinações não são facilmente observáveis, visto que se encontram fetichizadas. Assim, para Hirsch (2014, p. 20), tratar do Estado envolve

entender as instituições e os processos políticos como expressão de relações de domínio e de exploração, bem como os conflitos e as lutas delas resultantes, e que lhe são opacas. [...] não se trata apenas de explicar como o Estado funciona ou deve funcionar, mas que relação social ele apresenta e como ela pode ser superada.

Mais especificamente, o autor indica que “o ponto de partida da teoria materialista do Estado são as relações materiais de produção, isto é, o modo como se comportam os indivíduos entre si no processo de produção” (HIRSCH, 2014, p. 20). Para tanto, recupera as afirmações de Marx e Engels na ideologia alemã para indicar como a produção acontece e como ela determina os modos de vida.

A teoria marxista apresenta, internamente, algumas proposições acerca do Estado, sendo que as mais significativas do século XX, segundo Hirsch (2014), são: a teoria do marxismo soviético, que concebia o Estado como instrumento das classes dominantes e de suas frações, sendo que esta vertente não apresenta novas formulações desde a derrocada do socialismo real;

a teoria da hegemonia, de Antonio Gramsci; o marxismo estruturalista, de Louis Althusser; e a obra de Nicos Poulantzas. Para Hirsch (2014, p. 21-22), nessas elaborações do marxismo ocidental, “a relação entre Estado e a estrutura de classes da sociedade capitalista é vista de maneira mais mediatizada e complexa, e no seu centro encontra-se a hipótese de uma autonomia relativa do Estado em relação à todas as classes, que também é fundamentada de diferentes maneiras”.

Além de um aparelho repressivo, o Estado é ao mesmo tempo uma “instância ideológica e parte integrante de amplas relações hegemônicas, definidas pelo pensamento e a ação dos indivíduos” (HIRSCH, 2014, p. 22). Nesse ponto, Hirsch (2014, p. 22) indica que o Estado ou o político são “um campo de ação que possui condições e dinâmicas próprias”, o que indica que se trata de uma variante da teoria materialista que está centrada na ação em comparação com as elaborações do que chamou de marxismo ortodoxo.

Para ele, o Estado está limitado ao que se compreende como “Estado Moderno” e que foi implantado como aparelho centralizado de força com o desenvolvimento do capitalismo e da sociedade burguesa, fazendo nova alusão à máxima de Weber acerca do monopólio legítimo do emprego da força física em um determinado território.

Historicamente a possibilidade de dominação política deriva do desenvolvimento da divisão social do trabalho e da produção do excedente. Esse movimento é que viabiliza a especialização e a caracterização própria das classes dominantes, sendo que o político expressa os conflitos entre as classes pela apropriação da riqueza excedente. Para diferenciar a forma política de sociedades antigas da que se realiza com o Estado Moderno, Hirsch assevera que até a instauração do Estado Moderno a dominação política e a econômica não estavam separadas e que “a partir do surgimento do capitalismo, essa relação se transformou de maneira decisiva [visto que] o aparelho de domínio político é formalmente separado das classes economicamente dominantes; dominação política e dominação econômica não são imediatamente idênticas” (HIRSCH, 2014, p. 23).

Assim, o autor considera o Estado como uma nova forma de dominação política, não identificando a existência de um Estado medieval. A separação entre política e economia é basilar para que se possam desenvolver relações que chamou de liberal-democráticas. Fica, portanto, a pergunta de por que essa alteração ocorreu na forma da dominação política e finaliza inferindo que

na teoria materialista, o Estado não é conceituado como organização instaurada conscientemente pelas pessoas, segundo objetivos definidos, e menos ainda como corporificação do “bem-estar comum”, mas deve ser

entendido, até certo ponto, como resultado de lutas de classes que operam sobre os agentes, ou seja, da luta pelo sobreproduto. (HIRSCH, 2014, p. 24).

Para Hirsch (2014, p. 24), “o Estado é a expressão de uma forma social determinada que assumem as relações de domínio, de poder e de exploração nas condições capitalistas”. Essa forma social tem uma forma política relacionada, a qual explora para definir sua concretude, espaços de ação e interação contraditória entre as classes sociais.

O autor reconhece o fundamento do desenvolvimento do Estado na divisão social do trabalho e coloca na especialização do trabalho um marcador que define a atividade do sujeito social sob pena de ruína. Assim, identifica em Marx e Engels essa determinação da atividade social que atua como uma força objetiva que fundamenta a contradição entre o interesse particular e o interesse comum.

Ao questionar “o que” é realmente essa força imposta pela divisão social do trabalho, infere que é no conceito de forma social desenvolvido por Marx em sua análise da economia política que está localizada a especificidade da socialização no capitalismo. Resgatando as categorias fundamentais da economia política marxiana, destaca que a caracterização dessa socialização está sintetizada “pela propriedade privada dos meios de produção, pelo trabalho assalariado, pela produção particular, pela troca de mercadoria e pela concorrência” (HIRSCH, 2014, p. 25-26).

Retoma a lei do valor, a produção de mais-valia e o processo de valorização para identificar o sentido da formação capitalista da produção, movimento que incide sobre a formação das classes e suas necessidades históricas. Para ele, “quem determina o quê, onde e quanto se trabalha não são diretamente os próprios indivíduos, mas o mercado, no qual se realiza a troca de mercadorias impulsionada pelo lucro, e regulado pelo dinheiro enquanto equivalente geral” (HIRSCH, 2014, p. 26). Dada a forma da produção, reconhece que as relações sociais capitalistas aparecem como processos subjacentes à superfície da sociedade, o que faz com que a sociabilidade dos indivíduos lhes apareça “sob uma forma coisificada com o aspecto de dinheiro e capital [...] Surge para eles de modo alienado e fetichizado, como aparência das coisas.” (HIRSCH, 2014, p. 27).

Hirsch (2014) reconhece também que os produtos do trabalho aparecem na forma valor em razão de uma forma externa de coerção e dominação. A expropriação impede o acesso aos meios de vida para satisfação de suas necessidades e os impele à assunção dos postos de trabalho disponíveis no mercado de trabalho. A centralidade do movimento da sociabilidade não é a satisfação das necessidades sociais, mas a obtenção da mais-valia que forma o lucro.

Não se trata de processos teleologicamente orientados em conjunto, mas de interações entre os capitais concorrentes, movimento que contém em si as crises.

Essas contradições e os conflitos delas originados são a base para o desenvolvimento da forma política da socialização no capitalismo. Esse é também o elemento básico fundamental da teoria materialista do Estado. Hirsh (2014) retoma a elaboração da década de 1920 realizada por Paschukanis para compreender a forma impessoal que se forma no bojo das relações sociais capitalistas. A pergunta de Paschukanis é destinada à compreensão do porquê de as relações de dominação não serem realizadas como realmente são, podendo manifestar-se de forma direta. A resposta está localizada, segundo Hirsch (2014), na especificidade da socialização capitalista que está baseada na separação dos produtores diretos dos meios de produção, na produção particular, no trabalho assalariado e na troca de mercadorias. Essa conformação particular da forma social da produção permite que a apropriação do excedente produtivo se realize sem o emprego direto da coerção e da força física. Para tanto, há uma renúncia da classe dominante no emprego direto dos meios de força. Como condição básica para o desenvolvimento capitalista, Hirsch (2014, p. 29) assevera que as “relações capitalistas apenas podem se formar inteiramente quando a força de coerção física se separa de todas as classes sociais, inclusive das classes economicamente dominantes: isso ocorre precisamente sob a forma do Estado”. Portanto, Hirsch (2014) concorda com Weber na definição da especificidade do Estado.

A violência nas relações sociais não desaparece, mas é condensada nessa forma legítima de sua aplicação. Esse movimento garante ainda uma maior eficácia desse sistema produtivo, motivo pelo qual suprime (mesmo que não por completo) as formas pretéritas de trabalho (ainda que tenha dependido delas para se erigir). Como instância última do uso da força, Hirsch (2014, p. 29) ainda assevera que a função central do aparelho estatal “consiste na garantia da propriedade privada sobre os meios de produção como condição da exploração mercantil da força de trabalho”.

Esse deslocamento e centralização do uso da força no Estado modificou o modo de emprego da violência e as formas como as lutas são travadas, racionalizando os processos políticos. Essa racionalização permite que a calculabilidade dos movimentos seja identificada com a sociedade civilizada. Todavia, trata-se de uma forma disfarçada de coerção que caracteriza a forma social reificada das relações políticas. Para Hirsch (2014, p. 30), “as duas formas sociais fundamentais que objetivam a ligação social no capitalismo são a forma valor, expressa no dinheiro, e a forma política, manifesta na existência de um Estado separado da sociedade”.

Ao trabalhar as formulações teóricas acerca da forma política do capitalismo, resgata a formulação da teoria da derivação do Estado, que busca superar o esquema simples de base e superestrutura para inferir que “a forma política, ou o Estado, é ela mesma parte integrante das relações de produção capitalistas” (HIRSCH, 2014, p. 31). E continua revelando que, para ele, “a particularidade do modo de socialização capitalista reside na separação e na simultânea ligação entre Estado e sociedade, política e economia” (HIRSCH, 2014, p. 31).

A teoria da derivação do Estado assinalada por Hirsch (2014) constitui uma determinação formal do político, não abarcando todos os processos atinentes à dinâmica reprodutiva, mas configurando suas “condições estruturais gerais”. Assim, não é uma teoria do Estado pronta, mas um ponto de partida.

Ao comentar a formulação de Poulantzas (2002), Hirsch destaca que este envereda por um caminho que considera funcionalista ao não sustentar a “autonomia relativa” do Estado. Para ele, a autonomia relativa do Estado reside nas próprias relações de produção capitalistas e não na necessidade do cumprimento de determinadas funções por parte do Estado na divisão social do trabalho. Essa especificidade ou a autonomia relativa se manifesta como relações sociais e de classe.

Mais que a questão da força, identifica no Estado a representação da comunidade política da sociedade capitalista, realizada de modo fetichizado e coisificado. É dessa forma que Hirsch define também “o caráter de classe do Estado capitalista” (2014, p. 32). O autor destaca que o Estado “não é nem a expressão de uma vontade geral, nem o mero instrumento de uma classe, mas a objetivação de uma relação estrutural de classes e de exploração” (HIRSCH, 2014, p. 32). Sua manutenção depende da reprodução do processo de valorização. Daí que a autorreferência do Estado sedimenta a perpetuação das relações de produção e sua dependência estrutural o alça a garantidor das relações de produção capitalistas.

Diretamente, o autor ainda infere que “o Estado da sociedade existente é, portanto, capitalista por razões estruturais, e não somente porque ele esteja submetido à influência direta do capital” (HIRSCH, 2014, p. 32) e reconhece que “é impossível transformar profundamente essas relações de produção através do Estado” (p. 33). Como forma política da sociedade capitalista e, portanto, pleno de suas contradições, o Estado igualmente é o garantidor da igualdade formal, da independência, da liberdade e da igualdade, as quais são as características do Estado democrático burguês e, também, seu próprio limite, colocado pela propriedade e pela dominação de classe no âmbito das relações reais efetivamente materializadas.

Hirsch (2014) sinaliza ainda que as formas de atuação do Estado na reprodução das relações de produção interagem com formas sociais pretéritas, as quais igualmente são incorporadas à forma política. Argumenta que os movimentos contrários à plena realização econômica do capitalismo condicionam sua forma política a outras tensões que impedem sua perfeita realização. Utiliza tal argumento para salientar que não é apenas a forma econômica que determina a forma política.

Destaca a simbiose entre Estado e mercado, sendo que o primeiro garante o funcionamento do segundo e o segundo garante o processo de valorização que “sustenta” o primeiro. Destaca, complementarmente, que a autonomização do Estado é condição para a preservação da sociedade capitalista, mas que essa condição não está garantida *a priori* e é atravessada pelas lutas políticas e sociais que sempre a colocam em questão.

Para defender a relativa autonomia do Estado interpõe um exemplo no qual as frações do capital se entrelaçam com o Estado para formular interesses específicos, o que se mostra, segundo ele, insustentável como dominação exclusiva, colocando em xeque a permanência da sociedade capitalista. Ao mesmo tempo, destaca que a separação entre o Estado e a sociedade não pode ser absoluta. Para resolver a questão, adverte que “uma contradição básica da forma política se manifesta na presença da relação de socialização capitalista enquanto unidade entre socialização de classe e de mercado” (HIRSCH, 2014, p. 35).

Desta forma, os indivíduos estão submetidos — na socialização capitalista — à condição de classe e à condição de cidadãos, contradição que fomenta os conflitos sociais pela discrepância entre o ideal jurídico da cidadania e a realidade material de sua existência. Daí deriva a autonomização do Estado, de forma que este não encampe diretamente o interesse de uma classe particular.

Novamente Hirsch critica Nicos Poulantzas (2002) por sua formulação para a questão do Estado, baseada na divisão social do trabalho no capitalismo. Argumenta que é no modo de produção e não na divisão social do trabalho que reside a forma social de apropriação do sobreproduto social pela classe dominante e a estrutura particular do Estado. Todavia, reconhece que é a divisão social do trabalho que viabiliza a realização da dominação já que,

de fato, o Estado se baseia essencialmente na separação entre trabalho intelectual e manual, resultante da apropriação privada do sobreproduto [e que] as classes dominantes caracterizam-se principalmente pelo fato de que, ao dispor de recursos materiais, estão em condições de utilizar o trabalho “intelectual” e controlá-lo. (HIRSCH, 2014, p. 36).

O autor ainda reitera, sobre a intrincada relação entre as classes e a função do Estado, que “ele é bem mais uma relação social entre indivíduos, grupos e classes, a ‘condensação

material de uma relação social de força.” (HIRSCH, 2014; POULANTZAS, 2002 *apud* HIRSCH, 2014). Material porque “essa relação assume uma forma marcada por mecanismos burocráticos e políticos próprios do sistema das instituições, organizações e aparelhos políticos” (HIRSCH, 2014, p. 37). A interdependência manifesta-se à medida que as alterações nas relações de força impactam a estrutura no interior do Estado.

Para Hirsch (2014, p. 37), o Estado é um Estado de classe, “mas não é o simples instrumento de uma classe ou fração de classe”, é “um lugar de articulação de compromissos e equilíbrios sociais, sem os quais nenhuma sociedade capitalista poderia sobreviver duradouramente”. A forma política admite, então, essas contraditoriedades e se condensa como instância comum de disputa, ainda que hegemonicamente dirigida. Sua atuação não se dá apenas pela repressão, mas fundamentalmente pela vinculação material e ideológica ao seu modo de funcionamento, ou seja, articula a unidade de coerção e consenso, como nos termos de Gramsci.

Em sua análise sobre o Estado, o autor segue detalhando as formas de vinculação material e ideológica à estrutura estatal, dando especial atenção à política social. Assim, demonstra que as formas das classes em ação apresentam divergências e contradições na dinâmica entre coerção e consenso. Hirsch (2014) também tece formulações acerca da heterogeneidade dos aparelhos estatais, destacando que não se trata de uma unidade organizativa fechada, mas que se constitui como ponto de apoio para as classes e suas frações. Logo, relaciona-se com todas as classes, ainda que suas formas não sejam estáveis e sua estrutura como ponto de apoio para cada classe dependa das relações e das posições de força de cada segmento. Dessa forma, o aparelho estatal tem uma unidade, mas apresenta características diversas para se adaptar às diferentes conjunturas.

O autor debate ainda a pluralidade de conflitos sociais, para além do conflito econômico fundamental. Racismo, machismo, entre outras formas de opressão, como o nacionalismo, e considera que o Estado intervém nesses conflitos desde que seja mantida a centralidade da continuidade do processo de valorização.

Sobre o Estado capitalista, Hirsch (2014) assevera que é um Estado interventor e sua intervenção depende das forças e da situação da produção. Os momentos de crise exigem uma compatibilização de suas ações, ou seja, “o modo como se desenvolve a ação estatal, suas funções políticas concretas dependem de cada estágio do processo de acumulação e das relações sociais de força ligadas ao mercado mundial.” (HIRSCH, 2014, p. 41).

Discute também a forma representativa da democracia liberal, sentenciando que esta forma política destaca o envolvimento promovido pela estrutura parlamentar que distancia os representantes de sua base, visto estarem colocados em um arranjo não compatível com todas as reivindicações e sujeito às formas burocráticas que limitam e controlam suas formas de ação política. Logo: “a democracia política na sociedade capitalista não pode ser o domínio direto do povo; ela, no máximo, se reduz a uma cooperação altamente restrita e ligada a regras constitucionais extremamente limitadas” (HIRSCH, 2014, p. 42).

Além das formas diretamente ligadas ao Estado, a política também é realizada por instituições e organizações independentes. Sua ação e organização são atravessadas pelas condições de classe e também por outras determinações sociais, como a religião ou o gênero. Essas organizações, quando colocam no Estado seu escopo de atuação, estão sujeitas às regras de coerção e controle da forma política da sociedade burguesa que permanece tendo como limite último a continuidade do processo de valorização do capital.

Para tratar dessa complexa interação, o autor traz a concepção de Estado ampliado de Gramsci, na qual se opera a unidade contraditória entre a sociedade civil e a estrutura estatal. Em seguida, afirma que a definição de Poulantzas (2002) sobre o Estado como “um ponto de cristalização das relações de classes com materialidade própria” tem mais sentido quando associada à noção de Estado ampliado.

Assim, a contraditória separação entre estado e sociedade “significa que o Estado está formalmente separado das classes e grupos sociais e, simultaneamente, encontra-se ligado a eles, colocando-os uns em relação com os outros” (HIRSCH, 2014, p. 45). Esses conflitos sociais são assim colocados na órbita da forma política como espaço de mediação falsificadora dos conflitos sociais, no qual os antagonismos sociais aparecem “de forma modificada, encoberta e deslocada.” (p. 45).

Dada a natureza organizativa e mantenedora do Estado, as crises podem inclusive fortalecer suas estruturas, observada a continuidade do processo de produção em geral. O dinamismo institucional que abarca uma heterogeneidade de interesses de classe é que permite a adaptação da forma política aos mais diversos contextos, sempre centrado na garantia das relações de produção. Para Hirsch (2014, p. 47), “o estado não é outra coisa senão a condensação institucional de relações sociais de força, isso deve levar sempre a novas crises institucionais e a processos de reorganização dos sistemas políticos”. Sua ação é direcionada à conservação e as respostas dependem das formas nas quais as estruturas econômicas fundamentais são colocadas em questão.

Ao avançar na direção da compreensão das relações entre Estados, busca compreender o sistema mundial competitivo sob a égide do imperialismo como expressão política do sistema mundial capitalista na gestão das crises do capital e na garantia de sua expansão para reprodução ampliada. Para além dos conflitos “internos” entre as classes, o sistema mundial implica na composição de blocos e grupos que se articulam interna e externamente, fazendo multiplicar os interesses a serem acomodados no processo de regulação.

Daí que a direção política e a construção de hegemonia passam por modificações que afetam diretamente a estrutura do Estado e colocam em contradição o movimento do capital e a forma de organização política. A concorrência entre os diferentes capitais e os diferentes Estados fazem reluzir as determinações constitutivas do imperialismo como marca indelével do desenvolvimento capitalista até o momento, perturbando constantemente a integração entre participantes antagônicos.

É nesse sentido que a direção política é imposta com a adoção de estratégias que visam acordar e arbitrar tais interesses, usando-se da legalidade e das concessões para criar um ambiente viável para a livre circulação de mercadorias e manutenção do equilíbrio interno e externo dos conflitos sociais. Para Hirsch (2014, p. 235), a hegemonia como direção política não se constitui apenas da posição militar e econômica de dominação, mas “materializa-se finalmente em um sistema de organizações e processos internacionais que prescreve o modo de negociação, as regras para a tomada de decisões, os direitos de participação e de acesso reconhecidos pelos Estados envolvidos”, dos quais são exemplos patentes a Organização das Nações Unidas, seu Conselho de Segurança, o Banco Mundial, o Fórum Econômico Mundial, entre tantas outras instituições e agências internacionais mundiais e continentais.

Apesar dessa racionalização buscar evitar interrupções ou comprometer o equilíbrio internacional, a tendência desestabilizante encontra-se na raiz da própria motivação da existência dessa estrutura mediadora. As contradições entre a internacionalização e a privatização da política nacional indicam um movimento limitado de adaptação às condições econômicas que limam a participação política nos níveis hierárquicos subalternos e organizam uma mudança estrutural na esfera pública.

Nesse ponto, Hirsch (2014) faz indicativos muito válidos sobre a processualidade fenomênica da política como produção comunicativa com vistas à construção de representações sobre a vida social e seu direcionamento. Para o autor, a utilização de técnicas de comunicação e informação revela que “a propaganda política e a de mercadorias se equiparam” e que “os

cálculos comerciais determinam os conteúdos difundidos, as representações sobre o mundo e a sociedade” (HIRSCH, 2014, p. 251).

Os projetos políticos são, dessa forma, fagocitados pela concorrência informacional e pela dependência da institucionalidade própria do Estado constituído por técnicas e instituições automatizados nos compromissos econômicos e políticos, sob pena de ruína, especialmente para os Estados “fracos” do sistema internacional. Para Hirsch (2014), esses movimentos sedimentam um processo de “dessocialização da sociedade” no qual a “fragmentação social e a individualização, junto com a privatização e a mobilização pela concorrência, levam a uma crescente imprevisibilidade do comportamento social” (HIRSCH, 2014, p. 258).

Verifica-se que, conforme análise de Hirsch (2014), há um estreitamento das democracias liberais via regressão da dimensão política e um fortalecimento das corporações e conglomerados econômicos, o que limita a “autonomia relativa” do Estado defendida pelo autor. Para realização das prerrogativas econômicas e políticas dos grupos de interesse dominantes, as formas de colaboração judicial e militar incrementam a repressão e tolhem liberdades, com destaque para o aparelho repressivo privado, a exemplo das milícias no Brasil ou das empresas de segurança que substituem as forças do Estado.

A universalidade homogeneizante do Estado — que se estabelece formalmente como um perquirir, uma enunciação da direção — esvazia-se pelas tendências conflitantes impostas pelas necessidades econômicas (e logo, políticas) do processo de acumulação, incrementando os conflitos em seu interior e esvaziando sua “qualidade” de poder abarcar demandas das classes populares ou, até mesmo, no âmbito do sistema internacional de estados, dos países periféricos. Por tais motivos, indica uma tendência regressiva para a democracia liberal. O neoliberalismo, como via política para a internacionalização econômica com fins de captura de investimentos, acaba por solapar as bases do que foi o pacto fordista, e a realização de uma nova etapa do capitalismo pós-1970 diversifica interesses até seu ponto de estrangulamento.

As alternativas de luta política, segundo Hirsch (2014), encontram-se na sociedade civil como dinamizadoras de uma consciência anticapitalista que supere sua forma política (O Estado), ou que se desenvolva uma política “em relação ao Estado e o sistema político existente sem assumir para si as formas políticas e os procedimentos estatais” (HIRSCH, 2014, p. 284). Nesse sentido, uma descentralização dos aparelhos econômicos e políticos e um incremento das organizações sociais (como as ONGs) legitimariam uma retomada da política sob a égide de um sistema internacional de justiça de cariz democrático.

Ao analisarmos as perspectivas indicadas por Poulantzas (1985) e Hirsch (2014) é possível que identifiquemos diferenças fundamentais defletoras quando observado o ponto de posicionamento da participação do Estado nas relações sociais. Em Poulantzas, argumenta Hirsch (2014), verifica-se que ele “fundamenta a estrutura particular do Estado e sua autonomia relativa nas relações da divisão de trabalho capitalistas”, enquanto o próprio Hirsch (2014) leva para forma social, inferindo que “é preciso levar em conta o modo de produção e de apropriação do sobreproduto mediado pela troca de mercadorias, ou seja, é necessário analisar a forma social” (HIRSCH, 2014, p. 36-37).

Poulantzas (1985) admite que os poderes de classe não estão circunscritos à esfera do Estado, visto que perpassam a real estrutura de poder que se encontra na relação direta de produção. Para ele, isso se explica pelo fato de que “estes poderes fundamentados na divisão social do trabalho e na exploração detêm a primazia sobre os aparelhos que os encarnam, notadamente o Estado” (POULANTZAS, 1985, p. 43). Por outro lado, Hirsch (2014), ao buscar em Marx os fundamentos da determinação do Estado como forma social e política nas condições capitalistas de produção, novamente busca no conceito de forma social e de socialização (*Vergesellschaftung*) a relação entre essa forma social e a produção, o que garante essa “autonomização” do Estado em sua perspectiva.

Hirsch (2014), ao relacionar a ação estatal à sua vinculação à “lógica do capital”, apresenta-se como expressão da chamada escola de derivação, que para Poulantzas (1985) tem como limite uma concepção abstrata do capital a partir de suas categorias dos espaços de trocas. Desta forma, seria uma concepção insuficiente para explicar por que se adota essa forma de Estado e não outra, como a própria monarquia absoluta. Para Poulantzas (1985, p. 58), a escola de regulação recai na insuficiência explicativa para desvendar o Estado para além de sua aparência e deriva suas funções econômicas em benefício da acumulação ampliada de capital, fazendo o controle dos ciclos produtivos pela interferência na valorização ou desvalorização do capital.

Ao mesmo tempo, Hirsch (2014) e Poulantzas (1985) apresentam similaridades ao reconhecerem a imbricação entre o econômico e o político baseada na condição material de classe imposta pela espoliação dos meios de vida e pela estruturação histórica do Modo de Produção no capitalismo. Apesar das críticas de politicismo, ambas as perspectivas buscam distanciar-se do economicismo e da rigidez das avaliações políticas de forma a abrir um campo de debate acerca das ações do Estado em relação à produção capitalista e ao debate incontornável do papel dele para a transição socialista ou superação das relações mercantis de

produção. De toda maneira, nos ajudam a compreender a dinâmica complexa que coloca o Estado no centro dos conflitos políticos, ainda que se apregoe pela limitação de sua intervenção.

No caso brasileiro, a forma da constituição do Estado pós-monarquia é muito particular, com transição pelo alto e com características da chamada via colonial ou de capitalismo hipertardio. Trabalharemos melhor essa concepção na próxima seção ao explicitarmos as formas de intervenção estatal nas relações de trabalho, momento fundamental para a própria transformação do Estado brasileiro em sua versão “burguesa-liberal” inicial.

Por ora, retomaremos o debate de Poulantzas para precisar as estruturas da “ossatura material do Estado” para que possamos compreender o papel da lei e das estruturas republicanas que fundamentam a atuação deste como produtor de consenso e interventor regulador. Com especial consideração ao papel legislativo no sentido do disciplinamento das relações de trabalho e sua fundamentação na dinâmica de acumulação e na confrontação das classes sociais neste espaço.

Reconhecendo que a materialidade do poder de Estado remonta ao poder constituído pelas relações de produção, sua criação e funcionamento orgânico indicam sua existência como

aparelho especializado, centralizado, de natureza especificamente política, consistindo num agrupamento de funções anônimas, impessoais e formalmente distintas do poder econômico, cujo agenciamento apoia-se numa axiomatização de leis-regras que distribuem os domínios da atividade, de competência, e numa legitimidade baseada nesse corpo que é esse povo-nação. (POULANTZAS, 1985, p. 60).

Dotado de um papel essencial nas relações de produção e na delimitação das relações de reprodução, o Estado, segundo Poulantzas (1985), não pode utilizar apenas a repressão como meio de dominação, mas se serve também da ideologia como forma de legitimação da violência e de produção de consenso entre as classes e frações de classe. Salienta que “a ideologia não é algo neutro na sociedade, só existe ideologia de classe. A ideologia dominante consiste especialmente num poder essencial da classe dominante” (POULANTZAS, 1985, p. 33).

Em Poulantzas (1985, p. 33-34) encontramos a seguinte elaboração sobre ideologia:

A ideologia dominante invade os aparelhos de Estado, os quais igualmente têm por função elaborar, apregoar e reproduzir esta ideologia, fato que é importante na constituição e reprodução da divisão social do trabalho, das classes sociais e do domínio de classe. Esse é por excelência o papel de certos aparelhos oriundos da esfera do Estado, designados aparelhos ideológicos de Estado, mesmo que pertençam formalmente ou conservem um jurídico “privado”: Igreja (aparelho religioso), aparelho escolar, aparelho oficial de informações (rádio, televisão), aparelho cultural etc.

Para ele, o conjunto da ideologia dominante atua por sobre os aparelhos repressivos aos quais é legitimada a utilização da violência física, como forças de segurança ou o próprio sistema judiciário. Essa interligação e o aumento do papel ideológico com vistas ao consenso,

adverte Poulantzas (1985), não significa a atenuação do aparelho repressor. Isso porque as formas da violência diferem quando aplicada diretamente, ou como denominou, “a ameaça sobre os corpos, a ameaça mortífera” (p. 34) ou quando estão contidas na instauração de uma “ordem corporal” de instituição e formação dos corpos. Com esses recursos, diz Poulantzas (1985, p. 34), “o Estado é capaz em sua materialidade, de renovar, disciplinar e consumir os corpos dos súditos, em suma, introduzir na própria corporalidade dos súditos-objetos a violência de Estado” (p. 34).

A regulamentação positiva ou não do trabalho indica os movimentos desse processo, os quais têm sua expressão social e teórica no taylorismo e nas formas específicas da gerência científica do trabalho, como nos termos de Bravermann (1987), e também no movimento de subsunção real do trabalho ao capital, do qual o Estado é partícipe e cúmplice. Não obstante, como no caso brasileiro a informalidade tem papel crucial nas relações laborais e nas formas de proletarização, guarda relação com a formação da classe trabalhadora nos moldes de transição do país.

Considerada a Lei Geral da Acumulação Capitalista, as tendências de emprego da força de trabalho continuamente se diferenciam pela tendência à diminuição relativa do emprego do trabalho vivo, o que aplaca conflitos sociais das classes e frações de classe em luta. Nesse sentido, o Estado cumpre papel fundamental de gestão, mesmo que indiretamente, de suas consequências. Mas como operam esses mecanismos institucionais que acolhem as demandas de classe para a positivação ou para o consenso?

Novamente recorremos a Poulantzas (1985), quem explicitou a especificidade do Estado Moderno na separação relativa do político e do econômico na organização da constituição das classes sociais possuidoras e despossuídas. Nesse movimento também o trabalho fracionado ganha especificidades, especialmente pela diferenciação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, o que é, para ele, a condição de possibilidade do Estado Moderno. A especialização, enquanto cada “tipo” de trabalho, remonta “às relações político-ideológicas tais como ocorrem em determinadas relações de produção.” (p. 61).

Seus efeitos reverberam sobre: a falta de controle do trabalhador direto sobre o processo de trabalho e o resultado desse trabalho; a emergência da ciência como força produtiva separada do trabalho manual, a qual se coloca via de regra a serviço do capital; o desenvolvimento específico do saber científico no bojo das relações ideológicas como forma de legitimação de poderes baseados na racionalidade científica (muitas vezes centralizada nos meios acadêmicos ou nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, sem que sejam acessíveis à massa dos

trabalhadores); e a constituição de relações orgânicas entre o trabalho intelectual científico e o trabalho manual operando como forma de dominação política (POULANTZAS, 1985). Essa separação capitalista, que contém um processo de expropriação dos trabalhadores, é decisiva para o caso do Estado.

Assim, o Estado é representativo dessa complexificação no bojo da divisão social do trabalho ao encampar em seus aparelhos ideológicos e repressivos a separação entre trabalho intelectual e manual. Poulantzas (1985, p. 62) infere, nesse sentido, que “é no Estado Capitalista que a relação orgânica entre trabalho intelectual e dominação política, entre saber e poder, se efetua de maneira mais acabada”. Tais pressupostos foram já debatidos ao tratarmos do desenvolvimento da filosofia e da ciência e de sua tendência matematizadora que nas diversas correntes apresenta inclinações probabilísticas e de manipulação.

É dessa maneira que se conforma a materialidade do Estado, ou seja, por meio da especialização-separação em relação aos processos de produção que cristalizam o trabalho intelectual afastado do processo produtivo direto e que implicam, segundo Poulantzas (1985, p. 63), “a efetivação e o domínio de um saber e de um discurso (diretamente investidos na ideologia dominante ou constituídos a partir de formações ideológicas dominantes) em que as massas populares são excluídas”. O trabalho intelectual específico do Estado encontra-se materializado em seus aparelhos e marca a separação entre o corpo de funcionários e as massas, revestindo-se de técnicas e discursos que determinam as funções de organização e direção do Estado, o que é de grande importância para a compreensão das atividades legislativas regulamentadoras.

Essa monopolização do trabalho intelectual diante das massas, que tem subjacente o domínio da função repressiva e a ela também determina organizacionalmente, constitui sua forma de participação na produção/reprodução social. O Estado é, por princípio, uma forma ideológica de monopolização da violência com vistas à garantia da propriedade privada e se consubstancia no Direito e na legalização da expropriação dos meios de vida. Assim, a realização do trabalho intelectual constitui “essa relação saber-poder [que] não é mais que a ideologia e não representa apenas a simples função de legitimação do Estado se bem que a assegure, notadamente no terreno do pensamento político oficial.” (POULANTZAS, 1985, p. 63).

O trabalho intelectual, intimamente ligado ao Estado, é o responsável pela cristalização da organização social com vistas à produção e reprodução da formação social sob bases capitalistas, articulando os interesses de classe do bloco no poder e dirimindo os conflitos

sociais originados da produção de mercadorias. Seu resultado é chancelado pelas instâncias de poder institucionalizadas, mas advém da produção do direcionamento em uma rede de organizações e instituições, muitas vezes corporativistas, capazes de moldar os conflitos e produzir consensos mais ou menos conectados aos interesses em jogo.

O poder legislativo no Brasil, objeto de nossa análise principal, é uma das instâncias nas quais as classes organizadas incidem politicamente na defesa de seus interesses. O congresso nacional, que reúne os representantes políticos do Senado e da Câmara dos Deputados — o primeiro fundado em 1824 e o segundo em 1826, já durante a monarquia nacional independizada da metrópole —, apresenta-se como a congregação dos representantes eleitos em diferentes proporções, sendo os responsáveis por articular as pautas políticas a partir de seus grupos de interesse, sendo responsivo às mobilizações e lutas.

Não adentraremos aqui as determinações do sistema representativo em seus limites, mas sinalizamos, de antemão, que a tradição política brasileira em torno do personalismo, da autoridade e do aparelhamento denotam alguns dos limites para sua realização. Visto que o poder político é resultante das relações de produção e das riquezas aí produzidas, os representantes políticos encenam um prelúdio das relações de dominação existentes no contexto social e operacionalizam os campos de interesse em razão da utilização de técnicas de dominação inscritas na ossatura material do Estado.

Componente da ossatura material do Estado, o legislativo é o responsável por articular a lei em sua forma jurídica como “parte integrante da ordem repressiva e da organização da violência exercida por todo Estado” (POULANTZAS, 1985, p. 86), podendo operar nos mais diversos campos da vida social. Além das funções estruturais, controla e maneja uma gama de mecanismos e dispositivos com os quais se relacionam os indivíduos sociais, regulando as relações, no que nos é mais próximo, desde a emissão da autorização para dirigir, até as relações de propriedade e as relações de trabalho, aspecto que abordaremos mais detalhadamente.

A rede de aparelhos e instituições que operacionaliza as medidas legislativas encontra no executivo a materialidade com a qual efetivamente busca implicar o sujeito social na realização dos dispositivos enunciados. Fundamentalmente, seu resultado é circunscrito à autorização ou a proibição de fazer ou deixar fazer, tendo como recurso as forças de segurança a serem acionadas para inferir pela violência o direcionamento legal.

A constituição do Estado Burguês, ou Capitalista, encontra legitimação “na forma da técnica científica e sobre o modelo das epistemes apodíticas, como detentora de um saber que ela opõe àquilo que designa como utopia” (POULANTZAS, 1985, p. 86). Essa construção

complexa permite o afastamento do exercício direto da violência para a criação de um campo no qual a legitimidade do Estado se desloca para o domínio da lei. Tal processo não é unívoco, considerando os desvios e as formas não isonômicas de aplicação da legislação.

Entretanto, revela-se aí um movimento que reforça “as formas particulares da relação ideologia-saber-ciência que implica a transformação da ideologia jurídico-política em ideologia tecnocrática” (POULANTZAS, 1985, p. 86). Conformada como autoridade, afasta o exercício da violência como recurso primeiro e engendra formas específicas de canalização dos conflitos sociais, como a institucionalização sindical, a participação de grupos em conflito em instâncias de mediação, e se estende até a educação composta de uma pedagogia da hegemonia que legitima e ratifica modos de vida e processos sociais de acordo com as forças atuantes em cada setor.

O Estado moderno apresenta-se como a instância de articulação dos interesses de classe e, portanto, da produção e das condições de produção capitalistas. É consenso entre os autores marxistas que o Estado adquire uma direção de classe, mas que admite a incorporação de demandas dos trabalhadores dada sua “relativa autonomia”, o que não significa uma atuação autônoma do Estado, mas, como sinaliza Poulantzas (1985), remete à separação formal do político e do econômico no campo ideológico do Estado e do Direito.

Como componente central da estruturação das relações de classe corporificadas no Estado, a lei representa “um sistema axiomatizado, composto de conjunto de normas abstratas, gerais, formais e estritamente regulamentadas” (POULANTZAS, 1985, p. 97). Se o Estado inicialmente se empenha na individualização como mote da formação do sujeito social abstrato que pressupõe a igualdade formal e que pode ser identificado com a figura do cidadão, seguidamente a lei mobiliza esse corpo indistinto de sujeitos formalmente iguais para estruturar seus campos de ação matizados pela forma da divisão social do trabalho.

Esse campo pode, portanto, amortizar as consequências dos conflitos sociais utilizando-se do convencimento e do envolvimento que, sob sua forma axiomatizada no Direito, permite certa controlabilidade e previsibilidade, visto que “seu caráter sistemático, com base em normas abstratas, gerais, formais e estritamente regulamentarizadas, consiste entre outras coisas em comportar suas próprias regras de transformação, fazendo assim com que suas modificações se tornem transformações reguladas no seio de seu sistema” (POULANTZAS, 1985, p. 103).

É na letra da lei que são estabelecidos pactos mais ou menos duradouros com vistas à constituição do terreno sobre o qual se movimentam as classes sociais e também é por seu questionamento que são travadas muitas de suas lutas. Sabidamente os processos de formação

dos Estados Nacionais implicaram e implicam a constituição de uma hegemonia de frações de classes sobre seus próprios componentes e sobre as classes dominadas, o que requer comumente a eliminação de classes antagônicas, de povos originários e/ou tradicionais, permitindo o estabelecimento das relações de propriedade por meio da expropriação. Trata-se de um processo de transição para o capitalismo e para o estabelecimento do Estado Moderno em sua plenitude, abarcando aspectos do que tratamos como sistemas de Estados em situação de concorrência (HIRCH, 2014) ou como trata Mészáros (2002, p. 245), “o Estado do sistema do capital nada é sem oposição real ou potencial a outros Estados, assim como o capital nada é sem sua oposição ao trabalho e sem a autodeterminação negativa em relação a ele”.

Atualmente o contexto de crise motivada pela reorganização das forças produtivas e incremento da produtividade acirra ainda mais a competição internacional, momento no qual são recuperadas velhas rivalidades geopolíticas com vistas ao fortalecimento da dominação e direção do movimento de acumulação de caráter imperialista. Afinal, os conflitos armados e a política destrutiva do capital são altamente lucrativos ao recolocar as bases de desenvolvimento por meio da reconstrução.

Nesse sentido, a lei, é preciso destacar, é frequentemente transgredida, podendo retroceder e até servir de instrumento direto de espoliação e exploração, visto que sua natureza é a de organizar os movimentos das classes em determinada circunscrição territorial. Na crise, na guerra, na tragédia, a lei admite regressões e perde seu véu ideológico de proteção e segurança, operacionalizado nos períodos “normais” da produção econômica.

Não obstante, a legitimidade do Estado aproxima-se cada vez mais dos dispositivos de produção da lei. Na esteira da análise de Poulantzas (1985), verificamos um primeiro movimento de individualização e libertação do sujeito dos elos territoriais para que posteriormente o sujeito livre e homogêneo seja restituído à formação social em sua unidade por meio também da lei, a qual cumpre sua função ideológica fundamental. Sua afirmação é polêmica na medida em que atribui à própria natureza do Estado, como desdobramento da divisão social e técnica do trabalho, as raízes do totalitarismo. Para ele:

separar e dividir para unificar, fracionar para enquadrar, celularizar para englobar, segmentar para totalizar, estabelecer balizas para homogeneizar, individualizar para suprimir alteridade e as diferenças, as raízes do totalitarismo estão inscritas na matriz espacial materializada pelo Estado-Nação moderna, já presente nas suas relações de produção e na divisão social capitalista do trabalho. (POULANTZAS, 1985, p. 122-123).

Nesse movimento, “a lei, em suas características capitalistas, pode, além do quadro formal de coesão que impõe a seus agentes, representar sua unidade, investindo-a no imaginário

social, e cimentar os processos de individualização” (POULANTZAS, 1985, p. 99). Tendo seu elo fundamental na divisão social do trabalho, o Estado produz a lei a partir das composições hegemônicas e/ou em consenso no seio de seus aparelhos institucionais, encarnando a razão abstrata e permitindo o deslocamento do exercício direto da violência como meio de controle.

O aumento da produtividade do trabalho e as determinações específicas do desenvolvimento histórico em cada Estado-Nação indicam as possibilidades históricas de participação e ampliação da base de apoio do bloco no poder, o que comumente fraciona também as classes dominadas no plano nacional e igualmente no plano internacional. Ideologicamente o Estado produz fraturas sob as quais instala sua dominação, valendo-se do medo para produção do direcionamento e da persuasão. Tal assertiva perpassa a dimensão fundamental da organização social em cada formação pela obrigatoriedade de identificação e controle dos nacionais, estendendo-se até seu formato de “Estado de Exceção” no qual se limitam, em especial, as liberdades civis e políticas.

Além da lei como forma específica de regulação das relações e fundação do escopo de funcionamento de uma nação como Estado em seu sentido moderno, esse aparelho especial imbuído de materialidade própria atua — e, também, por meio da lei — no que Poulantzas (1985) categorizou como matriz territorial e temporal.

O território como componente da materialidade do Estado Moderno difere substancialmente do território da antiguidade ou do feudalismo. Por exemplo, os Estados pré-capitalistas produziam um espaço que pode ser definido como contínuo, homogêneo, simétrico, reversível e aberto, referenciado nos modos de vida das classes dominantes. Já no capitalismo, a matriz espacial apresenta-se de forma totalmente diferente, na qual o espaço é serial, fracionado, descontínuo, parcelado, celular e irreversível. Mais especificamente, Poulantzas (1985, p. 118) caracteriza o espaço na modernidade como “um espaço no qual desloca-se infinitamente ao se transpor as separações, em que cada lugar é definido por seu isolamento dos outros, espaço sobre qual expande-se ao assimilar-se novos segmentos que ele homogeneiza deslocando as fronteiras”.

Os territórios nacionais constituem-se pela produção de uma forma referenciada de espaço no qual operam os poderes instituídos na esfera do Estado. Mais do que a terra ou domínio territorial, a espacialidade do território nacional sob a égide do Estado Moderno é fundamentalmente política, “no sentido de que o Estado tende a monopolizar os procedimentos de organização do espaço” (POULANTZAS, 1985, p. 119). Nesse sentido, os aparelhos de

Estado de cada território enredam os indivíduos na composição do povo-nação e no processo de trabalho em sua forma de existência para cada formação social específica.

A matriz espacial disposta no território delimita um campo ainda aberto de operação dos dispositivos de Estado no movimento de individualização, homogeneização, assimilação e unificação, movendo-se sobre “a matriz espacial dos processos de trabalho e de exploração [...]” (POULANTZAS, 1985, p. 122). Dadas as tendências do capital de concentração e centralização, os elementos internos e externos ao território encontram-se em constante disputa, adequando-se e expandindo-se no quadro referencial do sistema de Estados e interferindo diretamente na realização da política nacional e internacional.

Sob essa abordagem, importa destacar a recente regulamentação dos “espaços” digitais pelos Estados Nacionais, considerando sua penetração na vida nacional por meios individuais e coletivos de trabalho, organização e socialização. Em se tratando de um ambiente não regulado, admite a interferência das Companhias de Transporte Individual de Passageiros, além de muitas outras como *fintechs* e plataformas, que operam dimensões do trabalho, do transporte e dos serviços como um enxerto de regras e condições estabelecidas com um referencial de outros territórios.

O encadeamento hierárquico do sistema de Estados e sua reverberação nacional transforma a espacialidade mundializada num campo aberto às interferências e negociações, atravessando os aspectos estatais da política econômica, monetária e social de acordo com os desenvolvimentos externos num sistema concorrencial de Estados, num movimento em que opera a modernização reflexa. Trata-se, como destaca Osório (2019), do incremento da vocação imperialista do capitalismo que impacta na agudização da luta de classes internamente e mais ainda nos centros periféricos, onde as relações desiguais encontram-se agravadas.

Outro aspecto do desenvolvimento do Estado Moderno sob o capitalismo remonta à matriz temporal que engloba a dimensão histórica das tradições das diferentes formações sociais e ainda a constituição de uma matriz temporal comum intimamente conectada com o processo de trabalho e o processo de valorização. Diferentemente das matrizes temporais da idade antiga ou do feudalismo, nas quais a forma da produção social compunha uma gama de temporalidades estáveis, lineares e repetitivas, eternas, o tempo moderno (lembramos da grande obra de Charles Chaplin) capitalista guarda relação com o desenvolvimento da produção de mercadorias tratando-se de “um tempo mensurável e estritamente controlável pelos relógios, cronômetros dos contramestres, pelos relógios de ponto e calendários precisos.” (POULANTZAS, 1985, p. 126).

Observado que o tempo representa um dos fundamentos da exploração do trabalho e sua contabilização encarna a disputa pela apropriação da permanência nos diferentes espaços de socialização, seu controle é de fundamental importância para as lutas de classes, a exemplo das lutas pela redução da carga horária de trabalho, comumente regulamentada com a mediação estatal.

No bojo das relações capitalistas de trabalho e de reprodução social, o tempo é dominado de forma a “relacionar as temporalidades múltiplas como medida homogênea e única, que não reduz as temporalidades singulares (tempo operário e tempo burguês, tempo do econômico, do social, do político, salvo se codifica seus intervalos)” (POULANTZAS, 1985, p. 126). Mimetizado com a produção, o tempo singular é incorporado às temporalidades diferenciais que acabam por caracterizar suas variações possíveis.

Poulantzas (1985) destaca que

o maquinismo e a grande indústria, o trabalho em série, implicam um tempo segmentado, serial, dividido em momentos iguais, cumulativo e irreversível pois orientado para um produto e, através dele, para a reprodução ampliada, a acumulação capital: em suma, um processo de produção e reprodução que tem uma orientação e uma finalidade, mas não tem um fim. (POULANTZAS, 1985, p. 126).

Desta forma o autor caracteriza o tempo encadeado, segmentado, irreversível e cumulativo da modernidade por sua forma de historicidade, a qual é “de tipo evolutivo e progressivo, a de um tempo que transcorre na medida em que ele se percorre, cada momento produzindo o outro num sentido irreversível, num encadeamento de acontecimentos voltados para um futuro renovado.” (POULANTZAS, 1985, p. 126).

Os impactos que reverberam a incorporação da matriz temporal específica da produção capitalista afetam individual e coletivamente as formações sociais que, ao constituírem espaços especializados no âmbito do Estado, reconstituem a historicidade das tradições existentes, retraçando por meio da ciência e da ideologia os contornos da identificação coletiva ao reescrever a história e monopolizar as memórias das formas de organização social precedentes. Nessa direção é patente que “esse Estado instaura a nação moderna ao eliminar os outros passados nacionais e ao fazer variações de sua própria história: o imperialismo moderno é igualmente homogeneização de sequências temporais, assimilação de histórias pelo Estado-Nação.” (POULANTZAS, 1985, p. 130).

Essa homogeneização implica na eliminação das histórias diferenciais e conflitantes que engendram a dinâmica de formação das classes e de imposição das relações de trabalho capitalistas. Essa reconformação da história e da temporalidade é um conflito constante e figura

no cerne do processo de expansão da produção capitalista, visto que a matriz temporal imposta pelo Estado Moderno seleciona o que é comportado ou não em sua constituição, abolindo outras matrizes temporais e também espaciais, que não se adéquam às relações de trabalho e produção materializadas no processo de trabalho.

A delimitação do espaço-tempo é naturalizada pelo tempo da fábrica e pelo referencial temporal homogêneo marcado mundialmente pelo Tempo Médio de Greenwich que data de meados do século XIX, como desenvolvimento das necessidades logísticas desdobradas da revolução industrial na Inglaterra. Atualmente sua precisão é monitorada por relógios atômicos que estão atentos às variações na rotação da Terra e que incorporam os avanços científicos para além dos referenciais celestes e conformam o Tempo Universal Coordenado, adotado na grande maioria dos países do globo.

É nesse sentido de conformação e homogeneização que o “Estado realiza um trabalho de individualização e unificação, constitui o povo-nação no sentido também em que representa sua orientação histórica, designa-lhe objetivo e traça o que vem a ser uma via” (POULANTZAS, 1985, p. 130). Tal assertiva é deveras importante para a compreensão das relações de classe no Brasil, observado o apagamento histórico de setores fundamentais para a constituição nacional e a incorporação e difusão de perspectivas que eliminam o conflito como fator constitutivo das relações sociais. Como veremos, a política de branqueamento está no cerne do desenvolvimento do trabalho livre no Brasil, expressando a regressividade das classes dominantes que conformarão as desigualdades sociorraciais do mercado de trabalho, as quais reverberam as consequências do Modo de Produção Escravista.

A matriz espaço-temporal altera-se metabolicamente em relação aos requerimentos da produção capitalista, o que incrementa as disputas em torno da produção ideológica da vida social mediante as resistências e tensionamentos matizados pela recomposição dos elementos espaciais e temporais. Em nível geral e ideológico, a ciência apresenta-nos uma série de questões que, como aventado por Lukács (2012), reconfiguram os elementos referenciais para o tempo e o espaço, especialmente baseados nas descobertas astrofísicas que colocam o tempo biológico natural das condições terrenas de vida no campo espacial referenciado por outro tempo-espaço, produzindo efeitos sociais consideráveis. Não obstante, dada a materialidade da vida terrena sob o capitalismo, essa operação ideológica faz imiscuir essa temporalidade externa à forma do trabalho, refletindo nas formas de consciência dos sujeitos sociais essa dilatação do tempo em novas eternidades dimensionais.

Se representativamente o ideal cibernético e virtual apresenta infinitas possibilidades, ou se materialmente a organização da produção volta-se para a conquista do espaço, na materialidade das relações de classes esses componentes contribuem para tergiversar e colocar de escanteio as lutas pela emancipação, naturalizando os descaminhos da produção capitalista pela construção de um quadro espaço-temporal baseado nas previsões futurísticas catastróficas em que prevalecem as formas individualistas e pragmáticas.

Nesse contexto, o Estado continua a atuar como mote do desenvolvimento capitalista ao cristalizar as relações de classes já explanadas. Ao encampar esses diversos elementos por sua capacidade extensiva de diferenciação englobando a reprodução social como mediador da luta de classes, o Estado apresenta-se como elemento incontornável das lutas políticas. Ao realizar materialmente a planificação e ao ajustar as condições de realização da atividade econômica e social, é impossível negar sua importância central na coordenação do processo de acumulação mundializada.

Como aventa Poulantzas (1985, p. 256), “a administração tornou-se já muito tempo o elo central de elaboração do instável equilíbrio de compromissos no seio do bloco de poder, entre este e as massas populares”, fazendo com que o Estado — ainda que não seja ele o sujeito da história — ganhe centralidade na gestão dos conflitos sociais, seja pela legitimidade do legal e do Direito, seja pelo uso da violência.

A complexidade aparente do movimento que engloba uma teia de instituições direta e indiretamente envolvidas no malabarismo contínuo requerido para manutenção e adequação denota seu caráter teatral e tecnificado, tendo em vista que as decisões são dotadas de cientificidade aparente e emolduram-se nos processos legislativos e burocráticos em geral como espaço de legitimação. A estrutura política leva aos partidos e às agremiações similares (fundações, associações, federações, etc.) o desafio de manifestar no Estado seus interesses primeiros ou a agenda de seus filiados e financiadores.

O poder executivo teoricamente mantém a direção, podendo assumir (como visto recentemente no Brasil) uma posição secundária em determinados assuntos, exercendo, pela gerência política e técnico-científica, a reprodução da materialidade do Estado institucionalmente constituído, devendo também relacionar-se com o corpo de funcionários que busca estabilizar o impacto de cada administração no movimento de acumulação em curso. Para o corpo de funcionários diretos do Estado a ideologia é constitutiva da assunção da atividade, descorporificando idealmente o trabalhador para que assuma o elo com os procedimentos burocráticos e os princípios e fins institucionais.

A democracia formal comporta, entretanto, um elemento político-ideológico fundamental capaz de automatizar os poderes e sua forma de funcionamento, o que nos parece localizado no sufrágio universal e na forma de participação política eleitoral. De caráter bastante limitado, e atualmente midiático e manipulatório, o pleito eleitoral encontra-se embebido pela racionalidade operacional do Estado que age, no que tem de central para a materialidade da produção capitalista, sob a direção do bloco no poder e seus interesses que, como já indicado, estão irmanados com as demandas do capital monopolista e financeiro.

Se a centralidade gerencial do Estado é dirigida pelo bloco no poder, o sistema partidário e o parlamento em geral encontram-se amarrados na estrutura burocrática que atua como barragem para as demandas populares ou até mesmo para frações de classe que disputam a hegemonia. Como destaca Poulantzas (1985, p. 256): “se esse processo desloca o centro de decisão política, sempre ocorre pela obliquidade preponderante dos partidos agindo no interior da administração como vetores principais dos diversos interesses econômicos e sociais [...]”, de maneira que o regime parlamentar garanta a inclusão das frações das classes no direcionamento da política estatal.

É patente que

atualmente o executivo e a administração monopolizam o papel de organização e de direção do Estado face ao bloco no poder, o de elaboração de um interesse político geral a longo prazo desse bloco e de reprodução da hegemonia. Eles concentram em si a legitimação do Estado frente às classes dominadas (POULANTZAS, 1985, p. 256).

A automatização de procedimentos no seio do Estado encontra-se manifesta em sua própria legalidade, especialmente a relacionada à política econômica e financeira, remunerando capitais, permitindo remessas e até emprestando capital para favorecer seus interlocutores no bloco no poder.

Logo, os poderes são desigualmente acionados de acordo com as necessidades prementes impostas pela realidade social. No caso do legislativo, situação na qual situa-se nosso objeto, sua participação nos movimentos decisórios é requerida, mas nem sempre é por ele capitaneada. Mais próximo da democracia representativa, esse poder adquire maleabilidade para constituição das forças específicas que mobiliza. A formação das maiorias e dos blocos parlamentares representa a troca de apoio e as determinações técnico-científicas para o processo legislativo.

O próprio movimento é dotado de importante caráter pedagógico e força uma barragem nas pautas ao indicar sua vitória ou derrota em cada intrincada instância de tramitação. Por geralmente incluir representações mais ou menos legítimas dos setores sociais implicados, é

afetada pelo *lobby* legislativo dos grupos de interesse, os quais encontram-se sempre muito próximos dos núcleos decisórios centrais. Igualmente, por ser o poder mais permeável às demandas populares, é o mais ameaçado quando as condições de produção não se encontram favoráveis conjuntamente. A racionalidade estatal do executivo frequentemente suplanta os poderes legislativos pelo uso da violência física em prol da manutenção da correlação de forças, fazendo emergir lutas populares ou particulares entre as classes e suas frações fora da institucionalidade. Não que elas não sejam contínuas, mas que sejam condicionadas à ritualização legislativa quando possível.

O poder de Estado em toda sua amplitude é incontornável para as lutas políticas e, mais que sua legalidade, está envolto numa ossatura material fundamental para as condições de acumulação de capital. Sua fundamentação encontra-se no poder produzido no processo de trabalho e sedimenta as lutas e desdobramentos historicamente engendrados, fundamentalmente a formação das classes e seu enfrentamento contínuo como classes antagonicas. O Estado desenvolve seus contornos em contínua complexificação e incorporação de espaços e corpos que, ainda que diferente do suserano, encontram um poder regulamentador dotado da condição especial de monopólio da força física.

Quando possível, é por meio do Estado que ocorre a emancipação política que torna os homens livres, sendo este um aspecto decisivo em sua própria conformação como poder. Todavia, ao libertarem-se politicamente os sujeitos sociais libertam-se apenas parcialmente, considerado o caráter abstrato e limitado da condição de cidadão.

Marx (2010, p. 40) assevera que “o Estado político pleno constitui, por sua essência, a vida do gênero humano em oposição à sua vida material”, motivo pelo qual considera que,

onde o Estado atingiu sua verdadeira forma definitiva, o homem leva uma vida dupla não só mentalmente, na consciência, mas também na realidade, na vida concreta; ele leva uma vida celestial e uma vida terrena, a vida na comunidade política, na qual ele se considera um ente comunitário, e a vida na sociedade burguesa, na qual ele atua como pessoa particular, encara as demais pessoas como meios, degrada a si próprio à condição de meio e se torna um brinquedo na mão de poderes estranhos a ele.

Trata-se da separação relativa da produção como vida material e do Estado como forma política da administração. O movimento de individualização tratado por Poulantzas (1985) é o resultado que Marx (2010, p. 52) trata como revolução política burguesa, que ultrapassou o caráter político da sociedade burguesa num movimento em que “decompôs a sociedade burguesa em seus componentes mais simples, ou seja, os indivíduos, por um lado, e, por outro, nos elementos materiais e espirituais que compõem o teor vital, a situação burguesa desses indivíduos”.

O princípio da segurança “no sentido de que o conjunto da sociedade só existe para garantir a cada um de seus membros a conservação, sua pessoa de seus direitos e de sua propriedade” (MARX, 2010b, p. 50) é a garantia de conservação do homem egoísta e a generalização da universalidade idealista com base no Estado encarnando um movimento no qual “a emancipação política representou concomitantemente a emancipação da sociedade burguesa em relação à política, até em relação à aparência de um teor universal” (p. 52).

A par e passo, as transformações políticas das formas de governo na transição para o capitalismo descambam na constituição do Estado Moderno e conseqüentemente na individualização. Sua operação ideal suplanta, como representação, os mecanismos materiais reais que orientam a produção e produzem as formas de vida, dando a impressão de que se trata de uma máquina sensível às reformulações e que sem a qual é impossível manter os níveis de vida e evitar a realização da natureza primitiva do homem idealmente constituída. Com base em essencialismos criados, seja para justificar ou para tensionar o Estado, a incorporação quase mítica da essência e da natureza dos processos revela nada mais que seu véu ideológico.

Tendo como referência a emancipação humana, reconhecemos que o Estado não apresenta condições institucionais de incorporação das demandas populares, o que demandaria uma total recomposição da formação do bloco no poder. Poulantzas (1985, p. 297) formula a questão da seguinte maneira: “a modificação da relação de forças no seio do Estado diz respeito ao conjunto de seus aparelhos e seus dispositivos: não diz respeito apenas ao parlamento ou [...] aos aparelhos ideológicos do Estado, considerados detentores doravante do papel determinante no Estado ‘atual’”, motivo pelo qual defende que essas forças sejam acumuladas não para assumir esse processo semiautônomo de compromissos políticos, mas para transformar radicalmente o aparelho de Estado pela intervenção das massas. Como via democrática de transição, recupera a importância dos mecanismos da democracia para que sejam evitadas tendências estatistas colocadas como elementos constituintes do Estado em relação ao processo de trabalho.

Porém, é patente que mesmo as formas mais limitadas de reformismo carecem de forças diante do poderio monopolista e imperialista, de forma que a interdição da política pelo recrudescimento da dominação direta e intensificação da dominação indireta ao seu ponto de estrangulamento despontam novas modalidades de luta, que se estendem desde as lutas urbanas de massas às intervenções terroristas. Essas últimas ocupam cada vez mais espaços em razão do acirramento dos conflitos e da própria alteração da natureza do chamado terrorismo, a

exemplo do caso brasileiro que acolhe como terrorismo uma gama de atividades políticas organizativas de massas.

A operação institucional do Estado produz efeitos materiais e ideológicos calcados no processo de valorização e que demandam a estreita vigilância e controle do processo de trabalho. Assim que, ao reconhecermos a centralidade do Estado no estabelecimento das relações de trabalho, buscaremos analisar a ocorrência desse movimento no desenvolvimento histórico brasileiro, de forma a compreendermos o caminho da tradição trabalhista e das formas reais de existência do trabalho no Brasil.

3.2 ESTADO E FORÇAS PRODUTIVAS NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS DA CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA E POLÍTICA

Dando sequência na análise dos elementos fundamentais para apreensão do objeto, buscaremos expressar também os aspectos mais fundamentais para a recuperação histórica das formas de intervenção governamental sobre o trabalho e a produção no Brasil, processo intimamente conectado com a ocupação e a exploração colonial do território nacional. Essa dinâmica histórica é fulcral na medida em que nos possibilita compreender o movimento de gênese e desenvolvimento das instituições políticas e das relações entre as classes no território nacional, indicando as transformações e permanências operadas no movimento de inserção dependente e subalterna do Brasil na divisão internacional do trabalho.

Num primeiro momento, atentaremos para os elementos da relação governamental e das formas de trabalho desenvolvidas na colônia. Assim, desde a utilização das cartas de doação e forais régios até as constituições imperiais e as republicanas, buscaremos dar destaque à estrutura administrativa que, em seus diversos componentes, concorreram para indicar e regulamentar o caminho do desenvolvimento material e político da colônia, bem como suas vias de integração ao mercado mundial.

A recuperação desses elementos é essencial para a compreensão das determinações da luta de classes no Brasil sob a perspectiva de sua trajetória histórica. O período inicial em questão coincide e se identifica com o movimento de ascensão do capitalismo em sua fase mercantil, seguido de seu desenvolvimento para a fase concorrencial e, finalmente, sua fase monopolista, com a qual se pode identificar o “capitalismo tardio”. Trata-se de reconhecer a intrincada relação entre o chamado escravismo colonial nos novos territórios e a transição entre

feudalismo e capitalismo na Europa durante a ocupação, saque e constituição de um regime de exploração colonial mercantilista calcado no Modo de Produção Escravista³⁸.

Desta forma, colocamos os olhos no passado para compreender a processualidade histórica que impulsiona as questões contemporâneas do trabalho, visto que tal movimento nos permite apreender os desígnios das relações de exploração do trabalho que se delinearão após o início da ocupação e saque do Novo Mundo. Como nos lembra Novais (1989, p. 12):

a comunicação entre os vários níveis da realidade se faz de maneira progressivamente complexa e ampliando as possibilidades de variações na medida que se aproxima da conduta efetiva dos homens na torrente dos acontecimentos; por outro lado, cada manifestação concreta estabelece novos elementos, redefinindo o conjunto.

Com elementos sempre repostos, a história social brasileira demonstra as formas de constituição da hegemonia de classes no sistema político por meio do movimento de instalação dessa estrutura. A violência como principal elemento comum da gestação do Estado brasileiro é, desde sempre, afastada por sua estreita justificação e inextrincáveis consequências, sendo que o contato e os objetivos “civilizadores” são mistificados para dar lugar à epopeia da conquista e dominação desse mundo “selvagem”.

³⁸ Em oposição ao Escravismo Antigo, operado por legalidades e forças sociais muito diversas das existentes no mundo do século XV, o escravismo moderno expressou a racionalidade comercial da acumulação primitiva de capital, arregimentando as formações sociais dominadas no movimento de conquista para espoliação. Esse movimento mobilizou as forças religiosas e econômicas num empreendimento que buscou concentrar e expandir os domínios de influência (operados de forma direta ou indireta) das monarquias europeias que dominavam o cenário político em ascensão desigual, mas combinada. As trocas comerciais e as práticas feudais e escravistas se retroalimentaram e também transformaram a si mesmas, acomodando seus interesses e fortalecendo sua interdependência de consumo e autoexcludente no seu conjunto. O Escravismo Colonial que caracterizou o Modo de Produção Escravista esteve baseado no aprisionamento, tráfico e comércio de escravizados para fornecer a força de trabalho (processo indispensável para a formação da riqueza) ao sistema produtivo da plantação, instaurado para fornecer víveres e matérias-primas demandados no continente europeu. Na Era Moderna o escravismo ocupou papel central de integração forçada e violenta das formações sociais adjacentes à dominação econômica e política do capital mercantil, fornecendo-lhe a energia de desenvolvimento inicial que se expande para a sociabilidade. Observadas as transformações produtivas e também sociais, as metamorfoses do capital vão impondo seus ciclos e formatando o capitalismo industrial que se baseia na Grande Indústria. Os conflitos desse desenvolvimento em suas vias clássicas influenciaram o mundo integrado por seu poderio de comando por meio dos regimes imperiais, mas que pouco a pouco gestam e delinham formações sociais transformadas em seu Modo de Produção interno, já tipicamente capitalista. Sua coexistência com o escravismo colonial e seu rompimento indicam o movimento de subsunção do processo de trabalho (qualquer que venha a ser empregado) às determinações da estrutura capitalista de administração do processo de valorização. Desta forma, o Modo de Produção Escravista não pode ser compreendido sem uma análise do Capitalismo Mercantil e seus desenvolvimentos posteriores. Por exemplo, a compreensão de suas estruturas políticas e sua forma de realização histórica apresentam elementos particulares que também particularizam o movimento de apropriação das determinações da produção capitalista em expansão, o que se manifesta em uma prática econômica e política reacionária frente às contradições cada vez mais agravadas pelo desenvolvimento da produção industrial. A particularidade da formação social escravista moderna no Brasil envolveu todos os setores sociais e foi o motor das lutas entre as classes fundamentais, influenciando todas as estruturas sociais que se organizavam por antagonismo ou dependência no sentido do trabalho escravo.

Se ainda identificamos os mesmos discursos modernizantes e salvacionistas para impôr regressões ao desenvolvimento autônomo das formas de produção e reprodução sociais no Brasil, é porque sua gênese é dependente desse movimento complexo e aceleradamente dinâmico, constituindo uma zona de gestão de externalidades da produção capitalista central. Logo, sua particularidade, em termos de dinâmica interna e subalternidade externa, matiza o trabalho e sua gestão pelas classes dominantes no interesse de sua própria diversificação.

Portanto, enveredar por sobre os elementos mais fundamentais da gestão burocrática do sistema colonial que vigorou no Brasil mostra-se promissor para a compreensão da constituição da hegemonia de classe nos aparelhos de Estado e, logo, dos aspectos culturais de relevo no que toca o mundo do trabalho, as condições de produção e o estatuto jurídico do trabalho.

Da mesma forma, dada a relevância do processo histórico de conformação das relações de classe, nos ateremos à análise dos processos desenvolvidos no período imperial e no período republicano, buscando compreender a relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e as manifestações políticas que buscaram equilibrar interesses e transformar a constituição das classes sociais.

3.2.1 Estruturas administrativas e trabalho no Brasil colônia: formação social e exploração do trabalho

O período em que se dá o reconhecimento e ocupação/invasão do território brasileiro é precedido pelo incremento das viagens portuguesas pela costa africana e pela posterior chegada às Índias, onde foram instalados interpostos comerciais nos quais, inclusive, já se praticava o tráfico de escravizados. No plano internacional, também a Espanha já se lançara ao ultramar, tendo chegado às Américas em 1492 e até a costa brasileira meses antes da expedição de Pedro Álvares Cabral em 1500³⁹.

Dadas as contendas anteriores, os reinos de Portugal e de Castela (Espanha), com mediação da Igreja Católica, assinaram em 1494 o Tratado de Tordesilhas, o qual reestabelecia os limites da divisão territorial para conquista das novas terras. O tratado alterou as formulações anteriores do Tratado de Alcáçovas de 1479 e da Bula Papal *Inter Caetera* de 1493, expandindo para o limite de 370 léguas a oeste da ilha de Cabo Verde os “domínios” portugueses por sobre as novas terras.

³⁹ Trata-se da expedição de Vicente Yáñez Pinzón que esteve na costa nordeste brasileira (Cabo de Santo Agostinho) em janeiro de 1500.

Nos anos iniciais da ocupação, as ações estiveram ligadas ao escambo de produtos naturais com os habitantes das áreas costeiras, sendo que sua realização se deu por concessão da monarquia absolutista portuguesa sob o reinado do período manuelino, no qual foram reformuladas as regras para a distribuição de forais e de cartas de doação, instrumentos de fundamental relevância na organização da exploração inicial da nova colônia estabelecida no Brasil. Foi por esses instrumentos que “na transição para a colonização, isto é, na implantação do cultivo da cana e preparo do açúcar, recorreu-se aos recursos particulares, através das concessões das capitânicas, em cujos forais aliás se preservam os estancos régios” (NOVAIS, 1989, p. 78).

Essa forma de estruturação do poder régio teve uma estreita e intrincada relação com os movimentos religiosos que desencadearam os processos de reforma e distensão do sistema político sediado em Roma. Na península ibérica, a aliança pela reconquista fortaleceu o poder da Igreja, enquanto outras monarquias expressavam uma relação de distanciamento e também de rompimento. O caso inglês é patente da transformação política operada depois da expansão republicana que animava a diversificação produtiva e cultural, motivo da restauração que inaugura a monarquia constitucional.

As nações ibéricas que despontaram no período inicial da expansão marítima só tardiamente operariam as transformações mais intimamente ligadas à gestão comum (por intermédio do Estado Absolutista Moderno) do desenvolvimento da produção capitalista e da luta de classes. E, pelas restrições, só mais tardiamente ainda essas transformações alcançariam suas colônias, motivo pelo qual a via de absorção da produção capitalista pode ser considerada “hipertardia” ou comparada à via prussiana⁴⁰.

Como síntese do movimento mais geral do estabelecimento do empreendimento colonial — como buscaremos caracterizar —, se reconhece que nas décadas iniciais, para além do escambo com os habitantes locais, foram também promovidas missões de reconhecimento a fim de caracterizar e resguardar as posses previamente estipuladas para o domínio português. Sabidamente, o período também foi marcado pela regularização e intensificação do comércio marítimo com as Índias, pelas rotas estabelecidas posteriormente ao contorno de África e à

⁴⁰ Cf. Chasin (1978, p. 625): “a via prussiana do desenvolvimento capitalista aponta para uma modalidade particular desse processo que se põe de forma retardada e retardatária, tendo por eixo a conciliação entre o novo emergente e o modo de existência social em fase de perecimento”. Se existe a semelhança no movimento, dada a prevalência da grande propriedade e elementos estamentais significativos, Chasin (1978) adverte que a transformação de um território feudal europeu não é compatível com a transição de um território colonial escravista, motivo pelo qual adverte que o “verdadeiro capitalismo alemão é tardio”, enquanto o brasileiro é hipertardio ou caracterizado pelo que chamou de “via colonial”.

chegada ao Oceano Índico e, finalmente, ao comércio com as Índias, estabelecendo interpostos de comércio também pelo Pacífico.

A administração de cunho burocrático e mediada pelos instrumentos de gestão da Coroa metropolitana, se não expressava ainda a racionalidade da moderna burocracia desenvolvida pelo Estado moderno, já indicava sua capacidade para a organização dos privilégios concedidos pelo Estado monárquico. No caso do modelo inicial de exploração baseado no sistema produtivo da *plantation* da cana-de-açúcar, as cartas de doação e as cartas forais forneceram a “legalidade” para atuação dos donatários e, logo, capitães e governadores, em prol do cumprimento das obrigações previstas.

As cartas de doação estabeleciam os limites das capitânicas hereditárias e, junto com as cartas forais, estabeleciam uma série de medidas a serem tomadas por seus detentores. Dentre os principais elementos figuram: a criação de vilas e a distribuição de terras a quem desejasse cultivá-las (as sesmarias); o exercício da autoridade nos campos judicial e administrativo; catequizar ou escravizar os povos originários; receber parte das receitas advindas do comércio de pau-brasil; pagar à Coroa portuguesa parte dos dividendos recebidos da exploração da terra; entregar parte dos metais preciosos descobertos no novo território e a garantia do exclusivo comércio com a Coroa portuguesa.

Um dos aspectos especiais dessa ordenação jurídica e burocrática foi a limitação da hereditariade do controle das terras e o estabelecimento de relações entre as diferentes instâncias de controle ligadas à administração régia. Outro aspecto de relevância esteve ligado à condição feudal, que sofre transformações para os nobres e vassallos que se ocuparam da exploração dos novos territórios. Assim, não há que se falar em feudalismo na colônia brasileira, observadas as novas determinações de posse e trabalho sobre a terra. Trata-se do elemento fundamental que permite a caracterização do Modo de Produção Escravista dominante na gênese da formação social brasileira.

É patente que as ocupações para instalação das capitânicas hereditárias, a partir de 1534, tinham um importante *componente bélico*, levando em conta os conflitos com as populações originárias e o imperativo do empreendimento na defesa dos ataques de outras potências em ascensão, especialmente holandeses e franceses. Não obstante, foi também o contato entre os elementos europeus ocupantes das novas terras que permitiu a expansão do sistema produtivo da *plantation*, o que definiu, nos termos de Novais (1989), as diferentes formas de ocupação colonial que se dividem em colônias de exploração e colônias de povoamento.

O processo de transformação das economias de povoamento em colônias de exploração a partir da instalação da *plantation* inglesa nas Antilhas e dos contatos de holandeses e, posteriormente, portugueses com as técnicas de cultivo colocadas em marcha sob o trabalho de escravizados africanos, foi fundamental para estabelecer o sentido da ocupação depois das décadas iniciais e posterior sedimentação do Modo de Produção Escravista. O açúcar foi o produto inicial que, com incentivo dos capitais flamencos, desenvolveu o sistema colonial em suas curvas específicas, estabelecendo as classes fundamentais na colônia no binômio senhor e escravo.

Não obstante esse desenvolvimento, é preciso antes que posicionemos o *status* das populações originárias quanto à formação social e relações produtivas, o que implicou em legalidades específicas para a ocupação territorial pelos reinos de Portugal e Espanha. A América espanhola encontrou, no processo de ocupação territorial, sociedades autóctones que experienciavam um grande florescimento populacional e que estavam estruturadas com relativa estabilidade, planejamento e regimes de governo complexos. Mesmo com bases agrárias, mantinham regimes produtivos de bases comunitárias, como o *ayllu* e o *calpulli*, nos quais a propriedade da terra era comunal e o trabalho coletivamente dividido. As grandes civilizações da América Central, como os Aztecas e os Maias, organizavam-se em torno de confederações de tribos, sendo que apenas os Incas na América do Sul mantinham um regime de governo imperial.

Como nos indica Bagú (1949), para compreender o desenvolvimento interno das formações sociais locais é incontornável que analisemos sua força desintegrante, ou seja, que busquemos no passado medieval das nações ibéricas sua estrutura dinâmica que fortaleceu as formas de união dos Estados Nacionais, especialmente Portugal que o fez no século XII, acompanhando o movimento de reconquista do território em face da ocupação moura. Esse processo significou também uma redistribuição das terras recuperadas com variações para as instituições feudais, havendo uma diferenciação que prejudicou o estabelecimento das relações feudais mais estritamente e fomentou a gestão régia da concessão de privilégios por meio dos instrumentos também utilizados nas colônias.

Essas condições contribuíram para um desenvolvimento anterior da condição econômica em termos de acumulação e relações comerciais, entrelaçando a atividade de banqueiros e financistas com as atividades de Estado para a exploração de gêneros comerciais. Portanto, a ascensão ibérica do século XV guarda relação com a reconstituição das relações entre as classes sociais desta formação social em reestruturação, especialmente pela

redistribuição das terras reconquistadas dos mouros e pela expulsão dos judeus por motivos religiosos.

Ao mesmo tempo, esse movimento incidiu sobre a perda de população e de técnicas para o trabalho nas terras, bem como deslocou os capitais de judeus para os Flandres, com os quais posteriormente foram financiados os empreendimentos ultramarinos já na qualidade de capitais estrangeiros.

Com uma política inicial orientada para o metalismo como fonte de riqueza, a potência espanhola serviu-se de um amplo terreno de disponibilidade de metais preciosos, bem como de agrupamentos populacionais originários da América que puderam ser escravizados para exploração das minas de ouro, prata e outros metais relevantes economicamente. Por meio das *encomiendas* a máquina de exploração econômica de cunho militar ocupou o território valendo-se das conjunturas regionais para estabelecer o regime escravo entre os povos originários e impôr a decadência das forças sociais centralizadoras estruturadas com o florescimento que precedeu a chegada do colonizador nas terras americanas.

Nas terras do leste da América do Sul, as formações sociais existentes se edificavam sob bases produtivas variadas, mantendo uma incrível diversidade e contato. Sua dependência da terra aponta para uma pouco diversificada especialização do trabalho, considerados os recursos disponíveis e a estruturação dos modos de vida. Assim que a escravização massiva dos nativos dos virtuais domínios portugueses mostrou-se deveras dificultosa pelo desenvolvimento inicial das relações de produção e, especialmente, pelo genocídio promovido pelos conflitos armados e, destacadamente, pelas epidemias de novas doenças para os nativos, o que contribuiu para a extensa redução populacional.

Os jesuítas, tal qual os donatários, mobilizaram-se para ocupar os territórios com a finalidade de evangelizar as populações originárias, debate que contribuiu para a forma de apreensão dos novos sujeitos em face do mundo ocidental, conjecturando sua “civilidade” e humanidade em razão do debate sobre a alma e a possibilidade de catequização. Tal abertura contribuiu para o enfoque no processo de evangelização dos indígenas em diversas regiões brasileiras, contrapondo-se à escravização direta e massiva.

Nessa esteira, ainda no alvorecer da ocupação territorial e dominação social, as invasões estrangeiras e o estabelecimento de parcerias diversas entre os diferentes grupos locais denotaram internacionalmente o caráter controverso do Tratado de Tordesilhas, visto que outras potências também almejavam o reconhecimento de seus empreendimentos colonizadores. Assim que, em 1555, os franceses ocuparam a Baía de Guanabara e por doze anos buscaram

consolidar um entreposto colonial permeado por conflitos religiosos e pela aliança com a Confederação do Tamoios, um grupo de diferentes lideranças indígenas que, com apoio dos franceses, resistiu à escravização e à ocupação territorial.

Especialmente no primeiro século de ocupação, a escravização e o trabalho forçado das populações originárias foram implantados por uma série de artifícios, diferindo da escravização dos povos africanos, por não se especializar no trabalho da *plantation*, servindo a uma série de outras atividades que foram de fundamental importância para a manutenção e desenvolvimento das atividades coloniais.

As tensões entre a ordem jesuítica e os outros elementos colonizadores promoveram uma diferenciação nas formas de implantação dos núcleos coloniais e desencadearam desenvolvimentos que: exploraram o trabalho indígena na conquista com as atividades de transporte e instalação; utilizaram-se do aprisionamento para fins de catequização e aculturação; acomodaram práticas tradicionais e utilizaram-se das habilidades dos elementos dos povos originários, como no caso das missões jesuíticas do sul do Brasil; escravizaram abertamente os indígenas capturados nas guerras de conquista (o que era previsto em lei em variados períodos de tempo); ou ainda, utilizaram-se das relações diretas de poder para submeter indivíduos e grupos ao trabalho forçado ou servil.

Nesse contexto, Ribeiro (2015, p. 77) indica que

a contradição entre os propósitos da Coroa e dos Jesuítas, de um lado, e o imediatismo dos traficantes de índios, do outro, não se resolveu nunca por uma decisão real pela liberdade ou pelo cativo. A legislação que regula a matéria é a mais contraditória e hipócrita que se possa encontrar. Decreta dezenas de vezes guerra justa contra os índios, tidos como culpados de grandes agravos ou simplesmente hostis para, a seguir, coibi-las e, depois, tornar a autorizá-las, num ciclo sem fim de iniquidade e falsidade.

Até a expulsão dos jesuítas no século XVIII, a tensão entre os interesses religiosos — também econômicos — contribuiu para a rivalidade entre os grupos colonizadores, contando com a participação dos agrupamentos indígenas colocados em conflito entre si e entre as facções surgidas da migração. Ribeiro (2015) indica que a situação do nativo americano ficou ainda pior, mesmo com a abolição do trabalho compulsório, considerado o novo controle das missões concedido aos administradores e outras ordens religiosas, as quais impuseram toda ordem de exploração e abuso. Em comparação ao escravizado africano, o indígena não contava sequer com o próprio valor de investimento dos senhores para protegê-lo, tornando-o vulnerável quanto às condições de subsistência e proteção pessoal.

Por meio do trabalho arrendado e de seu apresamento, o indígena foi explorado ao máximo, fazendo parte, como trabalhador, dos principais movimentos de incursão pelo território, como o movimento dos bandeirantes ou o dos sertanistas, que objetivavam a conquista de novos territórios e a dominação da população no interior do continente. Por certo que o movimento complexo contou com a colaboração de grupos indígenas na dominação e subjugo de outros, bem como significou uma perda irreparável para as culturas tradicionais do ponto de vista histórico e, principalmente, humano.

O genocídio indígena é, ainda hoje, uma das marcas da política conflituosa entre os interesses econômicos de exploração territorial e as organizações políticas e culturais de resistência originária. Se o cativo dos povos originários não esteve diretamente ligado ao trabalho na plantação para exportação, como no caso do escravizado africano, significou uma variedade de formas de dominação política e cultural baseadas no engano e na exploração. Esse elemento foi de fundamental importância para a ampliação das áreas de dominação e para a substituição das populações tradicionais e de seus modos de vida pela empresa colonizadora e suas técnicas de cultivo e exploração da terra.

Importa ainda destacar, como infere também Furtado (1970), que com o desenvolvimento da ocupação, o elemento indígena passou a orbitar a instituição do grande latifúndio pela instituição de comunidades tradicionais com base na pequena propriedade, se relacionando com as classes fundamentais na oferta de gêneros agrícolas e, em alguns casos, artesanato e manufatura. Os desdobramentos do movimento de contato, assimilação e miscigenação são deveras complexos, considerando que se estima que a costa atlântica, na qual chegaram os portugueses, tivesse cerca de 1 milhão de habitantes e centenas de grupos diferenciados pela língua, costumes e estruturas sociais e produtivas (RIBEIRO, 2015).

As formas legais advindas do poder régio metropolitano buscaram consolidar o domínio das novas terras, adotando modelos já utilizados na redistribuição das terras na própria península ibérica durante a reconquista, sendo que as capitânicas hereditárias cumpriram essa função inicialmente ao delimitar a concessão de terras aos exploradores lusitanos e suas feitorias. Os anos iniciais não renderam os frutos desejados, se comparados à exploração espanhola, observado que o território costeiro brasileiro não dispunha de formas de organização social e de minérios exploráveis, reservando-se ao comércio de produtos vegetais e outros gêneros de menor importância. Trata-se também de um período em que a nova colônia não tem centralidade nas ações da Coroa em razão do estabelecimento dos entrepostos comerciais na Ásia, os quais permitiram amplos lucros comerciais.

Buscando dar maior racionalidade às ações de colonização, a Coroa portuguesa estabelece, em 1548, o governo geral, com a finalidade de centralizar as ações e estabelecer um poder central na figura do governador-geral, o que contribuiu para o emprego dos recursos de defesa e também de apoio às ações de ocupação promovidas pelos donatários. Em 1549 a primeira capital da colônia é estabelecida em Salvador, concentrando as ações das capitânicas administrativamente e organizando a ocupação e defesa das novas terras. Tais medidas ainda serviram para avaliar e redistribuir as concessões de acordo com os resultados de cada empreendimento.

Esse modelo vigorou até 1572, quando o governo geral foi dividido entre Norte e Sul, o primeiro com capital em Salvador e o segundo, com a capital no Rio de Janeiro. O período coincidiu com o declínio dos lucros das atividades comerciais no Pacífico e com a sistemática ocupação das áreas coloniais por outras potências europeias, o que motivou o incremento das ações de colonização que, além da instalação da plantação de cana-de-açúcar, contribuiu para a instalação das vilas e instituições monárquicas, bem como teve uma política adjacente de ocupação também por artesãos e trabalhadores vindos da metrópole.

A escravidão já era admitida de forma endógena pelos portugueses colonizadores. Como tratado por Moura (1994), a revolução burguesa portuguesa remonta aos anos 1383-1385, acentuando as práticas comerciais e as navegações, deslocando um contingente populacional significativo para tal atividade, implicando em uma carência de força de trabalho. O desenvolvimento ulterior de um sistema que desde épocas imemoriais se valia da escravização, com o desenvolvimento das navegações e do comércio, inclusive e, centralmente, o tráfico de escravos, intensifica as formas de existência dessa prática e igualmente diversifica a atividade a que se dedica com o enfoque mercantilista. As necessidades da metrópole de reposição da força de trabalho também requerem o incremento da escravização e de forma mais acentuada, esses os contingentes de escravizados são destinados às suas colônias. Há, portanto, uma transferência das demandas de escravos para as colônias.

A expansão marítima portuguesa no século XV e a conseqüente despovoação do território implicaram na implantação do próprio sistema de exploração baseado nas relações coloniais escravistas no território intraeuropeu, e também nas colônias. Nesse sentido, as relações de classes em Portugal se assemelham às do Brasil porque os próprios portugueses as estabeleceram também na colônia, reproduzindo os interesses intrametropolitanos. É importante destacar que apenas se assemelham porque não eram de todo dominantes e não se

fortaleceram ao longo do tempo, considerada a diferenciação imposta pela forma hereditária ou não das concessões e da formação das alianças entre a Coroa e suas cortes.

Como destaca Moura (1994): “Esse colonialismo endógeno surgiu da necessidade de Portugal de repor os braços para o trabalho, subtraídos pelas guerras e aventuras, bem como da desocupação das colônias. E o negro africano foi trazido e escravizado para suprir esse vácuo demográfico.” (MOURA, 1994, p. 127). Essa ideia de que Portugal implantou as relações internas também nas colônias, ou ao menos no Brasil, é inspirada na obra de Oliveira Martins.

Utilizando-se da discussão de Tinhorão (*apud* MOURA, 1994), o autor estabelece que desde meados do século XV e início do século XVI, centenas de milhares de escravos africanos foram levados para realizar trabalhos compulsórios nos territórios da metrópole. O trabalho compulsório já era praticado pela população lusitana, que estabeleceu com outros interlocutores o comércio de escravizados. Tal prática remonta ao período anterior às invasões romanas e seguiu durante os séculos XII e XIII. Para os portugueses/lusitanos, a escravatura estava presente nas práticas sociais nacionais antes mesmo da nacionalidade.

O processo em curso evidencia as linhas gerais de implantação da produção mercantil nas colônias, estruturando uma economia colonial para atender às necessidades do mercado europeu. A expansão dos mercados de forma vertiginosa foi definida pelas “linhas de força do sistema colonial mercantilista, isto é, nas suas conexões com o capitalismo comercial” (NOVAIS, 1989, p. 97). Essa interconectada relação econômica entre a metrópole e suas colônias indica o que Novais (1989, p. 97) considera o ponto nevrálgico da colonização, a qual “organiza-se no sentido de promover a primitiva acumulação capitalista nos quadros da economia europeia, ou noutros termos, estimular o progresso burguês nos quadros da sociedade ocidental”.

Subordinada à acumulação primitiva, a produção colonial ganhou contornos que tensionaram a adoção de formas de trabalho compulsório como condição da “necessária adequação da empresa colonizadora aos mecanismos do Antigo Sistema Colonial” (NOVAIS, 1989, p. 102), o que identifica o processo colonizador com o escravismo. Especialmente à produção do açúcar, como eixo fundamental da produção e do comércio coloniais, é que “se deve o desenvolvimento da escravatura no seio da civilização moderna” (AZEVEDO, 1947 *apud* NOVAIS, 1989, p. 104).

Concomitante, a instalação de colônias pelas diversas monarquias absolutistas europeias permitiu o estabelecimento do mercado como vetor principal das decisões políticas e econômicas, rivalizando com a Igreja e outras instituições feudais e, também, com os povos

originários. Como transformação no processo de trabalho e de produção da riqueza social, a fase mercantil do capitalismo foi responsável pelo desenvolvimento das contradições entre as classes e instituições ascendentes e as especificamente conectadas aos interesses dos grupos de interesse do Antigo Regime.

Entretanto, seu processo de dissolução é também seu processo de transformação para novas formas, arrastando as tendências e resistências por um conturbado período de transformações radicais ao fim do período medieval. Assim que as linhas fundamentais da colonização portuguesa no Brasil estavam asseguradas pelo exclusivo metropolitano⁴¹ como mote econômico da apropriação do monopólio de comércio e por uma política externa de neutralidade ante os conflitos europeus que pudessem comprometer a integridade territorial do Reino.

Com o estabelecimento do empreendimento colonial nas costas brasileiras, a exploração do interior se deu pela ocupação territorial por conquistadores e colonos para o estabelecimento de novos núcleos de ocupação/exploração e suas correlatas comunidades adjacentes. Esse movimento favoreceu a ampliação territorial dos domínios portugueses na América do Sul durante o período da União Ibérica, que perdurou entre 1580 e 1640, no qual os esforços colonizadores de Espanha e Portugal se mesclaram em razão das demandas sucessórias.

As estruturas jurídicas, também mescladas, instituem uma ocupação de características militares, centralizando o poder no capitão-mor para a administração dos territórios e incorporação ou expulsão das populações tradicionais. Sobre o período da União Ibérica, Prado Júnior (2000) indica uma alteração nas formas de ocupação e concessão dos territórios coloniais, sobretudo pela condição da Espanha nos conflitos interimperialistas, o que levou a um fechamento do comércio com as nações rivais e uma intensificação da ocupação de espanhóis no território unificado no Brasão da União Ibérica.

Após anos de dominação espanhola, a revolução portuguesa de 1640 tencionou a recuperação dos domínios coloniais portugueses, o que foi sedimentado com o tratado de Lisboa de 1668 (PRADO JÚNIOR, 2000). Durante as primeiras décadas do século XVII os holandeses haviam logrado a ocupação do litoral norte brasileiro, estabelecendo amplos domínios desde a capitania de Pernambuco. Foram décadas de ocupação e controle, diversificando as alianças

⁴¹ Como assevera Novais (1989, p. 88-89), “O exclusivo metropolitano do comércio colonial consiste em suma na reserva de mercado das colônias para a metrópole, isto é, para a burguesia comercial metropolitana. Este o mecanismo fundamental, gerador de lucros excedentes, lucros coloniais; através dele, a economia central metropolitana incorporava o sobreproduto das economias coloniais anclares.”

entre os locais e os portugueses, os quais articularam uma aliança que permitiu aos nativos, portugueses nascidos no Brasil e à Coroa expulsar os holandeses e retomar o controle da região.

Mesmo com os conflitos, após a Restauração portuguesa se verifica um retorno à política de abertura do comércio da colônia com as potências holandesas e inglesas, o que não vigorou por muito tempo, considerando a descoberta de recursos naturais e o retorno da política monopolista de comércio exclusivo. Entretanto, após a restauração e o fim das guerras holandesas, afirma Prado Júnior (2000, p. 84), “a crise portuguesa repercute no Brasil pelo incremento das correntes migratórias que recebe da metrópole depauperada”.

Ainda em Prado Júnior (2000) encontramos a menção à forma de “colonização de casais”, processo que buscou ocupar as áreas limítrofes da colônia com a concessão de incentivos, desde os finais do século XVI, com a finalidade de sedimentação do domínio territorial, o que para ele caracteriza “esse tipo de imigração [que] oferece particularidades que o distinguem nitidamente no conjunto da colonização brasileira” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 85). Esse tipo de ocupação teve lugar principalmente na região Sul do Brasil e outros poucos núcleos no Norte.

Essas experiências iniciais de colonização se realizaram sobre um contexto de conflitos religiosos internos, disputas sucessórias, guerras contra os povos conquistados e, sobretudo, de diversificação e alteração das relações sociais de produção e políticas. Nesse ponto, convém insistir em outro polo dinâmico da relação que se pode verificar na ocupação das terras hoje brasileiras, qual seja, a África portuguesa e, destacadamente, Angola.

A dinâmica econômica e política estabelecida durante a União Ibérica e posteriormente no período de restauração motivou o estabelecimento do tráfico negreiro das costas de África, inicialmente para as Antilhas, a fim de suprir as necessidades de força de trabalho nas colônias inglesas e espanholas e, seguidamente, transferem-se para o Brasil com incentivos fiscais e econômicos para pôr em marcha o empreendimento colonial que caracterizará o período do Escravismo Moderno sob o pacto colonial.

As práticas endógenas da escravidão doméstica em Portugal foram ampliadas como ramo econômico específico, alimentando a monocultura de cana e o processo de produção do açúcar direcionado ao comércio internacional. Alemcastro (2000) indica que em 1562 o controle régio permitiu que na Ilha da Madeira se utilizasse o trabalho compulsório africano para resolver a questão da indisponibilidade de mão de obra, o que foi se generalizando.

Como a atividade era lucrativa para o fisco da Coroa em virtude da taxaço, desenvolveu-se como atividade fundamental para manutenção do empreendimento colonial

americano. Internamente passou a ter maior relevância a partir dos alvarás que incentivaram o desenvolvimento dos engenhos de açúcar baseados na exploração do trabalho de escravizados africanos. Considerado o império português, as áreas de dominação foram se especializando nos ramos do sistema colonial escravista, sendo que Angola desempenhou papel fundamental com o estabelecimento do tráfico atlântico de escravizados (ALEMCASTRO, 2000).

O incremento do comércio de escravizados foi um importante elemento para a reconstituição das relações internas da colônia americana, acalmado os ânimos no tocante à política de utilização da força de trabalho indígena e arrefecendo o conflito entre as ordens religiosas e os donatários e parceiros. Alemcastro (2000, p. 40) assinala que

é somente no terceiro quartel do século XVII – na sequência da reconquista de Angola (1648), da captação dos circuitos negreiros lusitanos até então empreitados pela América espanhola nos contratos dos *asientos*, e do lento declínio da população indígena – que o trabalho escravo africano afigura-se irreversível no Brasil.

As instâncias políticas do sistema colonial se organizam num contexto em que “terra e trabalho não se apresentam [...] como dados independentes, mas como variáveis que são resultantes das forças motrizes do capitalismo comercial” (ALEMCASTRO, 2000, p. 41). De forma a integrar os núcleos de colonização com a metrópole e atendendo ao direcionamento pela tomada e exploração das novas terras na América e África, o viés mercantil do Sistema Colonial afirma-se conformando um entrelaçamento atlântico que caracteriza o império português em transformação.

Também tratando desse movimento, Novais (1989, p. 105) aponta que na conformação do sistema de trocas, que vai se integrando precariamente (consideradas as políticas protecionistas entre as potências), o comércio de escravizados destaca-se como solução para a falta da força de trabalho específica para o trabalho nas plantações, bem como supre as demandas geradas pelos fluxos populacionais metropolitanos e pelo genocídio das populações tradicionais americanas. Assim que o autor salienta que:

na preferência pelo africano revela-se, cremos, mais uma vez, a engrenagem do sistema mercantilista de colonização; esta se processa, repitamo-lo tantas vezes quantas necessário, num sistema de relações tendentes a promover a acumulação primitiva na metrópole; ora, o tráfico negreiro, isto é, o abastecimento das colônias com escravos, abria um novo e importante setor de comércio colonial, enquanto o apresamento dos indígenas era um negócio interno da colônia.

Alemcastro (2000) faz uma apurada leitura dos movimentos que levaram, em África, ao estabelecimento e fortalecimento do comércio de escravizados desde São Tomé, o que conformará o tráfico transatlântico característico do escravismo. Os confrontos entre as nações

e impérios operantes nas trocas e outras formas de exploração da costa ocidental africana delinearum um cenário no qual os portugueses, desde finais do século XV, intensificaram o caráter comercial do aprisionamento e traslado forçado dos nativos africanos.

As consequências do ímpeto colonizador em “civilizar” os povos na complexa trama de ascensão das relações mercantilistas deixaram marcas importantes para o futuro desenvolvimento da produção e das relações de trabalho na colônia. O balanço do expansionismo promovido pelas navegações e capturado pelo mercantilismo sedimentou no “modo de produção escravista”⁴² nos marcos do Antigo Sistema Colonial uma institucionalidade e racionalidade com consequências patentes para o trabalho e a vida social.

Como sistema, o processo de ocupação/invasão dos novos territórios centra-se em elementos que, para Novais (1989, p. 33), indicam que

no conjunto, a exploração ultramar organizada nos quadros do Antigo Sistema Colonial, [...] [distingue] nitidamente três elementos básicos: áreas já densamente povoadas quando do início da expansão marítima europeia, portadoras de civilizações tradicionais, onde a dominação política permitia o comércio vantajoso de alguns produtos de alto valor unitário no mercado europeu como as famosas especiarias do mundo indiano; zonas de povoamento e colonização europeia, onde se estruturaram economias complementares ao capitalismo mercantil europeu, fornecedoras sobretudo de produtos tropicais e metal nobre; e, finalmente, a África fornecedora da força de trabalho escravizada que permite pôr em funcionamento a produção colonial do segundo setor.

Novais (1989), quanto ao sistema colonial baseado no escravismo, ainda põe em relevo a dependência do mercado europeu das determinações da atividade econômica colonial e sua inter-relação retroativa com os interesses em disputa na corte metropolitana. Voltada para a exportação, a produção colonial dispõe ainda de um ramo secundário da produção de artigos de subsistência, destinado ao volátil mercado interno, sendo pautado pelo trabalho livre e pela pequena propriedade.

As características próprias da gestão dos privilégios régios apontaram para um movimento de concentração de renda que, por meio do trabalho forçado, favoreceu a camada

⁴² A categorização da expressão colonial da produção como um Modo de Produção específico encontra elementos nas formulações de Gorender acerca da organização da produção mercantil escravista existente na formação social brasileira (extensível a outros territórios coloniais produtores do sistema de *plantation*), sendo que tais aspectos sedimentam as análises políticas e históricas das relações entre as classes sociais no Brasil. Essa estrutura econômica esteve em oposição às tendências industrialistas de classe da burguesia, ao mesmo tempo que contribuiu seminalmente para o seu desenvolvimento inicial. Saes (1985) buscou caracterizar a especificidade da organização política que estruturou a produção escravista, qual seja “o Estado escravista”. A caracterização realizada por Saes (1985) da expressão política da produção escravista está de acordo com a formulação de Gorender (2000, n.p) na qual este reconhece que “a escravidão teve caráter marcadamente mercantil no Brasil [...]”, mas que fora “uma escravidão ‘industrial’ na acepção de produtiva. Por isso mesmo, ela serviu de base a um sistema de produção, ou seja, a um modo de produção peculiar, o modo de produção escravista colonial” (Ibidem).

do senhorio lusitano e também parcelas do capital internacional remuneradas pelos investimentos realizados na exploração colonial — considerada a participação fundamental dos capitais estrangeiros no empreendimento de instalação e reposição dos elementos materiais da produção colonial. Trata-se do procedimento fundamental no qual “a produção colonial promove a acumulação primitiva na economia europeia” (NOVAIS, 1989, p. 107).

No conjunto das forças produtivas locais, ainda que os povos originários tenham se apropriado de novas técnicas de cultivo, a instalação plena da produção mercantil-escravista baseou-se na exploração por depredação dos recursos naturais com o emprego de baixo nível técnico, não assimilando os desenvolvimentos tecnológicos. No plano do trabalho, tratou-se de manter o escravizado “em níveis culturais infra-humanos, para que não se desperte a sua condição humana – isto é parte indispensável da dominação escravista” (NOVAIS, 1989, p. 108). Logo, apesar da alta lucratividade da *plantation* escravista, sua produtividade é baixa em razão das condições em que opera.

O mercado interno é também tolhido de seu desenvolvimento próprio pela falta e até proibição de instalação de rotas de comércio interno, observados o exclusivo colonial e a reserva de mercado para diversos produtos metropolitanos⁴³. A intensa especialização não abria espaço para além de uma economia secundária de subsistência, que ganhava força moderada apenas nos períodos de declínio das atividades exportadoras. Visando reduzir os custos da reprodução do trabalhador escravizado, também era comum que os produtos necessários fossem produzidos por eles próprios em concomitância com a monocultura.

Desde os arranjos políticos e comerciais estabelecidos pela restauração em 1640, fica evidente a saída portuguesa preferencial no âmbito da diplomacia e das relações comerciais, qual seja, a aliança inglesa, que remonta ao século XIV. Um dos pontos fundamentais desse arranjo diplomático, que terá consequências importantes nos séculos seguintes, remete à relação de defesa mútua. O apoio inglês foi fundamental para a manutenção dos domínios coloniais, mas exigiu uma contrapartida militar e comercial que estreitou as relações comerciais e delineou um cenário de dependência portuguesa ante a potência industrial em ascensão⁴⁴.

⁴³ Os movimentos protecionistas de incentivo à participação metropolitana no quinhão das atividades comerciais na colônia, impostas pelo exclusivo colonial foram, segundo Novais (1989, p. 250), “o limite definidor do sistema no plano comercial, mas ao longo do período mercantilista apresentava várias gradações, desde o monopólio estrito, passando pelas companhias, até o exclusivo mais geral do comércio da colônia pela burguesia da metrópole. Em qualquer dos níveis, operavam mecanismos de transferência de renda das economias periféricas para as centrais, mas em graus de maior ou menor exploração”.

⁴⁴ Novais (1989, p. 42) destaca que “no início do século XVIII redefinia-se o equilíbrio europeu e colonial sob a égide da Inglaterra.” E continua, afirmando que “No novo equilíbrio assentado em Utrecht, o mundo colonial

A proteção política e militar inglesa foi decisiva nos conflitos intraeuropeus e favoreceram o domínio territorial colonial português, especialmente em África e América, bem como forjaram a neutralidade política nos conflitos do velho continente, o que favoreceu a manutenção e intensificação da exploração dos novos territórios. Os arranjos políticos forjados desde a Paz da Westfália (1648) e seus tratados complementares foram as bases para instauração das balizas territoriais e políticas do comércio internacional e do Estado Moderno. Da mesma forma, o desenvolvimento da colônia e a intensificação das relações bilaterais com a Coroa britânica se intensificaram tendo como momentos preponderantes o tratado de Methuen (1703) e, já no século XIX, a proteção que culminaria na transferência da corte portuguesa para a colônia do Brasil e a abertura dos portos (1808).

As consequências da política de neutralidade ancorada na saída inglesa apresentaram desdobramentos para o desenvolvimento da atividade produtiva colonial, restando a instalação de atividades industriais e mantendo o Reino de Portugal e domínios ultramarinos nos limites da produção escravista colonial destinada à produção de gêneros primários para o mercado internacional. Até fins dos Setecentos, a produção colonial orientou-se, por alvarás e determinações metropolitanas, para o desenvolvimento da produção escravista agrícola, marcada pelo pacto colonial em uma estrutura social na qual os beneficiários eram as camadas senhoriais que dispunham dos privilégios régios e, em algumas situações, investidores capazes de mobilizar capital para instalação da produção de monocultura que se espalha pelo território e também incorpora novas demandas internacionais, como a do tabaco, do algodão e do café.

A par e passo, a ocupação territorial avançava em direção ao interior, ampliando os limites territoriais e as áreas de implantação da monocultura exportadora. Não obstante, vai se conformando uma camada social tipicamente “nacional” que, influenciada pelos ideais iluministas, tensiona a política metropolitana para a colônia. Os conflitos internos perpassam

ultramarino pesava significativamente como elemento essencial do equilíbrio das forças europeias; os problemas dinásticos ou territoriais europeus ligavam-se assim inextricavelmente com as tensões de ultramar” (NOVAIS, 1989, p. 43). Em relação a Portugal, sinaliza que “A aliança inglesa era uma garantia de sobrevivência do pequeno reino ibérico como nação colonizadora. Esta a posição com a qual atravessou, basicamente, ileso, a rivalidade colonial anglo-francesa, que dominou todo o século XVIII.” (NOVAIS, 1989, p. 43). Tratando da política econômica e diplomática da metrópole lusitana, indica a saída pela “política de neutralidade da coroa portuguesa nos conflitos geopolíticos das potências comerciais em ascensão”. Novais (1989, p. 49) destaca que “o imperativo da preservação ultramar, por seu turno, inspirava a nação por uma política de neutralidade, observada em todo o período e só abandonada *in extremis*; assim, dependia-se menos da Inglaterra, e esta menos podia exigir pela proteção. Nos confrontos globais, porém, era pela solução inglesa que se optava, pois só esta – dada a crescente superioridade marítima da Inglaterra – podia garantir a preservação das colônias”.

ainda a resistência das populações nativas e das populações escravizadas africanas, dando lugar para a intensificação da repressão diante das tensões.

O feitio do empreendimento colonial português dá notícias de que é o

Estado absolutista, com extrema centralização do poder real, que de certa forma unifica e disciplina uma sociedade organizada em “ordens” e executa uma política mercantilista de fomento do desenvolvimento da economia de mercado, interna e externamente – no plano externo pela exploração ultramarina, tais são as peças do todo que convém articular. (NOVAIS, 1989, p. 63).

Na realização do estabelecimento das rotas de comércio, malgrado a intervenção eclesiástica junto às monarquias europeias como instância mediadora e fornecedora de recursos utilizados nas contendas internas — a exemplo da Inquisição e a perseguição aos cristãos novos —, foi o mercantilismo “um instrumento de unificação, ao mesmo tempo aliás que pressupunha um certo grau de interação do estado nacional para que se pudesse executar” (NOVAIS, 1989, p. 63).

Nessa seara, Novais (1989, p. 58) ainda “sobreleva a importância das normas legais, pois nelas se cristalizavam os objetivos da empresa colonizadora, aquilo que se visava com a colonização”. Desde os ímpetus iniciais de organização da empresa colonizadora, verificou-se uma redefinição das relações de trabalho e a introdução dos elementos fundamentais para a gestão do capitalismo industrial, alterando significativamente a divisão social e internacional do trabalho. A especialização na forma de emprego dos capitais contou com a estruturação jurídica e operacional de empreendimentos públicos-privados, como as companhias de colonização, com destaque para a Companhia Inglesa das Índias Britânicas em 1600 e a destacada Companhia Holandesa das Índias Orientais (1602), sua versão ocidental (1621)⁴⁵.

Ao tratar das relações coloniais, Novais (1989, p. 58) salienta ainda que

as relações coloniais podem, na realidade, ser apreendidas em dois níveis: o primeiro, na extensa legislação ultramarina das várias potências colonizadoras (Portugal, Espanha, Holanda, França, Inglaterra); segundo, no movimento concreto da circulação de umas para outras, isto é, no comércio que faziam entre si, e nas vinculações político-administrativas que envolviam.

⁴⁵ Trata-se de um momento importante de transição entre as potências europeias, no qual novos atores despontam na competição internacional valendo-se de técnicas de gestão, como as sociedades de ações para organizar e estruturar suas rotas e investimentos, fazendo decair a preponderância ibérica no comércio com as Índias. Sobre o tema, Novais (1989, p. 35) comenta que “A constituição (1602) da Companhia Holandesa das Índias Orientais foi um momento dos mais significativos nesta transição; tal empresa organizou-se com uma forma mais moderna e racional, apontando já para a sociedade de ações (sociedade anônima, em que muito cedo se transformaria), e esta modernidade foi certamente o fator preponderante do seu êxito na tarefa de substituir os ibéricos no comércio rendosíssimo das Índias”. Já no caso inglês, pondera que “A companhia Inglesa das Índias Orientais (1600) abriu à Inglaterra os caminhos do Oriente. A princípio aliados dos holandeses na disputa com os portugueses, logo (a partir da década de vinte do século XVII) competidores entre si, tal não impediu a fixação britânica nos entrepostos orientais” (NOVAIS, 1989, p. 35).

Essas legalidades conflitivas e colaborativas entre as metrópoles influenciaram sobremaneira o desenvolvimento das colônias, conformada na subalternidade econômica e política que incrementaram também as diferenciações produtivas e de classe no plano interno. Ao orbitar a economia mercantil europeia, os territórios da América foram objeto de litígio internacional e se valeram da ocupação e da defesa bélica para se conformarem. No caso das colônias lusas, Novais (1989, p. 50) depreende que

[...] o século XVIII foi o momento decisivo de definição das fronteiras entre a América portuguesa e as Índias de Castela. O grande movimento de penetração impulsionado no século anterior vai assumindo ao longo de Setecentos as feições de uma política definida de arredondamento territorial: o domínio do vale amazônico, a margem setentrional do Prata, a posse dos planaltos centrais.

A expansão territorial e a instalação de novas culturas nas diversas regiões de ocupação foram marcadas por uma política comercial variável e especialmente dependente dos acordos internacionais estabelecidos em prol da preservação territorial que colocaram Portugal no intermédio do comércio de suas colônias com outras potências variavelmente parceiras. Esse plano estabeleceu um cenário político de domínio da estrutura do Estado Absolutista luso como administrador das contradições sempre repostas.

Rivalizando com as companhias de comércio, a centralidade do aparelho monárquico português foi fundamental para a definição das formas de exploração do território e da gestão da questão indígena e do aporte de escravizados africanos, o que marcou o estabelecimento do empreendimento colonial centralizado e intermitentemente fechado. Não obstante, as pressões do corso e do contrabando em geral (realizado internamente entre as colônias portuguesas ou entre essas e comerciantes estrangeiros) sempre estiveram presentes e foram alvo de inúmeras ações de coação.

Dadas as condições da colonização em seu sentido mercantil e a constante ampliação de suas contradições, Novais (1989, p. 65) assegura que

só o Estado centralizado pode funcionar como centro organizador da superação da crise ou das crises, catalisando recursos em escala nacional e internacional, avalizando os resultados [...]. Assim se compreende também a forma que assume o capitalismo mercantil em Portugal nesta sua primeira fase moderna, empresa do estado monárquico absolutista.

No plano geral, esse movimento de expansão ultramarina, de colonização e exploração colonial estende-se dos séculos XVI a XVIII, sendo que

no universo da vida econômica, entre a dissolução paulatina da estrutura feudal e a eclosão da produção capitalista, com persistências da primeira e elementos peculiares da segunda, configura-se a etapa intermediária que já se vai tornando usual chamar-se “capitalismo mercantil” pois é o capital

comercial, gerado mais diretamente na circulação das mercadorias que anima toda a vida econômica. (NOVAIS, 1989, p. 62-63).

Em síntese, o sistema colonial “se apresenta como um tipo particular de relações políticas, com dois elementos: um centro de decisão (metrópole) e outro (colônia) subordinado, relações através das quais se estabelece o quadro institucional para que a vida econômica da metrópole seja dinamizada pelas atividades coloniais” (NOVAIS, 1989, p. 62).

As formas de diferenciação do sistema colonial permitiram a constituição de um novo tipo de sociedade em consonância com o movimento de “ocupação, povoamento e valorização das novas áreas, e sua integração nas linhas da economia europeia”. E como expressão das transformações das forças produtivas e instauração do Modo de Produção Capitalista ancorado na acumulação primitiva, “a exploração ultrapassava, dessa forma, o âmbito da circulação de mercadorias para promover a implantação de economias complementares extra-europeias, isto é, atingia propriamente a órbita da produção” (NOVAIS, 1989, p. 68).

Daí deriva sua hipótese da natureza comercial da colonização moderna como fundamento do sentido da colonização. De forma dialética, a produção no capitalismo mercantil dinamizou as relações de classe, que já se expressavam pela abertura potencial das monarquias absolutistas, na apreensão e adoção dos mecanismos das monarquias constitucionais. Para Novais (1989, p. 68), “a expansão da economia de mercado, com os processos correlatos de divisão social do trabalho e especialização da produção e conseqüente elevação do nível geral de produtividade, somente a partir da mecanização da produção industrial adquiriu uma força de autodesenvolvimento”.

Com a permanência dos elementos comerciais “pouco a pouco, se vai produzindo para a troca, e pois a produção vai se especializando. Portanto, acumulação de capital comercial, divisão do trabalho, mercantilização dos bens econômicos, especialização da produção são processos correlatos” (NOVAIS, 1989, p. 69). Nesse movimento, “o capital penetra na produção. Do artesanato a manufatura onde já estão dissociados capital e trabalho, e desta para o sistema fabril, desenrola-se o processo de formação do capitalismo, que cobre todo o período do fim da idade média até a revolução industrial, quando se completa” (NOVAIS, 1989, p. 69).

Como parte da formação do mercado mundial, o colonialismo de base mercantilista promoveu uma “ampla acumulação de capital por parte da camada empresária, e de outro, expansão crescente do mercado consumidor de produtos manufaturados” (NOVAIS, 1989, p. 70). Para Novais (1989, p. 72), “é no regime de comércio entre metrópole e colônias que se

situa o elemento essencial desse mecanismo” de funcionamento do Antigo Sistema Colonial do mercantilismo. E continua:

Reservando-se a exclusividade do comércio com o ultramar, as metrópoles europeias na realidade organizavam um quadro institucional de relações tendentes a promover necessariamente um estímulo à acumulação primitiva de capital na economia metropolitana a expensas das economias periféricas coloniais. (NOVAIS, 1989, p. 70).

O caráter mercantil estruturou as formas de apropriação da riqueza mediante privilégios monárquicos, permitindo à Coroa ser a receptora de parte dos dividendos que circulavam nos portos coloniais. As influências de uma teoria econômica metalista também contribuíram para os movimentos que mantiveram a estrutura de classes vinculada à corte, sem a diferenciação característica das vias “clássicas” de transição para o capitalismo. Da mesma forma, é preciso destacar que o monopólio régio português dava-se em estrita dependência externa dos acordos diplomáticos e dos investimentos externos. A política de neutralidade ancorada na saída inglesa e os capitais dos flandres ditavam as condições de realização da economia colonial.

Se inicialmente o controle do comércio de diversos gêneros (de especiarias ao comércio de escravizados no século XVI) por meio do monopólio e do pacto colonial permitiram um aviltante enriquecimento concentrado das camadas vinculadas à atividade, suas contradições revelam que “o esquema montado do ‘capitalismo monárquico’ acabava por frustrar a racionalidade da empresa de comercialização dos produtos orientais, enfraquecendo sobremaneira a posição portuguesa no conjunto, terminando por provocar quebras e falências” (NOVAIS, 1989, p. 74).

O funcionamento do Sistema Colonial se estruturou pela intervenção régia nos processos comerciais e na participação das atividades colonizadoras que desde meados do século XVIII foram incrementadas pela exploração aurífera na região das Minas Gerais, promovendo um grande deslocamento populacional e uma diversificação nas atividades que orbitaram a atividade econômica. Se havia uma via “normalizada” indicando o dever ser das relações econômicas em relação à Coroa, é cabal que o contrabando e o corso tenham desempenhado um papel relevante no tensionamento dos interesses da colônia e de potências estrangeiras, o que igualmente reverberou em momentos de agudização do protecionismo relacionado ao exclusivo colonial.

A acumulação primitiva realizada pela exploração colonial em favor das nações europeias colonialistas engendrou um cenário de competição internacional e de conflitos armados que tensionaram as relações no seio da colônia, contribuindo para seu processo intermitente de responsividade às demandas metropolitanas. Em Novais (1989, p. 88)

encontramos apontamentos que indicam a forma de ocorrência desse movimento, sendo que para ele:

As tensões da concorrência, a luta das potências, o contrabando, eram processos que operavam dentro do mesmo sistema básico, não negavam o sistema [...] os conflitos se davam exatamente em torno do usufruto de suas vantagens, na redistribuição dos lucros comerciais e coloniais, ultramarinos em suma, entre as várias nações do Velho Mundo.

Ao final do século XVIII a colônia brasileira desenvolvia apenas embrionariamente alguma atividade industrial, o que foi abortado pelo ato proibitório de 1785, o qual estabeleceu um padrão para o tratamento do algodão e para a produção têxtil, bem como ordenou uma política de industrialização para a metrópole que só residualmente afetou as atividades na colônia. A crise enfrentada por Portugal em razão do atraso em relação ao desenvolvimento industrial acelerado de outras nações europeias colocou a nu a manutenção do protecionismo e a subalternidade internacional assumidas no período anterior.

Na metrópole, as questões sucessórias monárquicas levaram à instauração de um período regencial no qual a Rainha Maria I restituiu o poder do Marquês de Pombal. De inspiração iluminista e caracterizada como despotismo esclarecido, as ordenações pombalinas buscaram estabelecer uma “política de industrialização” que fizesse frente ao atraso técnico da nação ibérica⁴⁶. O reformismo tratou de equalizar a economia portuguesa e de suas colônias no âmbito internacional. Acerca das medidas metropolitanas para sair da estagnação econômica, Novais (1989, p. 284-285) destaca, no tocante ao Brasil, que

A política colonial da época ilustrada não visava, pois, a proibição genérica de todo e qualquer tipo de indústria; subordinava, pelo contrário, proibições e incentivos, ao plano mais geral de desenvolvimento em que julgava possível integrar, superando as contradições inerentes ao Antigo Sistema Colonial, o progresso da metrópole e da colônia.

Entretanto, os antagonismos internos e a legalidade da transição clássica para o capitalismo operada na Ilha Britânica e na França forcejaram a estrutura de dependência para incorporação dos produtos industriais ingleses e incrementaram a demanda pelos produtos especializados da colônia, tensionando e aumentando o volume da produção colonial escravista.

Os conflitos internos aumentam e revoltas, como a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana, extrapolam os limites dos interesses metropolitanos. Todavia, a política

⁴⁶ Cf. Novais (1989), o qual infere que o despotismo ilustrado português contou com diversas fases, sendo que apenas a última enverada especificamente numa trincheira de industrialização. Para o autor: “O consulado pombalino, cremos, pode ser encarado como o mais sério esforço levado a efeito pela metrópole portuguesa para pôr em funcionamento a exploração econômica do ultramar e o concomitante desenvolvimento da economia metropolitana, em moldes mercantilistas clássicos” (NOVAIS, 1989, p. 10).

repressiva com alianças entre os setores escravistas tradicionais garantirá um respiro aos interesses da burguesia comercial portuguesa em consonância com os interesses dos senhores de escravos oligarcas brasileiros.

Como já apontado, as imbricações entre a produção colonial e o desenvolvimento comercial e industrial das nações europeias despontam contradições inerentes à estrutura de exploração colonial, mantendo uma constante crise entre os elementos da produção e as formas de reprodução social. Para Portugal e, também, para o Brasil, as consequências desse movimento tensionam as estruturas governamentais e produtivas visto que,

organizado num vasto mecanismo de aceleração da acumulação primitiva, o Antigo Sistema Colonial, na medida em que funcionava, ia se constituindo cada vez mais em fator da passagem para o capitalismo industrial; o que por sua vez significava a emergência de condições que se não compatibilizavam com a permanência desse mesmo sistema de colonização mercantilista; exclusivo, escravismo, de fatores de acumulação, tornam-se óbices do desenvolvimento. (NOVAIS, 1989, p. 300).

Noutras latitudes, o incremento das contradições do sistema colonial ensejará o desponte de novas forças sociais, a exemplo da América Inglesa ao norte. As contradições nesse caso eram ainda mais patentes, observados o desenvolvimento industrial e a forma de relação estabelecida durante a ação das companhias de colonização. Por este motivo, Novais (1989) localiza na secessão das 13 províncias e na formação dos Estados Unidos da América, bem como na revolução haitiana e também na revolução francesa, os elementos de derrocada do colonialismo mercantil ou do Antigo Sistema Colonial, que é fagocitado pelos elementos da produção capitalista e passa a funcionar com a legalidade própria do desenvolvimento industrial e das relações de trabalho e produção tipicamente capitalistas em sua fase concorrencial. Como veremos, o movimento de transformação operado pelos incrementos nas forças produtivas e reconstituição das relações e estruturas políticas não significará a superação das relações específicas no Modo de Produção Escravista no Brasil.

Esse movimento teve consequências estruturais ao sul do globo, mas não significou um caminho unilateral, reverberando na singularidade da transferência da corte e da administração metropolitana para a Colônia brasileira, especificamente para o Rio de Janeiro, em decorrência dos conflitos europeus e do processo de expansão francesa por meio das guerras napoleônicas. Ao passo que os conflitos europeus deram lugar a progressiva independência da América espanhola e francesa nas Américas, o Brasil se viu enredado em uma nova fase política na qual era o centro do império português e, depois de 1815, do Reino de Portugal, Brasil e Algarves.

Novais (1989, p. 13), estabelecendo o impacto da crise do sistema colonial para a economia brasileira, sinaliza que

A crise do sistema colonial é, portanto, aqui entendida como o conjunto de tendências políticas e econômicas que forcejavam no sentido de distender ou mesmo desatar os laços de subordinação que vinculavam as colônias ultramarinas às metrópoles europeias. Elas se manifestam no bojo da crise do Antigo Regime, variando e reajustando-se ao ritmo daquela transformação. Isto significa, desde logo, que tal crise pode perfeitamente coexistir com uma etapa de franca expansão da produção e do comércio colonial, como é o caso do sistema colonial português desta época.

Há um tensionamento pelo reestabelecimento do pacto colonial após a revolução do Porto, o que motiva o retorno da família real para Portugal e instaura um breve governo provisório que é desmantelado pela independência do território colonial. Retomaremos esse ponto a seguir, recuperando o significado da instalação da família real no Brasil e sua importância para o sufocamento das tendências republicanas, que só viriam a se consolidar, ainda que no plano da instituição do Estado Burguês, em finais do século XIX.

Em síntese, o período colonial foi marcado, em termos produtivos, pela ocupação das terras coloniais e, ao longo de dois séculos e meio, utilizou-se das estruturas da corte e do financiamento de capitais diversos para coordenar a exploração de víveres e minérios destinados ao comércio internacional, que sob o regime de trabalho escravo, conformou o Modo de Produção Escravista. Por intermédio da estrutura administrativa representada por uma série de instrumentos, como as cartas, alvarás, ordenações, entre outros artificios jurídicos baseados no direito religioso (*jus pontifex*), valeu-se do privilégio régio para conceder terras e incentivos especialmente para membros da corte, fomentando uma concentração de renda entre os donatários e o enriquecimento dos comerciantes portugueses, com restrições às atividades dos “nacionais” do território colonial.

O tráfico de escravizados de África foi, desde meados do século XVII, a mola mestra da produção de açúcar e, posteriormente, de algodão, ouro, tabaco, café, entre outros produtos que, destinados ao mercado internacional, foram centrais para a acumulação primitiva realizada pelo investimento de capitais estrangeiros em parceria com a própria corte ou de forma privada com os donatários. No entanto, a produção para o mercado interno contava com um núcleo que orbitava a economia escravista colonial, desenvolvendo relações com ele em estrita dependência. Nesse caso, indígenas em situação de trabalho escravo, ligados às ordens religiosas ou em colaboração com as novas forças do território, tiveram extrema relevância para manutenção reprodutiva das atividades econômicas do estilo *plantation*. Da mesma forma, degredados por condenações criminais e, também, perseguidos políticos e religiosos (cristãos novos) participaram do processo colonizador que viria a conformar o território brasileiro.

Vê-se que o período colonial estabeleceu as bases para o atual sistema de estruturação sociorracial e de classe atualmente vigente no país, valendo-se do estabelecimento exógeno de papéis e tarefas, especialmente para a realização do trabalho atrelado à condição de subordinação total, característico da ausência de liberdade ou mobilidade social. Foram padrões normativos impostos pelas metrópoles caracterizando sociedades verticalizadas e complexas pelos desdobramentos da realização do padrão metropolitano nos territórios coloniais completamente distintos.

Na estrutura sociorracial brasileira do período colonial a base é compreendida pela população escravizada, inicialmente composta pela população originária e posteriormente pela população africana escravizada e trazida para o território a ser explorado nos termos da empresa colonizadora. As camadas intermediárias eram formadas pelos/as mestiços/as que ocupavam um setor extremamente dependente e circunstancial de acordo com a política colonial na maioria das vezes. Já o topo da pirâmide social brasileira no período colonial era formada pelos próprios colonizadores. Esse grupo dominante não era o grupo numericamente preponderante, visto que a maioria da população era composta pelas camadas étnicas dos povos originários e escravizados africanos.

A miscigenação desses grupos dominantes com os grupos subalternizados não significou a implantação de um regime de democracia racial, visto que as barragens de cunho social, político e religioso operaram com vistas à manutenção do poderio da nobreza metropolitana. Destaca-se que o privilégio da concessão de terras em favor, quase que exclusivamente, da nobreza portuguesa foi o mecanismo fundamental de estruturação e reprodução do sistema colonial.

O processo de nacionalização intergeracional das camadas dos proprietários de terras pesou para a conformação de interesses divergentes entre as elites lusas e brasileiras, processo que só seria efetivamente desmantelado com as lutas pós-independência e a substituição dos comandos portugueses nas principais instituições do governo imperial, em especial, o exército.

3.2.2 Império do Brasil e os elementos de transição para a república

Os desdobramentos dos conflitos imperialistas europeus e, em especial, o movimento de reação durante o período revolucionário francês, concorreram para transformações únicas ocorridas no Brasil, alterando o *status* jurídico da colônia e colocando os principais elementos da corte portuguesa no território nacional. A vinda da família real em 1808 (fugida em 1807 de

uma campanha militar napoleônica em retaliação à não adesão à política de bloqueio continental imposto à Inglaterra) transformou as relações de poder locais, interpondo determinações econômicas, políticas e sociais que reverberam seus efeitos até os dias atuais.

Se o alvorecer do século XIX significou a deflagração dos processos de independência nos principais países sul-americanos, o caso brasileiro foi diferenciado. Ainda que nas décadas anteriores, e também nas seguintes, os conflitos independentistas tenham se agudizado, a intensificação da violência e da repressão tolheu as intencionalidades republicanas e arrastou por quase um século o Modo de Produção Escravista e a monarquia como sua expressão política.

Os tensionamentos preexistentes entre a tendência de manutenção e acirramento do exclusivo colonial e os interesses locais mantiveram uma condição de prevalência unilateral das vantagens metropolitanas, acirrando os conflitos no âmbito da estrutura estatal após a instalação do governo geral (1763). Seu antagonista principal foram as câmaras municipais, nas quais se manifestavam os interesses dos locais em contraposição à política lusa de centralização do comércio e taxação da produção colonial.

Como vimos, o exclusivo colonial e a política de neutralidade da Coroa portuguesa (NOVAIS, 1989) foram aspectos fulcrais para que a pequena e atrasada nação ibérica mantivesse seus territórios ultramarinos durante a crise do sistema colonial. Entretanto, a nova configuração europeia forceja a adoção de novas políticas em razão da saída inglesa, a qual foi acionada em detrimento das demandas francesas pelo isolamento da ilha britânica no plano internacional.

O desenvolvimento industrial e as transformações econômicas e sociais pelas quais passavam as potências europeias indicam a plena vigência da fase concorrencial do desenvolvimento capitalista, na qual os conflitos imperialistas desempenharam papel fundamental para o fracionamento do mundo colonial e para o estabelecimento das hegemonias internas. Com uma recente política industrial, Portugal não dispunha de condições bélicas para disputar com o bloco em ascensão, refugiando-se no Brasil com o apoio do antagonista principal dessas forças, a nação monárquica com a qual mantinha uma longa história de colaboração e proteção mútua.

Coexistindo no território brasileiro após a fuga da monarquia portuguesa sob a guarda de navios ingleses, a instalação das classes dominantes lusas na cidade do Rio de Janeiro criou determinações conflitivas para as classes dominantes locais, desestabilizando os principais elementos do pacto colonial baseado no exclusivo metropolitano. Isso impactou também os setores dominantes do comércio colonial que buscaram vantagens para continuar operando sem

grande impacto em suas receitas. Assim que as medidas governamentais da monarquia absolutista radicada na colônia buscaram atender/pagar as exigências britânicas para minimizar as consequências do isolamento promovido por Napoleão, realizando a abertura dos portos em abril de 1808 e a revogação do Alvará de 1785 — que proibia o desenvolvimento de uma gama de atividades industriais —, ao passo que taxou com menor alíquota os comerciantes portugueses e concedeu-lhes vantagens no tocante às mercadorias manufaturadas (SAES, 1985).

Nesse ínterim, o comércio nacional com “as nações amigas” — no caso a Inglaterra — ofereceu aos comerciantes britânicos uma vantagem ainda maior, com alíquotas reduzidas para realização do comércio marítimo internacional, permitindo uma alternativa para a comercialização de seus produtos industriais que se espalharam pelo globo pelas determinações próprias da vantagem concorrencial que impulsionou o imperialismo britânico desde meados do século XVIII. As vantagens concorrenciais da produção industrial baseada no trabalho livre permitiram aos industriais ingleses operar um incremento produtivo que não tinha paralelo na produção escravista ou na manufatura tradicional.

A ascensão da grande indústria, concomitante a uma nova fase de desenvolvimento científico e técnico que conformou o período vitoriano inglês, impulsionou as determinações da acumulação capitalista e a concorrência entre as potências europeias e os diferentes ramos industriais expandiram o volume de capitais e demandaram novos setores de investimentos, significando uma revolução para a divisão social do trabalho e um aprofundamento do movimento de individuação. Por seu turno, também os conflitos sociais se intensificam e a conformação de uma classe tipicamente operária delinea a estruturação das classes fundamentais no capitalismo central.

Sobremaneira, tal processo, observado desde o ponto de vista da totalidade, significou um incremento da demanda internacional pelos produtos primários da produção escravista, motivo pelo qual a economia agroexportadora brasileira recebeu pressões contraditórias para aumentar o volume de sua produção, bem como para extinguir o trabalho compulsório, que era o elemento fundamental de seu funcionamento. Essa contraditoriedade marcou as relações políticas internacionais do período e se arrasta até a abolição oficial da escravidão e a consequente Proclamação da República.

A periodização do início do século XIX até seu final conta com diferentes análises acerca do papel e importância de acontecimentos e transformações operadas na vida econômica e política brasileira. Por exemplo, Moura (1994) trata o período com base nas determinações

do regime de trabalho escravo, indicando que até 1850 operou o escravismo pleno e que, de 1850 a 1888, o escravismo tardio, manifestando a centralidade das lutas dos escravizados como eixo central do tensionamento político e a mola mestra do Modo de Produção Escravista em relação aos movimentos abolicionistas, independentistas e republicanos.

Já para Saes (1985), que analisa o período para compreender especificamente a formação do Estado burguês no Brasil, o período que se estende entre 1808 e 1831 é considerado como “fase semicolonial do Estado escravista moderno” brasileiro, considerando as camadas de interação e conflito que se arrolaram no início do século XIX através do globo. No Brasil, após 1831, ano da abdicação de D. Pedro I — que reinará em Portugal como Pedro IV —, se caracterizará, de acordo com Saes (1985), o Estado Escravista Moderno Pós-Colonial, marcado pelo período regencial e pela preponderância dos interesses das elites nacionais sob a órbita da dominação inglesa, o que se estende pelo segundo reinado.

A peculiaridade da transferência da corte portuguesa para o território brasileiro transplanta geograficamente os conflitos, já acirrados, com a implantação da burocracia monárquica que se constitui no aparelho de administração colonial então vigente. As tensões entre os interesses portugueses e nacionais já tinham encontrado palco na Inconfidência Mineira e na Conjuração Baiana, movimentos independentistas; o segundo, também abolicionista. Todavia, mais que acirrar os conflitos com os nacionais, a corte portuguesa também enfrentou os conflitos entre os grupos de interesse internos, vista a diversificação que operava pós-período pombalino, com uma crescente demanda pelo desenvolvimento industrial.

Desde a vinda da família real e seu estabelecimento no Brasil, os conflitos europeus foram parcialmente resolvidos e a permanência do Rei de Portugal em território brasileiro deixou descontentes as elites portuguesas, implicando em movimentos contestatórios que demandaram seu retorno. No Brasil, mesmo após a independência em 1822, a estrutura semicolonial manteve-se em vigor, pois, como caracterizado por Saes (1985, p. 98):

se entre 1808 e 1831 o Estado escravista assumiu um caráter semicolonial, isso não decorreu do fato de que por vezes a renda monetária escravista e o lucro comercial retido na colônia fossem, nesse período superiores ao lucro apurado, no comércio colonial, pelos mercadores metropolitanos (essa oportunidade ocasional era umas possibilidades contidas nos limites do pacto colonial); mas decorreu do fato de, nessa fase, a hegemonia a final consolidada das classes dominantes portuguesas (= vantagem agora unilateral da manutenção do regime de monopólio) ter sido desestabilizada por obra, não de um órgão como as Câmaras Municipais (controladas diretamente pelas classes dominantes locais), mas da própria burocracia absolutista emigrada.

As vantagens do ciclo do ouro e as transformações da estrutura institucional ocasionadas pelo deslocamento da exploração colonial para a região centro-sul incrementaram a demanda

por trabalhadores escravizados, ampliando os incentivos, em especial, para o cultivo do café nessa região. Assim que o Estado escravista, em pleno vigor, passa a contar com um agregado administrativo metropolitano. Trata-se de um processo no qual “a burocracia pré-burguesa do Estado absolutista português perdeu a sua base territorial (Portugal) e conquistou uma nova base territorial (Brasil), agregando-se ao aparelho de Estado escravista colonial aí existente” (SAES, 1985, p. 97).

Na Portugal ocupada e, depois, administrada por uma junta inglesa é que se desenrolaram os movimentos que culminaram na Revolução do Porto (1820). Esse foi um episódio decisivo para o movimento de independência do território brasileiro, visto que a independência significou a recusa do retorno ao *status* de colônia pelas classes dominantes locais, em razão de as elites portuguesas objetivarem retomar as bases do Pacto Colonial mediante o reestabelecimento do exclusivo colonial.

As relações baseadas no exclusivo colonial foram redimensionadas nos compromissos fiscais assumidos pelas elites locais e internacionais, entretanto, mesmo com esse compromisso,

tornou-se instável, irregular e vacilante a relação entre a burocracia absolutista emigrada para a colônia e as classes dominantes metropolitanas; aquela não mais defendia, de modo sistemático, os interesses destas, tendo se tornado sensível à pressão dos interesses locais e dos interesses da burguesia industrial (SAES, 1985, p. 97).

Com a situação estabilizada em território europeu, a família real não empreendeu esforços para restituir a administração régia ao território português. Assim, em Portugal instaura-se uma intensa crise econômica e a governança sob intervenção externa exacerbou o descontentamento dos grupos de influência, pressionando pelo retorno da família real por meio do parlamento que reunia os elementos da corte.

A relutância em retomar as atividades em Portugal resultou em uma radicalização do movimento que logrou sucesso em pressionar pelo retorno de D. João VI. Entretanto, em 1815 o rei havia criado o Reino Unido para justificar sua permanência no Brasil ante outras monarquias europeias, legitimando seus domínios diante das ameaças externas.

Internamente, a Revolução Pernambucana de 1817 demonstrava os tensionamentos do período em prol dos poderes locais, muitas vezes manifestando caráter liberal inspirado pelas relações que compeliram o fim do antigo sistema colonial e o questionamento do regime monárquico. A resposta bélica e política buscou desencorajar outros movimentos separatistas que surgiam das próprias legalidades das diferenciações regionais de desenvolvimento. Esse elemento é uma constante na constituição da colônia e se agrava com a crise do sistema colonial.

Em 1821 o rei retorna a Portugal em razão da pressão das elites portuguesas e nomeia Pedro I como príncipe regente. Já sem a presença da administração direta da corte, as elites locais brasileiras se fortalecem ao conseguirem impor seus interesses com maior permeabilidade. Seguidamente, em resposta às pressões pelo retorno do príncipe herdeiro do trono português, a independência revelou uma recusa das demandas das cortes portuguesas, engendrando uma série de conflitos internos e redesenhando as relações internacionais na nova nação independente.

Uma das marcas institucionais do aparelho de Estado imperial pré-burguês foi a instabilidade, isso quando considerados os aspectos mais centrais da dominação burocrática e bélica, expressa nos aparelhos judiciários e nas forças armadas. A Constituição de 1824 buscou estruturar o aparelho de governo de forma a reunir os nacionais em torno dos interesses prevalentes em razão de sua constituição anterior, não implicando explicitamente numa nova direção política, mas em sua reestruturação.

A declaração de independência de 1822 teve caráter formal (SAES, 1985), asseverando o movimento das forças internas, tanto as coloniais quanto as anticoloniais, no âmbito do aparelho de Estado, em especial com a profusão de movimentos separatistas, como na Bahia, e que se consolidaram num equilíbrio instável que levou à promulgação da Constituição de 1824.

É nesse contexto que a monarquia constitucional se vale das instituições legislativas para reunir os interesses nacionais de forma a diluí-los e avançar em uma política pouco eficaz do ponto de vista operacional, mas absolutamente funcional no sentido de distender os conflitos de interesses e formar novos blocos para o que caracterizou uma transição lenta, gradual e progressiva de transformação das estruturas do Estado Escravista (emancipacionismo em oposição ao abolicionismo) que se metamorfoseia em Estado Burguês em razão de sua forma de funcionamento, acomodando as transformações específicas no processo de trabalho e na divisão social do trabalho.

Politicamente, o governo imperial gestionou ainda os conflitos externos, sobretudo a pressão inglesa pela interrupção do tráfico negreiro e pela abolição da escravatura. Como tais interesses não eram consenso nem no parlamento inglês, a participação do elemento estrangeiro e a conservação dos interesses nacionais se mesclam numa prática evidentemente escravista e numa legislação que ocultava o escravismo e que só fez concessões nos momentos limite⁴⁷.

⁴⁷ Um dos exemplos que caracteriza a distensão infinda operada pelas elites dirigentes do Estado Imperial no sentido da conservação da estrutura econômica escravista que animava as principais atividades nacionais foi a pressão bélica inglesa, ratificada pelo parlamento inglês pela *Bill Aberdeen* (1845), que autorizava a marinha

A caracterização de Saes (1985) quanto ao caráter pré-burguês do Estado Imperial se vale da análise da forma política assumida pelas instituições e pelos conflitos gestados nessa forma monárquica centralizadora. A definição do poder político regional determinada pelas posses e a necessidade de ratificação do imperador definiam o aparelho de Estado, que continuava a operar os interesses coloniais sob novas bases. Seu caráter predominantemente patrimonial é o fator central dessa indicação.

Internamente, no período pós-1831, o Estado Imperial continua assumindo a gestão política do Modo de Produção Escravista, observada sua limitação diretiva em torno das classes possuidoras. Portanto, a estrutura política e jurídica desse Estado buscou acomodar um direito capaz de intervir nos conflitos sociais que expressavam as contradições entre as classes fundamentais.

Em Saes encontramos uma análise apurada do conjunto dos éditos que vigoraram durante o período, sendo eles: “Constituição de 1824, Ordenações Filipinas (legislação civil até 1855) e Consolidação das Leis Civis (1855, autoria de Teixeira de Freitas), Código Criminal (1830) e Código de Processo Criminal (1832), Código Comercial (1850)” (SAES, 1985, p. 107-108). A imiscuidade com que operaram os diferentes instrumentos legais que orientaram o direito e o Estado Escravista no Império manteve e impulsionou as estruturas do Modo de Produção Escravista em torno dos interesses comerciais dos traficantes de escravos e dos produtores de café e outros gêneros alimentícios destinados à exportação.

A diversidade textual, em termos de fundamentação ideo-filosófica, serviu para ocultar o caráter estritamente escravista da sociedade brasileira. Ao passo que o processo constituinte foi tomado de assalto pelo imperador Pedro I e que ele enfrentava as pressões também de grupos sociais abolicionistas e republicanos, a Constituição de 1824 não assumiu explicitamente um caráter escravista, mas se refugiou no formalismo para enredar nas legislações complementares a administração das relações sociais entre os “cidadãos brasileiros” que estavam cindidos entre homens livres e homens sobre os quais outros detinham a propriedade.

A relação de propriedade é a base do direito escravista, considerada a necessidade do estabelecimento da hierarquia e da estrutura para sua garantia. Na condição de propriedade, a posse do escravizado e a gestão de seu trabalho foram reguladas para justificar as trocas mercantis operadas pelas elites de traficantes de escravos. Assim que, para Saes (1985, p. 108),

inglesa a combater o tráfico negreiro no Atlântico Sul. Em julho de 1850 um episódio de enfrentamento entre a marinha britânica e elementos da guarda nacional no Porto de Paranaguá colocaram em marcha um conflito que culminou na aprovação da Lei Euzébio de Queirós como reparação às baixas e danos infligidos contra marinheiros e equipamentos ingleses.

É [...] incorreto qualificar a constituição de 1824 como uma Constituição burguesa liberal em contradição com o caráter escravista do direito civil e da estrutura econômica; entre a Constituição imperial e o direito civil imperial não existia contradição, mas unidade com a dominância do direito civil, onde estavam definidas as categorias escravo e (pelo menos de modo negativo: o anti-escravo) de homem livre.

Na Consolidação das Leis Civis se expressou o caráter defensivo do direito imperial escravista, que estabeleceu suas normas quanto às práticas escravistas no que se convencionou chamar “Código Negro”, que consistia “num corpo à parte [...] disposto ao pé da página, à guisa de notas aos artigos constantes do corpo principal” (SAES, 1985, p. 109). As edições da consolidação das leis civis, que foram elaboradas por Teixeira de Freitas, expressam a ambiguidade com que o legislador busca acomodar os interesses escravistas em uma elaboração que se pretendia científica e funcionalmente conectada com as determinações de uma sociedade liberal onde vigora o pleno interesse do capitalismo central.

Vê-se, portanto, “um esforço da classe dominante escravista, já sujeitas a pressões diversas (dentre as quais a pressão anti-tráfico da burguesia industrial inglesa), para ocultar o caráter escravista da legislação civil mediante o recurso da separação espacial entre as normas” (SAES, 1985, p. 109). Para regular o lucrativo mercado de escravizados e realizar a manutenção da vida social no Modo de Produção Escravista — que dependia medularmente da reposição da força de trabalho trazida forçadamente de África —, articularam-se uma série de medidas legais que estabelecem o caráter moderno da ação estatal conjugando aspectos do direito civil e do direito comercial baseadas no trabalho escravo.

Não obstante, o principal aspecto de regulação da vida social e dos conflitos entre as classes no âmbito cotidiano deriva do Código Penal, o qual, para Saes (1985, p. 112), “indicava, abertamente, seu caráter escravista”. Tal legislação buscou intimidar a população escravizada que se envolvesse em tentativa de sublevação ou que intentasse contra a vida e a integridade de seu senhor. A proteção ao escravo se restringia ao seu reconhecimento jurídico como coisa, ensejando indenização em caso de ofensa realizada por outrem, e apenas secundariamente houve respostas para o atenuamento das revoltas escravas com a edição de leis que impediam castigos dos ferros e o açoite em trabalhos forçados (1865) e, mais tarde (1886), castigos corporais (SAES, 1985).

A organização do Estado Imperial Escravista também, pela condição de sua estrutura, impedia que escravizados tivessem acesso aos aparelhos de Estado. Ainda que o Estado mantivesse um contingente de escravizados trabalhando na manutenção de sua estrutura geral, eles não gozavam das prerrogativas dos funcionários de Estado.

A gestão do trabalho livre, realizada de forma mais específica, mas sem um efeito generalizado, se realizou pela edição de uma legislação que girou em torno dos Contratos de Locação de Serviços de 1830, 1837 e de 1879. Nesse momento, precisamos enveredar pela questão da imigração, de forma a compreender o extenso movimento que aparece nas instâncias políticas para buscar alternativas à manutenção da produção agrícola do latifúndio e que, ao mesmo tempo, tenciona essas mesmas relações de produção.

A relação entre imigração, escravidão e divisão social do trabalho é marca indelével do movimento de constituição do mercado de trabalho “livre” brasileiro e diverge significativamente do processo “regular” ou “clássico” de constituição desse tipo de trabalho no Velho Continente. Entretanto, a relação de propriedade e as formas de expropriação e destruição dos modos de vida tradicionais e suas formas de subsistência são uma marca comum entre esses processos. Assim que, tanto para escravizados, ex-escravizados, imigrantes e para a força de trabalho livre que poderia se acoplar às relações de produção capitalistas, a incorporação dessas determinações do processo de trabalho foi forjada pela dominação econômica dos latifundiários e pela impossibilidade material de autodesenvolvimento autônomo, não implicando na ascensão de uma “nova” classe ao poder, como é o caso da burguesia tradicional, com as implicações que já tratamos no primeiro capítulo e que trataremos na sequência.

Nas sociedades escravistas, o trabalho regular e disciplinado já era realizado desde há muito pelos trabalhadores escravizados, o que, por sua centralidade, constituiu formas produtivas marginais em decorrência das limitações impostas pelo pacto colonial à sua diferenciação. De toda forma, a cultura do trabalho em território nacional, que permeava todos os setores da sociedade que eram diretamente a ele ligadas, esteve intimamente ligada à experiência do cativo e à resistência na adoção das novas formas. Conrad (1972) demonstra com riqueza a estrutura social escravista já em plena crise e intimamente dependente do trabalho escravo, visto que as modalidades de escravidão já se espraiavam para todas as formas produtivas, inclusive para o trabalho doméstico e a venda da força de trabalho de propriedade individual, a exemplo dos escravos de ganho ou de aluguel.

Mais que isso, a dependência do valor expresso pelo escravizado monetariamente era a referência para a conservação da estrutura de classes, que apenas politicamente buscou dar tratamento às demandas internas e ao seu reposicionamento internacional. O valor do escravizado, em termos de propriedade, excedia o dos equipamentos e das terras, sendo o fator principal de garantia para o financiamento dos ciclos produtivos do agronegócio escravista

(chamaremos assim o latifúndio agroexportador). Como o capital já dominava o movimento financeiro da produção (como capital bancário), a extinção do direito escravista de propriedade foi um processo que exigiu grandes transformações para a entrada do Brasil na esfera da circulação internacional capitaneada pelo capital industrial (alicerçado igualmente no capital bancário).

Também Kowarick (2019) assinala o movimento de interação entre as formas ascendentes e decadentes de arregimentação de trabalho para a grande lavoura, especialmente cafeeira, no século XIX. Para ele, todos os parâmetros para realização do trabalho estavam baseados no cativo, motivo pelo qual trabalhar para outrem, ante a sociedade nacional livre, era uma forma degradada de existência.

A multiplicidade regional da decadência e ascensão dos ciclos econômicos capturados pela demanda internacional e por fatores internos como o esgotamento das áreas produtivas, as condições climáticas, e também sociais, apresentaram legalidades próprias na gestão da questão do trabalho escravo e do trabalho imigrante. Assim, a síntese apresentada leva em consideração, especialmente, a situação dos núcleos dinâmicos da produção para o mercado internacional, os quais estavam sedimentados na produção agrícola.

A solução da imigração, expressando os conflitos entre os representantes do escravismo e do antiescravismo, os quais especificaremos melhor a seguir, teve um início tímido e só posteriormente tornou-se a tábua de salvação da economia cafeeira e também de contribuição central para o desenvolvimento industrial e a conformação de uma classe trabalhadora urbana, bem como representou uma política de branqueamento da sociedade brasileira em oposição à incorporação dos ex-escravizados e da contribuição negra para as atividades econômicas e políticas. Nesse movimento de constituição da força de trabalho livre, Kowarick (2019) adverte para a negação do elemento “nacional” na formação da força de trabalho livre, ou seja, assalariada, num contexto de escassez de força de trabalho e de aceleração da demanda internacional pelos produtos agrícolas brasileiros.

Para solucionar a questão, “a fórmula utilizada pela grande propriedade cafeeira foi a importação de estrangeiros, inicialmente da Itália e, posteriormente, da Espanha, Portugal e Japão” (KOWARICK, 2019, p. 17). Do ponto de vista dos custos de produção, movimento acompanhado de diferentes formas de envolvimento do Estado na garantia das condições de produção, se reconhece que “a exploração da força de trabalho diretamente engajada no processo produtivo relaciona-se dialética e contraditoriamente com um exército de reserva

disponível para ser mobilizado pelo capital” (KOWARICK, 2019, p. 18-20). Isso influenciou a posterior forma de resistência e luta da classe trabalhadora em formação, cindida pelo aspecto racial e nacional de seus elementos constituintes.

Forja-se, assim, uma condição na qual

no processo de expansão e consolidação do capitalismo no Brasil, a força de trabalho pode ser superexplorada - e em larga medida, até dilapidada - na medida em que o capital teve ao seu dispor não só condições de domínio político extremamente favoráveis, mas também um excedente de mão de obra que permitia levar à acentuada pauperização expressivos segmentos de trabalhadores, tanto rurais, quanto urbanos (KOWARICK, 2019, p. 20).

Essa política, que vai se estruturando em prol do elemento estrangeiro para assunção dos postos de trabalho remunerados, se faz em detrimento do ex-escravo e dos elementos nacionais, contando com cada vez mais envolvimento do Estado que se organizava em torno dos interesses do agronegócio baseado na grande propriedade. Veremos que isso terá consequências espúrias para a gestão do Estado Burguês pelas oligarquias agrárias agroexportadoras.

Sob o domínio do Estado escravista imperial, o que se via era uma diminuição da disponibilidade de escravizados para suprir a demanda internacional ascendente e a prática do tráfico interprovincial como medida de compensação das perdas do agronegócio na região nordeste e de aplicação dos lucros para os cafeicultores e outros produtores agrícolas do centro-sul. O expressivo aumento do preço do escravizado, especialmente após a proibição do tráfico internacional em 1850 por meio da Lei Euzébio de Queirós, agrava a condição inflacionária do preço da força de trabalho escravizada, mesmo que antes algumas iniciativas já tinham se debruçado por experimentar o trabalho livre realizado por imigrantes.

No tocante à imigração, são patentes as experiências do Senador Vergueiro, que sinalizava para uma estratégia de construção das condições para a universalização do trabalho livre. Vai-se delineando aí a montagem da grande migração internacional que se desenrola com maior vigor nos anos finais da escravatura e que se expande voluptuosamente depois da abolição.

Nesse momento, o Brasil conservava ainda uma condição estrutural genética a qual tencionava para que se “impedisse qualquer forma de produção que não se encaixasse no processo de acumulação primitiva voltado para a dominação dos centros metropolitanos” (KOWARICK, 2019, p. 27). Assim que a dialética MetrÓpole x Colônia em suas diversas configurações (outras colônias portuguesas apresentaram legalidades distintas) expressavam a

relação medular entre escravismo e capitalismo, que se retroalimentaram em uma cadência de influências sob a hegemonia do Imperialismo Inglês.

Nem o ciclo aurífero, que desde meados do século XVII se estabeleceu nas Minas Gerais, promoveu uma acumulação no território, ainda que tenha diversificado sobremaneira as classes exploradoras da atividade. Mesmo que o montante de ouro extraído nos 50 anos do ciclo tenha representado metade do ouro produzido mundialmente nos trezentos anos anteriores, as reservas metálicas, que expressaram também o aumento do volume da produção, “tiveram relevância diminuta para o desenvolvimento das forças produtivas situadas na Colônia, pois, em grande parte, eles não eram inteiramente apropriados nem geravam efeitos significativos no restante do sistema produtivo” (KOWARICK, 2019, p. 31).

Nesse contexto econômico do Brasil Imperial, já independente politicamente, a força de trabalho livre era, na maioria das vezes, empregada nas atividades de utilização do emprego privado da força física mediante violência e coerção dos sujeitos sociais na direção da manutenção da dominação senhorial. Essa parcela teve importante participação na reprodução do trabalho escravo na formação social brasileira até o século XIX e, depois, diversificou-se para compor o estado atual das forças policiais e militares, que resguardam os fundamentos da estratégia de dominação interna e da orientação para o tratamento das camadas subalternas como antagonistas das classes dominantes nos moldes senhoriais. A vinculação das polícias militares aos governos estaduais demonstra o caráter da vinculação política com a dominância no trato com os movimentos sociais e na forma de execução dos direitos civis e políticos.

Já a economia de subsistência, da qual se ocupavam os outros segmentos livres — muitas vezes fornecendo elementos para a reprodução da vida urbana das classes senhoriais —, sinaliza sua relativa independência sem que se pudesse metamorfosear em classe em si. Isso porque “os livres tiveram, até o advento da Grande Imigração Internacional, coincidente no tempo com a abolição da escravidão, uma participação acessória e ocasional no processo produtivo” (KOWARICK, 2019, p. 37).

Do ponto de vista do desenvolvimento das potências econômicas da época, houve uma confluência excludente de interesses que, como os portugueses já faziam, rememorava às trocas de favores entre as nações, o que se caracterizou no processo de independência e na relação visceral de desenvolvimento em sentidos opostos do escravismo e do capitalismo. No âmbito do Estado Escravista pré-capitalista, as ações para responder às demandas externas para afastamento do elemento cativo do processo de trabalho foram acompanhadas de formas de regulação do trabalho livre e de uma política de importação de trabalhadores estrangeiros.

As já citadas leis dos Contratos de Locação de Serviços apresentam os elementos mais significativos da forma de introdução do elemento estrangeiro no processo produtivo do agronegócio e, também, posteriormente, do movimento mais consistente de industrialização.

Analisando as leis de 1830 e de 1837, Kowarick (2019, p. 77) indica que “ambas especificavam sanções penais, como prisão com trabalhos forçados, julgadas em processo sumário para aqueles que não cumprissem os contratos”. Como a migração era financiada inicialmente por parte da aristocracia, os contratos envolviam gastos iniciais que deveriam ser compensados, muitas vezes com juros e sem condições factuais de realização. Assim, o imigrante colono deveria “comprar sua liberdade”⁴⁸.

Como medida mitigatória para manutenção dos interesses das elites rurais do agronegócio, a Lei de Terras de 1850 desempenhou papel central para a fixação do trabalhador (imigrante e as frações nacionais incorporadas nas áreas decadentes) aos empreendimentos, impedindo seu acesso à terra e aos meios próprios necessários para sua subsistência, desempenhando de uma só vez o papel dos cercamentos e da privatização do espaço natural. Como política do Estado Escravista, a Lei de Terras serviu para centralizar a distribuição de terras devolutas, nas condições do latifúndio, mercantilizando o acesso e aumentando deliberadamente seus preços, em íntima relação com uma política de garantia das condições da produção do agronegócio.

O processo de conformação da Grande Imigração Internacional buscou equilibrar os conflitos entre os grupos em constante diferenciação, seja pelo descontrole do todo em face das limitações dos governos imperiais, ou pelo uso constante e rigoroso da violência física. Sobremaneira, seus desenvolvimentos estiveram ligados à gestão da crise do Modo de Produção Escravista que não mais podia colaborar da mesma forma com o desenvolvimento capitalista central, mas que precisava se metamorfosear, ao menos no plano ideal do direito e da gestão

⁴⁸ Ao analisar o contrato de trabalho previsto quando da importação de estrangeiro por parte de um senador paulista, Kowarick (2019, p. 78) assevera que “de um lado, o proprietário avançava a quantia necessária ao transporte, bem como financiava os gastos inerentes à chegada, instalação e primeiros tempos do colono e sua família. De outro, cada família deveria plantar e cuidar de determinado número de cafezais. Utilizaria certa quantidade da terra para a sua subsistência, mas os lucros advindos do café e de outras plantações deveriam ser divididos com os proprietários. Ademais, os colonos eram obrigados a pagar com juros os empréstimos realizados, não podiam deixar a fazenda enquanto perdurasse a dívida e, uma vez saldada esta, era necessário avisar com um ano de antecedência se quisessem deixá-la, sendo que qualquer contravenção seria julgada pelas instâncias legais”. Tem-se aí as bases do conflito de classe instaurado pela importação de trabalhadores estrangeiros, os quais estiveram sob o domínio senhorial por novas modalidades de trabalho forçado que, diversas do escravismo moderno que submeteu a população escravizada africana, apresentavam elementos da escravidão por dívidas. Revoltas como a Ibicaba em 1857 se estenderam pelo território e implicaram, com diferentes gradações no tempo, na proibição da imigração de algumas nações para o Brasil.

financeira e probabilística da grande indústria sob o capital bancário, no plano racional, em Estado Burguês.

A forma jurídica de administração do conflito entre as legalidades produtivas, na qual o capitalismo se impõe a outras formações sociais — apropriando-se delas e fazendo delas a si mesmo —, denota o caráter dos acordos econômicos e políticos para criação ou incorporação do território brasileiro à gestão do empreendimento comercial de colonização. A constituição imperial, ao definir a representação política como condicionada ao patrimônio e renda dos eleitos e, mais ainda, ao condicionar o exercício desse “direito” à aprovação do Imperador (que detinha em última instância o Poder Moderador⁴⁹), deixou intactas as estruturas políticas escravistas do Modo de Produção. Nesse sentido, o envolvimento organizado das elites locais por meio da monarquia constitucional também se apresentou como elemento de transformação para a unidade nacional, diferentemente do ocorrido na América Espanhola.

As experiências de imigração em concomitância com o trabalho cativo só viriam a se transformar, mas sem perder os fundamentos de sua gênese, depois da abolição, quando se incrementa o volume dos imigrados e o Estado assume os custos e abertamente negocia o transporte do elemento colonizador, com matizes regionais significativas. Persiste, porém, a espoliação do trabalhador, seja ele imigrado ou nacional, num contexto de crise, inflação e contestação radical da exploração do agronegócio.

Malgrado a situação descrita, um contexto de aumento dos preços internacionais das *commodities* e as rápidas transformações que a técnica operava permitiram a manutenção de altas taxas de lucro para os aristocratas do agronegócio, o que aumentava seu poder político. Advinda de um sistema produtivo alicerçado na violência, a especialização que o controle do Estado forneceu ao envolvimento das classes dominantes no aparelho de Estado, seja por sua administração direta, seja pela conquista de barganhas diante dos interesses imperiais, a forma do trabalho escravo “contaminou as relações de trabalho desde os primórdios da colonização” (KOWARICK, 2019, p. 51).

Como polo central dinâmico dos reajustamentos políticos da ordem produtiva do nascente capitalismo dependente brasileiro em transformação burguesa hipertardia, a aristocracia cafeeira e proprietários de terras em geral — que dispunham de capital e poder político para mobilizar as forças sociais da produção de mercadorias —, consideravam os livres

⁴⁹ O exercício do poder moderador apresentou alterações ao longo do período imperial, especialmente pelas edições dos Atos Adicionais que trataram da relação entre as instâncias legislativas e o Imperador.

e pobres nacionais como “um segmento que poderia ser tratado de forma assemelhada àquela que caracterizava a condição cativa de existência” (KOWARICK, 2019, p. 51).

Especialmente no tocante ao aspecto populacional, o cenário indicava uma regressão constante da população escravizada, o que variou de acordo com cada aspecto regional, especialmente se considerarmos o tráfico interprovincial que alterou o perfil demográfico e sociolaboral do Nordeste e do Centro-Sul. A proibição do tráfico interprovincial expressa o receio de desescravização das províncias do nordeste e norte, que se encontravam já vinculadas a um maior grau de envolvimento nas atividades manufatureiras derivadas da produção do algodão e, posteriormente, da borracha.

O declínio dos números de escravos, seja em decorrência da não reprodução vegetativa pela forma de constituição dos grupos, da libertação por alforria ou outras leis específicas (ventre livre, sexagenários), ou das perdas na Guerra do Paraguai e conflitos internos, era compensado com a importação de mais grupos estrangeiros.

Aventa-se que as experiências iniciais de imigração, realizadas por volta de 1846 pelo Senador Vergueiro, foram as bases para a estruturação do sistema de colonização pela mão de obra estrangeira, resolvendo questões para além dos braços necessários às fazendas de café em São Paulo, mas também criando políticas específicas para as regiões de fronteira e polos de desenvolvimento agrícola e industrial semiautônomos. Também como negócio, a importação de estrangeiros, sob a justificativa de embranquecimento da população, passa a capturar os interesses do Estado Imperial e, sobretudo, da classe dominante.

A adoção de um sistema misto de exploração em um regime produtivo em expansão foi adotada com frequência, indicando a coexistência e articulação dessas formas de trabalho. Se inicialmente as iniciativas migratórias foram de caráter privado e contaram com o apoio do Estado para proteger seus interesses (Leis de 1830 e 1837 - Contratos de Locação de Serviços), somente muitos anos após o colapso do sistema de parcerias é que se retoma uma política de importação de estrangeiros. No período 1872-1881 “entraram no Brasil cerca de 218 mil imigrantes, sendo as principais nacionalidades representadas por alemães (37%), portugueses (32%) ou italianos (28%)” (KOWARICK, 2019, p. 82), ao passo que,

entre 1884 e 1887, entraram no Brasil 146 mil imigrantes [...] [53 mil alocados em São Paulo]; entre 1888 e 1890 aportaram 304 mil [...] [pouco mais da metade alocado em São Paulo] [e], dessa data até 1920, [só] o Estado [de São Paulo] recebe 1 milhão e 590 mil estrangeiros, ao passo que para outras áreas do país dirigiram-se pouco mais de 1 milhão de imigrantes (VILLELA; SUZIGAN, 1975, p. 253 *apud* KOWARICK, 2019, p. 89).

Se observarmos o desenvolvimento individual da política industrial, é possível identificar o início de sua fermentação desde o Alvará de 1808. O setor ligado à produção e manufatura do algodão foi o que mais se desenvolveu e possibilitou o gérmen da industrialização no período, mesmo que paralelamente e contraditoriamente com a continuidade da produção do agronegócio. Mello (1983, p. 38-40) assinala o fomento do governo monárquico por meio das Provisões Régias e pela articulação de interesses na Junta de Comércio. Medidas de fomento direto ou a adoção de uma legislação protecionista contribuíram, mesmo que intermitentemente, para a instalação inicial de experiências industriais. Esse processo se intensificaria para englobar o conjunto das relações de produção apenas depois da década de 1930.

Não obstante, províncias como as do Maranhão e do Ceará estiveram mais próximas da cadeia produtiva do algodão e expressaram mais precocemente as contradições entre o escravismo e a produção industrial capitalista, culminando em movimentos contestatórios e até na abolição do regime escravo antes mesmo do governo imperial⁵⁰. Entretanto, o centro político e representativo que se delineava no eixo sudeste geriu em benefício próprio essas contradições e, sob o Império, subjogou os que buscaram interferir na manutenção do regime escravocrata, tensionando as políticas emancipacionistas em detrimento do abolicionismo.

No centro econômico que se formava em torno dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, a diversificação do sistema produtivo impactou na formação de lutas e conflitos gestados e impulsionados pela atividade cafeeira. As indústrias que tiveram subvenção estatal ao final do período imperial e início do período republicano transformaram a demografia das regiões e indicaram, como já assinalado, a exclusão do ex-escravizado e dos nacionais desse processo.

Como política, a importação de imigrantes pelo governo estadual de São Paulo, por exemplo, foi progressivamente assumindo os custos do traslado da força de trabalho. Em 1881 este governo provincial financiava metade da passagem do imigrado e sua família; já em 1884, fornecia a cobertura integral do custo de deslocamento; e, em 1885, já incorporava o custo pela oferta de subsídio direto ao transporte de imigrantes.

O incremento significativo do contingente de trabalhadores emigrados tornava, então, dispensável sua imobilização na grande propriedade fundiária, permitindo um desenvolvimento

⁵⁰ Cf. Conrad (1973).

semiautônomo de sua alocação de acordo com a demanda. Essa população sobrando servia também, como já indicado, para manter baixos os custos da força de trabalho.

A nova condição faz com que

a violência inerente ao processo de fixação pelo endividamento [seja] substituída por formas politicamente mais viáveis e economicamente mais rentáveis de subjugar a força de trabalho, baseadas na gestão de um excedente de mão de obra, livre de débitos, mas também de propriedade e de instrumentos produtivos. (KOWARICK, 2019, p. 95).

Como negócio, as sociedades promotoras da imigração se espalharam no empreendimento de recolonização por meio do colonato, das parcerias e outros arranjos que reproduziam as formas de dominação senhorial de forma hegemônica. O Estado escravista inclusive produziu uma regulamentação desse caráter, sendo as legislações de 1830 e 1837, que foram seguidas das de 1879, que estabeleciam melhores condições e buscavam proteger o imigrante dos trabalhos por dívidas e já previa obrigações dessa monta no contrato de locação. Essa legislação abarcava apenas o trabalho agrícola e pecuário, sendo que o restante das modalidades de trabalho era negociado com base no Código de Comércio.

No tocante à força de trabalho dos ex-escravizados, retomemos a situação na qual seu trabalho, “tendeu a ser absorvido pelo processo produtivo só em áreas de economia estagnada, onde a imigração internacional foi pouco numerosa ou, até mesmo, nula” (KOWARICK, 2019, p. 98). Mais que isso: “o imigrante deixou poucas oportunidades para os nacionais que passaram a realizar tarefas mais árduas e de menor remuneração, como o desbravamento e preparo da terra, e, praticamente, extinguiu as possibilidades de emprego para o ex-escravo” (KOWARICK, 2019, p. 98).

O caráter da divisão sociorracial do trabalho no Brasil fica explícito quando se verifica uma predominância de 92% de trabalhadores imigrantes ocupados nos ramos industriais aos finais do século XIX. Não obstante, a transformação econômica e política que se desencadeia com a abolição em 1888 significou um reajustamento do volume da economia brasileira, concorrendo para instabilidade nos preços e volatilidade dos ciclos dependentes da demanda internacional.

A instabilidade econômica, que antecedeu e perdurou com a instituição forçada no regime republicano, favoreceu a exploração do trabalho com baixa remuneração e constante perda do poder aquisitivo em razão da inflação. Esse fenômeno, que expressa as discrepâncias entre a produção escravista e capitalista, foi gerido, sobretudo, pelo comando de Ruy Barbosa na transição do Império para a República, redesenhando o sistema bancário nacional e os fundamentos tributários da constituição do orçamento público, suas obrigações e

disponibilidade para a governabilidade. Como já sinalizamos, a aproximação do capital bancário é patente, afinando linhas já desenhadas anteriormente.

Aguiar (1973), ao analisar a administração de Ruy Barbosa para a economia brasileira, assevera que a gestão financeira promovida pelo do Partido Liberal buscou a estabilização, e indica que as contas públicas responderam às reformas do regime monetário, sob o qual se alicerçaria a exploração para a efetivação precária do Estado Burguês. A instituição do trabalho livre e a mudança nos meios de pagamento demandaram o incremento do volume desses meios, além de um processo de adequação mediante conflitos devidos ao afluxo permanente do equivalente geral para o estabelecimento das trocas. Se os arranjos das reformas se perderam momentaneamente nos conflitos do governo provisório do Marechal Deodoro no primeiro governo republicano, foram recuperados por sua capacidade de gestão do sistema⁵¹.

A força de trabalho vinculada ao trabalho fabril relacionada aos excedentes da economia cafeeira foi rapidamente sendo reposta pela diversificação típica da Lei Geral da Acumulação Capitalista e se viu deslocada para as cidades quando a crise de 1898 diminuiu o preço internacional de seu produto. Os sobrantes estrangeiros, tanto os em atividade quanto os recém-chegados, continuaram a participar em maior número do processo inicial de industrialização, sendo que “até 1920, os imigrantes representavam a maioria dos trabalhadores na indústria: 52% continuavam sendo estrangeiros, e, dentre os 48% restantes, a maior parte era filho de imigrantes, indicando a preferência que o industrial mantinha pela mão de obra de origem ou ascendência estrangeira” (KOWARICK, 2019, p. 106).

O elemento nacional fora prescindido no emprego da força de trabalho e o afluxo de imigrantes gerou as condições para realização da superexploração da força de trabalho, com maior prevalência de ex-escravizados e trabalhadores já livres apenas nas zonas economicamente decadentes. É certo que a imigração continua expressando o deslocamento da força de trabalho em nível mundial, mas atualmente o Brasil é mais responsável por arcar com os custos da reprodução inicial desse trabalhador que irá vender sua força de trabalho no estrangeiro.

Nos diversos cantos em que operou, a campanha de incentivo à imigração se diversificou em razão dos interesses econômicos regionais pré-estabelecidos onde foram alocados os

⁵¹ Valorizando a austeridade e equilíbrio das contas propostas por Ruy Barbosa à frente do Ministério da Fazenda, Aguiar (1973, p. 250) reitera que a gestão financeira de Ruy Barbosa “era um conjunto de medidas que se entrosavam, formando um sistema posteriormente desarticulado, destruído pela incompetência das duas mediocridades que lhe sucederam na Pasta da Fazenda [...], mas serenadas as paixões, a opinião dos competentes consagrou a excelência do plano destruído”.

imigrantes, ou seja, as formas adjacentes e o desenvolvimento posterior da atividade econômica estiveram sempre dependentes das estruturas remanescentes do Modo de Produção Escravista. A participação econômica e social do elemento estrangeiro é limitada inicialmente, se considerarmos que as forças políticas mantinham conflitos específicos da formação escravista e centralmente se organizavam em torno da instituição da gestão da escravatura, todavia, constituiu-se como elemento-chave para a transição entre o modo de produção escravista e o capitalismo propriamente dito. A crise do Modo de Produção Escravista se reflete na crise de hegemonia que se intensifica e marca a gestão imperial em prol da conciliação, sendo que a imigração assumiu um papel fundamental na transição para o trabalho livre.

A análise desse movimento em conjunto nos permite observar que ele se orienta na direção de acomodar as relações próprias para o estabelecimento do mercado de trabalho “livre”, no qual o capital se impõe como força motriz direta da sociabilidade. A subalternidade brasileira como economia dependente permanece inalterada, ganhando novos contornos jurídicos e políticos que permitiram sua diversificação. Todavia, no plano dos enfrentamentos entre as classes sociais, a gestão da implantação do trabalho assalariado e supressão do trabalho escravo significou a dominância da transição capitalista, a qual, também nas formações clássicas, implica um movimento para o trabalhador no qual

É preciso, pois, expropriá-lo num duplo sentido: de um lado, produzir as condições materiais que metamorfoseiem a pessoa em força de trabalho, impedindo sua reprodução autônoma e obrigando-a a se transformar em mercadoria que se vende no mercado de trabalho; de outro, é preciso condicioná-lo, no sentido de “convencê-lo” a se incorporar no processo produtivo, aceitando a situação de assalariado em vez de escolher outra alternativa de vida. (KOWARICK, 2019, p. 117).

A diversidade e os antagonismos intraclasse em formação denotam seu caráter fragmentário e responsivo aos contextos locais, em que se experienciam as mais aviltantes formas de trabalho e de vida. Sua reunião em torno dos polos industriais marcará a congregação multifacetada de indivíduos transitando entre estruturas sociais que conformaram aspectos específicos de uma formação social em transição, mas que foram capitaneadas pela centralidade do Estado (monárquico e republicano) na gestão dos conflitos sociais.

Como ponto de inflexão desse movimento no Brasil, Saes (1985) assevera que o conjunto dos movimentos articulados entre a Abolição do Trabalho Escravo, a Proclamação da República e a Constituição de 1891 constituiu as forças em torno das quais o Estado faz sua transformação burguesa, movimentando-se para mitigar o poderio das forças escravistas agrárias. A lenta, gradual e segura transição para o trabalho livre se arrastou pelo século XIX como necessidade medular de transformação de um Modo de Produção transitório que se

formou dependente da acumulação primitiva, motivo pelo qual a transformação burguesa representou a libertação das amarras coloniais e a sedimentação de uma classe dominante de caráter aristocrático e agroexportador⁵².

As forças centrípetas desse movimento forjaram uma transformação produtiva nas condições materiais da produção, até então dependentes do modelo *plantation* de produção agrícola, para produzir o trabalhador mediante o movimento assim descrito por Kowarick (2019, p. 117):

O tortuoso processo de produzir força de trabalho, geralmente impregnado de acentuada dose de violência institucional e privada, implica, assim, tanto transformações materiais, em que o acesso à terra é um ponto fundamental,

⁵² Tratando do processo no qual a terra passa a integrar a produção capitalista na qualidade de capital e o trabalho como mercadoria força de trabalho, Marx (2010, p. 94-95) nos indica sobre a transformação da propriedade (da terra e do escravo): “a terra como terra, a renda da terra como renda da terra perderam, com isso, sua qualidade social distintiva [...] e converteram-se em capital e juro (Interesse) que nada dizem, ou antes, que apenas sugam dinheiro. A diferença entre capital e terra, entre ganho e renda da terra, e de ambos como o salário; [a distinção] entre a indústria e a agricultura, entre a propriedade privada imóvel e móvel é uma [diferença] ainda histórica, uma diferença não fundada na essência da coisa, uma formação (*Bildung*) fixada e o momento originário (*Entstehungsmoment*) da oposição entre capital e trabalho. Na indústria etc., em oposição à propriedade fundiária imóvel, exprime-se apenas o modo originário e a oposição na qual a indústria se formou a partir da agricultura. Enquanto espécie particular de trabalho, enquanto distinção essencial, importante, abarcando a vida, esta diferença subsiste somente na medida em que a indústria (a vida na cidade) se forma diante da posse da terra (à vida aristocrática/feudal) [no caso europeu], e ainda conserva o caráter feudal de sua oposição em si mesma na forma de monopólio, das profissões, da guilda, da corporação etc., no interior de determinações nas quais o trabalho tem ainda um significado aparentemente social, ainda o significado de efetiva coletividade (*wirkliches Gemeinwesen*); ainda não progrediu à indiferença para com o seu conteúdo, até o completo ser para si mesmo, isto é, à abstração de qualquer outro ser e, por isso mesmo, também não chegou ainda a capital liberto (*freigelassenes Kapital*). Mas o necessário desenvolvimento do trabalho é a indústria liberta e constituída para si mesma enquanto tal, e o capital liberto. A potência da indústria sobre seu contrário se revela imediatamente no surgimento da agricultura como uma indústria real, ao passo que anteriormente ela deixava o principal trabalho ao solo (*Baden*) e aos escravos desse solo, mediante os quais este último cultivava. Com a transformação do escravo em trabalhador livre, isto é, em um trabalhador pago a soldo, o senhor da terra (*Grundherr*) em si (*an sich*) transformou-se em um senhor da indústria (*Industrieherr*), em capitalista, uma transformação que se exerceu, em primeiro lugar, por intermédio do arrendatário. Mas o arrendatário é o representante, mas o mistério revelado do proprietário fundiário (*Grundeigentümer*); apenas por intermédio dele veio a ter lugar sua existência nacional-econômica, sua existência enquanto proprietário privado - posto que a renda da terra só existe mediante a concorrência entre os arrendatários. Desse modo, o senhor da terra já se tornou, no arrendatário, essencialmente um capitalista comum. E isto tem de cumprir-se também na efetividade: o capitalista que se dedica à agricultura - o arrendatário - tem de se tornar senhor da terra ou vice-versa. O regateio industrial (*Industriechacher*) do arrendatário é o do proprietário fundiário, pois o ser do primeiro assenta o ser do segundo”. E continua denotando a concorrência entre o capital agrário e o formado pela burguesia ascendente, indicando a interdependência entre ambos, ao passo que ilustra sua relação da seguinte forma: “o prodígio da indústria e do movimento, é a cria da era moderna e seu filho ilegítimo e unigênito; ela lastima o seu adversário como um pateta não esclarecido sobre a sua essência (e isto é inteiramente correto), que quer pôr no lugar do capital moral e do trabalho livre a crua violência (*Gewalt*) imoral e a servidão; ela o caracteriza como um Dom Quixote que, sob a aparência da retidão (*Gradheit*), da probidade, do interesse universal, da estabilidade, esconde a incapacidade de movimento, o sibarismo avarento, o egoísmo, o interesse particular, a má intenção; expõe-no como um monopolista espertalhão; atenua suas reminiscências, sua poesia, seu fanatismo mediante a enumeração histórica e sarcástica da vilania, da crueldade, do aviltamento, da prostituição, da infâmia, da anarquia, da revolta, dos quais foram oficinas os castelos românticos” (MARX, 2010, p. 96). O mesmo romantismo que guiou a classe senhorial escravocrata no processo tardio de instituição do trabalho livre.

como mudanças culturais e ideológicas que geram no trabalhador a “disposição” de ingressar na disciplina do processo produtivo.

Para acomodar os interesses diversos, o império viu uma intensa rotatividade nas estruturas monárquicas, onde se manifestavam as oposições regionais e intrarregionais, bem como foram mobilizadas as forças das elites políticas e administrativas do regime monárquico. Conselheiros, senadores, representantes diplomáticos de outras nações, entre outros, conduziram uma opção hegemônica reformista, optando por dirigir as reformas quando se tornavam inevitáveis. Conrad (1973) assevera que o governo imperial teve papel central na mediação desse conflito, utilizando-se da estrutura da monarquia constitucional para tensionar e negociar a extinção do trabalho escravo, qualificando Dom Pedro II como figura central que atuou como um “soberano moderado” (CONRAD, 1973, p. 89).

Conrad (1973) analisa o contexto político no qual se intensificam os antagonismos entre as estruturas econômicas e políticas, modificando a estrutura da sociedade brasileira. As sucessivas trocas entre os partidos nas instâncias monárquicas de representação denotam o caráter instável da administração que, como monarquia hereditária, detinha o “poder moderador” constitucional, mas que não pôde sublimar o poderio dos proprietários de terras que eram sua base de apoio.

Internamente, o fortalecimento do movimento abolicionista significou o envolvimento de forças progressistas na negociação para a direção política do processo de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Conrad (1973) menciona o papel do movimento abolicionista na construção dos acordos para aprovação da Lei do Ventre Livre (1871), sendo este mais um sinal brasileiro para acalantar as pressões externas em relação com os interesses dominantes e dirigentes internos.

As últimas décadas do século XIX foram de intensos conflitos em todo o mundo colonial, as lutas de escravos se espalharam pelos territórios e pouco a pouco os regimes monárquicos e republicanos escravistas foram abolindo a forma legal do trabalho forçado. A Guerra Civil Americana (1865) desferiu um golpe final ao Modo de Produção Escravista no polo em que seu enfrentamento foi anterior e mais intenso, reunindo diferentes formações sociais de colonização espanhola, francesa e territórios mexicanos e de nativos americanos, sob um regime federativo republicano. Sob forte impulso industrializador, a economia dos Estados Unidos da América tinha também uma orientação para o mercado interno, fomentando uma via específica de transição capitalista, da qual posteriormente ocupará posição hegemônica.

Esses movimentos enfraquecem cada vez mais a posição brasileira no âmbito internacional e as intencões de cessação do trabalho escravo por parte da monarquia e dos

liberais esbarram no poderio da aristocracia agroexportadora. As medidas progressivas no sentido da abolição envolveram a libertação dos escravos que lutassem na Guerra do Paraguai em 1866, também como elemento indicativo da abolição completa em processo. Internacionalmente, a visão de liberal-moderado do Imperador contribuiu para que este funcionasse como testa de ferro e refém do poderio dos proprietários de terras.

O movimento político do Imperador, como figura política central da gestão dos conflitos, foi o de mediação e reforma, sendo descrito dessa forma por Conrad (1973, p. 100): “Dom Pedro foi, de fato, uma figura central, por vezes recomendando medidas progressivas, mas evitando qualquer ação demasiado rápida, chegando mesmo, ocasionalmente, a abandonar sua posição emancipacionista em favor de outras”.

Continuando sua análise, Conrad (1973) assevera que a crise política instaurada com a queda do liberal Zacarias de Góis, que entrara em conflito também com elementos do exército, representou um ponto de inflexão para a reação de movimentos dos setores liberais, aumentando a atividade do movimento abolicionista na década de 1860. O conflito aberto quanto à abolição se expressou por meio dos órgãos de imprensa e dos conflitos que a seguir indicaremos. Também culturalmente o período derradeiro do Escravismo jurídico expressou uma série de diversificações dos setores que se arregimentavam nas frentes abolicionistas. Nomes como Castro Alves⁵³, Ruy Barbosa, Joaquim Nabuco e Luiz Gama impulsionavam o movimento abolicionista dentro dos limites colocados pelas classes dominantes, inspirados pela filosofia e teoria do direito de Joaquim Nabuco e atuando pela via parlamentar.

Na atividade política se expressou o receio das revoltas populares que pipocavam pelo território, bem como das lutas diretas dos escravizados que fugiam em massa e ameaçavam a ordem social vigente no território do grande latifúndio. Apenas quando a aristocracia enfrenta a crise dos preços do café no final do século XIX é que seu poderio político é diminuído, ao menos temporariamente, culminando nos eventos que levaram à Proclamação da República.

Noutro extremo, o ciclo da borracha — que se intensificou entre 1880 e 1890 — diferencia a economia das províncias do norte e nordeste, implicando na aplicação de capitais

⁵³ Castro Alves expressou em seu poema “Ode a Dois de Julho” uma síntese do sentimento quanto à abolição naquele momento histórico:

“Não! Não eram dous povos, que abalavam/Naquele instante o solo ensanguentado.../Era o porvir — em frente do passado,/ A Liberdade — em frente à Escravidão,/Era a luta das águias — e do abutre,/ A revolta do pulso — contra os ferros,/ O pugilato da razão — com os erros,/ O duelo da treva — e do clarão!.../ No entanto a luta recrescia indômita.../ As bandeiras — como águias eriçadas —/ Se abismavam com as asas desdobradas/ Na selva escura da fumaça atroz.../ Tonto de espanto, cego de metralha,/ O arcanjo do triunfo vacilava.../ E a glória desgrenhada acalentava/ O cadáver sangrento dos heróis” (Castro Alves).

e realização da exploração da borracha em regimes de trabalho servis e sujeitos à instituição do colonato. Não obstante, a migração para o oeste, desde o interior do nordeste, redimensiona a densidade populacional e a diversificação das atividades adjacentes. A atividade industrial experimentada nessas províncias e, também, na da Bahia, denota a vinculação à indústria do algodão e da borracha na transformação das forças produtivas, tipicamente orientadas pelo processo de trabalho sob o capitalismo.

Já o trabalho agrário pecuário e de produção de grãos conservava com maior rigor as determinações da escravatura, resistindo às transformações em curso e estando — até o presente — constantemente tencionando a manutenção do trabalho escravo. Assim, o governo centralizado fazia sentir as forças sociais antagônicas em conflito pela captura dos recursos (também militares) do Estado, culminando também em tentativas de separação, as quais foram belicamente combatidas.

Ao final do processo de abolição o ramo industrial ganha maior impulso no centro-sul, aumentando, mesmo que timidamente, sua participação proporcional na produção econômica, ou seja, na produção de mercadorias. A necessidade do aumento dos meios circulantes e o processo de equalização produziram uma intensa instabilidade econômica, ensejando medidas que constantemente confrontaram os interesses provinciais, motivando conflitos emancipacionistas e, também, alterações no regime constitucional monárquico para conceder maior autonomia às províncias no perene cabo de guerra em que operavam para administrar as vantagens do sistema produtivo.

A partir da análise política da forma dos enfrentamentos entre as classes aliadas pela manutenção do regime de trabalho escravo e as forças sociais derivadas da expansão da grande indústria e da expansão técnica e científica do processo de trabalho gerido para o mercado, as quais nem sempre estiveram em prol das causas abolicionistas, se expressa a ascensão do processo de valorização e transformação do processo de trabalho, requisitando transformações políticas e culturais disputadas em conflito.

A tese de Saes (1985) sobre tal movimento assevera que “a transformação política para gerir os conflitos sociais dá-se por cima, desde o alto e visando minimizar as consequências, arrastando-se muito mais que em outras regiões”. As disputas políticas buscaram engendrar as mais diversas soluções para a temática, algumas propondo a abolição condicional, especificando um tempo para o fim do cativo, outros até, como nos indica Conrad (1973), propuseram a regressão feudal do trabalho escravo para que se tornassem servos.

A ação parlamentar das classes sociais dominantes (que pela constituição do império deveriam dispor de uma certa quantia de valores e posses e terem seus nomes aprovados pelo Imperador) operaram em sentidos diversos, que foram desde a articulação do partido conservador (monárquico e vinculado diretamente à aristocracia), até as frações liberais que se enfrentavam nos tensionamentos contra a monarquia ou pela transformação burguesa do Estado. A Luta Republicana que reuniu diversamente esses setores “designa simultaneamente a luta daqueles que desejavam a mudança da forma assumida pelo Estado escravista moderno (classes dominantes), e a luta daqueles que desejavam a transformação burguesa do Estado, ou seja, a mudança de seu tipo ou natureza de classe (classe média)” (SAES, 1985, p. 252).

Ao citar Joaquim Nabuco, Saes (1985, p. 152) indica a natureza da constituição do Estado no Império: “o sistema representativo é, assim, um enxerto de formas parlamentares num governo patriarcal, e senadores e deputados só tomam a sério o papel que lhes cabe nessa paródia da democracia pelas vantagens que auferem”. No Brasil de finais do século XIX, a forma da organização política gira em torno do Estado Imperial (estado escravista ditatorial) que incorpora as forças econômicas sociais dominantes e dirigentes. Seu movimento institucional é sintetizado por Saes (1985, p. 252-253) na seguinte passagem:

a competência para legislar, mais que ao parlamento (Câmara e Senado), pertencia ao Conselho de Estado. Criado em 1823, este ramo do aparelho de Estado escravista preparou a Constituição de 1824, foi extinto pelo Ato Adicional em 1834, e foi recriado em 1841; uma lei de 1848 criou o cargo de presidente do Conselho de Estado, tornando-se o seu ocupante, desde então - é o julgamento de muito autores - o verdadeiro chefe do executivo.

O caráter centralizador da estrutura de Estado estabelecida no período imperial e seu constante tensionamento marcou o estabelecimento dos elementos nacionais brasileiros. As idas e vindas das negociatas e repressão para acomodar os interesses regionais estruturaram a governabilidade imperial, observados o arcabouço de classes remanescente do Modo de Produção Escravista e a captura dessas relações pelo desenvolvimento capitalista, que desde o exterior altera a forma da produção e sua demanda. Dada a diversidade econômica e humana que orbitava o sistema central do escravismo colonial, sua intensa transformação produziu a emergência de conflitos fundamentais que marcaram as lutas ocorridas no decorrer do século XIX. Na esteira da modernização reflexa o transformismo das respostas políticas e econômicas estatais consolida as formas de modernização pelo alto.

A manutenção da escravidão motivou os pactos que sucederam o pacto colonial, conservando os elementos do Modo de Produção Escravista sob a direção seminacional da monarquia própria que havia rompido com os interesses das elites portuguesas, mesmo que para

se atar ao imperialismo inglês e, posteriormente, à zona de influência estadunidense. As revoltas e lutas operadas no final do período colonial e durante o período imperial foram influenciadas pela condição geral de desenvolvimento da produção, mas que, lembremos, continuaram a operar como vetor de participação subalterna no processo de desenvolvimento capitalista em si, entretanto, servindo como elemento basal da espoliação que fundamentava o desenvolvimento industrial.

Assim que, no Brasil, esse movimento foi repleto de complexidades desiguais e combinadas, agitando a formação social brasileira no campo econômico, filosófico e social. A influência da ideologia liberal e das experiências da Independência Americana e da Revolução Francesa denotaram o espraiamento dos ideais iluministas, tensionando as instituições imperiais que comumente responderam com violência e dominação.

A permanência da escravatura incrementa as distensões entre as classes fundamentais, movimento ao qual aludiremos a partir das inferências de Clóvis Moura (1977, 2014). Sua contribuição para a desmistificação do papel do negro escravizado no processo de abolição do trabalho escravo é de extrema relevância ao questionar elaborações que fazem alusão às formas atenuantes de sua participação ou que mesmo enfoquem a sua colaboração, retirando o protagonismo da resistência e luta pela libertação.

Moura (2014, p. 47) salienta que é comum que muitos dos estudos sobre a escravidão no Brasil não partam de “uma análise estrutural do escravismo, mas de uma visão analógica mais do que comparativa, tendo como referencial-modelo o sistema escravista nos Estados Unidos [...], o que demanda uma revisão dos estudos sobre a sociedade escravista no Brasil”. Ainda que os elementos fundamentais da proposta de Clóvis Moura estejam incorporados à obra de Saes (1985), por exemplo, esta não abarca a perspectiva de Moura (1977, 2014) acerca das consequências da política de branqueamento e da conformação do sistema hierárquico sociorracial brasileiro.

Apreciando o movimento político de escravizados em conjunto, salvo a dificuldade documental de fontes — posto que a história desse complexo de ações é contada pelos próprios mecanismos operados para sua dominação —, verificou o autor uma constância nos movimentos de inconformismo e protesto negro. Tal assertiva é manifesta também em sua análise acerca da produção quilombola que se instala de norte a sul do país e que o faz como “negação estrutural e dinâmica da economia tradicional e estabelecida: a economia escravista” (MOURA, 2014, p. 58).

Tematizando o escravismo tardio, que para ele se inicia em 1850 com o fim do tráfico de escravos, Moura (2014, p. 86-87) indica que “uma das características dessa segunda fase do escravismo brasileiro, que denominamos de tardio, é o cruzamento rápido e acentuado de relações capitalistas em cima de uma base escravista”. E ainda destaca, no tocante à forma da integração internacional, que

Com a peculiaridade de que estas relações capitalistas emergentes são dinamizadas, na sua esmagadora maioria por um fator externo: capitais vindos de fora e instalados aqui como seus promotores dinamizadores e dirigentes. Em face desses fenômenos, quase todos os espaços econômicos, que poderiam ser ocupados por uma burguesia autóctone em formação, foram ocupados pelo capital alienígena, na sua esmagadora maioria inglês. (MOURA, 2014, p. 87)

O enlace promovido por uma classe dominante que se forja como representante estrangeira em território nacional denota o caráter subordinado, assim como da produção, também de sua representação política. Daí que Moura (2014, p. 87) indica que “esse capital aqui investido de diversas maneiras e naquelas áreas estrategicamente relevantes para um processo autônomo de desenvolvimento da nossa economia, criou as razões do nosso subdesenvolvimento que perdura até hoje de forma cada vez mais traumática”.

O dinamismo econômico e social do capitalismo em expansão pôs em questão as estruturas escravistas, mas não prescindiu da continuidade residual das relações sociais escravistas, algo que até o presente não se pode extirpar da realidade do trabalho no Brasil. Entretanto, as alterações no sistema produtivo, que se tornava obsoleto, buscaram conservar as vantagens de uma exploração do trabalho numa conjuntura de perpetuação das condições precárias e espoliantes, tardando no desenvolvimento até de um estado mínimo de cidadania que fomentasse uma ilusão de igualdade.

Essa imposição do processo de trabalho capitalista racionalizado sob a ótica científica e com vistas à recuperação da produtividade se reflete nos tensionamentos pela transformação burguesa do Estado. Assim que o processo de luta pela libertação dos trabalhadores escravizados dá-se num contexto de modernização das forças produtivas, produzindo uma interação complexa entre o arcaico e o moderno. Essa interação demonstra a incorporação perversa do progresso técnico às estruturas produtivas escravistas que, como já sinalizamos, tiveram consequências para a força de trabalho emigrada, sob regimes de trabalho que buscaram inicialmente fixá-los na terra.

Para o ex-escravizado tal situação era ainda mais agravada, considerado o conflito racial baseado nos próprios critérios de escravização, e que implicara em uma série de barragens na absorção do negro ex-escravo ao mercado de trabalho livre. Esse padrão, que conformará o

racismo institucional congênito das estruturas sociais brasileiras, fora forjado como plano político pelo impedimento do negro em ter acesso aos meios de produção, sendo que a Lei de Terras ocupou papel essencial nesse aspecto. Moura (2014, p. 120) indica que o objetivo da lei

não era vender terra, mas vendê-la ao imigrante, aliás, chamado por Tavares de Bastos de “descendentes de raças civilizadas”. Uma política programada para uma manobra de branqueamento no nível ideológico nada tem a ver com o favorecimento à integração das populações brasileiras compostas por negros, mulatos, mamelucos e não brancos em geral. Com essa montagem seletora e discriminatória no setor agrário, essas populações ficam nos espaços marginais de estrutura agrária. Ela é montada, pelo contrário, para que a corrente migratória tenha possibilidades concretas de conseguir ser proprietária no Brasil. Finalmente, resguarda-se o latifúndio escravista de ver aprovada no parlamento uma lei que doe as terras do Estado aos escravos libertados após a abolição.

Os impeditivos que caracterizaram o antagonismo das classes dominantes à questão do trabalho escravizado demonstram a articulação dos elementos que contribuíram para sua exclusão. Por isso Moura (2014, p. 120) conclui que

estava fechado o circuito, estabelecendo-se a profilaxia que impediria a mobilidade da sociedade brasileira rumo a um estágio com possibilidades iguais para todos os seus filhos. Depois disto, a Abolição poderia vir sem nenhum susto ou trauma para as classes senhoriais. Tudo ficou sob controle.

O escravismo tardio, pós-1850, caracterizou a resistência aristocrática para manter seus privilégios por meio da posse do escravo, que contraditoriamente às políticas de regressão a conta-gotas, fazia seu preço subir ao ponto de se tornarem mais valiosos que as próprias terras, o que mantinha a especulação e o tráfico interprovincial com bons rendimentos e alimentando uma cadeia produtiva com demanda crescente.

No tocante à Guerra do Paraguai, elemento que para Moura (2014) teve centralidade na desmobilização da luta escrava, ao passo que simultaneamente esgotou, com o tempo, a condição econômica de o império manter o conflito, “pode-se ver como as relações escravistas foram se modificando e se desarticulando, havendo uma modalidade de dinâmica social que irá redundar em um realinhamento de forças sociais e étnicas que irá caracterizar, cada vez mais, o escravismo desse período como tardio.” (MOURA, 2014, p. 144).

A dinâmica da abolição regulada por etapas (emancipacionismo) e reprimida duramente pelas forças do Estado Monárquico se desenvolve num contexto em que perdura um

seccionamento ideológico da população não branca, que setoriza as suas reivindicações, que vem desde o estímulo às diferenças tribais aproveitadas e estimuladas pelos colonizadores, até a rejeição ou indiferença dos mulatos livres de se incorporarem à luta pela abolição, defendendo nos seus jornais somente reivindicações específicas do seu segmento étnico, é também reflexo de uma tática de classe senhorial e dos seus aparelhos de dominação ideológica no sentido de dividir e neutralizar a unidade de toda essa população

não branca, nas suas diversas gradações de miscigenação e de hierarquização social [...]. (MOURA, 2014, p. 144)

A transformação legal operada ainda sob o regime monárquico quanto ao trabalho escravo compôs uma estratégia de transição que afastou o ex-escravizado da vida política e da integração econômica. A transformação ocorrida significou apenas que “num segundo estágio dessa estratégia, isto é, após o 13 de maio, outros mecanismos de barragem e hierarquização étnica foram acionados e dinamizados. Usando o princípio de que todos são iguais perante a lei, essa estratégia de barragem social se redefinia” (MOURA, 2014, p. 120).

No tocante à participação e representação do ex-escravizado, mas também da população negra em geral, é notório que as formas da transição fizeram com que este

não encontrasse oportunidade no mercado de trabalho, na interação social global, tendo um espaço social no qual lhe permitiam uma circulação restrita de tal forma que sua personalidade, sem conseguir criar mecanismos de defesa contra tal situação, se deformou pela ansiedade cotidiana que dele se apoderou desde quando saiu de casa e especialmente quando reivindicou cargos e funções que a ele, por táticas sub-reptícias e não mais visíveis, não foram permitidos socialmente. Com o princípio de que todos são iguais perante a lei, os mecanismos de barragens étnicas se refinaram, sofisticaram-se e ficaram invisíveis, tem-se a impressão de que o seu achatamento social, econômico e cultural é uma decorrência das suas próprias insuficiências individuais ou grupais. (MOURA, 2014, p. 120-121).

O autor ainda conclui, ao analisar a forma da transição do regime de trabalho escravo para o regime de trabalho assalariado, que “todos esses elementos fizeram da sociedade brasileira, no nível das relações raciais, especialmente entre negros e brancos, uma sociedade neurótica e produtora de uma paranoia social, quer entre os brancos, quer entre os negros.” (MOURA, 2014, p. 121). Mais que isso, denuncia que para o negro,

após o 13 de maio e o sistema de marginalização que se seguiu, colocaram-no como igual perante a lei, como se, no seu cotidiano da sociedade competitiva (capitalismo dependente) que se criou, esse princípio ou norma não passasse de um mito protetor para esconder desigualdades sociais, econômicas e étnicas. O Negro foi obrigado a disputar a sua sobrevivência social, cultural e mesmo biológica em uma sociedade secularmente racista, na qual as técnicas de seleção profissional, cultural, política e étnica são feitas para que ele permaneça imobilizado nas camadas mais oprimidas, exploradas e subalternizadas. Podemos dizer que os problemas de raça e classe se imbricam nesse processo de competição do Negro pois o interesse das classes dominantes é vê-lo marginalizado para baixar os salários dos trabalhadores no seu conjunto. (MOURA, 2014, p. 219).

Recuperando a expressão parlamentar dos conflitos, fica patente a oposição entre os interesses oligárquicos dos representantes das províncias do Norte e Nordeste em relação às do Sudeste. Essas compuseram as forças principais que tensionam a progressividade da abolição,

concorrendo para a aprovação da Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885)⁵⁴. No mesmo ano desta última, a proibição do tráfico interprovincial com a aprovação da Lei Saraiva-Cotegipe colaborou para salvaguardar da desescravização as províncias do Norte e Nordeste, bem como limitar os interesses das oligarquias do Centro-Sul.

O conflito da libertação dos escravizados no Amazonas em 1884, que culminou na destituição do governador, marca a pressão ainda imperante das classes dominantes sobre o tema do trabalho escravo. Socialmente, a abolição significou a abolição do código negro e a fixação do contrato entre iguais no campo comercial. A luta em torno do direito escravista foi fundamental para a reprodução da forma social do Escravismo Colonial em transformação.

Nesse contexto, é notório que

os proprietários fundiários não-escravistas colocaram-se ao lado das classes dominantes escravistas na frente pró-escravista por intuírem que uma transformação superestrutural criaria as condições mais favoráveis para a luta dos camponeses dependentes contra a dominação pessoal por eles exercida (SAES, 1985, p. 215).

A dinâmica das classes dominantes nesse processo contou com a participação das burguesias mercantil escravista e mercantil não escravista, a classe média (reduzida na maioria do território) e a burguesia industrial nascente (por exemplo, representantes do núcleo fabril da Bahia que entre 1840 e 1860 desenvolveu a indústria têxtil e de metalurgia).

Na divisão social do trabalho e na sua crescente alteração como capital, o papel da burguesia mercantil não escravista centra-se na figura do comissário, que “representava o elo mais próximo ao plantador escravista. Era, portanto, ele quem estabelecia a mediação entre o plantador e outros tipos de capitalista mercantil: o ensacador, o exportador e o banqueiro.” (SAES, 1985, p. 221). A par e passo, o aumento da população urbana faz crescer a classe média no bojo do processo de “transformação da estrutura de classes provocada pela diferenciação interna da esfera da circulação” (SAES, 1985, p. 222).

A vinculação à forma da transição do trabalho e do Estado demonstram a vinculação orgânica das classes ascendentes por meio das atividades dependentes da produção agrícola do

⁵⁴ Revendo o significado da Lei dos Sexagenários (1885), Saes (1985, p. 243) assevera que “foi decretada num contexto político já claramente marcado pelo ascenso acelerado do movimento antiescravista: aumento das fugas individuais e coletivas de escravos, insurreições nas fazendas, quilombos costeiros, propaganda abolicionista nas cidades, conflito entre a oficialidade do Exército e Executivo imperial em torno da questão do combate à revolta escrava. Esse contexto político somado ao fato conhecido da férrea resistência escravista, na Câmara Imperial, aos projetos de Dantas e Saraiva, já indicava que a aprovação da lei caracterizou mais uma concessão das classes dominantes escravistas, sujeitas à pressão do movimento antiescravista, às classes escravas.” E finaliza sua análise sobre a lei para ponderar que “o texto legal libertou, na verdade, os senhores de escravos do ônus de sustentarem escravos cuja capacidade de trabalho já havia se esgotado, além disso, a mesma lei estabelecia [...] que os sexagenários emancipados deveriam prestar serviços por mais três anos aos seus senhores”.

latifúndio escravista, corroborando a perspectiva progressiva do ponto de vista do capital mercantil não escravista, mas que como oposição dessa classe e condição material dependente, faz lembrar que “não há desenvolvimento do comércio sem a instituição do crédito; ora, no escravismo a base do crédito é a propriedade escrava” (SAES, 1985, p. 223), assim que mantinham um compromisso indireto com as forças escravistas.

Materialmente as novas forças se chocam com um contexto que “é todo um modo de produção escravista moderno — relações de produção/forças produtivas escravistas, esfera de circulação própria ao escravismo, Estado Escravista, ideologia dominante escravista - que se reproduz na formação social brasileira do período” (SAES, 1985, p. 223).

Essa transição que mesclou as formas de dominação das forças sociais em disputa se expressou no colonato, regime no qual

a remuneração monetária não era suficiente para transformar o salário no aspecto dominante da relação entre colono e proprietário fundiário; ele consistia, antes, no aspecto subordinado dessa relação. O aspecto dominante do colonato era, precisamente, a dependência pessoal do colono diante do proprietário fundiário que lhe cedia o uso da terra para produção de sua subsistência (SAES, 1985, p. 212).

A crise econômica e social se intensifica e se estende depois da abolição da escravidão culminando no fortalecimento do poder do exército diante das ofensivas das novas forças sociais em acomodação. É importante destacar que também foram consequências da transformação burguesa do Estado: a desvinculação da Igreja para secularização da vida civil, o estabelecimento de uma proporcionalidade regional de participação, entre outros mecanismos de gestão da vida política sob o regime republicano. Para Saes (1985, p. 190):

Os episódios habitualmente conhecidos como Proclamação da República (1889) e a Assembleia Constituinte (1891) constituíram momentos - ou subetapas - da etapa seguinte: a reorganização, segundo princípios do burocratismo burguês, do aparelho de Estado. Esses episódios implicaram, portanto, uma transformação política mais ampla que aquela apontada pela maioria dos analistas políticos e historiadores.

Para a constituição das forças políticas em torno do aparelho de Estado no contexto de expansão das relações tipicamente capitalistas, Saes (1985, p. 192) considera que esse processo constituiu “o ponto de partida para esse desenvolvimento [que] foi a transformação política qualitativa — uma revolução — de 1888-1891”.

Socialmente, no tocante à dinâmica de reprodução das frações de classe, é possível verificar que

a classe média foi a força dirigente do processo, na medida em que subordinou a revolta escrava - até então voltada para a criação de comunidades isoladas - ao seu objetivo de liquidar o direito escravista, criar um direito burguês e reorganizar, segundo os princípios do burocratismo, o aparelho de Estado. Isso

significa que é entre as classes populares (trabalhadoras, não-proprietárias) que encontramos, simultaneamente, a força principal e a força dirigente do processo de transformação burguesa do Estado brasileiro (SAES, 1985, p. 284).

As forças sociais que operaram no sentido das transformações burguesas na verdade estiveram mais vinculadas à oposição ao Estado Escravista, visto que

os escravos rurais e as classes escravas no seu conjunto, abandonaram a cena política após a Abolição, vale dizer, estiveram ausentes, enquanto força social, dos episódios da Proclamação da República e da Assembleia Constituinte, não tendo, portanto, participação direta no processo de reorganização burguesa do aparelho de Estado. (SAES, 1985, p. 284).

A diversificação que experimenta a sociedade brasileira depois da Proclamação da República e os ajustes realizados para conectar os arranjos políticos indicam a importância da transformação institucional operada no âmbito do Estado com o fim da monarquia. As indicações de Saes (1985) acerca da constituição do Estado Burguês colocam em relevo a questão da forma da transição capitalista realizada no Brasil, a qual — por sua subalternidade material — segue incompleta pela dependência externa e pela constituição das forças sociais, sendo caracterizada pela acomodação das forças internas preponderantes na vinculação com o comércio exterior e seu papel na divisão internacional do trabalho.

Sob uma estrutura política que buscava, conforme a Constituição de 1891, equalizar as relações de poder regional para integrar e acoplar os diferentes interesses locais, a Primeira República já nasce Velha por sua vinculação com as forças coloniais imperantes na dominação econômica, política e, sobretudo, bélica.

Os conflitos da Primeira República explicitaram o vértice de acontecimentos que orbitaram a nova condição civil dos interesses regionais. O estabelecimento do regime político republicano instaurou a possibilidade, mesmo que virtual e limitada, da estruturação de novos setores econômicos que impactaram o aspecto econômico e social da gênese industrial e do estabelecimento da infraestrutura inicial necessária à transformação produtiva. Esse movimento se acelera depois dos anos 1930, capitaneado pelo Estado, mas já tem seus impulsos iniciais mediante o estabelecimento internacional de parcerias.

3.2.3 Primeira República: dinâmica econômica e política da dominação oligárquica

O processo que viemos acompanhando, de queda do regime político monárquico imperial, sob o Modo de Produção Escravista, e de ascensão do regime de trabalho assalariado e da república, é resultante da reposição dos ciclos produtivos do capitalismo em transformação,

alterando a correlação de forças no seio das instituições do Estado Imperial, especialmente o seu Conselho superior. É nesse campo que a administração imperial se transforma em Estado Burguês, considerado o conflito entre seus dirigentes e outro importante ator político — o Exército — que viera, desde a Guerra do Paraguai, conquistando posições na estrutura política.

A insatisfação com a atuação política do Conselho de Ministros desencadeou uma reação do poder militar que, inicialmente, buscava destituir seu presidente, o Visconde de Ouro Preto, mas que acabou por depor o Imperador, colocando sua família no exílio e instituindo um governo provisório⁵⁵. A ascensão das forças armadas no contexto político vinha de um movimento de sucateamento e diminuição de sua participação na renda nacional, o que mobilizou uma série de insatisfações que culminaram no processo que deu início ao período da conhecida República da Espada no seio da Primeira República⁵⁶. Nesse momento histórico o Exército já esculpia sua fachada de racionalidade ao incorporar à formação profissional ideologias das ciências sociais e ao balizar no método científico o incremento das ações de guerra, apurando seu planejamento e gestão de recursos.

A influência positivista, advinda da escola militar da Praia Vermelha, motivou o debate acerca da formação social de cunho científico e agregou diretividade ao movimento de aproximação das representações das forças armadas do cenário político. Foi com esse ímpeto que os primeiros governos da república à força “modernizaram” as estruturas de Estado, processo que inicialmente culmina na aprovação da Constituição de 1891. Foi no seu ascenso, mediante embate com as classes dirigentes do setor agrário-exportador, que a revolta das forças armadas colocou a questão do poder militar no centro da cena política. Motivada por uma inspiração republicana diferenciada do federalismo defendido pelas classes dominantes agrárias, inaugurou uma nova cena política, porém, logo apropriada novamente pelas

⁵⁵ As reminiscências do processo que levaram Deodoro da Fonseca a proclamar a república e instaurar um governo provisório e dos desdobramentos das forças atuantes no processo que derrubou uma monarquia, que estivera paralisada diante dos interesses de seus principais apoiadores e, efetivamente, classe dirigente, ensejam uma crônica da estruturação das relações conspiratórias que efetivaram o golpe militar de 1889.

⁵⁶ Saes (1984, p. 30) destaca que “A consolidação do Estado nacional (em torno de 1850) e a Guerra do Paraguai (1865-1870) exigiram a formação de um corpo militar profissional, muito diferente das milícias regionais de mercenários colocadas ao serviço direto dos grandes proprietários de terras. As forças armadas foram, portanto, criadas em função das aspirações dominantes à afirmação da Nação brasileira sob a égide da classe dominante agrária. E as missões que lhes foram confiadas pelo poder imperial somente intensificaram seu sentimento de identificação com a Nação: delimitação das fronteiras, preservação da ordem interna, proteção da nação contra as tentativas restauradoras do colonialismo, definição de uma vocação política continental. Assim, esse momento histórico é também o momento da autodefinição das forças armadas como a encarnação da nação, como expressão concreta da nacionalidade”.

oligarquias (especialmente a cafeeira de São Paulo e os coronéis de Minas Gerais), servindo como instrumento de manipulação eleitoral e dominação política.

Todavia, é preciso reconhecer, como destaca Saes (1984, p. 31), que “o grupo militar foi o principal responsável pela derrubada do Estado Imperial e pela constituição de um Estado Republicano”, mesmo que a manutenção do poderio militar entre 1889 e 1894 tenha se posto apenas a estabilizar as coalizões regionais e a instaurar um movimento de descentralização à moda do federalismo defendido pelos liberais vinculados ao setor agrário-exportador, ou o agronegócio da época, antes do golpe. As minúcias dos acontecimentos se estendem desde a renúncia do Marechal Deodoro da Fonseca, passando pela assunção inconstitucional do vice-presidente Marechal Floriano (efetivamente o mais cotado na constituinte para assumir o cargo na formação da chapa inicial, mas que, como vice-presidente, por determinação da própria constituição, não poderia ter assumido e deveriam ter sido convocadas novas eleições), até sua improvável saída do poder para dar lugar ao primeiro governo civil com Prudente de Moraes.

A deflagração do governo provisório e o constante crescimento das exportações de café para o mercado internacional promoveram um processo de diversificação no mercado interno nacional, complexificando a divisão social do trabalho internamente e manifestando ímpetus industrializadores, mesmo que dependentes da economia cafeeira ou que representassem apenas um desdobramento de seus processos de beneficiamento, armazenagem e comércio. Com particularidades regionais significativas, o início da república esteve repleto de conflitos desagregantes e reações à política econômica imposta por Ruy Barbosa que gerou, conforme indicação de Saes (1984), um processo no qual a classe trabalhadora pagou pela modernização da estrutura produtiva ao se ver imersa em uma situação de inflação e aumento dos preços em razão da manipulação das taxas cambiais.

O privilegiamento das classes agrário-exportadoras num contexto de descentralização, que dava mais poder aos Estados, motivou uma série de empreendimentos regionais, sendo que o centro-sul teve como marca registrada o imenso contingente de imigrantes trazidos para abastecer o mercado de trabalho em crescimento. A possibilidade administrativa de gestão das forças policiais locais e das contas públicas pelos estados foi um fator que aproximou a república do federalismo almejado pelos detentores de terras e antigos potentados do Conselho Imperial de Ministros.

A eleição de Prudente de Moraes representou o pontapé para a estruturação de um regime oligárquico de governo que se estenderia até o golpe de 1930, quando as forças contidas pelos interesses da elite latifundiária redesenharam a forma da elite no poder. Observada a

importância da exportação, especialmente do café, para a balança comercial brasileira — já adequada às determinações do mercado internacional e dependente do investimento de capital em íntima relação com as instituições internacionais —, a política econômica que se seguiu era a ratificada pelos anseios do Conselho de Taubaté e pela política de minimização das perdas instaurada por Campos Sales no âmbito estadual, o que direcionou os investimentos estatais para estabilizar os riscos da economia cafeeira, promovendo a compra e armazenamento dos estoques das safras com recursos públicos, processo que com Afonso Pena é assumido diretamente pela administração federal.

Seja na República da Espada ou na chamada República do Café com Leite (nome comumente dado à fase oligárquica da Primeira República), os elementos populares foram amplamente reprimidos e excluídos do processo político. As classes médias, por seu posto, tiveram uma participação fragmentária, apresentando legalidades específicas para cada setor. Sendo um setor em ampla diversificação em razão das transformações na base produtiva, a nascente burguesia industrial tinha em seu DNA os rasgos da burguesia agrária e acabou por confundir-se com ela ao renunciar a um projeto industrial de desenvolvimento ou por depender umbilicalmente dos excedentes da exportação do café.

Ao analisar em detalhes o movimento de constituição do que chamou de “classe média” e sua relação com a constituição do poder oligárquico, Saes (1984) indica que a oligarquia e seu sistema político — que se apropria do Estado Republicano —, significaram estritamente uma estratégia de dominação política dos proprietários de terra sobre as outras classes. Da mesma forma, o imbricamento entre os poderes regionais e o poder central esteve ligado à propriedade da terra, com relativa autonomia dos grupos regionais em razão dos mecanismos de descentralização. No tocante ao governo central, foi capitaneado pelas elites agrárias de São Paulo e Minas Gerais — com exceções —, uma pelo poder econômico e outra pelo contingente eleitoral.

As práticas coronelistas⁵⁷ sobre o sistema eleitoral serviram de plataforma para a reprodução do poder de mando sobre o voto, bem como uma série de mecanismos, como a

⁵⁷ Em sua obra clássica, Leal (2012) categoriza o fenômeno do coronelismo “como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada”. Para ele “não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa” (LEAL, 2012, p. 23).

cassação das urnas e extensas fraudes⁵⁸, serviram para conservar o poderio dos senhores de terras na cena política do Estado brasileiro republicano, uma democracia sob as ruínas da sociedade escravista e suas elites reacionárias. O regime de participação política, ainda que tenha avançado formalmente, conservou “atrasos” das práticas senhoriais — práticas incompatíveis com a civilidade do direito burguês — e, apenas no limite, sua transformação permitiu a incorporação de novos elementos políticos para constituição do bloco no poder, visto que qualquer determinação em contrário “arriscava descartar do jogo político dominante grupos sociais para os quais os proprietários de terras previam a integração a título subordinado, no bloco dominante” (SAES, 1984, p. 33).

A modernização demandava a incorporação de novos agentes produtivos para realizar as tarefas de transformação das forças produtivas, ampliando as concessões a serem feitas em detrimento do enorme poderio político dos remanescentes senhores de terras no Modo de Produção Escravista. Como modernização realizada pelo alto, buscou controlar os efeitos da transição, já dada como necessária, mas sempre aplicando forças contrárias para sua perpetuação ao limite.

Assim, a formação social se transforma em termos de especialização do trabalho e diversifica-se, ainda que lentamente, quanto às atividades produtivas. A abolição do trabalho escravo e o novo embate colonizador entre os elementos “nacionais” e os imigrantes importados para atender às demandas do mercado de trabalho dinamizaram a estrutura da luta de classes no período, manifestando seu caráter fragmentário e sujeito a uma força estatal que concentrava a ossatura material do Estado Imperial sob a insígnia do Estado Burguês e da igualdade formal/jurídica, como no caso do exército e do papel do exército na estabilização do regime político.

O principal mecanismo de seleção para inclusão controlada dos grupos sociais em diversificação foi a instituição da proibição do voto dos analfabetos⁵⁹, o que implicou que “a democracia nascente definia-se desde logo como uma democracia elitista e limitada, privativa dos proprietários de terras e de uma fração das populações urbanas” (SAES, 1984, p. 33). A inspiração constitucional na América do Norte significou a incorporação de mecanismos que

⁵⁸ Saes (1984, p. 34) assevera que a manipulação baseada na dominação econômica das condições de vida dos trabalhadores se processou pela “inexistência do voto secreto [...] a falsificação das atas eleitorais, o não-reconhecimento pelas assembleias legislativas regionais dos candidatos eleitos não filiados às facções oligárquicas dominantes e, no limite, o apelo à violência (sobretudo nas províncias do nordeste) constituíram recursos complementares à pura manipulação do voto das massas rurais”.

⁵⁹ Conforme salienta Saes (1984, p. 34): “o analfabetismo dominava o campo e grande parte dos trabalhadores rurais e industriais era de origem estrangeira”.

não fizeram parte de uma cultura política que esteve unicamente alicerçada no Modo de Produção Escravista e nas estruturas, primeiro, da Monarquia Absolutista Metropolitana, e depois, do Estado Imperial.

Como consequência, os novos instrumentos políticos expressaram uma especialização no aparato político para abarcar seletivamente os interesses em diversificação, com hegemonia da classe proprietária de terras para promoção da expansão capitalista sob as bases agrárias. Nesse movimento “a democracia nascente correspondia a um refinamento da dominação de classe dos proprietários de terras no plano das instituições políticas” (SAES, 1984, p. 34).

A abolição do trabalho escravo e a consequente expansão do mercado de trabalho assalariado, num contexto de diversificação da atividade econômica, represaram os efeitos da dinâmica de estabelecimento da classe trabalhadora em si, a qual constituiu-se fragmentariamente e com manifestações políticas episódicas e explosivas, que foram tratadas com extrema violência. A dinâmica desigual e combinada de desenvolvimento do capitalismo agrário durante a República Velha (1889-1930), em consonância com a diversificação produtiva e as disputas em torno da apropriação das riquezas produzidas, marcou a política nacional, de forma que as classes subalternas foram excluídas do processo político e suas lutas duramente reprimidas.

As ações de desenvolvimento industrial e sua posterior organização política igualmente ocuparam lugar secundário na Primeira República, observado que a política econômica — alinhada com o sistema internacional — visava privilegiar os interesses agroexportadores, oferecendo menos vantagens competitivas e proteção a essas atividades. Mesmo assim, os efeitos contraditórios da proteção ao café contribuíram para a recuperação da indústria nacional depois da crise de 1929 em razão do efeito da inflação e encarecimento dos bens importados.

A relação entre o setor agroexportador, de posse de capitais oriundos de super-lucros da produção cafeeira, com as emergentes representações do setor industrial da época desenhou os limites estruturais do desenvolvimento industrial, política que só se alteraria depois do Golpe de 1930, o qual demonstrou o esgotamento da espoliação econômica com privilegiamento político e econômico das oligarquias. Como não puderam eliminar, sem prejuízos à própria direção modernizante, seus elementos antagônicos, a coligação oligárquica se utilizou do Estado de forma a colocar a produção cafeeira no centro da atuação estatal e, apenas secundariamente, desenvolver outras medidas econômicas. Como consequência, a pauperização das classes médias e o empobrecimento de setores, como as forças armadas,

engendraram os conflitos sociais do período, já incorporando sua forma mais clássica como na experiência da greve de 1917.

Para caracterizar a dependência do desenvolvimento industrial brasileiro da produção agroexportadora na primeira república, Saes (1984) indica que havia uma articulação entre a economia cafeeira e o setor industrial nascente, havendo uma expansão desta última em razão da expansão da primeira, ou mais acuradamente: nas crises do café, um abandono dos investimentos e de uma política econômica industrializante. Assim que, também Saes (1984) não coloca em oposição a elite produtora rural e os empresários rurais, pois “é a profunda articulação entre os dois setores e a inexistência de incompatibilidade entre eles, e não o contrário, o motivo por que vários empresários do café tenham se dedicado às atividades industriais, tornando-se possível a união econômica, social e familiar entre os dois grupos” (SAES, 1984, p. 37).

Essa imbricação teve como prevaletentes os interesses da burguesia agrário-exportadora que dominava o cenário político e econômico, não manifestando um rompimento que pudesse alçar ao poder político às classes industriais. Portanto, as forças produtivas no território nacional mantinham-se atadas aos grilhões da produção de *commodities* destinadas ao mercado internacional, permitindo-lhes direcionar a política econômica em benefício de sua atividade produtiva, o que limitou o potencial do desenvolvimento industrial e mesmo o retardou.

A politicidade do movimento de dominação da grande propriedade na absorção dos investimentos de capitais, sem que sua diversificação significasse um rompimento entre as frações de classe no poder, sinaliza um não antagonismo ou uma “passividade política da burguesia industrial nascente, [que] explica-se, mais que por razões psicológicas ou culturais, pela articulação originária entre o capitalismo agrário e o capitalismo industrial, constituindo-se o capital comercial na articulação entre os dois setores” (SAES, 1984, p. 38). Nesse sentido, as consequências do desenvolvimento da circulação de capital (seja agrário ou industrial) e as consequências para os movimentos de urbanização, proletarização e transformação das forças produtivas receberam tratamento repressivo, o que se viu desde as revoltas das forças armadas até a greve de 1917.

Também as ações necessárias à consolidação de condições de vida e produção nas cidades foram alvo de repressão, como nos revela o exemplo da Revolta da Vacina. A transformação na formação social em direção à incorporação das determinações do processo de valorização — tipicamente capitalista — engendrou uma dinâmica de luta de classes em que o enfrentamento entre o arcaico e o moderno se fez sentir desde as elites até as classes subalternas.

Por mais que a classe dominante fosse pouco permeável às demandas das classes subalternas, as consequências materiais e humanas do desenvolvimento capitalista hipertardió modificaram a estrutura de classes em razão das transformações na produção e do ingresso em outra fase do processo de valorização, com respectiva reestruturação do processo de trabalho.

A transformação do Estado Imperial em Estado Burguês significou uma reformulação do arcabouço jurídico e legal da nação, implicando em disputas em torno da constituinte convocada quando da Proclamação da República, a qual foi centralizada pelo poder das forças armadas, mas contou com a participação de amplos setores das classes dominantes. Após o governo provisório e a eleição indireta de Deodoro da Fonseca, os conflitos foram se tornando insustentáveis, até que o marechal perdesse a governabilidade e, isolado, primeiro fechasse o Congresso e depois renunciasse para forçar novas eleições. Entretanto, seu vice, Marechal Floriano, como já indicado, assumiu a presidência mesmo com a previsão constitucional de realização de novo pleito. Seu governo foi deveras moderado com o conjunto de interesses e buscou estabilizar o país para adequação à subalternidade produtiva e gerencial.

A crise fiscal do novo Estado Republicano desencadeou consequências políticas, afinal, a supressão legal do trabalho de escravizados e o novo dinamismo social e produtivo advindo do crescimento vertiginoso da produção cafeeira e seus desdobramentos nas demais atividades redimensionaram a economia nacional. Nesse sentido, a política fiscal proposta por Ruy Barbosa, interrompida e depois retomada, foi marcada pela abertura comercial e uma gerência com vistas ao cumprimento de obrigações internacionais desde aquele momento manipuladas pela venda de títulos públicos e altas remunerações para a capitalização da atividade do Estado, de forma que “a política fiscal não constituiu senão um instrumento oligárquico de articulação do capital agrário-mercantil e do capital financeiro internacional” (SAES, 1984, p. 40).

Após o período militar da Primeira República, os governos que se seguiram, de caráter estritamente oligárquico, buscaram acomodar os movimentos necessários à estruturação do Estado brasileiro, fomentando a política de descentralização a partir da “política dos governadores”⁶⁰, a qual caracterizou a forma do coronelismo e a forma de constituição do Estado em sua ossatura material. Saes (1984) identifica um desdobramento conjunto da

⁶⁰ O termo utilizado por Messenberg (2002, p. 24) remonta à própria definição de Campos Salles sobre a estrutura política brasileira. A autora assevera que a política dos governadores “constituiu a pedra angular do sistema de dominação vigente”. Descreve ainda que “o funcionamento desse esquema político pautava-se na composição de interesses entre o Presidente da República e os Presidentes dos Estados, segundo o qual estes garantiam o apoio aos atos daquele com base na organização do Poder Legislativo nos níveis federal, estadual e municipal, sob a tutela atenta dos presidentes dos Estados” (MESSENERG, 2002, p. 24).

consolidação do Estado Nacional e de expansão da economia agrário-exportadora, no qual as camadas médias do meio rural acabam por se tornarem decadentes em seu meio, e as transformações no campo empurraram para as cidades contingentes populacionais que viriam a ocupar o setor de serviços e outras atividades de caráter industrial derivadas das forças produtivas em transformação.

Essa complexificação implica em novas condições de exercício do poder oligárquico ou o agronegócio do período. Na transformação capitalista hipertardia brasileira, o Estado teve papel fundamental para a estruturação de políticas econômicas e sociais que implementaram o mercado de trabalho livre e abriram, em termos liberais, o território para investimentos externos, muitas vezes captados pelo Estado e por ele remunerados. A constante diversificação correlata ao aumento do volume de investimentos e lucros da economia cafeeira colocou a elite rural na defensiva, afinal, as classes ascendentes tinham por si só um potencial de substituição como classe dominante e/ou dirigente.

Como assevera Saes (1984, p. 41) acerca do papel político das oligarquias rurais e das formas de manutenção da dominação política,

Numa conjuntura histórica agora mais complexa pelo nascimento do mundo urbano industrial, o cumprimento dessas funções exigiu a monopolização do processo decisório pelas oligarquias rurais: o jogo político articulou-se em torno das facções oligárquicas, mantendo afastadas as classes populares e reservando uma situação secundária e subordinada para a burguesia industrial nascente.

A conseqüente transformação da divisão social do trabalho, na qual a mobilidade não poderia ser tomada *ipsis litteris* à da estrutura do Modo de Produção Escravista, redimensionou a estrutura de classes brasileira, aumentando a concentração de terras e empurrando parte das classes aristocráticas para o setor de serviços nas cidades. Além da já citada relação umbilical entre a burguesia industrial ascendente de cariz rural e as oligarquias rurais, as necessidades humanas relacionadas ao trabalho foram constituídas de forma que “aos aristocratas empobrecidos, a estrutura econômico-social urbana reservou os melhores cargos da burocracia do Estado, as profissões liberais, os postos de direção na administração privada” (SAES, 1984, p. 43).

A persistente distinção entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, sendo o primeiro intimamente relacionado ao período escravagista, gera distorções na medida em que nenhuma política de transição foi efetivada ante a abolição e o crescimento da produção cafeeira. As conseqüências da transição para a elite que falhou em contornar as questões práticas com o fim da escravidão e/ou que não pôde renegociar ou quitar dívidas, implicaram que, engendrada nas

práticas sociais de apadrinhamento, favorecimento, nepotismo e afins, essa elite findou por se acomodar “em função de suas afinidades familiares, sociais e éticas com as camadas ‘despossuídas’, [mas privilegiadas na medida em que] as oligarquias lhes asseguravam um leque de cargos no poder judiciário e na administração pública, posições de direção na administração privada, cátedras nas faculdades, oportunidades de serviço” (SAES, 1984, p. 44).

Por outro lado, o novo dinamismo expulsava um contingente populacional do campo que passou a buscar nas cidades uma ocupação da estrutura sócio-ocupacional em expansão e diversificação. Ao elemento nacional, como já viera se desenvolvendo no período anterior, restavam as ocupações inferiores ligadas ao trabalho manual/braçal, e ocupações em regiões economicamente decadentes, especialmente no tocante ao ex-escravizado e à população negra em geral. Já o elemento estrangeiro, que em 1920 representava dois terços da população de São Paulo, buscou acomodar-se no setor de serviços em expansão.

Como grupo político, os setores desvinculados do tradicional poder oligárquico puderam se desenvolver com certa autonomia em seus movimentos, ainda que conservassem significativas distinções em termos de frações de classe. Suas variações ligadas ao trabalho industrial, ao trabalho intelectual de setores médios, o grupo de pequenos comerciantes, etc., viam-se afetos às medidas do Estado oligárquico que concentrou os aparelhos de Estado na garantia da política de valorização da produção cafeeira. Isso se fez inicialmente pela mediação dos governos estaduais e seus governadores, e no governo Afonso Pena é assumido diretamente pelo aparelho central de Estado, com consequências para a estabilidade interna dos preços e ganhos dos produtores rurais.

Os setores médios estiveram, portanto, imersos em diferentes contextos locais, mas com consequências similares da política econômica que produziu uma desvalorização da moeda e inflação interna, corroendo seu poder de compra e promovendo seu consequente empobrecimento.

Outro aspecto fundamental desse movimento denota que as classes populares e as hegemonias dissidentes locais protagonizaram uma série de revoltas, movimentos e ataques à república oligárquica, observado o grau de aparelhamento do Estado pelas classes agrário-exportadoras, especialmente do Centro-Sul. Os conflitos rurais asseveram o grau de desagregação promovido pela univocidade da política econômica com vistas ao protecionismo quase exclusivo do setor cafeeiro. O equilíbrio virtual da estabilidade econômica interna apenas buscava manter a imobilidade social e conseqüentemente represou forças sociais em distinção ao limitar e até impedir a expansão da produção industrial.

As lutas políticas e culturais não atingiram uma organização nacional que reunisse grupos capazes de fazer frente ao poder estatal oligárquico. Por esses motivos, as manifestações populares no campo e na cidade tiveram caráter episódico e, quando de maior monta, foram massacradas pelo governo central. Outros conflitos envolveram elementos complexos da organização das classes populares, alguns dos quais apropriados pela Igreja e que apresentaram forte caráter messiânico. Conflitos como a Guerra de Canudos (1896-1897) e a Guerra do Contestado (1912-1916) demonstram o entrelaçamento do movimento de apropriação privada dos meios de vida e a organização política de resistência.

Os conflitos envolvendo setores das classes médias, ou seja, os setores intermediários da produção, protagonizaram embates locais e contendas intracoronéis, ou seja, que expressavam os antagonismos locais com forte caráter pessoal. Sobre esse setor também incidiam as diferentes correntes teóricas e políticas em disputa por frações de classe de elite. A Revolução Federalista (1893-1895) no Sul e o Bombardeio de Salvador (1912) tiveram forte componente local dissidente e as relações com o governo central impuseram também sua força centralizadora em torno dos proprietários de terras ligados ao setor agrário-exportador do centro-sul.

Ainda, do centro do Estado Oligárquico, o movimento tenentista protagonizou episódios de enfrentamento direto à organização oligárquica, o que reverberou nos elementos que encerrariam a república oligárquica e, também, nos elementos que buscariam sublevar o pacto de 1930. As ações de 1922 e de 1924, a Coluna Prestes e a incorporação dos seus elementos à política nacional demonstram a relevância da politização das forças armadas nesse contexto, especialmente o Exército, visto que a Marinha, por exemplo, ainda conservava traços monarquistas.

Na luta urbana em constituição e em transição para o conflito tipicamente operário, os enfrentamentos contaram com influências anarquistas no movimento proletário, por meio das ideias de Edgard Leuenroth, e na vida social, a reformulação antropofágica do movimento modernista de 1922 demonstrou a variedade de centros autônomos dinâmicos de enfrentamento ao poder oligárquico.

No concernente ao regime político, o verniz republicano e democrático dado à administração dos senhores de terras não pôde atenuar o fato de que

o liberalismo político das oligarquias fundamentava-se numa concepção da democracia representativa sem nenhuma relação com a representatividade da vontade popular; tratava-se, ao contrário, de uma concepção elitista que negava às massas incultas a capacidade de participação no processo decisório

e atribuía aos homens letrados a responsabilidade exclusiva do funcionamento das instituições democráticas (SAES, 1984, p. 48).

Assemelhando-se à estrutura do Estado Escravista, a República Oligárquica constituiu-se de forma que “as oligarquias definiam a democracia como uma espécie de clube aristocrático do qual as massas rurais e urbanas deveriam ser descartadas em virtude de sua ignorância, incapacidade e imaturidade” (SAES, 1984, p. 48). A exclusão das camadas populares urbanas e rurais, que assistiram sem participação ao Golpe de 1889, impediu qualquer barganha e impulsionou o desenvolvimento de ações autônomas no sentido da resolução dos problemas advindos da modernização pelo alto. Desde as organizações previdenciárias às estruturas comunitárias, eclodiram experiências locais e episódicas de organização e resistência.

A diversificação experienciada pela complexificação da divisão social do trabalho, mesmo em seus estreitos limites ante a centralidade da produção agrícola, enredou as classes emergentes e em transformação de forma que

As relações entre as oligarquias rurais e as camadas médias tradicionais definiam-se, não como uma simples troca de serviços (um serviço econômico por um serviço político) mas como relações sociais complexas, onde a dependência econômico-profissional se assemelha a um prolongamento de ligações familiares, sociais e éticas estabelecidas entre os dois conjuntos. (SAES, 1984, p. 44).

Trata-se de uma permanência dos elementos senhoriais e patriarcais do período colonial, que fixa uma classe dominante baseada na propriedade da terra e em luta pela transformação capitalista de forma a conservar suas vantagens e aproveitar o contexto internacional favorável em cada ciclo produtivo. Passado o ímpeto autoritário dos setores militares alinhados ao golpe de 1889, “o Estado de classe cumpriu sua função política superior assegurando a ordem social: manutenção do estatuto da propriedade rural e das relações de trabalho predominantes no campo, repressão do movimento operário nas cidades” (SAES, 1984, p. 39). Inicialmente centralizado e posteriormente descentralizado, o regime político contribuiu para uma composição de poder em torno do Estado republicano e que apenas em décadas manifestaria sua incapacidade de gestão dos conflitos sociais latentes e dinamicamente entrelaçados à dominação oligárquica.

Dentre os setores das classes médias que despontavam com possíveis desenvolvimentos antioligárquicos encontram-se as forças militares, motivo pelo qual a república oligárquica teve forte caráter antimilitar. A indispensabilidade da superioridade econômica dos grandes latifundiários motivou o controle inicial dos grupos militares que estiveram envolvidos no golpe de Proclamação da República logo após 1894. Mais adiante trataremos do processo político no interior do movimento tenentista e seu constante tensionamento ante o protecionismo agrário.

De maneira geral, a dominação econômica colaborou para que “o discurso ideológico oligárquico sempre se defini [sse] [...] como “agrarista”; a defesa da agricultura como única e verdadeira criadora da riqueza nacional [...]” (SAES, 1984, *passim*). Entretanto, a modernização apresentou um significado importante para a conformação e apropriação do processo de trabalho e da integração no âmbito do mercado mundial.

As transformações operadas no Estado fortaleceram a estrutura partidária que assumiu a “condição de centro de preparação da manipulação eleitoral e de arranjo das disputas oligárquicas” (SAES, 1984, p. 52). Dada a natureza do sistema eleitoral, não puderam ultrapassar o limite do já indicado “clube oligárquico”, que aparelhou o sistema político e econômico em razão de seu sucesso econômico — independentemente das condições de sua realização —, contando com o fundo público para salvaguardar suas perdas.

Ideologicamente a transformação burguesa aproxima as oligarquias do discurso liberal, aumentando sua profusão e enredando as camadas médias tipicamente alinhadas com o liberalismo e o desenvolvimento da vida urbana pequeno-burguesa. Esse processo aumenta, progressivamente, os conflitos intraoligárquicos, que são também regionais. Os movimentos dissidentes oligárquicos experimentados no período colaborarão para reunir as forças que darão fim à primeira república. No entanto, é preciso fazer uma reserva quanto à efetiva conflitualidade dessa camada oligárquica.

Nesse sentido, destacamos, com base nas inferências de Saes (1984, p. 54), que “é preciso [...] revelar que a fonte ideológica das oligarquias dissidentes continuará a ser o liberalismo em sua versão periférica e agrária e na totalidade de seus elementos: elitismo, civilismo, anti-intervencionismo e anti-industrialismo”. Esse novo bloco, que se forma em oposição à dominação oligárquica, apesar do fundamental envolvimento do exército, consolidou um “compromisso” entre as frações de classe, aproximando as oligarquias dissidentes e setores das classes médias urbanas do poder militar.

Para as classes médias urbanas, especialmente os trabalhadores por conta própria especializados, a composição em torno de um campo ideológico liberal, que objetivava o progresso econômico, conformou um importante elemento agregador. Isso porque

o liberalismo econômico estava particularmente relacionado com a visão de mundo dos profissionais liberais; a liberdade do mercado e a concorrência lhes pareciam ser as condições intrínsecas para a preservação de sua dignidade profissional, e esta visão traduzia o temor da proletarianização implícito na submissão ao salariado. (SAES, 1984, p. 50).

A diferenciação na relação entre as frações de classe teve raízes especialmente com o esgotamento do padrão de desenvolvimento econômico típico da república oligárquica. Os

prejuízos e o represamento das demandas políticas por participação tensionaram o rearranjo, o que foi impulsionado pela crise de 1929 e suas consequências para o Brasil, já tendo manifestado suas contradições no período da I Guerra Mundial e na fragilidade da dependência da economia agrário-exportadora.

O rearranjo, entretanto, não significou o alçamento dos setores industriais liberais ao centro da cena política, mas apenas seu movimento em direção à política antioligárquica. Como arranjo político, "a representação política das camadas médias tradicionais não significou, pois, a incorporação ao jogo político oligárquico de um partido político verdadeiramente representativo das camadas médias tradicionais" (SAES, 1984, p. 51).

Para Saes (1984), o processo de incorporação das camadas médias tradicionais na política oligárquica guarda relação com a categoria gramsciana do transformismo em sua versão molecular, de forma que "as oligarquias decapitavam as camadas médias tradicionais mediante a incorporação de seus melhores elementos ao partido único oligárquico, o Partido Republicano" (SAES, 1984, p. 51).

A cooptação dos elementos dinâmicos das forças centrípetas que se viam amarradas à política oligárquica impedia o desenvolvimento industrial ou o estabelecimento sistemático de formas de produção e organização política que se chocassem com o protecionismo ruralista, visto que se edificou no Partido Republicano um muro ideológico e organizativo para a permeabilidade de setores alheios ao mundo agrário-exportador. Assim, a direção política da intervenção estatal sobre a dinâmica social produtiva e reprodutiva esteve circunscrita centralmente à política de proteção à economia agroexportadora.

Como êxito da transformação burguesa do Estado, sua função ideológica em termos eleitorais e no campo do direito serviu para arrefecer a prática política espoliante da classe dominante, relegando as estruturas políticas do Estado à condição de ratificadoras da política imposta pelo poder executivo. A condição de descentralização e os embates entre as forças armadas do governo central e dos governos estaduais igualmente contribuíram para a imposição da república oligárquica. Os exemplos dos ataques a Manaus e Salvador elucidam a forma de utilização das forças armadas republicanas na imposição dos interesses centrais diante das disputas regionais.

O contexto de intensa dominação reverberou também na intensa reação, sendo que uma das ações fundamentais de oposição das classes médias esteve organizada em torno da reação do movimento tenentista. Num contexto de estreitamento político no qual os partidos assumiram a "condição de centros de preparação da manipulação eleitoral e de arranjo das

disputas oligárquicas” (SAES, 1984, p. 52), os setores militares, por intermédio do movimento tenentista e suas expressões específicas, erigiram a força dirigente da reação das camadas médias.

As possibilidades de mobilização das camadas médias tradicionais mostraram-se alinhadas com o processo de incorporação do novo e manutenção do antigo, observados o passado colonial e os valores daí gestados e praticados socialmente. As distensões ocorriam de forma que as contendas políticas não resolvidas na estrutura partidária eram levadas para a limitada arena eleitoral num movimento no qual “em nível nacional as oligarquias regionais afastadas do bloco hegemônico apresentavam-se como oposição no processo eleitoral com o objetivo de apoderar-se do Estado central e aceder à hegemonia política” (SAES, 1984, p. 53).

Não obstante o lento processo de reorganização das forças políticas em razão do enfraquecimento da política oligárquica, esse espaço fatiado não representava uma alteração significativa em termos de composição, visto que a ideologia das oligarquias dissidentes não implicava em mudança política relevante ou alteração na condição estrutural de dependência da economia agrário-exportadora. Nesses termos, Saes (1984, p. 54) alerta que “é preciso, entretanto, relevar que a fonte ideológica das oligarquias dissidentes continuara a ser o liberalismo em sua versão periférica e agrária e na totalidade de seus elementos: elitismo, cinismo, anti-intervencionismo e anti-industrialismo”. Os grupos que disputaram a via parlamentar reuniram-se em torno do Partido Democrático Paulista, formado pelos dissidentes e pelas camadas médias urbanas tradicionais.

O posicionamento do liberalismo oligárquico em sua relação com o Estado Oligárquico e a possibilidade de obter vantagens, ou a oposição sem as mesmas condições, colocaram os grupos insatisfeitos numa condição de oposição parlamentar, sendo que “o aspecto puramente interno do conflito é posto em evidência pelos modos de manifestação e de resolução das dissensões: primeiro o jogo institucional e processo eleitoral, em seguida a reconciliação e a reintegração” (SAES, 1984, p. 57). Assim que apenas ao final da década de 1920 as contradições internas forjaram as bases sociais e políticas da Aliança Liberal de 1930, que se conformará como último movimento de oposição oligárquica da Primeira República. Esse movimento formou-se da união das oligarquias regionais de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba.

Partícipes desse movimento, as forças militares organizadas em torno do Tenentismo foram mobilizadas para uma composição entre os dissidentes das oligarquias e das classes médias urbanas, especialmente por sua condição material em franca deterioração. Sobre tal

processo, cumpre-nos destacar que a revolução de 1930 não foi uma revolução das classes médias, mas uma forma de sua integração ao processo político em que gravitavam da política oligárquica para a necessidade material de enfrentar as consequências da especialização agrária que se manifestavam pela inflação e limitações para o desenvolvimento do mercado de trabalho e da produção industrial.

As classes médias, como classes consumidoras e por sua condição de classe na produção capitalista mixada com os valores sociais aristocráticos, colocaram-se na transição num processo no qual “as camadas médias tradicionais constituíram-se numa conjuntura de transição da sociedade capitalista agrária brasileira para o capitalismo industrial, mas, num mundo industrial nascente” (SAES, 1984, p. 60). Assim que fora atraída pelo liberalismo oligárquico que “além de racionalizar a dominação de classe dos proprietários de terras [...], justificara a atribuição à prática política de um caráter de privilégio social” (SAES, 1984, p. 60).

Portanto, é na transição do capitalismo agrário mercantil para o capitalismo industrial que os trabalhadores não manuais gestam, sob a influência política das oligarquias liberais, o embrião da política antioligárquica. Especialmente os trabalhadores não manuais urbanos, que estiveram à margem do paternalismo oligárquico, e por isso mais independentes ideologicamente, contribuíram para o fortalecimento das pautas antioligárquicas, como as da industrialização e da diversificação da intervenção estatal. A defesa nacional da produção igualmente era um dos motes da oposição ao regime de governo em curso.

As baixas camadas médias, mais afetadas pela condição estrutural econômica e por sua crise, apresentaram igualmente um elevado potencial antioligárquico. Sua ação política contra os efeitos da inflação e da degradação das condições de vida foi episódica e teve como limite em várias fases a oposição aos preços praticados pelos industriais.

Como assevera Saes (1984, p. 65):

os vagos protestos e a ação reivindicativa difusa das baixas classes médias, ao mesmo tempo que se dirigiam concretamente contra os industriais, já continham em si o potencial de reivindicação da industrialização enquanto estratégia de combate às nefastas consequências sociais da especialização agrária.

Os grupos médios tenderam a colocar o Estado no centro da cena política, idealmente descolado de sua base de classe, de forma que “cada conjuntura histórica deve caracterizar um modo particular de concretização das relações possíveis entre os grupos médios e o Estado capitalista” (SAES, 1984, p. 66). A condição de consumidores urbanos dessa fração de classe é uma das condições precoces que determina a “aspiração pelo Estado industrializador” (SAES,

1984, p. 66). Trata-se da aspiração de um Estado futuro que seja capaz de promover bem-estar para as populações urbanas.

Assim, o conjunto das classes médias transita entre o poder político consolidado entre as oligarquias tradicionais e as dissidentes, num movimento de reivindicações econômicas difusas até a cristalização das aspirações à industrialização. Seu principal representante político foi o grupo militar que, numa conjuntura complexa, como já indicado, resistia a uma situação em que “o capitalismo agrário mercantil continuara a desenvolver as forças produtivas e tanto suas contradições como suas limitações não podiam ser socialmente evidentes.” (SAES, 1984, p. 67). Como tendência contínua desde a estabilização perquirida após o golpe de 1889, esse grupo apenas buscou acomodar as novas relações e afastar o perigo de restauração monárquica. Por se tratar de um aspecto conflitivo interno não unívoco, manteve também suas expressões dissidentes expressas na revolta da Marinha e na Revolução Constitucionalista.

Do período em questão, e considerada a prática política dos grupos militares, podemos asseverar que

de um modo geral, os movimentos tenentistas apresentavam certas características comuns: foram desencadeados e coordenados pelos oficiais médios do exército brasileiro, quais sejam, tenentes e capitães; seu alvo principal foi a derrubada do bloco oligárquico hegemônico, sua organização foi mais militar que política e o putschismo foi sua forma dominante de ação. (SAES, 1984, p. 70).

A atuação militar durante a primeira república ainda esteve conectada à dependência do poder hegemônico dos latifúndios da economia agrário-exportadora, observada sua importância para a produção e as vantagens que podiam oferecer em termos estatais. As distensões desse grupo, por sua condição profissional e pelo esgotamento de sua participação unívoca na política nacional, levaram a uma radicalização de suas ações e a fraturas em sua organização interna.

Para Saes (SAES, 1984, p. 70), “os movimentos tenentistas constituíram os eventos políticos mais importantes dos anos 20: a revolta de 1922 e a revolução de 1924 consagraram a violência como recurso essencial da luta contra o Estado oligárquico, e a revolução de 1930 foi em grande parte um prolongamento e a consequência da ação dos tenentes”⁶¹. É preciso

⁶¹ Saes (1975, p. 102) indica que “o movimento de 1922 apresenta-se como tipicamente militar na sua forma e liberal no seu conteúdo”. No bojo das contendas eleitorais, as derrotas políticas elevaram o sentimento de “indignação contra a situação federal [que] estava [...] ligada ao tratamento desprezível que esta lhe vinha reservando”. Essa ação não apresentou potencial para uma tentativa de tomada de poder e esteve circunscrita às disputas internas do regime político. Já nos movimentos de 1924 “o tenentismo começa a refletir a diversidade crescente das camadas médias urbanas” (Ibidem). Inicialmente os grupos regionais tenderam à defesa do reformismo e do intervencionismo, mas no decorrer das disputas impera “a tendência dominante do tenentismo [que] prosseguia se oligarquizando, isto é, aliando a sua já antiga dependência ao mundo ideológico oligárquico a esforços no sentido de estabelecer laços organizacionais com as dissidências” (SAES, 1975, p. 103).

destacar que o movimento tenentista teve uma enorme diversidade temporal e regional, tendo como elemento similar o nacionalismo em razão de sua própria participação na reprodução social. Sua Ala Liberal e sua Ala Nacionalista encamparam as principais ações de transformação da estrutura estatal, ao final alinhadas com as oligarquias dissidentes.

O regime oligárquico, ou confederação oligárquica, era politicamente inorgânico, regionalizado e dependente do capital bancário europeu. Essa configuração política, que se impôs por quase quatro décadas, demonstrou seus limites estruturais quando dos conflitos bélicos e da crise do capitalismo, visto que não podia atender às necessidades internas de uma economia, mesmo com todas as contradições, em diferenciação.

Como força opositora, os movimentos tenentistas “aspiravam primordialmente à ‘purificação’ do Estado e não à transformação da sociedade” (SAES, 1985, p. 72). Sua vertente liberal, responsável pelos eventos de 1922 centralmente — e apenas residualmente em 1924 —, buscava ocupar a estrutura oligárquica para instauração de uma democracia de massas com ação política antioligárquica. As ações de 1924 contribuíram para uma maior divisão entre as classes médias tradicionais e para a exacerbação das contradições entre os grupos militares.

A Ala Nacionalista do tenentismo, composta em especial e centralmente pelos grupos que formariam a Liga Ação Revolucionária de 1929, constituía-se como força social para instauração de um Estado antioligárquico e centralizado e nacional. Baseada na luta econômica e em ações mobilizatórias com grupos distantes das classes médias urbanas, buscava destruir a estrutura oligárquica e teve expressão representativa na experiência da Coluna Prestes, atuando como força social determinante para os tensionamentos em curso, ampliando sua atuação para junto da população rural.

Seu desenvolvimento culminará na tentativa de enfrentamento, junto ao Partido Comunista Brasileiro, às tendências políticas dos primeiros anos do governo Vargas, mantendo uma perspectiva política militar do processo social e atuando como vanguarda política. Posteriormente, tal organização política passará por períodos de ilegalidade em função de sua prática política e do acirramento da polarização ante a perspectiva comunista e o avanço das conquistas da Revolução Russa.

O acirramento dos conflitos advindos do represamento da expansão econômica, aliados às crises do capitalismo e de desvalorização da produção agrícola no mercado mundial, contribuiu para uma reorganização das forças entre as frações de classe para instituir um “compromisso” para formação de um novo bloco no poder. No tocante à década de 1920, Saes (1975, p. 106) adverte que a especialização agrícola escancarou a dependência externa e

aumentou as demandas por industrialização e a realização da aplicação dos excedentes de forma a aumentar o consumo e a realização da renda no território nacional, visto que a década de 1920 “com suas crises de superprodução cafeeira, empréstimos estrangeiros a juros extorsivos e uma inflação constante, forneceu os primeiros instrumentos para o ataque ao bastião ideológico das oligarquias”. Logo, para o autor, “não foi por outro motivo que esse decênio assistiu a uma radicalização do comportamento político de certos setores das camadas médias, com o surgimento de tendências nacionalistas, reformistas e intervencionistas [...]” (SAES, 1975, p. 106).

Como resultado desse movimento “tende a surgir um Estado industrializante, modernizador e antioligárquico [...] que, ao criar os indispensáveis quadros técnicos e burocráticos, passa a realizar os interesses dos setores intermediários urbanos, para além das aspirações de todos os outros grupos não comprometidos com a dominação colonial e oligárquica” (SAES, 1975, p. 107). Observada a diversa base social na qual emerge o novo processo de reorganização do Estado, sua forma política gravita do coronelismo para o populismo e alavanca um tensionamento nas estruturas econômicas e estatais que não se realiza de imediato, mas se estende como processo de enfrentamento à “vocação agrícola” do país e busca (com diversos motes) reposicionar as ações governamentais para abarcar a heterogeneidade das forças antioligárquicas.

A seguir buscaremos levantar as linhas gerais da transformação do Estado e da economia que suplantaram as oligarquias tradicionais da direção política do Estado (lembramos que a composição heterogênea foi amplamente ocupada pelas oligarquias dissidentes) e compuseram uma nova fase de transição do modelo econômico e da ação política perante os conflitos sociais.

3.2.4 Era Vargas: da reforma ao ímpeto industrializante

O espraiamento da produção industrial de base fordista colocou novamente os limites da regressividade da especialização da produção agrícola brasileira, mesmo que já capitalizada, evidenciando o desequilíbrio sistemático entre os resultados da produção nacional no contexto da divisão social e internacional do trabalho. Os incrementos produtivos da produção fabril colaboraram para diminuir, mais uma vez, o tempo necessário à produção das mercadorias, o que levou à crise em razão dos desequilíbrios econômicos e financeiros impostos pela queda tendencial da taxa de lucro no processo concorrencial.

A condição dependente e subalterna no mercado mundial, agora já entrelaçada significativamente com as estruturas bancárias e governamentais estrangeiras, foi determinante para fixar a política nacional na órbita do liberalismo ocidental, promovendo a dura repressão aos movimentos contestatórios de diversas matizes. A instabilidade que levou ao golpe de 1930 não se dissipou apenas com a mudança do governo e significou um novo rearranjo das forças econômicas e políticas nacionais.

As crises internacionais alteraram as necessidades nacionais, fazendo encarecer os produtos industrializados importados pela política sistemática de desvalorização da moeda nacional, além dos conflitos internacionais que impediram ou diminuíram a oferta de bens de consumo necessários à diversificação econômica que o país experimentava. Assim que o Golpe de 1930 se conformou a partir da emergência de uma coalizão política heterogênea orientada por um programa antioligárquico, que apenas em seu decurso fortaleceria o ímpeto industrializante para construção do consenso — limitado — em torno da alteração da forma da intervenção estatal.

O agravamento da crise mundial, especialmente a crise de 1929, marcou o período de reorganização dos grupos sociais em disputa pela estrutura estatal. A dissidência do Partido Democrático de São Paulo na transição eleitoral e a estratégia de continuidade do Partido Republicano com a oligarquia tradicional no governo marcaram o momento em que estes buscaram afastar as oligarquias de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul da estrutura estatal. Essas forças afastadas e dissidentes se reagruparam para a formação da Aliança Liberal que, também de caráter oligárquico, buscava inicialmente o fortalecimento do aparelho estatal democrático.

Nesse contexto, a emergente classe operária “se manteve à margem da disputa eleitoral, dado que sua principal organização política — o PCB — interpretava a luta eleitoral como um movimento privilegiado do conflito entre duas frações da classe dominante e seus respectivos aliados: o imperialismo inglês e norte-americano” (SAES, 1984, p. 81).

No contexto eleitoral, a derrota da Aliança Liberal nas urnas para a chapa de Júlio Prestes, seguida de fatos políticos pessoais (o assassinato de João Pessoa, vice da chapa de Getúlio Vargas), foi derradeira para a emergência de um movimento político das oligarquias dissidentes aliadas, especialmente, ao poder político-militar que depôs o governo federal. É cabal que o processo de organização dessas forças não compunha uma estratégia política de aliança direta, mas foi se forjando como resposta às pressões populares derivadas das consequências da crise, alçando pautas industrializantes e de bem-estar.

O tenentismo, vinculado organicamente às pautas das classes médias urbanas, foi o maior expoente, desde sua Ala Nacionalista, da participação militar na revolução de 1930. Assim que o tenentismo nacionalista almejava a destruição da estrutura oligárquica descentralizada para a construção de um “Estado nacional e centralizado” (SAES, 1984, p. 52).

Devido ao descontentamento com as políticas oligárquicas, “na realidade, os tenentes arrastaram as forças armadas e as oligarquias dissidentes para o confronto armado com a situação oligárquica” (SAES, 1984, p. 83). No bojo da via parlamentar, gestou-se uma condição na qual,

depois da derrota de abril, nem os generais politicamente resignados à arbitragem das disputas oligárquicas, nem as oligarquias dissidentes, sempre favoráveis à conciliação com o bloco hegemônico, estavam prontos para iniciar a luta armada. Entretanto, nem uns nem outros puderam conter o ímpeto insurrecional dos oficiais médios do exército; a revolução de trinta se esboçava, assim, como uma manifestação das forças sociais da mudança. (SAES, 1984, p. 83).

Devemos buscar, portanto, na profusão das lutas sociais das camadas populares e na insatisfação das classes médias (especialmente as do exército) as razões para as distensões que levaram à derrubada do poder oligárquico tradicional, motivando suas frações dissidentes a antecipar medidas capazes de conter a revolta. É nesse sentido que “as forças políticas oligárquicas logo compreenderam que o movimento político-militar em gestação caminhava para uma definição claramente anti-oligárquica e revolucionária” (SAES, 1984, p. 83). Como forças opositoras parlamentares, as oligarquias dissidentes e os setores reacionários do exército colocaram-se em nova articulação para refrear a radicalidade do protesto, “daí a adesão das oligarquias reunidas na Aliança Liberal e do alto comando das forças armadas ao movimento revolucionário”. Sendo assim, como rememora Saes (1984, p. 83), “é nesse sentido que se deve entender a frase dita por Antônio Carlos: ‘ façamos a revolução antes que o povo a faça’ ” (SAES, 1984, p. 83).

Tomado o poder, “na prática, o tenentismo revolucionário revelou ser incapaz, após a deposição do governo federal, de subtrair às oligarquias rurais os centros locais de poder e certos aparelhos do Estado central” (SAES, 1984, p. 84). Por sua natureza compósita, em termos de arranjo político e possibilidades materiais, também outro setor comutado com as oligarquias dissidentes se viu limitado pela condição do compromisso político, numa conjuntura em que “a revolução de trinta quebrou o monopólio oligárquico do poder político, mas não representou a conquista da hegemonia política pela burguesia industrial nascente” (SAES, 1984, p. 84).

Retomando a centralização, mediante intervenção na maioria dos estados da federação realizada pelo governo provisório de Vargas,

o novo sistema político definiu-se progressivamente como rearticulação, através da mediação das “categorias sociais de Estado”, das relações políticas entre a antiga e a nova classe dominante, entre o bloco político dominante e as classes populares; exprime ao nível político, a etapa de transição vivida pela sociedade capitalista periférica brasileira de um estágio agrário a um estágio industrial (SAES, 1984, p. 87).

Como resultado, a transformação do Estado significou uma “ampliação da participação política” em direção à democracia de massas que “representava a absorção da classe operária nascente nas estruturas pela via da legislação do trabalho e do sindicalismo de Estado” (SAES, 1984, p. 88).

O movimento de integração política da classe operária dá-se contraditoriamente, de forma que “não constitui uma resposta à pressão eventualmente exercida sobre o poder do movimento operário; caracteriza antes a subtração à classe operária da possibilidade de organização corporativa e política autônoma” (SAES, 1984, p. 86-87), afinal, a reparação longa e gradual da industrialização num contexto inicialmente recessivo e, posteriormente, incrementado pelos esforços de guerra e pelo realinhamento político em colaboração internacional, será elemento decisivo para o movimento industrializador por parte do Estado.

É nesse contexto que “o Estado soberano pode, portanto, tornar-se agente político da industrialização; ao fazê-lo, responde à pressão popular pelo consumo e pelo bem-estar, ao mesmo tempo que ‘substitui’ politicamente a burguesia industrial nascente” (SAES, 1984, p. 87). Dada a natureza do “compromisso” entre as classes partícipes da revolução de 1930, com nuances em suas fases (Governo provisório de 1930 até a Constituição de 1934, Governo constitucional de 1934 a 1937 e o Estado Novo de 1937 a 1945), verifica-se que,

na verdade, a definição de uma política de consolidação das estruturas de Estado, de centralização político-administrativa e de intervencionismo econômico-social não resultou de um acordo tático entre a antiga e a nova classe dominante, após a extinção do monopólio oligárquico do poder político; foi, antes, a expressão da ação contínua do tenentismo nacionalista após o movimento político militar de 1930. (SAES, 1984, p. 92).

Com uma plataforma política intransigente quanto à administração política, implicou na transformação também dos centros regionais de poder (sempre em enfrentamento) e na nomeação de interventores nos governos locais com participação significativa dos militares. Também a defesa nacionalista dos recursos naturais (água e minérios) e o combate à integração subordinada (como a proposta pelo plano Niemeyer no campo monetário⁶²), igualmente

⁶² BAER (1988, p. 25) esclarece que em 1931, a convite do governo brasileiro, Sir Otto Niemeyer buscou avaliar a precária situação econômica do país, de forma a apontar medidas para superação das consequências da depressão econômica. Como diagnóstico econômico, apontou o que os grupos sociais em disputa já intuía e revelavam, que “a principal fraqueza do país consistia em apoiar-se na exportação de um ou dois produtos agrícolas. Esta a razão de a crise atingir o Brasil com maior violência do que outros países”. Como

marcarão a presença do grupo militar na política instaurada pós-1930. Da mesma forma, a criação do Ministério do Trabalho, inicialmente chefiado por Lindolfo Collor, delinea “uma política de integração operária” em direção à política industrializante.

Draibe (2004, p. 82), ao analisar a nova composição das forças políticas no interior do Estado em transformação, assevera, sobre a intervenção na luta de classes, que

com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1931, e a organização de seus departamentos técnicos, como o Departamento Nacional do Trabalho, em 1932, além da instituição do Conselho de Imigração e Colonização, em 1938, estabeleceram-se as bases institucionais para a regulação das relações de trabalho.

A transformação do Estado ante a conjuntura econômica fragilizada modifica a prática política — dentro de estreitos limites — para que “o seu significado mais geral [...] [seja] a ‘estatização’ da luta econômica de classes, desde aí inevitavelmente mediada pela ação regulatória do Estado. [Nesse sentido] a estruturação do sindicalismo de Estado aprofundará esse movimento” (DRAIBE, 2004, p. 82).

O cariz fundamental desse período remonta à forma política que se transforma do coronelismo para o populismo. Nessa seara, Saes (1984) atribui ao tenentismo as raízes do populismo, ainda que posteriormente sua organização política evanesça na cena política, e essa prática permaneça como condição viabilizadora da direção política do bloco dirigente/dominante. Logo, considera que na articulação das forças do “compromisso”, o populismo se sedimenta como “a estratégia política de desenvolvimento adequada a uma etapa de transição” (SAES, 1984, p. 93).

Em um regime autoritário, seguido ao esgotamento do Estado Burguês aparelhado pelas oligarquias tradicionais, as tendências políticas em conflito foram deveras reprimidas e, quando possível, cooptadas pela nova direção estatal sob o comando de Vargas. Já numa formação social de massas em decorrência do desenvolvimento das contradições capitalistas em diferenciação, as classes médias e populares, alijadas do poder político ou apenas no seu limiar incorporadas subalternamente, são capturadas pelas estruturas de envolvimento erigidas no regime autoritário.

É, portanto, nesse contexto que “o populismo caracteriza-se como a ideologia das camadas médias já desembaraçadas da ascendência social das oligarquias, e politicamente representadas pelo tenentismo nacionalista [...]” (SAES, 1984, p. 93). Mas observados os ímpetus industrializantes, também vinculados à concepção de um Estado para além das políticas

apontamento, Niemeyer indicou que “o objetivo básico das autoridades brasileiras deveria ser o de diversificar a estrutura econômica do Brasil” (BAER, 1988, p. 25).

de governo, reverberaram na luta de classes num movimento no qual “ao longo da transição capitalista periférica; [...] o caráter embrionário das novas relações de classe permite que o populismo penetre na classe operária em constituição, e que se torne sua forma essencial de expressão” (SAES, 1984, p. 93).

A estrutura de Estado se envereda, ao contrário da primeira república, por sua direção política que manifesta as demandas das classes populares (mesmo que deturpadas) para se transformar em Estado Criador, ou seja, para a adoção de uma política intervencionista em prol do desenvolvimento industrial. Os impulsos desse movimento estão conectados aos efeitos da crise de 1929 e, posteriormente, às consequências dos conflitos armados da Segunda Guerra Mundial. Não obstante, internamente o Estado também revela sua face mediadora, castrando a atividade autônoma da classe trabalhadora e regulando “precocemente” os conflitos de classe específicos de uma formação social capitalista industrial.

A transformação do Estado operada pela Revolução de 1930 tem como mote “a centralização política [...] com a edificação de um aparelho burocrático-administrativo de intervenção, regulação e controle, que organiza em bases novas o ‘interesse geral’ e a dominação social” (DRAIBE, 2004, p. 55). No sentido da generalidade e “autonomia” do Estado, a modernização operada no arcabouço institucional estatal significou uma “modernização de aparelhos controlados no cume do executivo federal”, o que difere da descentralização e do poder local do período anterior, sendo “por um lado, no seu ordenamento jurídico-político e na ampliação de suas funções técnico-legislativas; por outro, na estatização das relações sociais com a estruturação organizacional dos interesses no seu próprio aparelho” (DRAIBE, 2004, p. 55).

Observada a alteração no poder político e na estrutura de governo, as medidas econômicas de proteção à produção cafeeira foram mantidas no período de crise, visto que “desde o início da ‘grande depressão’ o café representava 71% das exportações brasileiras” (BAER, 1988, p. 16). Assim, a compra dos estoques e a assunção dos prejuízos continuaram motivando a política econômica de “reajustamento”, que foi “posta em prática nos primeiros anos da década de 30, no início da administração Vargas” (BAER, 1988, p. 17), o que se deu principalmente pela expansão do crédito subsidiado.

Insistindo na análise do período como processo, é patente que “até o Estado Novo, nem o projeto de industrialização pesada ganhou consistência, nem foi plenamente definida a forma de articulação entre os gastos estatais e o setor privado com relação aos novos projetos, tampouco se logrou uma ordenação mínima dos investimentos do Estado” (DRAIBE, 2004, p.

90). As medidas de preparação, no entanto, se mostraram de fundamental importância para a construção do direcionamento que viria a tomar o Estado brasileiro no pós-1937 e, especialmente, depois de 1950.

No movimento de preparação e enfrentamento realizado pelo bloco no poder, um importante elemento de constituição das condições materiais e financeiras do processo de industrialização pesada foi a transformação na base tributária, que elevou os custos desse processo sobre a renda e ofereceu facilidades para a importação de materiais industriais e equipamentos. Igualmente, a elevação da oferta de crédito pela estrutura bancária, especialmente por meio das instituições financeiras estatais, buscou contribuir para a garantia dos recursos aos empreendimentos industrializantes.

No plano político, as limitações democráticas e os conflitos enfrentados como resistência por parte das classes antes dominantes tiveram como aspecto fulcral a aproximação da estrutura governamental aos estratos populares da classe trabalhadora, bem como o apoio de setores componentes do “compromisso” político da revolução de 1930. A principal característica do processo político esteve envolta em seu cariz populista, o qual é caracterizado por Saes (1984, p. 94) da seguinte forma:

a ideologia populista caracteriza-se como uma “ideologia de Estado”, criada pela representação política das baixas camadas médias e transformada a seguir na forma essencial de expressão da classe operária em constituição; mas a “ideologia de Estado” exprime-se praticamente através da execução de uma política de industrialização e de integração operária, indicativa de uma etapa de transição capitalista periférica.

Para elucidar o caráter da transformação que opera a alteração das forças dominantes e dirigentes no plano estatal, é preciso que indiquemos os traços gerais do “compromisso político” pactuado entre as oligarquias dissidentes e a burguesia industrial. Remontando às estruturas centralizadas que operaram, com ampla margem de forças contrárias, a formação do Estado brasileiro desde o século XIX — e que continuamente se repuseram no período republicano inicial a centralidade do aparelho de Estado na mediação das relações conflituosas entre as classes e suas frações —, a tomada do Estado central fomentou uma condição na qual

o Estado populista constituiu a caução de um acordo tácito entre o conjunto das frações pré-industriais da classe dominante (proprietários pré-capitalistas ou burguesia comercial, mas todos dotados de uma dimensão agrária) e a burguesia industrial nascente; esse pacto consagrava, de um lado, a participação da burguesia industrial no poder político, bem como seu acesso aos instrumentos institucionais de desenvolvimento, e, de outro lado, a manutenção da ordem social no campo: salvaguarda da propriedade fundiária e do estatuto das relações de trabalho. (SAES, 1984, p. 95).

Não obstante, esse compromisso não extirpa as tensões estruturais entre os interesses dos grupos em acordo, o que indica também as limitações das estratégias em direção a uma

política ou outra e/ou que se expressaram explicitamente nos combates da estrutura do Estado Central com as forças da Revolução Constitucionalista de 1932. O longo período de estabilização que se seguiu é expressão do movimento de acomodação das forças políticas antioligárquicas. Logo, “o período aberto pela revolução de trinta testemunha o combate incessante entre os grupos de pressão agro-comerciais e industriais pelo controle dos instrumentos de política fiscal, cambial, monetária, aduaneira e de investimento público” (SAES, 1984, p. 96).

Entretanto, dadas as condições econômicas gerais produzidas pelas décadas iniciais da república sob o protecionismo da economia agroexportadora em detrimento do acompanhamento do desenvolvimento das forças produtivas experimentado no período, era patente a incapacidade do setor agroexportador de satisfazer as necessidades de expansão e desenvolvimento, motivo pelo qual há a prevalência das forças políticas industrializantes.

Nos contextos de impossibilidade ou de política deliberada do controle de importações é que a política industrial fora manifestando a face nacional e estratégica das forças políticas locais, baseando na política de substituição de importações os incentivos para constituição da indústria brasileira, isso, por certo, em paralelo com o ainda subutilizado potencial para a indústria de base e para o aspecto infraestrutural.

As tentativas de controle da balança de pagamentos com limitações às importações implicaram na elevação dos preços das mercadorias vindas do exterior. Ao mesmo tempo, a continuação da política protecionista ao setor cafeeiro contribuiu para a manutenção da demanda interna. Com a elevação dos preços dos produtos importados, verifica-se que se promovem “incentivos para aumentar a produção interna das indústrias brasileiras que competiam com as importações. [Nesse processo] não demorou muito para que parte do capital líquido oriundo do reajustamento econômico encontrasse o caminho para aplicar-se, direta ou indiretamente, em novas empresas industriais” (BAER, 1988, p. 17).

Processualmente as novas determinações vão se corporificando para sedimentar a abertura política aos novos e velhos agentes, expressando a transformação na base social que elevava a importância estratégica do setor industrial. Politicamente,

o Estado seguirá federativo na sua forma, mas os núcleos de poder local e regional serão subordinados cada vez mais ao centro onde se gestam as decisões cruciais. Esse movimento de centralização e concentração do poder, sob os múltiplos aspectos em que se expressou, conduzirá o Estado brasileiro a uma forma mais avançada de Estado Nacional, capitalista e burguês. (DRAIBE, 2004, p. 54).

A concentração do poder, especialmente no primeiro governo Vargas, que mantinha amplos poderes para governar por decreto, impulsionou “o reordenamento institucional - que poderíamos sintetizar sob o título geral de centralização - [e] fez avançar a construção do arcabouço jurídico-político estatal, com o sentido fundamental de estabelecer novos suportes organizacionais e normativos para a expressão do poder do Estado como poder unificado, genérico e abstrato” (DRAIBE, 2004, p. 55). Trata-se da racionalização da intervenção estatal e da defesa dos mecanismos de intervenção econômica, constituídos numa série de medidas de planejamento e tensionamento diante das forças reacionárias.

Ampliando a base do populismo e buscando reordenar as elites locais pela diminuição de seus poderes, “a instituição do voto universal e secreto, a unificação dos códigos judiciários, a elaboração da legislação sobre as ‘riquezas’, a saúde ou a educação — a ordenação jurídica se faz sob a forma universalista e genérica, emanada de um centro político e fundada numa definição abstrata da ‘nação’ e da igualdade dos cidadãos” (DRAIBE, 2004, p. 55). O processo de racionalização do território, para além dos interesses agroexportadores, significou a expansão das atividades estatais, especialmente na década de 1930, pela criação de instâncias de pactuação e decisão em torno dos Conselhos Nacionais (Produção Mineral, Petróleo, Águas e Energia Elétrica, Minas e Metalurgia), estendendo-se na década de 1940 por Comissões, Comissões Executivas e Planos Setoriais que articulavam as necessidades de superação dos gargalos que refreavam o desenvolvimento industrial.

De caráter limitado, “a fase inicial dessa expansão [industrial] dos anos 30 caracterizou-se pela maior utilização da capacidade ociosa existente” (BAER, 1988, p. 17), mantendo, em partes, uma política econômica compensatória que garantisse as divisas fundamentais produzidas pelo setor agrário-exportador. Isso se deve ao próprio caráter limitado da Revolução de 1930, que fora uma medida preventiva em relação às potencialidades do conflito social. Reforçando as bases do movimento de desenvolvimento das forças produtivas para sedimentação interna da sociabilidade capitalista, é importante que frizemos o fato de que “o que particulariza a burguesia industrial no Brasil é que a sua hegemonia está repartida com outras frações da burguesia e se apoia, deliberadamente, em composições sucessivas com o proletariado, em conjunto ou em suas frações” (IANNI, 2004, p. 109).

A formação do conjunto representativo da burguesia industrial desenvolveu-se a par e passo com as crises do sistema capitalista mundial. Conforme destaca Ianni (2004, p. 109), “a industrialização no Brasil inicia-se, expande-se ou acelera-se, em consonância com as comoções mais notáveis do sistema econômico mundial, destacando-se as guerras de 1914-

1918, 1939-1945, a crise de 1929, ou seja, o esfacelamento e a recomposição dos sistemas coloniais”.

Os limites da política de industrialização dos anos 1930 são revelados quando analisamos a situação ocupacional do período. “Entre 1920 e 1940, a parcela da população ocupada pela indústria manufatureira passou apenas de 13% para 14%, enquanto a proporção dos que trabalhavam no setor primário apenas se reduziu de 69,7% em 1920, para 67% em 1940” (BAER, 1988, p. 18). Importa salientar que houve o crescimento absoluto do volume da produção, o que não deixa de registrar a expansão do setor, mas sem que este superasse a atividade agrícola. Da mesma forma, durante o período registram-se um significativo aumento da produtividade industrial e o fato de o setor apresentar o crescimento mais dinâmico economicamente e estar alicerçado na ocupação de sua capacidade ociosa, além de individualmente — por sua composição orgânica — apresentar outra composição na relação entre trabalho vivo e trabalho passado.

Esse dinamismo econômico, por suas consequências internamente gestadas, aumenta a profusão do capital na vida econômica da nação e, no âmbito do processo de trabalho, promove diversificações em razão do incremento da produção e das determinações da Lei Geral da Acumulação Capitalista. Nesse sentido, o fortalecimento da sociedade urbano-industrial em simbiose com o passado agrário-exportador entrelaça e combina as forças sociais reposicionadas nos circuitos de valorização. Acerca dessa transformação, Ianni (2004, p. 112) destaca que

a maquinização, o regime assalariado, as técnicas de contabilização e comercialização do produto, a especialização das atividades produtivas, administrativas, gerenciais e empresariais, revelam que esses segmentos são prolongamentos do mercado de capitais, de força de trabalho, de tecnologia.

Essa diferenciação coloca em relevo a possibilidade de direção dos setores industriais e segmentos dos trabalhadores, viabilizando novas composições entre as frações de classe.

O último dos golpes de Vargas, que deu origem ao Estado Novo, foi de suma importância para o incremento das ações de industrialização. O contexto internacional da Segunda Guerra Mundial, que implicou na escassez de produtos de importação, bem como o alinhamento tardio do Brasil com as forças aliadas, foram responsáveis pela aproximação aos núcleos industriais dinâmicos, pela possibilidade de melhora na balança de pagamentos e na existência, conseqüentemente, de excedentes para investimento interno.

Durante o Estado Novo a administração pública foi funcionalizada em direção aos interesses das relações de classes emergentes e às diretrizes da política econômica inovadora

que se impunha já então, expandindo as esferas de ação do executivo e hipertrofiando as funções do governo central. É nesse contexto que o Golpe de 1937 destituiu o poder legislativo para escantear as forças opositoras do modelo em desenvolvimento. Se o transcurso do período indica um controle interno, as condições externas da economia mundial concorreram para pressionar a orientação política para a economia e políticas sociais.

A missão Cooke, que visitou o país entre 1942 e 1943, já nos marcos da colaboração para o esforço de guerra que colocou o Brasil como rota de transporte para suprir as necessidades aliadas (veja-se a base construída em Natal/RN que impulsionou o abastecimento das tropas com equipamento militar e outros), tivera como origem “o ingresso de ambos os países na guerra e seu objetivo era avaliar a contribuição que o Brasil poderia dar ao esforço de guerra” (BAER, 1988, p. 26).

Como diagnóstico, a missão apontou alguns dos obstáculos à industrialização rápida do país, tais como:

o inadequado sistema de transportes, o atrasado sistema existente para investimentos industriais, bem como de mecanismos aptos a canalizá-los para esta finalidade, as restrições ao capital estrangeiro, limitações à imigração, baixo nível das instituições de treinamento técnico e sua completa inexistência em certas regiões, ausência de produção em grande escala, política de investimentos apoiada em expectativa de lucros extraordinários, instalações inadequadas para produzir energia elétrica, etc. (BAER, 1988, p. 27).

As inclinações políticas do governo Vargas, mais próximas ao nacionalismo do tipo nazifascista — até os anos iniciais da década de 1940 —, influenciaram a disputa pelos capitais estrangeiros para investimentos no país. Do mesmo modo, tais formas de governo influenciaram a constituição da rede de proteção ao trabalho unificada, em especial a constituição da Consolidação das Leis do Trabalho (1943), que instituiu uma política trabalhista centralizada em prol da colaboração dos setores organizados dos trabalhadores em torno do sindicalismo de Estado.

É nesse contexto que se expande o populismo de massas, visto que “depois de 1945, o proletariado, assim constituído, adquire importância fundamental no jogo de sustentação e modificação do poder político” (IANNI, 2004, p. 138). O esforço industrializante iniciado durante a guerra, responsável pela avaliação da situação das forças produtivas e de suas potencialidades na produção para o esforço de guerra, se prolonga na política industrial do pós-guerra, alterando-se em amplitude e direcionamento político. Dessa forma, em relação aos períodos anteriores do governo Vargas,

A diferença básica consistiu em ter a industrialização deixado de ser um expediente ocasional para transformar-se em uma decidida política no sentido de modificar drasticamente a estrutura da economia brasileira. A razão

fundamental desta mudança foi o fato de os responsáveis pelo país terem-se tornado conscientes de que, no futuro, o Brasil não poderia alcançar elevado ritmo de crescimento se continuasse a se apoiar basicamente na exportação de seus principais produtos primários cujo mercado mundial estava em retração. (BAER, 1988, p. 29).

A obstrução das linhas de fornecimento de mercadorias importadas, motivada pela destruição dos países europeus e pelo aumento da demanda internacional, contribuiu para acelerar o processo interno de transformação produtiva. O aumento da produção nacional é constatado quando se verifica que “a preços constantes de 1953, declinou de 18,9 para 11,2% entre 1947 e 1961, a razão das exportações e importações para o produto interno bruto” (BAER, 1988, p. 31).

A criação do Partido Trabalhista Brasileiro em 1945, reunido na plataforma governamental já em desenvolvimento pelo bloco político no poder, alinhou a participação dos setores produtivos industriais e dos trabalhadores do setor em torno das políticas populistas. Nesse contexto “a atuação do Estado na organização e comportamento da classe operária está fundada [...] no reconhecimento de que a força de trabalho cria valor: ou seja, de que o capital é gerado pela força de trabalho” (IANNI, 2004, p. 138). É nesse sentido que o Estado, mediante sua racionalização e tecnificação, procura estabelecer as linhas de desenvolvimento das forças produtivas, orientado para o incremento da produção capitalista em conflito com os setores sociais agrários e frações das forças populares.

Para Baer (1988, p. 42), em sua análise da industrialização brasileira,

o surto de industrialização posterior à II Guerra Mundial foi, inicialmente, consequência das medidas adotadas para enfrentar às dificuldades do balanço de pagamentos. Somente aos poucos (isso é, na década de 1950), tais medidas converteram-se em instrumentos conscientes para promover a formação de um complexo industrial.

A sedimentação da orientação industrialista remonta à incorporação racionalizada dos diagnósticos e prospectos para a economia brasileira, ampliando a interdependência econômica entre os setores em expansão.

Ampliando sua interconectividade com a economia mundial, as instituições financeiras⁶³ e administrativas do Estado foram se aperfeiçoando, constituindo instâncias cada

⁶³ Sobre tal aspecto, importa que “em 1920, o Banco do Brasil tornou-se o banco oficial de emissão, mas não adquiriu o status de banco central, bem lhe foi dada a maior parte do poder de que deve dispor uma instituição desse tipo. Ao ser criada em 1945 a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), tinha-se em vista sua gradual transformação em banco central. Foi subordinada diretamente ao Ministério da Fazenda, que a preside, o presidente do Banco do Brasil, o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento econômico (BNDE) e o superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Como a SUMOC adquiriu a maior parte das atribuições de um banco central e como o Ministério da Fazenda preside o Conselho que a dirige, não existe realmente no Brasil a separação entre as operações fiscais e as de banco central. Isso explica a facilidade com que foram enfrentadas as necessidades implícitas em um orçamento deficitário. (em

vez mais relevantes para a edificação de uma política Estatal capaz de promover o desenvolvimentismo.

Esgotados os limites do pacto político em torno do governo Vargas, o que reverberou os impactos do fim da II Guerra Mundial e as pressões populares pela restituição democrática, a tendência política militar se rearticula para redimensionar o poder político. Noutra extremo, movimentos como o “Queremismo” buscam apoiar a transição proposta pelo próprio Vargas, que havia convocado eleições para o ano de 1945.

Com o fortalecimento da conflitualidade em torno da administração do aparelho estatal, as representações políticas impõem a Vargas sua renúncia, abrindo caminho para uma nova coalizão (depois apoiada pelo próprio Vargas) que, contraditoriamente, reunia os setores militares que ocuparam o poder com a eleição de Eurico Gaspar Dutra, que fora até meados de 1945 ministro da guerra do Estado Novo.

As medidas adotadas no pós-guerra, de especial importância para a vinculação brasileira à economia mundial, encampam um processo de planejamento técnico-científico das medidas econômicas, apresentando características múltiplas, especialmente se consideramos as diferenças entre o período 1946-1951 no governo Dutra de abertura comercial e liberalismo econômico, e o último governo Vargas.

Do período que se seguiu, importa destacar que “a forma do Estado no Brasil, cujas características de regulação e controle sobre a economia estavam praticamente definidas ao término do Estado Novo, foi atenuada e neutralizada, nos seus traços mais dramáticos, durante o período governamental de Dutra.” (DRAIBE, 2004, p. 115). A incorporação técnica da política estatal na ossatura material do Estado complexificou a governabilidade em torno do regime político em abertura política.

Assim, o liberalismo característico da abertura comercial realizada mediante flexibilização do câmbio e favorecimento do setor financeiro não pôde prescindir do contexto econômico geral, no qual o Plano Marshall e as perspectivas econômicas keynesianas constituíram eixos centrais da recuperação econômica e da construção da política econômica que instrumentalizou os anos de ouro da economia central.

No Brasil, essa tendência manifestou-se apenas como intentona — observada a deterioração fiscal —, expressa no “plano SALTE (sigla de saúde, alimentação, transportes e

abril de 1965 a SUMOC foi transformada no Banco Central da República do Brasil, sem que, no entanto, se modificassem suas funções básicas).” (BAER, 1988, p. 77).

energia) [que] foi a primeira tentativa de planejamento realizada depois da guerra” (BAER, 1988, p. 52). Entretanto, por suas limitações, suas atividades foram encerradas em 1951 com a mudança de governo.

Desta forma, pode-se reconhecer que,

sob o governo Dutra, não se procedeu, de fato, o desarmamento da capacidade intervencionista e regulatória do Estado: o retorno aos termos mais liberais do pré-30 era uma impossibilidade histórica, por razões de diferentes níveis - em termos gerais, porque, em relação à Primeira República, eram muito distintos os interesses econômicos e políticos, tanto quanto seu modo de organização e expansão, que já operavam nas estruturas centralizadas do Estado Nacional. (DRAIBE, 2004, p. 125).

Logo, a necessidade consciente da industrialização, bem como a articulação dos interesses no seio de uma estrutura institucional com ossatura material não viabilizariam uma transformação radical do sentido da ação estatal constituída no período anterior. No entanto, Draibe (2004, p. 126) adverte que isso não impediu que o período 1946-1950 significasse uma “paralisia da tendência centralizadora e a neutralização da ação intervencionista estatal no domínio econômico, principalmente no que se refere às tarefas mais cruciais do avanço da industrialização”.

Importa dizer que o movimento anterior despontado na era Vargas, qual seja, a tecnificação dos aparelhos de Estado, em especial pela criação de um quadro técnico especializado selecionado por critérios meritocráticos, contribuiu para a sedimentação de uma política de Estado fulcrada na ação racional-legal, aproximando os blocos políticos da necessidade de articulação também dessas instâncias. Dada a complexificação dos movimentos de capitais, da estrutura do trabalho e da produção, a negligência a estes aspectos poderia contribuir para o desequilíbrio (muito quando este não é utilizado de forma a atender os interesses políticos) na estrutura produtiva e monetária, ampliando as consequências sociais da forma administrativa e da política econômica e social a ser levada a cabo.

Assim que o governo Dutra, de inspiração militar e alinhado às tendências postas pelo bloco capitalista no contexto da guerra fria sob a hegemonia estadunidense, limitou o movimento encampado durante a era Vargas para, apenas no limite, manter o planejamento e a intervenção estatal. Dada a supressão de algumas instituições em construção para levar a cabo a execução de obras e condições externas de produção, o plano SALTE não logrou financiamento e condições objetivas de execução, considerada a contenda política do reestabelecimento autônomo das forças sociais no parlamento, que expressaram um retorno de

tendências agrárias e liberais contrárias à intervenção estatal, mesmo que esta estivesse balizada a partir das determinações keynesianas e inspiradas no Plano Marshall.

A abertura comercial experimentada no período Dutra buscou mobilizar investimentos por meio da abertura comercial, o que não favoreceu a burguesia industrial em condições limitadas de concorrência internacional. A absorção subalterna da tecnologia e a limitação do fator nacional para a promoção do desenvolvimento caracterizaram a abertura comercial que aumentou as vulnerabilidades da economia nacional diante da política que se delineava no período anterior.

O incremento dos conflitos atinentes à guerra fria colocou também os interesses nacionais no processo de divisão e polarização política ante o avanço do socialismo real soviético, marcando um período de intenso confronto que acabou por colocar uma das importantes forças da redemocratização (pós-1945), o PCB, na ilegalidade institucional.

Importante destacar que a abertura comercial encampou também uma abertura política, buscando manifestar a alteração do regime para o fortalecimento ideológico do aparelho estatal e de governo como uma democracia liberal aberta, em processo de redemocratização. A realização da Copa do Mundo de Futebol de 1950 no país fortaleceu os esforços envidados para modificar o posicionamento geopolítico e estratégico do país no âmbito internacional, bem como fomentou o ímpeto interno de reconhecimento das transformações experimentadas na sociedade brasileira.

Foi no segundo governo Vargas, eleito conforme previsão constitucional de 1946, que as linhas mais taxativas da inversão econômica e articulação política puderam dar maior consistência à estrutura que, desde 1930, vinha se delineando no aparato estatal brasileiro. Setores como a indústria de base, transportes, comunicações, entre outros de importância estratégica para o processo de valorização capitalista foram empreendidos nesse período, rearticulando o aparelho institucional e novamente valendo-se do planejamento para indicar as linhas tortuosas em direção à efetivação das medidas diagnósticas que visavam desemaranhar os empecilhos à industrialização.

Em sua fase democrática (1951-1954) o governo Vargas acentua o caráter populista de gestão política da democracia de massas que ia se constituindo, buscando na igualdade jurídica a promoção do ideário capaz de fortalecer sua posição em termos de governabilidade, visto que a vitória eleitoral indicava o apoio popular. Da mesma forma, esse período marcou a intensificação do nacionalismo como defesa dos interesses da pátria, enfrentando mecanismos antes apenas tangenciados quanto à estrutura fiscal do Estado.

A proibição das remessas de lucros e a intensificação dos projetos industrializantes, por exemplo, tiveram, em linhas gerais, o objetivo de defender interesses estratégicos diante da conjuntura internacional conflituosa. É nesse período que a mobilização popular apoia a construção do consenso em torno do investimento estatal, a exemplo de campanhas como “o petróleo é nosso”, momento no qual são criadas a Petrobrás e a Eletrobrás, por exemplo, adotando uma política econômica heterodoxa ou mista, ampliando a intervenção estatal e mobilizando os investimentos necessários para intensificação do desenvolvimentismo.

O incremento da utilização dos mecanismos econômicos e fiscais desenvolvidos no interior da administração estatal se demonstra quando

em meados da década de 50, mudou o caráter do sistema cambial, deixando de ser considerado como simples instrumento para enfrentar as dificuldades do balanço de pagamentos e passando a ser visto, antes, como método para promover conscientemente a industrialização do país e de assim transformar radicalmente a estrutura econômica brasileira. (BAER, 1988, p. 47).

Esse movimento incrementa a expansão e a centralização da máquina estatal, visto que

entre 1951-1954, reforçou-se a armação material definidora da natureza e dos graus de penetração do Estado no processo de acumulação capitalista, e delineou-se o formato que assumiria a estruturação estatal no cumprimento das tarefas básicas de industrialização. (DRAIBE, 2004, p. 168).

O último governo Vargas buscou acelerar o desenvolvimento industrial por meio de inversões públicas e privadas em infraestrutura e na indústria de base, assumindo sua direção com a criação das empresas públicas. Investe-se, igualmente, na modernização e incremento técnico do setor agrícola, com uma política de financiamento e reforço infraestrutural para armazenamento e distribuição. O papel dos bancos estatais e a racionalização da política tributária foram de fundamental importância para o financiamento dos investimentos realizados.

Dentre as medidas que contribuíram para o efetivo alçamento das medidas industrializantes, esteve o

esforço de planejamento muito mais ambicioso e completo [que] constituiu o trabalho da comissão mista Brasil-Estados Unidos para o desenvolvimento econômico, no período 1951-1953. Seu amplo corpo de assessores, integrado por técnicos brasileiros e norte-americanos, realizou um dos mais completos levantamentos da economia brasileira e formulou uma série de projetos de infra-estrutura, com seus respectivos programas de execução. (BAER, 1988, p. 53-54).

Como resultado, “a principal função do grupo parece ter sido despertar a atenção das autoridades brasileiras para certas variáveis estratégicas (como a taxa de poupança, a relação capital/produto, o afluxo de capitais estrangeiros, etc.) que determinavam ritmo de crescimento do país e que poderiam ser influenciadas por diversos tipos de medidas.” (BAER, 1988, p. 55).

Em especial, manifestava-se a preocupação com a taxa de crescimento populacional e sua relação com a necessidade do crescimento econômico.

No mesmo sentido, “entre 1953-1955, os técnicos do BNDE e da Comissão Econômica para América Latina, da ONU, a CEPAL, empenharam-se em um esforço conjunto de planejamento global sistemático” (BAER, 1988, p. 55). O incremento das ações de planificação e controle dos mecanismos estatais de intervenção social aceleram a conflitualidade entre as classes sociais em disputa, o que foi afastando grupos da base de apoio do projeto industrialista.

No entanto, as medidas de planificação foram substituindo o “espontaneísmo para entrar numa era de ordenação e previsão cada vez mais ambiciosas” num processo no qual “à medida que a sociedade incorpora o pensamento científico, numa integração crescente entre teoria e prática, as técnicas sociais de influenciar a atividade das pessoas, objetos e processos alargam seu campo de ação” (IANNI, 2004, p. 159). Esse movimento acontece para além do Estado, agregando cientificidade à prática produtiva e ao dimensionamento da atividade econômica em geral.

Com o incremento da ação estatal, em especial pelo aumento do controle dos mecanismos fiscais e bancários de promoção do desenvolvimentismo, a disputa sobre os meios materiais da produção se envida em um conflito também com o capital internacional. A aprovação do monopólio estatal sobre os derivados de petróleo e sua cadeia produtiva (transporte, pesquisa etc.) eleva as tensões entre os grupos monopolistas externos com maior permeabilidade desde a abertura experimentada no período anterior.

Na política interna, o assédio à administração central, que vai se aproximando das classes populares no sentido de fortalecer o pacto desenvolvimentista, é coroado por uma ampla campanha contrária⁶⁴ à administração Vargas. Logo, se reconhece que “a crise de 1954 constitui em parte uma nova tentativa dos grupos agrário-exportadores no sentido da reconquista da hegemonia política” (SAES, 1984, p. 109). Os resquícios, muito vívidos, da condição de classe aristocrática/oligárquica em entrelaçamento com os setores das classes médias tradicionais e dos interesses internacionais, elevarão as tensões no último governo Vargas.

A crise política instaurada no período tem como figura central Carlos Lacerda, quem esteve diretamente envolvido no desenrolar dos fatos que culminaram no suicídio de Vargas e na convulsão política que se instala. As eleições que se seguiram, envoltas numa incerteza

⁶⁴ Nesse contexto, Saes (1984, p. 105) infere que “A UDN mobiliza as camadas médias tradicionais de São Paulo e Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo, empreende uma ação de propaganda anti-Vargas junto às forças armadas.”

quanto à transição, denotaram a instabilidade promovida pelo acirramento das contradições das relações de classe.

Uma das bases do embate político esteve relacionada à moralidade dos agentes estatais na consecução das ações industrializadoras. Assim que, para Saes (1984, p. 105),

o movimento anti-populista de 1954 não pode ser caracterizado como um empenho em “restabelecer a constituição”, ou em “democratizar o país”, na medida em que propõe exatamente a deposição de um governo democraticamente eleito; seu objetivo político aparente assume, em consequência, uma nova forma: a de “combate à corrupção”.

A alteração significativa das bases produtivas mediante o incremento da ação estatal industrializadora repõe as balizas dos interesses dos blocos políticos num processo em que se reconhece que

o acesso declinante dos grupos agrário-mercantis às estruturas do Estado explica, assim, suas tentativas de volta ao passado, ou seja, sua luta pela reconquista da hegemonia política no seio da classe dominante; ao tentar destruir as bases do Estado populista esses grupos procuravam recolocar a política econômica de Estado a serviço de seus interesses. (SAES, 1984, p. 100).

A crise do populismo dá-se por duas vias distintas, uma que opera pelas ações dos grupos agrário-exportadores pela recuperação do poder político no âmbito estatal, ou seja, pelo controle da política econômica, mas também pela crise interna do populismo, com o esgotamento da mobilização popular e das classes médias em torno do projeto industrializante. Esse movimento ainda enfrentará a fase desenvolvimentista do Governo Juscelino Kubitschek (JK), e entrará em sua fase mais radical e conflituosa no início dos anos 1960 com os governos de Jânio Quadros e de João Goulart.

Após a morte de Getúlio Vargas, Café Filho assume o governo até que, por questões de saúde, ele se afasta e então assume Carlos Luz. Na preparação das eleições de 1955, os “herdeiros” políticos de Vargas foram os principais sujeitos do processo eleitoral, do qual saíram vitoriosos Juscelino Kubitschek como novo presidente e João Goulart para Vice-Presidente, em detrimento das candidaturas de Ademar de Barros e Juarez Távora. No processo de reação dos setores agrário-exportadores, a mobilização de setores do Exército em contraposição à composição política eleita, a União Democrática Nacional buscou questionar o resultado eleitoral, visto que a chapa eleita não havia feito a maioria dos votos.

Dadas as disputas internas no setor militar, mobilizado em torno da composição entre o PSB e o PTB e a UDN, prevaleceu a perspectiva legalista que, na figura do General Lott (ministro da guerra até meados de 1955), buscou garantir a transição entre os governos. Na transição, Café Filho, tendo restabelecida sua saúde, mas em conflito com o setor militar, foi

alvo de um golpe preventivo que o expulsou do Palácio do Catete e implicou na assunção posterior de Nereu Ramos para o cargo de presidente até a posse efetiva de JK.

A mobilização em torno de Carlos Luz e, seguidamente, do intento de retorno de Café Filho, não logrou êxito, sendo que ambos foram afastados, garantindo a transição democrática nas condições da eleição de 1955. É patente que a chapa eleita tinha como centro de maior resistência o candidato a vice-presidente, João Goulart, que filiado à ala trabalhista havia sido ministro do Trabalho de Vargas e estava na vanguarda do movimento de permeabilidade das estruturas de Estado para as demandas populares e a própria transformação e radicalização do populismo.

Logo, o populismo do último governo Vargas — sob o comando ministerial do Trabalho de João Goulart — aproxima-se do reconhecimento das demandas operárias, sendo que

não é a ruptura do compromisso entre as oligarquias rurais e a burguesia industrial que explica a crise final do populismo; é antes o Estado populista, ao reconhecer a legitimidade da ascensão popular a fim de conservar sua base social de apoio e, portanto, de assegurar sua soberania, que ultrapassa os limites impostos pela necessidade de manutenção da ordem social e, assim, afasta-se do conjunto da classe dominante. (SAES, 1984, p. 105).

O incremento acelerado das forças produtivas e a consequente diversificação da estrutura de classes no país reforçam os conflitos pela hegemonia, manifestando a divisão eleitoral em torno das pautas industrializantes e dos interesses pelo controle dos mecanismos estatais de intervenção econômica. Com a presidência de JK sob a insígnia desenvolvimentista, novamente se reagrupam as composições possíveis num período que será de desenvolvimento e crescimento econômico, o que contribuiu para que a modernização se realizasse num contexto de abertura econômica e investimentos públicos e privados.

A incorporação liberal desenvolvimentista da modernização no processo de trabalho e as transformações que continuam operando no aparelho estatal indicam que “a própria expansão da sociedade de base industrial está na dependência da expansão da racionalidade mínima inerente ao capitalismo” (IANNI, 2004, p. 223). Será nesse período que a sociedade brasileira experimentará novas transformações na estrutura social com reforço das contradições que colocam as pautas populares no centro das disputas, agravando a situação da composição de forças políticas e colocando novas demandas gerais para a modernização das forças produtivas em composição com as forças oligárquicas tradicionais.

3.2.5 Período 56-64: desenvolvimento econômico e intensificação da diferenciação na estrutura de classes

No governo de Juscelino Kubitschek o Estado incrementa sua vocação técnica de planejamento para dinamizar seu projeto de aceleração da transformação produtiva. O projeto desenvolvimentista, baseado em investimentos internos e externos de ampliação do sistema produtivo industrial e da infraestrutura, encontrou ampla resistência até efetivamente assumir a direção política na estrutura de Estado.

No entanto, construindo o consenso assentado em um novo rearranjo das forças políticas, o que é mais viável nos períodos de desenvolvimento econômico, a classe dirigente do bloco no poder demonstra “esta preocupação com o desenvolvimento - isto é, com a obtenção de elevadas taxas de crescimento em período relativamente curto e a responsabilidade do governo em influir substancialmente sobre ele transformaram-se na bandeira da administração de Juscelino Kubitschek (1956-61)” (BAER, 1988, p. 55). E para executar a política econômica desenvolvimentista “no dia seguinte ao de sua posse foi criado o Conselho Nacional do Desenvolvimento, que deveria formular o Programa de Metas” (BAER, 1988, p. 55).

Observadas as necessidades, já diagnosticadas nos períodos anteriores, de saneamento dos requisitos mínimos para garantia das condições externas de produção, a política econômica “durante o governo de Kubitschek muito avançou no sentido do cumprimento de grande número de metas, especialmente na indústria e em parte da infra-estrutura” (BAER, 1988, p. 57). Em ramos específicos, o governo JK buscou promover ações especiais de desenvolvimento industrial, com programas administrados pelo Banco de Desenvolvimento, incentivando setores industriais como a indústria automobilística, da construção naval e de mecânica pesada em geral. Medidas de liberação temporária de taxas de importações, bem como facilitação e apoio foram geridos em instâncias específicas, como o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA). Como destaca Baer (1988, p. 58), “outros grupos executivos empenharam-se em esforços semelhantes para criar indústrias de construção naval, mecânica pesada, tratores e equipamento de comunicações”.

No plano da estrutura de classes, a agitação econômica promoveu uma ainda maior mobilidade das frações de classes, introduzindo o elemento dinâmico do capital estrangeiro de forma sistemática e em grande volume. Da mesma forma, os compromissos internacionais

assumidos no período elevaram as despesas fiscais da administração pública e tornaram permeáveis as estruturas política e financeira do Estado brasileiro.

Como consequência dos processos de intensificação do desenvolvimento, especialmente industrial, a instalação das indústrias de bens de consumo duráveis, de bens intermediários e de bens de produção introduziram novos elementos à diferenciação de classe promovida pelo desenvolvimento das forças produtivas. Nesse contexto, “a nova etapa de industrialização foi marcada pela ascendência crescente do grande capital monopolista - nacional ou associada -, responsável pelo setor industrial mais dinâmico, sobre a média da burguesia, alojada nos setores industriais tradicionais” (SAES, 1984, p. 127).

Dada a conjuntura internacional do período, na qual as tendências centrípetas da zona de influência do capitalismo internacional diante das disputas entre as potências que protagonizaram a Guerra Fria, a intervenção internacional teve como eixo a atração da política econômica e social, especialmente quando consideradas as determinações do período anterior — nas quais o avanço das lutas populares e do nacionalismo aproximou o populismo de seu cariz intervencionista — para a sedimentação do alinhamento capitalista. Os conflitos entre capitalismo e socialismo marcaram o debate político, servindo de mote ideológico para a luta de classes e para a constituição de maiores ganhos para a economia política do trabalho num contexto de expansão, o único em que comumente acontece.

O avanço das tendências populares não obteve impactos gerais mais expressivos, o que não invalida as tendências reformistas operantes no final do período. A constituição do consenso em torno de um governo populista e carismático colaborou para que os finais da década de 1950 estivessem voltados para o acelerado processo de industrialização, urbanização e modernização das estruturas produtivas, mesmo que o processo tenha se dado em relação de subalternidade e dependente do capital internacional e na assunção de plantas e técnicas produtivas já em esgotamento.

A política de substituição de importações colocou em seu centro o desenvolvimento da indústria automobilística, arregimentando o Investimento Externo Direto e abrindo, inicialmente, o parque industrial para as empresas transnacionais estrangeiras. Novamente a incorporação tardia e perversa do avanço tecnológico foi utilizada para diminuir a participação da parte variável do capital na apropriação da riqueza produzida socialmente.

Como esforço concentrado, que buscou mobilizar interna e externamente grandes volumes de capital, as estratégias de consecução do ousado planejamento do plano de metas também se voltaram para os mecanismos internos de realização do capital. Nesse sentido,

novamente operam os mecanismos macroeconômicos de gestão financeira do Estado e das instituições permeadas pela política fiscal e econômica. Portanto, é possível reconhecer que

a passagem acelerada a uma nova etapa industrial não se faz sem a ampliação da acumulação de capital industrial e o enriquecimento, se bem que mínimo, da infraestrutura de serviços industriais; ora uma parte considerável dos recursos indispensáveis à ampliação das atividades de investimento e de financiamento será obtida através da intensificação da exploração da força de trabalho industrial. (SAES, 1984, p. 127).

Para Saes (1984, p. 127), os governos populistas que reuniam nas ações de Estado e na política personalista sua base de apoio, seja das camadas médias ou das classes populares, não puderam manter as condições institucionais e sociais de reprodução de sua política, que servira a etapa de transição à sociedade industrial. Mas com as bases dessa sociedade industrial cada vez mais sedimentadas, o autor adverte que “é o crescimento progressivo da pressão operária, desde 1956, que se acha na origem da crise final do populismo”.

O contexto de declínio da atividade econômica que se retroalimenta com a instabilidade política aumenta as tensões sociais, em especial sobre as reformas que já se delineavam desde a década de 1940, a exemplo do indicativo da necessidade de reforma agrária, reestruturação tributária, entre outros aspectos que despertaram a reação das classes médias que se engajaram então numa cruzada antipopulista/anticomunista.

O projeto modernizador, caudatário de uma das tendências trabalhistas e desenvolvimentistas gestadas no contexto da transformação da base produtiva, rearticulou as forças políticas em estreita articulação com o capital internacional. Dada a importância do Investimento Externo Direto e o estabelecimento de um mercado de trabalho regulado com participação dos grupos de trabalhadores no contexto do sindicalismo de Estado, cresce também o poder das classes trabalhadoras que estiveram ligadas à administração em razão da tendência trabalhista — por intermédio do PTB — representada por João Goulart (vice-presidente). Noutro campo, o PSD compunha a base de apoio junto às populações do campo.

Essa coalizão garantiu certa colaboração entre as frações de classe, as quais envidaram esforços na política industrializante e modernizadora. Os projetos do Plano de Metas e a política desenvolvimentista, da qual é expressão a construção de Brasília/ Distrito Federal, permitiram certa estabilidade no papel centralizador do Estado nacional, aumentando a confiança em torno do projeto de endividamento. Paralelamente, a articulação dos objetivos do Plano de Metas concentrou os interesses dos grupos em disputa nas estruturas específicas criadas para gerenciar os investimentos e as ações de modernização.

O período também foi marcado pelo consenso ante a necessidade de transformação produtiva, que foi a insígnia da crença do etapismo para que se gestassem as condições de transição nos moldes clássicos. Entretanto, o resultado de uma modernização dependente não significou uma independência política para alçar as forças produtivas e sociais num contexto revolucionário autônomo e nacional. Ao contrário, os efeitos deletérios da política desenvolvimentista de modernização aprofundaram as contradições sociais e aumentaram a dependência externa, manifestando seus limites. Como consequência, é preciso reconhecer que

como a maioria das multinacionais não desenvolve tecnologia em suas subsidiárias, a industrialização brasileira significou um aumento substancial da dependência de tecnologia estrangeira, o que [...] [levou] a um encargo adicional sobre o balanço de pagamentos, pois a tecnologia tem de ser paga de uma maneira ou de outra (p. ex. royalties, assistência técnica, etc.). (BAER, 1988, p. 317).

As contradições das bases em que se assentou o período desenvolvimentista implicaram no esgotamento do modelo econômico. No contexto internacional, a Revolução Cubana em 1959 e o incremento das determinações da Guerra Fria alçaram-se a uma nova etapa por disputa de hegemonia.

Ao final do período, o encarecimento do custo de vida mediante a inflação e o endividamento do Estado, diminuindo o dinamismo desenvolvimentista, recolocaram as classes em disputa em uma nova cruzada, da qual Jânio Quadros, em composição com João Goulart, articulou os interesses no plano econômico e social. Novamente o debate acerca da corrupção, vultosa num momento desenvolvimentista, serviu para equilibrar e arregimentar interesses das classes populares e das classes médias tradicionais.

Outras vertentes políticas organizaram-se em torno das candidaturas do General Lott (PSD e PTB) e de Ademar de Barros (PSB), mas não lograram êxito em derrotar a formação política encabeçada pelo pequeno PTN. Observados o contexto internacional de disputa ideológica e a necessidade de ajuste econômico para sanar as consequências do endividamento e do afluxo de capitais, a política externa do novo governo foi heterodoxa e buscou inicialmente negociar os termos do endividamento estatal e da captação de investimentos.

A instabilidade econômica foi se agravando, assim como a instabilidade política, colocando em xeque a governabilidade do grupo dirigente, eleito com ampla maioria. As necessidades de ajustamento nos termos da condição subalterna e dos limites para o acordo com o Fundo Monetário Internacional, bem como a aproximação com países socialistas intensificaram a pecha de um governo sindical e comunista.

Após 7 meses de governo, Jânio Quadros renuncia⁶⁵ com a expectativa de que o Legislativo não aceitasse sua renúncia e ampliasse seus poderes como chefe do Executivo, considerada a resistência com seu vice-presidente (ainda mais desalinhado quanto ao bloco capitalista), o que não se efetivou. João Goulart, vice-presidente, que estava em viagem oficial à China Comunista naquele momento⁶⁶, se viu obrigado a aceitar a imposição legislativa de um regime parlamentar, no qual o presidente dividiu o poder com o primeiro-ministro Leonel Brizola⁶⁷.

As contendas políticas em torno da administração da crise fiscal do Estado, bem como da insatisfação popular com a situação econômica, elevaram as tensões e apenas em 1963 um plebiscito reestabeleceu o regime presidencialista⁶⁸. Importa salientar que a base popular de apoio ao governo, no qual se delinearam os tensionamentos que formariam uma tendência pela reivindicação das reformas de base, elevou as tensões, especialmente com o setor agrário-exportador e a composição de classes que lhe dava suporte social e político.

No seio do Estado formava-se uma composição que tensionava as bases dos pactos que desde a década de 1930 precariamente sedimentaram o compromisso político em torno do desenvolvimento industrial, o que ampliou a atuação de seus estratos radicais, especialmente os oriundos do populismo nacionalista e vinculados às lutas do campo. Num contexto de deterioração econômica em razão da política de desvalorização da moeda nacional e de controle dos investimentos, as pressões pelas reformas cada vez mais requisitaram uma transformação radical do regime político na administração do desenvolvimento capitalista.

Por outro lado, o fortalecimento do populismo político no início da década de 1960 se assevera na composição em disputa pelo Estado, processo que se desenvolve

pela via do movimento nacionalista, a pressão operária provoca a radicalização do populismo e, conseqüentemente, a ruptura do equilíbrio instável próprio à estratégia populista de desenvolvimento: a fim de não perder sua base social de apoio o Estado populista é obrigado a ultrapassar os limites

⁶⁵ Sua renúncia acontece poucos dias depois de ter condecorado Che Guevara com a ordem do Cruzeiro do Sul.

⁶⁶ Os movimentos que se seguiram à renúncia de Jânio Quadros revelam a franca oposição do setor militar que havia planejado a Operação Mosquito, por meio da qual almejava derrubar o avião de Jango em seu retorno ao Brasil. Já o trabalhismo, por intermédio do próprio Brizola, mobilizou suas bases civis e os extratos do exército no Rio Grande do Sul em defesa da legalidade. Sublevadas as idiossincrasias do processo, formou-se uma comissão parlamentar mista que sugeriu o parlamentarismo como forma de governo capaz de atenuar a conflitualidade das posições em disputa.

⁶⁷ Provisoriamente Ranieri Mazilli ocupou a presidência até a definição do acordo que instaurou o parlamentarismo.

⁶⁸ Como destaca Baer (1988, p. 177): “O vice-presidente João Goulart, eleito por parcela bem inferior a 50% dos votos, só pôde assumir o governo depois de drasticamente reduzido seu poder, que foi forçado a partilhar sob um sistema parlamentarista criado para isso. O ano de 1962 foi marcado pela porfiada luta entre o Congresso e o presidente e, portanto, pela falta de liderança firme”.

impostos à política de manutenção da ordem social pelo conjunto da classe dominante. (SAES, 1984, 128).

As políticas de enfrentamento à inflação e o processo de valorização salarial que buscava compensar as perdas igualmente compuseram as condições políticas da crise e da reação das classes dominantes tradicionais. Essas tendências colocam-se como o momento em que o poder político das forças da classe trabalhadora pressiona o Estado populista “para além dos limites estabelecidos pelo conjunto da classe dominante” o que, ao se realizar, o coloca como “portador da ameaça de uma ‘república sindical’”, motivo pelo qual “o Estado populista rompe com a política de ordem e se prepara para viver sua crise final” (SAES, 1984, p. 128).

Além da pressão operária, os conflitos no campo e as demandas do meio rural mesclaram-se às pautas nacionalistas dos últimos governos populistas. A pauta da reforma agrária e das relações de trabalho no campo será incorporada com a mesma direção do sindicalismo de estado, por meio dos sindicatos dos trabalhadores rurais. Isso se dá num momento em que

sob o impulso do movimento nacionalista, o Estado populista se apodera do potencial rural de revolta e o põe a serviço da criação de uma versão agrária do sindicalismo de Estado e da luta pela reforma agrária; ao fazê-lo ultrapassa [mais um d]os limites do ‘compromisso político’ selado após 1930 entre o conjunto dos grandes proprietários fundiários e as forças da industrialização. (SAES, 1984, p. 129).

A ultrapassagem dos limites mínimos dos interesses econômicos corporativos das classes dominantes, mas em especial no tocante à propriedade, mostra-se como fator fulcral para a reunião das classes agrário-exportadoras, da burguesia industrial e, também, dos setores reacionários das classes médias, que se colocam a serviço do projeto antipopulista. Em Saes (1984, p. 131), o problema é formulado da seguinte maneira: “a crise institucional não é senão a superfície de uma crise política mais profunda, cujas bases se acham no desenvolvimento acelerado, desde 1956, da luta de classes”.

A participação da média burguesia industrial — nacional — é cabal, dada a natureza de sua condição de classe e sua prática política alinhada à política antipopulista. Justapostamente, também “os oficiais superiores das forças armadas superam suas divergências internas a fim de desempenhar seu papel essencial: o de guardiões da ordem social” (SAES, 1984, p. 133). O movimento de reorganização interna das forças políticas acontece num momento em que os estratos proletarizados das forças armadas lutavam pela ampliação da incidência política e para garantia das condições de reprodução corporativa. O realinhamento em relação à gestão dos conflitos internos que se deram em torno da disciplina e da hierarquia, bem como a intervenção nos conflitos sociais radicalizados que alteram a ordem pública promovem as condições na qual

“pela primeira vez, em 1964, as forças armadas unem-se ideologicamente contra o populismo” (SAES, 1984, p. 134).

Na administração do aparelho estatal, o governo de João Goulart abandona o plano de estabilização econômica e financeira e incrementa as ações de mobilização da base popular em torno das reformas de base. Baseia sua estratégia na adoção dos mecanismos plebiscitários de decisões, incrementando a utilização das bases do populismo para driblar a resistência das instituições que compunham as forças políticas no período, em especial o Congresso.

Desta forma, se reconhece que “o movimento político-militar de 1964 constitui a resposta do conjunto da classe dominante à radicalização do populismo sob o impulso da pressão popular ascendente” (SAES, 1984, p. 134). Construiu-se por uma contramobilização que contou com os setores tradicionais da política institucional e do poder econômico, mas teve a participação fundamental das classes médias tradicionais, que ao mesmo tempo que na revolução de 1930 foram antioligárquicas, em 1964 manifestaram seu caráter regressivo ao identificar-se com o anticomunismo e corporativamente, na defesa do *status* social ante o avanço econômico das classes populares. O receio da proletarização continuará a motivar a prática política das classes médias tradicionais, mesmo que isso impacte a limitação de sua própria condição de cidadania.

Os movimentos civilistas, as manifestações de massas, entre outros aspectos da contramobilização demonstram seu caráter contrário à ascensão popular, retroagindo à moralidade e à defesa da democracia liberal ante o avanço “comunista”. Abstrai-se “daí o aspecto arcaico da contra-mobilização de 1964: de um lado, o movimento feminino e seus temas morais e religiosos; do outro, o retorno à cena política de um personagem - o profissional liberal - típico do período oligárquico” (SAES, 1984, p. 137).

Acerca do rendimento econômico nos governos democráticos do início da década de 1960, observa-se que

Em 1961 o Brasil alcançou um dos seus mais elevados índices de crescimento: 7,7%. Os ritmos de crescimento diminuíram consideravelmente nos dois anos seguintes. As estimativas preliminares situaram em 3,7% para 1962 e 2,1% para 1963, o aumento real do produto interno bruto. Como a população se expande a 3,1% ao ano, a renda per capita efetivamente diminuiu em 1963. No mesmo período a inflação atingiu a alarmante taxa de 50% em 1962, ultrapassando os 80% em 1963. (BAER, 1988, p. 176).

A crise econômica e a permanente crise política em que viveu o país desde a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961 contribuíram para o aprofundamento do conflito social interno no contexto de disputa externa em torno dos blocos formados na Guerra Fria. Assim,

do período inaugurado com a eleição de Jânio, é patente a resistência do legislativo à ampliação do populismo, especialmente sua fração nacionalista, na medida em que as limitações e resistências esfacelaram as medidas econômicas e sociais que buscavam refrear os efeitos negativos do populismo.

Num contexto de elevação da participação do Estado na economia, a disputa pelo controle de seus mecanismos novamente coloca a estrutura política em conflito, visto que “o Estado se tornou um investidor importante, ao lado das suas atuações indiretas na economia nacional. Em 1947, 16% da formação bruta de capital fixo cabiam ao poder público. Em 1953 esse índice aumentava para 29%, e em 1960 atingia 38%” (IANNI, 2004, p. 188).

Outras medidas afetaram diretamente o acúmulo da resistência ao governo João Goulart. Por exemplo, “em outubro de 1962 foi aprovada uma lei de remessa dos lucros destinada a controlar e limitar severamente as remessas de lucros pelas empresas estrangeiras. Só poderiam remeter o máximo de 10% do valor original de seus investimentos” (BAER, 1988, p. 177). O clima político de disputa diante das transformações econômicas e sociais novamente é impactado pelos índices econômicos e pela disputa ideológica acerca das responsabilidades do aparelho estatal. É certo que a recessão econômica que se delineia desde início dos anos 1960 e a ascensão dos movimentos populares em disputa pelas estruturas de Estado constituíram as condições nas quais o movimento contrarrevolucionário se delineia para militarizar a estrutura de Estado e inaugurar o período ditatorial, que se estenderá por mais de 20 anos.

Como elementos úteis à reconstrução da história da contramobilização de 1964, pode-se inferir que

ela é comandada pelos setores mais tradicionais e conservadores da classe dominante: os alojados num partido político como a UDN de São Paulo, RJ ou MG, nas associações e federações rurais - organismos dos proprietários de terras - de todo o país, nos organismos de imprensa liberais como O Estado de S. Paulo. Estes setores tentam mobilizar as camadas médias tradicionais contra o Estado populista [...] (SAES, 1984, p. 138-139).

A contramobilização gestada no contexto de enfrentamentos da luta de classes e de ruptura do compromisso entre as frações de classes impele o surgimento de variados movimentos reacionários no bojo das classes médias. Nessa seara, no espectro conservador das lutas sociais e aquém das lutas das mulheres no campo popular, “a expressão máxima do movimento feminino será a realização das ‘marchas da Família com Deus pela Liberdade’” (SAES, 1984, p. 139). Observadas as disputas e o movimento de intensificação das lutas populares, “o objetivo primordial do movimento feminino e de seus comícios

antigovernamentais é a criação de um clima sociopolítico favorável à intervenção militar, mas também a incitação direta das forças armadas ao golpe de Estado” (SAES, 1984, p. 139).

As classes médias tradicionais corporativas, reunidas em torno dos profissionais liberais, politicamente atuam na crise do populismo para defender o “liberalismo oligárquico”, manifestando-se por uma democracia constitucional. Outro fator fundamental para a constituição do bloco golpista que deporiam o governo civil democrático foi o anticomunismo dos oficiais superiores das forças armadas, os quais, como indica Saes (1984, p. 140), eram “apegados a uma visão hierárquica do mundo social e agastados com a ‘subversão da ordem’, ao nível da sociedade, e com a ‘quebra da disciplina’, ao nível dos aparelhos de Estado”.

Considerada a natureza compósita da resposta reacionária ao incremento das lutas sociais e da radicalização dos movimentos contestatórios — envolvendo as elites rurais, parcelas importantes da burguesia industrial nacional e internacional —, bem como a intervenção colaborativa militar do governo estadunidense, Saes (1984, p. 140) levanta a hipótese de que “outros setores das camadas médias urbanas teriam se voltado contra o Estado populista; e que sua oposição ao ascenso popular - ou seja, seu anticomunismo - ter-se-ia fundado num autoritarismo distante do liberalismo de elite das camadas médias tradicionais”.

Tal movimento teria explicação na própria diferenciação produzida pelo incremento da atividade produtiva nos moldes do desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo. Assim que

a passagem de uma etapa monopolista de industrialização periférica permitiu o desenvolvimento a partir de 1956 de um novo terciário urbano, cujo topo é constituído pelos detentores da autoridade técnica ou administrativa no seio da empresa moderna: gerentes, quadros, chefes de serviço, economistas, técnicos médios, engenheiros industriais etc. (SAES, 1984, p. 140).

Esses quadros, por natureza de sua atividade no processo de trabalho, ou seja, a materialidade de sua alienação no quadro sociotécnico do trabalho, indicam uma “convicção sobre o caráter racional da autoridade, assim como da ‘necessidade’ de uma organização hierarquizada da sociedade” (SAES, 1984, p. 140). Esta volta-se, dessa forma, para a perspectiva do desenvolvimento com segurança, no qual, observado o caráter autoritário e despótico da produção fabril, demonstra como “esta ‘infiltração’ do ‘político’ na economia tende a engendrar disposições políticas autoritárias” (p. 140).

Para as baixas camadas médias, o processo que se desenvolve na fase final do populismo implica que sua forma de participação na contramobilização pretendida pelos grupos reacionários se delineou pelo conjunto de efeitos à sua reprodução e pelas respostas coletivas no seio das instituições do sindicalismo de Estado e suas frações externas mais independentes.

Pelo limite da forma política de caracterização da representação, as baixas camadas médias reivindicam, entretanto,

suas reivindicações têm um significado particular: não implicam oposição ao Estado, mas, ao contrário, o pleno exercício do direito, reconhecido pelo Estado, de suscitar sua intervenção soberana e arbitral com vistas à resolução dos conflitos engendrados no seio da empresa, privada ou pública. (SAES, 1984, p. 145).

Todavia, a participação do movimento reivindicatório tem papel importante na articulação das forças em direção às reformas de base, no contexto da transgressão das fronteiras do compromisso político e da ascensão do movimento operário e dos setores médios que avançavam em sua capacidade de articulação de movimentos de massas.

Na transição entre os regimes políticos, a atuação dos setores organizados foi central para o fortalecimento do populismo de Estado, colocando-o como agente de intervenção e regulação das relações de classe, observadas a subordinação e a limitação material de acesso aos meios de produção e às instâncias de poder político institucionalizadas na ossatura material do Estado. Para Saes (1984, p. 103), “é na política de integração/manipulação da classe operária e de outros grupos de trabalhadores urbanos - em suma, as ‘massas urbanas’ - que se deve procurar as raízes profundas da crise final do populismo.”

Dos efeitos contraditórios que se desenvolvem a partir da regulação prematura das relações de classe, especialmente por intermédio do sindicalismo de Estado, é que o conflito de classes se dá como conflito entre as demandas operárias e o Estado populista, numa dinâmica em que “se o populismo sufoca o movimento operário ascendente, a pressão operária provoca a radicalização do populismo” (SAES, 1984, p. 105). Assim que

a incapacidade do populismo em conter a ascensão política das classes populares condena, portanto, à morte; nessa perspectiva, a crise final do populismo constitui um momento de rejeição do populismo, enquanto estratégia política de desenvolvimento, pelo conjunto da classe dominante. (SAES, 1984, p. 105).

Observadas as transformações produtivas experimentadas, sua adequação num período de recessão econômica e crise política,

o populismo é colocado em questão pela passagem da industrialização brasileira a uma nova etapa, caracterizada pela influência crescente do grande capital monopolista e pela implantação de complexos industriais voltados para a produção de bens de consumo duráveis, de equipamentos industriais e de bens intermediários. (SAES, 1984, p. 145).

Dadas as forças políticas em disputa, ainda que as oligarquias tradicionais buscassem restituir sua hegemonia política, é patente que “a partir de 1956, a influência do capitalismo industrial na sociedade brasileira se mostra irreversível” (SAES, 1984, p. 145), acentuando as lutas sociais e os limites do compromisso estabelecido com o desenvolvimento de uma política

industrializante com crescimento econômico intermitente. Em especial, as lutas sociais do campo e do meio urbano, no contexto da Guerra Fria e da limitação dos benefícios da estrutura de Estado para as tradicionais oligarquias e, também, para o capital internacional, fomentaram (e foram financiados) no sentido da manutenção do *status quo* e do afastamento das tendências radicais pela transformação do Estado e da política. Logo, “daí o verdadeiro significado político do movimento político-militar de 1964: define-se como uma contrarrevolução destinada a criar as condições institucionais indispensáveis à aceleração da acumulação de capital própria a uma etapa monopolista de desenvolvimento capitalista” (SAES, 1984, p. 145).

3.2.6 Ditadura Civil-Militar: modernização conservadora e a entrada do Brasil nas linhas gerais do capitalismo monopolista

A transformação autoritária operada no Estado brasileiro com o golpe de 1964 teve caráter contrarrevolucionário na medida em que buscou limitar o avanço do populismo nacionalista ante o incremento do conflito de classes. Como arranjo que colocou o setor militar na direção política das estruturas de Estado, favoreceu o capital monopolista e o setor bancário, de forma a recompor o bloco no poder e estabelecer uma política econômica e social de modernização pelo alto de cariz autoritário e colaborativo com os setores industriais e as classes médias tradicionais.

Como aponta Saes (1984, p. 126), “se a Revolução de 1930 democratizou o Estado e abriu o sistema político ao mundo do trabalho, a Contra-Revolução de 1964 constituiu o momento inicial de um movimento exatamente inverso”. A limitação dos direitos políticos e a tecnocratização dos instrumentos de intervenção estatal na produção e reprodução dos ciclos produtivos excluíram as camadas populares e as forças trabalhistas que dinamizaram a luta de classes até 1964.

A não resistência ao golpe, ou ao menos a não resistência de João Goulart no plano institucional, buscou evitar o conflito aberto e armado entre os diferentes setores, observado também o caráter não explícito do golpe, o que foi se confirmando apenas com a escalada autoritária e com a política econômica que alçaria novos setores ao centro da administração estatal dos conflitos de classe e de gestão da Questão Social.

No bojo da contrarrevolução “o comunismo fora o tema central da contramobilização; sintomaticamente, depois do golpe de Estado - e somente depois desta data - a corrupção torna-se o tema principal nas manifestações antipopulistas da classe dominante” (SAES, 1984, p. 145-

146). Os setores dominantes “querem não somente a repressão e o controle da pressão operária, mas também a destruição do populismo” (SAES, 1984, p. 146).

Na constituição das forças políticas após o golpe de 1964 a “hegemonia será exercida através da mediação de um novo grupo dirigente, representado pela aliança entre militares e técnicos” (SAES, 1984, p. 145). Como veremos, a política econômica e fiscal que vai se delineando objetiva sanar a crise econômica e criar as estruturas que servirão de base para o financiamento de ações de desenvolvimento econômico. Nesse momento, dada a maior permeabilidade das estruturas estatais aos interesses internacionais, “é também natural que o grande capital monopolista tente transformar sua superioridade econômica em hegemonia política no seio da classe dominante” (SAES, 1984, p. 145).

Como classe dirigente operando a transformação política do Estado, “o autoritarismo dos oficiais superiores das forças armadas protege o processo de acumulação de capital contra as pressões populares; a ‘racionalidade’ dos técnicos leva-os a definir uma política de desenvolvimento que tem por eixo a expansão do setor mais produtivo, dinâmico e avançado da economia brasileira.” (SAES, 1984, p. 147-148). No conjunto do Estado, o regime autoritário técnico-modernizador — que emergiu na ditadura civil-militar — significou o aumento do controle empresarial e da produção privada com a expansão do setor público apenas complementando o desenvolvimento de uma economia submetida ao capital monopolista.

Como mediador da ação estatal, o grupo militar se vale do autoritarismo e da perspectiva antipopular para facilitar a hegemonia do capital monopolista, visto que “a política econômica do Estado autoritário concentrar-se-á essencialmente na expansão do setor industrial controlado pelo grande capital monopolista: indústrias de bens de consumo duráveis, de equipamentos industriais, de bens intermediários” (SAES, 1984, p. 145).

Em reação ao avanço do populismo e dos movimentos populares em direção às reformas, o golpe militar redesenhou a estrutura de poder político ao afastar o populismo de massas das estruturas estatais, revelando seu caráter reacionário diante da conjuntura que se delineou desde a década de 1950 com o intenso movimento de industrialização. A contrarreforma política, com exacerbada centralização do poder executivo, sublevoou as práticas institucionais parlamentares, limando as representações das classes populares e do trabalhismo. A instituição do bipartidarismo encerrou a multiplicidade de forças e organizações políticas atuantes no interior da ossatura material do Estado, bem como foram tolhidas liberdades políticas e civis de forma que

as práticas democráticas parlamentares foram muito mais atingidas pela militarização que as formas constitucionais democráticas; em 1965, o

parlamento e o poder judiciário são instituições sitiadas e o executivo é plenamente controlado pelas forças armadas, mas o regime constitucional continua liberal-democrático. (SAES, 1984, p. 169).

Interconectado ao movimento do capital, como expressão política das forças em luta pela apropriação da riqueza, o golpe preventivo buscou funcionalizar as estruturas políticas pelo alto, reorganizando o bloco no poder e incorporando as forças econômicas e políticas no limiar dos processos decisórios. Nesse contexto, é preciso que consideremos que

numa etapa monopolista de desenvolvimento capitalista, o prosseguimento da industrialização requer a transformação do poder político, a fim de torná-lo apto a preservar o processo de acumulação de capital dos choques provocados pela luta de classes; daí a emergência de um Estado autoritário e antipopular. (SAES, 1984, p. 149).

Todavia, dadas as resistências no próprio bloco antipopulista, visto que amplos setores não se viram favorecidos e que permanecera a tendência democrática nos moldes oligárquicos, a escalada autoritária buscou adequar a permeabilidade do regime de governo, limitando a atuação legislativa e fortalecendo os instrumentos de repressão, perseguição e morte adotados na proteção ao desenvolvimento da modernização capitalista sob hegemonia do capital monopolista.

É nesse momento que se agrava a conseqüente exclusão das camadas médias urbanas. Se estas, assim como o setor agrário-exportador, viam na “militarização temporária do aparelho de Estado [...] o instrumento indispensável da liquidação política das classes populares: intervenção policial nos sindicatos, repressão às organizações sindicais paralelas e aos partidos políticos de esquerda, depuração do parlamento” (SAES, 1984, p. 153), a manutenção do regime, mesmo que superada a crise política, deu lugar ao retorno ao liberalismo tradicional de tipo oligárquico, no qual se busca recompor as práticas e símbolos do prestígio social que marcadamente caracterizam o elitismo. No entanto,

as aspirações liberais das camadas médias tradicionais não serão satisfeitas pelo novo grupo dirigente; a militarização progressiva do aparelho de Estado, ao mesmo tempo em que se dedica à destruição da “democracia plebiscitária”, encaminha-se muito rápido para a dissolução das formas democráticas parlamentares em geral. (SAES, 1984, p. 175).

Assim que, se o movimento inicial de apoio à intervenção militar buscou uma solução instrumental para a crise — o autoritarismo de crise — face a ascensão do sindicalismo. Assim, é “através do movimento político-militar de 1964, [que] o conjunto da classe dominante rejeitou o populismo enquanto estratégia política de desenvolvimento, uma vez que se tornara, desde o fim dos anos 50, o instrumento de ascensão política das classes populares” (SAES, 1984, p. 153). A sedimentação autoritária paralelamente à constituição hegemônica do capital monopolista demonstra que as camadas médias tradicionais não se beneficiaram da

transformação do Estado e sua adesão ao autoritarismo foi limitada e expressou mais uma passividade que um envolvimento orgânico.

Não obstante, as classes ascendentes, em especial o setor terciário vinculado ao capital monopolista e à grande indústria em geral, é que desenvolveram uma maior permeabilidade ao regime autoritário, constituindo-se como sua base de apoio. Essa adesão, segundo Saes (1984), reflete seu movimento ocupacional e a forma de estruturação do mercado de trabalho no contexto de expansão industrial das empresas transnacionais. Para ele:

não é ilógico admitir que o autoritarismo do Estado militar lhes pareça como a imagem engrandecida de suas práticas cotidianas; do mesmo modo que no seio de grande empresa o poder do “saber” e da “competência” é absolutamente indispensável à obtenção de um grau máximo de rentabilidade, o exercício da autoridade de Estado sobre o “povo” mostra-se necessário à execução de uma política “racional” de desenvolvimento. (SAES, 1984, p. 181).

As estruturas políticas são limitadas, o que acontece progressivamente com a cassação de mandatos, a interdição de partidos políticos e finalmente pela instituição do bipartidarismo. Dessa forma o governo militar amplia o caráter restritivo das liberdades civis e políticas “através da militarização que se concretiza o processo de centralização horizontal e vertical do Estado; de um lado, ascendência crescente do poder executivo - controlado em última instância pelo grupo militar - sobre o parlamento e o poder judiciário; de outro, declínio da federação, diminuição progressiva das competências regionais” (SAES, 1984, p. 154).

O Estado, já constituído como Estado burguês-capitalista,

desempenha [...] a função-limite de frustrar, mediante o exercício da força, a revolução social anticapitalista. Essa função limite é desempenhada pelos Estados capitalistas de um modo regular e contínuo, e não apenas em situações revolucionárias; a força, quando deixa de ser aplicada por tais Estados, é pelo menos ostentada e exibida, produzindo desse modo efeitos intimidatórios sobre as forças potencialmente revolucionárias. (SAES, 2001, p. 49).

Com o regime militar e, dado o esgotamento do populismo, o Estado, para Saes (2001), desempenha dois papéis fundamentais: um de organizar a hegemonia da classe dominante na estrutura de Estado e de sua permeabilidade no tecido social, bem como o papel de desorganizar as forças ascendentes contrárias. Daí o incremento do papel hegemônico do capital monopolista e a liquidação do populismo.

Na medida em que podemos considerar como classe dominante e/ou dirigente a classe ou fração de classe que obtém as maiores vantagens econômicas, é nesse sentido que para caracterização do período, com a finalidade de constituir as transformações na estrutura de classes desempenhada pelo regime militar no Brasil, Saes (2001, p. 51) conclui que a hegemonia determina “a preponderância política no seio do bloco no poder” e que “detém a

hegemonia no seio do bloco no poder a classe ou fração cujos interesses econômicos são prioritariamente contemplados pela política econômica e social do Estado [...]”.

Ainda que o setor agrário-exportador do latifúndio tenha contribuído e apoiado a contrarrevolução, é consenso que este não assumiu posição hegemônica. O mesmo é verdadeiro para as classes médias tradicionais que se arrolaram na escalada autoritária e viram frustradas suas pressões para o retorno da ordem democrática liberal oligárquica. Em contraposição, se identifica que

a política do Estado brasileiro favoreceu regularmente, a partir do golpe militar de 1964, a oligopolização da indústria: seja a formação de oligopólios nos ramos industriais ainda em implantação (automobilística, eletrônica, petroquímica), seja o avanço da oligopolização em ramos industriais tradicionais (exemplo: a indústria da fiação). (SAES, 2001, p. 52).

Outro setor que alça nova composição e posição na estrutura de Estado é o “setor financeiro”. Reunido em torno do capital bancário, essa fração de classe desde 1930 estivera escanteada no exercício da hegemonia no interior da estrutura de Estado — observadas as limitações da política econômica e o controle de sua intervenção para que o próprio Estado assumisse algumas de suas funções —, a exemplo da importância dos bancos públicos para o financiamento das ações industrializantes e desenvolvimentistas. Destaca-se, entretanto, que tal movimento não se identifica com a formação do capital financeiro especificamente, no qual o capital bancário e o capital industrial se fundem, mas apenas uma concentração bancária.

Nesse processo,

as novas equipes ministeriais, sustentadas pelo Alto Comando das Forças Armadas e apoiadas pelo capital bancário (nacional, associado ou internacional) implementarão desde então uma política econômica que contribui objetivamente para o fortalecimento da posição econômica do capital bancário diante das demais frações de classe dominante. (SAES, 2001, p. 54).

A política econômica e fiscal do Estado em transformação debruçou-se sobre uma série de iniciativas que buscaram tornar atrativos os investimentos, bem como uma reestruturação que permitiu a formação de poupança forçada que servisse de base para os investimentos. A captação de recursos com a emissão de títulos e a instauração do mercado financeiro em diversas áreas econômicas alteram a racionalidade do sistema, promovendo uma integração às linhas mundiais do neoliberalismo em desenvolvimento, o que viria a se intensificar com a desregulamentação bancária da década de 1970 e finalmente culminar na aprovação do Consenso de Washington.

Das ações de intervenção econômica de relevo durante o período militar, destacamos a política de indexação de 1964, que buscou dar maior estabilidade para os rendimentos

financeiros e fortalecer a poupança e os investimentos. A emissão de títulos públicos e o pagamento de impostos receberam especial controle para estabilizar o sistema financeiro nacional e racionalizar a linha econômica de fortalecimento do privatismo nas ações industrializantes. Essa política “foi introduzida pela Lei nº 4357, de 17 de julho de 1964, que autorizou a emissão de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN)” (BAER, 1988, p. 364) e também indexou os impostos.

Em 1965 a Lei de Mercados de Capitais restaurou as obrigações e procedimentos de financiamento da atividade privada estabelecendo a correção monetária de títulos e dívidas, que como no modelo de emissão dos títulos públicos, se estenderia também “aos ativos privados de médio e longo prazo, incluindo letras de câmbio, debêntures, depósitos a prazo e certificados de depósitos” (BAER, 1988, p. 364). Também como parte da transformação do mercado sob a tutela estatal “a lei também estabelecia importantes reformas no mercado de capitais e emissão de títulos, autorizando o funcionamento de bancos de investimento, nos moldes dos bancos de investimento dos países desenvolvidos” (BAER, 1988, p. 364). Seu efeito deveria compor as estratégias de captação de investimento externo a ser remunerado pela atividade econômica privada. No que se refere à poupança forçada, a constituição dos Fundos de Habitação, programas como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Programa de Integração Social (PIS) constituíram estratégias para a constituição de fundos que apoiariam as ações de desenvolvimento econômico nas áreas produtivas e de infraestrutura.

Buscando caracterizar as aspirações iniciais do grupo militar a partir da coalizão que promovera o golpe, Saes (1984) recupera os aspectos ideológicos corporativos que, desde a Segunda Guerra Mundial, balizam as ações das forças armadas. Para ele, é a ideologia dos “objetivos nacionais”⁶⁹ e da representação suprapolítica da ação desses grupos que decidia sobre as formas de defesa da nação. Como grupo dirigente, as forças militares orientaram-se por “uma política de desenvolvimento capitalista fundada na ‘indústria privada’” (SAES, 1984, p. 159). A modernização autoritária e conservadora, baseada no que alguns chamam de “aliança tecnocrático-militar”, estabeleceu um contexto no qual

os tecnocratas foram executores da política econômica de Estado, sendo responsáveis, enquanto tais, por todas as nuances técnicas da execução; todavia, sua ação técnica sempre esteve no interior dos limites estabelecidos pelos princípios gerais de política de desenvolvimento, de que o grupo militar se definiu “a priori” como guardião. (SAES, 1984, p. 159).

⁶⁹ Saes (1984, p. 158-159) caracteriza a doutrina da seguinte forma: “esta consagra a defesa do mundo capitalista ocidental - seu modo de vida, sua forma de organização econômico-social - como um valor supremo, cuja obediência é a condição de sobrevivência no jogo político-institucional conduzido pelas forças civis”.

A política econômica, em sua ação anti-inflacionária com redução da oferta monetária e a elevação da taxa de juros, contribuirá para a expansão da atividade no setor bancário. Define-se institucionalmente também o esquema de remuneração dos títulos públicos e privados, indexando taxas de correção monetária para efetivação dos ganhos das inversões, dando maiores contornos às formas de organização da repartição dos dividendos invertidos de acordo com o montante de cada setor na produção em geral. Igualmente, a dívida pública, aumentada em razão do endividamento do Estado, contribuí para a permeabilidade crescente do capital bancário na economia nacional.

É notório que, na composição dos investimentos,

a participação dos “capitais próprios” no financiamento das empresas passa de 54,4% em 1969 a 43,1% em 1975; enquanto a participação genérica do “setor financeiro” nesse financiamento passa de 22,1% em 1969 a 24,7% em 1975. Já a participação do “setor financeiro” num item mais específico - o investimento das empresas - passa de 40,6% em 1969 a 74,7% em 1975, sendo que os financiamentos propriamente bancários representam 76,2% dessa participação em 1969, e 86,9% em 1975. (SAES, 2001, p. 55).

Reconfigurada, a ação estatal não abandona as linhas de controle e fomento do investimento com vista ao crescimento econômico, mas em uma etapa específica de sua realização, “a centralização do Estado brasileiro, acentuada desde 1964, permite a ampliação e o aprofundamento de sua dimensão intervencionista e industrializadora, ajustando-a ao desenvolvimento monopolista da economia” (SAES, 1984, p. 155).

O caráter capitalista do Estado acentua-se ao excluir as massas populares e as organizações da classe trabalhadora da cena política, evidenciado o sentido da crescente militarização: “a transformação das estruturas do Estado em função das necessidades do desenvolvimento monopolista se fez sem ruptura de seu aparelho” (SAES, 1984, p. 156). Assim, a centralização horizontal é oportuna para o atendimento das necessidades do capitalismo monopolista e para a criação e manipulação dos instrumentos da política econômica.

Assim como o populismo se adequou à transformação produtiva e política desde a Revolução de 1930, o regime ditatorial manifesta a regressividade dos imperativos da acumulação capitalista no controle da força política popular e trabalhista para implementação de novos mecanismos de gestão macroeconômica e na consecução de um plano de inversões que se apoia fundamentalmente na regressividade da distribuição da renda e na repressão direta às lutas sociais. É nesse sentido que se constata que

se, partindo de sua participação decisiva no movimento contrarrevolucionário de 1964, o grupo militar assume em seguida o papel de novo grupo dirigente,

é porque se mostra capaz, por suas características internas, de agenciar a transformação do aparelho de Estado em favor do prosseguimento do desenvolvimento monopolista. (SAES, 1984, p. 157).

Nessas linhas tendenciais, o poder militar promove sua estrita vinculação aos interesses monopolistas de forma que “a militarização do aparelho de Estado brasileiro se define objetivamente como a via pela qual se concretiza a passagem de uma situação de equilíbrio instável no seio do bloco dominante e de ausência de hegemonia à hegemonia política do grande capital monopolista” (SAES, 1984, p. 157). Esse movimento expressa a desagregação do bloco populista que é fracionado e combatido no âmbito do aparelho estatal, mas também como força social autônoma. Logo, o Estado adquire — com o aval militar — a autonomia para que realize, sob controle e exercício da violência, a transformação no aparelho de Estado de forma a atender às necessidades expansionistas do capital monopolista.

As alterações na sociabilidade, a partir da instauração e expansão do regime autoritário, exprimem o processo colaborativo que indica a caracterização do regime como ditadura militar-empresarial, visto que a política de ordem interessava à classe dominante local e que a política econômica atendia aos interesses gerais de expansão do capital monopolista. Todavia, há uma oposição entre a política intervencionista do grupo militar, que acaba por defender contraditoriamente as empresas públicas e a atividade estatal no âmbito econômico geral — além de uma política de ampliação regulada da proteção ao trabalho — e os interesses eminentemente monopolistas. Logo, há uma disputa pela implantação e controle dos organismos executivos estatais, a exemplo do “Conselho Monetário Nacional”.

Observadas as determinações desse processo, mas por hora apenas trazendo os elementos positivos das análises sob as quais baseamos nossa perspectiva, sem indicar todas as suas contraditoriedades analíticas, recuperamos a indicação de Florestan Fernandes (2010, p. 150) acerca da direção política militar imposta pelo autoritarismo, qual seja “a busca de consenso militar em termos ‘neutros’, ‘profissionais’ ou ‘tecnocráticos’. Isso foi conseguido através de uma nova ideologia, construída sobre a concepção militar de ‘desenvolvimento com segurança’.” (FERNANDES, 2010, p. 150). Daí que as ações antipopulistas e tecnocráticas são tomadas como modernizadoras, sendo que a modernização “por sua origem, natureza e funções, é uma expressão dinâmica dos interesses mistos internos e externos envolvidos” (FERNANDES, 2010, p. 155).

A regressão fundamental realizada pelo regime autoritário no âmbito dos direitos políticos reestruturou a participação política das classes na estrutura do Estado Burguês Capitalista. Os Atos Institucionais formalizaram e conferiram os poderes legais para a ampla

perseguição dos partidos políticos remanescentes do populismo e antimilitares em geral, que em escalada culminaram no estabelecimento de um sistema bipartidário organizado em torno da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido dos grupos militares, e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido da pseudo-oposição.

A perseguição ao movimento sindical e a transformação do Sindicalismo de Estado implicaram na recomposição das forças sociais do trabalho e da estrutura estatal de regulação num movimento no qual “a política repressiva do novo bloco dominante destrói o sindicalismo populista, e não o sindicalismo de Estado” (SAES, 1984, p. 162). A estratégia de combate ao populismo, que representava idealmente o inimigo interno “comunista” e desordeiro, dá-se

pela repressão direta das organizações paralelas e partidos políticos de esquerda; intervenção policial militar nos sindicatos, federações e confederações de trabalhadores; controle policial-político das eleições sindicais; interdição prática - oficialmente estabelecida pela lei 4330 de 1/6/1964 - do direito de greve [...] (SAES, 1984, p. 163).

Também aspectos do direito trabalhista burguês são redimensionados pela absorção da fixação dos índices salariais por parte do Estado, de forma que retirou dos tribunais a atribuição de presidir a negociação entre patrões e empregados e conferindo-a à estrutura administrativa estatal, bem como ficaram estabelecidos: o fim da estabilidade no emprego e; o aumento do despotismo no trabalho industrial, sendo amplamente conhecida a colaboração entre as classes empresariais gerenciais e o regime militar. Como tendência, “a destruição da legislação populista representa, de fato, a retirada dos obstáculos legais colocados ao pleno desenvolvimento do poder sócio-econômico da empresa capitalista” (SAES, 1984, p. 163).

As consequências para a classe trabalhadora implicaram em um aumento das taxas de exploração e uma manipulação da política econômica centralizada em detrimento de seus ganhos reais no plano econômico. Por meio de outras medidas econômicas, a inversão de capitais sob a lógica financeira dos investimentos buscará fortalecer o projeto de desenvolvimento econômico que culminará no “milagre econômico” dos anos subsequentes.

Na recomposição das forças sociais antipopulistas, a elite agrário-exportadora não sai exatamente fortalecida no rearranjo das estruturas estatais, visto que a política econômica não tinha como horizonte prático o reestabelecimento das condições da república oligárquica em termos de centralidade do setor no direcionamento dos investimentos. No entanto, como partícipe das contramobilizações que culminaram no golpe de 1964 e aquém da posterior sub-representação nas estruturas estatais, beneficiou-se com o afastamento dos intentos de reforma agrária, bem como teve ao seu dispor medidas que favoreceram a capitalização da agricultura. A estrutura tributária altera a competência de arrecadação, passando ao governo federal a

atribuição sobre o tema, bem como os fundos daí oriundos se empenham nos investimentos modernizantes para o setor.

Assim que “o Estado militar tenta acelerar a transformação capitalista do campo, harmonizando a agricultura brasileira com as necessidades do desenvolvimento monopolista” (SAES, 1984, p. 165). São também notórios os esforços pela ampliação da fronteira agrícola, considerada a expansão em direção à Amazônia e a “colonização” de amplas regiões no eixo centro-oeste/norte, a exemplo dos estados do Mato Grosso, de Rondônia e do Pará. Esse dinamismo populacional e produtivo impulsionou o projeto desenvolvimentista, do qual fizeram parte as grandes obras de ligação viária, como a rodovia transamazônica.

Também os setores industriais médios não gozaram de benefícios da estrutura estatal para sua atividade⁷⁰. Num contexto de abertura comercial e competitividade internacional, a média empresa foi negligenciada por sua especificidade no contexto subalterno de desenvolvimento econômico. Por sua constituição, viu-se incapaz de competir e ampliar sua produção, em razão do favorecimento da grande indústria transnacional sob o investimento do capital financeiro. O setor é igualmente prejudicado pela retração da renda das classes populares, implicando em dificuldades de realização.

Já a indústria monopolista beneficiou-se da Política Fiscal do Estado, que se estendia por isenções fiscais, financiamento privilegiado e, também, da dinâmica de distribuição regressiva da renda, a qual permitia certa estabilidade no mercado de consumo de seus produtos. Nesse sentido, Mirow (1978, p. 188) assevera que

garantir o emprego é o objetivo principal da política industrial dos países desenvolvidos. E o Brasil, sob domínio das corporações internacionais, colaborou com as nações industrializadas, assegurando o emprego das indústrias no exterior, em prejuízo da empresa brasileira que tradicionalmente se via desprezada e relegada a segundo plano.

Observadas as contraditoriedades do regime ditatorial implantado em 1964, é notório que a direção que se pretendia provisória aumenta as tensões, mesmo entre as classes dominantes e no seio do próprio setor militar, observado que

três anos após o movimento político-militar de 1964, a contradição entre a antiga ideologia e as práticas concretas do setor hegemônico das forças armadas torna-se cada vez mais evidente: o ‘modelo democrático norte-americano’, enquanto complemento institucional do ‘modelo ocidental de

⁷⁰ A análise de Mirow (1978) acerca da atuação governamental e do perfilamento das medidas estatais de transformação do Estado indica uma “ditadura dos cartéis”, sendo que a respeito da política de subsídio das importações infere que “a Instrução 113 [da Superintendência da Moeda e do Crédito] já representava, pois, àquela época incentivo à corrupção e à desnacionalização de vastos setores da economia nacional. Subsidiárias de corporações multinacionais funcionaram como autênticos corretores de importação, enquanto o empresário nacional sofria o aperto da política de austeridade deflacionária [...]” (MIROW, 1978, p. 182).

vida', é cada vez mais inviabilizado pela política autoritária de desenvolvimento" (SAES, 1984, p. 196).

As aspirações democráticas de setores contrarrevolucionários que haviam apoiado o golpe organizaram-se em torno da Frente Ampla⁷¹ que almejava a restituição do poder político a um governo civil. No âmbito militar, as propostas de redemocratização de finais da década de 1960 apenas sinalizavam medidas de afrouxamento do controle e intervenção nas instituições civis, como os sindicatos. As limitações das mobilizações da burguesia industrial em torno do movimento de redemocratização escancararam sua incapacidade de formar composições com os setores populares ou mesmo com os setores militares favoráveis à redemocratização. Assim, a frente é extinta em 1968 sem oposição, o que demonstra também sua imobilidade perante o poderio econômico e político do grande capital sob o regime autoritário.

No tocante às lutas da classe operária, o populismo remanescente marcadamente orientou suas práticas nos primeiros anos do regime ditatorial, sendo que as práticas repressivas fizeram com que o setor se reduzisse a uma situação de impotência política. Com a sedimentação da política intervencionista, que altera a composição da própria estrutura sindical, as lutas se debruçam sobre as conquistas econômicas de forma que se estrutura uma série de concessões que demonstrarão as contraditoriedades do processo em que a limitação dos direitos civis e políticos se contrapõe à relativa ampliação dos direitos sociais.

Como cidadania regulada, a constituição de estruturas de proteção ao trabalho e de atendimento às demandas por serviços básicos de saúde e previdência tergiversa sobre a organização sindical, sem poder apaziguar por completo os novos conflitos que reverberam com a intensificação da exploração do trabalho e emergência de conflitos espontâneos e irruptivos para além da estrutura do sindicalismo de Estado. Nesse contexto de ampliação dos conflitos do chão de fábrica é que esses movimentos "abrem a possibilidade de abandono do culto populista do Estado e de destruição do sindicalismo de Estado" (SAES, 1984, p. 202).

As distensões internas e externas ao grupo dirigente marcaram o período anterior às medidas de intensificação do regime, num contexto que "se caracteriza pela intensificação da tensão ideológica no seio do grupo dirigente, pelo nascimento de um movimento de oposição burguesa à hegemonia política do grande capital, pela gestação de formas anticapitalistas de ação e orientação operárias" (SAES, 1984, p. 202). Verifica-se, então, uma tensão entre as

⁷¹ SAES (1984, p. 198) caracteriza a Frente Ampla como "um movimento de oposição de caráter novo, na medida em que são novos os propósitos dos setores da 'classe política' colocados à margem pela militarização do Estado: encarnar a aspiração da média burguesia à reconstituição da democracia parlamentar sem restauração do populismo".

diferentes forças sociais assoladas pelo beneficiamento do capital bancário e do capital monopolista, sem que estas lograssem unidade no enfrentamento ao movimento de crescente militarização por parte da classe dirigente.

Também o movimento estudantil teve papel fundamental no processo de ampliação das resistências à militarização, considerado o breve período de abertura e diminuição do controle no âmbito das instituições educacionais de ensino superior. Também setores das classes médias tradicionais, a exemplo dos profissionais liberais e da média burguesia industrial, alavancaram o protesto social no sentido antiditatorial.

A efervescência da crítica ao regime por mobilizações que reuniram grupos diversos se limitou pela própria constituição das frentes de luta sob diferentes aspectos. Em síntese, Saes (1984, p. 206) adverte que,

se para o movimento estudantil o combate à ditadura e à militarização se definia como elemento tático de uma estratégia global de luta revolucionária popular e anti-imperialista, para o “movimento feminino” e para os profissionais liberais esse combate constituía a condição de instauração - valeria mais dizer restauração - de um regime democrático puro que pudesse dotar as “elites culturais” do país de uma influência determinante sobre o processo nacional de tomada de decisões.

Assim, manifestam-se as oposições ontogenéticas das aspirações democráticas e o caráter fragmentário das lutas que antecederam o momento crucial de recrudescimento do regime. O liberalismo democrático das oligarquias tradicionais e das classes médias tradicionais não compunha com a radicalidade do movimento estudantil e tampouco tinha interesse em mobilizar as massas populares, contra as quais esses setores já haviam se manifestado com a mobilização antipopulista que favorecera a instituição do próprio regime militar.

É nesse contexto de mobilizações e realizações espontâneas de protesto e resistência que “o Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968, indica a resolução [...] da crise ideológica no seio do grupo dirigente, assim como a retomada do processo de militarização do aparelho de Estado brasileiro; trata-se, em última instância, da consolidação da hegemonia política do grande capital” (SAES, 1984, p. 212). Reforça-se assim a tendência na qual “o grupo dirigente tende a acelerar o processo de centralização horizontal e vertical do Estado e, ao fazê-lo, consolida progressivamente a hegemonia política do grande capital” (p. 167-168).

Inaugurados os anos de chumbo do regime militar, a direção, mediante colaboração com os setores reconfigurados na estrutura de Estado, reforça o caráter modernizador que alça o sistema de governo e toda a ossatura material do Estado no projeto de modernização que se dá pelo reforço das estruturas já indicadas relativas a gestão do capital bancário e do desenvolvimento industrial monopolista. A concentração do capital e a intensa repressão às

lutas sociais decorrem num contexto de expansão da atividade econômica, com especial incremento para o trabalho fabril. Saes (2001, p. 62) revela, por exemplo, que “entre 1950 e 1980, a classe operária fabril cresce em 400%, e os seus efetivos chegam a dobrar no curto período que vai de 1970 a 1976”.

Observa-se que é na década de 1960 que o Brasil atinge um maior percentual de população urbana em relação à população rural, é notória a transformação na base produtiva e, logo, na estrutura de classes. Sob o regime militar, a gestão da conflitualidade entre o desenvolvimento capitalista e a resistência das frações de classes destituídas da política remontam a uma situação em que “o novo tipo de tirania aparece como subproduto da transformação da dominação oligárquica em dominação plutocrática, composta por interesses sociais, políticos e econômicos, públicos e privados, tanto internos quanto externos” (FERNANDES, 2010, p. 162).

Dados o recrudescimento do regime e a intensificação da inversão econômica que se convencionou chamar de Milagre Econômico, com taxas de crescimento de até 14% ao ano, contraditoriamente se asseveram as práticas autoritárias sob a direção do governo Médici, general que havia comandado o Serviço Nacional de Informações, com uma política de integração subalterna da classe trabalhadora, com ampliação de estratos do sistema de proteção social e de salários indiretos.

A repressão aos movimentos contestatórios, especialmente de guerrilha urbana e rural, foi brutal, acelerando a dinâmica de desertificação política e de limitação das liberdades individuais⁷². Em alinhamento com o governo estadunidense de Nixon, esse período foi marcado pela intensa repressão e combate às vertentes políticas divergentes. A colaboração internacional e o papel do regime brasileiro na qualidade de subimperialismo marcam a transformação estrutural do Estado para o controle da atividade econômica de forma a facilitar e promover as determinações da acumulação capitalista.

Na mesma linha da substituição de importações, a ditadura empresarial-militar forçosamente incrementou o processo industrializante, o que, sob os incentivos do milagre econômico, ampliou as relações salariais para setores produtivos e populações antes ligadas às relações pessoais de produção, a exemplo do colonato. Nessa seara:

⁷² Uma série de movimentos contestatórios, como o MR8, o VAR Palmares e a Guerrilha do Araguaia, marcaram a atividade política do período. Outras ações táticas igualmente buscavam resgatar presos políticos e defender os/as lutadores/as sociais que atuavam contra o regime autoritário, a exemplo dos sequestros de políticos e embaixadores.

A progressão do assalariamento implica a extensão da aplicação, no espaço territorial nacional, do direito capitalista. E essa extensão significa, por sua vez, a subtração de um número crescente de homens à esfera ideológica do “comunitarismo” feudal e arcaico imperante nas grandes propriedades fundiárias do interior. Ou melhor: ela significa a individualização crescente dos agentes da produção; e, nessa medida, a frustração da organização das novas classes trabalhadoras, ligadas ao desenvolvimento do capitalismo, em coletivos “para si”. (SAES, 2001, p. 63).

Como contratendência, consideradas as consequências da produção capitalista, essencialmente o fato de que a produção da riqueza produz expropriação e pobreza equivalentes, verifica-se ao mesmo passo “o desenvolvimento, no seio de cada classe trabalhadora, da solidariedade interna e do espírito coletivo [...]” (SAES, 2001, p. 63).

A política econômica e o crescimento promoveram o arrocho salarial, diminuindo o poder de compra dos trabalhadores e virtualmente desviaram os ganhos de produção para a remuneração de capitais e o pagamento dos mecanismos da dívida. A intensificação da exploração do trabalho agrava o conflito de classes e acelera o dinamismo das lutas sociais em frentes variadas.

Consideradas as bases de promoção do crescimento econômico no auge da repressão autoritária, Chasin (1997, p. 42) aponta os elementos fundamentais da política econômica desenvolvida pelo Estado autoritário, quais sejam:

A política econômica do sistema no poder consiste, grosso modo, numa forma de acumulação capitalista subordinada ao capital estrangeiro, em que a produção é direcionada para dois pólos principais. De um lado, intensifica-se a produção dos bens de consumo duráveis (automóveis, eletro-eletrônicos e correlatos); para seu consumo é estruturado, internamente, um mercado privilegiado e reduzido. É o pacto com o segmento alto das camadas médias. Paralela e combinadamente, é desencadeado um esforço exportador.

Considerada a concentração bancária e o favorecimento dos investimentos com extensa participação do capital internacional, as consequências sociais da expansão dos investimentos rapidamente reverberam suas consequências. Visto que “é da lógica do sistema remunerar especialmente o capital financeiro internacional, seus parceiros nacionais e reservar uma parcela para um segmento privilegiado das camadas médias; bem como obrigatoriamente implica também na depressão salarial da massa trabalhadora” (CHASIN, 1997, p. 43), a espoliação dos/as trabalhadores/as no período cresce exponencialmente.

O favorecimento das importações e a industrialização subalterna afetam o dinamismo interno, especialmente da média burguesia industrial, provocando desequilíbrios na balança de pagamentos e afetando as contas públicas. Chasin (1997, p. 43) assevera que a política econômica do regime militar, ao centrar a produção

nos bens de consumo duráveis e nos produtos para exportação, teve, por isso mesmo, que ir ampliando galopantemente o volume das importações de bens de produção e insumos básicos, quando seu objetivo pretendido era, ao inverso, encontrar a solução nas exportações. Isto é, quanto mais produzia para a privilegiada faixa do mercado interno e exportava subsidiadamente, tanto mais era obrigado a ampliar as importações. De forma que a balança comercial, não considerando abstratamente momentos isolados, mostrou-se cronicamente deficitária. Progressivamente, como consequência, foi se avolumando a dívida externa, passando esta a ser, crescentemente, nova e decisiva fonte de renovados empréstimos, na medida que amortizações e serviços da dívida vão, ano após ano, levando inexoravelmente ao sufocamento. Hoje [final da década de 1970], e já desde alguns anos, o único “milagre” é uma dívida externa bruta que até o final de 78 esteve em torno dos 42 bilhões de dólares.

Internacionalmente a expansão do Toyotismo e os novos dinamismos da produção, com acelerada automação e aumento da produtividade, reverberaram na crise que se expressou também na crise do petróleo nos primeiros anos da década de 1970. O redimensionamento dos preços, a dependência externa e os limites fiscais do Estado conformaram as bases para a crise que sobreveio ao “milagre” econômico.

Recuperando os elementos da política econômica do período, é possível inferir que “uma das causas principais da crise econômica dos fins da década de 70 e início da de 80 foi a recusa, por parte das autoridades brasileiras, de ajustar a economia do país à revolução dos preços do petróleo de 1973-74” (BAER, 1988, p. 407). Importa salientar que o redimensionamento imposto pela crise da década de 1970 tem origem na transformação operada pela inversão tecnológica e monopolização do capital em escala global, afetando o padrão de desenvolvimento e a composição orgânica do capital. Logo, a automação e a diminuição do tempo necessário à produção de mercadorias não foram incorporadas à lógica de controle de preços e controle da inflação que haviam sido instrumentalizadas pelos órgãos governamentais.

Mais que isso, é notório que “a lógica do ‘milagre’ acaba por fazer com que ele próprio morda sua cauda e termine por se autodevorar. No mesmo passo em que seus objetivos parecem ir se realizando, vai se constituindo o quadro em que ele se vê convertido num estrangulamento ostensivo.” (CHASIN, 1997, p. 43). A escalada das contradições colocadas em marcha pela modernização conservadora revelava os limites do modelo de desenvolvimento baseado na dependência externa e na repressão interna. Os intentos militares por estabilizar o sistema econômico denotam a incompatibilidade do crescimento sustentado com o privilegiamento do capital bancário e da grande indústria. Logo, sobre o regime autoritário modernizador destaca-se que “seu colapso não é apenas um fim ou esgotamento, mas uma reversão de conseqüências que devora ampliadamente seus “anos alegres”, além de ser a comprovação daquilo que, desde

o princípio, era evidente: sua total impossibilidade de ser uma real e legítima solução para a organização da vida econômica nacional” (CHASIN, 1997, p. 43).

Findo o período de crescimento, também as bases políticas do regime militar foram demonstrando sua debilidade. O crescente endividamento do Estado, que limitou a política anterior de investimentos e de cidadania regulada, expôs as disputas entre os próprios grupos em composição, asseverando as oposições internas e externas de manutenção da direção unívoca do capital monopolista sobre as políticas de intervenção estatal. Novamente a inflação e a redução drástica das condições de vida, mesmo dos setores das classes populares partícipes do processo produtivo, promovida pelo arrocho salarial, deterioraram as condições do pacto autoritário, exacerbando a reação dos setores populares no sentido da transformação do Estado e sua redemocratização.

Não obstante, para que se mantivessem os índices de crescimento econômico, os últimos governos ditatoriais promoveram um amplo crescimento do endividamento, arrolando no tempo a resolução econômica que nos períodos posteriores apareceria como crise fiscal e imporia as medidas de redimensionamento dos preços e salários.

A política econômica de desvalorização da moeda, de controle dos salários e de retirada dos subsídios das importações contribuiu para o fim do arranjo institucional autoritário unívoco, fazendo emergir novas forças em torno da abertura que tem marcadamente seu símbolo na Lei de Anistia e na abertura para a redemocratização. O caminho para a reabertura “lenta, gradual e segura” demonstra, mais uma vez, o caráter transformista e de revolução pelo alto, caracterizando a abertura controlada e a incorporação pela linha de menor resistência das lutas sociais, o que marcou a transformação do Estado em seu processo de “abertura” e impôs limites significativos à real alteração da forma de dominação.

A eclosão do protesto social e o fracionamento do apoio político às medidas desenvolvimentistas debilitaram o poderio político do regime militar. É patente que “no fim da década de 1970, tornou-se impossível justificar a limitação das liberdades civis em nome da retomada do crescimento econômico, do controle da inflação, da estabilidade política, da segurança pública ou da gestão pública honesta e competente” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 76), permeabilizando a estrutura estatal ao alçamento político de novas composições e um novo contexto social e institucional. Por exemplo, a liberdade de imprensa e a libertação de presos políticos após a implementação da Lei de Anistia (1979) darão novo impulso à luta popular e ao campo que disputará os enfrentamentos por eleições diretas, pela luta constituinte e, também, pelo pleito eleitoral de 1989.

A crise de hegemonia que se instala, ou melhor, a disputa por hegemonia, se edifica por distensões e dissidências dos elementos já partícipes da política autoritária, ou seja, os elementos colaboradores do regime militar, incorporando elementos de oposição em sua nova condição política, ao menos os que sobreviveram. O emergente consenso democrático apoia-se sobre diversas perspectivas políticas para intervenção sobre a instável política econômica, indicando a preferência pela democracia burguesa, mas limitada do radicalismo de esquerda por parte da burguesia. Da mesma forma, as tendências econômicas do início dos anos 1980 apontam para uma divisão de prioridades que orbitaram entre a estratégia de substituição de importações e de alinhamento ao programa neoliberal internacionalizante.

Observadas as novas composições,

a convergência de frações rivais da elite em torno da democracia foi reforçada por mudanças na composição da burguesia e da classe média desde a década de 1970. A nova elite incluía um grupo relativamente jovem de financistas e dirigentes empresariais, profissionalmente qualificado e com uma cultura mais internacionalizada, além de proprietários de terras com atuação empresarial e menor vinculação a estruturas tradicionais de privilégio. Eles eram muito mais capazes e disponíveis para dialogar com os movimentos urbanos emergentes que as elites tradicionais. (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 77-78).

A transformação política que vai se operando no movimento de abertura indica que “o período de 1981-2 assinalou uma mudança drástica na política econômica, pois os objetivos principais do governo se tornaram o controle da alta taxa de inflação e o déficit no balanço de pagamentos” (BAER, 1988, p. 420). A adequação macroeconômica, que já tensionava os ajustes neoliberais, preludiu o período de “ajuste” visto que “o custo desses objetivos foi o declínio do crescimento do país, que o governo decidiu então aceitar (embora essas metas houvessem sido mencionadas como prioritárias desde 1974, não foram postas em prática até 1981)” (BAER, 1988, p. 420).

As mudanças no comando das forças armadas e no controle do aparelho estatal num contexto de amplificação das lutas sociais reativaram os intentos contrarrevolucionários, adotando medidas reformistas e conciliatórias que almejavam garantir a manutenção da ordem social de exploração e controle da miséria. Observada a subalternidade, também das elites rurais e urbanas nacionais, tornou-se inevitável a incorporação das pautas democratizantes e de partilha do controle do aparelho de Estado.

Nesse ínterim,

as reformas políticas realizadas a partir de 1979, se por um lado, redundaram numa certa liberalização do Estado militar (pluripartidarismo, eleições diretas para governos estaduais e municipais, alguma possibilidade de expressão

ideológico-política etc.), por outro lado foram consolidando uma variante do Estado capitalista militar que poderíamos qualificar, apoiando-nos em análises sobejamente conhecidas, como um “sistema de protetorado militar sobre um governo civil”. (SAES, 2001, p. 68).

Ainda com forte presença militar⁷³, a abertura tem por objetivo controlar o protesto social e a disrupção da revolta, no sentido do controle da abertura “lenta, gradual e segura”, adotando as estratégias do emancipacionismo, ou seja, sem afetar centralmente os núcleos de exploração, de forma a manter em processo a transformação da dominação.

A composição que se delineara no transcorrer do pós-golpe mostrou-se insustentável com o rápido esgotamento das medidas econômicas de crescimento, que ao revelar as consequências nefastas, intensificaram o caos econômico e as bases do pacto civil-militar pela modernização. A condição subalterna e financeirizada em que os Planos de Desenvolvimento se executaram — sem considerar ainda os interesses e desvios do processo — deixou uma herança maldita que os governos pós-1974 não puderam conter.

Em reação à condição de intensa exploração do trabalho, os núcleos operários em que a produção da grande indústria se processava, especialmente no ABC Paulista, tensionam o movimento de abertura política e pela democratização. Ao final da década de 1970 o controle e a legitimidade do regime militar não podiam conter o protesto social que denunciava a condição aviltante em que se encontravam as massas populares.

Como resultado do movimento de abertura política,

A vitória de partidos “oposicionistas” - isto é, não alinhados com as Forças Armadas - em eleições estaduais e municipais, a partir de 1982, vai preparando o Estado brasileiro para a implementação de uma política de indução das classes trabalhadoras à participação na gestão do ramo municipal do aparelho de Estado capitalista, como forma de desviar a atenção das massas para longe de seu ramo central, no qual se tomam as decisões-chave concernentes aos interesses econômicos e políticos do capital. (SAES, 2001, p. 69).

O Estado sitiado pelos interesses monopolistas e pela dominação militar levou aos territórios a política partidária e o restabelecimento das instituições democráticas representativas. No âmbito do governo central, apenas em 1985 uma eleição indireta (realizada pelo legislativo biônico) inaugurou os intentos democratizantes, limitados pela própria composição parlamentar num contexto em que a sucessão é disputada por “Maluf - o situacionista ‘sistêmico’ versus Tancredo - o oposicionista ‘assistêmico’”. (CHASIN, 1997, p. 71). Ainda que Tancredo tenha saído vitorioso da disputa legislativa, não pôde tomar posse e,

⁷³ “São traços essenciais desse “protetorado militar” a tutela exercida pelas forças armadas sobre o Executivo, a ascendência desse Executivo em última instância militarizado sobre o parlamento e a participação subalterna do sistema partidário e do Congresso no processo decisório estatal (o que explica, pelo menos parcialmente, a rapidez, a facilidade e a frequência das decomposições e recomposições dos partidos representativos das classes dominantes)” (SAES, 2001, p. 68).

após sua morte, é inaugurado o último governo antes da efetiva redemocratização, liderado por José Sarney.

O período de transição é marcado pelas tentativas de estabilização econômica e controle da inflação. A crise de hegemonia, que inaugura um período de novos arranjos com vistas à transformação do Estado em termos formais, não incorporou os setores mais radicais que objetivaram superar as amarras estruturais do arranjo econômico em que a ditadura havia colocado o Brasil. Os compromissos fiscais e a estruturação do sistema financeiro (criação do Banco Central, leis para o controle do mercado financeiro, política econômica liberalizante etc.) funcionaram como estrutura tecnocrática autômata que impõe uma legalidade para a estruturação dos mecanismos de intervenção social no campo econômico e, logo, na constituição política.

Nesse sentido, os protestos pela redemocratização, a proposta de constituinte e as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) apresentam-se como tática diversionista que busca acolher subalternamente as demandas populares, a exemplo da participação dos coletivos de lutas pela saúde, pela terra, pelos ganhos econômicos da classe trabalhadora, entre tantos outros. A participação popular e os instrumentos de sua participação política tiveram um importante papel na limitação do radicalismo das lutas, emulando a política institucional (dependente e subalterna) como horizonte último da estabilidade e da possibilidade de redemocratização. Mais adiante retomaremos alguns dos elementos fundamentais que marcaram o processo de transformação do Estado e de retomada da “democracia” como regime político de direção dos interesses de classes, mas antes, passamos a algumas ponderações acerca da revolução burguesa no Brasil e sua forma histórica, consideradas as perspectivas históricas em análise.

Para tematizar os processos de transformação produtiva e de constituição das relações de classes no Brasil buscaremos explorar três formulações teóricas acerca da revolução burguesa em território brasileiro, trazendo elementos que consideramos fundamentais para apontar semelhanças e diferenças, o que nos ajudará a compreender as composições políticas e o contexto econômico em que, mais uma vez, a modernização conservadora sob o autoritarismo reaviva seus métodos de exercício do poder e de dominação de classes. Por sua relevância e diálogo, recuperaremos as elaborações de Décio Saes (2001), Florestan Fernandes (2005) e José Chasin (1997) para identificar os elementos partícipes da transformação econômica e política que a intensificação da dinâmica do capital opera como processo de modernização.

Visto que os elementos analíticos utilizados constituem formulações específicas de matizes diferenciadas, ou seja, se enredam por constituições metodológicas concernentes à sociologia, ciência política e filosofia, importa-nos ponderá-los no seu aspecto categorial, identificando seus núcleos dinâmicos. A recuperação categorial que se almeja é necessária para que sejam tematizados os elementos econômicos e sociais em disputa na caracterização da matriz temporal da transição capitalista brasileira.

O posicionamento global que se almeja deriva da compreensão de que não se trata de um processo especificamente concluso, mas que, por sua constituição heterogênea e subordinada, abriga as consequências do desenvolvimento desigual e combinado ou da chamada “modernização reflexa” (RIBEIRO, 1977), articulando o moderno e o arcaico e apresentando variadas conformações regionais. Observada a centralidade do Estado como agente da hegemonia política, fracionada entre dominação e direção na inter-relação entre as classes sociais, as formas políticas adotadas nos diferentes contextos de transformação produtiva se apresentam como elementos indicativos da compreensão categorial desse processo.

Primeiramente, considerando a formulação de Fernandes (2005) acerca da revolução burguesa no Brasil, se trata de um “conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial” (p. 239). Para o autor, o fim do Império e o início da República, com a passagem ao trabalho livre e instauração do novo regime de governo, contêm apenas o gérmen do poder e da dominação burguesas. Findo o poder oligárquico da República Velha, ele considera que se trata do

início de uma transição que inaugurava, ainda sob a hegemonia da oligarquia, uma recomposição das estruturas de poder, pela qual se configurariam, historicamente, o poder burguês e a dominação burguesa. Essa recomposição marca o início da modernidade no Brasil, e praticamente separa [...] a era senhorial (ou antigo regime) da era burguesa (ou a sociedade de classes). (FERNANDES, 2005, p. 239).

O processo de transformação produtiva, necessário para o movimento de industrialização e constituição da sociedade de classes, teve como mote, na posição de Fernandes (2005), a transformação do poder oligárquico, no qual a diferenciação do processo de trabalho implicou nos conflitos entre as frações de classes ascendentes, que desde a República Velha denotam um movimento em que diferenciação e reintegração permitiram um deslocamento dos interesses oligárquicos que se tornariam mais flexíveis “favorecendo um

rápido deslocamento do poder decisivo da oligarquia ‘tradicional’ para a ‘moderna’” (FERNANDES, 2005, p. 245).

Para o autor,

foi a oligarquia (a ‘antiga’ ou ‘moderna’) - e não as classes médias ou os industriais - que decidiu, na realidade, o que deveria ser a dominação burguesa, senão idealmente, pelo menos na prática. Ela comboiou os demais setores das classes dominantes, selecionando a luta de classes e a repressão ao proletariado como o eixo da Revolução Burguesa no Brasil (FERNANDES, 2005, p. 246).

Igualmente, o elemento imigrante aparece como sujeito da transformação burguesa da sociedade brasileira, sendo o imigrante projetado como “herói” da industrialização e responsável pelo estabelecimento de uma “mentalidade” capitalista.

Também em Fernandes (2005, p. 253) é posta em relevo a questão da dependência ou subalternidade do Brasil no mercado internacional, considerada como elemento constituinte da revolução burguesa. Visto que “os dinamismos da economia capitalista mundial impuseram, de fora pra dentro, o seu próprio tempo histórico, com seus momentos de verdade e de decisão”, consequentemente,

o que determinou a transição não foi a “vontade revolucionária” da burguesia brasileira nem os reflexos do desenvolvimento do mercado interno sobre uma possível revolução urbano-industrial dinamizável a partir de dentro. Mas o grau de avanço relativo e de potencialidades da economia capitalista no Brasil, que podia passar, de um momento para o outro, por um amplo e profundo processo de absorção de práticas financeiras, de produção industrial e de consumo inerentes ao capitalismo monopolista. (FERNANDES, 2005, p. 253).

É, portanto, no laço com o imperialismo que a burguesia nacional edifica sua associação internacional para enredar internamente os processos de transformação produtiva e, logo, do Estado e de sua composição política. O aspecto comercial tem, portanto, relevância na conformação econômica dependente, considerado seu papel na execução das trocas.

Essa caracterização da passagem da produção escravista, de caráter mercantil, para o período capitalista é realizada por Fernandes (2005, p. 258), que indica que se apresenta da seguinte forma:

no caso brasileiro, a burguesia se moldou sob o tipo de capitalismo competitivo que nasceu da confluência da economia de exportação (de origens coloniais e neocoloniais) com a expansão do mercado interno e da produção industrial para esse mercado [...]. [Nesse desenvolvimento] a burguesia atinge sua maturidade e, ao mesmo tempo, sua plenitude de poder sob a irrupção do capitalismo monopolista, mantidas e agravadas as demais condições, que tornaram a sociedade brasileira potencialmente explosiva, com recrudescimento inevitável da dominação externa, da desigualdade social e do subdesenvolvimento.

Por sua história colonial e pela forma do exercício da dominação das classes possuidoras, Fernandes (2005) considera que a estratégia da classe dominante e suas alterações construíram as bases do capitalismo dependente e da condição subalterna de desenvolvimento econômico e social.

Da transformação do escravismo, com a expansão do mercado capitalista, o Brasil passa pela produção competitiva e, finalmente, pela sedimentação do capitalismo monopolista, sendo que este último “se caracteriza pela reorganização do mercado e do sistema de produção, através das operações comerciais, financeiras e industriais da ‘grande corporação’ (predominantemente estrangeira, mas também estatal ou mista)” (FERNANDES, 2005, p. 258). Ainda que essa transformação não se inicie propriamente no regime militar, Fernandes considera que “se acentua no fim da década de 1950 e só adquire caráter estrutural posteriormente à ‘revolução de 1964’” (p. 264).

Em seu desenvolvimento, considerando que as revoluções burguesas operaram em contextos sociais e temporais diversos, a revolução burguesa no Brasil, ou seja, uma revolução burguesa periférica e subalterna sob o capitalismo monopolista, se direciona para “manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado Nacional se deteriore” (FERNANDES, 2005, p. 343).

As funções exercidas pela dominação burguesa passam pela garantia do incremento das forças produtivas, pela apropriação e defesa do Estado como espaço de defesa e ampliação do exercício do poder e pelo fortalecimento das suas condições de existência e reprodução em geral. Por sua associação internacional, é desde fora que se processam as ações necessárias à participação no mercado mundial, motivo pelo qual Fernandes (2005) destaca o caráter pró-imperialista da burguesia nacional. Por sua constituição histórica e sua forma de dominação interna, bem como por sua articulação interna de caráter “modernizante” é que a burguesia nacional articula contraditoriamente os aspectos arcaicos e modernos da transformação na base produtiva e, conseqüentemente, em sua estrutura social (Estado, cultura, etc.).

Fernandes salienta, igualmente, a centralidade do Estado no controle dos dispositivos fundamentais de dominação e sua importância para operar os arranjos políticos necessários, desde que, “dentro da ordem”. Nesse sentido, os arranjos operam uma solidariedade das classes dominantes na construção do consenso, geralmente em oposição às demandas das classes populares, o que igualmente indica seu caráter contrarrevolucionário, não como autodefesa passiva, mas como movimento conquistador. Tais aspectos remontam também ao caráter

autoritário e violento da promoção do desenvolvimento capitalista, em uma incorporação perversa das determinações da produção capitalista, especialmente no período monopolista.

É, portanto, valendo-se do Estado e seu aparelho repressivo que a transformação produtiva capitalista e “burguesa” se manifesta como autocracia burguesa na qual uma ditadura de classe assume a direção da modernização subalterna e à força. Tecnocrática quanto à estruturação dos mecanismos econômicos na ossatura material do Estado e autoritária na gestão no conflito social, a tradição autoritária realiza uma combinação de ação ideopolítica modernizante — no desenvolvimento das forças produtivas — e historicamente arcaica, na medida em que busca conservar a ordem social de cunho escravocrata e colonial.

Na consecução dos objetivos políticos de classe no bojo das transformações do Estado no Brasil, Fernandes (2005) destaca que a ditadura de classe

não repele as práticas formais da “democracia burguesa, as quais se vincula reiteradamente, através de uma utópica volta à normalidade”. Mas requer, objetiva e idealmente, um Estado de emergência neoabsolutista, de espírito autocrático ou elitista e de essência oligárquica, que possa unir a “vontade revolucionária autolegitimadora” da burguesia com um legalismo republicano pragmático e um despotismo de classe de cunho militar e tecnocrático. Esse é o preço da pseudo-“conciliação” (FERNANDES, 2005, p. 404-405).

Por seu turno, Saes (2001) analisa o processo de revolução burguesa dando centralidade à transformação política que operará a participação subalterna no mercado internacional. Portanto, a revolução política que aboliu a escravidão e instaurou a república marcadamente indica, pela composição do Estado Republicano, a transformação burguesa de gestão da produção e reprodução social.

Em sua elaboração sobre a obra de Florestan Fernandes, Saes (2001) faz apontamentos acerca da caracterização da revolução burguesa contida na obra do autor, indicando que o processo de caracterização não é unívoco, passando pelas seguintes definições: “a) consolidação de uma economia de mercado; b) universalização do trabalho assalariado; c) expansão da ordem social competitiva” (SAES, 2001, p. 20). Para Fernandes (2005), seriam estas fases do processo de revolução burguesa.

Analisando os aspectos destas fases e buscando dar ênfase à ruptura institucional que ocorre com a revolução política operada no final do século XVIII, Saes critica a noção de continuidade que Fernandes confere ao movimento em que ocorre “a) o funcionamento de uma economia de mercado fundada em relações sociais pré-capitalistas; b) generalização da relação capital-trabalho assalariado, correspondente a relações sociais radicalmente novas” (SAES, 2001, p. 21). Assim, Saes (2005) indica que as elaborações de Fernandes (2005) “ocultam o

fato de que entre as duas fases mencionadas da vida econômica de uma sociedade qualquer se interpõe uma revolução política” (SAES, 2001, p. 21).

Saes (2001) critica ainda o fato de Fernandes (2005) buscar a equalização da problemática da transformação produtiva e da difusão das relações sociais capitalistas com a questão da difusão da racionalidade na vida social. Para ele, o ecletismo dessa elaboração incorre na identificação destacada de elementos equivocados como, por exemplo, que existe apenas uma racionalidade capitalista e que é necessária uma revolução burguesa. Indica, dessa forma, que

a identificação de “capitalismo” e “racionalidade” conduz a graves erros de avaliação histórica, como o de supor que sistemas socioeconômicos pré-capitalistas possam sobreviver durante muitos séculos sem que as suas classes dominantes se comportem racionalmente com relação aos fins predominantes nesses sistemas. (SAES, 2005, p. 23).

Na esfera política de caracterização da ação das classes sociais, Saes (2001) igualmente pondera, sobre a obra de Fernandes (2005), que a atribuição de centralidade de sujeitos do processo de revolução burguesa no Brasil à aristocracia agrária e ao imigrante invisibiliza a revolta escrava e a participação de outras frações de classe no processo de transformação burguesa. Observada a centralidade que confere à suplantação do escravismo, Saes (2001) assevera que não podem ser os aristocratas, especialmente do setor cafeeiro, os sujeitos da revolução burguesa, visto que seus interesses constituíam elementos de permanência do regime de trabalho escravo. Por esse motivo, essas forças estiveram ausentes dos processos decisivos de transformação e apenas no processo “procuraram encontrar seu lugar no curso de uma revolução política antiescravista que já tinha sido deflagrada por outras forças sociais” (SAES, 2001, p. 29). Quanto ao imigrante, indica que, como grupo que é subproduto da revolução antiescravista, não poderia dirigir o processo de transformação do Estado e das forças produtivas.

Logo, para Saes (2001), não seria a burguesia especificamente que dirigiria a transformação fundamental para a transformação capitalista no Brasil, mas sim os escravos rurais e a classe média urbana, sendo que, para ele,

essas duas classes sociais ocupam essa posição pelo fato de se constituírem nos agentes centrais do momento fundamental da revolução burguesa no Brasil: a revolução política antiescravista que, por meio da Abolição (1888) e da derrubada das instituições políticas imperiais (1889-1891), destrói o direito e o aparelho de Estado escravistas, bem como implanta - no plano nacional - uma estrutura jurídico-política burguesa. (SAES, 2001, p. 29-30).

O autor assinala ainda a qualidade de classe dirigente inferida à classe média urbana (especialmente os setores do exército), visto que se apropria da luta escrava e extrapola seus objetivos para induzir à transformação do Estado em termos burgueses (Direito e política).

Saes (2001) busca, então, caracterizar o movimento de revolução burguesa no Brasil como expressão da constituição do Estado Burguês que reorganiza as relações políticas, o que igualmente apresenta contradições, visto que o autor destaca as contraditoriedades das continuidades que operaram a transformação dessas estruturas, conservando os elementos coloniais e escravistas. Saes (1975, 1985) buscou evidenciar o caráter processual de incorporação do capitalismo e do mercado nas relações de produção e reprodução para caracterizar a transformação burguesa do Estado.

Por fim, recuperamos as indicações de Chasin (1997), detentor de uma perspectiva ontológica em razão de sua orientação teórico-metodológica, a fim de problematizar o tema da revolução burguesa. Em sua elaboração, o autor compara a forma da revolução burguesa nos países centrais do capitalismo, tomando em especial os casos do Reino Unido, da França e da Alemanha, fazendo referência à forma da experiência brasileira, a qual se caracteriza por sua “via colonial”.

Essa caracterização objetiva diferenciar da “via prussiana” (Alemanha) a forma de transformação burguesa no Brasil. A via colonial, para Chasin (1997, p. 51), “engendra uma burguesia que não é capaz de perspectivar, efetivamente, sua autonomia econômica, ou o faz de um modo demasiado débil, conformando-se, assim, em permanecer nas condições de independência neo-colonial ou de subordinação estrutural ao imperialismo”. Em contraposição à experiência alemã, “as burguesias que se objetivaram pela via colonial não realizaram sequer suas tarefas econômicas, ao contrário da verdadeira burguesia prussiana, que deixa apenas, como indica Engels, de realizar suas tarefas políticas” (CHASIN, 1997, p. 51).

Assim, Chasin aventa que as classes dominantes nos países de transição colonial não se caracterizam como especificamente burguesas, visto que sedimentadas em relações coloniais de exploração e dominação. Para ele, “[...] nos países que foram historicamente levados a atravessar a via colonial do capitalismo, até mesmo os mais formais dos valores da democracia política são devidos fundamentalmente, quando em forma minimamente real e estável, à perspectiva e à ação do trabalho” (CHASIN, 1997, p. 52).

Observada sua mirada para o âmbito econômico e para a transformação produtiva, Chasin faz apontamentos sobre a continuidade da relevância do capital comercial e da economia agrário-exportadora como motes de permanência de relações sociais e formas de produção

“retardadoras e retardatárias”, que caracterizam o “capitalismo hiper-tardio brasileiro, que se põe a industrialização [...]” (CHASIN, 1978, p. 642). Nesse movimento, indica que a revolução de 1930 significou apenas o início de um novo ciclo na economia brasileira com o esgotamento de sua base produtiva e política agro-exportadora e a incorporação de uma economia e uma política voltadas para a produção urbano-industrial, sendo que essa expansão “não se concretiza em termos de participação industrial na renda interna senão em 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial superará a da agricultura” (OLIVEIRA, 1975 *apud* CHASIN, 1978, p. 642).

Realizadas as ponderações acerca da revolução burguesa e do processo de transformação econômica e política brasileira, voltaremos à questão da transição democrática ao final do regime militar. O movimento de abertura e de redemocratização, ainda que tenha logrado uma série de conquistas formais de extrema relevância para a cena política, ficou confinado às determinações da transição nos marcos do governo militar e sem avançar nas conquistas econômicas fundamentais que estruturam a dominação de classe no bojo do Estado.

O governo Sarney, iniciado em 1985, inaugurou uma nova fase da democracia brasileira assentada sob suas bases politicamente arcaicas, fazendo concessões apenas no limite em razão da insatisfação popular e da incontabilidade da estabilidade econômica. A deterioração da atividade econômica, a inflação e os planos de ajuste marcaram o período de recomposição das forças políticas para a retomada do sufrágio para a presidência e administração da ossatura material do Estado.

Em 1986, a convocação da Assembleia Nacional Constituinte arrematou as forças sociais pela disputa da ordem legal constitucional, acirrando as disputas políticas pela eleição dos/as delegados/as e pelas posições constitucionais de reelaboração do pacto social após décadas de repressão e limitações das liberdades democráticas. Os avanços democráticos não foram acompanhados de um avanço na política econômica, mantendo intocados os mecanismos de privilegiamento econômico, bem como o poderio militar.

O caráter militarizado do processo de abertura e de constituição dos mecanismos de transição denota que o processo foi conduzido “em suas linhas gerais dentro dos limites políticos fixados pelas Forças Armadas” (SAES, 2001, p. 42). Assim, “a presença dominante dos militares no quadro dos ‘convocantes’ efetivos da Constituinte é um poderoso obstáculo à desmilitarização e à redemocratização do Estado burguês brasileiro pela via do processo constituinte” (p. 42).

Fernandes (2006), como participante constituinte, avalia que a formulação de uma nova constituição apontava para três objetivos principais simultâneos, quais sejam: “desmontar a ordem ilegal instaurada pela ditadura; intensificar os ritmos da ‘transição democrática’ e liquidá-la; submeter a dívida externa à investigação e não pagá-la, ou impor outros processos de pagamento rejeitados pelos banqueiros e pelos interesses financeiros externos” (FERNANDES, 2006, p. 60). Todavia, observadas as condições em que operou a abertura democrática,

o quadro real evoluiu em outra direção, graças ao apoio que o PMDB dispensou à ‘transição democrática’ e, pondo de lado a fraseologia ambígua dos políticos, ao ‘governo Sarney’. Em consequência, a Assembleia Nacional Constituinte foi constringida a conviver com o ‘lixo autoritário’ e a ser condicionada por ele (FERNANDES, 2006, p. 60).

Os debates acerca das possibilidades da Constituinte mobilizaram a esquerda brasileira, sendo que setores defensores da importância das reformas buscaram tensionar os patamares autoritários e limitados em que se formou o grupo dirigente deste processo. Buscaram, pois, participar da luta parlamentar num contexto de intensificação da luta de classes.

Com o governo Sarney, o reagrupamento político cíclico se redesenha de forma que

[...] a crise burguesa realimenta o valor das alianças militares e fortalece um governo subserviente ao capital estrangeiro, às grandes corporações multinacionais e aos comandos das grandes potências e dos Estados Unidos. A burguesia e seus políticos profissionais temem tudo e maldizem a hora em que incentivaram a convocação de uma ANC, ainda que sob controle e disposta, por sua maioria conservadora e reacionária, a rezar a cartilha da defesa e da consolidação da ordem. (FERNANDES, 2006, p. 61).

A abertura democrática implicou na reinstalação do pluripartidarismo, o que igualmente reverberou no fracionamento político das elites em suas diversas matizes. As classes ascendentes da ditadura empresarial-militar, bem como os grupos dissidentes da burguesia nacional, da classe média tradicional e os setores militares descontentes conformaram uma miríade de siglas partidárias em busca de apoio político para o processo eleitoral e para a reformulação dos quadros dirigentes das instituições que compunham a máquina estatal.

A crise econômica e o tensionamento neoliberalizante que já se impunha indicavam o sentido da Constituinte e os interesses interpostos pelos grupos conservadores dominantes numericamente. A análise de Fernandes (2006, p. 63-64) sobre a composição da ANC indica que esta

[...] tornou-se uma instituição-chave da “nova” República e não soube libertar-se dessa condição. [...] Os constituintes eram homens da “velha” República, na sua maioria, ou potencialmente propensos a serem conquistados por seu espírito contra-revolucionário. Sob a “nova” República eles se acham em casa e aliviados, porque não se sentem compelidos a fazer certas coisas

ultraconservadoras e ultra-reacionárias. A adesão é espontânea e premiada com elogios, reciprocidade e compensações de várias espécies... Eles formam a vanguarda política da “nova” República e dão o tom político de sua marcha “democrática” na direção do abismo.

Visto que se trata do direito burguês e da forma abstrata assumida pelo Estado enquanto entificação de um poder evanescido que se molda pelo formalismo, apenas para se distanciar de sua materialidade mais objetiva, o uso da força física, é necessário destacar o processo constituinte de acordo com suas características de realização. Assim, é notória a inversão ocorrida pela prevalência do formalismo, sendo que

[...] em vez de partir da materialidade das lutas dos trabalhadores (da cidade e do campo) para atingir e moldar as instituições políticas, tem-se partido do formalismo destas para atingir e moldar os trabalhadores. Ou seja, tem sido levado aos trabalhadores a perspectiva formal das instituições, ao invés de levar às instituições a perspectiva material dos trabalhadores. (CHASIN, 1997, p. 76).

No espírito da transição lenta, gradual e segura, ou seja, da neutralidade e da acomodação da mudança sem alterar as bases fundamentais da estrutura estatal e do regime de acumulação de capital, o processo constituinte e o Direito Burguês em geral cumpriram a tarefa de, mais uma vez, promover o processo de transformação do Estado pelo alto. Em resposta manipulatória ao protesto popular e ao incremento das lutas sociais em geral, a demanda por mudança que esteve vinculada à redemocratização, mas também à luta econômica em razão das consequências perversas da política econômica de privilegiamento do capital monopolista e financeiro, foi funcionalizada em torno do processo constituinte.

Nesse sentido, Fernandes (2006, p. 66) denuncia que a igualdade jurídica que se prometia conquistar nesse processo “[...] constitui uma ficção”; isso efetivamente ficou evidente quando se reconhece

[...] os investimentos que as classes burguesas mais poderosas fizeram nas campanhas eleitorais para conquistar maioria imbatível na ANC; as alianças dessas classes, através dos seus partidos e do governo, para conquistar a qualquer preço o controle do processo constituinte, e as soluções que procuraram impor à nação nas Comissões Temáticas e na Comissão de Sistematização para desmascarar a fantasia.

A ANC mostra-se, portanto, “como um campo no qual proletários e burgueses se enfrentam como classes antagônicas e irreconciliáveis”, e seus agentes “majoritariamente representam os setores dominantes e apenas minoritariamente as massas populares”. Para Fernandes, a constituição deve ser encarada como ela é: “ela organiza, sanciona e legitima a distribuição da riqueza e do poder na sociedade capitalista, não ‘igualmente’ para o todo o povo, porém desigualmente, seguindo o modelo de desigualdade econômica, cultural e de dominação de classe imperante na sociedade civil” (FERNANDES, 2006, p. 67).

As limitações inerentes à realização de um processo constituinte no interior de um Estado autoritário em processo de redemocratização realizado por forças políticas e sociais ultraconservadoras buscaram manter as estruturas de Estado e não destruí-las e superá-las, absorvendo uma necessidade de equilíbrio e moderação que interessaram apenas à direção política militar e às elites econômicas, mesmo as dissidentes do regime militar. O protesto popular e as organizações de esquerda apenas no limite lograram conquistas. Sua incorporação se deu, especialmente, a partir da retórica da iniciativa popular e da participação, o que “não pode ocultar (ou servir para esconder) uma hegemonia econômica, social e política dos estratos dirigentes das classes possuidoras” (FERNANDES, 2006, p. 75).

Centralizada a partir do Estado, a transição democrática incorporou os elementos dominantes e dirigentes do período militar, caracterizando o que para Saes (2001) configura como um “protetorado militar”, ou seja, uma forma “dual” ou “híbrida” na qual o aparelho militar executa uma “rede estatal paralela”⁷⁴. Esse delineamento aponta para a constituição de uma democracia fragilizada e alheia às reais demandas populares por transformação do Estado.

Nesse ínterim, como destaca Fernandes (2006, p. 65), “perdeu-se de vista que a ‘velha’ e a ‘nova’ repúblicas são obstáculos à elaboração de uma Constituição democrática e, portanto, à civilização da sociedade civil e à formação de um Estado democrático com duas polaridades, uma burguesa, outra popular e proletária”. Trata-se dos elementos de continuidade da dominação das classes possuidoras que se utilizam do Estado como Estado de classe. Por fim, Fernandes (2006, p. 65), como elemento ativamente partícipe do processo constituinte, assevera: “Como não pudemos destroçar o monstro, estamos sendo esmigalhados por ele!”.

A forma de articulação do processo constituinte, que se estende desde a preparação da Emenda Constitucional, alongando-se por sua aprovação e a efetiva deflagração de um processo de reconstrução do *status* jurídico das relações sociais, evidenciou a intensa participação militar e o exercício do poder corporativo como motes da disputa em torno do poder de Estado. A intensa mobilização popular buscou dinamizar o processo e galgar conquistas em termos de direitos civis e sociais. Apenas desta forma é que se buscou superar a limitada absorção das

⁷⁴ Sobre a forma de atuação do setor militar, Fernandes (2006, p. 75) aduz das características do militarismo brasileiro sua forma de atuação política legitimadora e estabilizadora perante as classes possuidoras. Para ele: “o nosso militarismo é, ao mesmo tempo, arcaico e ultramoderno. Arcaico porque mantém o vezo escravista: o escravo é ‘o inimigo público número um’; traduzindo modernamente ‘o operário é o inimigo público número um’. Apenas um aparato militar excessivo poderia fazer face ao inimigo interno e operar permanentemente como o fator que engendra um Estado autocrático exemplar, como um Estado ininterruptamente acima das classes. Ultramoderno, porque ele é o polo do aparecimento da expansão do complexo industrial militar, o que infunde às Forças Armadas um peso superior ao das classes dominantes”.

pautas populares, enredando o bloco progressista em alianças e manobras para viabilizar direitos históricos e efetivamente transformar a estrutura das relações de classe por meio do Estado.

Entretanto, apesar de o ímpeto democratizante mobilizar uma série de discussões fundamentais, reorganizando as forças sociais e amplificando em certa medida o poder reivindicatório, foram os setores tradicionalmente organizados e dirigentes da sociedade os que imprimiram sua marca fundamental na apropriação dos mecanismos de Estado. Se a participação popular permitiu conquistas importantes, é preciso reconhecer que apenas idealmente cumpriu a função de organizar novas forças sociais e fortalecer projetos em torno de áreas fundamentais específicas.

Os grupos de interesses organizados imprimiram seus interesses fundamentais, aproveitando-se da mobilização e dos instrumentos constituintes para favorecer sua legitimidade. Nesse sentido, trazemos o balanço feito por Fernandes (2006, p. 74) para indicar o estado de coisas ao final do processo constituinte:

A carta constitucional fixou-se em um patamar de capitalismo selvagem, atribuindo prioridade quase exclusiva ao que é essencial para o grande capital nacional e, principalmente, para as multinacionais e a rede internacional de poder financeiro e político, que esmagam as potencialidades de desenvolvimento relativamente independente e equilibrado do país.

Reconhecidas também as conexões entre esses elementos econômicos dominantes e o setor militar, evidencia-se que “[...] o poder militar mantém seu status de braço armado da burguesia e que desfruta da condição anômala de ser um Estado dentro do Estado” (FERNANDES, 2006, p. 75). O déficit democrático brasileiro não pode ser superado nesse momento de crise econômica e reposicionamento das forças hegemônicas, reincorporando seus traços arcaicos sob o viés da mudança e da modernização.

Por seu turno, apresentamos ainda a síntese acurada de Chasin (1997, p. 83) acerca dos resultados da redemocratização matizados na Constituição de 1988, evidenciando a conexão entre o autoritarismo e o populismo emaranhados nas articulações políticas que buscaram sedimentar o consenso que não rompe com o imperialismo e com a dominação de classe interna, anunciando:

e a transição transada na ordem e pelo alto tomou por base e legítima herança o cadáver de chumbo. Restou como imperativo a mudança na forma do culto, para reunificar os fiéis e fortalecer sua crença, bem como ampliar ao máximo o número de figurantes no coro, reconfortando e reencorajando o pauperismo adulado. (CHASIN, 1997, p. 83).

A expressão política do movimento de incorporação desigual e combinada das determinações centrais da produção capitalista interferiu e continua a interferir nos rumos do

processo político brasileiro, revelando seus rasgos dependentes e a forma incompleta de realização das relações de classe (quando considerados os “modelos” de transição clássicos), agudizando as mazelas sociais decorrentes da heteronomia imposta em termos de constituição do modelo econômico e social.

A modernização retardatária e reflexa, resultado da condição do país na Divisão Internacional do Trabalho, imiscuída em sua condição colonial transformada, produziu uma redemocratização controlada pelos elementos militares e realizada de forma a manter a dominação do capital monopolista internacional. Em realidade, como veremos, essa transformação reuniu as condições de realização gradual de implementação do neoliberalismo tardio brasileiro como espectro político reflexo das transformações sociais e políticas hegemônicas no circuito geopolítico.

No tocante à transição democrática, Chasin (1997) aponta seus elementos transformistas, evidenciados pelo Plano Cruzado⁷⁵ e pela condução do reestabelecimento de uma frágil e limitada democracia. Para ele,

[...] a Nova República confirma sua origem pelo transformismo do Plano Cruzado. É no que consiste a miséria de fundo do capital incompleto e incompletável - converte transformação em manipulação. Manipulação inclui ou implica, mas não é redutível a empulhação. Sem dúvida, subentende aguda redução de senso e renúncia deliberada a qualquer critério objetivo de verdade. Esta, de fato, é substituída por finalidades prático-imediatas. Em realidade visa e opera o livre rearranjo tópico eficiente dos fatores em presença, ou seja, limita a prática ao sentido da imediaticidade. A atividade manipuladora resulta, portanto, numa mudança que sustenta e reafirma a natureza da estrutura e dos fatores que a integram, reproduzindo os lugares sociais dos atores no complexo, sem variação de qualidade. Enganadora sim, não por isso menos real e eficiente. Em síntese, subjetiva e objetivamente a prática manipuladora é antitética à prática da transformação. (CHASIN, 1997, p. 86).

Como transformação do modelo produtivo para incorporação das linhas de desenvolvimento do neoliberalismo, no Brasil a “acumulação moderna e dinâmica e pauperismo estrutural ou superexploração do trabalho perfazem os membros contraditórios de uma mesma equação unitária do capital” (CHASIN, 1997, p. 83).

Os resultados sociais colocam em movimento as contradições intrínsecas do desenvolvimento colonial e da saída autoritária, revelando a limitação econômica e política de

⁷⁵ “O exame do Plano Cruzado procurou mostrar com força especialmente o contraste entre as necessidades objetivas de transformação e a resposta real oferecida pela manipulação. Ficou delineado, em suma, a identidade entre o Plano e a incompletude do capital que, depois de dez anos de graves vicissitudes econômicas e em condições políticas a ele favoráveis, não conseguiu engendrar nada além de uma solução de caráter imediatista, que não alcançou fechar o esquema sequer no interior de sua escandalosa estreiteza.” (CHASIN, 1997, p. 86).

autodeterminação, mesmo nas linhas do desenvolvimento capitalista, ancorada em “sua fraqueza econômica (e política) relativa e sua falta de autonomia, sem as quais a associação desigual seria impossível.” (CHASIN, 1997, p. 83). Logo, é inconteste que a Nova República reproduz as condições subalternas de produção e anuncia uma nova transformação intrincada, realizada pelas classes dominantes nacionais sob o jugo do capital internacional e nos moldes das formas históricas de acomodação dos interesses internos e externos realizados reflexamente.

Dito isto, passemos então à análise do período político democrático último, trazendo os elementos da transformação do Estado em termos neoliberais. Esse movimento implica no reconhecimento das tendências hegemônicas em termos de política econômica e nos ajudará a compreender a composição de forças e o espraiamento ideológico do neoliberalismo como estratégia de estabilização econômica com depressão da atividade econômica em geral, favorecendo o viés especulativo e financeiro da transformação da base produtiva.

O incremento tecnológico implica em fator central de realização da transformação produtiva que afeta os níveis de emprego, transforma a política monetária e ameaça os direitos sociais. Seu ciclo de completude no período democrático inicia em 1990 e vai se fechando até os dias atuais, considerando que a inclinação neoliberal não logrou sua transformação completa. O cenário de ataques e investidas contra as medidas de proteção ao trabalho é produto dos tensionamentos entre as classes sociais e seus projetos societários, se manifestando nas disputas sobre a regulação das relações de trabalho e no sentido do incremento tecnológico.

3.3 NOVA REPÚBLICA E VELHAS PRÁTICAS: DIREITOS INSOLVENTES E CONTRARREFORMAS

Adentrando o período histórico recente, sob o qual se reproduzem as especificidades da formação social brasileira que viemos destacando até o momento, passamos a analisar o desenvolvimento econômico e social em que as forças econômicas e políticas dominantes operaram as contrarreformas que se estenderam do primeiro governo da “Nova” República, passando pelo governo provisório e se firmando nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, o que se deu em um longo processo de desconstrução e cerceamento das limitadas conquistas alcançadas durante a redemocratização. Da mesma forma, a direção possível do projeto político de estabilização e reposicionamento da política econômica nas linhas gerais do neoliberalismo enfrentaram resistências internas, consideradas as formas de participação das frações de classe na gestão estatal dos privilégios e interesses setoriais.

O contexto de decadência acelerada do socialismo real, marcadamente assinalada pela queda do muro de Berlim e pela dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), acelerou a permeabilidade da hegemonia neoliberal capitaneada pelo Consenso de Washington e pelas agências “multilaterais”, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, constituindo parte do caldo ideológico no qual a democracia brasileira busca se erigir institucional e socialmente após a redemocratização. Internamente, verifica-se que “a transição democrática brasileira foi moldada por forças conflitantes; por um lado, demandas de massa por liberdades políticas e igualdade econômica e, por outro, pressões da elite para renovação das estruturas de desigualdade e dominação social” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 94), resgatando os elementos impregnados na constituição das forças políticas em uma formação social na qual a desigualdade estrutural promoveu a constrição das conquistas que se deram apenas nos limites da politicidade. Assim que o processo de redemocratização erigiu uma “democracia frágil e pouco profunda” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 94), dirigida pelas forças reacionárias que conduziram o processo de manipulação culminante na alteração do regime político.

Sobre as bases da condição colonial de transição capitalista realizada hipertardiamente, o enfrentamento da questão da industrialização e da constituição das classes sociais em suas frações, sob a direção política do Estado, procedeu com a reorganização das forças políticas para gestionar a heteronomia da participação subalterna na divisão internacional do trabalho, abrindo uma nova quadratura histórica em torno do modelo econômico e de suas consequências na realidade social brasileira. A crise de hegemonia que se delineou ao final dos anos 1980 reverberou nos processos eleitorais, marcadamente disputados por setores polarizados em um contexto também de crise econômica e social. O agravamento das contradições sociais em razão do arrocho salarial e da altíssima inflação delineou as linhas de favorecimento do capital monopolista internacional e do capital financeiro em detrimento do desenvolvimento econômico e social, visto que promoveu uma regressão relativa dos salários, recessão econômica e aumento do pauperismo.

O período também é marcado pelo caráter midiático da disputa política, engendrando as determinações do período anterior⁷⁶ no que toca às concessões públicas de emissoras de rádio

⁷⁶ Desde a reabertura política, com o fim da censura, o jogo institucional de concessões de direitos de transmissão de audiovisual constituiu um movimento de estruturação da mídia nacional e regional, fortalecendo o caráter monopolista no qual já se encontrava o setor e tendo como parâmetro de concessão as relações políticas nacionais e regionais.

e televisão, o que colaborou para a forma de realização da disputa pela opinião pública, reavivando o personalismo típico da atividade política, bem como tendencialmente projetando as consequências futuras calcadas no medo e na recusa às tendências de esquerda, mesmo que estas já estivessem enviesadas pelo compromisso com a estrutura de governo e afastadas de suas bases em termos de processos decisórios⁷⁷. Ainda que não possamos esgotar aqui a importância do papel da mídia e sua influência constitutiva nos processos decisórios na democracia de massas brasileira, cumpre-nos destacar sua relevância no processo eleitoral realizada pela manipulação da opinião pública.

Apesar de todas as concessões e regressões nas pautas socialistas, o pleito presidencial de 1989 engendrou no ritual eleitoral do segundo turno os polos liberal e trabalhista, aparentemente repelidos como espectros políticos equidistantes em forças polarizadas, mas sem que Luiz Inácio Lula da Silva, candidato pelo Partido dos Trabalhadores (PT) pudesse alcançar o apoio massivo das classes dominantes e das classes médias dirigentes naquele momento. O cenário de manipulação midiática e de incerteza ante a política econômica inflacionária conformou um apoio ao candidato Fernando Collor de Mello, que mesmo destituído de uma participação orgânica nos setores hegemônicos dominantes e dirigentes, venceu as eleições por uma pequena margem de vantagem e assumiu a presidência filiado ao pequeno Partido da Reconstrução Nacional (PRN).

Do ponto de vista político, o governo Collor (1990-1992) destacou-se por “a) seu personalismo; b) sua marginalidade com relação ao sistema partidário; c) sua maneira peculiar de apelar para o povo nos seus discursos (nos quais ocupava em lugar central a menção aos ‘descamisados’)” (SAES, 2001, p. 71). Essas características denotam a conformação da limitada base de apoio que, ao final, levaram ao *impeachment* do primeiro presidente eleito após a redemocratização. Chasin (1997), por seu turno, caracteriza o primeiro governo da nova república como aventureiro, formado por aproveitadores e só tardiamente assentado na plataforma neoliberal como tábua de salvação para enfrentar suas carências políticas e suas

⁷⁷ Como destacam Saad Filho e Morais (2018, p. 93), “No início da década de 1990, na sequência do colapso do bloco soviético e da implosão das esquerdas radicais tradicionais, Lula e o então presidente do partido, José Dirceu, elaboraram uma estratégia multifacetada para neutralizar a ala esquerda do PT. Figuras proeminentes dessas tendências foram removidas de posições de influência, os candidatos do PT que se recusavam a estabelecer alianças com forças políticas tradicionais foram marginalizados, as conferências partidárias passaram a aprovar resoluções cada vez mais moderadas, os militantes foram desorganizados, e grupos de esquerda, sindicatos, ONGs e movimentos sociais, excluídos”. A aproximação com setores das classes dominantes e o recuo nas pautas fundamentais de transformação da estrutura de classes já indicava o resultado da entrada do partido na via parlamentar, molecularmente restringido em sua radicalidade em nome da Revolução Democrática.

limitações propositivas no enfrentamento das consequências do período militar (endividamento do Estado, inflação, desemprego, pauperismo), o que o governo Sarney não lograra êxito em contornar.

Economicamente a nova república engendrou as contradições dos grupos em conflito, organizados muito mais por oposição à esquerda do que reunidos em torno de um projeto comum. A orientação neoliberal adotada em termos de modernização e estabilização no intento de, novamente, encarregar-se de redimensionar a participação dos agentes coletivos na produção e na reprodução das relações sociais, não pôde completar-se como unidade coerente. Dadas as especificidades históricas e sociais das economias dependentes, a aplicação incondicional do neoliberalismo econômico carece de mediação com os interesses remanescentes.

Para Saes (2001), as particularidades históricas e a realidade concreta da estrutura produtiva e das relações políticas demandam um movimento no qual a incorporação das tendências econômicas mundiais deve se dar de forma gradual e assumem uma conformação reformista caracterizada pelo desmonte das estruturas remanescentes. Nesse sentido, a ação estatal apresenta tendências fundamentais para realização do processo, quais sejam: a política de privatização, a política de desregulamentação e a política de abertura da economia ao capital internacional.

Observadas as contraditoriedades, é notório que “a implementação de tais políticas implica, seguramente, uma mudança no padrão de intervenção do Estado capitalista na economia, mas não necessariamente - ao contrário do que se poderia pensar - a retração radical de toda espécie de atividade estatal ou a redução drástica do volume global de gasto público” (SAES, 2001, p. 82). Como já indicado em períodos anteriores, a implementação das medidas econômicas liberalizantes acentua a subalternidade do mercado nacional, impactando contraditoriamente na produção industrial e no controle interno dos balanços de pagamentos, com impactos diferenciados de curto, médio e longo prazo.

O aumento da produtividade mediante o incremento da inovação tecnológica e das técnicas gerenciais típicas do toyotismo colocaram a política industrial de início dos anos 1990 na busca pela reestruturação das cadeias produtivas, sendo que a política industrial do governo Collor teve uma orientação voltada para a “formação de um ambiente interno mais competitivo, com especialização da produção, reestruturação e exposição planejada da indústria à competição internacional” (FERRAZ, 1991, p. 85 *apud* TAVARES, 1991).

A incorporação das inovações tecnológicas no contexto de abertura econômica ao mercado internacional competitivo tinha como mote o acesso, em especial aos equipamentos de informática, e a transferência de tecnologia. Entretanto, as medidas adotadas acabaram por enfraquecer as experiências nacionais, incapazes de competir com o já desenvolvido parque produtivo instalado nos países centrais. Logo, o aspecto central da reestruturação produtiva, que se assenta na incorporação das tecnologias informáticas de automação e gerenciamento, perdeu seu conteúdo nacional para caracterizar-se como movimento de capacitação tecnológica mediante importação de componentes tecnológicos e, no limite, sua produção em território nacional, de forma que “a tônica da política recai sobre a capacitação tecnológica para a produção e não para a inovação” (ERBER, 1991, p. 109 *Apud* TAVARES, 1991).

A crônica crise econômica que se estendia, com pequenos períodos de atenuação, desde meados da década de 1970, foi objeto de regulação por diversos programas de estabilização durante a década de 1980⁷⁸, período no qual não lograram superar as contradições internas em relação ao sistema financeiro mundial. Foi no governo Collor que o Plano Collor de estabilização caracterizou-se como um dos mais duros, revelando a tendência rumo à ortodoxia econômica.

Esse plano de estabilização congelou durante 18 meses os preços e salários, além de confiscar contas, poupanças e investimentos e foi acompanhado de medidas que buscaram atrair investimentos, tornando atrativos títulos públicos em negociatas para execução dos valores empenhados. Foi acompanhado também de medidas de austeridade no âmbito do Estado, marcado por “um corte substancial nos gastos federais, do fechamento de uma série de Ministérios e órgãos do Estado e da demissão de dezenas de milhares de funcionários públicos” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 68-69). Ainda na política econômica, o plano promoveu uma drástica abertura comercial, favorecendo importações e criando as condições para atrair o Investimento Externo Direto, o que foi alavancado pelas privatizações e pela desregulamentação da taxa de câmbio.

O resultado restou infrutífero no combate à inflação e, como esperado, afetou negativamente o crescimento econômico, amargando uma queda de 4,4% em 1990 (SAAD FILHO; MORAIS, 2018). No plano social, os índices de desemprego permaneceram altos e a

⁷⁸ Sobre as iniciativas desenvolvidas para estabilizar o sistema econômico, “foram implantados no Brasil oito planos de estabilização monetária, quatro moedas, 11 índices diferentes para o cálculo da inflação, 5 congelamentos de preços e salários, 14 políticas salariais, 18 mudanças de políticas cambiais, 54 modificações nas políticas de controle de preços, 21 propostas de renegociação da dívida externa e 19 decretos governamentais relacionados a austeridade fiscal” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 68).

capacidade de capitalização da atividade econômica se reduziu com a indisponibilidade e pouca confiabilidade da moeda, afetando as trocas e os investimentos. No ano seguinte, 1991, o Plano Collor II igualmente fracassou no intento de estabilização monetária e promoção do crescimento econômico.

O redimensionamento econômico imposto para a transformação das forças produtivas, o que implicou também na transformação das relações políticas de regulação e intervenção na atividade econômica, realizou-se num caldo de conflito social remanescente da redemocratização. As poucas conquistas sociais do processo constituinte mostraram-se como elementos que sobrepujaram o ímpeto neoliberal, irradiando o conflito distributivo sobre os salários indiretos no que tange às políticas sociais.

A transição do regime de Industrialização por Substituição de Importações para a adesão ao programa neoliberal de financeirização e liberalização da economia aconteceu tardiamente — se comparado às medidas em vigor desde a década de 1970 em outras partes do globo —, motivado pelo fato de que no período militar só nos limites mais estreitos se realizou a vinculação ao sistema bancário internacional e se promoveram medidas intermitentes de flexibilização do controle do câmbio e das taxas de juros. Contraditoriamente a estas medidas, mantiveram-se graus elevados de protecionismo e de fomento às condições de manutenção do pacto social de modernização conservadora.

No entanto, as consequências de longo prazo se manifestaram na crise fiscal do Estado que havia se tornado garantidor do Milagre Econômico, endividando-se e assumindo a remuneração de títulos que buscaram manter a capacidade de investimento e as taxas de crescimento. A plataforma neoliberal eleita em 1989 evidenciou as tendências globalizantes que circundam os interesses do capital financeiro internacional e, apenas parcialmente, os interesses das frações de classe constituintes do bloco no poder.

Em síntese, é possível identificar que

As administrações lideradas por Collor e seu vice-presidente, Itamar Franco, impuseram políticas monetárias cada vez mais contracionistas para controlar a inflação, atrair capital estrangeiro e gerar excedentes exportáveis. Elas também apoiaram mudanças constitucionais que iniciaram o processo de desfiguração do texto aprovado em 1988. (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 102).

As condições políticas nas quais Collor se elegeu, de baixa organicidade tendo em vista o caráter defensivo do apoio recebido, bem como a ineficiência das soluções para o controle da inflação e de retomada do crescimento econômico colaboraram para que, em meio a denúncias de corrupção — envolvendo desvios de dinheiro público e escândalos pessoais — se

encaminhasse o processo de *impeachment*, finalizado em 1992, o qual levou à cassação do mandato e dos direitos políticos do então presidente. Como movimento realizado pelo alto, mesmo que impulsionado pela reação popular, o afastamento de Collor revela um processo no qual

a resistência ao neoliberalismo e a conseqüente eliminação legal e democrática de Collor de Mello, facilitada pela centralização e magnificação da corrupção promovidas pelo seu desgoverno, foi uma espécie da autocrítica prática da burguesia brasileira em face de seu próprio e desastrado aventureirismo. (CHASIN, 1997, p. 142).

Eventos como a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do orçamento colaboraram para escancarar a ação dos grupos organizados em torno da manipulação e desvio de recursos públicos. Também a evasão de divisas e a exposição dos esquemas de desvio e lavagem de dinheiro realizadas por operadores de câmbio no mercado paralelo mostraram o envolvimento da classe política em uma torrente de escândalos que continuaram e continuam a operar no interior da estrutura estatal.

Mesmo nesse contexto de instabilidade política e de continuidade da escalada da inflação, “[...] as entradas de capital foram restauradas pela primeira vez desde a década de 1970, inicialmente graças à repatriação de fluxos de capital brasileiro que haviam sido enviados ao exterior ilegalmente e então retornavam dos paraísos fiscais” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 102-103). Com a repatriação desses recursos, o incremento financeiro contribuiu para o investimento “[...] em novos mercados financeiros ou [...] [para utilização] na compra de empresas estatais e de empresas privadas prontas para serem reestruturadas” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 103).

As medidas contrarreformistas foram implementadas de forma cadenciada e intensificadas ainda no final da década de 1980. O relaxamento dos controles cambiais e a liberalização dos fluxos de capitais internacionais já haviam sido implementados no governo Sarney. Especificamente nos primeiros anos da década de 1990, outras reformas buscaram consubstanciar a abertura, como a reforma do sistema financeiro nacional, a diminuição das tarifas de importação e a renegociação da dívida externa, concluída nos termos do Plano Brady entre 1993-1994.

A manifestação monetária da crise, mediante o fenômeno da inflação galopante, colaborou para a construção do consenso em torno da estabilização e adoção dos eixos centrais das políticas neoliberais. Foi no governo Itamar Franco, vice-presidente que assumira para finalizar o primeiro mandato eleito democraticamente, que, em parceria com o futuro presidente e à época Ministro da Economia Fernando Henrique Cardoso, foi lançado o Plano Real. “O

plano foi resultado de vários anos de pesquisa por parte dos mesmos acadêmicos que, tempos antes, haviam proposto os choques heterodoxos e, mais tarde, optaram pela ortodoxia econômica” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 103).

O período é marcado pela reabertura das economias socialistas e pela reestruturação do sistema financeiro internacional, provocando o aumento dos volumes de capitais e o choque entre as estruturas produtivas e sociais socialistas com a produção competitiva capitaneada pelo capital financeiro. Os conflitos da reunificação alemã em torno das medidas econômicas e monetárias são exemplos patentes da transição das economias do Leste que se processava no período. A reestruturação produtiva e a adoção do gerencialismo do Sistema Internacional de Estados tornam-se requisições unívocas na medida em que a experiência socialista deixa de pressionar a luta de classes nos países ocidentais capitalistas, facilitando a imposição de termos impopulares de ajustes e redução de direitos. A projeção de um modelo de Estado gerencialista e competitivo, capaz de mobilizar as forças produtivas competitivamente no intento de atrair investimento externo, torna-se generalizada, tensionando a luta de classes em âmbito mundial e realizando as contrarreformas e ajustes, adequando-se as determinações da reestruturação produtiva e das tendências de diminuição dos custos da reprodução do trabalho com vistas à recomposição das taxas de lucro.

A redução à proteção do trabalho e os cortes nos gastos públicos tornam-se as medidas fundamentais para estabilizar a forma de expropriação, antes realizada pela inflação descontrolada que acabava por impor uma redução do salário real e, conseqüentemente, dos ganhos da economia política do trabalho. As medidas de estabilização, em especial a política monetária, colaboram para o aumento do campo manipulatório da política econômica, característico do processo de mundialização da produção e financeirização do capital.

Como tábua de salvação para a estabilização econômica e adequação ao receituário das agências internacionais,

o plano real partia do pressuposto de que a inflação era causada por déficits fiscais e persistia em decorrência da indexação. Esse diagnóstico sintetizava visões monetaristas segundo as quais a monetização dos déficits fiscais causa inflação, com uma interpretação neoestruturalista da inércia inflacionária. (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 104).

Trata-se da medida fundamental para estruturação do novo sistema de acumulação que substituiria a Industrialização por Substituição de Importações.

A mundialização promovida pela abertura comercial de amplas camadas do globo, que gravitavam sobre a influência do modelo econômico socialista planejado, intensificou a competitividade internacional e aumentou o volume de investimentos de capitais. Nesse

sentido, se reconhece que o Plano Real “só foi possível no contexto de uma economia globalizada com mercados de capitais altamente líquidos, e exigia altas taxas de juros, um estoque de reservas de divisas e entradas contínuas de recursos para garantir a estabilidade da moeda” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 104).

Saad Filho e Moraes (2018) enumeram sete políticas organicamente responsáveis pela articulação dos elementos do Plano Real como adesão às linhas gerais da política econômica neoliberal. São elas: 1) liberalização de importações; 2) sobrevalorização da moeda; 3) liberalização dos fluxos internacionais de capital; 4) liberalização financeira doméstica; 5) altas taxas de juros; 6) redução dos déficits nominais do setor público por reformas fiscais; e 7) desindexação da moeda. Por essas medidas “o plano real ofereceu uma estratégia segura para reduzir a inflação e apoiar as reformas neoliberais” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 109). Seus resultados imediatos lograram êxito em estabilizar a moeda e reduzir a inflação, o que, associado ao influxo de capitais atraídos pelos altos juros, movimentou a política econômica e propiciou um breve período de retomada do crescimento e diminuição das taxas de desemprego.

A transição da moeda realizada pela adoção da Unidade Real de Valor (URV), até sua efetiva substituição e conversão, contou com uma ampla campanha de apoio popular para efetivar a transição e colocar a nova moeda em circulação. Como expressão do movimento completo de ajuste, o sucesso da nova moeda validou as linhas gerais constituídas por meio de um novo consenso político. No campo da oposição, “os sindicatos, o PT e a esquerda radical ficaram atordoados com o sucesso imediato do plano. O país parecia estar pronto para um longo período de crescimento com base no investimento estrangeiro e no aumento da produtividade do trabalho” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 110).

Na sequência do sucesso do plano, as eleições de 1994 expressaram o apoio político constituído em torno das medidas econômicas, favorecendo a eleição de Fernando Henrique Cardoso em primeiro turno. Saes (2001, p. 84-85) assevera que a constituição da frente política vencedora das eleições de 1994 foi formada por: “a) segmentos diversos (na sua maioria, porém não na sua totalidade) das classes dominantes; b) a maioria da classe média; c) um contingente importante das classes populares”, a qual teve como objetivo central a derrota da esquerda e foi orientada por um programa político neoliberal mais sedimentado.

Nesse momento, a orientação neoliberal se explicitou por um amplo programa de privatizações, pelas reformas constitucionais que buscaram quebrar os monopólios estatais (telecomunicações, petróleo, entre outros), além das políticas de austeridade evidenciadas pelas contrarreformas na previdência social e na estrutura administrativa do Estado. Da mesma forma,

outro aspecto central que marcadamente orientou as ações do governo Fernando Henrique Cardoso foram as medidas de “abertura da economia brasileira ao capital internacional, como a assinatura, perante a Organização Mundial do Comércio, de protocolo que na prática abre o sistema financeiro nacional a novos bancos estrangeiros” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 85).

Porém, a efetiva execução das propostas políticas não se fez sem resistências, apresentando oposições internas das frações de classe em razão dos interesses em voga. Visto que a proposta neoliberal se assentou quase que exclusivamente nos interesses do capital financeiro internacional, institucionalizado nas agências internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, em intensa colaboração com os governos dos países centrais — especialmente dos Estados Unidos da América —, o apoio no interior da frente política conservadora não se realizou como apoio “integral” ao programa neoliberal.

Considerados os interesse setoriais, podemos identificar linhas de resistência que não passavam necessariamente pelo protesto popular e pela defesa dos interesses nacionais, mas apenas pelo fato de que “[...] cada setor subalterno da frente política conservadora tende a apoiar tão-somente a execução daqueles aspectos específicos do programa neoliberal que correspondam aos seus interesses; ou, na melhor das hipóteses, a apoiar as medidas neoliberais que lhes pareçam não interferir nos seus interesses” (SAES, 2001, p. 88).

A ação política dos diferentes setores em torno da política econômica e social de cariz neoliberal conformou resistências e tensionamentos que retardaram a forma de aplicação do receituário neoliberal em sua integralidade. A grande burguesia industrial representada, por exemplo, em torno da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), apoiava o amplo programa de desestatização e privatização das empresas públicas, bem como já advogava calorosamente pela liquidação dos direitos sociais e trabalhistas. No entanto, mostrava-se reticente quanto à abertura econômica irrestrita, visto que a liberalização total poderia “levar à desaparecimento do empresariado industrial e à conversão dos antigos industriais em importadores de similares estrangeiros” (SAES, 2001, p. 88).

Por seu turno, os bancos nacionais igualmente coadunam com as pautas privatizantes e com a redução dos direitos sociais e trabalhistas, sendo que as privatizações poderiam efetivamente garantir-lhes ancoragem na esfera produtiva e colaborar para sua transformação em capital financeiro. Não obstante, resistiam à abertura da atividade bancária para as instituições estrangeiras, defendendo as “reservas de mercado”. A Federação Brasileira de

Bancos (FEBRABAN) atuou no sentido de evitar a introdução de novos capitais estrangeiros, o que foi superado pelo governo com a assinatura de protocolo junto à Organização Mundial do Comércio (OMC).

A atuação de instituições classistas organiza a incidência política dos setores da burguesia como classe dominante e dirigente, sendo que sua permeabilidade na estrutura estatal acaba por assegurar a imposição de suas pautas. Se o processo não é automático e precisa enfrentar as resistências no seio das disputas do Estado. Essas mesmas instituições demonstram seu poderio ideológico no sentido de articular a estrutura da ossatura material do Estado em seu benefício. Como veremos mais adiante, essa forma de organização corporativa, que remonta à formação dos sindicatos patronais e da estrutura industrial brasileira na década de 1930, incide socialmente por meio da manutenção de sua atividade econômica e busca influenciá-la por meio da produção ideológica e cultural, divulgando e promovendo suas pautas política e teoricamente.

Sob a insígnia da “modernização”, também setores das classes médias e das classes populares componentes da frente conservadora (Centrais sindicais conservadoras CGT e Força Sindical, organizações de profissionais liberais) se alinham ao “neoliberalismo de oposição” visando superar questões estruturais do Estado brasileiro como o parasitismo, o empreguismo ou o fisiologismo de setores específicos. Esses setores, adverte Saes (2001, p. 89), “desconsiderando que o neoliberalismo se acomoda regularmente - no mínimo para se viabilizar eleitoralmente - à fisiologia, supõe que a liquidação do parasitismo estatal passa pela redução do raio de intervenção do Estado na vida econômica e social”. Assim, como os outros setores, verifica-se que a adesão ao projeto neoliberal não acontece integralmente, defendendo a manutenção dos direitos sociais e trabalhistas, o que por si só manifesta a incongruência da prática política de setores diretamente afetados pelas medidas liberalizantes.

Por último, Saes (2001) retoma a forma de vinculação à proposta neoliberal que se delineou no estrato dos grandes proprietários fundiários, organizados em torno da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e da União Democrática Ruralista (UDR). Como grupo mais alinhado à quase totalidade das medidas neoliberais, o que manifesta sua incapacidade de manifestação global de um projeto societal nacional, apenas manifestaram resistência quanto à “liquidação dos subsídios estatais à produção agrícola, o fim do tratamento especial dado pelo Estado aos agricultores endividados etc.” (SAES, 2001, p. 90).

No bojo das resistências engendradas no interior do bloco dirigente conservador, verifica-se uma tendência de fortalecimento do executivo que se manifesta por uma forma de

execução das medidas econômicas e sociais por meio de decretos-leis e medidas provisórias, sublevando o poder legislativo na construção e maturação das propostas. A constituição pluripartidária em um contexto de crise de hegemonia, poderíamos indicar que até endêmica no caso brasileiro em razão da necessidade de articulação dos interesses internos diversos e, também, dos interesses externos, reforça a dificuldade do fortalecimento de um projeto neoliberal unívoco e acelerado em meados da década de 1990.

O Plano Real, no entanto, salvo seu sucesso inicial, continha já três círculos viciosos, conforme indicado por Saad Filho e Moraes (2018), considerando que criava um déficit na conta de transações correntes, motivado pela política de abertura comercial e aumento das importações, diminuindo a produção nacional e dependendo cada vez mais do investimento estrangeiro. Sua consequência foi o déficit na balança comercial e a desindustrialização. Também a gestão da política monetária colaborou para o rápido aumento da Dívida Pública Interna. A remuneração dos recursos externos pelas altas taxas de juros e a emissão de títulos públicos tomaram, nesse momento, uma trajetória insustentável. Por último, outro elemento do ciclo vicioso é caracterizado pela redução dos investimentos em razão das altas taxas de juros, visto que isso diminui a arrecadação e amplia o déficit fiscal.

A rápida deterioração das condições externas de garantia das bases do plano operou numa conjuntura internacional na qual também os países centrais aumentaram as taxas de juros para competir por investimentos, o que promoveu uma migração de capitais e corroe a liquidez de capitais que alimentava o ciclo financeiro de recebimento e remuneração dos investimentos. Como medidas emergenciais, inicialmente se impôs um controle temporário das importações com o aumento considerável das tarifas e ainda se promoveu o abandono da política de flutuação assimétrica do real, com a promoção da desvalorização da moeda, preludiando a política de flutuação do câmbio.

Outras medidas, como a elevação das taxas de juros, buscaram contrabalancear os desajustes monetários e com a melhora da balança comercial e o restabelecimento dos fluxos de capital “levou a um novo ciclo de acumulação de reservas monetárias e uma queda da inflação” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 111). O contexto internacional de crises financeiras (México, Leste Asiático, Rússia) resultou na ainda maior elevação das taxas de juros. A estatização do risco cambial e as manobras de estabilização realizadas em 1997 melhoraram os índices da balança de pagamentos, mas muito em razão da intensificação das privatizações e da internacionalização da indústria e das infraestruturas nacionais por fusões e

aquisições. No âmbito produtivo, a política industrial recebeu apenas pequena parte dos influxos de capital.

Em 1998, a corrosão da política monetária e o risco de instabilidade nas linhas gerais dos organismos financeiros internacionais, agências de risco etc. fizeram com que “sob intensa pressão, o governo brasileiro negociasse com o FMI e com os países do G7 um pacote de apoio financeiro” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 112), sendo que em troca deveria produzir grandes superávits fiscais primários, promover a liberalização da taxa de câmbio e uma intensa redução do déficit da balança corrente.

Mesmo sob condições menos favoráveis, Fernando Henrique Cardoso foi eleito novamente presidente em 1998. Já no início de seu segundo mandato a crise do real se agravou em 1999 e as medidas de efetiva desvalorização provocaram o desabamento da cotação da moeda e a consequente adoção de uma política de câmbio flutuante. Uma desvalorização significativa atingiu a moeda e “a crise cambial destruiu a credibilidade do Plano Real e a reputação do recém-reeleito presidente FHC”. No período seguinte, “seu governo cambalaria durante quatro anos, cada vez mais impopular e incapaz de fazer muita coisa” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 113).

A crise, no entanto, apesar de significar o fracasso do plano quanto à estabilidade e capacidade interventiva da economia nacional, significou a efetivação do Plano Real (considerados seus sete principais aspectos indicados anteriormente) como estratégia de transição neoliberal brasileira diante da reestruturação produtiva e inserção no mercado financeiro internacional. A atuação de especuladores no cenário previsível de implosão do plano permitiu às instituições financeiras lucrarem com a desvalorização e a manipulação das taxas de câmbio. Para o Estado, o fracasso do plano implicou no aumento da dívida do setor público, em perdas de investimentos em mercados futuros e um custo geral de cerca de 5,6% do PIB (SAAD FILHO; MORAIS, 2018).

A implosão dos termos da estabilidade do Plano Real ao final do século XX significou, na verdade, a maturação de suas condições de realização, sedimentando as bases do tripé neoliberal. Nesse sentido,

o novo arcabouço de políticas econômicas incluiu metas de inflação e a independência operacional do Banco Central, fluxos de capital liberalizados com câmbio flutuante e política fiscal permanentemente contracionista, em que as taxas de juros funcionam como variável de ajuste. Isso se tornou conhecido como o tripé de políticas macroeconômicas neoliberais (ou tripé neoliberal). O tripé foi complementado, em 2000, pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que impôs limites rigorosos às despesas em todos os níveis de governo. (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 114).

O cumprimento do receituário de ajuste macroeconômico por meio da reformulação das linhas gerais da política econômica almejava “garantir uma baixa inflação, reduzir as taxas de juros para estabilizar a DPI e limitar seu custo fiscal, além de reduzir o déficit da balança corrente” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 114). Ideologicamente o consenso em torno das novas medidas, que afetaram parte das classes dominantes e dirigentes brasileiras, constituiu-se sob o manto do que Mota (2015) denominou “cultura da crise”. Solapando as alternativas populares e trabalhistas, a constituição do consenso político, atrelado à gestão do Estado, das condições externas de produção se produz de forma que

a gestação da cultura política da crise tem suas raízes na necessidade de o capital não somente realizar a reestruturação técnica da sua base produtiva, mas de fazê-la com o consentimento das classes trabalhadoras; isso significa investir na neutralização dos processos de resistência e em estratégias persuasivas, promotoras de adesões ao seu projeto, valendo-se, para tanto, das precárias condições de vida e de trabalho da população brasileira. (MOTA, 2015, p. 123).

A ascensão gerencialista da administração estatal, bem como o enfraquecimento das alternativas econômicas e sociais ao capitalismo tardio em crise colocam a estratégia neoliberal na dianteira da estruturação da mundialização competitiva, o que implica, nos termos estritamente capitalistas, em desequilíbrios fundamentados nas diferenças entre a produtividade do trabalho e que são reforçados pelas linhas gerais de funcionamento do sistema internacional ancorado no Consenso de Washington. No Brasil, o impacto desse contexto internacional foi sublevado, inicialmente, pelos conflitos internos, mas as consequências da abertura comercial e liberalização da economia impuseram consequências econômicas e, logo, sociais, que indicaram a necessidade de “ajustes”, socializando desigualmente os prejuízos da reestruturação produtiva e da institucionalização da orientação macroeconômica neoliberal.

Politicamente, as contradições do movimento do enfrentamento das classes sociais e suas frações no bojo do Estado explicitaram a inadequabilidade das conquistas sociais diante da inserção do país nas linhas gerais da mundialização competitiva, fazendo emergir discursos sobre a irrazoabilidade de execução de um padrão de proteção social considerado muito superior à capacidade de investimento estatal. Posições apregoando a ingovernabilidade e o alto custo de administração dos salários indiretos colaboraram, juntamente com a crise econômica e fiscal, para sedimentar um recuo nas pautas da economia política do trabalho sob a insígnia da “cultura da crise” (MOTA, 2015), a qual advoga pela necessidade irreversível e tendencial de adequação à institucionalidade típica do capital financeiro internacional.

Realizado o ajuste por uma estratégia política continuamente renovada e progressiva, ou seja, aos moldes das transições sem ruptura realizadas historicamente no Brasil, a gestão ideológica do conflito social arremete as resistências operadas pelas classes trabalhadoras, favorecendo a constituição de um campo hegemônico de manipulação dos mecanismos estatais de regulação da vida econômica e social em prol das demandas econômicas do capital. O envolvimento das camadas populares assenta-se na defesa imediata de sua subsistência, buscando garantir as condições materiais de reprodução, o que mantém a estrutura política estratificada de estratégias e táticas políticas das classes subalternas nacionais.

Os elementos técnicos e científicos de justificação das contrarreformas utilizam-se do discurso competente para também reforçar a inevitabilidade da adequação, assentando no cenário macroeconômico de recessão e instabilidade os elementos “reais” indicativos de negação das conquistas do trabalho e das posições de oposição ao projeto neoliberal. O alçamento do elemento ideocultural como constitutivo do político na manipulação da opinião pública revela-se estruturalmente engendrado na manutenção da democracia política brasileira, de forma que os agentes coletivos das classes dominantes e dirigentes buscam produzir o consenso social articulando discursos e números orientados para o privatismo, o tecnicismo, a modernização e a promessa pretérita de desenvolvimento.

O processo de alteração das bases de participação do Estado na produção e reprodução das relações sociais operado no Brasil durante a década de 1990 na verdade operacionalizou a centralidade hegemônica do capital financeiro num contexto em que os mecanismos internacionais de gestão macroeconômica tornam os Estados-Nações reféns dos ajustes. Tal assertiva será também validada quando da transição operada pela desgastada frente conservadora que será substituída pela “frente popular” articulada por Lula em 2002. A instabilidade produzida com a possibilidade de vitória eleitoral de Lula só foi contornada depois de assumido o compromisso explícito de manutenção da política macroeconômica assentada no tripé neoliberal.

Não obstante, na década de 1990, o comprometimento das conquistas sociais não pôde ser abandonado sem restrições, considerado o conflito social altamente explosivo e represado que a estrutura social brasileira reproduz sempre de forma ampliada. Dessa forma, as contradições inerentes à demanda social por realização das políticas sociais diante das necessidades básicas de saúde, educação, habitação, assistência social, entre outros setores amplamente deficitários em termos de ações efetivas, pressionaram para a adoção de medidas temporárias e o aumento de impostos, que pela qualidade regressiva do regime tributário

brasileiro, acabaram por onerar, em especial, as rendas do trabalho. O caso mais significativo foi a criação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que taxava as movimentações e transmissões de créditos e direitos de natureza financeira, mas não incidia, por exemplo, na compra e venda de ações e outras atividades na bolsa de valores.

O neoliberalismo, como expressão política da acumulação flexível mediante a transformação produtiva assentada na automação e incremento tecnológico da produção, consolidou o movimento no qual houve o desmonte do parque produtivo baseado na substituição de importações. O delineamento internacional da divisão do trabalho edificado pela liberalização das economias nacionais promoveu o fortalecimento do capital transnacional e o enfraquecimento da capacidade regulatória dos governos nacionais, o que no Brasil fortificou ainda mais a dependência externa e tornou a economia nacional bastante sensível e vulnerável às condições internacionais de movimentação do capital em crise.

As contradições internas, exacerbadas pelas constantes crises financeiras, demonstram que “[...] o neoliberalismo brasileiro criou uma farsa do Estado do bem-estar social, voltada para a proteção do capital financeiro, independentemente do custo, enquanto os direitos dos cidadãos, consagrados na Constituição, foram implementados de maneira limitada e de má vontade, na melhor das hipóteses” (SAAD, p. 114). A reboque das flutuações internacionais, as classes dirigentes nacionais promoveram, com relativo sucesso, uma série de reformas pró-mercado e uma política de estabilização restritiva, o que fomentou o aumento “[...] da concentração e desnacionalização no mercado financeiro, a redução da participação das instituições financeiras públicas, a forte participação dos bancos universais e o crescimento mais do que proporcional do mercado de títulos, se comparado ao de crédito bancário” (CARCANHOLO, 2010, p. 111 *Apud* MAGALHÃES Et. Al., 2010).

O aumento da produtividade e a incidência das consequências da lei geral da acumulação capitalista modificaram a estrutura laboral do país, diminuindo relativamente o emprego na produção direta e aumentando o setor terciário. A fragmentação do mercado de trabalho e a simplificação dos processos produtivos fizeram decair a qualidade do emprego num cenário em que “o neoliberalismo criou um padrão de emprego centrado nas vagas de baixa produtividade, informais, precários, e em serviços urbanos de baixa remuneração para mulheres” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 126).

Com o incremento tecnológico, “a simplificação das estruturas gerenciais e as novas tecnologias da informação cortaram o número de funcionários de nível médio, reduzindo as oportunidades de emprego para a classe média e aumentando a precariedade mesmo em

empregos relativamente bem remunerados” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 127). A desespecialização do trabalho e seu relativo aumento como diferenciação se deu pela precarização das relações de trabalho, calcadas na baixa especialização, baixa remuneração e alta rotatividade nos setores de serviços e nos núcleos não centrais da produção industrial.

A flexibilização do mercado de trabalho foi operada de três formas durante a década de 1990: 1) restringiu o direito que os sindicatos tinham de representar os trabalhadores individuais na Justiça do Trabalho; 2) uma lei de 1998 introduziu contratos de trabalho por tempo determinado, simplificou as demissões voluntárias, reduziu as férias e outros benefícios e criou “bancos de horas” que permitem às empresas alterar praticamente à vontade o número de horas trabalhadas; 3) as empresas passam a evitar cada vez mais as leis trabalhistas, por exemplo, recusando-se a registrar seus empregados, o que foi facilitado pelo enfraquecimento das estruturas sindicais.

A reestruturação produtiva e as políticas neoliberais impactaram no incremento dos conflitos sociais, na redução da capacidade de investimento do Estado, na maior dependência internacional, na redução do investimento produtivo em favorecimento da especulação e da financeirização, além de reduzir o espaço político de resolução dos conflitos sociais. A desertificação da política e a impermeabilidade das estruturas de Estado às demandas populares e aos projetos alternativos de "desenvolvimento" acabam por ratificar o fortalecimento de um “Estado capitalista” orientado para a garantia das condições gerais de produção e de dominação das classes subalternas.

Ao final da década de 1990, o resultado da transição neoliberal capitaneou um movimento no qual “o alto desemprego, o trabalho precário e a crescente pobreza relativa, quando não absoluta, foram resultados deliberados das políticas públicas no neoliberalismo.” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 127). Como escudo de defesa contra a inflação, a implementação do tripé neoliberal apenas modificou a forma de circulação do capital de forma a promover maior estabilidade para a realização do capital financeiro. Socialmente, as consequências dos ajustes incrementaram as assimetrias observadas na distribuição de renda, motivadas pela precarização do trabalho e aumento da informalidade, maior concentração de renda com a diminuição da participação dos salários na constituição da riqueza nacional e maior concentração da propriedade dos ativos econômicos realizados nos processos de concentração e centralização do capital.

Internacionalmente, o Banco Mundial, desde o início da década de 1990, já apontava para as graves consequências sociais das políticas neoliberais, almejando sustentar uma

transformação da forma da intervenção estatal no tocante à pobreza. Apresentando um diagnóstico econômico dos custos sociais da desigualdade, alertava para a decadência das próprias condições de produção e reprodução, preludiando as linhas gerais do social-liberalismo como atenuante da degradação das condições de vida, especialmente das populações chamadas “vulneráveis” dos países fora do eixo central do capitalismo mundial.

Se mesmo antes essas políticas compensatórias já operavam no sentido de aumentar o nível de escolaridade e diminuir os custos de reprodução, a exemplo da adoção de estratégias em saúde focadas na atenção básica e na prevenção ou na transferência de renda atrelada à escolarização, foi a partir do início dos anos 2000 que elas ganharam sua conformação como estratégia política, ideológica e material de gestão do conflito social tratado como enfrentamento à pobreza. De cariz instrumental e calcada no extremo individualismo e privatismo, fortalecerá um conjunto de medidas mitigadoras que objetivaram a inclusão produtiva das populações pobres, o aumento dos índices de escolarização (formação para o mercado de trabalho) e, mais recentemente, o treinamento do sujeito empresarial empreendedor.

A formação do consenso teórico e político-econômico acerca do desenvolvimento e das medidas a serem desenvolvidas pelos Estados e populações⁷⁹ sedimentam-se em algumas linhas gerais calcadas na teoria do capital humano, na teoria do desenvolvimento como liberdade, na promoção da igualdade de oportunidade, na constituição de mecanismos de alívio da pobreza, nas teorias da inclusão social e, conseqüentemente, na suplantação do debate econômico social da pobreza como resultante da produção capitalista que historicamente engendra a dominação de classe.

Mauriel (2008), em seu estudo sobre os aspectos ideológicos da constituição das políticas de combate à pobreza, indica a redução individualista do escopo político de tratamento do conflito social inerente à produção capitalista no âmbito do sistema internacional de Estado.

Para a autora:

A atual concepção de desenvolvimento humano (PNUD), com foco na capacitação individual, nega o conteúdo social do desenvolvimento, impossibilitando pensar na construção de sistemas abrangentes de proteção

⁷⁹ Mauriel (2018), ao tratar da conformação das linhas de atuação dos organismos internacionais, seu papel na promoção do desenvolvimento e o papel dos Estados Nacionais na gestão da pobreza, ass evera que a intervenção residual e focalizada conforma-se como agenda de promoção do crescimento econômico e do desenvolvimento como aumento da renda. Para ela, “A origem dessa concepção coincide com um momento em que os Estados procuram desonerar-se dos gastos e, para isso, vêm reduzindo responsabilidades na área social, o que constitui um enorme obstáculo ao desenvolvimento social e integral do ser humano. É que, se o padrão de desenvolvimento atual se mantiver, as políticas sociais terão sempre - e na melhor das hipóteses - um caráter meramente compensatório, uma vez que a dinâmica do modelo de crescimento tende a excluir e não a integrar.” (p. 233).

que funcionem com políticas sociais redistributivas. Tal visão acredita que, ao criar condições para habilitar as pessoas, estas vão adquirir capacidades e poderão, por si mesmas, sair da situação de precariedade, melhorando a renda e as condições básicas de vida. Daí resultam propostas de políticas pontuais, que devem propiciar a esses indivíduos a, pelo menos, fazer escolhas mínimas. (MAURIEL, 2008, p. 233).

A residualidade das ações, que acabaram por servir como mote de incorporação de amplos setores progressistas no Brasil e no mundo, escamoteou ideologicamente a centralidade do conflito de classes, influenciando a institucionalização das conquistas sociais produtos da redemocratização no Brasil. Constituinte dos processos de diferenciação engendrados internamente, a promoção da “inclusão” nas linhas neoliberais contribuiu, ao final da década de 1990, para exacerbar as tensões entre as demandas sociais e as consequências sociais do neoliberalismo.

A crise do real e os impactos sociais da desindustrialização, da precarização do trabalho e do incremento das desigualdades colaboraram para que no início dos anos 2000 uma "aliança de perdedores”, como asseguram Saad Filho e Morais (2018), se formasse em torno de partidos e frações de classe fortemente afetados pelas políticas neoliberais. Não de forma unívoca, conformaram uma composição com interesses conflitantes e organicamente disfuncional, que apenas no decorrer do exercício da direção política do Estado foi conformando uma aliança possível em torno do crescimento econômico e da aprovação popular.

A eleição de 2002, disputada ao final por Lula e José Serra, foi indicativa do esgotamento da capacidade política do PSDB de articular os interesses internos e do fortalecimento do projeto político do PT com o abandono da programática socialista, o que viera se consolidando desde a redemocratização. Não obstante, o projeto político do PT fora se metamorfoseando com vistas à adequação à via parlamentar, especialmente para disputar a chefia do executivo num contexto de amarras, consideradas inicialmente como "herança maldita” dos governos neoliberais anteriores.

Magalhães (2010, p. 26. *Apud* MAGALHÃES Et. Al., 2010) destaca que em 2002, quando se tornou nítido que Lula deveria ganhar o pleito eleitoral, “a inflação acelerou significativamente, chegando à taxa anual em torno de 18%”, manifestando o temor dos mercados e dos organismos internacionais de que fosse alterada a política macroeconômica implantada no período anterior. A crescente instabilidade num contexto de extrema dependência externa, bem como os difusos interesses envolvidos na “aliança de perdedores” formada em torno da candidatura do PT influenciaram para o abrandamento da proposta política da transição.

3.4 GOVERNOS DO PT: CONTINUIDADES E DISTENSÕES

A dependência estrutural do Estado brasileiro dos mecanismos de pactuação internacional, especialmente nas áreas de comércio, marcou a história econômica do país, implicando em relações internas assentadas nas assimetrias sociais e na dominação de classe que opera reformas pelo alto. No movimento da estruturação da produção, geneticamente se manifesta o caráter externo da pressão sobre a administração política no território e as respostas que agudizam as opressões historicamente engendradas na sociabilidade da formação social brasileira.

No intento de interpretar os interesses econômicos e suas manifestações políticas em cena durante os governos do PT, bem como as respostas sociais das empresas, dos trabalhadores e do poder político institucionalizado, é preciso que consideremos todo o contexto em que se movimentam as classes sociais ante a realidade social. As transformações operadas pela política desenvolvimentista dinamizaram a estrutura social brasileira, instigando problemáticas urgentes que foram objeto de políticas sociais-liberais e implicaram no redimensionamento das frações de classes e estiveram circunscritas à administração das contradições e iniquidades e que não puderam superar a forma da produção capitalista. A ascensão e a tímida radicalização das transformações econômicas e sociais elevaram a intensidade do conflito de classes e, em suas contraditoriedades, acabaram por fortalecer os setores historicamente dominantes no cenário econômico e político nacional.

Em uma conjuntura histórica que favoreceu o preço internacional das *commodities*, a classe ascendente nacional recebeu suas vantagens no tocante ao financiamento de um amplo plano de desenvolvimento, que envolveu múltiplos setores da sociedade brasileira. Verificou-se um fortalecimento do governo central na operação dos planos de ação e na gestão do território (elaboração de planos diretores, programas de urbanização, entre outros), alterando a correlação de forças e construindo um intento de modelo de Estado mais próximo ao que se pode chamar republicano-federativo.

O desenvolvimento, por sua estrutura de formação e execução, fomentou a atividade econômica tendo como força motriz política um movimento que reconhecia a liderança aos moldes populistas. Não obstante, mantidas as estruturas econômicas de exploração e dominação econômica, que giram em torno da variação cambial, da alta taxa de juros e o superávit primário, além de uma série de medidas que permitem a drenagem dos recursos de forma a negligenciar

suas externalidades, o governo federal buscou estabilizar os conflitos em uma política de mediação de classes.

Entretanto, por sua gênese e desenvolvimento sempre conflituosos, o desenvolvimento econômico e o fluxo intensificado de capitais, mobilizando força de trabalho, recursos materiais e internacionalização, se deparam com a diversidade dos interesses regionais e com as consequências sociais e políticas dessa transformação, uma transformação econômica e política de fundamentos neoliberais dentro dos limites capitalistas.

Primeiro caracterizaremos as frações de classe reunidas em torno do novo “consenso” formado pelos grupos que perderam com o neoliberalismo. Para Saad Filho e Morais (2018), essa aliança foi formada por quatro grupos principais, são eles: 1) a classe trabalhadora urbana e rural sindicalizada composta por trabalhadores qualificados e alguns setores da classe média, os quais conformam-se como a base de apoio da estrutura partidária do PT; 2) parcelas da classe trabalhadora informal, que antes relutavam em apoiar Lula em suas candidaturas, mas que depois de anos de neoliberalismo viram-se identificadas com as propostas de redistribuição de renda e programas sociais; 3) setores da burguesia industrial interna, que apesar de terem sido base de apoio da plataforma neoliberal, reconheciam a importância da regulação estatal e da promoção da coesão social e da expansão do mercado interno como fatores de superação da estagnação promovida pela liberalização da economia e da abertura comercial; e 4) setores do grande latifúndio e líderes políticos conservadores de cariz populista que se viram escanteados nos governos anteriores.

No outro campo, a aliança neoliberal, que buscava dar continuidade às medidas de gestão levadas a cabo até o início dos anos 2000, era formada por três principais grupos. Novamente Saad Filho e Morais (2018) elencam esses grupos em três principais focos representativos: 1) a burguesia internacionalizada que exercia o papel hegemônico até o momento; 2) setores da classe média em aliança com a burguesia internacionalizada por dependência ou pelos ganhos obtidos com as políticas neoliberais; e 3) a maioria dos trabalhadores informais que ideologicamente estavam identificados com os setores conservadores.

Na esteira do processo eleitoral, o já citado aumento da inflação, bem como a desvalorização do Real e a resistência do mercado de capitais em negociar os títulos e investimentos brasileiros tencionaram as candidaturas, alavancando o medo da desestabilização num contexto em que “não há dúvida de que o governo FHC foi cúmplice da desestabilização do balanço de pagamentos, no desaparecimento da demanda por títulos públicos de longo prazo

e na erosão das operações de mercado aberto” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 138). Com a pressão social e também midiática, a opinião pública passou a exigir dos candidatos posicionamentos acerca das propostas econômicas de forma a delinear os compromissos e avaliar o cenário eleitoral prospectando as possíveis continuidades e/ou transformações. Foi nesse contexto que, em meados de 2002, “Lula lançou a Carta ao Povo Brasileiro, comprometendo-se a respeitar os contratos (ou seja, o serviço da dívida interna e externa) e a manter as políticas econômicas do FHC [e] mesmo as cláusulas de um novo acordo com o FMI [...]” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 139).

Os resultados do comprometimento com a agenda macroeconômica neoliberal reverberaram na construção de uma imagem moderada e mediadora de Lula, atraindo a confiança das instituições de dominação externa e os interesses internos defendidos pela mídia em representação aos setores hegemônicos. No plano da “aliança de perdedores”, que saíra vitoriosa do pleito eleitoral de 2002, o compromisso com a agenda macroeconômica, assim como as divergências internas insolventes (a questão agrária é um dos principais exemplos) enfraqueceram os setores mais progressistas e radicais na estrutura partidária do PT e, igualmente, a representação desses setores no governo eleito.

A coalizão instável que conformou o novo bloco no poder enfraqueceu e até sacrificou uma plataforma política de transformação efetiva, observada a impossibilidade de realizar grandes transformações com a manutenção da política econômica dos governos neoliberais. A continuidade, observada também na escolha da equipe econômica e na fundamentação das ações gerenciais de manipulação da estrutura neoliberal, manteve intocada a estruturação periférica e subalterna da economia brasileira.

A continuidade, porém, esteve ancorada na possibilidade de maiores tensionamentos quanto às demandas populares e, num contexto em que a conjuntura internacional esteve favorável, permitiu a incorporação subalterna de reivindicações dos grupos sociais organizados. Esse processo se deu especialmente com a estruturação das políticas compensatórias nos moldes sociais liberais, fortalecendo as ideologias de mercado para as classes subalternas, o que impactou no aumento do consumo e, logo, da demanda do mercado interno, o que em muito se estruturou num processo de amplo endividamento dos diferentes estratos das classes trabalhadoras.

Nas linhas das políticas neoliberais, o governo Lula deu continuidade, para além do regime macroeconômico, em outras áreas consideradas fundamentais para a estabilidade econômica como: a reforma no regime previdenciário dos servidores públicos, estabelecendo

idade mínima, cerceando os benefícios e colaborando para as linhas gerais de geração de superávit primário; reformas fiscais que intensificaram as linhas de abertura comercial com incentivos e desoneração às transações financeiras; a garantia de autonomia do Banco Central e menor regulação do sistema financeiro; bem como uma tímida política de valorização do salário mínimo.

A gestão macroeconômica, como em períodos anteriores, manteve forte componente depressor do crescimento, observado que as altas taxas de juros não favoreciam o investimento produtivo, amargando um primeiro ano de aumento do desemprego e queda na renda global do trabalho. Entretanto, em seguida “a recessão foi atenuada pela expansão da agricultura de exportação, que começava a se beneficiar do *boom* global de *commodities*” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 143). Os ganhos com as exportações e a conseqüente melhora na balança de pagamentos e geração de excedente contribuíram para um crescimento dos investimentos e dos fluxos de capitais.

A retomada do crescimento e a manutenção da estabilidade forjaram uma inicial legitimidade do novo governo, formatando uma alteração na política econômica assentada nas bases neoliberais. Por seu turno, a incorporação das pautas populares nos limites da politicidade buscou envolver nas estruturas de Estado setores sociais antes excluídos dos processos decisórios. A estratégia de ampliação dos espaços institucionais de participação alavancou o envolvimento, com suas contraditoriedades, o que alterou a composição social de parte das instâncias decisórias. Lideranças populares e elementos das classes trabalhadoras estiveram, mesmo que em minoria, à frente de pastas do executivo, de conselhos e também alçaram representatividade política, fortalecendo a legitimidade do governo junto a sua base de apoio.

Conforme destacam Saad Filho e Moraes (2018, p. 145), “essa mudança na composição social aumentou enormemente a legitimidade do Estado, garantiu apoio da burocracia às ambições distributivas do PT e promoveu as reivindicações dos pobres por melhorias nos serviços públicos”. O envolvimento com as estruturas de Estado, ao mesmo tempo que permitiu a efetiva representação, também limitou o escopo das pautas imersas nos controles estatais fundamentados na razão de Estado e limitadas pelos controles enormemente dominados pelos setores conservadores. Espaços como o judiciário, as forças armadas, ou mesmo o cerne da política econômica não puderam tomar rumos demasiado diversos que levassem a um efetivo rompimento com as relações de produção que estão na raiz da exploração do trabalho no capitalismo dependente brasileiro.

Iniciativas que buscaram alçar reformas (no sentido da esquerda), por mais limitadas que sua gestação pudesse apontar, já demonstraram a estreita margem de manobra institucional, em especial, perante o legislativo. A primeira reforma ministerial foi um exemplo das concessões que foram feitas em nome da governabilidade (os casos do Ministério das Cidades e do Ministério da Economia revelam as contraditoriedades e resistências desse processo). Os ataques se estenderam e se enredaram em denúncias de corrupção contidas no “escândalo do mensalão”, num movimento que ameaçou a permanência de Lula no poder e reestruturou as forças sociais inicialmente projetadas no poder político. O movimento de acomodação das forças mais ou menos permanentes das classes dominantes, diretamente, ou por meio de suas representações políticas, reaviva a forma da partilha do Estado para incorporação dos interesses setoriais.

A alteração na correlação de forças fortalecida pela diversificação dos grupos ocupantes das estruturas da ossatura material do Estado não implicou em transformações significativas na condução da transformação do sistema de acumulação, mantendo-se os fundamentos do neoliberalismo, unívoco no sistema competitivo de Estados. Tendencialmente, é verificável que “mantém-se o discurso - e a prática - da estabilidade macroeconômica como condição para qualquer política de mais longo prazo. As reformas estruturais pró-mercado, incluindo a liberalização comercial, financeira e produtiva, não apenas são mantidas como aprofundadas” (CARCANHOLO, 2010, p. 113).

Em 2005, mudanças intensificaram o processo de manipulação do câmbio com a unificação do mercado cambial e as remessas de lucros foram facilitadas com alterações que eliminaram os limites de conversão de moeda estrangeira. Já em 2006, foram concedidos incentivos fiscais para que investidores estrangeiros adquirissem títulos da dívida pública brasileira, aumentando o volume da rolagem da dívida e colocando-a como baluarte da entrada de recursos externos (CARCANHOLO, 2010).

A lógica liberalizante no setor produtivo e comercial igualmente é mantida com medidas de incentivo à iniciativa privada e programas de parceria público-privadas, com destaque para a promoção dos Programas de Aceleração do Crescimento (PACs). O cenário de aumento da demanda externa, especialmente de Índia e China, fez com que o país aumentasse sua participação no mercado internacional, alterando as formas da dependência externa, aumentando o volume de negócios e promovendo o comércio internacional por meio de concessões tarifárias e acordos bilaterais. Esse movimento promoveu

a elevação da dependência do mercado externo como centro dinâmico da economia brasileira (exportações como forma de escoamento da produção, isto é, realização do valor produzido e importações como a única maneira de garantir boa parte dos suprimentos e bens de capital necessários para a produção interna) (CARCANHOLO, 2010, p. 114-115).

Em favor da continuidade, a equipe econômica manteve os mecanismos de manipulação do ambiente de negócios, de forma a promover o ingresso de capitais e “em termos de instrumentalização da política econômica, o governo Lula defendeu a manutenção dos mega superávits primários, explicitamente pelo controle de gastos públicos e, de alguma maneira, na expansão da arrecadação como forma de manter sustentável a relação da dívida pública diante do PIB” (CARCANHOLO, 2010, p. 115). No que toca à política monetária “foi mantido o regime de metas inflacionárias, ou seja, a administração das taxas básicas de juros foi submetida ao gerenciamento das pressões inflacionárias, não importando o impacto que pudessem ter sobre a restrição da atividade econômica” (CARCANHOLO, 2010, p. 115). Assim, apesar do registro do crescimento, é patente que este poderia ter sido ainda maior, ou poderia ter tido diferentes impactos em termos da distribuição do produto do crescimento e dos impactos sociais negativos típicos da externalização dos custos requerida pelos capitais externos.

Com a continuidade da política cambial

a determinação da taxa de câmbio segue um esquema de flutuação suja, ou seja, o mercado cambial determina o valor da moeda nacional em relação à moeda conversível, e o Banco Central atua no mercado, ora comprando, ora vendendo, de forma a tentar manter essa flutuação da taxa de câmbio segundo os parâmetros que lhe parecem convenientes (CARCANHOLO, 2010, p. 115).

A manipulação dos instrumentos monetários buscou ampliar o campo de intervenção estatal na atividade econômica e financeira, equalizando os interesses compósitos do bloco no poder, gestionando as tensões internas e externas.

Sobretudo, a possibilidade de diversificação da política econômica para abarcar os setores produtivos de forma mais direta, com direção estatal estratégica, só se engendra no período motivada pelas condições externas favoráveis. O aumento das exportações e a valorização das *commodities* no mercado internacional permitiram o cumprimento das metas fiscais, em especial, a geração de superávit primário e receitas das atividades do Estado na intervenção econômica e social. Logo, “antes de ser consequência de uma política comercial mais ativa, o resultado da balança comercial reflete muito mais a sorte que o governo Lula experimentou de um ambiente externo favorável” (CARCANHOLO, 2010, p. 116) Assim, não se trata de obra específica do novo governo, mas, como chamou o próprio FHC, de um pomar em frutificação.

Para Carcanholo (2010, p. 122), a conjuntura externa favorável esteve assentada nos seguintes elementos econômicos e sociais:

(i) alta no ciclo de liquidez internacional, o que reduz as taxas internacionais de juros, proporcionando um crescimento da economia mundial e uma redução no risco-país, que embasa o fluxo de capitais externos; (ii) forte crescimento da economia chinesa, que importa produtos justamente que preponderam na pauta de exportações da economia brasileira; (iii) crescimento do preço das *commodities*, predominantes na estrutura econômica do país.

Internamente, apesar do cenário favorável, a manutenção da política macroeconômica neoliberal implicou em consequências que marcariam as tendências do período, impondo como resultado o “aprofundamento da reestruturação industrial, fruto do processo de abertura comercial, que jogou a economia brasileira dentro de uma lógica muito próxima àquela das economias primário-exportadoras, que caracterizou nossa região antes dos processos de substituição de importações” (CARCANHOLO, 2010, p. 122). Encontram-se, portanto, mantidas as estruturas da vulnerabilidade externa e, internamente, a centralidade na produção de bens primários para a exportação fortalece o movimento de desindustrialização.

Apesar da aparente melhora nos indicadores econômicos no primeiro governo Lula, eles significaram que no período de valorização das *commodities* a balança de pagamentos passou a ser superavitária, favorecendo os investimentos que em razão do alto volume de capitais e atraídos pelas altas taxas de juros, financiam o arrolamento das dívidas de remuneração dos títulos públicos. Esse movimento incrementa os passivos internos e favorece os desequilíbrios estruturais em razão da dependência externa e da fluidez do câmbio, observado que parte dos contratos se encontram indexados em moeda conversível, apesar da tendência de aumento da dívida interna. Trata-se da continuidade das armadilhas da gestão da dívida pública.

O compromisso com a estabilidade externa, cultivado pela manutenção dos mecanismos de drenagens de riquezas realizados pelas remessas de lucros, altas taxas de juros e mecanismos de atração de capitais para garantir a liquidez das transações financeiras, faz com que os recursos públicos apoiem cada vez esse processo, num movimento no qual se verifica que “no governo Lula, as receitas de impostos ainda são utilizadas em volume muito maior para o serviço da dívida pública, que remunera os investimentos de grupos de altas rendas, do que para a provisão dos bens públicos: gastos com saúde, educação e investimentos” (FILGUEIRAS *et al.*, 2010, p. 62).

Analisando os números do primeiro governo Lula, de forma a caracterizar as limitações do desenvolvimento econômico registrado no período, Carcanholo (2010, p. 124-125) indica que

o hiato de crescimento da economia mundial e a brasileira se elevou, isto é, a distância entre a economia brasileira e a média da economia mundial se elevou, no período, em 1,6%. Houve um retrocesso, do ponto de vista da economia mundial, e não um avanço. Trata-se, ao contrário do que pensam os defensores do Lulismo, de um período recessivo e não de crescimento.

O chamado período de “janela de oportunidades”, sob um cenário externo favorável, foi o principal responsável pelo aparente sucesso econômico no primeiro período de governo, o que se deu sobre as bases estritamente de continuidade e intensificação da política macroeconômica assentada no tripé neoliberal. A alta no ciclo de liquidez internacional ampliou a entrada de capitais num cenário de redução internacional dos juros, o que tardiamente também se ampliou para os juros internos. O crescimento da economia mundial elevou a demanda por exportações de *commodities* e o alto preço favoreceu a balança comercial, a elevação cambial e a regularidade da taxa de inflação. Assim, a vulnerabilidade externa responde ao cenário externo favorável e, ao mesmo tempo que se intensifica estruturalmente, responde positivamente, o que não se manteria por um longo período.

A degradação do cenário externo favorável novamente implicou em determinações e contradições repostas, visto que

o governo Lula não modificou substancialmente nada do que se fazia em termos de estratégia de desenvolvimento e política econômica do governo anterior. As reformas estruturais de liberalização, abertura e desregulamentação não foram revertidas. Ao contrário, em alguns casos, foram aprofundadas, mantendo a estratégia neoliberal de desenvolvimento, em específico o alto grau de abertura externa da economia, o que majora a dependência e vulnerabilidade externa estrutural da economia. (CARCANHOLO, 2010, p. 125-126).

A fase depressiva da economia mundial ao final dos anos 2000, mesmo que inicialmente contornada e recuperada, “[...] veio justamente modificar essa maré de sorte” (CARCANHOLO, 2010, p. 126). Mantida a dependência externa, com a diminuição dos preços das *commodities*, a alteração da demanda externa e as pressões cambiais, há uma reversão dos superávits da balança comercial, elevando o déficit de transações e aumentando a demanda por investimentos externos.

Filgueiras *et al.* (2010, p. 62-63) asseveram que, ainda no último governo FHC, as alterações no bloco no poder fizeram incorporar a fração exportadora do capital, em especial o agronegócio, visto que as crises cambiais demonstraram a dependência que a economia

nacional mantém com esse setor e a insustentabilidade da hegemonia do capital financeiro. Para eles,

como sua consequência, e ao mesmo tempo condição para se processar essa acomodação, a política macroeconômica se modificou, sem, contudo, alterar a essência do Modelo Liberal Periférico: a âncora cambial e as privatizações foram substituídas pelas metas de inflação, os superávits primários e o câmbio flexível. Com isso, definiu-se a importância das exportações no novo padrão de acumulação como condição necessária para reduzir sua instabilidade macroeconômica intrínseca, instituída pela abertura comercial e financeira (FILGUEIRAS *et al.*, 2010, p. 62-63).

A intervenção estatal nas ações de promoção do desenvolvimento econômico e construção de infraestruturas foi favorecida pelo ciclo expansivo da economia mundial, fomentado pelos incentivos a investimentos públicos-privados com papel central dos bancos estatais, em especial o BNDES, que foi munido de recursos e favoreceu setores específicos, bem como a Petrobrás, além de que outros fundos nacionais compuseram as bases financeiras dessa estratégia de desenvolvimento erigida em torno dos Programas de Aceleração do Crescimento. O crescimento econômico e aumento dos volumes de transações contribuíram para a incorporação de pautas das classes subalternas, tanto em termos de salários indiretos quanto na política de valorização do salário-mínimo e nas lutas que foram travadas pelo aumento de salários na atividade produtiva. O cenário favorável de crescimento do emprego e demanda por trabalhadores, especialmente semiquualificados, contribuiu para a efervescência de greves e lutas em torno das pautas econômicas diretas.

Para as classes trabalhadoras, a expansão do crédito e, logo, do consumo, indicaram uma maior participação na atividade econômica, ainda que relativamente desigual em razão dos ganhos de produtividade e volume da produção. Para Filgueiras *et al.* (2010, p. 64),

essa é a base do novo consenso do crescimento com distribuição na era do capital financeiro, que levou à incorporação marginal de parcelas da população de menor renda ao consumo, tendo como contrapartida a desmobilização política dos movimentos sociais e dos sindicatos, a tutela direta do Estado sobre a parte da população mais pobre, a despolitização da política, a desqualificação maior ainda dos partidos e, como resultado de tudo, o surgimento, desenvolvimento e consolidação do lulismo.

Acerca da financeirização das relações econômicas, é notável o crescimento da atividade do capital financeiro, favorecido pela política monetária e depositário central da estabilidade, o que se escancarou durante a crise financeira de 2008 e os programas de salvamento dos bancos realizados em diversas partes do globo. As tendências impostas pela atividade econômica financeirizada remetem aos riscos do capital produtivo e à tendência rentista de aplicação dos capitais excedentes. Elementos da divisão internacional do trabalho e

o exponencial aumento da produção industrial no Oriente, notavelmente na China, criam as condições de desindustrialização das economias ocidentais, inclusive a brasileira.

Bruno (2010) analisa a tendência rentista do capital financeiro ancorado na política monetária e as implicações para a acumulação. O autor assevera que “o chamado novo consenso de política econômica com os sistemas de metas de inflação inaugura, assim, com o apoio de governos e Estados conscritos pela financeirização, uma época singular de conservadorismo da política econômica e, particularmente, da política monetária” (BRUNO, 2010, p. 99). Como componente central do processo de financeirização avalizado pelos Estados, “a política monetária torna-se instrumento por excelência da garantia da estabilidade financeira e de preços num ambiente macroeconômico subordinado à lógica e natureza da revalorização dos capitais na circulação bancária e financeira” (BRUNO, 2010, p. 99). Consequentemente, a política econômica financista drena os recursos da produção, já concentrados pelas classes dominantes capitalistas e possuidoras, para fortalecer a acumulação rentista-patrimonial, o que intensifica a dinâmica das crises econômicas.

O papel central do Estado na operação do movimento de financeirização se dá com o fortalecimento do entrelace do fundo público com os investimentos privados, internos e externos, assumindo o papel de atrair recursos financeiros e promover um ambiente pró-mercado nos termos do sistema internacional competitivo de Estados. Assim que

o endividamento público interno passa a ser o lastro da liberalização financeira, com mercado de derivativos profundo. Contrariamente à retórica midiática, as taxas de juros Selic são aumentadas não apenas para conter as expectativas de inflação, mas para garantir, via apreciação real do câmbio, a alocação e captação financeiras em mercados globais. Paralelamente, o aumento da dívida pública interna torna-se a contrapartida da elevação dos lucros dos bancos e detentores de capital. Neste contexto, a concentração funcional da renda necessariamente se eleva em detrimento das classes trabalhadoras, pequenos negócios e microempresas. (BRUNO, 2010, p. 100).

Esses mecanismos de financeirização foram intensificados em conjunto com as medidas novo-desenvolvimentistas como resposta à crise de 2008, promovendo uma rápida, porém insustentável, reação à conjuntura internacional recessiva. Conformou-se, dessa forma, um círculo vicioso que será herdado pelo governo Dilma. Os elementos desse círculo vicioso incluem: a liberalização financeira e a dependência de capitais especulativos; a vulnerabilidade quanto à taxa de câmbio na determinação dos índices de inflação; a tendência ao crescimento das importações e diminuição das exportações; a internacionalização da economia, que promove a desnacionalização e favorece a desindustrialização; o aumento do volume das remessas de lucros, juros e dividendos, o que impacta no aumento dos déficits de transações; a necessidade do aumento de juros e privilégios para atrair o investimento externo direto e manter

o nível de transações na consecução dos mecanismos financeiros de manutenção da política econômica neoliberal e sua estabilidade.

O contexto de amplificação da financeirização, no lastro das transformações sociometabólicas engendradas pela transformação produtiva, representa a subordinação dos interesses econômicos à punção rentista, o que, no âmbito do Estado, afeta a política monetária e tensiona o fundo público com vistas à remuneração dos capitais invertidos e contratualmente assentados na drenagem desses recursos. Assim que “a política monetária restritiva torna-se um instrumento central. Ao desestimular a alocação diretamente produtiva dos capitais, ela permite transferir eficientemente a renda de juros para o mercado financeiro, a fim de aplacar as expectativas de inflação e amortecer as pressões que ameaçam o equilíbrio da balança de pagamentos” (BRUNO, 2010, p. 100). A financeirização e sua estabilidade dependem, assim, centralmente da ação estatal que afiança as condições macroeconômicas do ambiente de negócios no contexto competitivo da economia internacional. Isso acontece com o aumento do endividamento estatal e provoca a diminuição da capacidade de investimento e retenção de dividendos na forma de poupança.

Garantidas as bases financeiras, o cenário externo favorável possibilitou a implementação de um regime de acumulação neoliberal em sua versão híbrida, o que se manifestou nas políticas novo-desenvolvimentistas do segundo governo de Lula e também no primeiro governo Dilma. Desde a segunda vitória eleitoral de Lula, sua base de apoio se transformou, conforme apontam Saad Filho e Morais (2018), convertendo a “aliança de perdedores” em uma “aliança de vencedores”. A adoção de uma política econômica heterodoxa manteve o tripé neoliberal e manobrou os ganhos do cenário externo para converter os investimentos em políticas de tipo keynesiano, chamadas de novo-desenvolvimentismo⁸⁰.

Nesse movimento,

a interação entre políticas econômicas *prima facie* incompatíveis não só se tornou possível como contribuiu para êxitos significativos, como incluíram a aceleração do crescimento do PIB, a impressionante recuperação do Brasil

⁸⁰ Uma caracterização da adoção de uma política econômica heterodoxa com a realização de investimentos produtivos afirma que “O novo-desenvolvimentismo surgiu na América Latina na década de 2000, como uma alternativa heterodoxa ao neoliberalismo. Embora tenha sido compreendido de maneiras diferentes, todas as suas versões afirmam que o antigo desenvolvimentismo latino-americano, associado à ISI, falhou ao não conseguir apoiar a internalização das fontes de inovação e crescimento da produtividade e por tender a concentrar riqueza” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 150). No Brasil, “as ideias novo-desenvolvimentistas ganharam espaço nos círculos acadêmicos, políticos e em ONGs no primeiro governo Lula, e seu espaço se ampliou, em 2006, em virtude da percepção do baixo desempenho econômico sob o neoliberalismo. Os apoiadores dessa visão, fundamentada nas fortes tradições heterodoxas nas ciências sociais brasileiras, alegavam que havia grande chance de êxito, a baixo custo, sob um conjunto diferente de políticas econômicas” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 151).

após a crise global e uma melhoria contínua nos indicadores de emprego, salário, bem-estar e distribuição de renda. (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 149).

A inclinação à heterodoxia fez com que o segundo mandato de Lula contasse com apoio direto da burguesia interna, a principal responsável por sua defesa nos intentos de impedimento no primeiro mandato. Também o caráter populista de seu governo se acentuou diante das camadas populares, que sob a influência dos resultados positivos das políticas de redistribuição de renda, as quais promoveram maior acesso a bens e serviços — assim como foram responsáveis pela diminuição da extrema pobreza e, sobretudo, da fome —, ampliaram o apoio recebido. Dessa forma, a imagem de pai dos pobres e defensor das classes oprimidas refletia uma das facetas de sua ação política, deliberadamente exacerbada para ocultar a aliança com as classes dominantes.

A nova coalizão formada no segundo governo abarcava as camadas dominantes e as dominadas, diminuindo a base de apoio formada pela classe média. Na estrutura de governo, foram renovadas as lideranças de importantes instituições e ministérios, ampliando a direção no sentido da promoção do “neoliberalismo desenvolvimentista”. No mesmo período, se fortaleceu uma política externa independente, conformando uma resistência à influência estadunidense e fortalecendo alianças com países do sul global, bem como foram fortalecidas ações junto ao grupo denominado BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Algumas elaborações denominaram o reposicionamento do país como sub-imperialismo, visto o crescimento da atividade econômica, a transnacionalização de empresas brasileiras e os ganhos políticos em termos de liderança.

O crescente aumento das taxas de investimento em relação ao PIB foi promovido com uma série de medidas que envolveram mais ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), coordenando gastos e realizando investimentos públicos e privados. Os empréstimos realizados pelo BNDES, bem como amplos programas de investimentos da Petrobrás e da Eletrobrás contribuíram para o aumento da atividade econômica.

A intervenção estatal também contribuiu para a distribuição dos incrementos fiscais, o que aconteceu especialmente pela política de valorização do salário-mínimo e do aumento dos gastos públicos. As taxas de desemprego diminuíram e a informalidade, apesar de alta, retrocedeu com o incremento da atividade econômica. Entretanto, “cabe salientar que cerca de 90% desses empregos pagava menos que um salário-mínimo e meio, em comparação com 51% na década de 1990” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 160).

O crescimento econômico, todavia, não pôde promover a efetiva distribuição da renda e o incremento real relativo da renda das populações mais pobres, observado que as camadas com renda maior tiveram, também, um aumento proporcional e os índices de desigualdade mantiveram-se estagnados⁸¹. Os mecanismos de precarização do trabalho, como a terceirização, fortaleceram os empregos precários e de baixa remuneração.

A heterodoxia econômica e o privilegiamento dos setores financeiros estabeleceram um cenário no qual a distribuição do produto social dos ganhos econômicos se estabeleceu pelo incremento da renda dos mais pobres, mas também pelo incremento e manutenção da renda dos mais ricos. Em síntese, “as políticas sociais e de emprego nos governos do PT não foram transformadoras. Elas lograram reduzir a pobreza, mas não levaram a melhorias significativas nas condições de vida da classe trabalhadora” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p, 164). Dependente das taxas de crescimento elevadas, a política redistributiva num cenário de vulnerabilidade externa, apesar dos intentos de superação da condição estrutural de dependência, não se manteve estável, vindo a ruir com a redução da capacidade do governo em manter as taxas de criação de empregos e elevação da cobertura dos benefícios sociais.

A validação da política econômica e social dos governos de Lula, que deixou a presidência com aprovação superior a 80%, contribuiu para que no período eleitoral de 2010 fosse garantida à candidata do PT, Dilma Rousseff, a vitória eleitoral contra o PSDB. No entanto, como já indicado, a estrutura econômica de continuidade e o aumento da vulnerabilidade externa tornaram-se armadilhas para a continuidade progressiva do movimento de ascensão econômica das classes populares e manutenção dos privilégios das classes dominantes.

O novo governo, iniciado em 2011, buscou conservar as políticas de aceleração do crescimento e de distribuição de renda, sedimentando suas linhas de ação pela orientação novo-desenvolvimentista. Como requisito da estabilidade diante das pressões externas, igualmente foram mantidos os controles inerentes à gestão do tripé neoliberal. A adoção da Nova Matriz Econômica buscou fomentar a gestão fiscal do Estado, o incentivo à produção industrial e o equilíbrio macroeconômico.

⁸¹ Saad Filho e Moraes (2018, p. 163) destacam que “a combinação entre as declarações de impostos e as pesquisas domiciliares sugere que, entre 2006 e 2012, o coeficiente de Gini da renda familiar per capita permaneceu estável em torno de 0,69, em grande parte porque as fontes de renda relacionadas ao capital (principalmente lucros, dividendos e juros), no Brasil, são em geral isentas de impostos.”

Nessas linhas de ação, “os principais objetivos do governo Rousseff eram incentivar o investimento privado e reverter a sobrevalorização do real, que havia trazido consequências adversas para o crescimento econômico em geral e para a indústria manufatureira em particular” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 169). As medidas econômicas do primeiro governo Dilma expressaram o esforço desenvolvimentista que, baseado em incentivos, empréstimos e isenções à iniciativa privada, não logrou os resultados esperados. A desoneração de setores considerados estratégicos, bem como o aumento da atividade do BNDES⁸² e o incremento dos investimentos de estatais, especialmente da Petrobrás, buscaram catalisar o aumento da atividade econômica como estratégia de manutenção da estabilidade fiscal do Estado.

O caráter intervencionista do governo Dilma concorreu para ativar as resistências internas dos setores aninhados à direita. O movimento de composição política, dependente dos êxitos econômicos e das barganhas no bojo da atividade estatal, conformou-se da seguinte forma:

a base do governo no Congresso Nacional era composta por parlamentares de partidos de esquerda, de centro e de centro-direita, e a fidelidade desses dois últimos grupos dependia do êxito do governo e do atendimento de interesses específicos, o que demandava diligentes negociações conforme a conjuntura. Essa fraqueza inerente à coalizão elevou o custo político da atividade do governo - custo que foi crescendo à medida que o governo sofria repetidos reveses econômicos e tendia a perder popularidade. (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 171-172).

Em avaliação geral do governo Dilma, Saad Filho e Moraes (2018) asseveram que foi o mais politicamente à esquerda desde João Goulart, o que se demonstrou pela substituição, na estrutura estatal, de personagens carimbados como representantes do mercado (a exemplo de Henrique Meirelles), bem como

seu governo ampliou ainda mais os programas de assistência social e considerou a competitividade - relativamente estagnada havia longo tempo - como o desafio mais importante ao crescimento econômico sustentado no curto prazo e o principal obstáculo a ser superado em um eventual rompimento com o neoliberalismo. (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 172).

Sem prejuízo, as linhas gerais dos tensionamentos que fizeram eclodir as insatisfações populares, posteriormente manipuladas e guinadas ao conservadorismo e ao protofascismo, tiveram como objetivo “reduzir os custos da produção, aumentar a produtividade e promover o investimento privado e o consumo baseado no crédito pessoal: taxas de juros mais baixas, a desvalorização do real e a redução dos custos de energia e transporte” (SAAD FILHO;

⁸² Com a alteração da política monetária e diminuição do ingresso do capital estrangeiro, se “apoiou a expansão do crédito de longo prazo do BNDES, graças à capitalização do banco por meio de sucessivos empréstimos de títulos do Tesouro, que chegaram a R\$ 430 bilhões em 2014. Tal forma de capitalização foi uma resposta da política creditícia do governo à política monetária recessiva” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 173).

MORAIS, 2018, p. 172), o que indica os limites da ação à esquerda promovidos como estratégia de fortalecimento econômico interno. As políticas de cunho “nacionalista” com vistas ao rompimento com a dependência externa não chegaram a consolidar suas bases, agravando a crise política, a instabilidade e a polarização.

As medidas de incentivo econômico perpassaram setores estratégicos e beneficiaram uma gama de atividades que, nos marcos da financeirização, não puderam inverter os benefícios fiscais, desonerações e empréstimos diretamente na atividade produtiva, mantendo-se a tendência desindustrializante. A desvalorização do real favoreceu o setor agrário-exportador e o comércio internacional de *commodities* primárias, a exemplo do setor de mineração.

Os conflitos envoltos nas concessões de infraestruturas, bem como a regulação da exploração do pré-sal foram cabais para os conflitos entre o governo e o capital. A execução da atividade de regulação e a defesa “nacionalista” de maiores taxas de retorno das companhias que explorariam serviços rodoviários, aeroportuários e da área elétrica, por exemplo, foram consideradas obstáculos à lucratividade e fizeram com que os investidores recusassem os termos das concessões “[...] por razões ideológicas, alegando que a regulação dos lucros violava os direitos de propriedade do capital” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 177). Outros enfrentamentos no sentido de promover melhores condições infraestruturais e garantir preços razoáveis para energia e transportes tiveram um alto custo político para o governo Dilma, conformando um cenário no qual “o capital se convenceu de que o governo Rousseff era intervencionista, populista, intransigente e tinha uma relação adversa com os empresários” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 178).

Em termos das forças produtivas, a crise financeira de 2008 havia preludiado as consequências da informacionalização dos processos produtivos e o salto tecnológico que a competitividade internacional reforçou como elemento da intensificação da reestruturação produtiva. A virtualização de processos de trabalho e as mediações informáticas, que vão se estendendo para os serviços de forma a ampliar os espaços de valorização do capital, tensionam as forças políticas em disputa, novamente acelerando a luta de classes que, no Brasil, vinha de um período de arrefecimento mediante colaboração e virtual distribuição dos excedentes do ciclo favorável anterior.

Essa transformação inicial se sobrepôs à popularização das novas tecnologias e formas de interação social, as quais operaram um novo código social com movimentos próprios, mas sempre dependentes dos interesses econômicos tradicionais ou ascendentes nesse ramo, pela oferta de serviços de otimização do mercado. Esses mesmos serviços de otimização de mercado,

ou seja, formas de aceleração do movimento de rotação do capital, reorganizaram a estrutura ocupacional e suas exigências, estando em construção uma expansão potencial de suas formas, sem que isso signifique uma socialização de seus benefícios.

A nova onda modernizante se revelou como um dos matizes que estiveram presentes na sociabilidade, encampando movimentos que vão desde a taylorização dos serviços até as lógicas específicas das redes sociais, estas últimas que conformaram um fator de extrema relevância na ascensão de grupos reacionários, como o Movimento Brasil Livre (MBL), e a posterior base de apoio que levaria ao golpe e, em seguida, à eleição de um candidato de extrema direita. Igualmente, a conjuntura de visibilidade externa ocasionada pela realização dos megaeventos, a irrupção do protesto social e as medidas de contenção promovidas tanto pelo governo federal quanto pelos poderes estaduais fomentaram o aceleração da instabilidade e da crise política.

As transformações em sobreposição (desenvolvimentismo x integração virtual) marcaram a realização dos Megaeventos, que sob tutela e arbitragem internacional, buscaram preparar as condições materiais para realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Os investimentos públicos e privados estiveram no centro da política desenvolvimentista, provocando uma série de transformações e disputas sobre os territórios das cidades envolvidas, bem como representando um reposicionamento brasileiro na economia internacional. É notório que as tendências de desenvolvimento germinam, por sua característica dependente e subalterna, as condições de sua decadência.

Também a crescente financeirização da atividade econômica desviou o capital para a esfera especulativa, uma vez que os capitais muito bem remunerados e garantidos por títulos públicos, reverteram os intentos de incremento da esfera produtiva. Uma série de medidas econômicas de ajuste acabou por favorecer a especulação por parte dos setores produtores, não gerando impacto significativo no âmbito social para o combate ao desemprego e aumento da circulação monetária.

A modernização das relações de produção se choca com o direito do trabalho e a estrutura de proteção criada em torno do trabalho formal. A par e passo, se instala um vazio regulatório por parte do Estado, já politicamente ocupado por setores reacionários da sociedade brasileira a reivindicar seus privilégios no tocante à apropriação desse processo. Começa a ser gestado o consenso regressivo que por um golpe jurídico-político elevaria a pauta “modernizante” e de “ajuste” à condição institucional viável para regressão nos direitos.

Ao passo que a regressão econômica se instaura e as condições da indústria e do setor produtivo em geral, dependentes do mercado nacional, rapidamente se degradam, o

fortalecimento do setor agroindustrial e das elites econômicas locais — que nunca estiveram afastados de seus lugares cativos na estrutura de governo — novamente restabelecem o pacto das elites em torno da administração dos conflitos e dos benefícios.

No primeiro governo Dilma, a mobilização em torno das jornadas de junho (2013) preludiu a forma do debate público e demonstrou as tendências regressivas que se impoem na estrutura de Estado e na sociedade brasileira como um todo. A crise institucional, que instiga uma crise de representação, inicialmente marcará a fragilidade do pacto parlamentar em torno de um governo com tendências populares. Mesmo essas limitadas tendências mostraram ser um óbice aos interesses das classes dominantes.

As pífiyas e sintéticas medidas propostas para responder às mobilizações populares apenas reforçaram medidas que acabariam por soterrar a governabilidade e, por fim, o próprio governo. Não obstante, a atuação das massas populares mostrou-se bastante fragmentada e conectada às tendências regressivas lavadas de um verniz modernizante ideologicamente disforme, mas dotado de grande potencial desagregador ao encabeçar frentes de oposição em torno do combate à corrupção e da demonização do Partido dos Trabalhadores e da estrutura de Estado.

Limadas de seu potencial democrático, as estruturas de Estado são vistas como espaço de privilégio e de controle. A confusão — não sem razão — entre a estrutura política e o privilégio econômico abre espaço para os discursos políticos antipolítica. Colocar-se como novidade e fora do circuito da “política tradicional” era um requisito para projeção, mesmo que isso não fosse verdade.

Outro fator que demonstrou o potencial regressivo da forma de incorporação de camadas da sociedade brasileira ao consumo e à renda foram as intervenções de *Black Blocs* nas manifestações das jornadas de junho e a construção de um consenso em torno das vidraças dos bancos. Mesmo sem aprofundar a atuação dos grupos *Black Blocs*, julgamos necessário mencionar o caráter reacionário do debate político, desvelando o esquema defensivo em que se colocam as manifestações que passaram a ser capitaneadas pelo discurso antipartidário dos que posteriormente constituíram partidos.

Uma vez capturadas pelos movimentos de direita e extrema direita, o vigor das manifestações populares arregimenta um contingente político que engrossará as fileiras do bolsonarismo. A atuação midiática pelas redes sociais e a performance construída em torno da gestão da imagem desses grupos exacerba seu nacionalismo limitado e suas aspirações políticas. Os críticos do regime político enveredam para ocupá-lo e administrar o que criticavam.

Saad Filho e Morais (2018, p. 224) caracterizam que o que se conformou como resultado do protesto popular foi uma “aliança de privilégios”, a qual foi se expandindo gradualmente. Inicialmente abarcou a burguesia interna e externa, a primeira porque rompeu com o governo quando das limitações de sua atuação na captura dos recursos públicos, e a segunda que estivera em oposição aos governos do PT desde que estes impuseram restrições à hegemonia irrestrita de que gozavam até o início dos anos 2000. Posteriormente, a classe média em oposição às classes populares (o velho medo da proletarização ou de que os proletários alcem condições de vida similares às da classe média) e por seu comprometimento com o neoliberalismo (frisamos aí o aumento da financeirização individual, fenômeno que cria o investidor rentista). E por último, a aliança de privilégios é adensada por setores da juventude, funcionários públicos do judiciário, parcelas da classe trabalhadora informal e ainda os setores religiosos conservadores.

Esse movimento de ascensão das lutas populares, as quais tiveram diferentes intensidades e composições pelo Brasil, revelou os limites do pacto democrático e, por conseguinte, do pacto de classes que animava a economia e a política brasileira há pouco mais de uma década. Os interesses privatistas da elite parlamentar eleita em 2014, seja com o discurso empresarial ou de combate à corrupção, enunciaram o desfecho que viria a ter o governo Dilma.

Os desdobramentos do compromisso com o caráter técnico das decisões políticas no governo Dilma, com vistas ao incentivo da atividade produtiva, limaram o apoio político herdado da “aliança vencedora” do segundo governo Lula, fazendo com que a reeleição de Dilma em 2014 estivesse sedimentada em uma “aliança progressista” constituída por trabalhadores organizados e pelas classes populares não organizadas. A intensificação da oposição entre a candidatura do PT e do PSDB, esta última levada a cabo por Aécio Neves, agrava a polarização política e incrementa a manipulação em torno da opinião pública.

Em seu segundo governo, a limitada base de apoio e a oposição midiática em torno do Partido dos Trabalhadores contribuíram para o isolamento político de Dilma e a barragem quase unívoca das proposições do governo. Nesse contexto, "cada concessão foi recebida com resistência passiva da esquerda, cada vez mais descontente, e com a oposição cada vez mais intensa de uma direita excitada" (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 186). A paralisia econômica e os sinais de desestabilização contribuíram para as dificuldades fiscais e conformaram o escopo de ataque ao governo, que desde a eleição enfrentava contendas judiciais em torno do resultado do pleito, as quais buscaram deslegitimá-lo e cassar a chapa eleita.

O conjunto das iniciativas políticas e culturais que vieram a compor o caldo ideopolítico que conformou o Golpe de Estado jurídico-político tem patente conteúdo modernizador,

colocando como falido e carente de um completo transplante o gigante que recém acordara em 2013. Colocado em coma induzido, o poder popular encontrou suas condições materiais limitadas ao renunciar à violência e retroceder em sua força questionadora para se limitar à atuação institucional.

Se o questionamento se mostrou poderoso, a captura de suas pautas e da dinâmica de seu funcionamento representou a capacidade de envolvimento dos discursos modernizadores, das fórmulas e seus indicadores. A pauta inicial em torno do transporte (“não é só por R\$0,20”) evanesceu em cálculos de um progressivo processo de diminuição dos custos de transporte (que favoreceu os cartéis dos transportes) e a pauta em torno da corrupção fortaleceu as instâncias que atacariam os investimentos produtivos fundamentais para o modelo de crescimento interno.

Sobretudo, a manutenção da estrutura central de exploração comercial do país — que se concentra em torno do agronegócio e da mineração — promoveu o fortalecimento de setores que haviam se beneficiado das medidas econômicas heterodoxas e acirrou a oposição do capital internacional e dos setores da classe média que se viam prejudicados pela compressão entre os mais ricos e os mais pobres.

Não obstante, aventamos que a gestão dos megaeventos produziu um alinhamento de interesses a partir da colaboração internacional em termos de urbanização e forças de segurança. Esse movimento articulou a Lei de Segurança Nacional e instaurou um regime especial para lidar com as “ameaças terroristas” dos eventos. A motivação circunstancial dos megaeventos, a profissionalização das forças de segurança e a alteração da prioridade de sua participação na sociedade nacional foram se transformando e fortalecendo as linhas gerais do que se convencionou chamar de necropolítica. A violência de Estado novamente interpenetra diretamente no campo político para servir de instrumento de perseguição aos movimentos sociais organizados e de contenção do protesto popular, o que nunca deixou de acontecer nas periferias, em especial na violência direcionada à população negra.

A mesma colaboração internacional, só que no âmbito jurídico, esteve inter-relacionada à pauta política e, sedimentada nas respostas aos protestos populares de 2013, deu início a um dos episódios que em muito contribuiria para a degradação das condições da produção industrial nacional e interferiria nos pleitos eleitorais seguintes. A Operação Lava Jato, que utilizando as próprias técnicas de execução do “combate à corrupção”, colocou na mídia e no debate público uma das formas de funcionamento do Estado apropriado pelas elites. Instituições do Judiciário, a Procuradoria Geral da República e a Polícia Federal articularam, sob a influência da burguesia internacionalizada e a da classe média nacional, uma ampla ofensiva ao Partido dos

Trabalhadores e, contando com os dissidentes da burguesia nacional, promoveram uma campanha jurídica de intervenção social disfarçada de combate à corrupção.

Com caráter altamente seletivo, as medidas também foram marcadas pela perseguição política e pela sublevação da ordem jurídica. Nos moldes da Operação Mãos Limpas italiana, manipulou informações e distendeu os privilégios judiciários no intento de construir junto à opinião pública um consenso antiPT. Saad Filho e Morais (2018, p. 231) destacam que a Operação Lava Jato “foi sintomática de uma distorção do sistema judicial brasileiro, pela qual as garantias constitucionais de independência do judiciário contribuíram para o surgimento de investigadores que reivindicavam o direito e o poder de ‘limpar’ o sistema político”. Em síntese, esse movimento das classes privilegiadas contribuiu para o desmonte de setores econômicos e afetou gravemente a institucionalidade.

Com a eleição de 2014, a nova constituição dos blocos de poder em torno das câmaras legislativas expressa, na estrutura política, os compromissos políticos possíveis assumidos pelas classes sociais. O discurso anticorrupção e as novas formas de utilização do discurso tecnocrático contribuíram para que, em uma sociedade marcadamente desigual e injusta, as forças sociais populares não pudessem manter a representatividade nas decisões políticas. Se antes a língua e a alfabetização eram elementos de dominação, atualmente os números e a extensa burocracia analfabetizam e subalternizam lideranças políticas e comunitárias de fundamental relevância para construção de qualquer alternativa política que se pretenda democrática e revolucionária.

A tecnificação e a burocratização para a incidência política no Estado e a estrutura parlamentar necessária à articulação dos interesses por meio das regras de tramitação funcionalizam setores especializados na oferta desse “serviço”. Esse movimento, no âmbito do Estado, esteve presente de forma similar desde as reformas pós-constituintes e durante os governos neoliberais da década de 1990 na qual prevalece o formalismo. Não é sem razão que o presidente da Câmara à época do *impeachment* era conhecido por seu exímio conhecimento do regimento interno da casa, manipulando as prioridades de votação e os regimes de tramitação, de forma a articular uma série de interesses em troca de apoio político para o Golpe.

A crise econômica e fiscal indicou o fim do ciclo expansivo do desenvolvimentismo imperante na década anterior e intensificou a dinâmica de degradação da coesão política, já iniciado no primeiro mandato de Dilma. O aceno neoliberal não garantiu o apoio político do setor financeiro e “seus maiores representantes se afastaram conforme ficou claro que Levy não conseguiria restaurar a hegemonia neoliberal por não contar com o apoio do PT, da esquerda

do Congresso, da presidenta da República nem dos aliados próximos ao governo” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 235).

Especialmente após o acordo que colocou Joaquim Levy à frente do ministério da economia, a política econômica manteve sua direção em torno do mercado internacional, redimensionando a gestão dos índices econômicos e os investimentos públicos. Sob forte pressão da elite econômica e da opinião pública, o segundo governo Dilma foi apunhalado por sua base de apoio, colocando novamente o PMDB na presidência, na figura de Michel Temer.

O consenso de exceção formado em torno do *impeachment* alçou propostas polêmicas à ordem do dia num contexto de instabilidade e medo. As mais diversas formas de perseguição política foram mobilizadas em torno das forças progressistas minoritárias e permitiram a criação de um consenso novamente fundamentado na modernização e, também, no consenso de esgotamento produzido em torno dos direitos trabalhistas e seu “peso” para a economia e para o Estado.

As reformas propostas no governo Temer foram recheadas de estimativas aterrorizantes para o futuro do sistema previdenciário e para as contas públicas em geral. O cenário catastrófico, imposto à administração anterior, inspirava medidas drásticas para o enfrentamento da crise. A reforma trabalhista e a regressão que se instaurou com a “PEC do fim do mundo” (aprovada como Lei do Teto de Gastos) e sua influência para os serviços e investimentos públicos paralisaram diversos setores e vêm impondo perdas de salário real pela operação da inflação.

As consequências políticas operadas pelos requerimentos capitalistas de “modernização” apontam para o fato de que a crise de 2008 não significou apenas a crise das hipotecas, mas representou o movimento concreto de redefinições no processo de trabalho que são impostas pela especialização e incremento das forças produtivas. Isso significa que, internacionalmente, em termos do Modo de Produção Capitalista mundializado e sem resistências, a prática política das classes envereda pela recomposição das taxas de lucro e realização das contrarreformas capazes de atender aos requerimentos do capital financeiro.

Internamente, a valorização do preço das *commodities* e do aumento da demanda internacional, especialmente por produtos agrícolas e minério de ferro, que favoreceu economicamente as elites tradicionais, demonstrou a permanência de sua imprescindibilidade em termos de equilíbrio macroeconômico.

No campo das lutas sociais permanece a sina insurrecional e fragmentária que anima as forças sociais, na maioria das vezes atuando de forma episódica na estrutura política. Quando

nos referimos à sina, é importante destacar que não está relacionada com qualquer predestinação ou caminho pré-estabelecido, mas com a insígnia da forma de dominação de classe que ignora as forças sociais circundantes ou captura seus interesses para determinar a forma de apropriação das transformações produtivas e suas vantagens.

A forja histórica do trabalho na sociedade brasileira e sua reprodução como instância dependente do capitalismo central novamente denota o caráter modernizante das reformas no direito do trabalho e da precarização estrutural que dinamiza o emprego da força de trabalho. A modernização perversa é produto, portanto, das adequações tardias que são operadas na administração das forças produtivas em razão dos intercâmbios mundializados no movimento de modernização reflexa. Também episodicamente a interação moderno-arcaico desponta produtos avançados, mas que são logo incorporados no espectro monopolista do capital internacional.

O rearranjo de forças operado para realização do golpe jurídico-parlamentar no governo de Dilma Rousseff desnudou a governabilidade mediante conciliação de classes num contexto de retração econômica, impondo as pautas regressivas da classe dominante, especialmente, no âmbito econômico, das suas frações ligadas à exploração da terra.

Assim que o oportunismo e a manipulação midiática (num processo complexo e conjunto) se alçaram ao poder com uma pauta regressiva para os já limitados avanços republicanos, de exploração da terra mediante flexibilização da legislação ambiental e áreas de proteção, bem como com um puritanismo revestido de falso-moralismo como plataforma para o âmbito comportamental. O envolvimento direto desse grupo ascendente com essas atividades igualmente favorece seu poder econômico e a utilização do aparelhamento das estruturas de Estado em seu favor.

Também a sina do garimpo permanece vigorosa na operação de busca pela exploração natural como atividade de domínio da natureza e “civilização” dos povos originários ou povos tradicionais, que têm seus territórios constantemente atacados e que frequentemente são vitimados com crueldade nos conflitos pela terra. Esse movimento, que se assemelha às Bandeiras e a ação dos bandeirantes, expande os limites da fronteira agrícola e desflora áreas de preservação com fins que vão desde a produção agrícola para o mercado internacional e exploração mineral até a especulação imobiliária.

O dinamismo econômico e, por conseguinte, da luta de classes coloca sob novas determinações à práxis social de seus sujeitos, acirrando os conflitos e lutas, os quais se apresentam com novas determinações em nível local, regional e nacional. O assassinato de

Marielle Franco manifesta a culminância de um processo sistemático e histórico de perseguição e eliminação das forças populares da estrutura política, o que reforça a aplicação sistemática do recurso autoritário na consecução do controle social e na operação pelo alto das transformações econômicas.

A já mencionada profissionalização das forças de segurança incrementa os conflitos sociais que desde 2013 demonstram a crise de hegemonia que se instala no cenário político. No documento “Uma Ponte para o Futuro” (FUG, 2015) ficou estabelecido o modelo de sociedade a ser perquirido pela elite econômica. Industriais e financistas conquistaram com o golpe seus interesses em torno da diminuição do custo da força de trabalho. Mesmo assim, a instabilidade ainda perdurou e os pitorescos fatos que contribuíram para o sucesso do oportunismo novamente motivaram o reestabelecimento dos pactos políticos em torno das elites.

O governo Temer “se enveredou na implacável imposição de uma estratégia de acumulação baseada em uma variante internacionalizada e altamente excludente do neoliberalismo” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 237-238). As pautas de resistência do governo anterior foram logo levadas a cabo girando em torno: da mudança nos contratos de exploração do petróleo (especialmente do pré-sal) para caracterizar a abertura às transnacionais e minar a atuação da Petrobrás; da reversão das medidas que incentivavam a produção nacional de componentes fornecidos às empresas estatais; do congelamento do orçamento fiscal; das reformas da previdência; e da reforma trabalhista.

O impopular Temer não pôde realizar a transição eleitoral emplacando um candidato ou candidata diretamente ligado/a ao seu espectro político, o chamado centrão, motivo pelo qual as eleições em 2018 foram polarizadas em torno das candidaturas de Fernando Haddad, do PT, e do candidato da extrema direita. Sob circunstâncias peculiares, que envolveram a falta de debate e a manipulação eleitoral mediada por grupos comunicacionais, a extrema direita venceu o pleito eleitoral num contexto de elevação das contradições do capitalismo e de incremento dos conflitos imperialistas. As formas de recomposição de hegemonia e a interferência externa nos processos decisórios marcadamente têm alterado a forma política e minado as bases do pífio pacto social construído em torno da Constituição de 1988.

Saque e espoliação por parte dos grupos novamente ascendentes, ou seja, os setores militares médios, que sem efetivo poder político, abrem mão de efetivamente controlar o executivo para se utilizarem de suas estruturas para operar um projeto corporativo de degradação ambiental e social, garimpando e violando as terras e as gentes. É notório que ao projeto efetivado com o Golpe de 2016 sobrevenha uma tradição política de desmonte das

conquistas sociais, a qual se constitui nos marcos do neoliberalismo que impregna as estruturas de Estado, ou seja, que privatiza e gere a política econômica de forma a favorecer o mercado financeiro.

Como essas tendências encontram-se implícitas aos movimentos de reestruturação produtiva e alteração das forças produtivas, retomaremos o debate acerca da forma política e ideológica de espraiamento da incorporação tecnológica e suas influências para o trabalho, recuperando desde os fundamentos da teoria da alienação às implicações das transformações no trabalho. Da mesma forma, a nova composição sociotécnica do trabalho afeta a capacidade organizativa da classe trabalhadora e reforça as estruturas monopolistas centralizadas e concentradas. A degradação das condições de existência no âmbito do capitalismo tardio aponta para um cenário de desertificação da política e de incremento do autoritarismo, mesmo nos países centrais, fazendo avizinhar uma nova onda de conflitos internos e interimperialistas que, em sua oposição, tornam urgentes novas organizações e projetos societários que ultrapassem a sociabilidade capitalista e suas limitações intrínsecas.

4 ESTADO E O TRANSPORTE REMUNERADO INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS: MODERNIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E SUA “REGULAMENTAÇÃO”

A partir da concretude do real e da aproximação aos aspectos mais fundamentais do objeto, buscaremos evidenciar os processos que concorreram para influenciar a regulamentação do transporte individual de passageiros no Brasil como elemento das tendências mais gerais do trabalho social. Nesse sentido, trazemos à tona o debate acerca do incremento tecnológico como elemento de transformação das forças produtivas e as consequências políticas advindas desse movimento.

Considerando o resgate do processo específico da regulamentação do trabalho plataformizado no setor de transportes, identificamos tendências econômicas e sociais que apresentam legalidades locais influenciadas pela forma social de realização da incorporação de novas tecnologias, que são colocadas em marcha a partir das necessidades expansionistas da atividade econômica capitalista. As respostas à crise capitalista apontam para a constituição de novas mediações entre produção e mercado, as quais se mostram mais imbricadas pela mediação do mundo virtual e sua calculabilidade.

Reconhecendo as consequências desse movimento, intentamos caracterizar os aspectos que consideramos fundamentais, buscando nas respostas sociais as tendências que se sedimentam. Como vimos indicando, a ampliação da dimensão simbólica e cultural contribui para o recuo das pautas tradicionais no cerne da estrutura trabalhista de cariz fordista-keynesiano, fator fundamental da gestão política de intervenção sobre as inovações tecnológicas e o redimensionamento da produção.

A reestruturação produtiva de cunho informacional contém a necessidade de uma nova cultura, a qual incorpora manipulativamente diversos elementos contraditórios, mas que aponta para a necessidade constante de modernização mediante intensificação do incremento tecnológico. Nessa seara, buscamos reconhecer a forma particular de incorporação dessas transformações na regulação do mundo do trabalho no Brasil, o que acontece num momento de crise econômica e política, na qual a construção do consenso contou, como buscamos evidenciar, com ações no sentido de convencer e influenciar os processos decisórios no sentido da “modernização” e da regulamentação frouxa.

É a partir da análise documental que identificamos, no plano discursivo, a forma da prática política no sentido da produção do consenso sobre o tema. Salientamos que são respostas

às necessidades e às estratégias mais amplas de gestão da força de trabalho, considerando as determinações da produção capitalista contemporânea, que não podem prescindir da gestão simbólica da transformação em curso.

4.1 TRABALHO E IDEOLOGIA NO CONTEXTO DA REGULAMENTAÇÃO DO TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS

A mercantilização do conhecimento e sua utilização nos processos produtivos manifestam a predominância de uma instrumentalidade manipulatória probabilística, realizando-se como ato de trabalho especificamente localizado na divisão social do trabalho. Corresponde à atividade de planejamento centralizada que, por sua vez, exprime o ápice do processo de apropriação do trabalho intelectual e controle do trabalho manual. Como exigência da práxis social no desenvolvimento das relações sociais tipicamente capitalistas, o trabalho é fracionado e instrumentalizado, redimensionando os aspectos da especialização, fazendo com que, por um lado, a simplificação do processo de trabalho diminua as necessidades de especialização — o que agrava as contradições distributivas na produção capitalista — e que, por outro, a especialização concentre a direção da atividade produtiva.

Na esteira dos processos de concentração e centralização do capital, típicos de sua fase imperialista (LÊNIN, 2021), verifica-se, como nos alerta Mészáros (2002)⁸³, uma tendência à equalização da taxa de exploração, denunciando as consequências da mundialização sob o capitalismo monopolista. Nesse sentido, os oligopólios assumem a função planificadora que,

⁸³ Mészáros (2002), ao tratar da ativação dos limites absolutos do capital e sua potência destrutiva em direção à barbárie, alerta que ao realizar o enfrentamento das tendências econômicas do sistema capitalista (desemprego, monopólio, concentração, degradação da natureza, etc.), as medidas contratendências afetam sobremaneira o processo de trabalho e realiza a precarização estrutural do trabalho pela imposição de maior disciplina do trabalho e maior eficiência, o que “acaba resultando de fato na redução dos níveis salariais, na crescente precarização da força de trabalho até nos países capitalistas avançados e no aumento generalizado do desemprego” (MÉSZÁROS, 2002, p. 225). Consequentemente, considera que “a estratégia fortemente idealizada da ‘globalização’ - que não passa de mais um nome para o reforço reiterado das relações iníquas de poder socioeconômico entre os países avançados e os subdesenvolvidos, ou ‘Terceiro Mundo’ do sistema global do capital - agrava o problema do desemprego, também nos países ‘metropolitanos’ ou ‘centrais’, acelerando a mencionada tendência à *uniformização do índice diferencial da exploração*” (MÉSZÁROS, 2002, p. 225). Mais adiante o autor trata da redução do tempo de trabalho socialmente necessário, indicando a produção cada vez maior de uma força de trabalho supérflua e assevera que na seara do expansionismo capitalista (próprio da necessidade histórica de seu sociometabolismo) “a tendência à equalização da taxa diferencial de exploração deverá afetar todos os ramos da indústria em todos os países, inclusive os que estão no topo da hierarquia internacional” (MÉSZÁROS, 2002, p. 340). Entretanto, destaca que se essa tendência não se realiza em fluxo, é porque “a dominação neocolonial da maior parte do mundo por um punhado de países pode adiar o desenvolvimento completo dessa tendência objetiva do sistema nos países privilegiados (e mesmo assim de forma desigual), mas não pode amortecer indefinidamente, e muito menos anular completamente, o seu impacto” (MÉSZÁROS, 2002, p. 340).

por exemplo, era determinada diretamente pelo Estado nos países socialistas. Na atualidade o Estado continua a ser peça estrutural da reprodução social e manutenção das condições externas da produção capitalista, mas o faz subordinadamente aos interesses econômicos emanados do mercado e permeabilizados na ossatura material do Estado por meio de uma série de mecanismos institucionais, comumente baseados em dados, avaliações de risco, auditorias, entre tantos outros instrumentos. O mercado vai em direção ao Estado para favorecer a atividade econômica do capital monopolista, destacadamente as corporações transnacionais — mas com definida base territorial nacional, como adverte Mészáros (2002) —, capazes de influenciar por meio do *lobby* e da chantagem uma série de decisões políticas fundamentais em termos de política econômica. Esse movimento, quando levado em consideração o desenvolvimento empresarial do complexo virtual, atinge níveis extremos de concentração e de baixa participação e de incidência política de diferentes extratos de usuários e da população em geral. As chamadas *Big Techs*, ou grandes empresas de tecnologia, apenas recentemente têm sido objeto de regulação por parte do Estado com o avanço das legislações sobre proteção de dados e similares. Não obstante, sua estrutura organizacional é pouco permeável e democrática, obstando o sentido coletivo de muitos de seus serviços⁸⁴ e se diferenciando da proletarianização típica da grande indústria na qual se forja o conflito capital x trabalho, implicando em novas determinações para o tema da consciência de classe.

A virtualização projetada pelos processos de conexão via internet, redes sociais, plataformas de trabalho, entre tantos outros espaços eletronicamente criados e que atualmente se expandem através da infraestrutura da rede 5G (conectando as infraestruturas à rede), fomenta também uma nova participação do trabalhador na produção social, ampliando o escopo das teleologias de segunda ordem e intensificando a dinâmica cultural e ideológica que processa a informação. Algoritmos, perfis de consumo, interesses, mobilização política, entre outros inúmeros fatores servem como indicadores para processar os conteúdos e práticas do espaço virtual e também contribuem para a intensificação do escopo do mercado, à medida que o desenvolvimento do mundo virtualizado é orientado pelos investimentos do mercado financeiro e pela rentabilidade da aplicação do capital.

⁸⁴ Por exemplo, a *Alphabet*, que é a controladora dos serviços oferecidos pela *Google*, tem uma participação de 92,19% do mercado de serviços para mecanismos de busca e anúncios em plataformas digitais em 2019, sendo que este último nicho de serviços corresponde a 69% de seu faturamento. Outras *Big Techs* como *Amazon*, *Facebook* e *Apple* concentram grandes fatias de seus mercados e vêm incorporando uma série de companhias menores, aumentando a centralização e controle no âmbito do mercado de tecnologia. (PICKERT, 2021).

Na esteira dessa processualidade, a apropriação do tempo livre e a realização do trabalho não pago é consequência da fusão temporal e espacial da sociabilidade com a produção capitalista mediada pelo espaço virtual, erigido sem contrapontos nos marcos da hegemonia neoliberal. Ideologicamente, as formas de convencimento e envolvimento consentido desqualificam o tempo livre e a fruição da vida em qualquer outro sentido que não seja o produtivo e mercadológico, ou até mesmo a fruição é capitalizada como experiência para o capital humano, favorecendo a participação na sociedade competitiva e aproveitando nichos da recuperação de ideias e práticas tradicionais como estratégia para enfrentar as consequências do trabalho precarizado⁸⁵.

O cômputo populacional e a organização estatística da produção, características do capitalismo de multidão, levam a reboque o processo político e as necessidades mais elementares das classes populares, fazendo emergir reacionarismos típicos do imperialismo no plano internacional, consequência do desenvolvimento e da criação de novas contradições na produção interdependente competitiva. A desertificação da política e o racionalismo agnóstico probabilístico colaboram para o ocultamento dos nexos sociais dos conflitos distributivos e das consequências do avanço tecnológico sobre as bases da exploração capitalista do trabalho.

Nesse cenário, o que buscaremos tratar a seguir não se refere especificamente à regulamentação do trabalho por demanda no setor de transportes, considerada a perspectiva dos motoristas, mas sim à regulamentação de um serviço que justamente objetivava ratificar a inexistência de vínculo empregatício no qual incidissem as formas mais ou menos consolidadas de regulamentação do trabalho. A naturalização dos processos de precarização sob a insígnia da modernização e da competitividade do mercado de trabalho aponta para a constituição de uma cultura de trabalho precarizado que evanesce os resultados da desespecialização e das pressões rentistas do capital financeiro, e faz operar a acumulação capitalista. Assim, buscamos contribuir para a compreensão do processo de constituição do consenso em torno da regulamentação frouxa desse serviço e, logo, do trabalho no setor de transportes vinculado às plataformas tecnológicas de intermediação dessa parcela da força de trabalho.

Como demonstramos na seção anterior, no Brasil esse processo guarda relação direta com o Golpe Jurídico-Político e a instauração de um novo momento da crise política que, sob uma direção fracionada, elevou o consenso que retira direitos para se adequar à crise e à nova

⁸⁵ Nesse sentido, podemos citar as práticas de meditação, *mindfulness* e outras vertentes de práticas tradicionais trazidas para o meio corporativo como práticas para aumentar a performance e oferecer estratégias para enfrentar as consequências de um mercado de trabalho cada vez mais estressante e promotor de agravos em saúde, especialmente em saúde mental.

etapa da reestruturação produtiva, o que espalha as determinações do processo de valorização para o processo de trabalho no capitalismo a novas camadas da vida (linguagem, etc. ou em nível ontológico-biológico, até à sexualidade). Como consequência, o processo otimizado precário resulta em mercadorias padronizadas sem sentido para o trabalhador, no que se refere a alienação, o que é resultado da descartabilidade intrínseca à intensificação da circulação⁸⁶. As tendências regressivas da produção capitalista buscaram, dessa forma, expandir suas contradições para novos elementos do processo de trabalho, alterando a estrutura ocupacional e, conseqüentemente, social. Mas isso não é novo, considerados os efeitos, já anteriormente citados, de outras inovações tecnológicas e organizacionais que, ao fim, explicitam o movimento de controle e dominação da natureza e o conseqüente distanciamento desta em termos de práxis social.

A estrutura de classes também é afetada e, em países como o Brasil, produz novos arranjos políticos que “alteram” e articulam contraditoriamente a conformação do bloco no poder, tendo em vista a centralidade do Estado na manutenção da ordem e direção dos conflitos sociais, bem como a dependência estrutural do mercado internacional. As novas requisições produzem movimentos políticos que objetivam a sedimentação de novas hegemonias e o reagrupamento do sistema partidário e do controle da ossatura material do Estado em torno da administração da crise.

No cotidiano, a produção de sentidos ganha novos espaços virtuais e até cósmicos, complexificando as estruturas ideológicas mediadoras no sentido da produção do consenso. Lembremos, por exemplo, dos conflitos inerentes à implantação do fordismo, quando ainda não se incorporara à prática social a disciplina do trabalho fabril. A alta rotatividade, a indisciplina e a tendência centrípeta vão em direção à liberdade, visto que esta não pode ser experimentada em um processo de trabalho dominador. Não obstante, a tarefa de Ulisses, como metáfora moralizadora e mobilizadora do sacrifício e da resignação como requisito do cumprimento da tarefa, conforma a totalidade dos sistemas de pensamentos (GOLDMANN, 1969) mobilizados para o convencimento e envolvimento do trabalhador, o que favorece a constituição das ideologias e o estabelecimento, por meio do conflito, do valor do trabalho social médio, que

⁸⁶ Mészáros (2002) trata essa tendência como “taxa de utilização decrescente no capitalismo”, o que está relacionado à obsolescência programada e ao aumento do desperdício, tornando questionável o aumento dos níveis de eficiência que não estão relacionados ao valor de uso, mas à sua capacidade de acelerar a acumulação capitalista em razão das necessidades expansionistas.

será expresso em um salário regular e condições de trabalho com limite de horas e outros aspectos de sua realização, sempre em disputa.

Atualmente as formas ideológicas perpassam as questões do empreendedorismo, da inovação e do individualismo como motes de autopromoção no mercado. O conteúdo do léxico da transformação produtiva aponta na direção da desregulamentação e as novas necessidades flexíveis interpõem a necessidade de autonomização dos agentes econômicos, inclusive do trabalhador, que experienciam o retorno de formas pretéritas de trabalho na condição de trabalhador por conta própria e também do trabalho por peça.

As requisições sensíveis e ideológicas do trabalho, ou a ideologia defensiva inescapável tecida na estrutura de classes, mantêm e renovam suas formas nos setores tradicionais e avançam sobre novas bases nos setores “avançados”, estendendo-se pela especialização, pela automação e encampam setores que vão desde a mineração até as pesquisas dos residentes da Estação Espacial Internacional. A nova fronteira espacial desempenha papel fundamental na constituição das ideologias e da cultura organizacional em torno da inovação e da disrupção, tensionando as estruturas desigual e combinadamente articuladas no processo de valorização e a ele sujeitas.

Especialmente na produção, a legalidade do material concreto é tecnicizada no tecido social, especialmente com a mudança de paradigma produzida pela relatividade e as novas descobertas da física, processo que atualmente é muito mais difundido pela imprensa, considerada a possibilidade de acompanhar quase que simultaneamente o solo marciano⁸⁷, o que incrementa os modelos probabilísticos que articulam o campo de possibilidades também pela previsibilidade (elemento central da *lean production* e da articulação da demanda como estratégia para a superação dos problemas de superprodução e sobreacumulação). Queremos destacar aqui o campo econômico que ocupa a ponteira do desenvolvimento tecnológico, ocupando a atividade econômica na qual pesquisa e desenvolvimento, bem como conhecimento altamente especializado, são necessários para o desenvolvimento de ferramentas capazes de operar a “conquista do espaço”.

Essa antecipação probabilística tem diversos contornos, mas um deles, motivador ideológico sensível, é a sua função protetora e defensiva. Ameaças como asteroides, por exemplo, intensificam as requisições das transições e avanços no processo de trabalho, já outras, como os cálculos das taxas de aquecimento da superfície do planeta, denunciam as

⁸⁷ Nos referimos à Missão Mars 2020, na qual o *Rover Perseverance* e o equipamento chamado *Ingenuity* (um pequeno helicóptero) exploram o solo marciano desde seu pouso em fevereiro de 2021.

consequências dessa intensificação, antevendo, de qualquer maneira, uma catástrofe. Os diferentes modelos probabilísticos utilizados no cálculo das trajetórias dos objetos espaciais ou as medidas que indicam as variações de temperatura, além de inúmeros outros elementos atmosféricos, têm consequências para as formas de desenvolvimento do processo de trabalho, afastando o núcleo decisório das populações afetadas, antecipando, na verdade, a devastação catastrófica. O incremento tecnológico apresenta, portanto, uma legalidade concorrencial expansionista que se envereda tanto pela promoção da corrida espacial quanto pela economia de guerra, incrementando, neste último polo, a destruição produtiva.

Quando essa estrutura gnosiológica de perseguição das categorias e desvelamento da realidade específica das ciências naturais é incorporada à leitura da realidade social e também metamorfoseada ideal e culturalmente no campo de possibilidades e necessidades socialmente constituídas, sem o reconhecimento da especificidade do social presente, acaba por interferir no processo político e na justificação ideológica dos movimentos de precarização. A matematização da vida ocupa lugar destacado na manutenção sistêmica das tendências e contratendências da produção capitalista e no ocultamento das problemáticas reais do conflito social, incrementando as distensões das matrizes espacial e temporal operadas por meio das instituições sociais, em especial, o Estado. Como indicativo desse processo, Coutinho (2010, p. 209) ratifica que “a identificação entre a matemática e ciência em geral, inclusive a ciência da história, é bastante sintomática. A matemática é uma variante — altamente complexa — da lógica formal, ou seja, é um conjunto de axiomas puramente formais, tautológicos”.

Nesse sentido, buscaremos abordar as consequências desse movimento geral para a especificidade do trabalho por demanda no setor de transportes e, mais especificamente, o transporte remunerado individual de passageiros, mas por ora nos concentramos na razão ideopolítica que caracteriza seu reconhecimento e sua forma de construção do consenso, caracterizando também as alterações na atividade e a forma financeira que organiza sua atividade. A produção do consenso pela regularização do trabalho individual de passageiros revela sua inter-relação com as tendências de virtualização do trabalho e precarização estrutural das formas de sua realização, passando pela remuneração, pela intensificação do trabalho e com consequências sociais nefastas para a sociabilidade.

4.1.1 Tendências da “modernização trabalhista” e virtualização do trabalho: produção do consenso.

No sentido de identificar os elementos fundamentais que se articularam no âmbito da linguagem — expressa em texto —, bem como de que forma essa dimensão se articula ao processo legislativo (político) e ao contexto socioeconômico, trataremos do processo de regulamentação do Transporte Remunerado Individual de Passageiros (TRIP) e o conseqüente não reconhecimento da relação de trabalho subordinada e passível da aplicação do cabedal típico da legislação trabalhista. Nesse sentido, buscaremos dialogar acerca da relevância metodológica de tal investigação, bem como demonstrar sua importância para o reconhecimento dos meandros da formação do consenso em torno da instituição do trabalho por demanda no setor de transportes com aval do Estado.

Coutinho (2010, p. 89) assevera que “a função social da linguagem requer a resolução de um problema concreto: o da relação entre o significado em formação (o ‘algo’ que decorre da realidade do trabalho socializado) e sua forma material exterior (imagem acústica, gesto, etc.)”. A busca pelas conexões e formas de interação dessas dimensões se materializa na prática social e sedimenta-se na história, permitindo o mapeamento e recuperação de seus elementos constituintes. Trata-se sempre de uma aproximação em direção ao real, de forma que se possam apontar os elementos dinâmicos da realização dos processos sociais e, em última instância, das transformações produtivas e da luta de classes.

As dificuldades metodológicas que apontam para as tendências estruturalizantes e/ou idealizantes denotam as dificuldades investigativas no sentido de coadunar perspectivas totalizantes com a análise de um processo particular, sem que ele seja analisado sob a ótica fenomenológica da racionalidade do idealismo objetivo, ou ainda, valorado nos termos do idealismo subjetivo. Logo, reconhecemos que os elementos em análise apresentam legalidades convergentes estruturais (desenvolvimento das forças produtivas, incremento tecnológico, acumulação capitalista, entre outros) e aspectos circunstanciais relacionados, mas tendencialmente não unívocas, observada sua legalidade específica e responsiva (processo político, regulamentação, produção legislativa, conflitos particulares entre as frações de classe).

Coutinho também (2010, p. 131) adverte que “a noção formalista da totalidade, a das ‘linguagens’, é usada contra a categoria dialética da totalidade concreta real” e indica ainda que, com isso,

inverte-se a relação causal entre base e superestrutura: em vez de base e superestrutura constituírem um "bloco" no interior do qual a primeira ocupa uma função primordial no plano causal, afirma-se que a base — a realidade — é um simples material utilizado (ou manipulado) pelas ideologias.

Logo, ratificamos que a produção teórica e política sobre a qual nos debruçamos como análise documental é produto dos conflitos materiais das disputas de classes e constituinte do

processo político no Brasil, o que envolve a prática histórica e social de seus agentes: os agentes econômicos dominantes, os agentes políticos institucionalizados, a ciência acadêmica, os trabalhadores do setor e a opinião pública como síntese dos posicionamentos das frações de classe que tensionam as decisões acerca dos conflitos.

Coutinho (2010) pressupõe, pois, uma autenticidade na realização dos processos sociais imanentes, escanteando o trabalho colocado em marcha para a perpetuação e conservação dos elementos ideopolíticos e, logo, subjetivos de realização das formas de dominação social. Não obstante, também é certo que os produtos do trabalho politicamente orientado no sentido de mediar os conflitos e orientar o comportamento e a ação não se realizam com uma legalidade própria, mas apresentam o que são, orientações, ou seja, formas de influenciar e manipular os elementos em direção à finalidade social previamente estipulada. Quando previamente estipulada, modelos prévios de articulação dos elementos ideoculturais podem colaborar para fortalecer formas sociais de trabalho que apoiam as estruturas produtivas no sentido da conservação das relações sociais de classe.

Se destacamos esses elementos, não se trata de condicioná-los como constituintes naturais ou sistemáticos da existência do objeto real, mas de reconhecê-los como elementos de suporte à produção do consenso com vistas à transformação da produção. A prática política e as legalidades e categorias típicas da práxis apontam para um incremento da atividade manipulatória, derivadas das próprias tendências da apreensão estruturalista e racionalista dos processos sociais nos quais a identidade entre sujeito e objeto toma o gnosiológico apreendido fenomenologicamente como o real e que retroage como modelo de práxis nos processos reprodutivos. Assim, cumpre-nos considerar que os elementos materiais e reprodutivos se encontram imbricados dialeticamente, produzindo movimentos e tensões no contexto da produção e da luta de classes, que cada vez mais incorpora elementos reprodutivos, especialmente em um setor de serviços ampliadamente mercadorizado, sendo que esta forma também adentra o campo político.

No Estado, o desenvolvimento da prática política tende a incorporar a racionalidade instrumental e neopositivista nos processos decisórios, antevendo e projetando consequências. Se não são necessariamente reais, apoiam-se nos elementos do real que contêm as tendências específicas da produção capitalista no contexto da luta de classes. Assim, o reconhecimento das formas de articulação política e seus nexos justificativos promotores do consenso apresentam a potencialidade de indicar como se processa a tecnificação das decisões e os limites do campo

político, observada a composição de elementos que, em síntese, se assentam na força de dominação circunscrita ao Estado e suas formas ideais.

A partir de uma análise gestada sobre as bases da economia política, reafirmamos a centralidade do capital como poder cêntrico mobilizante das forças produtivas e, logo, dos sujeitos sociais. Como destaca Coutinho (2010), “o capital não é apenas uma análise positiva da realidade econômica capitalista, mas também o fundamento de uma ontologia materialista e dialética do ser social, a base de uma teoria filosófica capaz de indicar as categorias mais universais da realidade”. Desta maneira, é preciso igualmente recomendar a não positivação dos resultados da análise, visto que as tendências encontradas carecem de enfrentamentos e que o objetivo das formulações é o de justamente contribuir para o conhecimento de seus elementos e agregar elementos analíticos às estratégias de lutas dos chamados “trabalhadores sem direitos”.

Porquanto, a descrição fenomenológica nos parece constitutiva da forma de realização, não para afirmá-la como limite último da realidade, mas sim para reconhecer suas formas de operar em uma formação social na qual a alienação e o ocultamento dos processos ontológicos criam miragens e distanciam o sujeito das formas concretas de reprodução da existência. Assim, racionalizar as formas de intervenção política nos dá suporte para buscar a razão econômica de seu desenvolvimento, não para sedimentar uma forma específica de fetichização do intelecto manipulador, como assevera Coutinho (2010), mas para reconhecer as formas da práxis social no capitalismo tardio, no qual a miséria da razão mistifica as formas de produção e circulação do conhecimento.

Como estratégia de pesquisa, valemo-nos da análise documental para recuperar os elementos ideopolíticos do período que se estende desde 2014 e vai até 2018. É certo que os desdobramentos dos conflitos sociais do período guardam relação com a totalidade das determinações econômicas e sociais, sendo o recorte apenas um marco temporal referencial que não deixa de considerar as condições precedentes e ter como referência os desdobramentos ulteriores.

Dadas as condições de pesquisa, que envolveram as limitações das restrições advindas da emergência sanitária da pandemia de coronavírus, bem como limitações das condições do trabalho como pesquisador em concomitância com o trabalho profissional não diretamente relacionado, optamos pela realização de pesquisa documental com o intuito de reconstruir e analisar o processo de regulamentação do Transporte Remunerado Individual de Passageiros.

Destacamos que, conforme apontado por Sá Silva *et al.* (2009),

o uso de documentos em pesquisa é que [...] permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros.

A pesquisa documental refere-se a análise dos documentos institucionais, propagandas de recrutamento, processos legislativos, entre outros que contribuíram para o aprofundamento da problemática em questão. Trata-se de análise com a prevalência do caráter qualitativo, no qual a verificação principal se refere à construção da historicização do processo e à identificação dos processos que indicam prevalências e regularidades possíveis de serem categorizadas no movimento da totalidade social.

No que toca à análise do conteúdo documental, enveredamos pela análise de discurso como processo de pesquisa e sistematização, o qual, reconhecemos, se processa nos termos de uma leitura imanente calcada na prática social e nas condições materiais de reprodução. Nesse sentido, aventamos que os escritos institucionais e legislativos, como síntese de processos sociais e manifestos em linguagem codificada escrita, “não pode[m] apenas representar algo já dado, sendo parte de uma construção social que rompe com a ilusão de naturalidade entre os limites do lingüístico e os do extralingüístico. A linguagem não se dissocia da interação social” (ROCHA; DEUSDARÁ, 2009, p. 319).

Reconhecendo a linguagem como complexo da reprodução social, igualmente é necessário destacar que, conforme apontado por Rocha e Deusdará (2005, p. 319),

As referências teóricas mobilizadas pela Análise do Discurso não apenas alteraram o quadro de princípios conceituais e o olhar sobre o objeto, como, de alguma forma, ressituararam o lugar do pesquisador de linguística entre os demais campos do saber e entre as diversas instituições sociais.

Trata-se do exercício de sucessivas aproximações, esgotamento das leituras e possibilidades, exercendo o poder da crítica e da busca pelas mediações fundamentais dos processos sociais.

Metodologicamente, buscamos articular a inter-relação intrínseca entre os processos em curso e sua historicidade, de forma a recuperar a máxima marxiana de que a verdadeira ciência é a ciência da história. Daí a importância do resgate das categorias específicas da formação social brasileira e da compreensão da forma específica subalterna de desenvolvimento das forças produtivas realizada como modernização reflexa e, logo, das relações de classe sob o desenvolvimento capitalista periférico brasileiro tortuosamente traçado pela via hipertardia.

Para traçar um panorama do movimento de constituição do consenso, buscamos no processo de regulamentação, explicitado por meio da prática legislativa que interveio sobre os

conflitos sociais ignescentes, os fundamentos da prática das classes sociais. Nessa seara, os Projetos de Lei, as Emendas, as justificativas, entre outros instrumentos de trabalho legislativo serviram de subsídio para a reconstrução do movimento de regulamentação do TRIP, tendo como mote central o conflito entre o corporativismo dos taxistas e as reivindicações dos/as novos/as trabalhadores/as virtualizados que vinham desenvolvendo a atividade de transporte de passageiros desde a entrada da Uber no mercado nacional brasileiro.

Pelo processo legislativo verificamos que sua realização dispôs de uma série de intervenções de outras instituições, elaborando um quadro referencial contraditório sob o qual as disputas argumentativas sedimentaram estratégias políticas. Documentos elaborados pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pela Consultoria Legislativa do Senado Federal abordaram o tema da regulamentação, fazendo relação com a questão urbana, o dimensionamento dos serviços de transporte e utilizaram-se, sobretudo, de metodologias econométricas para ratificar o modelo de negócios do trabalho plataformizado.

Ao recorrermos às fontes documentais (escritas, videográficas etc.) é preciso considerar que sua produção se deu em estreita conexão com o movimento da atividade econômica, respondendo ativamente (como trabalho) às demandas formais (como processo de trabalho) e instrumentais da gestão profissional no âmbito do Estado. Partindo da determinação hegemônica tendencialmente operante no plano econômico, o estabelecimento das estruturas jurídicas e políticas que entrelaçam a produção capitalista articula-se por meio das vias parlamentares, de forma a contribuir para a formação do consenso em torno da administração dos conflitos sociais, motivo pelo qual consideramos que operam a dimensão ideológica e, logo, cultural.

Na esteira do que viemos argumentando no primeiro capítulo, destacamos as tendências do neopositivismo na constituição gnosiológica do conhecimento vinculado ao processo de trabalho, o qual abarca também a instrumentalização da política e dos aspectos relacionais envolvidos nos processos de convencimento e formação de hegemonia. Nesse sentido, coadunamo-nos com Coutinho (2010, p. 93) quando ele infere que “o progresso técnico é, em grande parte, a realização dessa tendência [de conversão da práxis em simples manipulação]; ocorre aqui não apenas uma formalização da atividade humana, mas inclusive uma transferência de certas ‘regras’ originariamente humanas para objetos inanimados”. O fetiche da mercadoria, nos termos de Marx, quando se torna uma tendência generalizada para a práxis social, faz com que ocorra “um bloqueio do contato criador do homem com o real; a manipulação impede não

apenas a apreensão rica e explicitada da objetividade, mas também a correta consciência do significado humano e social da práxis” (COUTINHO, 2010, p. 93).

Nos termos de Lukács (2011, 2013), identificamos a prevalência das tendências analíticas do positivismo lógico em nosso objeto e do formalismo jurídico como formas manipulatórias de expressão dos rumos do conflito social. Assim que, pela análise de conteúdo e do discurso, buscaremos evidenciar esses elementos.

Na esteira das tendências do desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo, em especial o incremento da virtualidade dos processos subjacentes à produção e à circulação de mercadorias, a crise de 2008 serviu como mote para o desenvolvimento das ações da chamada economia de compartilhamento — da qual trataremos em sua especificidade na próxima seção —, buscando fortalecer uma perspectiva comunitária de utilização coletiva de bens e serviços. No Brasil, esse movimento teve contornos e temporalidades específicas, ganhando notoriedade na implantação do serviço de transporte mediado pela tecnologia de *e-hailing*.

A crise econômica, que reverbera seus condicionantes com maior intensidade desde meados de 2012 no Brasil, ganha contornos políticos significativos em 2013 e se acirra com a eleição de 2014, momento no qual o serviço de transporte de passageiros mediados por aplicativos virtuais é instaurado no país. Nessa esteira, a virtualização, que se verifica no aumento significativo da modalidade de *e-commerce* e novas formas de marketing e propaganda digitais, incrementa as mediações de mercado e fomenta novas práticas sociais organicamente entrelaçadas com a produção capitalista de mercadorias.

Essa transformação produtiva coaduna com a crise e implica no redimensionamento das tensões globais da produção. Os conflitos geopolíticos do Sistema Competitivo de Estados e as formas político-militares de intervenção no sentido da garantia de hegemonia e influência colaboram, igualmente, para uma transformação das relações internacionais e das relações de classe no interior dos Estados-Nações.

No Brasil, como destacado no capítulo anterior, a crise econômica reflexa — em razão da dependência externa e suas consequências econômicas (desindustrialização) e políticas (crise de hegemonia) — produziu arranjos políticos capazes de articular as classes dominantes e setores das classes dirigentes no sentido de incorporar a dinâmica competitiva internacional e atacar as conquistas sociais que são colocadas como impeditivos para o crescimento econômico e bem-estar. Como classe dirigente, o bloco no poder que articulou o golpe jurídico-político buscou dar respostas às condições de pressão estrutural da produção, expressa na

processualidade da mobilização realizada pelos investimentos de capital em cada ciclo, feita essencialmente em razão da métrica da exploração do capital financeiro umbilicalmente dependente da atuação estatal.

O contexto de desindustrialização, desemprego e de crise econômica e política, que se somou à ofensiva ideológica, reverberou no compósito teórico e prático da execução dos objetivos políticos das classes dirigentes. Reconhecendo a íntima relação entre as estruturas de Estado e os interesses econômicos corporativos, tratamos da conformação do ascendente projeto político de consenso em torno de uma nova guinada da gestão estatal no sentido do fortalecimento das medidas restritivas em torno da proteção do trabalho e dos/as trabalhadores/as, motivo pelo qual recuperamos um documento que consideramos central na definição das estratégias políticas que se seguiram.

Rememorando um momento icônico desse movimento, aludimos às gravações de diálogo entre Sérgio Machado e Romero Jucá em 2016, no qual eles conjecturam o impedimento da então presidente Dilma Rousseff e propõem a realização de “um grande acordo nacional”, “com o supremo, com tudo” (G1, 2016). Os diálogos referiam-se às consequências da Operação Lava Jato e ao potencial que tinham de afetar outros espectros políticos, promovendo o pânico entre os grupos políticos organizados em torno da exploração da atividade estatal e apontando para uma reorganização orquestrada das forças políticas dissidentes.

Nessa seara, meses antes (outubro de 2015), o documento produzido pela Fundação Ulysses Guimarães (FUG), vinculada ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), denominado “Uma ponte para o futuro” (FUG, 2015) é lançado e se mostra representativo da forma política assumida pela gestão neoliberal tecnicizada e numericamente orientada para o sustentáculo da rentabilidade do Sistema Competitivo de Estados.

O documento indica o rompimento das forças políticas que compunham o Bloco no Poder no segundo governo Dilma, observado que Michel Temer (do MDB) era vice-presidente na chapa eleita. Apesar das concessões e dos inúmeros limites, conforme indicamos na análise do período feita na seção anterior, o documento apresenta as contradições das composições políticas e aponta para o rompimento e adoção de novas medidas.

Nos termos da inevitabilidade constatada pelos números, o documento apresenta um diagnóstico do Brasil do período e indica soluções no sentido de aumentar a competitividade brasileira e recuperar os investimentos. O mote perpassa o enfrentamento da crise e os

sacrifícios são conferidos aos trabalhadores em razão da “insustentabilidade” dos limitados direitos sociais.

No sentido de mobilizar o interlocutor, o documento faz o diagnóstico e se utiliza das seguintes elaborações para, nos moldes tacherianos, apontar a inevitabilidade tendencial do saneamento das problemáticas indicadas. Para tanto, utiliza-se de discurso fatalista e aterrorizante expresso da seguinte forma: “grave risco”; “ponto crítico”; “sua solução será muito dura”; “as projeções para o futuro são cada vez piores”; ou ainda a formulação clássica: “não há outra saída” (FUG, 2015, *passim*)⁸⁸. Não é sem razão que cada vez mais se identifica que o medo tem sido um dos principais elementos da constituição dos projetos políticos de gestão da vida social, corroborando as transformações que se elevam pelas análises da necropolítica, do Estado Policial e do crescente autoritário que busca gerenciar a crise. Isso somado às notícias falsas, que criam cenários destrutivos e ameaçadores, também colaborou para que o cenário político incrementasse seus espectros reacionários e conservadores.

No tocante ao diagnóstico da economia brasileira e da realidade política, o documento recupera a necessidade do desenvolvimento e do crescimento econômico como única alternativa à polarização política⁸⁹. Nessa esteira, menciona a necessidade da produção do consenso político para o enfrentamento da crise, denunciando a inércia política do governo Dilma à época e, em seguida, busca justificar a necessidade das transformações a serem postas em marcha por meio de um novo consenso político legislativo⁹⁰.

Baseado na leitura das estruturas da Ossatura Material do Estado o texto de “Uma ponte para o futuro” convoca o poder legislativo para a realização de um esforço no sentido de operar politicamente uma ruptura com as políticas em curso e submeter a estrutura de Estado à

⁸⁸ A famosa frase “*There is no Alternative*”, representada pela sigla TINA como política econômica de ajuste, ficou conhecida durante a década de 1980 nas falas da primeira-ministra britânica Margaret Thatcher.

⁸⁹ “Este programa destina-se a preservar a economia brasileira e tornar viável o seu desenvolvimento, devolvendo ao Estado a capacidade de executar políticas sociais que combatam efetivamente a pobreza e criem oportunidades para todos. Em busca deste horizonte nós nos propomos a buscar a união dos brasileiros de boa vontade. O país clama por pacificação, pois o aprofundamento das divisões e a disseminação do ódio e dos ressentimentos estão inviabilizando os consensos políticos sem os quais nossas crises se tornarão cada vez maiores.” (FUG, 2015, p. 2).

⁹⁰ “Todas as iniciativas aqui expostas constituem uma necessidade, e quase um consenso, no país. A inércia e a imobilidade política têm impedido que elas se concretizem. A presente crise fiscal e, principalmente econômica, com retração do PIB, alta inflação, juros muito elevados, desemprego crescente, paralisação dos investimentos produtivos e a completa ausência de horizontes estão obrigando a sociedade a encarar de frente o seu destino. Nesta hora da verdade, em que o que está em jogo é nada menos que o futuro da nação, impõe-se a formação de uma maioria política, mesmo que transitória ou circunstancial, capaz, de num prazo curto, produzir todas estas decisões na sociedade e no Congresso Nacional. Não temos outro caminho a não ser procurar o entendimento e a cooperação. A nação já mostrou que é capaz de enfrentar e vencer grandes desafios. Vamos submetê-la a um novo e decisivo teste.” (FUG, 2015, p. 2).

transformação modernizante. Já em 2012, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) elabora suas 101 propostas para a modernização trabalhista, com vista a extirpar importantes dispositivos da legislação trabalhista que protege o trabalhador. Nesse sentido, reforçam a tendência à negociação e propõem medidas para o fortalecimento de elementos como: terceirização, desregulamentação da estrutura remuneratória (facilitando a implementação da remuneração por produtividade), extinção dos pisos salariais, responsabilização do Estado por benefícios previdenciários, ataque a medidas de proteção ao trabalhador que desenvolve suas atividades laborais em ambiente insalubre, entre outras medidas de precarização do trabalho e desresponsabilização do poder econômico (CNI, 2012).

Nesse mesmo sentido, o “necessário esforço legislativo amplo” proposto no documento “Uma ponte para o futuro” assevera que “na ausência de uma ação forte e articulada, que conduza a um conjunto de reformas nas leis e na constituição, a crise fiscal não será resolvida e, ao contrário, tende a tornar-se cada vez mais grave” (FUG, 2015, p. 7). Os apontamentos para a ruptura sacrificial e inevitável realizados em 2015 conformam a antessala do golpe desferido contra a democracia em nome do ajuste e da reorientação política e econômica.

O tom sacrificial é ratificado quando, no documento, se aponta que a transformação “necessária” deve transcorrer da seguinte forma:

não será nunca obra de especialistas financeiros, mas de políticos capazes de dar preferência às questões permanentes e de longo prazo. É também uma tarefa **quase heróica** que vai exigir o concurso de muitos atores, que precisarão, pelo tempo necessário, deixar de lado divergências e interesses próprios, mesmo que tenham que retomá-los mais adiante. (FUG, 2015, p. 5 - grifo nosso).

O enfrentamento da crise nos termos propostos no documento é uma forma de manter a razão da política de Estado, para a qual “crescer a economia não é uma escolha que podemos fazer, ou não. É um imperativo de justiça, um direito que a população tem diante do Estado” (FUG, 2015, p. 8). Na consecução desses objetivos, a proposição aponta que “teremos que mudar leis e até mesmo normas constitucionais, sem o que a crise fiscal voltará sempre, e cada vez mais intratável, até chegarmos finalmente a uma espécie de colapso” (FUG, 2015, p. 6).

O diagnóstico alarmante, por mais que o seja, não ultrapassa os limites da gestão instrumental da política econômica e fiscal sobre as bases neoliberais, não fazendo qualquer apontamento menos circunstancial da manipulação dos indicadores econômicos. O diagnóstico do Estado assevera que

O Estado brasileiro vive uma severa crise fiscal, com déficits nominais de 6% do PIB em 2014 e de inéditos 9% em 2015, e uma despesa pública que cresce acima da renda nacional, resultando em uma trajetória de crescimento insustentável da dívida pública que se aproxima de 70% do PIB, e deve

continuar a se elevar, a menos que reformas estruturais sejam feitas para conter o crescimento da despesa. (FUG, 2015, p. 3).

A necessidade do crescimento como motor do processo de acumulação e realização dos ciclos do capital aparece como única saída para a supressão do conflito social, visto que para essa perspectiva “as modernas democracias de massa não parecem capazes de conviver passivamente com o fim do crescimento econômico e suas oportunidades, nem com a limitação da expansão dos gastos do governo” (FUG, 2015, p. 3). A preocupação com a coesão social e a já conhecida gestão transformista, que leva ao limite as contradições do sistema econômico e social no Brasil, remontam ao monitoramento da insatisfação popular e à gestão do risco de insurreição e revolta.

No documento está inscrita também a ideia do futuro no subjuntivo, projetando transformações sem ruptura, nas quais as proposições carecem de efetiva materialidade. Nesse sentido, a proposta coaduna com os movimentos de transformação pelo alto historicamente agenciados pelas classes dominantes e dirigentes brasileiras. É dessa forma que o documento sintetiza que “a ideia, sempre presente em nossa história, de que somos um ‘país do futuro’, combina uma realidade e uma expectativa que, juntos, nos ajudaram a transpor nossos dramas políticos e sociais, sem que a sociedade perdesse a coesão ou se envolvesse em conflitos destrutivos” (FUG, 2015, p. 3). Num momento de intenso conflito social, assim como os que forjaram a projeção futura de união⁹¹, ratifica o conclamo à orientação das classes hegemônicas, motivo pelo qual ao seu final o documento propõe e convida “a nação a integrar-se a esse sonho de unidade” (FUG, 2015, p. 17).

Como mediação de intervenção nos conflitos sociais, a Fundação Ulysses Guimarães atua como *think tank* do MDB, que historicamente vem realizando a mediação entre os grupos dirigentes e a estrutura da Ossatura Material do Estado, objetivando intervir na organização política para a construção de um novo consenso, o qual seria realizado por meio do Golpe de Estado. Sinalizamos, entretanto, que não se trata de iniciativa exclusiva de fomento à nova perspectiva política, mas que por sua relevância e centralidade nas estruturas de Estado, mostrou-se capaz de articular amplos setores para abrir caminho ao Governo de Michel Temer.

⁹¹ O documento ainda salienta que “A expectativa, que nunca abandonou nossa sociedade, sempre foi a de que, salvo interrupções temporárias, poderíamos repetir indefinidamente um desempenho equivalente, dobrando a cada geração a renda das pessoas, acomodando as populações jovens em empregos acessíveis e a cada vez melhores e, por fim, ingressando definitivamente no clube restrito dos países desenvolvidos. Esta expectativa esteve profundamente ancorada em nossa alma coletiva e de algum modo tem sido um dos nossos mais preciosos ativos históricos. A perda desse sentimento e sua troca pela desilusão e o desencanto podem pôr a perder os melhores traços de nossa existência social e política”. (FUG, 2015, p. 4).

Como partícipe da estrutura reprodutiva emulada pelo Estado no Brasil, as dissidências do bloco no poder questionaram os resultados econômicos do governo em curso até 2016 e prometeram “recuperar a capacidade de crescer a uma taxa próxima do nível histórico do século XX, de 2,5% ao ano per capita”, o que

é um imperativo que deve obrigar governos e cidadãos, numa trajetória realista que leve em conta a necessidade preliminar de reconstruirmos o Estado brasileiro, para que ele volte a ser como foi no passado, e em condições muito mais precárias, não um obstáculo, mas um agente do desenvolvimento (FUG, 2015, p. 04).

Essa expectativa de que o Estado volte a ser como foi é significativa do projeto político do bloco dissidente, o qual mostra-se volátil no sentido de fazer composições diversas em torno de interesses econômicos e políticos nacionais e regionais. Restava saber se o Estado brasileiro deve voltar a ser abertamente autoritário, imperial ou escravista.

Observada a articulação internacional dos blocos dominantes e dirigentes, é notório que as perspectivas trazidas à baila são corroboradas por avaliações e estudos que objetivam ratificar e conduzir a direção da ação estatal, baseando-se em informes internacionais como o relatório de competitividade global produzido pelo Fórum Econômico Mundial, e ganhando projeção justificativa de instituições como o Banco Mundial.

Em 2014 o Fórum Econômico Mundial anunciava que os resultados do Índice Global de Competitividade⁹² apontavam para a necessidade de “reformas estruturais urgentes para ativar a competitividade e a resiliência econômica na América Latina” (FEM, 2014, p. 1), elevando as pressões para o marketing político em prol das reformas. O documento da Fundação Ulysses Guimarães reforça tal perspectiva indicando que “as modernas economias de mercado precisam de um Estado ativo e também moderno”, observado o reconhecimento de que “só o Estado pode criar e manter em funcionamento as instituições do Estado de Direito e da economia de mercado, e só ele também pode suprir os bens e serviços cujos benefícios sociais superam os benefícios privados” (FUG, 2015, p. 4).

A Fundação Ulysses Guimarães anuncia, portanto, que “o Estado deve ser funcional” e que “para ser funcional ele deve distribuir os incentivos corretos para a iniciativa privada e administrar de modo racional e equilibrado os conflitos distributivos que proliferam no interior

⁹² De acordo com informe do Fórum Econômico Mundial (CANN, 2014, p. 2), o índice define “a competitividade como o conjunto de instituições, políticas e fatores que determinam o nível de produtividade de um país” e que “os índices do GCI são calculados reunindo os dados em nível de país abrangendo 12 categorias – as colunas da competitividade – que oferecem, de modo coletivo, uma visão abrangente da capacidade que um país tem de competir. As 12 colunas são: instituições, infraestrutura, ambiente macroeconômico, saúde e educação básica, educação superior e capacitação, eficiência do mercado de bens, eficiência do mercado de trabalho, desempenho do mercado financeiro, preparação tecnológica, tamanho do mercado, sofisticação dos negócios e inovação.

de qualquer sociedade” (FUG, 2015, p. 4). Tais prerrogativas orientativas serão validadas pelo relatório do Banco Mundial de 2017 intitulado “Um ajuste justo”, perquirindo reformas que beneficiem a iniciativa privada e tensionem o desmonte do setor público como promotor de salários indiretos e serviços sociais.

A produção desde as instituições mencionadas é relevante na medida em que orienta o investimento externo direto e influencia o desempenho macroeconômico, perfazendo mais uma modalidade probabilística premonitória de retornos financeiros para investimentos baseados em indicadores e comparações numéricas extraídas da maquinaria matemática de composição dos dados. Nesse sentido, a Fundação Ulysses Guimarães assevera que “os números não mentem” e que “tudo isto somado significa estagnação ou retração econômica”. Por esse motivo, também estabelece que

sem um ajuste de caráter permanente que sinalize um equilíbrio duradouro das contas públicas, a economia não vai retomar seu crescimento e a crise deve se agravar ainda mais. Esta é uma questão prévia, sem cuja solução ou encaminhamento, qualquer esforço para relançar a economia será inútil. Nenhuma visão ideológica pode mudar isto. (FUG, 2015, p. 5).

Observado que a atividade estatal tem influência direta na gestão das previsões de crescimento e nas métricas econômicas que orientam o Investimento Externo Direto, a taxa de juros e o câmbio, que são elementos centrais da política macroeconômica, o Sistema Competitivo de Estados constitui-se — por meio de suas versões institucionalizadas — em elemento do imperialismo que acirra os conflitos internos e relacionais dos Estados. Tais métricas são também influenciadas por agências de risco, *think tanks* e outros aparelhos constituintes do estrato dirigente mais ou menos central na administração do sistema econômico.

Novamente aduzindo das produções do Fórum Econômico Mundial, reforçamos o caráter justificativo e competitivo de suas estimativas e índices, observado que é por essas métricas que as classes dominantes e dirigentes produzem derivações indicativas que, ao fim, imputam os custos da crise capitalista às classes subalternas. No relatório de competitividade global de 2015-2016, o FEM estipula a 75ª posição, de um total de 140 países, para o Brasil, revelando que o país, segundo suas métricas, perdeu 18 posições e foi “ultrapassado pelos emergentes – Rússia, África do Sul, Índia e México, o que mostra que algo muito errado está acontecendo com o nosso país nestes últimos anos” (FUG, 2015, p. 6). A análise do contexto de crise e diminuição da lucratividade do capital aponta, portanto, para os custos do Estado e para a necessidade de liberar uma fatia do Produto Interno Bruto (PIB) para a iniciativa privada, viabilizando a promoção do crescimento.

No contexto de embate político, as forças sociais encampadas pela Fundação Perseu Abramo, pelo Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, pelo Brasil em Debate, entre outras instituições vinculadas ao projeto governamental da transformada frente popular, produziram o documento “Por um Brasil justo e democrático” (BRASIL DEBATE *et al.*, 2015), no qual igualmente reconhecem o fracasso da estratégia da Nova Matriz Macroeconômica, que buscou desvalorizar o real para favorecer a produção nacional, concedeu amplos incentivos à iniciativa privada e acabou por fortalecer as classes dominantes e dirigentes contrárias à manutenção das tendências sociais do governo em curso.

Em seu programa de ajuste, faz a proposição de medidas que afetam diretamente a matriz central do neoliberalismo, indicando a necessidade de diminuição dos juros e redução do déficit nominal onerado por juros e encargos financeiros, o que se daria em conjunto com políticas anticíclicas para enfrentar o momento recessivo da economia mundial. Como síntese, indica que “é fundamental uma alteração de rumos da política macroeconômica, visando a redução dos gastos com juros da dívida pública, a ampliação da oferta de crédito para investimento e a reativação do investimento público como indutor do investimento privado” (BRASIL DEBATE *et al.*, 2015a, p. 51), o que avança em relação às perspectivas privatistas da Fundação Ulysses Guimarães, mas se atém ao gerenciamento regulado da Ossatura Material do Estado com a proposição de reformas capazes de reestruturar o poder econômico.

Sobremaneira, as proposições reformistas debruçam-se sobre o enfrentamento ao rentismo, avançam nas pautas da reforma tributária e questionam os incentivos inócuos concedidos à iniciativa privada por meio das renúncias fiscais nos termos da Nova Matriz Macroeconômica. As proposições de cunho nacionalista e interventor avançam ainda na defesa do investimento social do Estado e buscam reequilibrar a distribuição da riqueza com a realização de reformas como: a reforma tributária, a reforma agrária, passando pela questão urbana, opressões de raça e gênero, bem como atentando para a questão ambiental (BRASIL DEBATE *et al.*, 2015b).

Por seu turno, a proposta que se hegemoneizou a partir do golpe responsabiliza as despesas sociais pela crise econômica, atacando as conquistas sociais do período de redemocratização para propor a desvinculação das despesas automáticas, afetando a possibilidade de continuidade das ações em política social. Se a proposta de “Por um Brasil justo e democrático” considera o investimento estatal em políticas sociais como eixo estruturante do desenvolvimento e da recuperação econômica, a “Ponte para o futuro” responsabiliza as vinculações constitucionais ao aumento dos gastos públicos para inferir que

“estes aumentos se devem a novos encargos atribuídos ao Estado pela Constituição, [mesmo que] muitos deles [sejam] positivos e virtuosos, [como] na área da saúde, da educação e na assistência social” (FUG, 2015, p. 6).

Se as representações da Fundação Ulysses Guimarães consideram virtuosos os investimentos na área social, também indicam que “o crescimento automático das despesas não pode continuar entronizado na lei e na Constituição, sem o que o desequilíbrio fiscal se tornará o modo padrão de funcionamento do Estado brasileiro” (FUG, 2015, p. 7), o que denota o intento de destituição da ordem constitucional vigente e das garantias de financiamento conquistadas. Se, como já apontamos anteriormente, os limites do pacto constitucional da redemocratização forjaram contradições que mantiveram as tensões históricas da estrutura de classes na formação social brasileira, sua administração na ordem democrática por meio da gestão governamental do conflito em variados períodos esteve sempre dependente do posicionamento do Brasil em relação às condições externas da economia global, sendo que a partir da crise econômica — agravada depois de 2012 —, as forças sociais reacionárias mobilizam-se para novamente questionar as limitadas conquistas sociais de 1988 e regulamentadas nas décadas seguintes a partir de enfrentamentos constantes.

É nesse sentido que podemos sintetizar as propostas de reformas enunciadas em “Uma ponte para o futuro” (FUG, 2015), no âmbito da gestão central do Estado, nos seguintes eixos:

1. Reforma orçamentária: esta denuncia o engessamento do orçamento como manifestação do poder político institucional dos setores organizados pelo Estado, que buscam no Direito Burguês sedimentar seus interesses na Carta Constitucional, vinculando seus interesses ao funcionamento do Estado. Segundo esta análise, isso promove o déficit fiscal do Estado. A solução proposta visa acabar com as vinculações constitucionais (saúde e educação) e mais, indica que “precisamos de novo regime orçamentário, com o fim de todas as vinculações e a implantação do orçamento inteiramente impositivo” (FUG, 2015, p. 9). Propõe também o fim da indexação de salários e benefícios, desprotegendo trabalhadores das flutuações do mercado. Nessa perspectiva, “a indexação das rendas pagas pelo Estado realiza uma injusta transferência de renda, na maioria das vezes prejudicando as camadas mais pobres da sociedade” (FUG, 2015, p. 10). E continua, impondo à referência ao salário mínimo “Quando a indexação é pelo salário mínimo, como é o caso dos benefícios sociais, a distorção se torna mais grave, pois assegura a eles um aumento real,

com prejuízo para todos os demais itens do orçamento público, que terão necessariamente que ceder espaço para este aumento.” (2015, p. 10). Assim, na constituição da política social não haveria qualquer garantia de continuidade, visto que a manutenção das ações dos programas sociais deverá estar condicionada à avaliação sistemática de seus resultados para apenas assim “conquistarem” orçamento e validarem sua continuidade. O orçamento de base zero, ou seja, sem vinculações constitucionais almeja o desmonte das obrigatoriedades e reforça a arbitrariedade da alocação de recursos em cada nova composição de governo.

2. Reforma previdenciária: segundo o documento da Fundação Ulysses Guimarães (2015), o aumento na expectativa de vida e as limitações orçamentárias impedem a sustentabilidade de um sistema previdenciário universal. Ao diagnosticar que as pessoas vivem mais e que os novos contribuintes não são suficientes para manter os fundos de previdência, indica que “a solução parece simples, do ponto de vista puramente técnico: é preciso ampliar a idade mínima para a aposentadoria, de sorte que as pessoas passem mais tempo de suas vidas trabalhando e contribuindo, e menos tempo aposentados. *Não é uma escolha*, mas um ditame da evolução demográfica e do limite de impostos que a sociedade concorda em pagar.” (FUG, 2015, p. 11 – grifos nossos). Estrategicamente, comunica os fatos fazendo comparações com os países do capitalismo central e estabelece a inevitabilidade das reformas, buscando promover a fixação da idade mínima e também a desoneração do setor privado.
3. Dívida pública: estabelece um diagnóstico alarmante sobre a dívida pública em relação ao PIB, destacando como o orçamento afeta os juros e a inflação. Todavia, o documento não questiona a dívida, mas sim seu crescimento para utilização, também, em programas sociais. É nesse sentido que o ajuste fiscal afetaria a dívida. No estilo comparativo, destaca que países do capitalismo central mantêm dívidas que podem superar 100% do PIB, mas destaca também que os juros das dívidas são muito menores. Logo, na defesa dos interesses corporativos do capital rentista que representa, assevera que “nas atuais circunstâncias *seria imprudente alterar as regras de gestão da dívida pública*, mas este não pode deixar de ser um objetivo de médio prazo, a ser implantado de modo gradual, à medida que os juros estiverem caindo naturalmente e a

trajetória do endividamento mostrar-se consistentemente declinante no longo prazo” (FUG, 2015, p. 14 – grifos nossos). Assim, o interesse encontra-se na estabilização dos processos que garantem a lucratividade de especuladores e do mercado financeiro em geral, não questionando a dimensão estrutural da dívida pública nos países de capitalismo subalterno para a reprodução do capital. A dependência externa dos investimentos externos diretos e a necessidade de aumento dos juros para atrair capitais encontra-se no cerne da questão que afeta diretamente as questões estruturais de produção.

4. Crescimento econômico: neste âmbito, propõe uma agenda de desenvolvimento para fomentar o crescimento econômico e, logo, da renda *per capita*. A agenda pressupõe a manipulação das variáveis econômicas de forma a estabilizar os indicadores da atividade econômica e promover um ambiente internacionalmente competitivo nos termos do Sistema de Estados, ou seja, ratificando as imposições desiguais da estrutura do Consenso de Washington e impetrando à área social do Estado os ajustes mais fundamentais para diminuição dos “custos” de reprodução da classe trabalhadora.

Essas medidas conformam uma série de ações que acabam por ressignificar a função social do Estado brasileiro, soterrando os intentos democráticos e populares de ampliação do Estado Democrático de Direito aspirado desde a redemocratização. Mais que isso, recuperam os elementos autoritários das transições produtivas em detrimento dos mínimos critérios de cidadania, favorecendo os grupos dirigentes e dominantes em torno de um projeto político de saque e apropriação privada do fundo público.

Uma série de medidas vinham constituindo uma nova ofensiva privatista em torno do Estado brasileiro, reverberando os processos de mercadorização e valorização dos serviços públicos estatais. A terceirização, as Organizações Sociais e as privatizações conformam uma agenda de desmonte e rentabilização dos serviços públicos mesmo no período anterior. Paralelamente, uma ampla campanha de cunho ultraliberal, com vistas à demonização do Estado, fortaleceu os interesses privatistas que reverberam no tecido social com o abandono da luta social em torno dos direitos sociais. Esse processo ainda é incrementado pela repressão às lutas sociais e pelo contexto de desmobilização em que se encontravam as classes populares que, no período anterior, haviam sido cooptadas (dirigentes e individualmente) pela inclusão via consumo.

Para além dos serviços públicos, o papel do Estado é redimensionado no tocante à intervenção nos processos sociais, em especial no que se refere ao Direito do Trabalho e às formas de intervenção no conflito social promovidas nesse âmbito. O ataque aos direitos trabalhistas e a redução do sistema de garantias impactaram no esfacelamento da solidariedade social fundamentada nas lutas coletivas, aproveitando-se do fracionamento do coletivo de trabalhadores e de suas divergências.

Por fim, adentrando o completo redimensionamento do papel do Estado e fortalecendo os interesses do patronato em detrimento das conquistas sociais do trabalho, “Uma ponte para o futuro” ainda aponta para que sejam levadas a cabo reformas que possibilitem as seguintes ações no tocante à gestão do trabalho: “I) na área trabalhista, permitir que as convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais, salvo quanto aos direitos básicos;” (FUG, 2015, p. 19). Com o intento efetivado por meio da reforma trabalhista, é importante lembrar os *slogans* de Temer acerca do trabalho quando do início de seu mandato presidencial, que tinham como tema central: “Não pense em crise, trabalhe”. O *slogan* foi espalhado pelo país em *outdoors* com o intuito de enfrentar as pressões dos trabalhadores por melhores condições de trabalho. A produção de um cenário no qual os direitos básicos foram tratados como privilégio, diante de um contingente de trabalhadores informais sem direitos, contribuiu para um falso entendimento de que estes privilégios serviam de freio à atividade econômica imputando a seu resguardo os fundamentos da crise.

Como prática política imbuída do conteúdo manipulatório, verifica-se que a construção teórica e política enunciada opera “eficazmente com as categorias do intelecto [...] [e que] ocorre nela um processo no qual divide-se o real em um certo número de ‘dados’ ou elementos finitos, posteriormente combinados segundo regras formais” (COUTINHO, 1997, p. 95). É nesse sentido que a conclusibilidade dos dados utilizados para justificar as medidas propostas assenta-se fundamentalmente na razão matemática e probabilística do modelo de gestão internacional da economia global.

Trata-se, pois, da adoção de “[...] procedimentos subjetivos que, formalizados e generalizados, possam tratar o objeto como um mero material de manipulação; em outras palavras, essas categorias ou regras refletem a própria atividade do sujeito no ato da práxis manipulatória” (COUTINHO, 1997, p. 96). Esses procedimentos “não podem estabelecer a verdade ou falsidade do pensamento; seu único critério é a ‘eficácia’” (COUTINHO, 1997, p. 96).

Assim, a crise econômica e política foi delineando um novo consenso em torno da recuperação da competitividade internacional, de forma a redimensionar as forças no bojo do Estado como resposta às tensões sociais, capitaneadas pelo conservadorismo e pelo gerencialismo. Desde as eleições de 2014 o cenário que se delineia é o de transformação das representações políticas com a redução das forças sociais do trabalho e intensificação das pautas regressivas para o trabalho, as quais realizaram um amplo ataque à função social do Estado (nos moldes republicanos e sociais-democratas) e que têm sitiado o poder político em torno das demandas do capital.

A crise instaurada a partir das necessidades de reordenamento do processo de trabalho e do avanço das novas perspectivas liberalizantes como forma de expansão da Taxa de Lucro e de maior exploração do trabalho assenta-se em uma série de medidas que tomam o incremento tecnológico como mote da intensificação da exploração e de imposição da Taxa Decrescente Relativa do emprego da força de trabalho. Dessa forma, o incremento tecnológico, destacadamente o realizado pela automação e a virtualização do trabalho — que encampa o setor de serviços mercadorizado — avança no jugo da atividade humana às determinações de valorização do capital.

Como lógica cultural do capitalismo tardio, as perspectivas pós-modernas assentam-se na reprodução social por meio da cultura e incrementam as determinações da teoria da alienação e do fetichismo da mercadoria. A ampliação das determinações das representações no contexto manipulatório amplifica a dimensão cultural e ideológica atinente à reprodução social.

Tendo esgotado suas capacidades civilizatórias, a produção capitalista calcada no reacionarismo avança pela lógica cultural pós-moderna, num processo que Jameson (1996, p. 13) tematiza da seguinte forma: “o pós-moderno é o que se tem quando o processo de modernização está completo e a natureza se foi para sempre”. Assim, promove-se “uma dilatação imensa de sua esfera (a esfera da mercadoria), uma aculturação do Real imensa e historicamente original, um salto quântico no que Benjamin denominava a ‘estetização’ da realidade [...]” (JAMESON, 1996, p. 14).

A apropriação da cultura nos mecanismos reprodutivos com fins políticos manipulatórios é indicativo de que “o pós-modernismo é o consumo da própria produção de mercadorias como processo” (JAMESON, 1996, p. 14). Não se trata de uma cultura totalmente nova, mas do fato que “o pós-modernismo não é uma dominante cultural de uma ordem social totalmente nova [...], mas é apenas reflexo e aspecto concomitante de mais uma modificação sistêmica do próprio capitalismo” (JAMESON, 1996, p. 16).

O incremento do marketing e da propaganda como elementos reprodutivos ganha destaque e é responsável por parte significativa dos custos de realização da mercadoria. Nesse sentido, ampliam-se também as disputas ideológicas em torno dos enunciados, incrementando a disputa de classes no âmbito da comunicação e da manipulação. Como destacado por Jameson (1996, p. 17), a disputa pela matriz temporal e referencial dos aspectos reprodutivos da vida social encampa a luta ideológica para a sedimentação de um novo conjunto de aspectos teóricos, éticos e morais na conformação do ideário do trabalhador coletivo, visto que “não é apenas no amor, no cratilismo e na botânica que o ato supremo de dar um nome exerce um impacto material e, tal qual um raio cai da superestrutura na base, funde materiais improváveis e os transforma em uma massa, ou lava, reluzente”. Daí que depreendemos a relevância da ideologia no refreamento das lutas sociais e o consentimento ativo de parte significativa dos trabalhadores quanto à contrarreforma.

Como marco da promoção do ocultamento do real, verifica-se que o

pós-moderno [...] parece estar à vontade nas áreas pertinentes da vida de todos os dias, ou do cotidiano; sua ressonância cultural, apropriadamente mais abrangente do que o meramente estético ou artístico, desvia devidamente a atenção da economia, ao mesmo tempo que permite que fatores econômicos e inovações mais recentes (em marketing ou propaganda, por exemplo, mas também na organização das empresas) sejam catalogados sob o novo título. (JAMESON, 1996, p. 17-18).

Destaca-se, a partir desse movimento, que a modernização projeta um novo léxico modernizador que, na verdade, oculta o retrocesso no processo de trabalho, utilizando-se do incremento tecnológico para ocultar o aumento dos níveis de exploração.

A utilização dos avanços teóricos e científicos no campo da neurologia e da psicologia atravessa a manipulação da estrutura de sentimentos que passam a ser utilizadas em prol da captura da subjetividade em termos mercadológicos. A participação da linguagem, nesse sentido, é cabal para que se possa operar o retrabalho de reescrita e de recatologação. Trata-se, lembrando as inferências de Poulantzas (2001), da reorganização da matriz temporal e espacial da sociabilidade, que sob a égide do pós-moderno, realiza

a tarefa ideológica fundamental do novo conceito [pós-moderno], [que] entretanto, deve continuar a ser a de coordenar as novas formas de prática e de hábitos sociais e mentais (penso que é isso, em última análise, que Williams queria dizer com a noção de “estrutura de sentimento”) e as novas formas de organização e de produção econômicas que vêm com a modificação do capitalismo - a nova divisão global do trabalho - nos últimos anos (JAMESON, 1996, p. 18).

Os elementos da cultura que se interpuseram no período do neodesenvolvimento apontam para um incremento da lógica do consumo e da inclusão social por essa via, esgotando uma série de problemáticas histórico-sociais brasileiras por meio do envolvimento consentido

e da cooptação, o que se mostrou incapaz de projetar efetivas transformações políticas e culturais no enfrentamento das desigualdades. Apenas no limite puderam significar a participação na sociedade competitiva e sobrepujar barragens históricas de classe, gênero e raça, mas conformando novas problemáticas que, nos termos de Pinheiro Machado e Stalco (2018), apontam para o reconhecimento momentâneo da condição de cidadão consumidor⁹³.

Nesse sentido, a produção do consenso político em torno do novo estatuto do trabalho no Brasil remonta à necessidade ativa de participação dos envolvidos, consignando novas práticas informais no cerne do processo de trabalho — com destaque para os serviços — com vistas à realização da mercadoria. Consideradas as necessidades reprodutivas, novamente destacamos que “a inter-relação do cultural com o econômico não é uma rua de mão única, mas uma contínua interação recíproca, um circuito de retroalimentação” (JAMESON, 1996, p. 18), o que requer a produção simbólica dos elementos constitutivos do sociometabolismo em razão da operação da lei do valor.

Um dos aspectos fundamentais desse movimento é o incremento da racionalidade típica da sociedade administrada, que por um lado incrementa a razão matemática e por outro resguarda ao irracionalismo questões fundamentais da vida. Logo, no capitalismo tardio são articuladas as necessidades reprodutivas do reordenamento da produção, descolando suas consequências materiais e afastando da totalidade as legalidades típicas dos complexos sociais interdependentes.

No Brasil, a modernização pelo alto, de cunho reacionário e autoritário, apresenta-se como legalidade típica da reorganização das classes em função das necessidades reflexas. Como necessidade sempre repostada de práxis social de classe, a operação do regime de dominação no processo de trabalho e as formas de proletarianização mantêm o conflito de classe, que atualmente, sob a influência da transformação da base técnica da sociedade, amplia sua heterogeneidade e apresenta novas roupagens ideológicas.

⁹³ Em pesquisa antropológica longitudinal realizada na periferia de Porto Alegre, as autoras acompanharam os movimentos de comércio popular e as relações entre a economia formal e informal. Das consequências da inclusão social via consumo e finanças, as autoras depreendem que “o lulismo se caracterizou pelo fortalecimento do Estado gestor, pela gradual desmobilização das bases e pela adoção de políticas liberais de transferência de renda [...]” (PINHEIRO-MACHADO; STALCO, 2018, p. 3) e mais, que a seguida alteração nas condições econômicas e sociais não provocaram uma despolitização, mas que certamente alteraram a natureza contenciosa de sua forma de realização. Como consequência desse movimento de ascensão das classes populares pelo consumo, reconhecem que “é fato que a inclusão focada no indivíduo acarretou em enfraquecimento democrático. Todavia, o próprio ato de consumo, em uma sociedade profundamente desigual, se configurava como um ato político de ‘insubordinação’ [...]” (PINHEIRO-MACHADO; STALCO, 2018, p. 3).

Se verificamos que as determinações do processo de acumulação repõem seus elementos conflitivos em razão de sua forma de desenvolvimento, é exatamente a recusa às formulações marxistas e aos aspectos políticos de esquerda que denotam o reacionarismo das teorias pós-modernas e do formalismo da razão instrumental, como polos opostos orbitais que acabam por conformar forças inter-relacionadas. Os conflitos imperialistas e os problemas expansionistas recriam os fantasmas do autoritarismo em “novas” versões, das quais são patentes os conflitos regionais e mundiais que reatualizam respostas sociais de cunho conservador e autoritário.

A modernização produtiva convive, pois, com o esgotamento de seu desenvolvimento regular e produz contradições insolventes para as quais a resposta política contraditoriamente alavanca respostas localizadas. Questões como imigração, conflitos armados e disputas comerciais acirram a xenofobia, o preconceito e o conflito de classes, buscando acomodar o discurso modernizador e as transformações que requerem maior abertura e a mundialização das relações de produção.

A crise do pensamento contemporâneo envereda, pois, pela crise dos próprios sistemas de produção, os quais se manifestam na crise do capitalismo e na crise do socialismo real. Derivando de tais crises, o novo “surto irracionalista” seria a expressão ideológica da crise generalizada. O evanescer da politização do social, ao menos no sentido da emancipação, é contraposto pela dominação de classe que se expressa no controle do “aparato especializado na sua regulação e repressão, cujas estruturas estão condensadas, centralmente, no Estado Burguês” (EVANGELISTA, 1992, p. 33). O contexto pós-crise de 2009 demonstra uma potencialidade para o incremento das lutas mundo afora, mas suas consequências organizativas são capturadas de forma a reter seu potencial transformador. As primaveras que despontavam o desabrochar do questionamento e da promoção de novas sociabilidades são interrompidas pela reação glacial imperialista que esmorece e até ceifa a seiva da liberdade e da auto-organização. Os resultados para o Egito, a Síria e o Iêmen, por exemplo, foram de inúmeros retrocessos, num processo no qual o inicial poder organizativo promovido pelas redes sociais foi se ressignificando em termos das guerras híbridas, o que conformou a emergência de novas determinações para o controle da opinião pública por meio dessas mídias, bem como alavancou processos de mesma natureza em outras partes do globo.

Nesse cenário, o próprio desenvolvimento das relações de produção faz complexificar a produção e a reprodução das relações sociais, as quais se reproduzem como todo unitário historicamente constituído. Todavia, as formas interpretativas pós-modernas acabam por

fracionar a percepção dos fatos e as formas de compreensão deles, desprezando sua racionalidade e sua regularidade sócio-histórica. A disputa da verdade operada nos espaços virtuais expressa a irracionalidade da mediação virtual desconectada da vivência comunitária. Recortes, performances, peças de propaganda com fins políticos compõem uma miríade de intervenções que podem “viralizar” e tornar-se formas de intervenção social⁹⁴.

Para Evangelista (1992, p. 35), “quando o fragmentário, o microcosmo e o fatural, que abundam na cotidianidade, não são vistos como produzidos pela reificação das relações sociais no capitalismo, instala-se a irrazão”, a qual coloca o imediato como foco da ação e da percepção. Dadas as condições de produção, o imediato contemporâneo passa pela sobrevivência econômica e pelas estratégias de atuação da sociedade competitiva, colaborando para as fricções nos estratos da classe trabalhadora e para o acirramento dos conflitos do campo moral e comportamental, de forma a ocultar a origem econômica e histórico-social da miséria da razão.

As novas requisições do processo de trabalho, em termos de automação e virtualização, reverberam do incremento da divisão social do trabalho que complexifica as dinâmicas entre causalidade e teleologia de forma intensiva e extensiva. Logo, altera-se a forma de realização da práxis social que é a que “permite apreender a unidade contraditória que toda relação social condensa: a práxis sócio-humana é a síntese de objetividade e subjetividade, isto é: é pela práxis que a subjetividade se objetiva e, por sua vez, as objetivações são submetidas [e submetem] à atividade humana” (EVANGELISTA, 1992, p. 43).

Como produto da atividade econômica no Brasil, o período neodesenvolvimentista manteve um projeto progressista calcado na inclusão de cariz social-liberal, com acesso ao emprego precário e inspirado pelas ideologias de mercado e acesso ao consumo. Conforme destacam Pinheiro-Machado e Stalco (2018, p. 3-4), “as pessoas de grupos de baixa renda desfrutaram pela primeira vez de várias oportunidades, incluindo a oferta de cartões de crédito, a possibilidade de comprar produtos manufaturados e/ou eletrônicos em várias parcelas e o acesso ao sistema bancário de crédito”. Também a formalização da atividade informal contribuiu para dar visibilidade às pautas populares e realizar a inclusão precária de extensas

⁹⁴ Um caso emblemático das consequências dessa forma de utilização das redes sociais foi o caso do linchamento de Fabiane Maria de Jesus em 2014, vitimada depois que grupos de *WhatsApp* espalharam boatos que ela estaria sequestrando crianças e que estaria envolvida em rituais de magia negra, entre outros elementos fictícios que levaram moradores a promover o linchamento da dona de casa, com extrema crueldade. Além das *fake-news* e suas consequências, o fenômeno dos linchamentos e sua maior frequência nos anos pós-2013 denotam a crise do sistema de justiça e a crise da sociabilidade que se aproxima da barbárie.

camadas da população que passaram a constituir objeto de atenção de políticas públicas. Nesse caso, a figura do Microempreendedor Individual e a Pejotização dos trabalhadores informais são representativas da operação de inclusão por meio da legalização da informalidade.

O reconhecimento como prerrogativa da participação e envolvimento dos sujeitos sociais na sociabilidade de cariz capitalista encontra-se envolto nas necessidades próprias dessa forma de realização do processo. Ao adentrar essa formalidade precária, as requisições materiais e ideológicas de fomento à atividade econômica e participação no mercado forjaram maior representatividade e participação assentada no desenvolvimento econômico individual. Recorrendo novamente à etnografia realizada por Pinheiro-Machado e Stalco (2018, p. 4), destaca-se que “esse momento nacional, que veio embrulhado de brilho e esperança, era marcado pela micropolítica do que nós chamamos de reivindicação ao ‘direito ao prazer’”. Como resultado, esse processo

não implicava em uma despolitização, mas sim uma alteração da natureza política - agora contestatória, mais ambígua e vivida no plano individual. Logo, a discussão financeira no mercado neoliberal, por ser um processo altamente contraditório, produzia seus efeitos políticos colaterais não esperados (PINHEIRO-MACHADO; STALCO, 2018, p. 5).

A ambiguidade do processo que permitiu maior participação e reconhecimento (muitas vezes autorreconhecimento) se escancara com a crise econômica e a impossibilidade de manutenção dos níveis de crescimento. As pressões sobre o Estado e as necessidades econômicas de redução do “custo” do trabalho culminaram em uma situação para as classes populares na qual “de um lado, havia um mercado - e agora também um governo - dizendo que todos podiam consumir. De outro, permanecia uma sociedade que escancarava que ‘não’, atualizando os marcadores simbólicos da diferença” (PINHEIRO-MACHADO; STALCO, 2018, p. 5).

A disputa política e simbólica da crise do neodesenvolvimentismo pelas classes dominantes e dirigentes em face das classes populares ancorou-se nas próprias ideologias de mercado, marcadamente matizadas pela inclusão produtiva e pela forma de participação das classes populares no processo produtivo. Pinheiro Machado (*In*: VEIGA, 2022), fazendo indicações acerca de pesquisa realizada com camelôs e empreendedorismo popular, indica que as razões para o conservadorismo de parte dos setores populares remontam à “toda natureza do trabalho e como ele se reconfigura sem patrão, trabalhando por si próprio e de forma isolada. Isso favorece a vinculação com ideias neoliberais, amparadas pela crença somente do mérito próprio” (VEIGA, 2022. *Apud* DEUTSCH WELLE, 2022).

Retomando a discussão acerca do papel político da classe média, é notória a inclinação desse segmento da classe trabalhadora às perspectivas de manutenção do ganho econômico fundado no interesse particular, um tipo de corporativismo individual fundado na ideia de participação ativa e soberana no mercado. Por sua participação no processo de trabalho na qualidade de trabalho imaterial, improdutivo ou reprodutivo (de natureza comercial), o grupo em questão aponta para uma conformação altamente heterogênea, mas influenciada por aspectos ideológicos e econômicos comuns. Retomando o debate de Saes (1984, p. 9) acerca da estrutura ocupacional e do significado da classe média no Brasil, ele infere que

no tocante aos trabalhadores improdutivos, a organização técnica do trabalho impõe limites à expressão ideológica e política do fato primordial que é a posição na organização social da produção. Em outras palavras, a “estratificação social” filtra os efeitos das relações sociais de produção e impede que se manifestem diretamente e sem mediação do plano ideológico e político. Esta afirmação implica o reconhecimento do fenômeno da “classe média” como uma questão da “estratificação social”.

Se os fenômenos contemporâneos diferem substancialmente das análises de Saes acerca da participação de setores do exército e profissionais liberais na política brasileira, é notório que a relação se estabelece quando identificamos a “classe média” com os aspectos ideológicos da pequena burguesia, o que se reforça através da inclusão pelo consumo. Ressalta-se, entretanto, que a conformação social de tais grupos permanece heterogênea em termos materiais, congregando situações de trabalho específicas, mas articuladas com as perspectivas dirigentes e dominantes no cenário político.

Com o fracasso da Nova Matriz Econômica na promoção do desenvolvimento e as pressões externas pela transformação produtiva, o envolvimento produtivo com sucesso das aspirações da “nova classe média” deu lugar ao desemprego e ao desalento. As novas determinações produtivas resultaram que

em 2014, o país adentrou em uma das piores crises da história. Após anos de convulsões políticas e econômicas, o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff e a consequente agenda de austeridade adotada por Michel Temer culminou em sensação de desamparo social. Não só as pessoas deixaram de consumir como outrora, como também deixaram de receber diversos benefícios do governo federal. (PINHEIRO-MACHADO; STALCO, 2018, p. 7).

Nesse cenário, “toda a narrativa acerca da emergência social e do direito a brilhar se esfacelou bruscamente em um contexto de cores bastante opacas. Isso afetou, é claro, a capacidade de aspirar dos sujeitos de camadas populares” (PINHEIRO-MACHADO; STALCO, 2018, p. 8). A constante individualização da realização do trabalho e a conformação

do ambiente digital orientado para o marketing contribuem, portanto, para uma série de inferências ideológicas no tocante às formulações sobre o trabalho dos setores médios.

As respostas às mobilizações de 2013 no Brasil tiveram papel fundamental na determinação da direção da “revolta social” e das forças políticas que, atomizadas e aliciadas pelo consumo, adentraram à ofensiva ideológica promovida pela mídia tradicional e pelos “novos” sujeitos sociais, dos quais podemos destacar o Movimento Brasil Livre. Este último, apropriando-se das formas de mobilização da esquerda, bem como fazendo uso ostensivo das redes sociais, ganhou terreno político e contribuiu para o alçamento de novos sujeitos à direção política institucional na eleição de 2014.

O reacionarismo típico de um momento de efervescência social e de crise econômica incrementou o cenário de escassez e competição em face ao desemprego e retrocesso da ascendente de consumo e inclusão produtiva. As respostas conflitivas conformaram o acirramento do discurso de extrema direita representado pela ascensão do bolsonarismo, mas que já se delinearão nas pautas regressivas dos direitos sociais, intensificação dos discursos religiosos e estavam presentes também no aumento da violência ante a polarização. A dinâmica que operou a ascensão das classes populares via consumo e as respostas da estrutura social classista, racista e reacionária brasileira demonstram as limitações de um projeto de desenvolvimento calcado na inclusão via exploração do trabalho.

O contexto pós-pandemia igualmente intensificou as dinâmicas de plataformização e virtualização do trabalho, mantendo a estrutura de trabalho individualizada e desconectada das formas tradicionais de organização do trabalho (especialmente o sindicalismo, também atacado diretamente na reforma trabalhista). A subsunção do trabalho ao rentismo e à estruturação da produção capitalista financeirizada aumenta as pressões competitivas e esfacela a solidariedade entre os trabalhadores e suas frações. Nesse contexto, os trabalhadores acabam por vivenciar o trabalho que conjuga os seguintes fatores: “o próprio isolamento, a não regulamentação e a ideologia de que a ideia de trabalhar plataformizado é o por si próprio” (VEIGA, 2022 *apud* DEUTSCH WELLE, 2022. *online*).

A hipótese defendida por Pinheiro-Machado e que será investigada por pesquisa do *European Research Council* (REC) é a de que “conforme a pessoa vai se plataformizando, crescendo e empreendendo, mais ela segue políticos de extrema direita” (DEUTSCH WELLE, 2022. *online*). Da mesma forma, depreendemos da atuação política dos trabalhadores plataformizados do setor de transportes a adoção de uma cultura de trabalho precário que acaba

por negar as pautas históricas do trabalho, num contexto embebido em conflitos corporativos e forte incidência política do *lobby* empresarial das companhias de transporte em rede.

Sob pressão do capital rentista internacional, a atividade empresarial transnacional mundializada utiliza-se do fracionamento das classes médias, no sentido antes atribuído, para promover a competição entre os trabalhadores e incentivar o empreendedorismo e o sucesso individual mediante racionalização da atividade econômica e autogestão empresarial. No caso da empresa Uber, a investida midiática em propaganda em defesa da atividade “moderna” e promotora da liberdade e da renda para o trabalhador serviu para fortalecer o modelo de gestão do trabalho intrínseco à realização da atividade, o qual perfaz as qualidades de isolamento e autogerenciamento, o que se dá por meio do acesso ao mundo virtual intensificado pelo instrumento de trabalho e pela forma de execução da atividade como autogerenciamento subordinado.

O contexto de incremento dos conflitos internacionais e das pressões pela reconstituição da hegemonia bélica e financeira igualmente pressionam as estruturas da democracia liberal e impulsionam as soluções autoritárias, especialmente nos países subalternos do Sistema de Estados Internacional. A influência da atividade produtiva transnacionalizada e interdependente recupera a estratificação de tipo darwinista para justificar um sem-número de iniquidades no plano internacional, acomodando o léxico justificativo das transformações em curso, que no âmbito das classes trabalhadoras envolvem em conflito os trabalhadores e alçam ao poder político regimes totalitários de governos, seja por meio do sufrágio ou da força.

No cerne das pressões da atividade econômica transnacionalizada, reconhece-se que

suas características incluem a nova divisão social do trabalho, a nova dinâmica vertiginosa de transações bancárias internacionais e das bolsas de valores (incluindo as imensas dívidas do segundo e do terceiro mundo), novas formas de inter-relacionamento das mídias (incluindo os sistemas de containerização), computadores e automação, a fuga da produção para áreas desenvolvidas do terceiro mundo, ao lado das consequências sociais mais conhecidas, incluindo a crise do trabalho tradicional, a emergência dos yuppies e a aristocratização em escala agora global (JAMESON, 1996, p. 22-23).

Algumas das tendências reconhecidas por Jameson (1996) já encontram novos movimentos, como a retomada da nacionalização da produção, em face dos conflitos internacionais agravados, bem como outras sofreram incrementos significativos, a exemplo do papel das mídias na reprodução social e as dinâmicas específicas do mundo virtual.

Como processo, a recomposição das forças produtivas coloca a reprodução social sobre novas bases no seio do Sistema Competitivo de Estados. A divisão social do trabalho, novamente tensionada em termos dos conflitos internacionais (se a externalização da produção

para o Oriente foi uma estratégia, a nova realidade das cadeias globais de suprimentos e a crise do emprego nos países centrais têm apontado para um intento de reindustrialização de áreas que haviam transferido a produção industrial e parte dos serviços), explicita o posicionamento nacional regional em cada caso, afetado pela vinculação às métricas que objetivam as desigualdades regionais e as forças imperialistas.

A funcionalização das novas condições e o enredamento da cultura conformam uma nova subjetividade envolta na produção do novo trabalhador coletivo, formado nos termos da individualidade liberal burguesa e como mônada econômica lançada à competição e na busca por vantagens competitivas. As mimesis transformadas produzidas culturalmente enredam um espaço-tempo altamente extenso, fragmentário e efêmero, sendo que o processo de virtualização tem ocupado lugar destacado na condução da reestruturação produtiva e na reconstituição das pautas coletivas.

Jameson (1996, p. 23), nesse sentido, adverte que “começamos a ter consciência da dinâmica de um novo sistema que nos domina somente de forma gradual e retroativa. E essa consciência coletiva emergente de um novo sistema não é exatamente o mesmo que o aparecimento de novas formas de expressão cultural”. Logo, é notório que se tratam de elementos “remasterizados”, para utilizar um termo da indústria cultural. As condições já estavam dadas para a transformação do sujeito, mas a operação de contratendências e o tensionamento constante do bloco socialista contribuíram para um embate no plano internacional diante das formas de organização social da produção.

Nesse sentido, Jameson (1996, p. 23) elucida que

Mandel sugere que os pré-requisitos tecnológicos básicos para a nova “onda longa” do terceiro estágio do capitalismo (aqui denominado capitalismo tardio) estavam dados no final da Segunda Guerra Mundial, que também teve efeito de reorganizar as relações internacionais, acelerar a descolonização e lançar as bases para a emergência de um novo sistema econômico mundial.

Culturalmente, é nos anos 1960 que as transformações sociais e psicológicas são elevadas à condição de ruptura. A crise da década de 1970 cristaliza o choque entre as infraestruturas e as superestruturas, enunciado o final da onda longa expansiva do pós-guerra, reativando o liberalismo sob novas condições de produção. O ataque ao bem-estar social nos países centrais em razão dos processos de reestruturação produtiva, mediante incremento tecnológico e redimensionamento do emprego da força de trabalho, volta a incrementar as tensões entre o trabalho industrial e o crescimento relativo do setor de serviços. A resposta social do Maio de 1968 é significativa da direção enunciada, momento no qual o neoliberalismo ganha terreno.

No Brasil, é importante que destaquemos, tal processo acontece como influência externa sobre uma base material estranha, considerando que nesse momento o país ainda vivia transformações básicas em termos de industrialização, urbanização e espraiamento da produção capitalista *stricto sensu*. No entanto, a sedimentação dessas tendências e a equalização do acesso à produção cultural de massa apontam para uma sedimentação das ideologias de mercado, as quais assumem condição totalizante e exercem poder hegemônico e central na consecução da política e da reprodução.

Para Jameson (1996, p. 268-269),

a ideologia do mercado não é, infelizmente, um luxo suplementar de ideias e de representação, um enfeite que pode ser removido do problema econômico e depois levado a um necrotério cultural ou superestrutural para ser dissecado por seus especialistas. Ela é gerada pela coisa em si, como sua imagem final objetivamente necessária; de algum modo, as duas dimensões têm que ser registradas juntas, em sua identidade assim como em sua diferença. Elas são, para usarmos uma linguagem contemporânea, mas já fora de moda, semi-autônomas, o que significa, se é que significa alguma coisa, que elas não são realmente autônomas e independentes uma da outra, mas tampouco são idênticas.

Desta forma, produção e mercado incrementam sua interdependência no capitalismo tardio, o que vem apresentando um elevado grau de dominação ideológica e cultural em termos da monetização e estetização da vida. Como já indicado, as tendências premonitórias da manipulação nas redes sociais como espaço de mercado asseguram novas condições para a efetividade da realização do capital, fortalecendo o poderio das *Big Techs* e reduzindo os aspectos políticos da socialização virtual ao marketing e à propaganda.

A dimensão ideológica do mercado assenta-se em uma série de funcionalidades e estruturas, das quais podemos apontar: o reconhecimento via consumo; a manipulação do desejo; a realização do autogerenciamento; o espraiamento da centralidade do mundo virtual para o comércio; e a crescente competitividade em termos de empregabilidade e acesso à renda. Materialmente as implicações encontram-se nos seguintes campos: redimensionamento da estrutura comercial a partir das estruturas do *e-commerce*, que indica para a invisibilidade dos trabalhadores do setor; a afetividade da produção *just-in-time* e sua reverberação na estabilidade do emprego, visto que o trabalho por demanda atinge todos os setores e esvazia a continuidade do significado do trabalho; a internacionalização da produção competitiva que tensiona os mercados nacionais e incrementa os processos de concentração e centralização do capital; bem como implica na intensificação da hierarquização do trabalho entre os setores dirigentes (planejamento, projetos, etc.) e os setores subalternos (de baixa especialização, dispensáveis e requeridos apenas em momentos de demanda).

As determinações da estrutura ocupacional da produção capitalista contemporânea realizam o movimento de lumpemproletarização de amplos grupos de trabalhadores pelo globo, que ao trabalharem precariamente, compõem as camadas dos sobrantes da superpopulação relativa. Nos termos de Maranhão (*apud* BEHRING; ALMEIDA, et. Al., 2010), os trabalhadores cada vez mais engrossam as camadas na superpopulação flutuante, no sentido de que são requeridos pela produção e circulação apenas nos momentos de demanda. Como consequência da produção *just in time* e do trabalho por demanda, esfacelam-se as estruturas tradicionais da organização trabalhista e alteram-se as condições do estatuto do trabalho. As modalidades de trabalho por demanda que apontam para a formação desse contingente de trabalhadores são desigualmente incorporadas à proteção social do trabalho por meio da terceirização, dos contratos intermitentes, do trabalho informal em suas modalidades mais ou menos reguladas (indocumentados ou autônomos).

O avanço da agricultura e da mineração capitalista no Brasil afeta, da mesma forma, as estruturas ocupacionais do interior do país, pressionando, especialmente as comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas), a compor a superpopulação estagnada. As consequências desse movimento indicam uma nova estrutura para o emprego rural e também uma incorporação ainda mais subalterna na estrutura ocupacional urbana. Como produto desse processo, são emblemáticas as situações de trabalho doméstico realizado de forma análoga ao trabalho escravo, sem qualquer reconhecimento legal e com traços de servidão.

Por fim, na seara da estrutura ocupacional, a população relativa estagnada é composta pelos refugos do processo produtivo. O último período desenvolvimentista, ao engendrar as condições de inclusão pela exploração do trabalho, avolumou a população incapaz de vender sua força de trabalho. Os lesionados física e psiquicamente pela experiência de vida e trabalho compõem a crescente população em situação de rua (ressalvadas situações de resistência), bem como a população estagnada que é empurrada para as cidades em razão dos conflitos no campo e/ou do esgotamento dos recursos naturais de seus modos de vida.

A volatilidade ideológica produzida num contexto de participação subalterna na condição de consumidores e eleitores da informação reforça as estruturas do populismo, nas quais a disputa pelas massas se vale das mais espúrias estratégias de confecção de uma realidade fabricada e heterodirigida. Assim, a composição entre os elementos morais e econômicos dos conflitos do trabalho no Brasil coloca as necessidades do capital como espectro no qual são produzidas as utopias de mercado, reforçadas pela inclusão via consumo.

Considerando que os processos de produção da consciência guardam relação com a divisão social do trabalho e a organização política de um determinado território, é importante destacar que por mais que as formulações mercadológicas se encontrem envoltas no caldo da manipulação das massas e na disputa pela direção social da produção e do Estado, ainda que inverídica,

a dimensão ideológica está intrinsecamente incrustada na realidade, que a secreta como uma característica necessária de sua própria estrutura. Essa dimensão é então profundamente imaginária, em um sentido real e positivo; isto é, ela existe, e é real, na medida em que é uma imagem, marcada como tal e destinada a permanecer como tal, sua própria irrealidade e incapacidade de se tornar real sendo exatamente o que é real nela (JAMESON, 1996, p. 270).

Os diagnósticos que apontam para a necessidade de desregulamentação do trabalho e maior eficiência produtiva, além de naturalizar a condição competitiva, encontram no Estado a estrutura de mediação capaz de constituir, na positividade ou negatividade do Direito, o consenso instável em que se assentam a reprodução e a regulação das condições de produção.

Depreendemos daí os movimentos pretéritos e enganosos do caldo cultural de conformação de uma cultura de precarização do trabalho assentada no consentimento ativo dos trabalhadores em conflito, que no contexto de crise do trabalho tradicional e de expectativas de ganhos financeiros, incorporam as retóricas de mercado enunciadas desde a produção cultural que envolve a sociedade civil, caracterizando a capitalização da política e da vida. Essa totalização das ideologias de mercado faz fenecer os sentidos oníricos da vida, cerceando os caminhos da consciência e disciplinando os corpos para a lucratividade, não mais apenas como disciplinamento, mas também como eixo ativo da realização que alce o sujeito a sair da condição em que se encontra, perpetuando um ciclo de positividade imaginária no qual o sucesso econômico apresenta-se como limite.

No contexto da luta de classes, o enfraquecimento da organização sindical tradicional e os apontamentos teóricos e políticos baseados na experiência do fordismo-taylorismo abrem um fosso entre o cotidiano dos “novos” “velhos” trabalhadores, sendo que os discursos modernizantes, como veremos, alçam maior alcance no convencimento e enredamento nos projetos políticos. É importante destacar que a retórica modernizante se faz em oposição às perspectivas de esquerda, visto que “a retórica do mercado tem sido o componente central e fundamental nesta luta ideológica, a luta pela legitimação ou deslegitimação do discurso da esquerda” (JAMESON, 1996, p. 271),

Verifica-se que a produção de um novo consenso desde o alto busca legitimar o incremento da exploração e ceifar direitos para atacar e retroceder nas formas reprodutivas que

se debruçam sobre o trabalho. O movimento político realizado no Brasil, que enlaça práticas e discursos há muito em tensionamento, recupera elementos fundamentais da formação social brasileira encrustada no escravismo, na extrema desigualdade e na desumanização da grande maioria da população.

Nessa direção, buscaremos apresentar os elementos que constituíram a produção do consenso legislativo em torno do trabalho por demanda no setor de serviços, o que consideramos significativo e emblemático do ponto de vista da regulação do trabalho virtualizado que emerge com a intensificação das mediações tecnológicas no âmbito reprodutivo. Trata-se de elemento fundamental de composição de uma cultura de precarização do trabalho baseada nas utopias de mercado, na regressão dos direitos e na adoção de formas pretéritas de trabalho sob o manto do discurso modernizante.

4.2 A REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO POR DEMANDA NO SETOR DE TRANSPORTES

Para realizar a tarefa teórica e analítica de recuperação categorial do movimento ideopolítico que conformou o consenso mediado pelo Estado na definição jurídica da atividade plataformizada no que concerne ao transporte remunerado individual de passageiros, buscaremos recuperar elementos fundamentais para elaboração de um quadro referencial que nos permita identificar a participação da linguagem e, logo, da política e da cultura no convencimento e formação hegemônica da proposta efetivamente aprovada.

O processo legislativo que tematizamos é resultado da articulação das diversas instâncias legislativas nacionais, as quais foram mobilizadas depois de um período de intenso conflito social entre os agentes da produção, especialmente motoristas plataformizados e taxistas. Os conflitos legislativos já emergiam no plano municipal e distrital, momento no qual a polarização e a prevalência dos interesses locais colocaram barragens à aprovação da atividade e de sua continuidade.

As diversas proibições produzidas nos legislativos municipais tiveram como mote a defesa dos interesses dos beneficiários das concessões e permissões públicas de exploração do transporte individual público por meio do serviço de táxis, regulado pela Lei de Mobilidade Urbana e também pelos legislativos municipais nos territórios. É conhecido que as concessões podiam dar-se em condições espúrias e que a exploração do motorista de táxi dava-se também no sentido de um trabalho precário e inseguro. No entanto, pela regulação tarifária e pela

possibilidade de exploração do serviço mediante terceirização, as vantagens competitivas tornavam o serviço rentável.

Associações, coletivos e cooperativas de taxistas buscaram, assim, defender o marco regulatório e colocar a nova atividade de transporte na ilegalidade. As proibições municipais e distritais foram amplamente questionadas na justiça, que na defesa da liberdade econômica, e considerada a imprecisão regulatória da lei, acabaram por liberar a execução do transporte remunerado privado de passageiros por meio das plataformas na maioria dos casos. Por se tratar de uma solução instável e regionalizada, com leis municipais não unívocas que apontavam no sentido da liberação irrestrita, da proibição e da regulação condicional, o tema foi ganhando o debate público e instando o legislativo federal a posicionar-se.

É em 2015 que identificamos os primeiros intentos de debate no âmbito legislativo federal sobre o tema. Em maio de 2015 são apresentados dois projetos de lei que incidem sobre a matéria: o Projeto de Lei nº 1584/2015, de autoria do Deputado Paulo Teixeira (PT/SP), que sugere que a prestação de serviço remunerado de passageiros por intermédio de aplicativo ou qualquer serviço tecnológico seja registrado pelo poder público concedente, propondo alteração no código de trânsito para sujeitar a atividade de transporte remunerado de passageiros à autorização; e também o projeto de Lei nº 1667/2015, de autoria da Deputada Renata Abreu (PTN/SP), o qual aventa vedar a prestação do serviço de transporte público individual remunerado por meio das plataformas de “caronas”, denunciando que se trata de atividade profissional e reservando a atividade exclusivamente ao serviço de táxis. Na prática, ambos os projetos interferem negativamente no ambiente desregulado defendido pelas companhias de tecnologia e transporte.

A partir do início da tramitação dos Projetos de Lei na Câmara dos Deputados, o rito legislativo segue o curso regimental que prevê a análise pelas comissões permanentes (Ciência e Tecnologia, Transportes, Constituição e Justiça, entre outras), comissões especiais, a realização de audiências públicas, constituição de grupos de trabalho e a análise da mesa diretora, que foi de extrema importância para a articulação política envidada na discussão sobre o tema. Nesse espaço é que se identificam as formulações mais relevantes empregadas pelos legisladores com a colaboração justificativa de uma série de instituições partícipes da ossatura material do Estado e, também, da sociedade civil.

Reconhecendo a condição prescritiva do texto e sua capacidade de intervenção social na geração do consenso e da hegemonia, verifica-se a constituição de diferenciados “gêneros do discurso” (BAKHTIN, 2016), contendo enunciados constituídos de seu conteúdo temático,

de estilo próprio caracterizado por seus recursos linguísticos e dotados de uma construção composicional orientada para uma conclusibilidade na qual exista a possibilidade de responder ao posicionamento. É nesse processo que a linguagem e, logo, os enunciados adquirem a qualidade de “correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem” (BAKHTIN, 2016, p. 20).

O processo legislativo concentra os gêneros do discurso, composto de enunciados, relacionados às transformações no mundo do trabalho, relacionando-se com o contexto específico de precarização do trabalho e de regressão nos direitos trabalhistas, bem como com as lutas da classe trabalhadora imersa na cultura do trabalho precário. A produção do sentido dos enunciados atinentes à modernização e à competitividade do mercado de trabalho compõe o eixo central argumentativo, denotando a intenção de flexibilização da relação trabalhista e de fortalecimento do trabalho por conta própria e do trabalho por peça, comumente com o apoio dos grupos de trabalhadores do setor.

A produção dos gêneros do discurso encontra assento nas especificidades da especialização do trabalho, na qual os “especialistas” utilizam-se do discurso competente calcado em matrizes do pensamento, especialmente econométrico, para avaliar e projetar as consequências sociais da atividade em análise. Além de incidir sobre o legislador, o processo de alternância dos sujeitos do discurso faz circular o discurso de forma a mobilizar a determinação da responsabilidade ativa do ouvinte/receptor do discurso. É nesse processo que os grupos em disputa se apropriam dos conteúdos dos enunciados e significam sua conclusibilidade.

Reiteramos que o processo em análise é apenas uma das expressões na qual o contexto de ataque ao trabalho, em razão das necessidades sociometabólicas do capital, se faz presente. Dessa forma, o instaurado conflito social ganha a mediação estatal para a efetiva produção de um sentido e regulamentação que visa estabilizar as relações conflituosas. Como resultado, desobriga-se ou obriga-se os envolvidos quanto aos procedimentos de realização da atividade de trabalho.

O embate discursivo constitui-se, pois, sobre as bases da estrutura pré-existente em relação ao projeto que visa modificá-lo. No caso em análise, afeta as regras de trânsito, a lei de mobilidade urbana e a regulamentação da profissão de taxista. Noutro extremo, as leis trabalhistas, por sua característica positiva, são recrutadas como forma de proteção ao trabalhador, ainda que o debate não compareça de forma sistemática e enérgica na produção legislativa sobre a regulação do serviço de transporte individual de passageiros.

Essa simplificação do processo, por óbvio que pareça, opera transformações ideoculturais que espraiam as consequências da constituição de uma “cultura de trabalho precário”. Os enunciados que suscitam respostas vinculam-se à necessidade da consciência prática inescapável colocada pela posição dos sujeitos e coletivos na divisão social do trabalho, sendo que os trabalhadores plataformizados, próximos às perspectivas práticas do lumpemproletariado e também próximos às perspectivas ideológicas da pequena burguesia ou da chamada classe média, incorporam os enunciados produzidos para enfrentar a estrutura que se quer modificar.

As necessidades impostas pelo contexto de desemprego e financeirização, que tem como corolário a produção do trabalhador coletivo em razão das ideologias de mercado e das proposições econômicas majoritariamente orientadas pela Escola de Chicago, impelem os trabalhadores precários (taxistas) e os ainda mais precarizados (motoristas por demanda) ao enfrentamento com o Estado e as corporações no âmbito legislativo. Nesse processo, a estrutura a ser modificada resiste às intencões de sublevação dos mecanismos de garantias já sedimentados (exploração do serviço de transporte individual público pelos taxistas) em um contexto de ataque às estruturas trabalhistas e à função social do Estado (promovidas pelas personificações do capital no setor), tensionando para a desregulamentação e para as soluções individuais e privatistas em detrimento do que é comunitário e social.

A intervenção política e ideológica por meio do Estado vale-se da comunicação discursiva presente no político para produzir posições como teleologias de segunda ordem que, como dissemos, implicarão no controle ou liberação da atividade profissional relacionada ao transporte individual de passageiros. Por se tratar de atividade de trabalho e ter implicações vinculantes, torna-se o centro do debate acerca da proteção ao trabalho e do papel do Estado na intervenção econômica, mobilizando uma série de gêneros do discurso para estabelecer no seio da ossatura material do Estado uma posição. Como veremos, é possível identificar uma série de gêneros do discurso, de forma não exclusiva, assumindo enunciados técnicos, econômicos e até emocionais.

Nos diversos espaços em que o tema foi tratado, como instituições, fóruns de debate, imprensa, sistema judicial, entre outros, os sujeitos mobilizaram uma gama de gêneros do discurso para resistir às tendências ideopolíticas em curso, bem como outros para transformar as regras estabelecidas. Discursos emocionados de taxistas que perderam renda e com dificuldades para sustentar suas famílias estiveram presentes nos mesmos espaços em que

representantes da empresa Uber apresentavam recursos tecnológicos capazes de redimensionar o trânsito e os problemas de mobilidade urbana.

Mas do que tratam os enunciados envolvidos nas disputas ideoculturais acerca da determinação legal do trabalho por demanda no setor de transportes? Mormente, identificamos que tratam da perspectiva de classe, mais ou menos vinculada ao caldo ideocultural no qual encontram-se imersos os sujeitos sociais. Assim, buscamos nas representações coletivas os gêneros e os sentidos do discurso que operam como convencimento, atribuição de significado e indicativo de direção, disputando a regulamentação que demonstra a força da produção normativa assentada na Ossatura Material do Estado.

O movimento de transformação das forças produtivas e as necessidades de diminuição dos custos de reprodução do trabalho impõem à economia política do trabalho os sacrifícios da gestão da crise social, o que comparece no debate sobre a viabilidade da atividade com a imposição das leis trabalhistas e com constante ameaça à reprodução dos trabalhadores envolvidos, valendo-se da manipulação discursiva para produzir adesão. A produção do sentido por meio dos enunciados elaborados encontra-se calcada em um contexto fracionado, considerando as determinações da alienação e a expropriação histórica da classe trabalhadora.

Na perspectiva de classe, verificamos que

todo enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva. É a posição ativa do falante nesse ou naquele campo do objeto e do sentido. Por isso, cada enunciado se caracteriza, antes de tudo, por certo conteúdo semântico-gramatical. A escolha dos meios linguísticos e dos gêneros do discurso é determinada primeiramente pelas tarefas (pela ideia) do sujeito do discurso (ou autor), centradas no objeto e no sentido (BAKHTIN, 2016, p. 46-47).

Como não se trata apenas da imposição, mas da mediação estatal no sentido da produção do consenso, as tendências da regulamentação da atividade de transporte foram e continuam se dirigindo para um cenário no qual são afastados os direitos trabalhistas, mas com o adendo da proteção social residual como forma mitigadora dos desafios profissionais dos trabalhadores do setor. Nesse sentido, encontra-se garantida a lucratividade da empresa e a externalização dos custos de reprodução de seus trabalhadores. Há, portanto, uma contradição no enunciado genérico de liberdade econômica e de afastamento do controle do Estado, o qual deve assumir o passivo da proteção social para que a empresa atue em condições de total liberalização.

Observado que os gêneros do discurso são produzidos acerca de um objeto real, ou que se pretende real, são dotados de formas de composição e de estilo, sendo expressos em formas comunicacionais diversas, como o texto escrito e a língua falada. Seu elemento expressivo, ou seja, “a relação subjetiva emocionalmente valorativa do falante com o conteúdo do objeto e do

sentido do seu enunciado” (BAKHTIN, 2016, p. 47), intervém nas estratégias comunicacionais inerentes ao processo político. É preciso destacar, como assevera Bakhtin (2016, p. 51), que “só o contato do significado linguístico com a realidade concreta, só o contato da língua com a realidade, contato que se dá no enunciado, gera a centelha da expressão; esta não existe bem no sistema da língua bem na realidade objetiva existente fora de nós”. Logo, trata-se de um posicionamento em relação ao contexto, sendo que os elementos valorativos do contexto em que se opera o debate acerca da regulamentação do transporte individual remunerado de passageiros são caracterizados pela desvalorização da política, pela demonização do Estado e pela falência do modelo fordista-keynesiano como modo de regulamentação hegemônico. Ao mesmo tempo, encontram-se ascendentes as formas financeiras da atividade econômica, os léxicos da autogestão e do empreendedorismo e a máxima da necessidade premente de extirpar os privilégios (sendo que direitos trabalhistas são vistos enganosamente como privilégio para parte dos setores envolvidos).

Assim, novamente destacamos a importância dos elementos da cultura na gestão do conflito social, lembrando que “as palavras não são de ninguém, em si mesmas nada valorizam, mas podem abastecer qualquer falante e os juízos de valor mais diametralmente opostos dos falantes” (BAKHTIN, 2016, p. 48). No conjunto dos discursos engendrados na produção do consenso acerca da desregulamentação do trabalho se reconhece que, como elementos da composição da atividade comunicacional, a entonação expressiva, tão bem manipulada pelos agentes políticos e pelas representações empresariais, torna-se elemento das disputas em questão, lembrando que não são definidoras últimas das decisões, conquanto os limites últimos das disputas se encontrem assentados na atividade econômica em si.

A produção do consenso e da hegemonia como atividade social comunicacional é refratária das condições de produção e de vida em que opera, sendo que por ser de natureza social, como complexo reprodutivo, alude ao processo no qual

[...] a experiência discursiva individual de qualquer pessoa se forma e se desenvolve em uma interação constante e contínua com os enunciados individuais dos outros. Em certo sentido, essa experiência pode ser caracterizada como processo de assimilação — mais ou menos criador — das palavras do outro (e não das palavras da língua). Nosso discurso, isto é, todos os nossos enunciados (inclusive obras criadas) é pleno de palavras dos outros, de um grau vário de alteridade ou de assimilabilidade, de um grau vário de perceptibilidade e de relevância. Essas palavras dos outros trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos, e reacentuamos (BAKHTIN, 2016, p. 54).

No plano discursivo típico da atividade política e legal, que articula os complexos do direito e da linguagem como componentes da reprodução social (LUKÁCS, 2013),

identificamos a formação de um campo composicional que tem como referência a história da comunicação e a história das disputas de classes, incorporando elementos das obras de referência citadas, métodos e argumentos teóricos políticos capazes de produzir enunciados sobre o objeto. No caso em análise, a manipulação dos elementos constitutivos do tema enreda por um esforço de descaracterização do vínculo empregatício, pela descaracterização de que a atividade seja um serviço público e pela necessidade do fortalecimento da natureza intermediadora realizada por uma empresa de tecnologia.

No entanto, os aspectos comunicacionais mobilizados apontam para a reconstituição da hegemonia em torno do tema do trabalho social, para a transformação do processo de proletarização e para a reproletarização de um grande contingente de trabalhadores do setor como processo educativo e formativo. A produção do consenso afeta de diferentes maneiras os agentes envolvidos no conflito em tela, tendo como objeto principal o próprio trabalhador e a disputa inerente aos processos de consciência.

Tematicamente, a discussão da liberdade econômica como direito à livre iniciativa e suas previsões constitucionais igualmente entram em oposição com o interesse público, ensejando o debate que, no contexto que vimos indicando, pende para o privatismo e para visões schumpeterianas de destruição criativa, observada a construção discursiva em torno da modernização e do desenvolvimento irrefreável do incremento tecnológico, considerando obsoletas as formas de regulação social típicas do fordismo industrialista. Essas composições indicadas são constituintes da produção da hegemonia e da tecitura do consenso, determinando a definição da continuidade e do sentido das relações de produção como autorreprodução do capital. Ao fim, esse processo indica o esgotamento real da colaboração de classes e a incidência e mobilização das frações de classe como mote do enfrentamento parcial em torno das sobras da acumulação, depois de garantidas as taxas de lucro do capital.

Para que possamos indicar com maior acuidade as formas políticas constituintes do novo consenso sobre o trabalho, buscaremos nos enunciados positivos dos envolvidos os elementos orientativos e influenciadores da negação da tradição trabalhista e dos direitos sociais regulados pelo Estado. Para tanto, apresentaremos inicialmente as perspectivas das organizações da sociedade civil que comparecem com papel relevante na incidência sobre o processo de regulamentação. Posteriormente, trataremos dos discursos políticos típicos da atividade parlamentar, sendo que a separação entre as instâncias é apenas recurso metodológico para identificação dos agentes e reconhecimento dos discursos, os quais se desenrolam como ação recíproca em razão da natureza da atividade estatal.

4.2.1 A cultura do trabalho precário e o imperativo racional mercadológico do ajuste e da flexibilização: ideologia e trabalho

Além dos elementos já mencionados acerca das forças dissidentes do governo Dilma e das pressões corporativas das entidades patronais para a flexibilização das relações de trabalho em geral, comparecem ao debate público outras forças sociais no âmbito da sociedade civil, de forma a pressionar o Estado no convencimento e agenciar a adoção de formas específicas de intervenção sobre o trabalho. No caso do trabalho por demanda no setor de transportes, o *lobby* empresarial da Uber, bem como instituições econômicas e jurídicas contribuíram para a disputa ideológica que conformou o consenso produzido no legislativo e acatado pelo executivo federal.

Assim, buscaremos evidenciar os conteúdos de cada segmento em questão, de forma a reconhecer as tendências ideológicas em termos discursivos, caracterizando as linhas gerais de suas bases teórico-metodológicas e as consequências políticas para o trabalho e a gestão da atividade de transporte plataformizada. Como agentes sociais das disputas de classe, as personificações (pessoais e institucionais) manifestam-se em razão da atividade prática, expondo seu cabedal ideológico e cultural nos termos da disputa.

A disputa apresenta questões de ordem conceituais, jurídicas e sociais, tensionando as estruturas em vigor e apresentando transformações positivadas que, revestidas de inevitabilidade, fomentaram as forças de tensionamento das estruturas de Estado em direção à regulamentação frouxa do serviço.

Ao nos reportarmos ao transporte individual de passageiros, é patente que a referência mais corriqueira remonta à atividade da empresa Uber, mesmo que existam outras importantes plataformas que ofertam os serviços, como 99, InDriver, entre tantas outras. Assim, como pioneira do setor no Brasil, a atividade transnacional da empresa estadunidense engloba uma vertiginosa expansão, com a captação de capitais de risco e contando com grandes investidores das áreas de tecnologia.

No momento não nos atemos às questões mais específicas da história da empresa, que serão tratadas mais à frente. Logo, buscamos agora caracterizar a atividade empresarial no sentido da garantia da baixa regulamentação, aduzindo de sua cultura organizacional, das relações com os trabalhadores, com os clientes e do *lobby* promovido para enfrentar as resistências legislativas encontradas.

Para recuperar os elementos constituintes da atividade empresarial, valemo-nos de entrevistas de suas representações, da participação de suas representações no processo legislativo, da intervenção midiática realizada pela companhia, das atividades de mobilização promovidas junto a usuários passageiros e motoristas, bem como de produções da mídia não caracterizadas como propaganda, mas como informação. Igualmente, buscamos caracterizar o caldo ideocultural da atividade empresarial, não especificamente da Uber, mas das empresas de tecnologia em geral.

Em Durand (2021) encontramos uma análise profícua no sentido de identificar os elementos ideológicos e materiais constituintes do que o autor chama de "ideologia californiana". Sua tese de regressão tecnofeudal, na qual aventa que a organização empresarial das plataformas de tecnologia opera de maneira a recriar condições feudalistas de vinculação dos trabalhadores, observa que na ausência de uma regulamentação as grandes empresas se coligam para formar quase monopólios e que para maximizar seus benefícios restringem a escolha de seus clientes e se apropriam ou erradicam seus rivais, operando um extenso controle sobre os territórios e os indivíduos. Entretanto, é destacado que consideramos tal processo sob o prisma da regressão do trabalho às formas pretéritas, como o trabalho por peça e o trabalhador por conta própria, sem perder de vista que o autor faz apontamentos relevantes para o desvelamento do caldo ideocultural no qual a empresa Uber realiza sua atividade e promove a expansão de seus serviços.

O incremento da estrutura digital no processo de trabalho vem colocando uma série de novas determinações para a gestão do trabalho e para os trabalhadores, implicando em novas formas de dominação, de territorialização e de relações laborais, as quais ganham contornos de vigilância e estratificação. Todavia, a produção do digital encontra na ideologia da inovação e nos termos da disrupção as bases para realizar transições e refazer processos, transformando as forças produtivas, o que sinaliza para contradições intrínsecas ao modelo de desenvolvimento e os resultados de sua aplicação.

Nesse sentido, é importante localizar no Vale do Silício o espaço geográfico no qual desde os anos finais da década de 1970 as empresas de produção de *hardware* elevaram as descobertas digitais à aplicabilidade que estrutura o mundo digital. É nesse espaço que em 1976 Wozniak e Jobs criaram o *Apple I*, o primeiro computador pessoal.

Por sua conformação histórica, o Vale do Silício atrai a estrutura de empresas emergentes, especialmente da área de tecnologia, promovendo um ambiente profissional de autonomia, satisfação no trabalho, atividade criativa e vida intensa e lúdica. Nos termos de

Durand (2021, n.p), promove “uma aventura coletiva com grandes riscos, mas com grandes promessas de glória”. Ainda para Durand (2021), além dos consensos econômicos baseados no keynesianismo e no Consenso de Washington, há um Consenso do Vale do Silício, o qual apresenta características como o foco nos desafios de inovação e de espírito empresarial baseado na economia do conhecimento. Assentado na experiência californiana, esse consenso apresenta forte apelo ideológico, num movimento que constantemente renova seus postulados e indica sua superação.

Em interação com as determinações do neoliberalismo, o Consenso do Vale do Silício representa um projeto global para o capitalismo que, desde o final dos anos 2000, agencia o livre comércio, a livre circulação de capitais, o igual tratamento de investidores sem distinção de nacionalidade, ou seja, que favorece a atividade transnacional mundializada. Não obstante, tal projeto reverbera sobre as ruínas do Consenso de Washington e enfrenta amplas resistências, vistas as consequências da mundialização neoliberal.

A ideologia californiana assume um papel relevante na reconstrução das ideologias de mercado, de forma que seu constructo deve, para ser considerada ideologia, unir as vontades coletivas e se tornar operativa. Assim, uma ideologia que se pretende dominante deve oferecer uma perspectiva que seja geral e prática, ou melhor, deve propor uma visão de mundo que ao produzir sentido, permita promover ações locais.

De forma geral, a ideologia californiana enaltece as epopeias de mercado, transformando os empresários do Vale do Silício em heróis, os quais defendem a criatividade e a tecnologia em direção a um progresso salvador. Para Durand (2021, n.p), “estimular essa força de propulsão tecnológica do capitalismo é desde a virada do milênio o novo horizonte ideológico das políticas econômicas”.

Organizacionalmente, o desenvolvimento da cultura profissional valoriza a iniciativa, o heroísmo, o propósito e a captura da subjetividade no sentido da incorporação de valores e assunção de metas de vida associadas às utopias de mercado. O empreendedorismo e o empoderamento denotam a tônica da positividade intrínseca aos valores empresariais associados à ideologia californiana produzida no Vale do Silício. Na acepção de Harvey (1993), configura-se como um modo de regulamentação para o trabalho e, logo, para a cultura.

É notório que o início das operações da Uber no Brasil conta com personificações imersas nas ideologias de mercado remasterizadas pelas *Big Techs*. É nesse sentido que o recrutamento de Guilherme Telles para dirigir o início das operações da empresa no Brasil em 2014 é representativo. O diretor da empresa à época é formado pela Fundação Getúlio Vargas

(FGV) e também estudou na Universidade de Stanford, na Califórnia, *alma mater* teórico-metodológica da difusão dos conteúdos econômicos e sociais alinhados com a inovação e disrupção na produção tecnológica e na intervenção social.

Como representação da empresa, o diretor advogou pelo modelo de negócios, com participação ativa na divulgação das atividades empresariais da Uber e na gestão dos conflitos regulatórios. Em sua participação nos espaços de divulgação do empreendedorismo e no recrutamento de motoristas e clientes, narra sua experiência na Califórnia e a vivência do *lifestyle* do Vale do Silício. Acerca da formação, considera um privilégio o período formativo, valorando o lema da universidade que é “mudar vidas, mudar organizações, mudar o mundo”. Nesse sentido, assevera em entrevista a um canal de promoção do empreendedorismo e de cultural digital patrocinado pela Livraria Cultura que se sentia na “obrigação” de levar adiante o que havia aprendido.

Também Daniel Mangabeira, diretor de políticas públicas da Uber durante as disputas do processo de regulamentação, perfaz representação pública da empresa, defendendo a não regulamentação, a caracterização da natureza privada da atividade, a não caracterização do vínculo empregatício e as vantagens sociais em termos de mobilidade e empregabilidade ofertadas pelo modelo de negócios.

Para elucidar os eixos discursivos interventivos da empresa e suas personificações, buscaremos tratar as seguintes temáticas encontradas no material analisado: modelos de gestão e cultura organizacional; debate público sobre mobilidade urbana e futuro das cidades; relação com o poder público, especialmente o legislativo federal; marketing e propaganda; e mobilização social diante da possibilidade de regulamentação rígida. Considerado o processo global do enfrentamento político, compreendemos que esses eixos buscam dar respostas para tensionar o marco regulatório existente e comportar soluções para a regulação frouxa do serviço de transporte individual privado de passageiros.

No que concerne à defesa dos modelos de gestão e à cultura organizacional, que trataremos sob o prisma da ideologia californiana, verificamos a prevalência das proposições típicas da administração racional de cariz mercadológico, influenciada basilarmente por aspectos comportamentais e organizacionais das atividades tecnológicas de inovação e empreendedorismo.

Combatendo os modelos de gestão tradicionais, como o mercado regulado dos táxis, os discursos políticos da empresa utilizam-se das formulações de gestão para defender que o novo modelo “não tem nada a ver com o táxi”, asseverando que “as regras são de outros tempos e

direcionadas para a indústria”. A conectividade e a acessibilidade que a tecnologia produz, e que geram eficiência, são conquistadas justamente por conta da liberdade ou não intervenção, que permite o pleno desenvolvimento das potencialidades do modelo de gestão.

No sentido de incorporar o elemento da modernização ao discurso, as representações empresariais destacam que a regulamentação é um entrave ao empreendedorismo, considerando que este é uma forma de geração de oportunidades. Portanto, regulamentar é fechar uma porta à inovação e uma conciliação com o atraso. Nesse sentido, o discurso ainda incorpora a competitividade internacional para indicar para o legislativo e para as forças de resistência à introdução do modelo que a intervenção é uma mensagem negativa ao investidor externo, que busca um ambiente desregulado e livre para a exploração das vantagens competitivas de mercado.

No plano subjetivo, identificamos a recorrência do termo alinhamento e compartilhamento de valores para enfatizar a crença nas propostas empresariais, mobilizando outros afetos como paixão, persistência e desafio. Para o diretor Guilherme Telles, “persistência é consequência de engajar com a visão”, considerando o objetivo de transformar o setor de transportes e a crença no benefício da atividade. Também remontando ao aspecto do envolvimento, identificamos o idealismo no sentido da crença de que a atividade “pode melhorar a vida das pessoas”, reivindicando uma atuação política de movimento social de transformação no enfrentamento à estrutura estatal normativa que “impede” a liberdade.

As requisições de gestão do conflito e administração da estrutura empresarial contam, igualmente, com metodologias de negócios especificamente direcionadas à gestão de pessoas, demonstrando uma estrutura hierarquizada a partir “dos fundadores” e dos planos de negócios. Mescla, portanto, a liberdade criativa e as práticas organizacionais lúdicas com a dominação das proposições hierarquizadas. Também fazem uso do léxico colaborativo que arregimenta formulações do esporte, como time e equipe, para fortalecer a meritocracia e a interdependência.

Noutros aspectos, valora o intraempreendedorismo para responsabilizar os integrantes do “time” por suas tarefas, considerando que a cultura de responsabilidade e propriedade, advinda do “*own*” — termo utilizado para personalizar o encaminhamento das tarefas e que ratifica a positividade da “missão” —, favorece o envolvimento e a assunção das necessidades empresariais. Assim, a doutrina do foco na resolução de problemas, com a busca de soluções até que a questão esteja sanada, requer a motivação do envolvimento pessoal e a entrega como crença que mobiliza a agressividade e as estratégias de conquista.

O envolvimento e entrega à visão e aos valores da empresa são requisitos fundamentais no âmbito da gestão central, o que da mesma forma comparece para os “parceiros” e clientes como ideologia. As facetas que apresenta são deveras diversas, seja pela utilização de técnicas de propaganda e marketing, que são capazes de produzir um contexto irreal de realização da atividade, a exemplo da socialização, da realização pessoal e do prazer em “oferecer caronas”, etc., seja pela utilização dos números para demonstrar os resultados em termos urbanos, ambientais, entre outros.

Na produção da transformação material e cultural, os discursos consideram que é fundamental a existência do conflito e que toda necessidade de “matar um comportamento” envolve dor e é consequência natural da mudança. A implementação requer, dessa forma, uma mudança de cultura em cada segmento de atuação, sendo que a destruição criativa é justificada pelos benefícios potenciais maiores do que os prejuízos.

Como corolário de uma cultura organizacional que encampa a competitividade aberta, a gestão das consequências psicofísicas danosas e desgastantes para o trabalhador (geralmente altamente qualificado) que compõe o núcleo central da administração dos modelos de negócios do empreendedorismo digital se apropria de proposições relacionadas à autoajuda, às posições motivacionais e também à utilização de técnicas de meditação (*mindfulness*) como apoios à mitigação do cotidiano estressante. Visto que é necessário conviver bem com a pressão e que é preciso gostar do risco e do desafio, as requisições em termos de flexibilidade e constante transformação afetam os trabalhadores das mais variadas maneiras. Não sem razão o ambiente de negócios competitivo mostra-se como prevalente para doenças como *burnout*, altos níveis de *stress* e o cansaço das imposições extenuantes e subjetivamente destruidoras.

Também no sentido de mitigação das consequências e retribuição pelo sucesso, o *lifestyle* do Vale do Silício corresponde a uma vivência idílica baseada no lazer acessado pela capacidade monetária, valorando experiências das mais diversas como distração e possibilidade de expiação diante dos desafios do trabalho.

Ainda no tocante à cultura organizacional, é importante destacar que além da lógica competitiva do esporte (seus léxicos e técnicas), incorpora também o léxico e as técnicas de guerra. O ambiente em constante reformulação requer adequações a situações excepcionais e as estratégias de negócios adotam formulações para atacar, defender e conquistar mercados, consumidores etc.

Se a atividade empresarial central adota, desde a ideologia californiana, os aspectos que vimos mencionando, salientamos que tais formulações encontram lugar transformado ao serem

incorporadas pelos motoristas “parceiros” na lógica do autogerenciamento subordinado. O contexto de crise econômica e de desalento perante um sistema econômico e social em crise recupera as ideologias de mercado como mote da superação das dificuldades, o que no Brasil aponta para uma romantização das dificuldades vivenciadas pelos trabalhadores na garantia de sua reprodução.

Por sua natureza competitiva, privatista e individualizada, mina a solidariedade organizativa — até certo ponto — e identifica a massa de trabalhadores informais com as utopias de conquista via consumo e sucesso econômico. A responsabilidade individual, que atribui exclusivamente ao sujeito as condições de reprodução, comparece como técnica para ativar o comportamento na direção da persistência para o sucesso. Trata-se de importante componente ideológico motivador capaz de induzir o comportamento competitivo típico do empreendedorismo e do empoderamento como elementos do incremento da exploração do trabalho. Da mesma forma, tais assertivas contribuem para o ocultamento das relações de trabalho precárias, visto que deslocam a historicidade da formação do mercado de trabalho e naturalizam a estrutura econômica de apropriação desigual dos produtos do trabalho morto.

Observado que as cidades são o território no qual se expressam as tensões do modo de produção, visto que no desenvolvimento histórico a apropriação da terra e da agricultura são fator fundamental para a produção da classe trabalhadora por meio da expropriação, verificamos que o discurso empresarial conta com importante componente modernizador associado ao funcionamento do ambiente urbano, suas possíveis contribuições em termos de eficiência, de mobilidade e até de preservação ambiental.

Assim, a defesa da introdução da gestão tecnológica do transporte conecta-se à imagem de uma cidade inteligente, fluída e reconectada com a natureza, destoando da cidade caótica, cheia de carros, poluída, na qual se perde tempo nos deslocamentos e que produzem perda na qualidade de vida. É nesse sentido que o *lobby* empresarial se utiliza do monitoramento e da dataficação para manipular e produzir informações sobre a mobilidade nas cidades e para inferir que sua introdução contribui para a melhora na infraestrutura urbana, especialmente por sua capacidade de eficiência.

A empresa argumenta que um Uber bem utilizado tira até 20 carros da rua, desonerando a infraestrutura pública e melhorando os tempos de deslocamento. Considera que “ele está sempre no lugar na hora certa” (MAN IN THE ARENA, 2015), observado que os carros não ficam parados e que menos carros circulando produzem um benefício coletivo derivado da eficiência. Como produto da dataficação, as representações da empresa garantem: “a gente

consegue provar com estudos” que há uma maior eficiência. Destacam também a interconectividade, exibindo números e gráficos que apontam que “a Uber adiciona ao ecossistema de transporte” (MAN IN THE ARENA, 2015), fazendo a conexão com os *hubs* de transporte público e contribuindo para resolução do problema urbano da última milha.

Nesse sentido, o discurso incorpora também a garantia da segurança das pessoas que vivem nas periferias, que podem ser atendidas por um serviço que viabiliza a chegada em casa em horários de pouca disponibilidade de transporte público, desconsiderando os custos e as dificuldades de acesso. Desconsidera, ainda, os conflitos inerentes à territorialização das cidades brasileiras, nas quais o território é marcador segregacional e que impacta, no caso do transporte individual de passageiros privado, na recusa de corrida para áreas periféricas consideradas um risco.

Não obstante, o discurso reforça que a atividade da empresa contribui para o transporte público e para a melhora a malha viária inteira, sendo que a produção de dados sobre o tema remonta ao monitoramento das corridas, tempos, destinos etc., e da colaboração com órgãos de planejamento urbano das municipalidades brasileiras. É nesse sentido que os resultados são componentes fundamentais para a campanha pela regulamentação frouxa do serviço, visto que a estratégia da empresa foca em “comunicar o benefício real” de forma a “esclarecer e educar” a população (MAN IN THE ARENA, 2015). Assim, é constante a menção de que se trata do “futuro da mobilidade”, para o qual se encaminha naturalmente e que as intervenções em contrário são consideradas retrocessos.

No sentido da eficiência, o enaltecimento das soluções tecnológicas perfazem outro componente importante, sendo que o algoritmo é considerado a engenharia digital de dados que divide a cidade em losangos de 1 metro quadrado para determinar a distribuição espacial de motoristas e gerenciar e processar o complexo de solicitações no sentido de garantir menor tempo de espera possível, a distribuição equitativa das corridas entre os parceiros e a confiança do usuário com disponibilidade sempre que este precisar. É sabido, e buscaremos explorar na próxima sessão com mais detalhamento, que tal possibilidade está assentada nas formas de vinculação do motorista como trabalhador, em especial pelos elementos da gamificação, pelo estabelecimento de metas e pela classificação dos motoristas de acordo com a disponibilidade (quanto maior, melhores as condições de realização do trabalho e os rendimentos).

Dessa forma, considerando a cidade e o espaço urbano como elementos-síntese da produção capitalista, é notório que a empresa adentra os aspectos da reprodução no ramo do transporte, de forma a viabilizar a realização da mercadoria e a infraestrutura logística de

deslocamento necessária, se apropriando de parte da mais-valia produzida por meio da utilização tecnológica em concorrência com o transporte coletivo e o transporte individual público. O faz com a exploração dos recursos e da força de trabalho dos motoristas e, por meio do pagamento dos usuários, abocanha parte da riqueza social.

É preciso destacar ainda que as soluções tecnológicas envolvem também o projeto de introdução dos carros autônomos, que além de substituir o trabalho do condutor do veículo, tendem a monopolizar ainda mais o setor de transportes. A justificativa para sua introdução é a de que se pode reduzir 90% dos veículos na rua, reforçando os ganhos de eficiência da modernização sem considerar seus impactos sociais.

Ainda nesse sentido, observada a tendência monopolizante do setor em razão das melhores condições de realização e vantagens competitivas, outros setores, especialmente as representações de taxistas, denunciam que a empresa Uber buscou conquistar mercado com o rebaixamento dos preços, sendo esta a estratégia de apresentação do serviço e fidelização do usuário. O *dumping* econômico de que a empresa é acusada é estratégia corrente para eliminar a concorrência, aumentar a participação no mercado e estabelecer o controle de preços. Logo, a estratégia de médio e longo prazo vai de encontro aos benefícios apresentados pela eficiência que incidiram na queda do preço.

A relação da empresa com o poder público, ou seja, com o Estado em suas diversas conformações institucionais, buscou enfrentar a permeabilidade da intervenção política do corporativismo do ramo dos táxis, de forma a viabilizar a transformação do marco regulatório. Considerando que as municipalidades enfrentaram a questão para indicar a proibição ou a regulação considerada excessiva, a empresa apoiou-se no judiciário para manter a atividade, sendo que este último buscou garantir a liberdade econômica como eixo justificativo da derrubada de leis municipais consideradas super-reguladoras.

Os discursos, utilizando-se das justificativas sobre mobilidade e benefícios tecnológicos, requisitam do poder público maior racionalidade, denunciando o que consideravam uma apropriação regulatória pelo grupo econômico representante do setor de táxis. Assim, como processo caudatário das ideias de inevitabilidade, as representações empresariais propunham a construção de uma legitimidade para a atividade da empresa no sentido da internalização da atividade econômica com o mínimo de intervenção possível.

A regulamentação racional requerida pela empresa visava a determinação de regramentos para o exercício e não de acesso, ou seja, buscou afastar a necessidade de concessão pública, de placa vermelha e de territorialização restrita para que cada motorista

pudesse atuar em jurisdições para além das do emplacamento do veículo. Na defesa de seus interesses, mobilizou a sociedade civil, por intermédio de usuários e motoristas do aplicativo, para organizar a pressão coletiva sobre o poder público, asseverando que “o poder público existe para representar a sociedade”. Logo, se a sociedade avalia bem o serviço e demanda sua continuidade, deve buscar soluções para sua regulamentação.

Observado o ambiente desregulado no início da atividade, a empresa argumenta que até que se prove que uma empresa não está fazendo o melhor para a cidade, o poder público não deve proibir. Da mesma forma, os reveses regulatórios, do ponto de vista da empresa, intensificaram os discursos que, no bojo do conflito, mobilizaram as forças sociais contra o poder político, utilizando-se das bases eleitorais para pressionar os legisladores. O Projeto de Lei inicial da Câmara dos Deputados encaminhado ao Senado (PLC 28/2017) constituiu uma derrota aos esforços de liberação e pouca regulação, enunciando um novo período de esforços para convencimento da população e, logo, do poder público.

No período da disputa regulatória as atividades de marketing e propaganda da empresa intensificaram-se, buscando caracterizar a atividade do modelo de negócios como atividade comunitária, de relevância social e garantidora de renda e satisfação no trabalho. A campanha lançada na televisão aberta em julho de 2017 enfatizava que a Uber se trata de “um jeito diferente”. No comercial, o ator que interpreta um motorista assevera que a “Uber é um jeito diferente de as pessoas voltarem pra casa e também um jeito diferente de eu ganhar o meu dinheiro” (NETTO, 2017). Faz alusão às necessidades de transporte dos usuários, demonstrando situações nas quais o serviço é requerido, como a volta de festas, do trabalho, bem como destaca que o motorista tem tempo para realizar atividades não profissionais com a família. Na sequência de cenas, o ator busca a filha na escola e também vários carros se transformam em um, momento no qual se afirma também que a “Uber é um jeito diferente de ajudar a cidade e também de investir no futuro da Fernanda [filha do motorista no comercial]” (NETTO, 2017). Na sequência, a cena reproduz uma pessoa no trânsito olhando o relógio e depois dentro do transporte como passageiro e afirma que a Uber “é um jeito diferente dele aproveitar o seu tempo e de eu aproveitar o meu” (NETTO, 2017). No caldo da defesa da atividade como sustento de centenas de milhares de motoristas, assevera ao final do comercial que “Com a Uber você ganha dinheiro toda semana e dirige por quanto tempo quiser” (NETTO, 2017).

A necessidade do marketing e da propaganda no sentido de realizar a tarefa ideocultural de sedimentar o modelo de negócios, convencendo motoristas e passageiros da segurança da

atividade, utiliza-se especialmente das histórias individuais para propagar as oportunidades da empresa. Amplas campanhas nas cidades utilizaram-se de imagens dos motoristas para denotar o engajamento dos “parceiros”. Histórias reais de motoristas que encontraram na atividade a oportunidade de renda diante do desemprego, que podiam realizar outras atividades profissionais, estudar ou mesmo ter tempo para a família compunham as peças de propaganda com a finalidade de fortalecer a marca.

No mesmo sentido, a empresa também buscou realizar mobilização social para contrapor o processo legislativo que se encaminhava para uma regulação rígida. Para tanto, divulgou e promoveu abaixo-assinado entregue ao Senado com 77.900 páginas de assinaturas. O documento tem o seguinte cabeçalho:

O transporte privado por aplicativos como você conhece pode deixar de existir no Brasil. Existe um projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional (PLC 28/2017) que ameaça acabar com os aplicativos de mobilidade urbana em todo o país. Ele obriga motoristas privados de todos os aplicativos a ter licenças para circular, iguais às exigidas dos táxis (placa vermelha). Com isso, *o congresso vai restringir o direito das pessoas de escolher como se movimentar nas cidades e acabar com a oportunidade de renda para milhares de motoristas parceiros*. Se você quer garantir seu direito de escolha e fazer sua voz ser ouvida, participe do abaixo-assinado por um Projeto de Lei moderno e apoie um outro modelo de regulamentação de aplicativos no Brasil. Desta forma, milhares de motoristas parceiros terão sua oportunidade de renda garantida e você, o seu direito de escolha garantido. #juntos pela mobilidade. (SENADO FEDERAL, 2017 - grifos nossos).

A campanha nas redes sociais igualmente buscou promover a pressão pública pela retirada dos quesitos que imporiam restrições à realização irrestrita da atividade, motivando usuários e motoristas a contatarem parlamentares e pressionarem por uma alteração nos termos da proposta de regulamentação. Os grupos de motoristas presentes nos espaços consultivos e deliberativos do legislativo, mas também de outras instituições, eram regulares, buscando contrapor o *lobby* dos táxis e defender os valores e práticas da empresa. Os usuários também foram mobilizados com o envio de mensagens pelo aplicativo da empresa, fomentando a mobilização contra as iniciativas legislativas, especialmente depois da proposta inicial da Câmara dos Deputados.

Ao mesmo tempo, manifestações já pressionavam a empresa pelo reajuste dos preços e questionavam práticas de gestão que envolviam o bloqueio e o banimento de motoristas. Assim, ao mesmo tempo que defendiam o modelo de negócios como forma de garantia de trabalho, os trabalhadores já vivenciavam as consequências típicas da exploração do trabalho e se organizavam para reivindicar melhorias na realização da atividade de trabalho.

Por fim, no mesmo sentido da utilização de histórias pessoais de usuários e motoristas, os discursos das representações da empresa incorporaram as narrativas individuais de sucesso, destacando experiências de conquista da autonomia, de viabilização de outras atividades (como no caso de músicos que trabalhavam fazendo corridas na Uber para viabilizar a participação em outros projetos, responsáveis por famílias que podiam cuidar de seus filhos, pessoas que melhoraram a comunicação e socialização) e, fundamental, pessoas que puderam encontrar na atividade uma fonte de renda. A exploração do chamado *dumping social*, mobilizado pelo recrutamento de profissionais com características específicas em razão das necessidades, se fez presente como estratégia de convencimento, a exemplo do grupo das mulheres com filhos, para as quais se indicava que a atividade permitia flexibilidade na acomodação das duplas ou triplas jornadas.

Por seu turno, o *lobby* associado aos motoristas de táxis, tanto detentores de licenças individuais quanto grupos econômicos que geriam frotas de veículos, buscou caracterizar o transporte individual de passageiros plataformizado como ilegal, mobilizando o poder político local nas câmaras de vereadores para impor restrições às atividades da empresa. Por mais que tenham logrado sucesso em diversas cidades, as leis foram questionadas judicialmente e as diversas decisões acabaram por sustar os efeitos das proibições, mormente para defender o direito à livre iniciativa econômica.

As representações de taxistas e organizações da categoria buscaram defender a exclusividade do município para regular o sistema de transporte, o que facilitava a atuação legislativa no âmbito do poder local. Logo, advogavam que, para que se alterassem tais prerrogativas, deveria haver uma mudança na legislação federal que, mantida como estava, caracterizaria a ilegalidade do serviço prestado pela Uber e, por consequência, por outros aplicativos de transporte individual de passageiros sem licença.

O grupo buscou denunciar o abuso do poder econômico da empresa Uber, a qual valia-se de *dumping* predatório para realizar a captura do mercado, de forma que os baixos preços e as condições praticadas não seriam contínuos, mas apenas uma estratégia para sedimentação no mercado e controle da oferta. Também denunciam que a empresa gastaria quantias significativas com advogados e equipe de marketing para enfrentar as resistências, bem como que oferecia vantagens como o pagamento de multas para motoristas para facilitar a realização da atividade, o que algumas falas compararam à estrutura do crime organizado. A denúncia constante da utilização do poder econômico para promover suas atividades é significativa no

sentido de indicar a desigualdade das condições de disputa no mercado e sua contradição com a defesa da empresa acerca da livre iniciativa.

Os discursos nos espaços coletivos envidaram esforços para também denunciar as situações de risco em que são colocados usuários e motoristas, expondo situações de assédio e violência para descredibilizar a atividade de transporte plataformizada, defendendo a regulação dos táxis e o fato de que a seleção envolve uma série de requisitos que garantiriam a segurança da oferta do serviço de transporte com concessão pública. Também os depoimentos individuais de trabalhadores de táxi buscaram denunciar as consequências da nova atividade para seu sustento, com discursos emocionados sobre as dificuldades enfrentadas depois da entrada das companhias de transporte em rede no mercado de transporte.

Da mesma forma, os grupos organizados buscaram caracterizar os números de trabalhadores para defender seu emprego e fonte de renda. Argumentando que se trata de uma categoria centenária e que muito contribuiu para o desenvolvimento histórico brasileiro, denunciam o desrespeito com a história social da categoria e as formas de ataque dos trabalhadores da Uber e da empresa, que estaria promovendo uma campanha de difamação com elementos de preconceito e racismo.

Ainda na seara das representações externas incidentes sobre o processo de regulamentação, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) emitiu, em setembro de 2015, documento que considerou ser um “primeiro esforço [...] no objetivo de obter melhor compreensão dos mercados de transporte individual de passageiros, mais especificamente para os mercados de táxis e caronas pagas” (CADE, 2015a, p. 5). Para tanto, buscou avaliar modelos regulatórios do setor, mapear as decisões internacionais de outras autoridades antitruste e relacionar as consequências da implantação do modelo a partir das métricas de modelos de equilíbrio urbano.

No tocante às autoridades antitruste, faz menção à agência correlata mexicana, a qual recomendou a governadores e ao chefe do Distrito Federal que reconheçam os serviços de caronas pagas e que “não adotem medidas no sentido de proibir ou banir tais serviços” (CADE, 2015a, p. 8). Como justificativa, o subscritor do documento do CADE, Luiz Alberto Esteves, indica que os argumentos da autoridade antitruste mexicana “são representativos de uma parcela não negligenciável das opiniões proferidas por acadêmicos, gestores de políticas públicas e autoridades ao redor do mundo”, complementando que “[...] aplicativos como o UBER endereçam de forma amplamente satisfatória vários problemas que originaram a regulação dos táxis nas cidade, principalmente decorrentes da assimetria de informações nesses mercados”.

Ao mesmo tempo, busca caracterizar experiências de desregulamentação do próprio mercado de táxis, utilizando como referências as experiências da Irlanda, da Nova Zelândia, da Suécia, da Noruega, da Holanda, dos EUA e do Canadá. A partir de estudos referenciados, infere que a desregulamentação do setor de táxis implicou em: imposição de requerimentos de qualidade na medida em que os requisitos de entrada e os preços são desregulados, o que geraria uma maior competição e impedimentos à entrada indiscriminada de novos motoristas; que os preços não são necessariamente reduzidos quando liberadas as tarifas, implicando em crescimento do preço em média e variância; maior oferta de táxis; valorização das experiências de desregulamentação realizadas de forma gradual; e a não interferência na perda de qualidade do serviço (CADE, 2015a).

Conclusivamente, considerando o modelo de equilíbrio parcial (que desconsidera a relação de um mercado com outros mercados relacionados) infere que a desregulamentação do mercado de táxis avaliada aumentou a variabilidade dos serviços prestados, bem como tendencialmente implicou no aumento de preços. No entanto, faz um adendo para justificar a tendência de aumento do preço indicando que “é assumido que o agente regulador estabelece preços corretos de equilíbrio, sendo que, em verdade, na maioria dos casos avaliados na literatura, os preços máximos represam potenciais aumentos” (CADE, 2015a, p. 11).

Na sequência, por mais que a avaliação dos modelos de desregulamentação indique uma tendência ao aumento dos preços, mesmo que os preços estivessem represados pela regulação pública, o autor retoma o debate para indicar que a legalização dos serviços de “caronas” e a desregulamentação do serviço de táxis apresenta expectativa de “redução generalizada dos custos de deslocamento dentro das cidades” (CADE, 2015a, p. 12). Para justificar a nova elaboração acerca dos preços, utiliza-se de estudo local de Kleiman que conclui que os carros da Uber “atendem as chamadas na metade do tempo atendido por um táxi e suas corridas custam em média 50% do valor das corridas de táxis” (CADE, 2015a, p. 12), desconsiderando a totalidade dos preços e a forma de organização da distribuição do serviço de táxi na cidade utilizada como referência.

Na busca por avaliar os impactos e externalidades da introdução da atividade, avança do modelo de equilíbrio parcial para abranger modelos de equilíbrio urbano. Utiliza paradigma da teoria neoclássica sobre o tamanho das cidades para indicar a necessidade de redução do *sprawl* urbano, ou seja, a diminuição do tamanho das cidades, sobre o qual a desregulamentação tem impacto negativo, visto que favorece o deslocamento e o espraiamento das cidades.

Indica, nesse contexto, que é preciso relativizar o controle do mercado de transporte individual de passageiros em observância das necessidades do planejamento urbano e dimensionamento das cidades. A linha argumentativa apresenta, pois, indicações contrárias em relação ao modelo desregulamentado, mas contrapõe o próprio argumento inferindo que “pode-se verificar que os enormes benefícios trazidos pela tecnologia dos aplicativos usados nos serviços de caronas pagas são altamente eficientes em mitigar os problemas de informação assimétrica nos mercados de táxi” (CADE, 2015a, p. 14). Sem prejuízo, segue informando que a avaliação do modelo em relação à questão urbana carece de estudos complementares.

A valoração da informação fornecida pelo transporte individual de passageiros realizada por aplicativo apresenta-se como mote da controlabilidade da oferta dos serviços e como serviço datafocado para utilização na criação de novos modelos, motivo pelo qual são criticadas as assimetrias informacionais do modelo de táxis.

Mesmo com a argumentação científica em contrário, desfere que “a proibição dos serviços de caronas pagas continua sendo economicamente injustificada” (CADE, 2015a, p. 14) por dois motivos: que a proibição de soluções que promovem o aumento do bem-estar para um grupo de consumidores é desnecessária e contraproducente e que o controle das externalidades poderia se fazer com a adoção de políticas anti-*sprawl*, como a adoção de pedágios urbanos, revisão do zoneamento urbano ou a taxa pigouviana (CADE, 2015a).

Voltando a buscar o nexo da oferta do serviço de “caronas pagas”, infere não se poder “descartar a possibilidade de que um mercado bem estruturado de caronas pagas possa contribuir com políticas anti-*sprawl*” (CADE, 2015a, p. 14), trazendo à tona que a atuação do setor no serviço porta a porta evite a ocupação dos pontos de táxis e que substitua os carros particulares, diminuindo a necessidade de estacionamentos “abrindo assim espaço para um maior grau de adensamento nos centros urbanos, além de maior compactação das cidades” (CADE, 2015a, p. 15).

Retornando à análise do mercado de táxis, o autor faz referência à história do mercado, que é marcada por *public takeovers*, “ou seja, serviços nasceram privados e se tornaram público por conta de suas imperfeições de mercado (assimetria da informação, externalidades, etc.)” (CADE, 2015a, p. 17). Cita o contexto da Grande Depressão e o aumento significativo de táxis, que produziram problemas de mobilidade que demandaram a captura regulatória para, além da liberdade econômica, garantir o interesse público.

Não obstante, retrocede no argumento para indicar que isso “não significa que os processos de desregulamentação não sejam bem-sucedidos ou que não criem mercados

saudáveis” (CADE, 2015a, p. 18) e que “a experiência de desregulamentação dos mercados de táxis providencia exemplos para todos os gostos e preferências” (CADE, 2015a, p. 18). Buscando capturar aspectos favoráveis ao argumento da desregulamentação, retoma o caso holandês, considerado de sucesso pela literatura especializada, para indicar que a política gradual de desregulamentação do mercado de táxis esteve associada a uma série de medidas integradoras orientadas pelo poder público.

Na sequência, o texto apresenta uma série de indicadores, estudos, e previsões de caráter econométrico que indicam aspectos negativos da desregulamentação, mas sempre fazendo menção aos ganhos práticos e aos benefícios para um grupo de consumidores que veem aumentado seu bem-estar. Os aspectos negativos encontram-se relacionados à ocupação do solo, ao impacto na mobilidade urbana e, ao fim, o texto faz menção às externalidades produzidas pelo baixo preço, questionando se os ganhos de grupos de consumidores compensam a perda de bem-estar causada pelas externalidades. Aqui, é patente que tenhamos em mente as consequências sociais do trabalho de que trataremos mais adiante, ou seja, as externalidades vivenciadas pelo grupo de motoristas que assumem efetivamente as externalidades da atividade.

Tecendo considerações acerca dos fundamentos da desregulamentação do mercado de táxis, o Esteves ainda assevera que “a lógica da desregulamentação e busca por políticas liberalizantes decorre fundamentalmente de uma ótica econômica de equilíbrio parcial, nos moldes da análise microeconômica clássica de bem-estar, onde o excedente do consumidor é claramente reduzido por conta do peso morto das restrições impostas pela regulação” (CADE, 2015a, p. 45). Todavia, dadas as contingências da desregulamentação, indica que “os consumidores toleram a regulação por considerarem que o mercado apresenta falhas, principalmente decorrentes de assimetria de informação”, mas que “[...] quando tais falhas são solucionadas, a regulação perde sentido e o movimento refratário dos reguladores seria basicamente motivado pela captura regulatória” (CADE, 2015a, p. 45).

A constante menção à captura regulatória indica a posição acerca do movimento dos taxistas na defesa corporativa da atividade legalmente instituída. Mesmo reconhecida a necessidade da regulação em vários âmbitos (para o consumidor e para o impacto no equilíbrio urbano), o autor retoma a argumentação no sentido de vivificar duas hipóteses: a de que o avanço tecnológico implicará que o mercado de táxis se restrinja ao “segmento porta a porta por meio de chamadas telefônicas” (CADE, 2015a, p. 45); e de que “o consumo de viagens por

meio de transporte individual de passageiros não gera externalidades negativas” (CADE, 2015a, p. 45).

Se em várias passagens Esteves reconhece que a regulação enfrenta problemas de segurança, de proteção econômica dos consumidores, de congestionamentos e maximiza o desempenho do sistema, acaba por segmentar o serviço de táxis e inferir que as tecnologias das plataformas de transporte endereçam várias problemáticas que demandaram a regulação do mercado de táxis, como a precificação, o cadastramento de motoristas com requisitos de segurança e o pagamento por meio eletrônico. Dessa forma, acaba por concluir que

[...] é necessário discutir a regulação do mercado de transporte individual de passageiros, visto que não há elementos econômicos que justifiquem a proibição de novos prestadores de serviços de transporte individual. Para além disso, elementos econômicos sugerem que, sob uma ótica concorrencial e do consumidor, a atuação de novos agentes *tende* a ser positiva (CADE, 2015a, p. 48 - grifo nosso).

Já em documento de dezembro de 2015, também o CADE, pelo mesmo economista-chefe, Sr. Luiz Alberto Esteves, apresenta pesquisa para fazer constatações acerca do impacto do aplicativo Uber sobre as corridas de táxi porta a porta. Metodologicamente, argumenta que o estudo “fornece um exercício empírico baseado em técnicas comumente utilizadas em experimentos laboratoriais com grupos de controle e de tratamento” (CADE, 2015b, p. 6).

A pesquisa compara números dos aplicativos 99taxi e Easy Taxi no período em que a Uber não operava no Brasil e em período em que se verifica a concorrência entre as modalidades de transporte individual de passageiros. A pesquisa também conta com grupo de controle em que se comparam os números de municípios em que a Uber não operava em nenhum dos períodos, do qual são obtidas as variações nas corridas sem a intervenção da concorrência.

Como conclusão inicial, o estudo infere que

os resultados obtidos não fornecem qualquer evidência de que o número de corridas de táxis contratadas nos municípios do grupo de tratamento (com presença do aplicativo Uber no período Depois da Entrada) tenham apresentado desempenho inferior aos do grupo de controle (sem presença do aplicativo Uber no período Depois da Entrada). (CADE, 2015b, p. 7).

No entanto, faz uma advertência metodológica no que concerne aos resultados, visto que “a considerar a experiência em outras localidades, onde o portfólio de serviços do aplicativo Uber já esteja fortemente consolidado, podemos esperar que em algum momento a expansão do aplicativo no Brasil seja amparada, ao menos parcialmente, por meio da substituição entre caronas pagas e corridas de táxi” (CADE, 2015b, p. 8). Assim, a análise não apresenta uma consistência temporal segura para que se façam inferências sedimentadas e representativas da realidade concorrencial.

O embasamento metodológico está assentado no “método econométrico de estimação por meio do modelo de diferenças-em-diferenças, onde a identificação dos efeitos se dá pela comparação intertemporal de grupos de tratamento e de controle, ou mais especificamente, por meio da estimativa econométrica do parâmetro δ da função de regressão especificada pela equação” (CADE, 2015b, p. 15). Variáveis como a frota de veículos das cidades pesquisadas e a estimativa das corridas de táxi apenas na Bandeira 1 buscaram adequar o modelo de estimação da possível concorrência⁹⁵.

Realizado o experimento natural para estimar o impacto da introdução dos serviços da Uber no desempenho das corridas oferecidas por aplicativos de serviço de táxis, a pesquisa conclui que

Em termos de exercícios empíricos aplicados à política antitruste, isso significa que não podemos sequer assumir (ao menos nos períodos aqui analisados) a hipótese de que os serviços prestados pelo aplicativo Uber estivessem (até maio de 2015) no mesmo mercado relevante dos serviços prestados pelos aplicativos de corridas de táxis 99taxi e Easy Taxi. (CADE, 2015b, p. 7).

Visto que os números indicam inclusive um aumento da oferta de corridas dos aplicativos de táxi depois da introdução dos serviços da Uber, o estudo aventa também que a Uber tenha preenchido uma lacuna de demanda reprimida. Dessa forma, o estudo

Demonstrou que o aplicativo, ao contrário de absorver uma parcela relevante das corridas feitas por táxis, na verdade conquistou majoritariamente novos clientes, que não utilizavam serviços de táxi. Significa, em suma, que até o momento o Uber não “usurpou” parte considerável dos clientes dos táxis nem comprometeu significativamente o negócio dos taxistas, mas sim gerou uma nova demanda. (CADE, 2015b, p. 8).

Apesar de todas as conclusões e indicações de efeito não concorrencial, o estudo adverte que nenhuma das empresas ou modelo de negócios se encontrava em estágio de maturidade, o que inspira cautela metodológica, sem que isso interfira na validade do discurso produzido por meio dos números.

Ao final do texto, o estudo retoma a argumentação para destacar que “a tendência é que a rivalidade entre os serviços de caronas pagas e de corridas de táxis cresça ao longo do tempo, gerando diferentes graus de substitutibilidade em diferentes nichos de consumidores, ou seja, uma situação competitiva vivida diariamente pela ampla maioria dos agentes econômicos” (CADE, 2015b, p. 25-26). O estudo utilizou dados apenas dos aplicativos de táxis,

⁹⁵ O modelo de regressão utilizado tem a seguinte equação:

$$\ln Q_t = \alpha + \beta t + \gamma T + \delta tT + \varepsilon_t \quad [1/\varepsilon_t \sim N(0, \sigma^2)]$$

desconsiderando as corridas regulares de táxis, visto que para a construção do modelo foram consideradas apenas as variáveis concorrenciais, ou seja, de mesma natureza, não podendo inferir que a introdução da Uber de fato não concorra com o serviço e que gere distorções concorrenciais, especialmente se consideramos o *dumping* predatório que promove a captura do mercado. Não obstante, o estudo conclui que “[...]até o momento o Uber não ‘usurpou’ parte considerável dos clientes dos táxis nem comprometeu significativamente o negócio dos taxistas, mas sim gerou uma nova demanda” (CADE, 2015b, p. 23).

Denotando o viés nítido das personificações e dos modelos e métodos utilizados, o mesmo Conselho Administrativo de Defesa Econômica no ano de 2017, já sob a direção de Guilherme Mendes Resende⁹⁶, infere em novo estudo que “no mercado de transporte individual de passageiros, por exemplo, nota-se que há um claro conflito entre a Uber e o tradicional serviço de táxi” (CADE, 2017, p. 2). A nova avaliação do Conselho contrapõe a versão anterior⁹⁷ para indicar que existe a concorrência, mas no seu decorrer defende o modelo de negócios e valoriza os benefícios aos consumidores.

A revisão de literatura proposta no estudo, que objetiva analisar estudos sobre os impactos da economia de compartilhamento nos mercados setoriais, indica que tanto no âmbito dos transportes como também no de hospedagem existem variadas conclusões sobre o real impacto das plataformas. Afirma, dessa forma, que “esses resultados divergentes indicam que também não há consenso na literatura empírica em relação aos efeitos concorrenciais das plataformas P2P” (CADE, 2017, p. 2).

Parte das inferências sobre a discussão do marco concorrencial levam em consideração o *Google Trends* para inferir que o aumento de popularidade da Uber no mecanismo de busca

⁹⁶ Guilherme Mendes Resende tem formação em Direito, Economia e Administração. Coursou pós-graduação em nível de mestrado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutorado na *London School of Economics* (LSE). Trabalha como servidor de carreira no CADE e desenvolve estudos e pesquisas na avaliação de modelos concorrenciais, métodos quantitativos e desenvolvimento regional. No tocante à formação e influência ideológica, é patente reconhecer que sua *alma mater*, a LSE, se identifica com o ethos forjado na teoria de Bertrand Russell e tem como nome importante Friedrich Von Hayek, sendo que a Hayek Society promove o liberalismo clássico entre seus estudantes. Se a internacionalização tem sido um requisito para o avanço dos programas de pós-graduação e para a política educacional na área, resta-nos questionar seus efeitos em termos neocoloniais e a adoção de referenciais acadêmicos das economias centrais e seus modelos (econômicos, jurídicos, etc.) para a realidade brasileira. Como componentes da administração racional do Estado, aparentemente tais referenciais contribuem para a administração subordinada do capitalismo dependente, inviabilizando modelos alternativos.

⁹⁷ O referido estudo faz essa indicação da seguinte forma: “Esteves (2015b) que conclui que a Uber apenas criou uma nova demanda, o estudo ora em desenvolvimento sugere que após um período maior de entrada no mercado, o serviço da empresa Uber além de criar uma nova demanda (capturando usuários que antes não utilizavam o serviço de táxi) está rivalizando e conquistando passageiros dos aplicativos de táxi (99Taxi e EasyTaxi)”. (CADE, 2017, p. 2).

da *Google* não foi acompanhado de uma diminuição dos aplicativos 99Táxis e EasyTáxi, o que para Resende

[...] também sugere a criação de uma nova demanda por transporte individual de passageiros. Ou seja, é possível observar dois movimentos. Primeiro, uma queda da popularidade dos aplicativos de táxi a partir da entrada da Uber. Isto pode sugerir uma rivalidade de fato entre as plataformas. Segundo, o crescimento da popularidade da Uber foi muito superior que a queda da popularidade das plataformas, fato este que sugere a criação de uma demanda anteriormente não atendida pelas plataformas de táxi. (CADE, 2017, p. 3).

A análise do universo informacional, como comumente realizada pelas metodologias de marketing segmentado e até por metodologias de pesquisa científica, utiliza-se da interação nas redes para aferir conceitos sobre a realidade do mercado em questão, valendo-se apenas das buscas em mecanismo de pesquisa na internet.

Na linha da modernização e enaltecendo a utilização das tecnologias na resolução de problemáticas próprias do mercado de transporte individual de passageiros, a mesma nota técnica defende a pouca regulação como estratégia para viabilizar a disponibilidade de carros e motoristas. Para o CADE,

tendo em vista as inovações tecnológicas que são capazes de minimizar as falhas de mercado, faz sentido cada vez menos regulação neste mercado de transporte individual de passageiros. Por exemplo, regulações muito restritivas podem ter impacto sobre a oferta de carros disponíveis (menos carros) que irão de alguma forma impactar nos preços das corridas (preços mais elevados), levando a uma diminuição do excedente do consumidor. (CADE, 2017, p. 4).

As conclusões técnicas do órgão de Estado, dotado de relativa autonomia diante da direção executiva do Estado, mas a ela subordinada, buscaram ratificar os posicionamentos da empresa e compuseram a argumentação em prol da regulamentação pouco restritiva como forma de fomento ao incremento tecnológico e ao fortalecimento da concorrência.

Em estudo posterior à regulamentação, apenas para que ponderemos a manutenção das tendências levadas a cabo pelo CADE, a avaliação de denúncia realizada pela Associação de Motoristas Autônomos de Aplicativos (AMAA), na qual se questiona a prática de *dumping*, indica que inexistem elementos suficientes para a caracterização de violação da ordem econômica, destacando que no mandado do CADE está incluso o fomento à concorrência (CADE, 2018).

Assim, afasta qualquer infração à ordem econômica que seja de sua competência, mas assevera que continua aberto para recebimento de demandas desta natureza e indica ainda que seria aconselhável que as empresas de transporte em rede avaliassem seu modelo para que os próprios motoristas pudessem colocar o preço nas corridas, incentivando o sistema de leilão já adotado pelo aplicativo InDriver.

Por fim, cabe salientar a notoriedade do caráter manipulatório dos resultados dos estudos tecnicizados estimativos produzidos pelo CADE, revelando que os resultados se encontram na vinculação econômica e filosófica de seus produtores. A salvaguarda técnico-científica administrativa, que opera uma série de outros estudos para indicar, por exemplo, a inviabilidade da previdência, os custos das políticas sociais e até as necessidades racionais, apresenta distorções na medida em que se encontra ideologicamente enviesada pelo caldo científico que anima seu quadro técnico.

A participação contributiva e justificativa das conclusões do CADE colaborara para o processo de racionalização decisória, servindo como substrato técnico-científico para embasar as decisões políticas, ou ao menos para assentar-lhes as bases. Portanto, no âmbito econômico a instituição favorece a argumentação quanto à regulamentação frouxa, mesmo que sua metodologia indique problemáticas que vão na direção contrária.

Não obstante, no tocante ao debate jurídico e legislativo sobre o tema, traremos à baila as ficções produzidas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), considerando suas variações regionais e levando em conta a intervenção legislativa da OAB/DF que se somou ao trâmite legislativo federal, bem como trataremos das indicações da consultoria legislativa do Senado sobre o tema.

Do material analisado, consideramos o resultado de audiência pública realizada pela OAB, seccional do Rio de Janeiro, espaço no qual estiveram reunidos representantes da Uber, dos taxistas, do poder público municipal e as instâncias internas do órgão. Verifica-se, com base no material analisado, uma não univocidade quanto às formulações jurídicas, sendo que os contextos e a pressão dos grupos de interesse foram de fundamental importância para a organização dos discursos.

Em audiência pública na Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Rio de Janeiro, a composição diversa e a organização da categoria dos taxistas contribuíram para que os discursos proferidos pendessem para a necessidade de regulamentação, com um amplo espectro de normas que se estendiam desde a proibição até a regulamentação com exigência similar às impostas ao serviço de táxis.

Temas como o direito do consumidor, a segurança dos passageiros, a qualidade do serviço etc. serviram de base para a realização da disputa entre os dois serviços. Comparecem ao debate ainda as prerrogativas de defesa do direito do consumidor como mote da defesa de um serviço desregulamentado, garantindo a promoção do bem-estar do grupo de consumidores

que circunstancialmente acessa um serviço com preço minorado em razão do *dumping* econômico e social promovido pela empresa.

Já a OAB seccional do Distrito Federal (OAB/DF) manifestou-se em 2015 acerca das contendas distritais que apontavam para a proibição do serviço de transporte individual de passageiros oferecido pela Uber no DF. Assim, emitiu parecer pela Comissão de Assuntos Constitucionais para indicar a competência exclusiva da União para legislar sobre transporte, bem como reivindicou a inconstitucionalidade da medida em razão da livre iniciativa, da liberdade para o exercício de qualquer trabalho e da liberdade de realização de qualquer atividade econômica como livre iniciativa.

Para destacar a inconstitucionalidade da legislação proposta, apoiou-se na jurisprudência que retirou dos estados o poder de legislar sobre assuntos de transporte, mesmo que o DF acumule também as prerrogativas típicas da instância municipal que está habilitada para tanto. A OAB/DF também assentou seu argumento de inconstitucionalidade na Lei de Mobilidade Urbana para defender que o transporte privado individual é um tipo de serviço aberto, não sendo o transporte individual privativo dos taxistas.

Entretanto, visto que a Lei de Mobilidade Urbana não caracterizava o transporte individual privado, os subscritores do parecer defendem que “diante da ausência de regulação dos serviços de transporte oferecidos de forma privada, estes não podem ser considerados ilícitos, sob pena de ofensa ao princípio do livre exercício de atividade econômica” (OAB/DF, 2015, p. 5).

Em contraposição ao que chamou de reserva de mercado no transporte individual de passageiros, a elaboração busca defender a liberdade econômica e de atividade com base nos dispositivos constitucionais (art. 1º, IV, CF; art. 170, parágrafo único, CF), bem como destaca que a jurisprudência vem rechaçando a reserva de mercado na defesa da livre concorrência.

Logo, o órgão opina “pela inconstitucionalidade formal do PL 282/2015, por sua ofensa ao art. 22, incisos IX e XI, da Constituição Federal, e por inconstitucionalidade material, por violação dos artigos 1º, IV, 5º, XIII, e 170, caput, IV e par. único, todos da Carta Magna” (OAB/DF, 2015, p. 8).

O léxico discursivo liberalizante delinea os contornos da avaliação da proposta por parte da Comissão de Assuntos Constitucionais da OAB/DF, de forma que as máximas do livre mercado constituem os pontos de apoio à decretação da inconstitucionalidade. Outros aspectos relevantes acerca dos conflitos com a legislação trabalhista ou mesmo com o direito do

consumidor são negligenciados, apontando para a tendência operante naquele momento de judicialização da questão.

Os profissionais liberais, como integrantes da classe média material e ideológica comumente tendem a se identificar, por princípio, com os pilares do liberalismo, em especial os destacados. Assim, o afastamento da ação estatal positivada na regulação de acesso e de realização da atividade no âmbito dos transportes remonta às infrações constitucionais. Dessa forma, não considera os dispositivos constitucionais em contrário, que apontam para a defesa da existência digna e da justiça social, e conforme apontam seus princípios⁹⁸, a não primazia do interesse econômico por sobre a liberdade de iniciativa.

Não obstante, considerados os limites do direito como complexo reprodutivo negativamente orientado para a resolução do conflito social, é patente que a produção jurídica sobre o tema busca criar um ambiente desregulado, que somado às inferências teóricas e práticas das utopias de mercado, age no sentido da defesa da atividade empresarial negligenciando outros aspectos da questão da regulamentação do transporte individual de passageiros e defesa dos interesses sociais. As contradições observadas no processo, destacadas em audiência pública como direito ao contraditório, revelam as formas de produção do consenso jurídico a partir do envolvimento e da participação dos agentes.

Como trabalho, a produção jurídica utiliza-se do envolvimento, da identificação das resistências e dos pontos convergentes para mobilizar o discurso competente de forma a produzir a norma. Logo, as discussões sobre a legalidade da atividade viabilizam o reconhecimento dos discursos, as práticas dos agentes em conflito e buscam mediar as formulações de forma a impor, pela linha de menor resistência, as tendências econômicas hegemônicas.

O processo legislativo contou ainda com inferência da Consultoria Legislativa do Senado, expressa na série Textos para Discussão, nº 185, no qual trata da proposta de marco legal para o transporte individual de passageiros tendo em vista a “economia compartilhada” e a “Política Nacional de Mobilidade Urbana” (MENDES; CEROY, 2015). De antemão, os autores Mendes e Ceroy (2015) indicam que a economia de compartilhamento está criando uma

⁹⁸ “Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: I - soberania nacional; II - propriedade privada; III - função social da propriedade; IV - livre concorrência; V - defesa do consumidor; VI - defesa do meio ambiente; VII - redução das desigualdades regionais e sociais; VIII - busca do pleno emprego; IX - tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte. Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei”. (BRASIL, 1988).

base sólida em vários setores econômicos e que seus efeitos se estendem desde os baixos preços até a comodidade e praticidade dos serviços oferecidos.

A busca por compatibilizar o modelo de negócios da *sharing economy*/economia de compartilhamento com o setor de transportes objetiva “analisar a possibilidade de incorporação da economia compartilhada à Lei de Mobilidade Urbana” (MENDES; CEROY, 2015, p. 5). Os autores partem do pressuposto de que a economia compartilhada remonta à socialização e às facilidades da mediação informática, considerando que plataformas como Uber e AirBnB são derivações de plataformas P2P de compartilhamento de arquivos⁹⁹.

A série argumentativa que marca o arco composicional do discurso igualmente incorpora as noções de eficiência, aproveitamento de capacidade ociosa e os benefícios¹⁰⁰ para a mobilidade e a questão urbana. Incorpora a defesa do livre mercado e destaca a visão schumpeteriana¹⁰¹ da destruição criativa como modelo de movimento sequencial da alteração da ordem econômica e social.

Para os autores, que consideram o modelo de negócios da Uber como componente da economia compartilhada — o que buscaremos tensionar na próxima seção deste capítulo —, o novo paradigma econômico difere do “capitalismo tradicional” pelo “aproveitamento do excesso de capacidade e funcionalidade de bens duráveis, assim como pelo uso de meios tecnológicos que facilitam e aprimoram a qualidade e eficiência de produtos e serviços” (MENDES; CEROY, 2015, p. 8).

A positivação das transformações operadas pelo incremento tecnológico por sobre o véu do compartilhamento remonta a uma “reforma cultural”, na qual se considera que se “altera o teor de alto consumo que pautava as relações sociais” (MENDES; CEROY, 2015, p. 8). Assim, tem-se em questão que “esta nova economia diferencia-se em grande medida do capitalismo tradicional, que tinha como sua grande mola propulsora o ato de possuir e de acumular a maior quantidade possível de bens” (MENDES; CEROY, 2015, p. 8). A desmercantilização apontada

⁹⁹ Muitas dessas plataformas foram proibidas por se considerar que violavam direitos autorais.

¹⁰⁰ No texto para discussão 185 são consideradas as seguintes características básicas da economia compartilhada: “o compartilhamento de bens ociosos; o uso avançado da internet e de redes móveis; o comprometimento com os clientes através das redes sociais; e o ‘ranqueamento’ dos serviços, que oferece maior proteção e segurança ao usuário e, conseqüentemente, minora os efeitos perversos decorrentes da assimetria de informação existente entre vendedores e compradores, falha de mercado que acaba sempre por prejudicar os últimos, que possuem menos dados acerca do produto negociado” (MENDES; CEROY, 2015, p. 08).

¹⁰¹ Defendendo a importância do livre mercado para o desenvolvimento capitalista, os autores recuperam a máxima schumpeteriana da destruição criativa para indicarem o seguinte ciclo econômico: “a partir do conhecimento (ciência e tecnologia) existente na sociedade, de novas ideias e da identificação de oportunidades, esforços são transformados em novos produtos e serviços comercializáveis, que, posteriormente, viram fonte de matéria prima para novos empresários, substituindo e, portanto, destruindo a ordem anterior.” (MENDES; CEROY, 2015, p. 12).

como produto da reforma cultural vai de encontro às tendências mercadorizantes e mercantilizantes dos serviços, apresentando uma falácia, ao menos no contexto a que se refere.

Outro eixo central da argumentação engloba a necessidade premente de diferenciação do novo paradigma, considerando “que esse ramo da economia não pode ser interpretado a partir de modelos antigos” (MENDES; CEROY, 2015, p. 9). A estratégia de fixar o discurso no “novo”, na inovação e na transformação em oposição aos direitos constituídos, de forma a modificar a regulamentação, é central para acoplar à noção geral de “modernização”.

Para tanto, os autores reafirmam que “sem o entendimento desta grande revolução econômica que vem alterando os rumos dos mercados, tende-se a enxergar as empresas oriundas da economia compartilhada com base em um paradigma único e ultrapassado (MENDES; CEROY, 2015, p. 9). Novamente a oposição do novo com o ultrapassado redundando na necessidade de inovação e transformação dos marcos regulatórios.

No sentido do papel legislativo, a consultoria em questão aponta que “é fundamental a avaliação de como e de qual deve ser a resposta legislativa ao fenômeno da economia compartilhada, que, como destacado, tem revolucionado diversos setores da economia, criando novas formas de agir, consumir e empreender.” (MENDES; CEROY, 2015, p. 10). Já indicando o sentido da resposta legislativa, as proposições apontam que a regulamentação deve ser “suave, flexível e aberta a novas experiências, mantendo a retroalimentação do ciclo das inovações e acompanhando as mudanças tecnológicas e científicas da sociedade contemporânea” (MENDES; CEROY, 2015, p. 12) e que “cabe, assim, aos sistemas regulatórios proporcionar um ambiente favorável ao aperfeiçoamento e desenvolvimento do processo evolucionário inerente ao capitalismo” (MENDES; CEROY, 2015, p. 12).

A insistência no novo paradigma e nas necessidades de uma regulamentação diferenciada em defesa da inovação participa da constituição dos marcos da ruptura do pacto social do trabalho, que sob ataque direto, é transformado no processo de erosão do trabalho regulado e dos serviços regulamentados. Assim, o discurso comunitarista e autopromotor da economia de compartilhamento contribui para o fortalecimento das contrarreformas ao destacar as visões schumpeterianas sobre o progresso e o desenvolvimento como naturais e irreversíveis.

A consultoria legislativa se esforça também para destacar o artigo 170 da Constituição de forma a defender a livre iniciativa, visto que considera que “a intervenção estatal representa uma restrição ao protagonismo dos particulares consagrado pelo poder constituinte” (MENDES; CEROY, 2015, p. 10). Não obstante, faz alusão à necessidade da intervenção estatal no sentido de promover o melhor funcionamento do mercado “de forma a otimizar o bem-estar

dos consumidores e usuários” (MENDES; CEROY, 2015, p. 11). Tais proposições vão ao encontro das propaladas formas de regulação que se atenam especificamente às condições de oferta do serviço de transporte, negando qualquer possibilidade de regulação do acesso.

Na esteira dos discursos liberais que incorporam também elementos do “consenso do Vale do Silício”, Mendes e Ceroy (2015), ao tratar novamente do papel do legislativo na construção do marco regulatório, afirmam que este deve orientar-se “[...] pelos princípios constitucionais que sustentam a *Ordem Econômica e Financeira* nacional, de modo a permitir a expansão da *competitividade*, o estímulo à *inovação* e, por fim, o *desenvolvimento socioeconômico*” (MENDES; CEROY, 2015, p. 13 - grifos nossos).

Sobremaneira, a oferta do serviço passa a ser orientada em benefício do consumidor e não do cidadão usuário, motivo pelo qual se identifica que os temas atinentes às contendas judiciais acerca do transporte individual de passageiros têm sido tratados pela justiça comum, afastando do direito do trabalho as demandas de motoristas e tirando do direito público as demandas de usuários que são tratadas pelo direito do consumidor.

No âmbito da Política de Mobilidade Urbana, Mendes e Ceroy (2015) asseguram que as soluções oriundas da economia de compartilhamento representam a adoção de um novo paradigma, que altera a lógica de consumo e propriedade e favorece mudanças culturais que contribuem para soluções de mobilidade. Esse novo paradigma representa o que chamaram de “reforma cultural”, visto que transforma a necessidade de posse do veículo e favorece o compartilhamento, o que apresentaria uma série de benefícios para o tráfego e também incidiria sobre aspectos como a diminuição dos custos ambientais.

Para tratar do tema no Brasil, o estudo da consultoria legislativa faz apontamentos acerca da ineficiência do transporte público e da tendência à aquisição de veículo para que se tenha mais conforto e segurança no transporte, o que impacta negativamente no tráfego. Esse discurso aventa uma conclusibilidade que indica que

a opção do compartilhamento de carros mostra-se como uma alternativa ao problema das grandes cidades brasileiras, uma vez que permitiria uma espécie de reutilização dos veículos, ou seja, o mesmo carro poderia ser usado por diferentes usuários, facilitando questões relativas a estacionamento, ao próprio tráfego urbano e, inclusive, reduzindo a emissão de gases poluentes. (MENDES; CEROY, 2015, p. 15).

O argumento vai na mesma linha do discurso adotado pela companhia Uber quanto à questão da mobilidade urbana¹⁰².

¹⁰² Mais que isso, a argumentação destaca a questão dos impactos e dos benefícios à mobilidade urbana no âmbito da própria lei, inferindo que “a proposta igualmente reforça diversos outros princípios e diretrizes centrais da Lei de Mobilidade Urbana, como o ‘desenvolvimento sustentável das cidades, nas dimensões socioeconômicas

No enredamento da circulação do discurso, é notório que o estudo do CADE, o qual já citamos e indicamos seus principais elementos, comparece no Texto para Discussão 185 da Consultoria Legislativa do Senado para manifestar os benefícios do mercado de transporte individual de passageiros por meio das empresas de transporte em rede. Assim, depreendem da exaltação da economia de compartilhamento a consequente importância do modelo para resolver problemas de mobilidade e para atender aos “anseios da população por meios confortáveis e seguros de circulação” (MENDES; CEROY, 2015, p. 15).

A consultoria legislativa também caracteriza indicativos da Política Nacional de Mobilidade Urbana, que dá consequências às determinações constitucionais que indicam que a regulação do transporte e do planejamento urbano são de competência dos municípios (referência ao artigo 21 da Constituição Federal), sendo que a competência da esfera federal da Administração do Estado está relacionada com a definição de parâmetros centrais a serem observados pelas municipalidades (MENDES; CEROY, 2015). Nesse sentido, são reunidos os argumentos técnico-legislativos para determinar a competência da instância federal.

O enredamento das competências nos níveis de governo acaba por indicar uma impossibilidade de proibição por parte das municipalidades, sujeitas à legislação federal quanto aos parâmetros, mas também a uma limitação da esfera federal em regulamentar, visto que é no território que devem ser construídas as regulamentações, conforme dispositivo constitucional. Se a Lei de Mobilidade Urbana apenas cita a existência do transporte individual privado de passageiros sem caracterizá-lo, os autores inferem, quanto ao transporte individual privado que “[...] a própria lei, apesar de prever tal modalidade, apenas não a disciplina, o que é plenamente justificável, pois o transporte privado individual não representava à época uma opção no que concerne à mobilidade urbana” (MENDES; CEROY, 2015, p. 17).

Buscando utilizar-se dos argumentos jurídicos evocados nas decisões que impediram o avanço de legislações proibitivas nos municípios e já lidando com Projetos de Lei proibitivos na Câmara e no Senado, os autores reforçam também que

o silêncio da lei, no entanto, não significa a ilegalidade dos serviços já prestados por meio de diversos aplicativos de smartphone, que – diante da existência de regulamento específico – encontram-se protegidos no âmbito da livre iniciativa e da liberdade profissional, ambos valores constitucionalmente assegurados. (MENDES; CEROY, 2015, p. 16).

e ambientais’(art. 5º, II), a busca pela ‘eficiência, eficácia e efetividade na circulação urbana’ (art. 5º, IX), e, sobretudo, a ‘mitigação dos custos ambientais, sociais e econômico dos deslocamentos de pessoas’”(art. 6º, IV). (MENDES; CEROY, 2015, p. 17).

A defesa da legalidade e as indicações por uma regulamentação frouxa destacam, por fim, que a proposta legislativa deve estar balizada por duas iniciativas com vistas à adequação legislativa: 1) alteração da Lei de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587, de 2012) quanto à definição da nova modalidade de transporte, bem como “no que se refere à competência do poder público e das autoridades municipais e na previsão de danos decorrentes da prestação do serviço” (MENDES; CERROY, 2015, p. 19); e 2) “é imprescindível a adição do transporte privado individual às categorias previstas pelo CTB [Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 1997)], assim como a exigência do registro dos veículos junto às autoridades competentes” (MENDES; CERROY, 2015, p. 19).

Se ao final nem todas as determinações da proposta legislativa indicada pelo documento foram acatadas, influenciaram a caracterização do transporte individual remunerado de passageiros que passou a figurar na Lei nº 13.640, de 2018, bem como contribuíram para o escopo técnico jurídico levado em conta quando das discussões da proposta. Por esse motivo, constituem o caldo de inferências presentes nas disputas pela regulamentação do transporte individual de passageiros que passaremos a analisar a partir da ação legislativa no Congresso Nacional.

4.3 PRODUÇÃO DO CONSENSO LEGISLATIVO: ATIVIDADE POLÍTICA E IDEOLOGIA

Como já indicado, a pressão para que o legislativo federal tratasse da matéria da regulamentação do transporte individual de passageiros remonta aos conflitos nos legislativos municipais, às intervenções judiciais e à necessidade de produção do consenso em torno da matéria. Em 2015 os primeiros intentos de regulamentação rígida e proibição já tramitavam na Câmara dos Deputados, mobilizando os envolvidos no acompanhamento do tema e produção de estratégias de enfrentamento, como assinalado anteriormente.

Importa destacar que o período em questão abarca o período de crise econômica e política a que aludimos, visto que ao final de 2015 o pedido de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff mobiliza as forças políticas no sentido da recomposição da hegemonia no legislativo federal. Os processos internos de tramitação contam com as colaborações externas a que fizemos referência e apresentam particularidades quanto à articulação política. Como veremos, os blocos organizados em torno da recomposição das forças políticas vão se alterando e, após o Golpe Jurídico-Político, sedimentam novas alianças para organização da atividade

legislativa. Nesse sentido, a descentralização verificada interfere nas pressões exercidas pelas bases eleitorais, pelos interesses empresariais e pelas formulações teóricas e políticas a que se referem os agentes parlamentares. Por esse motivo, muitos partidos acabaram liberando suas bancadas nas votações, de forma a garantir as articulações individuais de cada parlamentar.

Um conjunto de proposições foi apresentado no Congresso Nacional desde maio de 2015, quando o primeiro Projeto de Lei, de autoria do Deputado Paulo Teixeira (PT-SP), foi apresentado na Câmara dos Deputados. Para visualizarmos a linha do tempo das proposições, colocando em relevo a proposição do Projeto de Lei nº 5.587, de 2016, de autoria do Deputado Carlos Zarattini¹⁰³, que efetivamente prosperou e sob o qual foram apensadas as outras iniciativas legislativas, precisamos recuperar o processo legislativo de tramitação, que contou com o encaminhamento e votação inicial do PL 5587, seguindo como PL 28 para o Senado e retornando à Câmara para análise de emendas e transformações significativas quanto à proposta inicial.

Ao mesmo tempo, a diversidade de interesses vigentes no momento de crise de hegemonia política fazia correr por fora a expansão do trabalho por demanda que operou num vazio normativo em razão da inexistência do debate das leis de regulação da internet e serviços digitais. A expansão da atividade fez-se por meio de uma intensa campanha de marketing e propaganda, vinculando-se às proposições ideológicas, especialmente a do empreendedorismo e da gestão econômica do sujeito social como unidade econômica atomizada.

Essa intrincada relação, que buscamos explicitar anteriormente, concorre para o caráter modernizador da regulamentação frouxa do transporte individual de passageiros, apresentando um cenário que é também de inevitabilidade. Para caracterizar a forma de construção do consenso em torno da modernização, trataremos dos arranjos políticos e das negociações realizadas (com diversos reveses) no âmbito legislativo.

Como síntese do processo mobilizador que os conflitos suscitaram no período anterior, a regulamentação pelos ritos parlamentares manifesta a incorporação dos elementos fundamentais do consenso, estando sujeito às relações de poder e influência da composição do

¹⁰³ Deputado Carlos Zarattini (autor da proposta inicial). O deputado, longe de que possamos validar uma prosopografia completa, mas apenas para que tenhamos elementos para conhecer o agente político em questão, é economista e tem uma atuação profissional e política em torno do ramo de transportes. Como líder da minoria no momento da discussão acerca da regulamentação do transporte individual de passageiros, atuou contra as propostas do governo Temer que caracterizam a contrarreforma posta em marcha pelo golpe jurídico-político. Sua *alma mater* é a Universidade de São Paulo, na qual graduou-se e posteriormente cursou especialização em engenharia de transportes.

poder legislativo. Lembremos que o Congresso eleito em 2014 apresenta um perfil bastante conservador e manifesta a ascensão de forças políticas forjadas desde as manifestações de 2013.

Os momentos cruciais da regulamentação se concentraram na primeira votação em plenário realizada pela Câmara dos Deputados em 04/04/2017 — que deu origem ao PL 28 encaminhado ao Senado —, a votação do PL 28 no Senado Federal em 31 de outubro de 2017, que alterou substancialmente a proposta inicial, e a votação dos substitutivos apresentados no Senado apreciados em plenário pela Câmara dos Deputados em 28/02/2018. Nesse sentido, é importante mencionarmos que desde maio de 2016 o afastamento da presidenta Dilma Rousseff colocou a governabilidade sobre as bases em distensão do governo Temer, sendo que a bancada do governo se absteve da discussão nas casas legislativas e não produziu qualquer acordo de veto. Sobre o tema, o Presidente do Senado Eunício de Oliveira (MDB/CE) afirma que

O Líder do Governo nesta Casa, Senador Romero Jucá, disse que, como esta não era uma matéria de interesse do Governo, o Governo não ia se manifestar nem para um lado nem para o outro. A não ser que houvesse a unanimidade dos Líderes num entendimento, aí o Governo, sim, aceitaria fazer aquilo que fosse a determinação de todos os Líderes desta Casa. (SENADO FEDERAL, 2017, p. 52).

Na ocasião das votações em questão, tanto na Câmara quanto no Senado, o desmonte promovido pelo acordo em torno da agenda proposta pelo MDB em parceria com diversos setores da estrutura política brasileira foi se delineando, apesar da abstenção da representação do governo.

A reunião dos diversos interesses foi se forjando na complementação das pautas de cada setor, levando a distensões e reposicionamentos. Assim, a produção direta do consenso no caso da regulamentação do transporte individual de passageiros contou com a atuação das hierarquias legislativas, negociações durante as sessões, entre outros artifícios para a produção do consenso, especialmente na Câmara dos Deputados quando do retorno da proposta inicial totalmente alterada no Senado.

Considerando o processo inicial de produção do consenso legislativo quanto ao transporte individual de passageiros, a fala do Presidente da Câmara naquele momento, o Deputado Rodrigo Maia, demonstra o esforço legislativo para instruir o processo. Em sessão deliberativa, afirma:

Costurei. Conversei com muitos líderes, inclusive com o Líder do PP. O texto foi construído com apoio da maioria dos Líderes. O Deputado Daniel Coelho vai relatar esse apoio que a maioria dos Líderes deu, e há uma divergência, principalmente do Deputado Carlos Zarattini, em dois ou três pontos, sobre os quais ele me disse que apresentaria emendas, para tentar, digamos, ampliar o texto que certamente será lido pelo Deputado Daniel e que foi construído a partir de conversas com muito Líderes – não com todos, mas com uma boa

parte dos Líderes –, nos últimos dias. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017, p. 109).

As pautas fundamentais em torno da municipalização da regulação específica, bem como das exigências de acesso e oferta do serviço de transporte individual de passageiros vieram ao plenário com as alterações feitas pelo relator Daniel Coelho (PSDB/PE), as quais retiravam a necessidade de autorização do poder público municipal. No entanto, pela emenda substitutiva nº 1, o Deputado Carlos Zarattini (PT/SP) recolocou a exigência de autorização do poder público municipal e a proposta foi aprovada em votação nominal.

Sobre o tema, o Deputado Afonso Florence (PT/BA) destaca que

A emenda do Deputado Carlos Zarattini apenas regulamenta o funcionamento do Uber, preserva os direitos dos taxistas e, ao mesmo tempo, garante que, regulamentada e enquadrada em regras, a prestação de serviço público de transporte de passageiros possa ser feita com transparência. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017, p. 197).

Por seu turno, o relator Daniel Coelho (PSDB/PE)¹⁰⁴, que havia tensionado a transformação do projeto inicial, assevera:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós fizemos aqui, reitero, um relatório extremamente equilibrado. No entanto, essas emendas estão desfigurando por completo a iniciativa que havia neste Plenário de regulamentar o sistema de aplicativos – essa era a intenção do Plenário. No momento em que é aprovado um destaque pedindo placa vermelha [...], a intenção não é outra senão a de inviabilizar a regulamentação do sistema de transporte privado. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017, p. 197).

No bojo da trama legislativa, considerada a vitória inicial das perspectivas regulamentadoras, o relator ainda assevera que

[...] um projeto aprovado nesses termos dificilmente virará lei. *Ele não vai ser aprovado desse jeito pelo Senado*. O que nós estamos construindo é uma aberração do ponto de vista jurídico, é um Frankenstein. O projeto vinha na linha da regulamentação, e agora foi completamente desfigurado e destruído por essa lógica de divisão da sociedade que o PT adotou para tentar fazer política neste País, como se a votação aqui opusesse quem é a favor e quem é contra o táxi. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017, p. 197 - grifos nossos).

No tocante à municipalização, a fala do relator, que aglutinou o conjunto de acordos e demandas dos blocos parlamentares, demonstra o caráter conciliador da proposta nesse quesito.

Daniel Coelho (PSDB/SP) infere:

nós buscamos aqui adaptar o texto a um formato pelo qual caiba aos Municípios fazer a regulamentação específica, deixando bem claro que fica permitido o sistema de transporte por aplicativo, mas que os detalhes vão caber a cada cidade, a cada Município, como está na legislação, garantindo-se

¹⁰⁴ O Deputado Daniel Coelho (relator) é administrador, tendo se formado na Universidade Federal de Pernambuco. É mestre pela Universidade de Bournemouth (Reino Unido). Tem sua atuação marcada pela defesa da pauta ambiental e conhecidamente fez oposição interna no PSDB depois que o partido apoiou o governo Temer, motivo pelo qual filiou-se ao CIDADANIA ainda em 2018.

a segurança dos usuários e a concorrência. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017, p. 110).

Os pré-acordos realizados pelas representações partidárias e pelos líderes de partidos entre si fortaleceram a natureza do substitutivo do relator que garante ao município a regulamentação, depois de estabelecidos os critérios fundamentais por parte do legislativo federal. O contexto de crise política havia também colocado em questão o federalismo brasileiro e a invasão de atribuições privativas dos municípios acabou por dar relevância ao debate sobre as responsabilidades dos entes federativos, de forma que os discursos buscaram sempre acomodar o fato de que não se estaria suplantando uma atribuição municipal, mas disciplinando as linhas de sua atuação.

Os discursos proferidos durante a discussão da sessão deliberativa apontaram para algumas tendências como: defesa da modernização das relações de trabalho e da infraestrutura urbana, defesa da atividade econômica e da livre concorrência, defesa da liberdade do consumidor e defesa do emprego dos trabalhadores envolvidos. É patente que temas como a defesa da atividade econômica ou a defesa do emprego são válidas tanto para o *lobby* da empresa Uber e de seus motoristas organizados quanto para taxistas e as empresas que exploram a atividade em diversas cidades brasileiras.

No entanto, considerando as forças em disputa na Câmara dos Deputados, verificamos que os intentos de regulamentação nesse primeiro momento foram bem acolhidos diante das propostas liberalizantes que acompanharam a discussão. Isso porque muitos partidos e suas representações encontravam-se pressionados pela luta dos taxistas.

Igualmente, o discurso da criação de emprego e a defesa da fonte de renda dos trabalhadores plataformizados figuraram como central no debate, o que teve um contraponto na defesa da profissão de taxista e na legalidade do conjunto normativo que garantia o exercício da atividade por parte da categoria. Nesse sentido o autor do projeto inicial, Deputado Carlos Zarattini (PT/SP), assegura:

[...] nosso objetivo aqui não é proibir a entrada de novas tecnologias e a possibilidade de mais trabalhadores exercerem o serviço público de transporte. O que nós queremos é simplesmente regulamentar esse serviço, de forma a permitir aos taxistas terem seu mercado, seu trabalho e suas condições de trabalho e, ao mesmo tempo, permitir a esses novos motoristas terem condições de exercer o seu trabalho. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017, p. 117).

Logo, a regulamentação proposta buscava dar maior legalidade ao exercício da profissão para os motoristas, criando mecanismos de controle e fiscalização gerais que seriam aprimorados pelos municípios. Assim, a equiparação das exigências de acesso e exercício da

atividade de trabalho, ainda que em âmbitos diferenciados, buscou equilibrar a concorrência, mesmo que na lógica de serviço e sem considerar as questões trabalhistas atinentes.

A produção do consenso nos termos legislativos contou com a nomeação de um relator que buscou flexibilizar a proposta inicial do Deputado Carlos Zarattini. A relatoria de Daniel Coelho, do PSDB, buscou sugerir emendas para descaracterizar a atividade como pública e diminuir os requerimentos para autorização da atividade, com foco na caracterização da atividade como privada, o que impediria a necessidade de concessão pública nos moldes do serviço de táxi.

Os discursos acerca da modernização demonstram o caráter reflexo e impositivo da construção da proposta, denotando o caráter de sua realização pelo alto. Para que possamos ilustrar os conteúdos atinentes ao tema, recuperamos algumas falas de plenário que indicam os tensionamentos no sentido da modernização.

A aceitação explícita ou tácita dos efeitos do incremento tecnológico reverbera no discurso circulante, como no caso a seguir:

Arolde de Oliveira (PSC/RJ): - nós não podemos ir contra a tecnologia, Sr. Presidente. A desintermediação é uma realidade em todas as áreas, inclusive nessa. Então, nós não podemos criar regras aqui que vão criar problemas na regulamentação municipal. Não vamos andar contra aquilo que é inevitável. Não sei se é bom ou se é ruim, mas *a tecnologia está mudando as relações comerciais e as relações sociais. Então, nós precisamos andar nesse caminho.* (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017, p. 109 - grifos nossos).

Trata-se, portanto, de acompanhar as imposições da reestruturação produtiva, sem contrapontos em um momento de crise econômica e política em que as oposições, por mais que tenham logrado pequenas conquistas nesse primeiro momento, acabaram por sucumbir à força modernizante do novo modelo sociotécnico de trabalho.

No mesmo sentido, o consenso do Vale do Silício e as determinações da produção digitalizada sob a insígnia da inovação e da busca pelas vantagens competitivas são reforçados nos discursos como o do Deputado Thiago Peixoto (PSD-GO), que afirma: “Lutar contra essas novas tecnologias significa lutar contra as inovações” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017, p. 111). Como compreensão do movimento e conclusibilidade de sua direção, falas como a do Deputado Jefferson Campos (PSD/SP) também indicam que “o mundo está mudando, já venho discursando sobre isso há tempos. A forma como as próximas gerações encararão a vida será muito diferente da nossa. E vemos isso nos pequenos detalhes” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017, p. 157).

É no sentido da modernização que as ações de Estado, na vigência do governo provisório de Michel Temer e que depois se intensificam contraditoriamente no governo Bolsonaro, promovem o desmonte do Estado e sua utilização descentralizada no sentido de acomodar o discurso modernizante e as práticas arcaicas que remontam ao fisiologismo e saque das estruturas estatais. As diferenças entre a administração interna do Estado e a construção de sua relação com a sociedade civil buscou acomodar o interesse empresarial para desregular as exigências de proteção ao trabalho, o que tem como marco central a reforma trabalhista. No bojo do conflito político partidário, mas também social, os setores das classes se enfrentam para colocar em prática os anúncios do que buscamos explicitar quando tratamos da análise do documento “Uma ponte para o futuro” (FUG, 2015), que delineava as linhas de ação política para transformação das relações de trabalho na sociedade brasileira.

É nessa seara que identificamos discursos como o do Deputado Ricardo Trípoli (PSDB/SP), que afirma que

Aquilo que provavelmente alguns companheiros do Partido dos Trabalhadores gostariam de fazer, nós estamos fazendo hoje: votar o teto, votar a terceirização, votar a reforma trabalhista, votar a reforma previdenciária, porque é isso que o *Brasil novo e moderno* requer, é disso que precisa, e não de ficarmos aqui olhando nos retrovisores, imaginando que Governos anteriores não deram certo. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017, p. 193 - grifos nossos).

Observado que os tensionamentos do relator Daniel Coelho foram derrubados com a apresentação de emenda que retomou exigências consideradas mais duras, o projeto inicial aprovado foi considerado uma proibição da atividade dos aplicativos, o que influenciou a intensificação da discussão e o *lobby* dos aplicativos. Isso reforçou os discursos de modernização que já espalhavam suas consequências para toda a área trabalhista, para a previdência e para a administração do Estado em geral.

O grupo derrotado, por uma pequena margem, diga-se de passagem, contrapôs a aprovação do projeto de forma que podemos sintetizar nas seguintes passagens dos principais discursos opositores:

Daniel Coelho (PSDB/PE): Eu lamento muito, mas o sentimento que eu tenho hoje é de que o PT conseguiu, Líder Carlos Zarattini, atingir seu objetivo. Se o que V. Exas. queriam era trazer mais caos, mais desemprego e mais problemas para este País, estão conseguindo. V. Exas. *estão jogando o País para a idade da pedra, para Idade Média*. Enquanto o mundo caminha para regulamentar e promover a convivência pacífica entre táxi, Uber e sociedade, nós estamos caminhando para um conflito. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017, p. 198 - grifos nossos).

Por seu turno, outro árduo defensor da modernização, o Deputado Thiago Peixoto (PSD/GO) indica:

Deputado Carlos Zarattini, talvez não tenha sido a sua intenção, mas o seu projeto proíbe, sim, o Uber no Brasil; proíbe, sim, os aplicativos no Brasil; proíbe o direito das pessoas de escolherem como querem andar pelas suas cidades. (Apupos nas galerias.) Aqui, houve a vitória do corporativismo frente à inovação, do atraso frente à modernidade. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017, p. 198).

O texto final do Projeto de Lei nº 5.587, de 2016¹⁰⁵, encaminhado ao Senado, onde tramitou identificado como Projeto de Lei da Câmara nº 28, esteve em pauta de abril a outubro, quando foi para votação após encaminhamento da Mesa Diretora a partir dos pedidos de urgência, visto que a insegurança e os conflitos se acirraram.

Após meses de discussão no Senado, verificou-se uma reforma nas determinações do projeto inicialmente aprovado na Câmara dos Deputados. O PLC 28, de 2017, que tinha previsto uma série de exigências que ao cabo impunham poder regulatório majorado, acabou por ser descaracterizado pelas determinações da retirada da exigência da placa vermelha e pela possibilidade de o condutor do veículo não ser o seu proprietário.

O processo foi bastante conturbado, mesmo com os pontos mínimos a serem debatidos. Os intentos do bloco Resistência Democrática, em especial, de impor limites à taxa cobrada pelos aplicativos e de conceder maior autonomia aos municípios não foram acatados, mantendo o padrão desregulamentador.

As negociações que buscaram envolver taxistas e motoristas das plataformas demonstram o movimento de dissecação das pautas de ambos os lados, com favorecimento da atividade desregulamentada. A luta dos trabalhadores das plataformas organizada pelo *lobby*,

¹⁰⁵ “Art. 11-A Compete exclusivamente aos Municípios e ao Distrito Federal regulamentar e fiscalizar os serviços de transporte remunerado privado individual de passageiros previsto no inciso X, do art. 4º desta Lei no âmbito dos seus territórios. Parágrafo único. Na regulamentação e fiscalização do serviço de transporte privado individual de passageiros, os Municípios e o Distrito Federal deverão observar as seguintes diretrizes, tendo em vista a eficiência, a eficácia, segurança e a efetividade na prestação dos serviços: I – efetiva cobrança dos tributos municipais devidos pela prestação do serviço; II – exigência de contratação de seguro de Acidentes Pessoais a Passageiros (APP) e Seguro Obrigatório – DPVAT; III – exigência de inscrição do motorista como contribuinte individual do Instituto Nacional de Previdência Social – INSS, nos termos da alínea “h” do inciso V do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Art. 11-B O serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, previsto no inciso X, do art. 4º desta Lei, nos municípios que optarem pela sua regulamentação, somente poderá ser exercido por motorista que cumprir as seguintes condições: I – possuir carteira nacional de habilitação com a categoria B ou superior que contenha a informação de que exerce atividade remunerada; II – conduzir veículo que atenda as características exigidas pela autoridade de trânsito e pelo poder público municipal e do Distrito Federal; III – estar cadastrado junto a empresa de aplicativo ou outra plataforma de comunicação em rede de intermediação de transporte remunerado privado individual de passageiros, cujas informações deverão ser compartilhadas com o Município ou Distrito Federal, na forma do regulamento. IV – emitir e manter o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos (CRLV) no Distrito Federal, no Município do Estado de prestação do serviço ou integrante de área conurbada interestadual. Parágrafo único. A exploração dos serviços remunerados de transporte privado individual de passageiros sem o cumprimento dos requisitos previstos nesta Lei e na regulamentação do poder público municipal e do Distrito Federal caracterizará transporte ilegal de passageiros.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017, p. 199).

fundamentalmente da Uber, surtiu efeito na imposição da irreversibilidade, que fora se estabelecendo até para os taxistas.

As investidas em propaganda, mobilização pela internet, nas ruas e pelas diligências com os parlamentares enfraqueceram o *lobby* dos taxistas que até a primeira votação na Câmara dos Deputados havia imposto exigências que aproximavam as autorizações para execução do serviço das exigências típicas das concessões de táxis no transporte público individual.

No Senado, foram apresentadas 20 emendas ao PLC 28, de 2017, com a intenção de flexibilizar os termos de execução da atividade de transporte no âmbito do transporte individual considerado privado. As principais emendas tinham como objeto remover a necessidade de autorização do poder público, com a extinção da necessidade de placa vermelha e também viabilizar a possibilidade de que os veículos pudessem estar registrados em nome de terceiros e que não houvesse a necessidade de emplacamento no município em que se opera o serviço. Outros pontos relacionados à taxação máxima, à necessidade de proteção ao motorista e ao passageiro foram rejeitados.

Pela natureza da via parlamentar, concorreu para o acordo uma série de pautas secundárias concomitantes, que indicavam os conflitos entre as casas legislativas em um contexto de crise de hegemonia. Não obstante, compareceram as perspectivas ideopolíticas típicas da legislatura em questão, demonstrando um incremento do liberalismo econômico de cunho ultraneoliberal, favorecendo as pautas negociadas em torno de “Uma ponte para o futuro”. O discurso aparece rebocado do léxico da modernização mediante não intervenção do Estado e liberalização para favorecer o empreendedorismo. Não obstante, dadas as características peculiares do processo político em um contexto de extrema desigualdade, voto obrigatório e ação regionalizada, é patente o esforço de mediação com a categoria dos taxistas, especialmente se considerarmos as características do *lobby* dos permissionários detentores de licenças altamente lucrativas e que já atuavam nos moldes dos aplicativos ao cobrarem diárias de seus trabalhadores taxistas.

A circulação do discurso para a produção do consenso difere, por exemplo, dos encaminhamentos dados pela reforma trabalhista, que contou com menos mediação e foi encaminhada de forma ainda mais cerceadora da participação dos trabalhadores. No caso em questão, é notório que não compareceram significativamente as reivindicações por direitos trabalhistas ou qualquer outra proteção ao trabalho, mas que o coletivo de trabalhadores se organizou em função da campanha da empresa Uber para defender a realização da atividade em condições pouco regulamentadas. Assim, acoplaram também o afastamento do Estado na

mediação da questão, apoiando a regulamentação mínima assentada na natureza privada da atividade.

Para que tenhamos elementos que identificam o conflito e a forma parlamentar de resolução da contenda, é importante mencionar extrato do discurso do Presidente do Senado, Eunício de Oliveira (PMDB/CE), no qual indica a precariedade do consenso construído para a votação. Em suas palavras:

Tentamos, mais uma vez, de 2 horas da tarde até agora, às 5 horas, e não conseguimos fazer o entendimento completo. Fizemos o entendimento seguinte, [...]. O entendimento é que eu busquei um Senador que estava neutro nessa matéria, que não tinha uma posição jamais definida ou radicalizada. É livre que cada um possa ter a sua posição ou para o táxi ou para o Uber, mas eu procurei um Senador que não tinha se manifestado e o consultei se ele aceitava ser o Relator dessa matéria, porque eu tenho que designar um Relator de plenário, uma vez que ela veio em regime de urgência. O Senador Eduardo Lopes aceitou ser o Relator, desde que algumas emendas fossem apresentadas aqui no plenário, e não apenas emendas de redação, para ser buscado um compromisso do Presidente da República para veto ou não. (SENADO FEDERAL, 2017, p. 51).

Notadamente os discursos no Senado diferem das posições defendidas na Câmara dos Deputados. O reconhecimento do Senado como casa legislativa revisora¹⁰⁶ compunha a forma de encaminhamento da produção do consenso. Nesse sentido, é notório que os atores envolvidos na disputa, que já se arrastava há meses no Congresso e que vinha de anos de enfrentamento, foram chamados ao consenso. Tal assertiva é demonstrada na fala do Senador Hélio José (PROS/DF) que informa que “estava reunido com o Sinpetaxi, que é o sindicato de táxis de Brasília, e com o Simtrapli, que é o sindicato dos operadores e motoristas de Uber, tentando chegar a um entendimento. Eu acho que esse entendimento obtido é importante para ambas as partes” (SENADO FEDERAL, 2017, p. 85).

No entanto, como o encaminhamento das votações parecia precário, demonstrando a situação vivenciada na Câmara, mas com efeitos contrários, o relator acatou uma série de emendas que, no seu conjunto, transfiguravam o projeto encaminhado pela Câmara. No Senado ainda estavam em tramitação o Projeto de Lei do Senado nº 530 e o Projeto de Lei do Senado nº 726, que tratavam da mesma matéria, sendo que a atividade legislativa buscou dispensar os projetos para que seu trâmite continuasse no Senado caso as emendas liberalizantes não fossem aprovadas na Câmara.

¹⁰⁶ Tal apontamento foi defendido pelo Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP) quando ele destacou que o “Senado é a Casa revisora. Então, cabe a esta Casa, no papel de Casa revisora do nosso bicameralismo, opinar e devolver matérias que ache que devam ser aperfeiçoadas para a Câmara dos Deputados.” (SENADO FEDERAL, 2017, p. 84).

Os discursos iniciais buscaram apaziguar o conflito e tencionar um acordo¹⁰⁷, vista a prática eleitoreira que pressiona a atividade parlamentar e que é muito bem sintetizada no discurso do Senador Sérgio Petecão (PSD/AC) quando ele afirma: “quando saí do meu gabinete, o meu assessor disse: ‘Olhe, tem que ter cuidado com o Uber, porque o Uber dá mais voto’. Olhe a mentalidade: ‘Uber dá mais voto’”. (SENADO FEDERAL, 2017, p. 62).

A avaliação do PLC 28, de 2017, aponta para uma rejeição da proposta inicial, sendo que o projeto apenas foi encaminhado com o acordo de votação das emendas¹⁰⁸, as quais foram

¹⁰⁷ Nesse sentido, identificamos falas de setores antagônicos na cena política como:

Waldemir Moka (PMDB/MS): “Eu fiz um esforço para que houvesse um texto de consenso, porque o texto que veio da Câmara é muito mais táxi – não que eu seja contra; ao contrário, tenho grandes amigos, e acho que os taxistas são uma profissão, eles têm o mérito; eu não tenho absolutamente nada, sou a favor. Só achava que, com um pouco mais de tempo, iríamos produzir um texto que representasse exatamente um consenso entre o aplicativo, pois há uma necessidade. Sem dúvida nenhuma, alguma coisa avançou e não tem como segurar isso, e, ao mesmo tempo, garantir. O que precisa mais é um pouco mais de lealdade na disputa. Isso que eu acho que seria interessante.” (SENADO FEDERAL, 2017, p. 28-29);

Ana Amélia (PP/RS): “se tivermos habilidade nessa negociação, reduzir um pouco a excessiva regulamentação dos táxis, e aí, então, criarmos um nivelamento mais igualitário entre as responsabilidades e as regulações dessas atividades. Talvez isso possa atenuar exatamente essa radicalização do movimento, e eu penso que isso seria muito conveniente.” (SENADO FEDERAL, 2017, p. 29).

Paulo Paim (PT/RS): “o bom senso manda dialogarmos e construirmos um grande entendimento e oxalá votarmos por unanimidade. Quero cumprimentar a fala de V. Ex^a, que vai na linha daquilo que nós temos sempre feito aqui em questões como essa.” (SENADO FEDERAL, 2017, p. 29).

Valdir Raupp (PMDB/RO): “Nós somos amigos de todos. Nós queremos o bem de todos. Eu sempre trabalho, quando eu sou relator de um projeto polêmico, o equilíbrio entre as partes. Temos que encontrar o ponto de equilíbrio. Então nós haveremos de encontrar... Nós temos que ter sabedoria neste momento, igual teve Salomão, para encontrar um ponto de equilíbrio para beneficiar as duas categorias.” (SENADO FEDERAL, 2017, p. 30).

¹⁰⁸ Conforme apresentação do relator, Senador Eduardo Lopes (PRB/RJ), as emendas apresentadas foram as seguintes:

A Emenda nº 1, do Senador Airton Sandoval, pretende obrigar o motorista a se formalizar como pessoa jurídica, devendo ser exigido o seu registro como microempreendedor individual.

A Emenda nº 2, do Senador Telmário Mota, tem por objetivo exigir a identificação dos veículos utilizados na prestação do serviço e deixar de exigir que o motorista parceiro, assim como os taxistas, seja o proprietário do veículo.

A Emenda nº 3, do Senador Lasier Martins, visa a suprimir o seguinte: a) a exigência de placas vermelhas e de autorização prévia do Poder Público para a prestação do serviço; b) a proibição de que os condutores prestem o serviço em outra cidade que não aquela em que o veículo foi emplacado; c) a restrição de que os motoristas somente possam dirigir veículos registrados em seu próprio nome. Ao mesmo tempo, inclui a obrigação de que os motoristas possuam registro junto às plataformas tecnológicas de intermediação e que esse cadastro seja remetido ao Poder Público.

A Emenda nº 4, também do Senador Lasier Martins, inclui os seguintes deveres para os provedores de aplicativos: a) prestar as informações necessárias à supervisão do Poder Público; b) manter sede, filial ou representação no Brasil; c) enviar ao usuário a identificação do condutor e do veículo antes da prestação do serviço, garantindo que o condutor que prestará o serviço seja o mesmo informado ao usuário; d) armazenar informações sobre as viagens; e) impedir a prestação do serviço por pessoas com antecedentes criminais.

Emenda nº 5, do Senador Lasier Martins, estabelece cláusula de vigência de 180 dias para a entrada em vigor da futura lei.

A Emenda nº 6, do Senador Pedro Chaves, apresenta substitutivo ao PLC nº 28, de 2017, incorporando o conteúdo das Emendas nºs 3 e 4, além de promover as seguintes alterações: permitir a liberdade tarifária para os serviços de radiotáxi, desde que contratados por aplicativos; prever a responsabilidade solidária da provedora de aplicativos, por eventuais danos causados na prestação do serviço; estabelecer obrigações

fatiadas em blocos de acordo com a natureza da proposta. Assim, o encaminhamento da votação privilegiou as emendas liberalizantes e o resultado da votação desagradou aos participantes do acordo que haviam consensuado apenas a questão da não obrigatoriedade de placa vermelha e a não obrigatoriedade da autorização do poder público municipal.

A reconstrução ideal desse processo evidencia que o Poder Legislativo buscou impor uma regulamentação frouxa em face do contexto conflituoso, no qual a técnica legislativa contribuiu para a aprovação das emendas liberalizantes. Os debates sobre a modernização, os direitos dos trabalhadores e as pressões sofridas por parlamentares compareceram de forma a ratificar a ação política para transformação legal das condições de produção.

Denúncias das consequências de tal processo, como a desnacionalização do setor de serviços, a subserviência às determinações da empresa Uber, os riscos laborais não atendidos por esta forma de trabalho buscaram indicar a limitação do debate diante do Projeto de Lei

para os motoristas, em relação à qualidade do serviço; estender aos taxistas as obrigações relativas à comprovação de inexistência de antecedentes criminais prevista na Emenda nº 4.

A Emenda nº 7, do Senador Ivo Cassol, tem por objetivo limitar a 5% a taxa cobrada dos motoristas pelas empresas responsáveis pelo aplicativo.

As Emendas nºs 8 e 9, do Senador Acir Gurgacz, são emendas de redação.

A Emenda nº 10, do Senador Roberto Rocha, reduz a base de cálculo do Imposto de Renda devido pelos taxistas autônomos de 60% para 20% do rendimento bruto auferido durante cinco anos.

A Emenda nº 11, do Senador Ricardo Ferraço, altera a Lei do Taxista para permitir o transporte intermunicipal por essa categoria.

A Emenda nº 12 altera a cláusula de vigência para 180 dias após a publicação.

A Emenda nº 13, também do Senador Ricardo Ferraço, altera o art. 11-B para determinar que os serviços somente serão permitidos ao motorista que cumprir as condições de emitir e manter o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo e apresentar Certidão Negativa de Antecedentes Criminais.

A Emenda nº 14, do Senador Ricardo Ferraço, corrige inconstitucionalidade do PLC que delegava a competência privativa da União aos Municípios.

A Emenda nº 15, do Senador Ricardo Ferraço, dispensa autorização para prestação do serviço de transporte dos aplicativos.

A Emenda nº 16, também do Senador Ricardo Ferraço, suprime o inciso III do art. 11-B do Projeto de Lei da Câmara 28, de 2017.

A Emenda nº 17, do Senador Ferraço, corrige a definição de transporte remunerado privado individual de passageiros para o seguinte: serviço remunerado de transporte de passageiros não aberto ao público para a realização de viagens individualizadas ou compartilhadas, solicitadas exclusivamente por usuários previamente cadastrados em aplicativos ou outras plataformas de comunidade em rede.

A Emenda nº 18, do Senador Pedro Chaves, altera o art. 11-B para dizer que o motorista deve estar cadastrado junto à empresa de aplicativos ou a outras plataformas de comunicação em rede para a intermediação de transporte remunerado privado individual de passageiros, cujas informações deverão ser compartilhadas com o Município ou o Distrito Federal, na forma do regulamento, e emitir e manter o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo no Distrito Federal, no Estado de prestação do serviço, em Município integrante de área conurbada, interestadual ou, em se tratando de veículo de terceiro, no Município da residência ou sede do proprietário do veículo.

A Emenda nº 19, do Senador Pedro Chaves, também define o serviço.

E a Emenda nº 20, do Senador Lindbergh, limita a 5% o valor da comissão cobrada pela empresa provedora de aplicativos. (SENADO FEDERAL, 2017, p. 73-75).

apresentado, mas não surtiram efeitos ante as determinações políticas que buscaram modernizar à força e pelo alto a forma de regulamentação do transporte individual de passageiros.

O texto final aprovado no Senado¹⁰⁹ retornou à Câmara dos Deputados e apenas em fevereiro de 2018 voltou a ser apreciado em sessão deliberativa na qual o relator Daniel Coelho (PSDB/PE) votou pela constitucionalidade das emendas apresentadas no Senado, bem como pela aprovação das emendas 2 e 3 e pela rejeição da emenda 1. A emenda rejeitada¹¹⁰ buscou manter os termos da municipalização anteriormente definida na Câmara.

Já a emenda 2 tinha como conteúdo a questão da autorização, que no projeto inicial havia criado a necessidade de autorização do poder público municipal, mas que em função da emenda feita no Senado, o texto legal em apreciação suprimiu tal necessidade. Por esse motivo o relator votou pela aprovação da emenda.

A emenda 3, por sua vez, desobriga a caracterização do veículo nos termos do Código de Trânsito, ou seja, a discussão da necessidade da placa vermelha. No conjunto, as medidas relacionadas às condições de realização da atividade buscaram permitir a utilização de veículos particulares, veículos alugados e que pudessem oferecer o serviço em municípios diferentes dos quais estão emplacados.

Os debates em plenário demonstraram a resistência ainda presente na Câmara dos Deputados, sendo que depois de apresentado o parecer do relator, o Deputado Carlos Zarattini apresentou destaques nas emendas 2 e 3, para retomar o formato original do projeto. Após intervenção de Arthur Lira (PP/AL) para solicitar a interrupção da sessão para realização de

¹⁰⁹ “Emenda nº 1 (corresponde à Emenda nº 14 – PLEN) Dê-se a seguinte redação ao caput do art. 11-A da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, nos termos do art. 3º do Projeto: “Art. 11-A. Compete aos Municípios e ao Distrito Federal fiscalizar o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros previsto no inciso X do art. 4º desta Lei no âmbito dos seus territórios.”

Emenda nº 2 (corresponde à Emenda nº 16 – PLEN) suprima-se o inciso III do art. 11-B da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, nos termos do art. 3º do Projeto, renumerando-se o seguinte.

Emenda nº 3 (corresponde à Emenda nº 13 – PLEN e respectiva Subemenda) 1. Dê-se a seguinte redação ao inciso IV e acrescente-se o seguinte inciso V ao art. 11-B da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, nos termos do art. 3º do Projeto: “Art. 11-B. IV – emitir e manter o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV); V – apresentar certidão negativa de antecedentes criminais”. Adequação decorrente da alteração promovida pelo item 1 desta Emenda no inciso IV do art. 11-B da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012: dê-se a seguinte redação ao inciso X do art. 4º da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, nos termos do art. 2º do Projeto: “Art. 4º [...] X – transporte remunerado privado individual de passageiros: serviço remunerado de transporte de passageiros, não aberto ao público, para a realização de viagens individualizadas ou compartilhadas solicitadas exclusivamente por usuários previamente cadastrados em aplicativos ou outras plataformas de comunicação em rede.” (NR) (SENADO FEDERAL, 2017b, p. 02-03).

¹¹⁰ Sobre a questão, o Deputado Daniel Coelho manifestou-se da seguinte forma em parecer proferido em plenário: “da maneira como veio do Senado, retiraria a competência dos Municípios de regulamentar a matéria. É por isso que, no mérito, nessa forma, rejeitamos a emenda do Senado, mantendo o formato da Câmara, até porque todos nós somos a favor da regulamentação dessa matéria nos Municípios” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017b, p. 02).

acordo, ele e Paulo Pimenta (PT/RS) consensuaram o encaminhamento da matéria para votação nominal.

Paulo Pimenta (PT/RS) argumenta que a proposta do Senado tirava a autonomia dos municípios, e que sua retomada é um reforço ao pacto federativo. Refere que é nesse sentido que o acordo foi realizado com outras lideranças, especialmente as que defendem a aprovação das emendas liberalizantes.

Fica evidente a contraditoriedade dos autores do projeto e de outros agentes políticos no tocante à desfiguração do projeto e ao encaminhamento das emendas 2 e 3 do Senado para permitir uma maior flexibilidade de atuação e de forma a deixar para os municípios a regulamentação específica, sem que estes possam proibir a atividade. No âmbito da técnica legislativa, verifica-se que o entendimento é prejudicado e que a organização da votação das emendas e dos substitutivos ficou nebulosa. Como afirmou Chico Alencar: “A confusão na verdade está ampla geral e irrestrita” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018, p. 375).

Observados o teor das emendas advindas do Senado e o processo legislativo de votação em um contexto de tensão entre as casas e os interesses, identificamos que os legisladores se furtaram a fazer exigências de acesso específicas, deixando a cargo dos municípios a possível solicitação de autorização e a fixação de normas mais restritivas quanto à caracterização dos veículos e condições de oferta do serviço. Não obstante, por regulamentarem a caracterização do transporte individual privado de passageiros, acabaram por não permitir que os municípios vetassem o ingresso de novos veículos na atividade.

Assim, o acordo que buscava dar maior autonomia aos municípios permitiu a atividade irrestrita das companhias de transporte em rede, afastando a perspectiva restritiva que o Senado impôs ao indicar que cabe aos municípios apenas a fiscalização do serviço. Portanto, no tocante à primeira emenda a votação pela rejeição prevaleceu, validando a tendência à municipalização da regulamentação e da fiscalização do serviço.

No tocante à votação da segunda emenda do Senado, que suprimiu as exigências de autorização nos municípios, após uma longa e conturbada discussão os legisladores da Câmara aprovaram por uma pequena margem o texto vindo do Senado. É notório que os blocos da maioria e do governo, bem como os deputados do Partido dos Trabalhadores liberaram suas bancadas na votação, considerados os conflitos internos em cada setor.

Da mesma maneira, a emenda 3, que retirava as exigências de emplacamento nos termos do código de trânsito e limitava a área de atuação, foi aprovada sem votação nominal, o que

implica na manutenção das atividades do transporte plataformizado e apenas depois da regulamentação municipal poderia ser fiscalizado.

Por fim, a caracterização da atividade, a municipalização e o estabelecimento de exigências mínimas mantiveram o padrão pouco regulamentado da atividade. Para os trabalhadores, apenas a obrigatoriedade de contratação de seguro e a exigência de contribuição previdenciária na qualidade de contribuinte individual reforçaram a natureza securitária e previdenciária residual da proteção social à atividade.

Se essas diretrizes desregulamentadoras trouxeram consequências fundamentais para o trabalho plataformizado, como já aventava o Senador Lindberg Farias ao questionar qual era a capacidade de negociação dos trabalhadores diante de uma transnacional, as contradições após a aprovação da atividade foram se avolumando, o que não era percebido num contexto em que havia uma possibilidade maior de manter a rentabilidade da atividade. As mudanças na gestão, nos pagamentos e as consequências da inflação posteriormente impuseram a natureza de classe do conflito econômico e a subordinação a que estão sujeitos esses trabalhadores, que, como empregados, não gozam dos privilégios necessários para que sejam considerados parceiros comerciais de uma *Big Tech*.

Noutro momento buscamos estabelecer algumas das relações entre a formação no trabalho e as formas de organização política e para a consciência proletária, sendo que identificamos o mesmo movimento ocorrido com o trabalho por demanda em torno do transporte individual de passageiros, impondo um contato com a formação modernizadora que visou separar o trabalhador motorista da condição de empregado das Companhias de Tecnologia. Se, como vimos, isso não tem correspondência na relação realmente estabelecida entre os trabalhadores e a empresa, está demonstrada a forma da participação da atividade política, cultural e propagandística.

O trabalho por demanda se assemelha aos contratos zero hora ou ao trabalho intermitente, mas é ainda mais precarizado na medida em que não tem qualquer definição de rendimentos por hora, sem qualquer proteção trabalhista. Logo, ladeia o sistema previdenciário sem que haja contribuição patronal, visto que o enquadramento jurídico como contribuinte individual faculta a adesão ao plano de benefícios como contribuinte individual. Da mesma forma, a plataformização do trabalho e a virtualização das relações de trabalho afetam o cerne da forma social do trabalho, enunciando uma ruptura com tendências dessocializadoras, corrosivas para a democracia e abertamente regressivas para a classe trabalhadora.

Para compreender a forma social do trabalho virtualizado, passaremos a tratar da existência real do trabalhador plataformizado, buscando trazer à tona implicações da atividade plataformizada para a produção e a reprodução social.

4.4 TRABALHO REAL NO MUNDO VIRTUALIZADO: ANÁLISE DA VIRTUALIDADE DO TRABALHO MEDIANTE INCREMENTO TECNOLÓGICO E SEUS EFEITOS NO SETOR DE TRANSPORTES.

Ao final dessa jornada de aproximação das questões afetas às transformações no mundo do trabalho, operadas desde as necessidades específicas das dinâmicas sociais sob as pressões da acumulação capitalista e para as quais o incremento tecnológico ganha centralidade na promoção da mercadorização e precarização do trabalho sob o manto da “modernização”, trataremos das formas reais de manifestação do trabalho virtualizado, fundamentalmente a partir da experiência de plataformização do trabalho e de proletarização do trabalhador no setor de transportes. Para tanto, buscaremos evidenciar como o incremento tecnológico articula formas pretéritas de trabalho e como a tecnologia intrínseca às plataformas “moderniza” as relações de trabalho, no sentido que já vimos trabalhando desde as experiências de transformação produtiva no Brasil, para efetivamente incrementar a precarização do trabalho e dar novas roupagens ao trabalho informal e desprotegido.

Comumente esse movimento vem sendo denominado “uberização”, justamente pela afinidade existente entre o modelo de negócios da empresa Uber e a legalidade da precarização diante do trabalho plataformizado. Abílio (2020a, p. 112) indica que “a uberização refere-se às regulações estatais e ao papel ativo do Estado na eliminação de direitos, de mediações e controles publicamente constituídos”, adentrando o terreno tipicamente da esfera pública para enveredar-se na produção do convencimento e generalização da atividade de forma privada. Outrossim, a autora explicita que esse movimento “resulta da flexibilização do trabalho, aqui compreendida como essa eliminação de freios legais à exploração do trabalho, que envolve a legitimação, legalização e banalização da transferência de custos e riscos ao trabalhador”.

Se a uberização expressa uma nova forma de precarização do trabalho, indica um retorno às perspectivas de *laissez-faire* no tocante à regulação do trabalho, o que não se confirma em outros campos da atividade econômica, que é cada vez mais regulada e protegida. Assim, a uberização é uma das formas de apreensão do movimento de retomada do trabalho por demanda, do trabalho por peça e da atividade do trabalhador por conta própria com a mediação

de plataformas, inscrito na dinâmica da luta de classes diante das determinações do processo de valorização sob a égide da acumulação capitalista.

Se o setor de transportes tem ampla visibilidade em razão da oferta de um serviço público, outras atividades plataformizadas igualmente se desenvolvem — especialmente no setor de serviços — como forma de mediação do trabalho informal com usuários e consumidores de serviços. Plataformas como a *Craigslist* desde meados da década de 1990 permitem anúncios dos mais diversos, substituindo os antigos classificados dos jornais, conectando prestadores de serviços e vendedores aos potenciais consumidores. Já outras plataformas, como *TaskRabbit* ou *Fiverr*, medeiam serviços que se estendem desde atividades de jardinagem à tradução de textos. Como mediação para o trabalho informal, as plataformas valorizam o capital investido pelas empresas controladoras e enredam o movimento de taylorização e toyotização dos serviços por meio da mercadorização e do incremento tecnológico, fazendo avançar o trabalho por peças e, no âmbito jurídico, o trabalhador por conta própria.

Nesse sentido, as mediações entre o capital financeiro e a exploração do trabalho nos serviços colocam os trabalhadores em circuitos de extração de mais-valia tendo em vista sua qualidade de trabalho produtivo para o capital, muitas vezes, como evidenciado por Huws (2014), localizados dentro do nó. Não se trata, portanto, de uma classe apenas dependente, mas uma fração da classe trabalhadora colocada no centro da expansão do processo de valorização por sobre os serviços, os quais encontram-se, tal qual o trabalho industrial, cada vez mais fracionados e dependentes das mediações eletrônicas.

Como movimento generalizado de transformação do processo de trabalho, outro elemento central do trabalho plataformizado e virtualizado diz respeito à dataficação da vida que, sob modelos matemáticos de processamento e análise de dados, fortalece a previsibilidade de realização das mercadorias e tem afetado a sociabilidade de forma ampla (passando pelos efeitos das redes sociais e influenciando até os processos eleitorais). Sendo esta uma dimensão fundamental do trabalho em plataformas, observado que os serviços dos mais diversos recolhem e fornecem informações com alto valor de mercado, a coleta e tratamento de dados, especialmente pelas *Big Techs*, amplia o campo de manipulação política e ideológica na atividade reprodutiva.

Apenas para situarmos esse debate, recuperamos, nos termos de Lemos (2021, p. 194), que

O termo “*datafication*” foi proposto em 2013 por Mayer-Schoenberger e Cukier (2013, 28) ao se referirem às formas de transformação de ações em

dados quantificáveis, permitindo amplo rastreamento e análises preditivas. Qualquer ação pode ser não apenas digitalizada, mas quantificada em métodos precisos de monitoramento e projeção de cenários em tempo real ou futuro.

Logo, a dataficação é corolário da matematização e da constituição de uma epistemologia dos dados, o que fortalece sua influência nos processos decisórios e reduz, sob esse prisma, a política e a vida social às estruturas de dados.

A leitura do mundo sensível, o armazenamento de dados e sua manipulação para fins capazes de “sequestrar o possível” e colonizar o futuro (ALBUQUERQUE, 2021) denotam sua vinculação à especulação e às formas de controle e dominação econômicas, que há muito se valiam de cálculos atuariais e probabilidades para estimar dividendos, algo praticado já na Companhia da Índias Orientais. A generalização desse processo, viável mediante o incremento tecnológico e complexificado em razão do avanço das forças produtivas, bem como sua absorção em amplos aspectos da vida é que são notavelmente novidades, petrificando seus resultados como verdade e marginalizando outras perspectivas políticas e epistêmicas.

O movimento de dataficação da vida, de acordo com o apontado por Lemos (2021, p. 194),

não se trata apenas da conversão de um objeto analógico em digital, mas da modificação de ações, comportamentos e conhecimentos baseados na performance dos dados elaborada por sistemas de inteligência algorítmica. Esta deve ser pensada como um conjunto de métodos de coleta, processamento e tratamento de dados para realizar predições. Não se trata apenas de procedimentos com dados demográficos ou perfis socioeconômicos, por exemplo, mas de análise dinâmica a partir de metadados comportamentais.

Como demonstrado, seus resultados constituem variantes epistêmicas que servem de substrato racional e científico para influenciar as ideologias e intervir nos conflitos sociais. Como atividade empresarial, é substrato para a efetividade da produção *just in time*, otimizando a realização do capital produtivo e envolvendo as dinâmicas sociais nos processos mercadológicos de subsunção total da vida ao capital.

As tendências da dataficação apontadas por Lemos (2021, p. 198), calcadas nas formulações de Danaher (2017), revelam que “a coleta e o monitoramento amplo dos dados, aliados ao culto dos algoritmos como a forma de tornar o mundo mais transparente, criam um poder tecnocrático (‘algocracia’) na mão de especialistas (‘epistocracia’) que podem decidir sobre as coisas de interesse público”. Nesse contexto, as características típicas do gerencialismo, do formalismo, do utilitarismo, entre outras tendências científicas tecnificadas, apontam para um movimento no qual “a gestão a partir dos dados e a dependência de sistemas algorítmicos opacos levariam à restrição da participação humana e ampliaria a ameaça de um poder colocado nas mãos dessa elite que conhece os códigos” (LEMOS, 2021, p. 198).

Para os trabalhadores plataformizados, em especial do setor de transportes, essas tendências mostram-se patentes quando da análise da gestão algorítmica do trabalho, a qual promove uma mistificação do controle e da subordinação do trabalho, implicando no ocultamento das métricas de desenvolvimento da atividade e promovendo disparidades entre trabalhadores na mesma função em razão da produtividade, do aceite às regras impostas e da disponibilidade insidiosa que vai contra a propalada liberdade da atividade.

As alterações dos aspectos gerenciais sob a forma algorítmica de determinação das atividades de trabalho ocultam a dominação no processo de trabalho praticada nas camadas gerenciais e incorporam novos elementos para o controle e envolvimento dos/as trabalhadores/as. A constituição das formas algorítmicas e seus processos correlatos, como a gamificação do trabalho, constituem pontos fulcrais da nova gerência do trabalho em serviços de forma taylorizada. O cumprimento das tarefas de acordo com o programado eletronicamente, as avaliações e a autogestão necessária para o atendimento das métricas que garantem a continuidade da atividade em melhores condições operam o envolvimento do trabalhador na própria regulação da atividade, o que é coroado pela assunção do papel de parceiro empresarial das plataformas e que ganha forma ideológica, especialmente, por intermédio do empreendedorismo.

Da gestão algorítmica do trabalho é importante aduzir que “algoritmos são opinião embutida em matemática, [como] escreveu Cathy O’Neil (2016) afirmando que todo algoritmo, em alguma medida, carrega em si os valores e as opiniões de quem o construiu, num processo de reprodução de certos comportamentos, dentre eles, o sexismo e o racismo” (VIDIGAL, 2021b, p. 75). Logo, incorporam as necessidades da empresa, articulam a demanda e ranqueiam os trabalhadores, efetivamente influenciando as condições de trabalho e executando aspectos gerenciais de registro, pagamento, recompensas, entre outros elementos do trabalho plataformizado.

O processo de alteração das funções e das métricas algorítmicas não é objeto de negociação ou de participação efetiva dos grupos de trabalhadores, constituindo política unilateral por parte das plataformas e só alterado com a pressão dos/as trabalhadores/as exercida de forma descontinuada. Os esquemas de avaliação e pontuação que estratificam os/as trabalhadores/as, quando sistematizam os dados coletados do trabalho e produzem um resultado que ranqueia para favorecer ou desfavorecer a realização da atividade de trabalho, colaboram para diferentes condições de trabalho na mesma atividade, servindo como elemento de controle do trabalho, dos horários e da disponibilidade.

No mesmo sentido, verifica-se que a gestão algorítmica do trabalho tem como corolário a gamificação do trabalho. Oliveira (2021, p. 5) destaca que “o gerenciamento algorítmico desponta como uma nova faceta do mundo do trabalho, tendo como estratégia a gamificação e possibilitando, assim, que o trabalho esteja cada vez mais disperso e a sua gestão e controle, cada vez mais concentrados”.

Correlatamente, a gamificação do trabalho, operada pela virtualização das relações de trabalho, torna-se instrumento de vinculação do trabalhador, que em relações de trabalho virtualizadas adere às tarefas de forma a receber recompensas e premiações. Sobre a gamificação, Abílio (2020b, p. 20) categoriza que ela

[...] consiste numa transferência de riscos e em estímulos à produtividade, que também são novas formas de controle sobre o trabalho. A forma-desafio que é lançada ao trabalhador deixa claro que nada está garantido, nem mesmo a remuneração pelo trabalho executado. É preciso arriscar-se, e o risco é justamente o de trabalhar de graça, na medida em que a bonificação pode ou não chegar. Assim como é a empresa-aplicativo que define as regras do jogo, pode ser ela também que define quem será o vencedor.

Aduzindo da forma de realização do trabalho virtualizado por demanda, verificamos que, para o trabalhador, a liberdade de aceitar uma oferta pré-programada assume as características da algoritmização da atividade em serviços, mesclando indicadores das avaliações, do histórico de execução de atividades na plataforma e do ranqueamento promovido entre os motoristas. O ambiente virtual da plataforma admite níveis de relacionamento que demandam uma estrutura de dados capaz de registrar, processar e resolver as demandas de conflitos oriundos da atividade econômica no setor. Em outros casos, a corrida é ofertada como se o trabalhador de um leilão participasse, ou seja, fazendo lances até que o passageiro e o motorista estejam de acordo com o valor.

A virtualização promove, intrinsecamente, o afastamento físico entre os/as trabalhadores/as do setor, ao passo que os aproxima do restante dos trabalhadores em geral. No primeiro caso, as demandas corporativas não gozam da mesma relação estabelecida pelos/as trabalhadores/as de uma fábrica, e geralmente são dialogadas em fóruns de espaços virtuais dos mais diversos. Seus temas e sua forma comportam uma gama de problemáticas incorporadas ao universo social em razão de sua atividade, materializando-se atualmente em associações, sindicatos e também com ascensão de representação política em espaços legislativos no âmbito estatal.

Por outro lado, no cotidiano, o motorista se depara com a realidade concreta do trânsito nas cidades, as disputas em torno das questões de regulação de trânsito, fiscalização e regulação

do trabalho em transportes, além da incorporação das questões de mobilidade, que tornam o trabalho ainda mais dotado de complexidade e efeitos para a saúde do trabalhador. Assim que, apesar de esse espaço estar imediatamente destituído de seu significado social ao ser posicionado e movido através da imagem de um mapa com trajeto até o destino, a realidade do trabalho virtual na interação com as forças produtivas apresenta demandas intrinsecamente políticas e estas vêm evoluindo no sentido de criar espaços para intervenção social como grupo mais organizado e coeso.

O trabalho virtualizado por demanda, especialmente na atividade relacionada ao transporte individual de passageiros, incorporou amplas franjas da força de trabalho no Brasil, variando tanto quanto a própria diversidade da formação social brasileira. A promessa de trabalho desespecializado, para o qual era necessário apenas ter permissão para dirigir e atender aos requisitos de segurança — e que aos poucos foram se tornando mais rígidos — revelou que a atividade apresentava requisitos maiores de especialização e otimização. Atentar às questões da cidade, ou seja, do espaço de reprodução das relações sociais capitalistas, torna-se requisito para realização da atividade, visando conhecer o material de trabalho e criando estratégias de aperfeiçoamento.

Como a atividade pode ser antieconômica, promovendo até prejuízos, saber executar a atividade sob determinados parâmetros organizativos é fundamental. Questões como a conservação e manutenção do veículo, preços de insumos e serviços necessários, sendo que estas atividades correlatas movimentam um setor econômico dependente e em algumas de suas iniciativas, criando novos nichos. Também nesses espaços se forma o encontro desses/as trabalhadores/s, ampliando o espaço político e sedimentando as formas associativas desta particular forma social do trabalho coletivo desde sua materialidade.

Como coletivo ou categoria organizacional na divisão social do trabalho, o conjunto dos trabalhadores move-se como ator político à medida que se insere no contexto produtivo coletivo, sujeito às determinações da constituição material e histórica da produção em cada território em que atua. Em termos de consciência, incorpora os elementos da consciência prática inescapável da atividade, ao mesmo tempo em que pode ou não desenvolver estratégias coletivas com finalidade corporativa.

No caso dos motoristas que trabalham para as plataformas de oferta de serviços de transporte individual, verifica-se a formação de uma nova categoria em um curto espaço de tempo, sendo que seus integrantes advêm de variadas frações de classe atuantes na formação social brasileira. Não obstante, pela natureza da atividade e pela incorporação da forma de

regulamentação e identificação com o trabalho por conta própria, apresentam elementos das frações da classe trabalhadora informal ou autônoma, mais identificada com pequenos proprietários e comerciantes.

Historicamente esse setor apresenta um espectro político de teor conservador, coadunando com as políticas privatistas neoliberais. Um dos elementos que compõe as vicissitudes desse movimento de filiação e identificação é o autogerenciamento subordinado e as fantasias jurídicas que equiparam o sujeito individual prestador de serviços e, logo, trabalhador, ao *status* jurídico da empresa, desvinculando idealmente o sujeito da relação de trabalho e viabilizando um campo de atuação para além da atividade específica. Para além de sua existência fracionada na forma jurídica da cidadania e de sua real existência, o sujeito também é cindido como sujeito e como empresa.

O autogerenciamento, como modelo de gestão intrinsecamente vinculado ao trabalho por demanda em plataformas — mas também demandado a partir das tendências de terceirização que já vinham se impondo no mercado de trabalho brasileiro —, busca constituir uma programática para o trabalhador por conta própria plataformizado, na qual ele é incumbido das atividades típicas de gerenciamento presentes nas estruturas organizacionais dos locais de produção e oferta de serviços. Por meio dos registros e dos mecanismos algorítmicos, a produção e a execução dos serviços são monitoradas e constantemente avaliadas, fornecendo os elementos sobre os quais o/a trabalhador/a deverá planejar e executar suas atividades. Desta forma, “[...] esse gerenciamento permanece subordinado e controlado, engendrando novas formas de engajamento e disciplinarização que estão assentadas na contribuição ativa do trabalhador para o aumento de sua própria produtividade” (ABÍLIO, 2020a, p. 115).

As manipulações ideológicas colocadas no campo na sociabilidade em razão das transformações nas forças produtivas e nas relações de classe apontam para a entronização do capital financeiro como enxerto parasitário na distribuição da renda nacional e da riqueza socialmente produzida, consideradas as formulações de Marx sobre a forma de distribuição do lucro médio. Por se tratar de um processo generalizado, verifica-se que aparece para as classes subalternas no movimento de educação financeira e de popularização dos investimentos e aplicações para a obtenção de rendimentos. Lênin (2021) já fazia apontamentos acerca das consequências da monopolização, do imperialismo e da estratégia rentista que caracterizam o “Estado rentista” e o “capitalismo parasitário” (LÊNIN, 2021, p. 128), movimento que se amplia para os sujeitos econômicos individuais e que dinamiza a massa de capital colocado em marcha em cada ciclo de valorização. Nas condições dependentes e subalternas em que tal

processo opera no Brasil, a real intervenção econômica das classes subalternas mediante participação no mercado financeiro aponta muito mais para um processo de privatização e ocultamento das consequências do rentismo sobre os processos de endividamento e incremento da exploração do trabalho, manifestos nos juros e nas expropriações de garantias.

A flexibilização do mercado de trabalho operada por meio das contrarreformas instituídas com as transformações legislativas e institucionais (reforma trabalhista, reformas da previdência, desregulamentação das ações de fiscalização e limitação de normas de segurança no trabalho) institui um ambiente de aumento das formas competitivas entre os trabalhadores e faz fenecer — num contexto de crise econômica, compressão da renda e pressões inflacionárias — parte das iniciativas organizativas capazes de fazer frente ao incremento da exploração de classe. Por outro lado, a desfiliação social, implicada no movimento de escanteamento de parte da força de trabalho alijada da condição de consumidores, incrementa resistências de cariz não mercadológico na organização das classes populares, o que se observa nos movimentos de luta por moradia, no conjunto dos movimentos das lutas camponesas e rurais, bem como nas organizações autônomas geridas nas periferias das grandes cidades.

Para o trabalhador que participa do processo de produção e reprodução das relações estritamente capitalistas, o recrudescimento das condições de trabalho e as diversas ameaças à sobrevivência o colocam no limiar da participação no trabalho coletivo produtivo para o capital, com indicativo da gradual e crescente substituição do trabalho vivo como horizonte tendencial. A constante complexificação social do trabalho, sob as condições da produção capitalista, opera igualmente a desagregação constante dos contingentes de trabalhadores por meio da operação da Lei Geral da Acumulação Capitalista.

Num contexto de generalização da ideologia de mercado e observado que ela se apresenta como condição totalizante naturalizada, acaba por exercer as pressões centrais na constituição da hegemonia conformada em seus aspectos de dominação e de direção, assumindo uma função primordial no sentido positivo e real de intervenção nos conflitos sociais da produção e da reprodução. Em Jameson (1996, p. 271) tal assertiva é constituída pela recuperação dos elementos que sedimentarão a ideologia de mercado no cerne da “natureza humana” num processo no qual se constata que “a retórica do mercado tem sido o componente central e fundamental nesta luta ideológica, a luta pela legitimação ou deslegitimação do discurso de esquerda” (JAMESON, 1996, p. 271). A constante deslegitimação do discurso de esquerda no Brasil consolida, nas frações da classe trabalhadora, o processo de naturalização do mercado por força das condições materiais engendradas na política econômica e nas formas

de dominação, nas quais a condição última de vendedor da força de trabalho opera inescapavelmente a luta pela sobrevivência e na qual o horizonte delineado aponta para a proletarização e a disputa pelo emprego no mercado de trabalho.

O que buscamos salientar é que a ideologia de mercado apresenta-se como forma cultural circunscrita às condições materiais de produção adiante das determinações da produção do valor, da organização geopolítica do Sistema Competitivo de Estados e das implicações da circulação e, logo, do mercado em cada formação social. As condições de dependência e subalternidade, aliadas às condições internas de assimetrias produzidas no processo histórico de conformação do escravismo e do colonialismo no Brasil, criam um ambiente competitivo e limitado para as classes trabalhadoras, no qual o horizonte acaba por ser a empregabilidade e a possibilidade de não fenecer perante as necessidades imediatas de produção e reprodução da vida.

Portanto, a construção do consenso em torno do trabalho virtualizado em plataformas, com participação ativa dos trabalhadores do setor, remete à formação do novo trabalhador coletivo nos moldes da competitividade e do empreendedorismo, corroborando as transformações operadas desde o alto no intento de incrementar a exploração do trabalho, ceifar direitos sociais e atacar e retroceder nas formas reprodutivas diretamente referenciadas no trabalho. Também a competição internacional na qual se conformam condições desiguais de produtividade do trabalho apontam para o acirramento das dinâmicas intercapitalistas e interestatais, sendo que as periferias comumente têm requerido maiores sacrifícios para o atendimento das métricas de investimentos e lucratividade.

A otimização da produção pela transformação do processo de trabalho reconfigurou as estruturas produtivas nas últimas décadas e vem pressionando a recomposição das forças produtivas na periferia do capitalismo. É curioso que a precariedade é uma constante em países como o Brasil, vista a não generalização de um modelo de “sociedade salarial” completo pois, como já indicamos, as taxas de informalidade, as formas econômicas de subsistência e até aspectos servis do trabalho sempre estiveram presentes nas relações sociais. No entanto, como processo relacionado à regulação estatal, incorporam essas atividades no campo de mercadorização e vigilância estatal com consequências normativas, afetando o acesso a serviços públicos, à própria realização da atividade e à prescrição de normas específicas de realização.

Esse desdobramento da produção flexível que avança sobre os serviços favorece o incremento da produtividade e a realização da *lean production* (produção enxuta), otimiza os resultados da produção e incorpora as atividades reprodutivas ao ciclo de valorização. O

trabalho por demanda é, nesse sentido, uma estratégia fundamental de diminuição dos custos de produção e de atravessamento da exploração, pela via financeira, como forma direta de subordinação ao capital.

Em uma produção mundializada, o processo de concentração e monopolização da oferta também concorre para a limitação das alternativas, estreitando as possibilidades de trabalho para os trabalhadores vinculados às atividades e transformando as plataformas em espaços concorridos de obtenção de trabalho e renda. Daí a importância das formas gerenciais como escopo de intervenção das frações de classe na reprodução imediata das condições de vida, o que evidencia uma dinâmica na qual

o trabalhador passa a ter seu trabalho utilizado e remunerado na exata medida da demanda. Aquele hoje denominado empreendedor é na realidade o trabalhador solitariamente encarregado de sua própria reprodução social. Sozinho enquanto gerente de si próprio, ao mesmo tempo que segue subordinado às empresas. (ABÍLIO, 2020a, p. 116).

As consequências das transformações gerenciais nas quais estão contidos elementos da gestão algorítmica do trabalho, da dataficação, da gamificação e da generalização do trabalho por demanda apontam para tendências como: o aumento da jornada de trabalho; a negligência diante das consequências do trabalho e à saúde do trabalhador; o aumento dos riscos do trabalho; a incorporação da dimensão do gerenciamento como autogerenciamento subordinado; e passa fundamentalmente pelas tendências privatistas e pela desproteção social.

Como indicamos no primeiro capítulo, é patente a relação entre o consumo produtivo das atividades reprodutivas quando de sua incorporação direta ao processo de valorização e o avanço das externalidades e expansão da produção capitalista. Como manifestação da subsunção real do trabalho ao capital, calcado na sedimentação da ideologia de mercado e no massacre das tendências sociais pertencentes à esquerda, o contexto de industrialização dos serviços e do incremento tecnológico, bem como os conflitos sociais derivados apontam para uma condição virtual de escassez, observada a apropriação privada do produto do trabalho em geral. É nesse sentido que a participação ativa dos trabalhadores na reprodução dos modelos gerenciais plataformizados apresenta-se como elemento contraditório das disputas de classe operadas no presente.

O trabalho produtivo no setor de serviços, como trabalho produtivo para o capital, complexifica as estruturas de produção e reprodução sociais, sendo que seu grau de apropriação é produto de um intenso debate e de construções ideológicas dirigidas para a produção de um consenso no nível político. Logo, a pressão operada sobre o conjunto dos trabalhadores assenta-se na necessidade imediata de obtenção de meios de vida pela venda da força de trabalho e

guarda relação com a possibilidade de extinção da atividade, enunciada por ameaças diante da regulamentação e a constituição de um campo de direitos trabalhistas para os trabalhadores do setor.

Por seu caráter positivo, o direito do trabalho é afastado do conjunto dos trabalhadores plataformizados para compor um quadro de não regulamentação que vai no sentido da minimização das intervenções positivas e defensivas estatais. Conseqüentemente, a matriz espacial e temporal de reprodução ganha contornos específicos perante o trabalho regulado e interpõe condições liberadas de realização da produção. O processo em questão amplia, portanto, a dimensão cultural e ideológica de reprodução das relações sociais capitalistas na nova fase de reestruturação produtiva, reconstituindo os elementos do controle despótico típico do assalariado.

Os impactos desse movimento para a sociabilidade arregimentam processos indissolúveis no campo político, constituindo novas significações no contexto manipulatório engendrado pela ampliação da dimensão cultural e também pela intensificação das conseqüências da alienação. As alterações no campo representacional e político assentam-se nas necessidades produtivas impostas pela complexificação do trabalho social e incorporação direta do trabalho em serviços nas dinâmicas produtivas do capital.

Como expressão ideopolítica e filosófica da matriz espacial e temporal conformada pelas formas históricas de engajamento ao processo de trabalho, a vertente cultural hegemônica, qual seja, o pós-modernismo — que assumimos como vertente do irracionalismo — “é o que se tem quando o processo de modernização está completo e a natureza se foi para sempre” (JAMESON, 1996, p. 13), característica ideológica típica do capitalismo tardio que esgota suas possibilidades promotoras do autodesenvolvimento humano na perspectiva da emancipação. Como apontado por Marx nos *Grundrisse*, a esfera da circulação avoluma as contradições do sistema produtivo, ao mesmo tempo que é espaço para sua resolução, o que tem como conseqüência a incorporação cada vez mais direta desta ao processo de valorização.

Para Jameson (1996, p. 16), o pós-modernismo é o consumo da própria produção de mercadorias como processo, não se tratando de uma cultura inteiramente nova, mas “é apenas reflexo e aspecto concomitante de mais uma modificação sistêmica do próprio capitalismo”. Já analisando as relações entre o pós-modernismo e o mercado, o autor salienta que

as formas mais desenfreadas de consumo disponíveis no pós-moderno, que em outras instâncias parecem capazes de encenar um virtual delírio do consumo da própria ideia de consumo: no pós-moderno, na verdade, a própria ideia do mercado é consumida com a mais prodigiosa das gratificações; como

se fosse uma espécie de bônus ou excedente do processo da produção de mercadorias (JAMESON, 1996, p. 276).

Logo, os trabalhadores se encontram imersos nas requisições sociotécnicas constituídas historicamente e que se fundamentam, em especial, na expropriação dos meios de vida e na constituição da própria classe trabalhadora. Essas amarras historicamente forjadas na condução dos processos sociais pelas classes dominantes denotam a relevância do conhecimento e da técnica na estruturação dos processos de dominação contidos na divisão social do trabalho.

As plataformas e o trabalho virtualizado promovem ainda uma alteração significativa na forma de existência do mercado. O *e-commerce* e a nova espacialidade que o comércio virtual adquire dinamizam os processos logísticos que já estavam em curso, o que reforça a necessidade de incorporação direta do trabalho em serviços na forma de consumo produtivo necessário à realização da mercadoria. Consideradas as métricas digitais, as plataformas garantem a racionalidade preditiva da atividade econômica na direção na maximização dos lucros a serem obtidos com um serviço ou mercadoria e na otimização do processo de trabalho para efetivação das trocas.

As tendências identificadas no reconhecimento da estrutura morfológica do trabalho virtualizado não consideram todas as formas de vinculação e resistência das classes, sendo necessária uma aproximação às determinações factuais e ideológicas vivenciadas no campo social do trabalho. Se já fizemos indicações sobre a imediatez na qual opera a razão instrumental amplamente difundida nos processos educacionais e políticos de conformação da hegemonia, é salutar que empreendamos uma busca por suas contraditoriedades e possibilidade estratégicas e táticas, destacando sua constante mutabilidade e transformação perante as contingências cotidianas.

Desta forma, a seguir buscaremos apresentar um panorama do perfil dos trabalhadores do setor de transportes na modalidade de Transporte Individual de Passageiros e as problemáticas advindas da realização da atividade. Utilizaremos dados secundários e com fundamento no acompanhamento de processos de suas lutas e intervenção política, explicitamente manifestos na imprensa, nas instituições organizativas próprias e no conjunto de intervenções que buscam compreender as dinâmicas de transformação do mundo do trabalho, evidenciaremos os elementos constituintes possíveis do grupo de trabalhadores.

4.5 TRABALHO VIRTUALIZADO POR DEMANDA NO BRASIL NO TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS: DINÂMICAS SOCIAIS E POLÍTICAS.

Retomando as particularidades de constituição da atividade específica em análise, ou seja, a plataformização do Transporte Individual de Passageiros Remunerado, identificamos elementos que indicam sua forma de constituição atrelada às dinâmicas tecnológicas, econômicas e sociais. Sua rápida formação e a diversidade dos trabalhadores envolvidos remontam às condições específicas de reprodução do processo de valorização encontradas no Brasil quando de sua implantação. Se já buscamos indicar as questões políticas e regulamentares que ensejaram os conflitos sociais por sobre a regulação da atividade, cabe ainda o exercício de reconhecimento do perfil contemporâneo dos trabalhadores, de forma a compreender sua dinâmica reprodutiva direta enquanto atividade econômica e a vinculação política de seus agentes.

Para tanto, nos valem de dados secundários produzidos por institutos de pesquisa e também por pesquisadores da área das Ciências Sociais. Tal empreitada é também importante para identificar as práticas políticas de envolvimento da categoria como ideologia defensiva do trabalho e ainda sua vinculação, bastante difusa, aos projetos societários comandados pelas classes dominantes e dirigentes.

A abordagem objetiva identificar o posicionamento dos sujeitos no mercado de trabalho e, logo, na divisão social do trabalho, o que viabiliza a análise acerca das tendências gestadas e reproduzidas nos agentes que partilham a atividade econômica em comum, mas que advêm de variadas experiências prévias. Logo, informações como a idade, nível de escolaridade, rendimentos médios, posicionamentos políticos, entre outras variáveis identificadas em pesquisas, colaboram para o reconhecimento das legalidades típicas das consequências da exploração do trabalho e da prática política de seus agentes.

Por se tratar de atividade taylorizada e toyotizada nos termos da forma de sua realização, ou seja, como trabalho simplificado no âmbito da técnica e controlado por instrumentos digitais programáveis sob controle das plataformas, a realização do trabalho de condução motorizada apresenta poucas exigências em relação às existentes no mercado de trabalho competitivo, no qual são requeridas formações específicas, experiência, etc. Desde sua “ativação”¹¹¹ e difusão como trabalho temporário, de meio período ou uma estratégia para diminuir custos de transporte com a oferta de caronas — já adiantando elementos da estratégia ideológica de posicionamento da atividade de forma a não caracterizar o vínculo empregatício —, são utilizados subterfúgios

¹¹¹ O termo remonta à estratégia de mobilização do contingente de trabalhadores necessários à realização da atividade durante a implantação do serviço de transporte plataformizado, quando eram realizadas “reuniões de ativação”.

conceituais para eliminar a qualidade de empregador das plataformas, o que se manifestou em um trabalho constante de propaganda, convencimento, mobilização e acordos com as instâncias decisórias nas estruturas de Estado.

O conjunto das determinações das dinâmicas sociais e políticas do espriamento do trabalho virtualizado em plataformas ocorre em um momento histórico de arrefecimento da atividade industrial no Brasil, da sedimentação do capital agrário-exportador e extrativista, bem como do inflacionamento do setor de serviços como partícipe do processo de circulação. Assim, o emprego da força de trabalho desloca-se para as alternativas de emprego precário (instável, mal remunerado, sem regulamentação) e conta com um contingente em torno de 1 milhão de trabalhadores. A crise gestada a partir das dinâmicas econômicas e políticas do Brasil entre 2013 e 2018 aponta para a solução típica neoliberal: o ajuste econômico, o qual engloba as ações apontadas no início deste capítulo e que afeta sobremaneira as condições de reprodução da força de trabalho em geral.

Para a categoria em questão, verifica-se que está caracterizada por um contingente de trabalhadores que são re proletarizados a partir do funcionamento da nova gestão do trabalho introduzida de forma mais generalizada no setor de serviços, englobando as tendências apontadas anteriormente: gestão algorítmica do trabalho, gamificação do trabalho e autogerenciamento subordinado. O contexto de recomposição do bloco no poder e as novas classes emergentes do aprofundamento da financeirização da economia nacional concorrem para a sedimentação dos elementos que conformam a cultura de precarização do trabalho derivada da desregulamentação da prestação de serviços plataformizados e da constituição jurídica do sujeito econômico na condição de sujeito-empresa.

Para identificar, inicialmente, elementos da conformação social desse grupo, recuperamos os dados de pesquisa encomendada pela empresa Uber e realizada pelo Instituto DataFolha (2021)¹¹², na qual se buscou identificar o perfil dos motoristas e também entregadores, sendo que os resultados são importantes para reconhecer as principais características dos trabalhadores do setor.

O eixo inicial de apresentação revela que 60% dos motoristas trabalhadores da empresa Uber têm entre 30 e 49 anos (35% têm de 30 a 39 anos, e 25%, de 40 a 49 anos), indicando que não se trata da primeira experiência de trabalho e que estes trabalhadores estiveram agregados

¹¹² A pesquisa levada a cabo pelo instituto Datafolha foi realizada entre 13 de agosto e 20 de setembro de 2021, atingindo motoristas e entregadores de todas as regiões brasileiras. De um total de 2.431 respondentes, 1.583 eram motoristas e 848, entregadores. A pesquisa apresenta nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 2 pontos percentuais para os dados referentes aos motoristas. (DATAFOLHA, 2021).

ao ciclo produtivo anterior, mesmo que ainda não seja conhecido o deslocamento entre os setores econômicos. Ainda, 23% dos respondentes têm entre 18 e 29 anos; 12%, de 30 a 39 anos; e apenas 4% têm mais de 40 anos de idade (DATAFOLHA, 2021). Já em Bessa (2021) verificou-se igualmente a prevalência de 65% de motoristas com idades entre 25 e 42 anos; outros 15% têm idades entre 43 e 50 anos; 10%, entre 51 e 73 anos; e menos de 10% têm menos de 24 anos.

Quanto ao gênero, a ampla maioria dos trabalhadores informa ser do sexo masculino. A pesquisa Datafolha (2021) revela que a esmagadora maioria dos motoristas identifica-se como homem, correspondendo a 93% da amostra; apenas 7% identificam-se como mulheres. Em Bessa (2021)¹¹³, há uma variação significativa, pois 83,4% dos respondentes identificaram-se como homens e 16,5%, como mulheres.

A prevalência masculina na atividade remonta às questões de realização da atividade, especialmente as relacionadas à segurança no trabalho e aos altos índices de violência contra as mulheres registrados no país, o que torna a atividade muito mais perigosa para as motoristas mulheres. Da mesma forma, é histórica a dominação masculina nas atividades de transporte, observada a identificação do gênero com a atividade de direção e com o carro como objeto, o que destaca também a permanência das opressões e de elementos da divisão sexual do trabalho nos quais operam a misoginia e o machismo.

Outro elemento de caracterização do perfil dos trabalhadores guarda relação com sua escolaridade. A pesquisa DataFolha (2021) identificou que no concernente ao nível de escolaridade, 51% dos motoristas têm ensino superior, 36% têm ensino médio e 5%, ensino fundamental. Já Bessa (2021) apresenta resultados similares, num panorama no qual 52,5% tiveram acesso ao ensino superior (20,5% superior completo e 32% superior incompleto). A pesquisa ainda revelou que 28,8% têm ensino médio completo, 8% têm formação em nível de pós-graduação e pouco mais de 10% têm formação fundamental completa ou incompleta, ou não completou o ensino médio.

A atividade não apresenta requisições específicas de formação, visto que das requisições necessárias, a única exigência formativa é a da alfabetização, em razão de que é requerida para que o motorista possa estar habilitado pelos órgãos oficiais de trânsito. Logo, os números revelam que a atividade arregimenta trabalhadores de maior escolaridade, impacto da ampliação

¹¹³ A pesquisa em questão foi realizada entre 09 de abril e 01 de junho de 2020, tendo abrangência nacional e contando com 766 respondentes (BESSA, 2020).

da formação em nível superior do período de expansão dos programas e ações formativas para atender às necessidades do mercado de trabalho durante o período neodesenvolvimentista.

Nesse sentido, o perfil identificado guarda relação com a categoria precariado cunhada por Guy Standing (2014), explicitando a redução das oportunidades de trabalho para os níveis formativos especializados. Não se trata de uma nova classe, como aventa Standing, mas de uma fração da classe trabalhadora que experencia os limites da formação acadêmica na relação com a empregabilidade. Assim, o trabalho precarizado não é exclusivo das frações da população com baixa escolaridade, o que se apresenta como regularidade para outras modalidades de empregos precários, como os serviços terceirizados de limpeza e conservação ou de vigilância e segurança patrimonial.

No quesito raça/cor, a pesquisa DataFolha não colheu tal informação, de forma que o percentual de pertencimento racial não foi estipulado nos resultados. Todavia, Bessa (2021) identificou que 51,8% dos motoristas entrevistados eram brancos, seguidos de um percentual de 37% de respondentes autoidentificados como pardos; 8%, como pretos ou negros, ou seja, 45% identificados como pardos ou pretos. Os outros 8% concentram os motoristas identificados como amarelos ou indígenas. A prevalência de motoristas brancos contemporiza com os dados educacionais e as formas de expressão das desigualdades sociorraciais enraizadas na formação social brasileira.

Regionalmente, a amostra da pesquisa DataFolha (2021) identificou uma prevalência de motoristas na região Sudeste, em número percentual de 53%, seguida da região Nordeste com 20%, da região Sul com 13%, do Centro-Oeste com 7% e do Norte com 7%. Bessa (2021), por seu turno, igualmente identifica uma prevalência de motoristas na atividade na região Sudeste, considerando que esta é a região mais populosa e de maior concentração da atividade econômica, seguida da região Sul. Outros 45% dos respondentes são das outras regiões do país, demonstrando que as metodologias e a forma do alcance e formação da amostra entre as pesquisas diferiram em razão do método de coleta.

No tocante às questões socioeconômicas, a pesquisa DataFolha (2021) indica que 62% dos motoristas são responsáveis financeiramente também pelo/a cônjuge; 59%, pelos filhos; 18%, pelos pais; 14%, por outros familiares; e apenas 14% não são responsáveis por algum familiar ou dependente. A pesquisa identificou ainda que 70% dos motoristas têm filhos. Em Bessa (2021), os resultados de pesquisa indicam que 67,1% dos entrevistados têm filhos e que 63,5% declaram ser os/as principais provedores/as de suas casas.

Nessa esteira, é importante salientar que os rendimentos oriundos da atividade de trabalho variam quanto à funcionalidade na reprodução, sendo que em sua maioria são fracionados com outros/as membros das famílias dos motoristas. As pesquisas não indicam a conformação da renda familiar como um todo, mas denotam que a maioria dos trabalhadores é o/a provedor/a do lar.

Quanto ao tempo de atividade, a pesquisa DataFolha (2021) identifica que apenas 6% dos trabalhadores, aqui incluídos os entregadores, têm 5 anos ou mais de atividade, sendo que 33% trabalham dirigindo ou fazendo entrega há 1 ou 2 anos; 28%, há 3 ou 4 anos; 23%, há 4 meses a 12 meses; 10%, há 1 mês a 3 meses; e apenas 1% há menos de 1 mês. Oliveira, Costa e Assis (2020), embora com uma amostra menor¹¹⁴, identificam que 43,1% dos motoristas trabalham para a plataforma Uber há mais de 18 meses; 20% trabalham há mais de um ano e menos de um ano e meio; outros 20%, entre 6 meses e 1 ano; 13,8%, entre 3 meses e 6 meses; o restante há menos de 3 meses.

Aqui nos deparamos com duas questões fundamentais que apresentam tendências discrepantes. Ao passo que se identifica que a ampla maioria dos motoristas tem a atividade como regular, também se verifica a incidência de uma alta rotatividade na atividade. A primeira tendência aponta para o fato de que o exercício do trabalho é contínuo ou não eventual, apresentando características utilizadas para o reconhecimento jurídico das relações de trabalho formal, que incluem também: pessoalidade, onerosidade, subordinação e a citada não eventualidade.

Por outro lado, verifica-se que mais da metade dos motoristas não está na atividade há mais de 2 anos, evidenciando a rotatividade da atividade que está em curso há 8 anos no Brasil. Dos aspectos qualitativos observados, é notório que a rotatividade é uma constante para os motoristas, podendo originar-se da intercalação com outras atividades de trabalho, na inviabilidade econômica, na assunção de outras funções laborais e até no banimento de uma ou outra plataforma.

As formas de vinculação ao trabalho em plataforma apontam para a liberdade de escolhas de horários e a não obrigatoriedade; todavia, verificou-se que, dos respondentes da pesquisa DataFolha (2021), 89% haviam trabalhado na atividade no último mês e apenas 1% há mais de 6 meses. A regularidade é evidenciada também pelos dados colhidos acerca do regime de trabalho. Quanto à frequência ao trabalho, 66% dos respondentes informam que

¹¹⁴ Amostra de 65 entrevistados, visto que a pesquisa em questão aborda amplos aspectos qualitativos (OLIVEIRA; COSTA; ASSIS, 2020).

trabalham na atividade 5 ou mais dias na semana. Em seguida, 18% informam que trabalham de 3 a 4 dias na semana; 5%, 1 ou 2 dias na semana; 8%, algumas vezes ao mês; e 4%, uma vez ao mês ou menos. Já a pesquisa de Oliveira, Costa e Assis (2020) identificou que 56,9% dos motoristas fazem jornadas de trabalho superiores a 8 horas diárias e que apenas 9,2% informaram trabalhar menos de 25 horas semanais, o que caracterizaria o trabalho *part-time* ou de meio período. Destaca-se ainda que 29,2% informaram trabalhar mais de 10 horas por dia e 15,4%, mais de 70 horas semanais.

A pesquisa DataFolha (2021) identificou ainda que os motoristas trabalham para, em média, 2,3 aplicativos de transporte ou entregas. A vinculação do trabalhador multiplataforma aponta para as estratégias concorrenciais no mesmo setor, ou até entre setores que se utilizam dessa forma de trabalho. A constante mutação do mercado de trabalho e da empregabilidade indica uma possibilidade cada vez mais diversificada de realização de serviços com mediação virtual, arrastando novos tipos de atividade e ativando requerimentos de multitarefas para os trabalhadores em geral.

Outro aspecto importante que a pesquisa DataFolha (2021) buscou identificar diz respeito às razões para a escolha do trabalho, a qual não considera a necessidade intrínseca à condição espoliada do trabalhador, mas que é relevante para identificação dos elementos ideológicos constituintes da vinculação à atividade. Quanto a itens específicos, como horários, remuneração e socialização, os/as entrevistados/as atribuíram importância entre: importante, de média importância e irrelevante. Dentre os quesitos apresentados, “ter horário flexível” foi o fator mais mencionado como importante, sendo que 71% dos respondentes indicaram que este seja o fator motivador mais relevante, seguido de “ganhar dinheiro para realizar meus projetos ou de meus familiares, como faculdade, comprar casa, poupança para os filhos”, com 66% considerando um motivo importante. Sequencialmente, as razões mais importantes para trabalhar em plataforma são: “repor a renda perdida com a pandemia” (62%); “ter autonomia / ser meu próprio chefe” (60%); “ajudar a manter uma renda regular porque minhas outras fontes de renda são instáveis ou imprevisíveis” (58%); “ter controle do meu futuro financeiro” (58%); “trabalhar meio-período ou ter horário flexível devido à família, saúde ou por motivos educacionais” (54%); “ganhar dinheiro enquanto procuro trabalho em tempo integral” (52%); “porque gosto dessa atividade, me dei bem fazendo isso” (47%); “complementar a renda para poder gastar com coisas extras, como férias, jantar fora etc.” (45%); e “ganhar dinheiro enquanto procuro meu próximo bico” (31%) (DATAFOLHA, 2021).

Os fatores foram divididos entre “liberdade” e “renda” para categorizar os elementos avaliados, sendo que a principal razão para trabalhar na atividade diz respeito à liberdade, seguida dos elementos de renda vinculados à manutenção da vida econômica e recuperação econômica após o impacto da pandemia de coronavírus. Por outro lado, a pesquisa de Bessa (2021), que buscou captar aspectos motivacionais e, logo, representativos de uma estrutura de sentimentos e agência, identificou três grandes categorias de respostas dos/as motoristas: 36,29% dos respondentes associaram a principal motivação à renda; 35,24% associaram a motivação ao desemprego ou à questão da empregabilidade; e 23,22% indicaram motivação associada a preferências pessoais com elementos indicativos da necessidade ou preferência por flexibilidade, autonomia, ser seu próprio chefe e congêneres.

Dadas as diferenças metodológicas explicitadas na forma de realização das pesquisas, verifica-se importante diferença que indicam contradições sobre os aspectos ideológicos e materiais que animam o aspecto motivacional dos trabalhadores do setor, visto que a avaliação positiva sobre esse ou aquele aspecto da atividade (flexibilidade, autonomia, etc.) não significa que este seja o principal motor da vinculação como trabalhador. Logo, a necessidade imediata de obtenção de renda é central para a busca da atividade e a facilidade com que opera é o que a torna atrativa.

Em avaliação da experiência — considerando que a pesquisa DataFolha (2021) foi respondida, conforme indica a metodologia, sem que os/as trabalhadores/as soubessem que o procedimento havia sido encomendado pela empresa Uber —, os motoristas consideraram como aspectos positivos: o fácil acesso ao trabalho (88%); a disponibilidade de trabalho (85%); a flexibilidade (83%) e a autonomia (ser seu próprio chefe) (79%). Ou seja, verifica-se a predominância de fatores objetivos de realização do trabalho, visto que este é acessível e existe demanda para a atividade.

A pesquisa indica ainda que 40% dos motoristas dão muita preferência para trabalhar por conta própria e que 21% dão certa preferência, o que indica o terreno de constituição da cultura de precarização do trabalho a partir da experiência de regulamentação que buscou afastar o vínculo empregatício. Nessa esteira, a pesquisa também trouxe à baila a questão da forma do trabalho, sendo que o resultado apresenta que 40% dos motoristas responderam que dão muita preferência para ser classificado como profissional por conta própria e 21% dão certa preferência para essa modalidade de enquadramento jurídico de seu trabalho. Na outra ponta, 16% informam que dão muita preferência para ser considerado empregado registrado e 12% dão certa preferência para a alteração na natureza jurídica do trabalho por demanda vinculado

às plataformas de transporte. Por fim, 11% não souberam dizer. Na pesquisa realizada por Oliveira, Costa e Assis (2020), a maioria dos respondentes (72,3%) informou que não considera ter vínculo empregatício com a plataforma e 27,7% consideraram que têm vínculo de trabalho no desenvolvimento da atividade.

Ainda que os dados se refiram às representações específicas em cada metodologia de pesquisa, é patente que tais informações encontram-se assentadas na produção ativa de uma identidade profissional que busca intencionalmente extirpar a noção de trabalho formal regulado a partir da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Tais enunciados apontam para a conformação de um projeto político hegemônico no coletivo de trabalhadores, o qual aponta precisamente para a assunção de uma cultura de precarização do trabalho. Trata-se da liberação dos freios que buscam dar limites à exploração do trabalho e do não reconhecimento da relação hierárquica de dominação interposta na trama da luta de classes.

Como já apontado no primeiro capítulo no tocante às contradições da legalização operária, bem como considerados os apontamentos relacionados às forjas das Leis Trabalhistas no contexto de desenvolvimento industrial brasileiro, verifica-se que a estrutura salarial do trabalho regulado no Brasil explicita os movimentos de acomodação do operariado e foge ao alcance de grande parcela dos trabalhadores. Não obstante, as novas formas de gestão do trabalho interpostas pela plataformização e pela virtualização das relações de trabalho encontram-se diretamente imbricadas nos rumos do trabalho em geral, considerada a positividade do direito do trabalho e o fato de que o perfil dos trabalhadores aponta para uma transição do trabalho regulado para o trabalho por demanda. O perfil dos trabalhadores em outras atividades plataformizadas apresenta variações, considerando que para os motoqueiros a idade e o nível de escolaridade são menores e que a atividade configura-se como primeira experiência laboral.

Desta forma, a produção de uma cultura de precarização do trabalho assentada no desmonte das conquistas trabalhistas e na hegemonização do autogerenciamento como modelo de gestão do trabalho revela a transformação do horizonte das lutas sociais do trabalho ante a reestruturação produtiva em curso. A constituição das pautas e deflagração das lutas apresentam-se fragmentadas e não referenciadas nas conquistas históricas do trabalho, motivo pelo qual uma conquista mínima, como o limite semanal de horas de trabalho, tem sido constantemente infringida no cotidiano de trabalho de motoristas do transporte individual de passageiros.

No tocante à caracterização jurídica do vínculo empregatício, a empresa conclui que “2 em cada 3”, ou seja, “a maioria dos motoristas e entregadores prefere ser classificada como profissional que trabalha por conta própria do que como empregado registrado” (DATAFOLHA, 2021).

No bojo das contradições evidenciadas pelas pesquisas em análise, a fonte do DataFolha (2021) revela ainda que: na avaliação, quando considerado o item “dão expectativas claras de ganhos, baseadas em local, hora e frequência do trabalho”, apenas 21% concordam totalmente, 21% discordam em parte e 20% discordam totalmente, demonstrando a insatisfação dos motoristas quanto à forma de gestão do trabalho e de remuneração.

Observado que um dos aspectos do trabalho formal envolve a proteção social da cobertura previdenciária, a pesquisa ainda indica que 77% dos motoristas concordam que deveriam contribuir para a previdência para ter acesso aos benefícios previdenciários, sendo que 85% indicam que estariam dispostos a contribuir caso a plataforma contribuísse com os mesmos valores. Dos respondentes ainda se aduz que 63% afirmam que contribuiriam se a alíquota de contribuição fosse de 5%, e 78%, se a alíquota fosse de 2,5% (DATAFOLHA, 2021).

A pesquisa ainda identificou que 43% dos motoristas não faziam qualquer contribuição para a previdência social ou para qualquer outra modalidade de previdência privada, sendo que 42% deles indicam que consideram que a contribuição previdenciária mensal é demasiado cara, 22% asseveram que o sistema atual não corresponde às necessidades de sua realidade, 20% afirmam que não sabem como se cadastrar e 19% consideram que há muita burocracia para realização do cadastramento e recolhimento. Apenas 16% dos motoristas faziam o recolhimento das contribuições previdenciárias como pessoa jurídica Microempreendedor Individual (MEI).

No que se refere às opiniões sobre a previdência, verifica-se que os motoristas apresentam preocupações diferenciadas, bem como indicam referências para realização do processo. Nessa seara, 73% demonstram preocupação com a possibilidade de não poder trabalhar em função de adoecimento, o que impactaria na perda da renda; 64% demonstram preocupação com a possibilidade de sofrer algum acidente que impeça a regularidade dos rendimentos; 50% demonstram preocupação com o amparo à família em caso de morte; 41% preocupam-se com a aposentadoria e a possibilidade de parar de trabalhar no futuro; e outros 40% asseveram que se preocupam com a aposentadoria caso não tenham mais condições de saúde, em razão da idade, para trabalhar. Com essas questões em relevo, 75% afirmam que

provavelmente ou com certeza contribuiriam para a previdência se a plataforma recolhesse as contribuições automaticamente (DATAFOLHA, 2021).

Sobre a estruturação das formas de contribuição, quando perguntados se as plataformas deveriam arcar com parte das despesas previdenciárias, 63% afirmaram concordar completamente, 24% concordaram parcialmente, 7% discordaram parcialmente e apenas 6% discordaram totalmente. Já quando perguntados se as plataformas deveriam contribuir com os mesmos valores, 49% concordaram totalmente, 36% concordaram parcialmente, 8% discordaram parcialmente e 6% discordaram totalmente (DATAFOLHA, 2021).

No concernente à obrigatoriedade, quando instados a se posicionar sobre a possibilidade de escolher entre a previdência social ou a previdência privada, 45% concordaram totalmente, 41% concordaram parcialmente, 10% discordaram parcialmente e 15% discordaram totalmente. Por fim, no que se refere à realização de contribuições previdenciárias a serem realizadas pelos motoristas por conta própria, 38% concordaram totalmente que os motoristas deveriam realizar as próprias contribuições, 39% concordaram parcialmente, 11% discordaram parcialmente e 12% discordaram totalmente (DATAFOLHA, 2021).

A análise das manifestações acerca das questões previdenciárias indica o descolamento da efetivação das formas de proteção social vinculadas ao regime previdenciário e de sua natureza contributiva composta por diferentes fontes de financiamento. Ao mesmo tempo que concordam que as plataformas deveriam fazer o recolhimento das contribuições previdenciárias, concordam também que as contribuições deveriam ser feitas por conta própria e que deveriam poder escolher se desejam contribuir para a previdência social pública ou obter títulos de planos de previdência privada.

A diversificação conceitual sinaliza que a máxima do afastamento do vínculo empregatício permanece vívida, constituindo uma direção cristalizada diante das demandas apresentadas quanto às necessidades de proteção social. Logo, é preciso que os debates da categoria se afastem do consenso forjado em torno da depreciação dos sistemas públicos de seguridade social, especialmente o previdenciário. A lógica dos ajustes parece invadir o universo cultural dos trabalhadores que assumem para si a máxima do Estado mínimo e da responsabilidade individual sobre as consequências da exploração do trabalho e da realização de um trabalho inserido no trabalho coletivo.

Por fim, cotejamos informações acerca da renda média obtida pelos trabalhadores por demanda que prestam serviços para plataformas. No tocante à composição de renda dos/as entrevistados/as, a pesquisa DataFolha (2021) identificou que a renda média dos/as

respondentes foi de R\$ 2.895,00 e que eles aceitariam outros trabalhos em tempo integral apenas com um incremento médio de 40% dos salários já recebidos. Importa dizer que a plataforma Uber (2022) indica a possibilidade de ganhos de até R\$ 1.552,00 por semana (tendo como referência a estimativa de ganhos baseada nos dados de motoristas parceiros das últimas 4 semanas na região de Curitiba na data da busca), isso para uma carga horária de 50 horas semanais. Ou seja, um rendimento de R\$ 6.208,00 mensais, uma diferença de R\$ 3.313,00 do efetivamente constatado na pesquisa (ainda que a renda média não esteja referenciada em uma carga horária específica).

A pesquisa de Oliveira, Costa e Assis (2020) identificou que quase $\frac{1}{3}$ dos motoristas declarou receber entre 2 e 3 salários-mínimos (30,8%); 27,7%, mais de 4 salários-mínimos; 20%, entre 3 e 4 salários-mínimos; 15,4%, entre 1 e 2 salários-mínimos; e 6,1%, menos de 1 salário-mínimo. Dos respondentes, 63,1% responderam ao questionamento sobre os rendimentos sem desconsiderar as despesas da atividade. Quando considerados os rendimentos médios por hora, 44,6% dos respondentes informaram ganhar entre 11 e 20 reais por hora; 13,8, até 10 reais por hora; 26,2%, de 21 a 30 reais; e o restante, mais de 40 reais por hora.

Por seu turno, a plataforma Glassdoor (2022), especializada em receber avaliações de empresas por parte dos trabalhadores, indica que o rendimento médio informado por cerca de 569 motoristas teve como média um rendimento mensal de R\$ 1.983,00, considerado 15% maior que a média salarial nacional. Os pagamentos da Uber são realizados semanalmente e os dados não computam com exatidão os rendimentos da atividade em razão da contabilidade que deve levar em conta os gastos com o veículo, impostos, taxas, multas, entre outros aspectos que incrementam as despesas para os motoristas.

Feita esta incursão sobre os dados obtidos acerca do perfil dos motoristas e, também, das posições políticas e condições de trabalho, apontamos para a necessidade de maiores investigações que possibilitem a segmentação dos dados e análises cruzadas temporais capazes de registrar o movimento da categoria. É patente que a rotatividade afeta constantemente o perfil dos trabalhadores, assim como se espera que as condições do mercado de trabalho e os custos da realização da atividade também afetem regularmente a conformação coletiva da categoria e os indicativos de reivindicação do conjunto dos trabalhadores da atividade.

A seguir, retomaremos os elementos analíticos para reconhecer as determinações da formação da cultura de precarização do trabalho associada à expansão do trabalho por demanda plataformizado. Na esteira da reestruturação do trabalho motivada pela retomada da taxa de lucros e pelas transformações na composição das forças produtivas, importa-nos retomar

elementos da prática empresarial e das disputas ideológicas envolvidas na virtualização do trabalho e suas consequências.

4.5.1 Aspectos ideológicos da nova morfologia do trabalho e do novo trabalhador coletivo: a emergência da cultura do trabalho precário no contexto do trabalho virtualizado

Como aventado por Harvey (2014), a crise é o mote de compartilhamento das contradições e problemáticas específicas de um modo de produção que esgotou historicamente as contribuições ao processo de independização da natureza, ou a saída do reino da necessidade. Manifesta nas expressões financeiras do Estado ou das personificações do capital, a ideia de crise se metamorfoseia para dar lugar ao ocultamento do “trabalho morto” como propriedade privada, incidindo diretamente sobre o agir das classes ao aderirem (com uma filiação mais ou menos consciente) às formulações que lhes impõe o horizonte de ação.

Como explicita Coutinho (2010): o processo histórico funda as bases para a libertação do homem, não obstante, de classe revolucionária, a burguesia passa a ser a classe dominante, atuando como tal em defesa de seus interesses corporativos. Mais que interesses, os imperativos capitalistas se tornam uma necessidade e impelem suas personificações em manter o *status quo* do processo produtivo tipicamente capitalista, consideradas as formulações da economia-política de Marx.

Nos termos de Lukács, trata-se da decadência ideológica, erigida por um leque justificativo acerca da vida social e que orbita as necessidades produtivas. Considerado o esgotamento histórico da possibilidade de o capitalismo convergir para a satisfação das necessidades e na contribuição para a emancipação e o pleno desenvolvimento do gênero não mudo, as formulações ideofilosóficas e suas expressões políticas tornam-se reacionárias e anacrônicas (irracionais).

Os apologetas do sistema produtivo, calcados nas formulações filosóficas neopositivistas e em suas variantes, que buscam acomodar as necessidades sociais da classe dominante, têm maior expressão no utilitarismo e no pragmatismo, os quais amplamente inundam o cotidiano para educar a atenção de imensos contingentes de trabalhadores para as necessidades econômicas do sistema produtivo.

A prevalência de doutrinas econômicas e filosóficas se atenta às demandas que colocam as bases do modo de produção, atuando nos conflitos sociais e mediando as decisões políticas

que afetam e organizam a produção e a reprodução sociais. No âmbito econômico, por exemplo, a Escola de Chicago e as formulações liberais anteriores, como as elaborações de Hayek, Mises ou até mesmo Keynes, ocupam lugar funcional na composição das forças ideológicas que disputam a arena política no campo dos complexos sociais.

Em contraposição, doutrinas econômicas socialistas, bem como formulações comunitárias precedentes, são retiradas do horizonte como uma ofensiva ideológica capaz de limitar a possibilidade decisória dos diversos grupos humanos. Derivando da tradição colocada, é importante mencionar as necessidades produtivas como base das construções filosóficas. Retomando a célebre elaboração de Marx (2009, p. 245):

os homens não são livres para escolher suas forças produtivas - base de toda sua história -, pois toda força produtiva é uma força adquirida, produto de uma atividade anterior. Portanto, as forças produtivas são o resultado da energia prática dos homens, mas essa mesma energia é circunscrita pelas condições em que os homens se acham colocados, pelas forças produtivas já adquiridas, pela forma social anterior, que não foi criada por eles e é produto da geração precedente. O simples fato de cada geração posterior deparar-se com forças produtivas adquiridas pelas gerações precedentes, que lhes servem de matéria-prima para novas produções, cria na história dos homens uma conexão, cria uma história da humanidade, que é tanto mais a história da humanidade quanto mais as forças produtivas dos homens, e, por conseguinte, as suas relações sociais, adquiriram maior desenvolvimento. [...] [Logo], as suas relações materiais [dos homens] não mais são que as formas necessárias nas quais se realiza a sua atividade material e individual.

Nessa seara se reconhece a importância dos pores teleológicos colocados em marcha para servir de sustentáculo às operações produtivas e para o incentivo ao consumo, os quais são objeto de especialização do trabalho e vivificam elementos que intentam criar um sujeito que se ache capaz de intervir nos conflitos que lhe são afetos em uma dimensão instrumental e funcional ao sistema produtivo em curso.

No que abrange as recentes transformações no mercado de trabalho, é importante novamente mencionar que o empreendedorismo e o *life style* associado à nova economia de compartilhamento como plataformização e virtualização do trabalho guardam íntima relação, considerando que temas como inovação são amplamente associados ao desenvolvimento de soluções tecnológicas. *Startups*, incubadoras e outras modalidades de colaboração e participação no desenvolvimento de *softwares* compõem uma enorme rede. A depender do lugar do trabalhador na escala empresarial, tanto mais será diverso/específico seu universo ideocultural.

Sob a égide recente do social liberalismo, que tem como pano de fundo a teoria do capital humano — a qual se mostra funcional às necessidades de envolvimento consentido e na

completa mercadorização do sujeito trabalhador —, se erige um campo representativo que tem sua materialidade imagética e linguística apresentada à sociabilidade como um complexo jogo de colaboração e competição, o qual cumpre sua função naturalizada no campo dos conflitos imediatos e gerais do trabalho. Esses elementos, já imbuídos das concepções do direito e, especialmente, dos direitos humanos, quando observados do ponto de vista da manutenção e reprodução da força de trabalho, confluem para condensação do chamado recente desenvolvimentismo.

Desta forma é que os complexos da educação e do direito acumulam tais prerrogativas como valores, colocando-os em preferência/tendência ante a escolha por outros modelos educacionais e institucionais. As consequências são vistosas quando avaliados os números acerca da concentração de renda, da violência, das opressões e da devastação ambiental, avaliando que tais referenciais desconsideram ideologicamente as bases que fundamentam a produção e organizam o trabalho no capitalismo contemporâneo.

Portanto, servem como ideologias por cumprirem um papel basilar na reorganização da composição sociotécnica do trabalho, atuando desde a limitação por escolhas alternativas, até a conformação de uma sociabilidade em que se naturaliza o risco e se aceita o conflito social como problemática própria. Acontece que se o colaborador, “já empoderado e em igualdade de condições”, negligencia as condições básicas de organização da vida econômica, tende a identificar fraqueza e lentidão no outro que não acompanha as econométricas necessárias ao equilíbrio e rentabilidade dos negócios, ou frustra a si mesmo quando se responsabiliza pelo resultado de sua atuação econômica autônoma e autodirigida.

Esse é o motivo, por exemplo, das frustrações de *startups* que deram certo. Inicialmente a cultura organizacional fomenta um ambiente de estímulo à inovação, superação e criatividade. Como o ambiente é profícuo, alguns projetos viabilizam criações valiosas do ponto de vista econômico, fazendo-as adentrar a circulação geral das mercadorias, na qual sua legalidade e funcionalidade enquanto criação do trabalho humano coletivo é alienada de seus criadores. Já como mercadoria, caso tenha sido vendida para qualquer conglomerado tecnológico que responde à ânsia de seus investidores por mais rentabilidade, o resultado do trabalho não objetiva mais satisfazer uma necessidade e passa a cumprir as métricas econômicas ditadas pelas regras contábeis gerais.

Como que sobrepostas e espraiando de seus centros (localizados na produção e nas necessidades econômicas do capital financeiro), as roupagens ideológicas fundamentais cumprem seu papel de encaminhar os conflitos sociais, apresentando soluções geralmente

mistificadoras ou negando e combatendo qualquer problemática que contraponha interesses significativos. Considerando que a própria natureza do conjunto de ideias e práticas que direcionam — limitando ou ampliando o horizonte de respostas no âmbito individual e coletivo — é diversa e multifacetada, consideramos importante salientar, por exemplo, a necessidade de verificar seu objeto, sua abrangência, sua eficácia, entre outros fatores relevantes.

Em todo caso, é representativo que as relações diretas dessas formulações com o campo econômico apresentem também condições específicas de existência. Nesse sentido, o pragmatismo liberal tem particularidades incontestes se comparado ao social liberalismo. O primeiro guarda relação com o sujeito e a natureza de suas respostas perante o mundo, fazendo manifestar, se bem aplicada, um comportamento ativo que requer ação em resposta às formulações ideais próprias (desejo, vontade) ou quiçá, externas (ordens); já o segundo, corresponde a formulações singulares sintetizadas em perspectivas individuais e de grupo, orientando, por exemplo, a ação do sujeito pragmático em prol da conciliação do inconciliável na tentativa de promover o desenvolvimento capitalista e garantir os direitos individuais e a igualdade de oportunidade numa formulação imprecisa de justiça.

Atuando na paralaxe da percepção, a indústria da manipulação estimula o controle do cérebro com doses cavalares de dopamina, tornando o prazer uma necessidade constante e perene, sob pena da incapacidade em responder às demandas socioeconômicas por eficiência, eficácia, utilidade, critérios estéticos, comportamentais e quaisquer outras ações que indiquem a cópia do comportamento desejado, tenha sido ele visto num comercial ou em um treinamento, ou ainda que tenha sido criado pelo próprio sujeito numa síntese dos, também diversos, estímulos representativos das influências ideoculturais que sua posição na estrutura de classes lhe permite.

É evidente que o incremento tecnológico digital e a consolidação da rede como espaço de trocas materiais e simbólicas dinamizaram tal processo, inclusive enredando toda a construção elementar das redes com seus princípios e espectros valorativos. Fenômenos, como o das redes sociais e da produção cultural, massificam o escopo de atuação e produzem efeitos e dados que constituem o caráter manipulativo da atividade, interferindo dinamicamente e contundentemente na esfera produtiva e na esfera política.

Consideradas as determinações do mundo do trabalho e o crescente espraiamento do trabalho por demanda para atividades antes tratadas como trocas privadas, é notório que o que escapava ao controle central de uma corporação ou do Estado tende a ser incorporado nas redes conectoras entre serviços/bens e seus consumidores. Aventamos, pois, que com a aprovação da

reforma trabalhista, na qual se regulamentou o trabalho intermitente, seja possível regular o emprego da força de trabalho a partir de aplicativos com os quais se proceda a convocação para a pintura, o carregamento, o plantio, a aula ou a limpeza. Como intermediação, permitiria o registro do aceite ou não da convocação, impactando na forma de vinculação do trabalhador com a demanda do trabalho.

Os impactos no mundo do trabalho sinalizam para a corrosão das formas tradicionais de organização da classe trabalhadora, considerados o incremento da alienação e os ataques massivos às atividades sindicais. Se em si as novas formas de trabalho suplantam a organização e impedem o contato entre trabalhadores, as bases das avaliações e a inexistência de instituições para resguardar o direito a contradizer o possível exagero por parte das demandantes, incorrem na totalização das corporações informacionais. Possíveis conflitos são resolvidos pela própria equipe da empresa, que ignora a regulação pública e transmuta a vida social para o trabalho e para a empresa.

O cenário se agrava com os incrementos ideológicos que transformam tal trabalhador na empresa de si próprio. O léxico empreendedor tem âncoras no medo e na coerção para capturar a subjetividade do trabalhador e racionalizá-lo sob a métrica da autovalorização, valendo-se ainda da reconfiguração espaço-temporal com a qual pretere necessidades imediatas e vale-se da probabilística projetada na consecução de objetivos futuros.

No bojo das transformações enunciadas, concordamos com Slee quando ele afirma que “[...] os problemas de alienação, erosão e distorção se aguçam conforme cresce a escala do envolvimento financeiro” (2017, p. 283). As determinações dos novos engendramentos do capital para suprimir sua tendência ao decréscimo da taxa de lucro, que implica numa inteira mercantilização da vida e opressão mercadológica do desenvolvimento da personalidade dos sujeitos sociais, novamente atravessam a necessidade histórica de fortalecimento de um projeto societário com vistas à emancipação humana.

Assim, consideramos que o enfrentamento desse debate seja relevante na busca pela crítica dos componentes ideológicos que orientam a vida social, permitindo revelar as contraditoriedades das formas ideológicas, bem como fomentando processos desalienantes, implicados com a transformação e a recusa às formas regressivas de sociabilidade que vêm se impondo como arma de apassivamento ou adesão mediante manipulação.

Para tanto, faremos ainda uma breve elaboração no que toca às problemáticas cotidianas relacionadas à atividade de motoristas parceiros da Uber, vista a necessidade de compreensão dos processos ideopolíticos em sua concretude e o reconhecimento de sua necessidade social.

4.5.2 Gestão simbólica da crise: consequências do desenvolvimento tecnológico para os conflitos sociais

As possibilidades históricas do redimensionamento progressivo da participação do trabalho por demanda remontam às motivações histórico-sociais do passado recente. Envolve fatores econômicos e culturais da gestação e do espraiamento das determinações de um novo padrão tecnológico, o qual altera a interação homem-máquina e incorre na virtualização parcial do trabalho em geral e, logo, das relações sociais.

Harvey (2011), ao analisar as consequências da crise de 2008, alerta para os problemas advindos da financeirização. Destaca que “[...] a relação entre representação e realidade no capitalismo sempre foi problemática” (2011, p. 30), inferindo que a financeirização compõe a estratégia de absorção de excedentes derivada do *modus operandi* econômico pós-consenso de Washington.

Ainda para o autor, “as crises financeiras servem para racionalizar as irracionalidades do capitalismo” (HARVEY, 2011, p. 18), implicando em adequações nos investimentos e remodelando o exercício do poder de classe. A crise de 2008, referenciada pela “crise das hipotecas subprime”, afetou o centro de controle do mercado financeiro mundial e acirrou as contradições do multilateralismo do Sistema Internacional de Estados, implicando em novas contendas geopolíticas.

Wall Street experienciou o dismantelamento de seus principais bancos e a reação mundial do mercado foi sem precedentes. Vale mencionar que os “grandes demais para quebrar” obtiveram massivo suporte do fundo público — em todo o mundo — para manter o funcionamento do sistema financeiro, tendo em vista sua centralidade para a administração mundial dos investimentos e da realização da atividade econômica como acumulação capitalista.

Considerados os resultados mais imediatos da crise, o que se constatou foi que “[...] a confiança do consumidor despencou, a construção de habitações cessou, a demanda efetiva implodiu, as vendas no varejo caíram, o desemprego aumentou e lojas e fábricas fecharam” (HARVEY, 2011, p. 13). A resposta que sobreveio, especialmente como destacado por Scholz (2016, p. 33), a partir dos choques de austeridade, fomentaram um caldo ideocultural e

econômico que se adequou perfeitamente aos efeitos da crise e às necessidades de realização do excedente.

Na perspectiva dos trabalhadores, as estratégias de sobrevivência e de enfrentamento às determinações macroeconômicas que incorreram no desemprego maciço, na perda de seus lares, no crescente endividamento e que significaram, no plano social mundializado, a assunção dos prejuízos da crise, deram propulsão para o surgimento de novas atividades econômicas. Scholz (2016, p. 50) assevera que

A desconfiança com a boa vontade de proprietários e acionistas de cuidar dos trabalhadores, a desconfiança no velho modelo extrativo, a economia da vigilância, o monopólio e a proliferação do ambiente de trabalho sem fronteiras levaram muitas pessoas a reviver o espírito do cooperativismo.

A reação empreendida, destaca Slee (2017, p. 21), comutou-se na proposta da “economia de compartilhamento”, a qual é caracterizada como “uma onda de novos negócios que usam a internet para conectar consumidores com provedores de serviço para trocas no mundo físico, como aluguéis imobiliários de curta duração, viagens de carro ou tarefas domésticas”. Seus defensores impõem ao novo tipo de negócio características de movimento social, questionando o *status quo*, a intervenção do Estado e o poder das megacorporações. Trata-se de uma “mistura afetiva de comércio e causa no mundo digital” (SLEE, 2017, p. 21).

Como corolário, observa-se uma nova conformação do espaço-tempo, fundamental para compreender o trabalho e sua exploração a partir da determinação do valor como “tempo socialmente necessário” (MARX, 1985). Jameson (1996, p. 193), ao analisar a nova temporalidade e a conformação do espaço no chamado capitalismo tardio, infere que

o pós-modernismo não é de fato figurativo em qualquer sentido realista significativo, ou que, pelo menos, ele é agora um realismo mais da imagem do que do objeto, que mais tem a ver com a transformação da figura num logo do que com a conquista de novas linguagens representativas e “realistas”.

A inferência é relevante para a análise porque desvela o incremento complexo na divisão social do trabalho e a emergência de um padrão manipulatório de produção e consumo. A fábrica mundial de necessidades perpassa outras plataformas de difusão de conteúdo ideológico associado à indústria cultural e ao controle monopolista dos conglomerados comunicacionais.

No âmbito político, concordamos com Scholz (2016, p. 34) quando ele afirma que

A economia do compartilhamento é reaganismo por outros meios. Dando um passo atrás, sustento que existe uma conexão entre os efeitos da “economia do compartilhamento” e os choques deliberados de austeridade que seguiram a crise financeira em 2008. Os bilionários da tecnologia surfaram na onda, subindo nas costas daqueles que estavam procurando por trabalho desesperadamente, não somente aumentando a desigualdade, mas também reestruturando a economia de um modo que faz disso uma nova forma de

trabalho, privada de todos os direitos trabalhistas, voltada à sobrevivência, como dizem, “sustentável”.

Sob o manto da sustentabilidade e com as condições reais de produção ocultadas, o espraiamento do emprego sob a égide da economia de compartilhamento reforçou a qualidade excludente da acumulação, interpondo na dinâmica de expansão da lucratividade para a subjetividade e para todos os setores da vida estratégia indispensável para a continuidade histórica do modo de produção capitalista.

Salim Leal (2011, p. 4), ao analisar a produção de Jameson acerca da cultura como expressão da economia-política capitalista, destaca “a estreita relação existente entre o ‘triunfo da ideologia mercantil’ e a ‘construção de identidades e valores culturais reificados’”. Para o próprio Jameson (1996, p. 193), torna-se importante reconhecer que, como corolário das determinações do trabalho,

Na nova distribuição global, o lugar da cultura e seu consumo são radicalmente distintos do que eram no período modernista, e pode-se registrar um tipo diferente de fluxo transnacional da imaginação e da música, assim como da informação, ao longo das redes de um novo sistema mundo.

No complexo ideocultural que organiza a produção e orienta a vida social, “o fenômeno da reificação no capitalismo contemporâneo parece colocar uma dimensão fragmentária da vivência dos indivíduos que depois será [...] positivada por uma série de teorizações e narrativas” (SALIM LEAL, 2011, p. 4). O capitalismo manipulatório, impregnado de ideologia e disputas políticas, suprime a colaboração livremente associada entre os povos para lançar mão das estratégias de manipulação e incidência nas representações conscientes dos diferentes grupos sociais, utilizando-se das insatisfações e desigualdades locais como promotores legítimos da intervenção.

No âmbito do processo de trabalho, a fragmentação do trabalho mediante plataformização e as ações correlatas (precarização, algoritmização, gamificação, estratificação, etc.) têm seu espraiamento inicial promovido pela disseminação dos elementos do “cooperativismo de plataforma” ou da “economia colaborativa”, atendendo às necessidades dos/as trabalhadores/as afetados/as pela crise. No entanto, seu significado real aciona formas de precarização que podem ser identificadas também na relação entre as formas existentes de cooperativismo e economia solidária na relação com a produção capitalista. Verifica-se, dessa forma, uma intrincada relação entre a disseminação do cooperativismo de plataforma e a regressão no campo dos direitos sociais vinculados ao trabalho, bem como sua contribuição para a sedimentação de uma cultura de precarização do trabalho com implicações para a economia política do trabalho.

Calcadas na semiotização da realidade imposta pela lógica cultural pós-moderna, o esvaziamento da política a partir do movimento de “desertificação” (SALIM LEAL, 2011) enfraquece a possibilidade de respostas às ofensivas contra a economia política do trabalho. Novamente a ocultação do nexos fundamental da produção imposto pela reificação e pela manipulação das representações como movimento semiautônomo das relações sociais contribui para o sucesso dos empreendimentos que objetivam diminuir o custo da força de trabalho e aumentar a taxa de lucro, caracterizando-se como forma de intervenção cada vez mais ampliada nos conflitos e que já caracteriza um *front* de batalha nos centros imperialistas na figura da guerra informacional.

As novas conformações produtivas permitiram que

as empresas na “economia sob demanda” [...] não [construísem] seus impérios. Elas estão operando o seu carro, seu apartamento, suas emoções e, mais importante, seu tempo. Elas são empresas de logística que demandam que x participante pague a quem intermedeia. Nós somos transformadxs em bens; essa é a financeirização da vida comum versão 3.0. (SCHOLZ, 2016, p. 20).

Caudatários das necessidades produtivas, os conteúdos ideológicos logram êxito na difusão do modelo “usando a linguagem do empreendedorismo, flexibilidade, autonomia e escolha,” (SCHOLZ, 2016, p. 32) enaltecendo a liberdade e incorporando demandas conjugadas no futuro do pretérito e sem lastro na realidade. Isso porque, enquanto o modelo é difundido e torna-se meta a ser alcançada para justificar o sucesso econômico de um país ou região, “o peso das escolhas mais arriscadas da vida – desemprego, doença e envelhecimento – foi colocado nos ombros dxs trabalhadorxs” (SCHOLZ, 2016, p. 32).

Como apontado por Fontes (2017, p. 55), reconhecemos que

é preciso identificar as relações reais que acolhem seu nascimento, suas formas específicas de adaptação às formas concentradas do capital, sua generalização e, por fim, as possibilidades e tensões novas que introduzem na relação entre capital e trabalho. Essas iniciativas não acabam com o trabalho, mas aceleram a transformação da relação empregatícia (com direitos) em trabalho isolado e diretamente subordinado ao capital, sem mediação contratual e desprovido de direitos. Antes como depois, o interesse central do capital prossegue sendo a extração e a captura do mais-valor.

Se “a Uber gasta mais dinheiro com lobistas do que a Walmart” (SCHOLZ, 2016, p. 36), reconhecemos o interesse em fomentar um monopólio de transportes financiado pelos conglomerados informacionais com o apoio de governos e instituições financeiras, subordinando ao capital um contingente de trabalhadores sujeitos à desproteção e à ruína.

Para Slee (2017, p. 21), a proposta da “economia de compartilhamento” é caracterizada como “uma onda de novos negócios que usam a internet para conectar consumidores com

provedores de serviço para trocas no mundo físico, como aluguéis imobiliários de curta duração, viagens de carro ou tarefas domésticas”. Assevera também que as companhias colocam-se como um novo tipo de negócio com características de movimento social, questionando o *status quo*, a intervenção do Estado e o poder das megacorporações. Trata-se de uma “mistura afetiva de comércio e causa no mundo digital” (SLEE, 2017, p. 21).

No processo de instituição da atividade e dos conflitos daí advindos, a Uber lançou mão da onda criada pela Peers, instituição a qual, segundo Slee (2017), tem parceiros em vários países do mundo. Como referencial intelectual para os modelos de negócios da economia compartilhada ou colaborativa, a Peers valora, como indicado na produção de Botsman (2017. *apud* SLEE, 2017, p. 37), que essa forma econômica se referencia na possibilidade de “empoderar as pessoas para que façam conexões significativas, conexões que estão nos habilitando a redescobrir atributos humanos que perdemos em algum lugar ao longo do caminho [...]”.

Como *lobby*, a economia de compartilhamento propaga ter “uma visão igualitária construída mais em relações de troca de igual para igual do que em organizações hierárquicas, e garantida pela habilidade virtual que a internet tem de conectar as pessoas [...]” (SLEE, 2017, p. 22). Como atividade econômica da economia real, “a economia do compartilhamento indica uma força global e massiva em favor de ‘construtores de pontes digitais’” (SCHOLZ, 2016, p. 28) que se inserem entre as pessoas que oferecem serviços e as pessoas que estão procurando por tais serviços, imbricando, portanto, processos extrativos em interações sociais.

No tocante à Uber, em um momento de crise econômica, financeira e política, a empresa estrategicamente buscou

demonstrar certa invisibilidade, como uma promotora de contatos potenciais para o atendimento de necessidades e a possibilidade de obtenção de renda. Ideologicamente a empresa utiliza-se da dianteira tecnológica para colocar-se na dianteira ética e política, anunciando mudanças no corrompido e estagnado sistema jurídico e político, alinhando-se temporariamente à ideia de ser uma companhia de economia colaborativa e economia de compartilhamento. (SCHOLZ, 2016, p. 28).

Como analisamos na seção anterior, o Brasil regulamentou a atividade chamada, ao final, de “transporte remunerado individual privado de passageiros” (BRASIL, 2018) com a aprovação da Lei nº 13.640, de 2018, a qual alterou dispositivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana e da lei de regulamentação da profissão de taxista. A matéria foi alvo de diversas iniciativas na Câmara do Deputados e no Senado, bem como foi objeto de análise e regulamentação inicial nos estados e municípios.

De forma interconectada, as mudanças econômicas vivenciadas no Brasil nos últimos anos conformaram as bases da polarização política e da moralização conservadora que opera um movimento reacionário que se utiliza da “modernização” como mote da legitimidade dos ajustes que objetivam equalizar as condições de produção no território nacional de acordo com as condições internacionais postas pelo Sistema Competitivo de Estados. O intenso processo de desindustrialização, somado à instabilidade política que se instaurou nas disputas pelos espólios da intervenção geopolítica operada por um amplo conjunto de interesses econômicos, promoveu também, nas expressões ideológicas da classe trabalhadora, uma forma de regressividade que se manifesta ativamente na defesa das pautas contrarreformistas.

Com os resquícios do léxico desenvolvimentista do período anterior, somado ao conservadorismo reacionário modernizador que se instaura em um ambiente econômico e social de instabilidade, insegurança, medo e violência, prosperam as fantasias do empreendedorismo sob a necessidade imediata do trabalho para uma classe sem alternativas. Como exemplo, podemos invocar os próprios conflitos entre taxistas e motoristas de aplicativos, conflito que se notabilizou pela hostilidade mútua e que foi contornado pela necessidade dos trabalhadores introduzidos no setor de trabalhar e garantir seu sustento.

Também a reestruturação geopolítica a partir da emergência de conflitos entre as potências centrais impacta a situação econômica e política do Brasil contemporâneo. Uma crise de hegemonia internacional aponta para a redefinição dos parâmetros da divisão internacional do trabalho. Ante a monopolização do desenvolvimento tecnológico e suas nuances informacionais, mas também produtivas, se conforma um retrocesso que amplia as desigualdades locais e regionais, potencializando aspectos conflitivos da competição intercapitalista e interimperialista.

A crise atual justifica-se também pelo apelo ideológico para promoção das contrarreformas necessárias para o realinhamento do emprego da força de trabalho. A virtualização das relações de trabalho ganha terreno no contexto da pandemia de coronavírus e diversas atividades de trabalho passam a utilizar-se de formas de gestão do trabalho que se assemelham ao trabalho por demanda de motoristas de aplicativos.

A crise mundial, conformada por seu conjunto de elementos, indica uma conjunção de fatores que se mostram funcionais à (re)reestruturação ampla que se faz necessária para incorporar as demandas do mercado financeiro por valorização irrestrita do capital e das transformações engendradas no mercado de trabalho mundial. Mota (2015, p. 99), ao analisar a crise dos anos 1990, já aponta para o imbricamento entre elementos econômicos e os

interesses de classe que mobilizam suas forças numa ofensiva contra as forças sociais do trabalho, visto que, para a autora,

a qualificação de crise societal [...] não poderia ser construída somente com base na identificação dos modos de manifestação da crise econômica – ainda que característicos de uma fase histórica – mas com base nos requisitos sociopolíticos necessários à reestruturação do processo de reprodução social, do qual a reprodução ampliada é parte inerente.

Nesse contexto, argumentamos que se prolifera uma “cultura do trabalho precarizado”, a qual é, por vezes, adotada ativamente pelos trabalhadores e suas representações. Como ação preventiva, alinham-se às reformas com vistas ao desenvolvimento econômico e à garantia do emprego. Chamamos de “cultura” o compósito de elementos ideopolíticos que conformam uma representação do mundo real e que implica no dimensionamento do campo de ação dos sujeitos sociais (Cf. capítulo I). Adotados, seja por meio da mídia oficial, da formação no trabalho, da educação formal ou das redes primárias de socialização, os escopos ideológicos estabelecem o campo de ação dos sujeitos sociais em favor da manutenção da atividade social. Também por isso a crise societária mobiliza a defesa da reprodução imediata da vida, sem que muitas vezes seja possível conhecer as alternativas, considerando a condição de classe e/ou outros fatores que conformam as condições da vida social dos sujeitos individuais (inclui-se nesse processo o totalitarismo como expressão política e ideológica calcada no conservadorismo).

A “cultura do trabalho precarizado” opera individual e coletivamente quando da incorporação das necessidades do mercado em suas nuances. Podem se expressar por práticas e comportamentos ou por um conjunto de ideias que abarcam seu campo de ação. No caso dos motoristas de aplicativos, a ameaça de suspensão das operações por parte das Companhias de Transporte em Rede (Plataformas de transporte), sob qualquer ameaça de regulamentação do trabalho com a caracterização do vínculo empregatício, mobiliza os próprios trabalhadores em defesa de sua atividade e consequentemente da empresa. Nessa seara, a concorrência entre os trabalhadores expressa o incremento da alienação do trabalho, tendo em vista a imensa centralização do capital e a espoliação de todo e qualquer modo de vida independente da condição de vendedor da força de trabalho.

Considerados os elementos da sociabilidade contemporânea que demandam respostas na vida social individual e coletiva, inferimos que se trata de um movimento pleno de contradições no qual emergem novas (in)temporalidades. No plano da economia política, o deslocamento da força de trabalho para o setor de serviços e as reverberações desse movimento no plano da consciência fazem suscitar o debate da manipulação e da cultura de massas.

As modificações na estrutura do trabalho e a intensificação da reificação no conjunto do que podemos chamar “trabalhador coletivo” deslocam o centro político e social do campo da produção e das disputas por distribuição da riqueza socialmente produzida para o campo da linguagem e da cultura, recolocando os elementos das determinações da sociedade de classes sob o argumento do fim da história e da supressão do trabalho. Como incorporação das irracionalidades típicas do capitalismo tardio, a sedimentação de uma cultura política limitada à manutenção da produção capitalista manifesta-se em desintegração, conflito e opressão.

Desta forma, nos deparamos com um cenário de baixas taxas de sindicalização, de atentados contra os direitos trabalhistas, de flexibilização ante significativa piora das condições de trabalho, bem como de emergência de um novo contingente, na casa dos milhões de jovens¹¹⁵, que não experimentarão o trabalho como experiência social coletiva e imbuído de sentido. Ressaltamos que em um país como o Brasil tal contingente sempre foi a regra, ou seja, com a prevalência do trabalho informal precarizado¹¹⁶, calcado nas bases escravistas e na divisão sociorracial do trabalho que fundamentam o desenvolvimento histórico do país.

Não se trata apenas da precarização do trabalho, mas também da precarização do sujeito que trabalha. A perda das mediações ante a ocultação do nexos fundamental do trabalho concreto acaba por aterrar as disputas historicamente engendradas na vida social e na economia política do trabalho. Tal movimento, como já se disse, pleno de contradições, delinea um fechamento das estruturas democráticas coletivas e ressignifica a política de Estado e a política que se trava nos ambientes virtuais das redes sociais.

Essa nova arena, que virtualiza e flexibiliza o tempo e o espaço, condiciona toda uma geração a novas mediações para a sociabilidade e exacerba a manipulação como estratégia política e econômica. Trata-se da manipulação sob a égide do capitalismo tardio, em que as intenções por um fim econômico e social reverberam nas expressões culturais e artísticas, formando um bloco de ideias, pensamentos e expressões coletivas que, mesmo que representem as vicissitudes de um tempo ultradinâmico — se comparado ao dinamismo econômico e social de períodos recentes —, se encontra permeado pelas legalidades do mercado e sua voracidade por fazer impor as estruturas dinâmicas do capital financeiro em tempos de mundialização.

¹¹⁵ Conforme dados do IBGE, no período de abril a junho de 2022 a taxa de desocupação no Brasil foi de 9,3%, sendo que para a população entre 14 e 17 anos essa taxa é de 33,3%, e entre a população de faixa etária entre 18 e 24 anos a taxa é de 19,3%. (IBGE, 2022a).

¹¹⁶ Ainda de acordo com dados da PNAD Contínua referente ao segundo trimestre de 2022, verifica-se que: “A taxa de informalidade para o Brasil foi de 40,0% da população ocupada. As maiores taxas ficaram com Pará (61,8%), Maranhão (59,4%) e Amazonas (57,7%) e as menores, com Santa Catarina (27,2%), São Paulo (31,1%) e Distrito Federal (31,2%)” (IBGE, 2022b).

Sem embargo, importa dizer que as novas gerações são e serão caudatárias das determinações que postulam a permanência do *modus operandi* do capitalismo tardio. Desta forma, consideramos ser fulcral uma mirada acerca do tema, especialmente para contribuir com a visibilização das mediações das ações dos sujeitos coletivos contemporâneos em face das novas mediações sociotécnicas do trabalho.

A experiência social mediada pela composição das relações econômicas e culturais no capitalismo tardio impõe formas objetivamente novas de relação entre sujeito-objeto e sujeito-sujeito, na qual se verifica uma autonomização virtual da vida social e da produção. Salientamos que tal autonomização é uma realidade apenas para ínfima parte dos sujeitos, especialmente os que compõem a classe dominante em seus estratos de possuidores e administradores, e emanam possibilidades para os estratos da classe trabalhadora que gozam de privilégios por ocuparem cargos gerenciais significativamente centrais para a produção e/ou para a gerência financeira.

As expressões ideológicas e culturais encontram-se calcadas em valores e nichos da chamada engenharia social que, como pores teleológicos de segunda ordem, objetivam incidir sobre as condutas e valores individuais e coletivos. Tais proposições se valem das informações e do reconhecimento de padrões semânticos para influenciar e convencer sujeitos sociais individuais e coletivos a comprar, a votar, a estudar, a pensar e até a desejar.

Nesse encadeamento de perspectivas está o traço fundamental do período, qual seja, a negação da história e a publicitarização (disputa do significado por meio da publicidade) negativa acerca de qualquer perspectiva totalizante. Em decorrência, ganham espaços as tendências economicamente validadas e socialmente estratégicas que objetivam sedimentar um nexu motivacional e/ou justificativo das chamadas ideologias de mercado. Na tradição do utilitarismo, o plano econômico é invadido pelas possibilidades imediatas e reluzentes do empreendedorismo, ou mesmo se apregoa a sustentabilidade ambiental como um manto que disfarça as consequências da degradação ocasionada pela produção num contexto em que tudo pode ser monetizado.

Já no campo intelectual e cultural, as perspectivas da pós-modernidade encampam o debate da sociabilidade e da política, bem como criam artífices que, por meio de técnicas que mesclam estilos artísticos e técnicas de propaganda, sensibilizam os sentidos para os mais diversos valores e ações. Nesse cenário predomina a performatividade como criação social que é reproduzida singularmente pelos sujeitos.

Se o cenário societário indica que os desafios são enormes para a superação das formas de controle que se estabelecem tácita ou diretamente sobre o trabalho, especialmente no que

tange à manipulação, é sabido que a realidade impõe suas determinações e que seu critério de realização passa pela ação. É conhecida também a plasticidade das medidas contratendências envidadas pelas forças sociais do capital para realização de seus ciclos, independentemente do regime político, dos custos ambientais ou humanos. Logo, apenas o incremento da capacidade crítica das forças sociais do trabalho pode redimensionar o desenvolvimento tecnológico em favor das necessidades humanas e da construção de um ambiente social promotor da atividade humana balizada pela diversidade de modos de vida e sua proteção.

4.5.3 Trabalho por demanda no Brasil: ofensiva contra o trabalho

Considerados os elementos explicitados e admitido o caráter empresarial eminentemente capitalista das incursões da economia de compartilhamento no mercado, podemos aduzir as discrepâncias do discurso modernizador quando relacionado aos impactos na sociabilidade. Não se trata apenas do enquadre valorativo das ações das companhias-plataformas de transporte e suas personificações, mas do reconhecimento da expansão do trabalho por demanda e de suas consequências pelos conflitos típicos do trabalho em uma organização, explicitados na precarização do trabalho e no aumento das iniquidades.

Scholz (2016, p. 18-19), analisando os impactos do modelo de negócios dessas companhias a partir de sua trajetória de consolidação, infere que

As consequências da economia do compartilhamento – a assim chamada “economia dos bicos”, “economia em pares ou “economia do compartilhamento”, [demandaram] um tempo para reconhecer que *a economia do compartilhamento era na verdade uma economia de serviços sob demanda que foi iniciada para monetizar serviços que antes eram privados.* [grifos nossos].

No caso da Uber, por exemplo, um estudo da Universidade de Princeton revelou que em 20 cidades estadunidenses os motoristas da plataforma ganham em torno de 17,50 dólares a hora e que, descontados os gastos com insumo (gasolina, seguros, impostos etc.), os ganhos totalizam 13 dólares, sendo que o salário-mínimo em Los Angeles é de 15 dólares a hora, não chegando a garantir os custos econômicos de reprodução segundo esse critério (SCHOLZ, 2016).

Verifica-se a prevalência da incorporação dos valores surgidos da crise e das necessidades dos trabalhadores para fomentar o desenvolvimento de um tipo de economia gestora e rentista, que incorpora parte da mais-valia produzida e manipula o escopo das ações mediante interferência na programação dos *softwares* que viabilizam a troca de trabalhos e

produtos. Com o constante crescimento do mercado *on-line* ou *e-commerce*, igualmente se diversificam as oportunidades de extensão do trabalho por demanda/*on demand*. Sua capacidade de desterritorializar e de acionar remotamente os ciclos da reprodução do capital indicam sua capacidade de servir como mote da “modernização” e, logo, da precarização do trabalho, reavivando o trabalho por peça e a forma do trabalhador por conta própria em amplos setores antes regulamentados, além de mercadorizar setores menos diretamente dependentes do mercado.

A popularização das redes sociais e o mercado de dados contribuem para gerar um ambiente virtual de negócios no qual os produtos são vendidos antecipadamente, dando novos contornos para o chamado método *just in time*. Serviços de anúncios com vendas garantidas cada vez mais constituem um espaço de valorização para as grandes empresas de tecnologia. Técnicas de coleta e análise de dados e, também, a econometria, por exemplo, colaboram para a difusão de produtos da informação, os quais impactam diretamente no dimensionamento da produção de bens e serviços.

O desenvolvimento do conteúdo digital remonta ao início da internet, constituída por formas menos hierárquicas e mais colaborativas de edificação do ambiente virtual. Tais preceitos foram sendo pouco a pouco ocupados por espaços de valorização calcados na defesa da propriedade intelectual e na concentração típica das grandes empresas de tecnologia.

Nesse sentido, Slee (2017) argumenta que a utilização do ambiente digital indicou um prelúdio para o estabelecimento de relações sociais menos hierárquicas e mais igualitárias, todavia, estas foram se transformando e ganhando os contornos próprios do mercado competitivo. O autor destaca que “essas promessas foram quebradas: em vez de produzir um espaço mais equitativo, a abertura substituiu um conjunto de instituições poderosas por outro, por vezes ainda mais poderoso” (2017, p. 195).

Scholz (2016, p. 34), por sua vez, ao analisar o processo de controle desenvolvido pela empresa-plataforma, reconhece que

os capitalistas estão sempre produzindo excedentes na forma de lucro. Eles são forçados pela concorrência a recapitalizar e investir parte desse excedente em expansão. Isso exige que novas saídas lucrativas sejam encontradas. O que inicialmente parecia inovação rapidamente aumentou o volume da desigualdade de renda.

Daí depreende-se que a gestão macroeconômica — sob a égide do capitalismo tardio de inclinação neoliberal — torna impeditiva a utilização das novas tecnologias informacionais na direção do estabelecimento de outro padrão de sociabilidade, pois suprimidos os elementos fundamentais da organização do trabalho, deixariam de existir as relações sociais *sui generis*

que caracterizam o modo de produção. Além disso, deixaria de existir o controle privado dos meios de produção e findaria a hegemonia da classe burguesa do setor financeiro mundializado, o que não acontecerá apenas pela mediação dos produtos do trabalho.

Mundialmente, os desdobramentos da crise de 2008, especialmente os relacionados à perda de postos de trabalho, têm implicado na proliferação de ocupações e de trabalhos subremunerados, precarizados e subalternizados em grau de prestígio. O *boom* do que caracterizamos como cooperativismo de plataforma, coincidentemente ou não, vem na esteira dos desmontes e da retomada dos preceitos neoliberais, dentre os quais destaca-se a desregulamentação do trabalho. No Brasil, esse movimento é mais fortemente sentido a partir de 2012 com o fim do ciclo de valorização das *commodities* e as alterações nas políticas cambiais que subvalorizaram as contas do país ante o mercado internacional, o que somado à desindustrialização e aos desinvestimentos teve impactos no aumento do desemprego e da taxa de informalidade.

A conformação do espaço-tempo da sociabilidade contemporânea encontrou nas possibilidades tecnológicas um *locus* de desenvolvimento que afeta diretamente a composição das forças produtivas e atravessa as relações de classe, deslocando esferas intrínsecas às relações sociais objetivas para o campo da política como manipulação e das representações como reificação. Logo, a possibilidade histórica que a mediação das novas tecnologias impõe ao padrão de acumulação do capitalismo tardio invariavelmente expõe a perniciosidade dos conteúdos que objetivam compreender as dinâmicas da exploração do trabalho ocultando suas determinações. Fundamentalmente, esse processo se realiza pela apropriação privada do trabalho morto, concentrando o controle da produção e incrementando as disparidades geopolíticas e entre as frações de classe.

De forma geral, é preciso reconhecer que a crise impulsionou o aumento das desigualdades e deu o primeiro sinal da (re)reestruturação que se coloca no horizonte, a qual impacta significativamente o setor de serviços. Atualmente, também a crise da pandemia de coronavírus acelera o movimento em direção à digitalização de amplas esferas da vida. Estrutura-se, assim, o mercado plataforma, o qual opera aquém das comunidades adjacentes e que se regula por algoritmos e índices de rentabilidade.

As representações no campo político e ideológico encontram-se embebidas pelo marketing e pela propaganda, instrumentos que operam na direção da otimização. Ao passo que se pretendem exclusivas e customizadas, as mercadorias (materiais e imateriais) se destinam às frações de compradores com perfis e estilos de vida similares. Portanto, a fragmentação da

massa de consumidores (multidão) colabora para o incremento da demanda por produtos e serviços com *status*, calcados em marcas, *slogans*, campanhas e representações do que podem significar para além de seu valor de uso.

O desenvolvimento da indústria da manipulação indica o crescimento relativo do emprego destas formas de trabalho no conjunto do processo de valorização. Considerado seu emprego como otimização, por meio das modernas técnicas de marketing segmentado — adotando inclusive perfis e padrões psicológicos dos indivíduos (neuromarketing etc.) —, adquire relevância no cerne do processo de produção, visto que condiciona a assertividade da realização da mais-valia e promove a inclusão do negócio no âmbito do sistema de valor. Além de importante elemento da produção, impacta diretamente na reprodução da vida social, à medida que demanda um campo justificativo e de convencimento para o deslocamento de contingentes da força de trabalho para a produção cultural e ideológica associada às necessidades produtivas.

A conectividade e a mobilidade disponíveis com a popularização dos aparelhos de comunicação (*smartphones, tablets, notebooks, etc.*), condicionados ao acesso à banda larga — que recebeu no Brasil importantes investimentos para o aperfeiçoamento das telecomunicações em termos de estabilidade e quantidade de dados (em pouco mais de 10 anos foram experimentadas tecnologias que variaram desde o TDMA ao GSM e aos atuais padrões 3G e 4G e expansão da rede 5G, esta última com contornos políticos conflitivos em razão de seu impacto para a introdução da Internet das Coisas) —, impulsionaram o deslocamento do controle dos conteúdos culturais e das ativações para a produção por meio dessas novas interfaces.

Um dos subprodutos desse movimento se manifesta nos desafios enfrentados pelos meios de comunicação, os quais foram diretamente impactados pela difusão das plataformas de vídeos e pela própria transmissão de conteúdos por parte dos seus usuários. Quer dizer que qualquer pessoa com um *smartphone* e conexão com a internet pode produzir seu próprio telejornal ou programas de entrevistas. A ascensão da profissão *youtuber* é característica dos novos contornos comunicacionais em que os trabalhadores são remunerados pelo impacto de seus trabalhos (monetização calcada na quantidade de visualizações), reconstituindo o processo de trabalho na área da comunicação e remodelando os termos nos quais era tradicionalmente conhecida. Mesmo apresentando potencialidades, tais plataformas comumente contribuem para a afirmação do irracionalismo na medida em que a forma de interação não sofre qualquer

regulação e está repleta de inverdades e fatos sem qualquer mediação. Trata-se de um desafio para a imprensa tradicional e para os órgãos de regulação, inclusive, de segurança pública.

Os impactos das disrupções tecnológicas têm alterado significativamente a relação de propriedade e de identidade, intensificando as formas de alienação e reificação das relações sociais e ainda, colocando em xeque setores produtivos inteiros, a exemplo dos táxis em sua disputa com o transporte ofertado pelas companhias de transporte em rede. Também os campos da educação e do direito têm refletido as tendências mercantis associadas à produção, de forma a incorporar as novas requisições de formação e de segurança impostas pela expansão da dita tecnologia.

As consequências dos processos em curso para o trabalho ainda são desconhecidas em sua totalidade, visto que as requisições produtivas não podem prescindir ao todo de formas pretéritas e especializadas de trabalho. Como todo processual, o incremento tecnológico e suas consequências na composição, distribuição e organização das forças produtivas alteram a dinâmica entre as determinações objetivas da produção e o constructo que se erige como ideologia, em resposta ao que Mészáros (2004) denominou “consciência prática inescapável”.

A disseminação das necessidades práticas advindas da introdução das novas plataformas informacionais no acionamento e manutenção da força de trabalho coaduna com os novos padrões sociometabólicos do capital, que avançam na mercantilização da vida social e impõem o padrão de valorização aos mais variados aspectos das atividades humanas. O tempo, o lazer, o trabalho, o privado, entre outras categorias constituídas e sedimentadas historicamente vêm se dilatando ou se contraindo com maior intensidade e velocidade, manifestando íntima interconexão com as necessidades práticas ditadas pelo imperativo da acumulação.

A articulação aparentemente contraditória entre concentração e centralização do capital coaduna com o movimento de desterritorialização e de fracionamento da produção e execução dos serviços, colocando à economia política do trabalho desafios organizativos estratégicos. A fragmentação e a desterritorialização do trabalho impactam significativamente na capacidade de resposta às investidas contra os direitos trabalhistas e contra as conquistas históricas do trabalho. Notadamente, a consciência como expressão prática da condição de classe, das consequências da exploração do trabalho e do cerceamento do acesso aos bens e serviços coletivamente produzidos, ou seja, da expropriação, é constantemente manipulada e condicionada às ilusões pré-concebidas como respostas às tendências captadas por instrumentos do chamado “capitalismo de vigilância”.

Essas são as marcas do presente, que, calcadas no passado recente, representam aspectos fundamentais do objeto analisado no processo de pesquisa. Nesse cenário, é de substancial importância reconhecer os determinantes do funcionamento da exploração do trabalho no setor de transportes e sua capacidade pioneira em massificar o trabalho teleguiado acionado por alguns *clicks* num aparelho *smartphone*. É importante também destacar que as possibilidades históricas contidas no processo em análise derivam da ascensão de grandes conglomerados informacionais, que, por sua vez, remontam ao controle das telecomunicações mantido por grupos como *AT&T* desde o início do século XX, passando pela influência do modelo de negócios e da determinação dos investimentos (poderio econômico) de megacorporações do *Silicon Valley*, como a *Google*.

Verifica-se, portanto, a ascensão de um novo padrão sociotécnico de organização do trabalho, no qual a interface ser humano-máquina ganha contornos informacionais calcados nas plataformas virtuais que conectam necessidades e serviços com amplo alcance geográfico e, comumente, em uma temporalidade instantânea. O trabalho por demanda e desprotegido intensifica a exploração do/a trabalhador/a e se manifesta como tendência no momento histórico em que o sistema capitalista dá sinais vívidos de sua incontrollabilidade e do esgotamento de recursos contratendências capazes de fazer frente às necessidades de expansão de suas contradições para novas economias sem que para isso sejam feitos “ajustes” que assumem tom de sacrifício para as classes subalternas, especialmente dos países dependentes. Mais que isso, revivifica movimentos destrutivos que atenuam as possibilidades históricas de alteração do modo de produção, garantindo a direção do controle e da organização produtiva nas bases próprias da sociedade de classes capitalista.

Não aventamos apenas sinalizar um cenário destrutivo e avassalador, ainda que atualmente todos os movimentos indiquem a vigência e expansão do “sociometabolismo da barbárie”, mas, outrossim, procuramos identificar também as potencialidades contidas nas redes e nas resistências que são globalmente possíveis pela intensificação do contato — em especial o virtual — e pela disseminação da informação.

Algumas proposições sinalizam uma solução apontando para o modelo do cooperativismo como alternativa para o direcionamento das ações de plataformas, já outros exemplos práticos sinalizam para a possibilidade de criação de versões similares dessas plataformas, mas com outros formatos organizacionais, geralmente com mais transparência e complexificação do poder de decisão. Todavia, ainda são poucas as medidas para fazer frente às formas de exploração do trabalho por tais mecanismos. Sua efetiva realização implica em

habilidades de programação, análise de dados e construção de sistemas, que, se orientados para fins comprometidos com a distribuição do produto do trabalho coletivo e com a regressão das tendências da alienação, podem impactar favoravelmente ganhos em termos ambientais e reduzir as tendências de aumento das expressões da reificação, especialmente no que tange às relações raciais e de gênero.

Como já apontado, os incrementos tecnológicos têm afetado de forma ímpar a composição das forças produtivas. A mediação telemática incrementou as formas de exploração do trabalho e possibilitou a difusão de suas formas de gestão, as quais alteraram a dinâmica organizativa da classe trabalhadora e alçaram possibilidades de incursão dos ditames do valor em todas as esferas da vida.

A relação emergente impõe condições substancialmente modificadas nas relações de trabalho e no constructo da sociabilidade. Isso porque, como relação social, o capital espraia suas necessidades econômicas de valorização para relações antes mais ou menos autônomas. Alterada a forma do trabalho, as formas de alienação também ganham novos contornos em torno da reificação, movimento no qual o metabolismo homem-natureza adquire mediações sociais capazes de encobrir e autonomizar ilusoriamente a produção capitalista, implicando na predominância do fetichismo que caracteristicamente suprime as mediações sociais contidas na dominação de classe, na produção das mercadorias e na regência da vida social como um todo (NETTO, 1981; KONDER, 2009; MÉSZÁROS, 2004, 2009).

Em função do aperfeiçoamento técnico, especialmente o informático, a produção do valor e a divisão social do trabalho encampam novas necessidades, mas o modo de produção em que tais relações se manifestam ainda conserva os traços fundamentais de sua gênese (apenas com novas manifestações). Os incrementos instrumentais possibilitaram a virtualização do controle, avaliação e acionamento do trabalho e, se alterado o instrumento, também a dinâmica organizativa do trabalho tem novas requisições.

A (re)reestruturação produtiva em curso tem no neoliberalismo sua expressão política e objetiva garantir a dominação de classe e o controle das forças produtivas. Ao analisar tais processos, Teixeira (2009, p. 108) sinaliza que

O capital não tem outra saída senão a de abrir um novo período de sucessão das formas do sistema para além da grande indústria. Noutras palavras, precisa criar uma nova forma de produção de mercadorias, para evitar que a substituição de trabalho vivo por trabalho morto rompa os limites da valorização do valor. [...] [A] nova forma de produção de mercadorias [...] surge para acomodar o desenvolvimento das forças produtivas, [...] sua função, portanto, é a de impedir o colapso do sistema.

As derivações possíveis desencadeiam a ascensão de novos conglomerados tecnológicos relacionados ao tráfego de dados e à oferta de serviços informáticos. É o caso das megacorporações do *Silicon Valley*, que por meio da mediação operacionalizada pelos instrumentos telemáticos, virtualizam os conteúdos da vida social e recolocam as bases da sociabilidade contemporânea. Nessa seara é que emergem as modalidades de emprego vinculadas ao chamado cooperativismo de plataforma.

Apoiados na elaboração de Scholz (2016, p. 18), consideramos que o cooperativismo de plataforma “envolve modelos de propriedade democrática para a internet”, mas que na constituição da rede, deriva-se na economia de compartilhamento caracterizada como “uma economia de serviços sob demanda que foi iniciada para monetizar serviços que antes eram privados” (SCHOLZ, 2016, p. 18-19).

Acertadamente, Scholz (2016) também analisa as expressões das novas determinações das mediações tecnológicas no bojo das necessidades de valorização do capital a partir dos anos 1979/1980. E para ele:

A “economia do compartilhamento” nasceu da linhagem de Reagan e Thatcher, que, na década de 1980, não somente desestabilizaram as paralisações de mineiros e controladores de tráfego aéreo, mas também limaram a crença na habilidade dos sindicatos de cuidar dos trabalhadores; enfraqueceram a crença na possibilidade da solidariedade e criaram uma moldura em que a reestruturação do trabalho, os cortes nas garantias de bem-estar e o descasamento da produtividade com a renda se tornaram mais plausíveis.

Tal tecnologia está imbricadamente conectada à necessidade política de reestruturação do trabalho e à imposição de derrotas às demandas da economia política do trabalho. Seu potencial libertador é mascarado pelos ditames da acumulação e suas consequências apontam para a naturalização da barbárie como escopo histórico civilizatório.

Como constituinte do modelo produtivo da “nova” economia, o conteúdo ideológico é intrínseco à expropriação dos meios de vida imposta à classe trabalhadora, levantando potenciais ferramentas e recursos mobilizados pelos próprios trabalhadores. É assim que

Com o slogan “O que é meu é seu”, o cavalo de Troia da economia do compartilhamento nos traz formas jurássicas de trabalho enquanto desencadeia uma máquina antissindical colossal, passando por cima de trabalhadores mais velhos, especialmente. (SCHOLZ, 2016, p. 22-23).

A construção da economia de compartilhamento e sua difusão é, como aponta Fontes (2017, p. 54), “fortemente influenciada por *think tanks* empresariais e pela propaganda disseminada na mídia proprietária, o senso comum tende a esquecer o aspecto de produção de valor (e, sobretudo, de mais-valor) que representam”. Como produto tecnológico do novo

padrão produtivo “o software que propaga a economia do compartilhamento está embrulhado em design de interface viciante. Na tela, o ícone do tamanho de uma formiga de um táxi se aproximando de sua localização é tão sedutor e perigoso como as sereias que tentaram Odisseu; é design para escala.” (SCHOLZ, 2016, p. 34).

O desafio de buscar compreender os movimentos envoltos na expansão do trabalho por demanda no Brasil, especialmente se considerados os conflitos que seguem ganhando notoriedade com as constantes paralisações de motoristas, justamente quando eles se encontram afetados pelas medidas de combate à pandemia de coronavírus, não se esgota neste trabalho, mas é por uma, cada vez maior, aproximação que podemos apreender os movimentos em curso e suas relações com a crise e os ataques ao mundo do trabalho. No contexto pandêmico, o impacto com a diminuição da atividade, se considerado apenas no âmbito do transporte individual de passageiros, significou a impossibilidade de que milhares de motoristas mantivessem seus ganhos regulares. A conjunção de fatores negativos para a atividade, como o baixo preço pago pela corrida, o alto custo de manutenção e o impossível preço dos combustíveis, tornaram-na antieconômica para uma boa parcela dos trabalhadores.

Contudo, isso não significou uma diminuição da atividade da empresa Uber em sentido mais abrangente, visto que os serviços de transporte de mercadorias e os serviços de entrega tiveram sua demanda aumentada significativamente. É certo que, de maneira geral, a experiência da pandemia de coronavírus colaborou para acelerar amplos movimentos de digitalização, reverberando na intensificação de sua dispersão no Brasil.

Convém, portanto, buscar compreender o histórico de desenvolvimento do trabalho por demanda e suas consequências para o trabalho dos motoristas e para sua proteção social. Afinal, quais as reais vantagens do trabalho? O trabalhador é mesmo autônomo? Como pode o trabalhador-empresa participar da organização da empresa plataforma?

Buscando responder a essas perguntas, mesmo sabendo da impossibilidade de esgotar suas respostas, passamos à elaboração acerca dos impactos da difusão do trabalho por demanda e à análise dessa fração do mercado de trabalho utilizando-se de fontes secundárias.

4.5.4 Produção, proteção social e trabalho por demanda: regulamentação e conformação da precarização

O contexto da Quarta Revolução Industrial (SCHWAB, 2016) dinamiza o contexto no qual o desenvolvimento tecnológico incrementa as forças produtivas e altera as dinâmicas

sociometabólicas do capital (MÉSZÁROS, 2002). Em tal processo, nos interessa em especial o movimento de espraiamento do trabalho por demanda virtualizado, baseado na tecnologia *e-hailing* e capaz de conectar fornecedores e consumidores por meio do acionamento via telecomunicações e interconexão digital.

São aspectos dos incrementos tecnológicos que afetam a dinâmica das forças produtivas, os quais reconhecemos que alterem a dinâmica da rotação do capital, bem como que são catalisadores de processos de negócios capazes de gerar demanda por meio do incentivo ao consumo e do desenvolvimento da produção de necessidades pelo processo de mercadorização. Em tal ponta, na produção chamada de imaterial, o processo de valorização do capital estabelece uma aceleração da demanda do capital produtivo, independente da mercadoria, ampliando o escopo da realização da mais valia na esfera da circulação.

Via automação e aumento da produtividade, o capital produtivo põe em marcha a produção toyotista, com grande versatilidade para alterar a cadeia produtiva. Não obstante, a criação e o marketing das mercadorias abarcam parte do decréscimo relativo da necessidade da força de trabalho. O capital produtivo é o responsável por viabilizar as condições externas de produção, estabelecendo o fornecimento da infraestrutura necessária às modalidades de *e-commerce*, as quais vão desde a produção das ferramentas como os *smartphones*, até os satélites ou cabos submarinos necessários ao fluxo de dados global. O deslocamento de importante fatia do processo de circulação para os meios digitais colabora para a aceleração dos elos do complexo trabalho, acelerando o “silogismo dialético” entre produção, distribuição, circulação e consumo (FREDERICO, 2009).

A maior interdependência entre os setores produtivos e a conformação imperial de controle e gerência do trabalho social combinado requerem também o incremento de soluções para seus problemas candentes, pois lembremos dos efeitos deletérios do desenvolvimento do processo de valorização para o conjunto das relações sociais, os quais se expressam nos conflitos de classe. Assim que o processo de mercantilização da vida, com implicações para a chamada “mercadorização”, ocupa-se do espaço virtual para expandir campos de valorização, em especial para o capital financeiro, buscando incorporar bens e serviços que possam oferecer valores de uso para as necessidades atuais, produzindo significativas alterações nos serviços prestados pelos Estados e por associações coletivas.

A demanda expansionista — que avança sobre qualquer elemento da vida — pressiona os fundos públicos a se valorizarem e implica em um verdadeiro ataque às tendências sociais do Estado com vistas ao controle da oferta de serviços públicos em diversas áreas, objetivando

abrir mercados para extração de mais-valia em serviços como educação, saúde e previdência. Tais serviços encontram-se envoltos pelos imperativos da produtividade e efetividade, sendo que seus trabalhadores se encontram sob o jugo do despotismo de uma expressão do trabalho taylorista, com a adição da vigilância constante pelo controle digital do trabalho.

É nesse sentido que os acelerados movimentos do capital se encontram contrapostos ao esquema da burocracia salarial, nunca universalizada no Brasil, mas responsável pelas demandas de grande contingente de trabalhadores constituintes da força de trabalho nacional. Estes sempre a reboque do medo e da precariedade, mesmo em trabalhos formais. Não sem razão os meios de criação das necessidades igualmente servem para fomentar a criação de consenso no tocante ao “empecilho” que se torna o sistema de serviços públicos estatais, especialmente se considerado no conjunto da seguridade social, como no caso brasileiro.

Com uma tradição previdenciária assentada no trabalhismo e na conciliação de classes em prol do nacionalismo e da constituição da riqueza coletiva, os institutos de previdência, de caixas de pensões e, posteriormente, a previdência social pública, desempenharam um marcador corporativo ante a massa de despossuídos e miseráveis que constituíram a força de trabalho nacional no âmbito da concorrência intertrabalhadores. Sempre amplo e desigual, tal processo guarda relação com os períodos desenvolvimentistas, inicialmente nos anos 1930, no processo de industrialização, bem como nas décadas de 1960 e, especialmente, na década de 1970, com a entrada do país na dinâmica do capitalismo monopolista.

É nessa esteira que o início do século XXI apontou para um novo período de restauração, com a atração de investimentos e a viabilidade do consenso ante o desenvolvimento econômico. Desenvolvimento este calcado nos valores social-liberais e nas metas imbuídas do ímpeto de garimpeiro do capital nacional e também estrangeiro. No auge da demanda por minérios e produtos da agroindústria, a balança comercial cria um clima de confiança e envolve parte da população num projeto de desenvolvimento e transformação.

Dadas as condições críticas em que se equilibram as forças produtivas, políticas e sociais no Brasil, ainda que o desenvolvimentismo demonstrasse alguma possibilidade com ações sociais e voltadas ao fomento da autonomia e livre associação dos grupos em conflito, fora pautado em ideário de manejo das consequências das estratégias de respostas aos conflitos oriundos do desenvolvimento capitalista no país.

Assim que uma frente popular foi a responsável pela consecução de iniciativas de ajuste para atender às demandas do capital externo como critério para facilitar sua ação em território nacional, já no contexto do imperialismo do século XXI. Conjuntamente, as parcelas do capital

nacional e os setores mais dinâmicos, que são capazes de ocupar espaços de destaque no mercado internacional, organizaram internamente a batalha para levar a cabo a criação de condições para atrair investimentos.

Com um mercado de trabalho assentado no receio de adentrar o espectro da miserabilidade, considerados os elementos da conformação das desigualdades nacionais — especialmente em termos raciais —, a sobreposição discursiva incitava a recompensa aos vendedores da força de trabalho, mas, para tanto, era necessário o sacrifício dos “privilégios” para que eles entrassem na esteira do mercado internacional. Nesse sentido, também os organismos internacionais, a exemplo do Banco Mundial, incitam a realização de um “ajuste justo com crescimento compartilhado” (BANCO MUNDIAL, 2018), no qual a reforma da previdência e o dimensionamento de outros serviços públicos estatais pelas métricas de eficiência e remuneração proporcional tomam lugar central na adequação do país às necessidades de adoção de um Estado gerencial voltado para a competitividade internacional.

A racionalidade do neoliberalismo aponta para a competitividade e individualização das soluções dos conflitos da vida, que, apesar de uma construção coletiva/social, são ocultadas ante a formação de um sujeito coletivo do trabalho que age pautado na responsabilidade individual e no interesse pelos ganhos financeiros. Conforme destacam Dardot e Laval (2016, p. 213):

Se o enriquecimento deve ser um valor supremo, é porque é visto como a razão mais eficaz para incentivar os trabalhadores a aumentar o esforço e o desempenho, da mesma forma que a propriedade privada da residência dos trabalhadores ou da empresa é vista como condição de responsabilidade individual.

Logo, a legislação previdenciária foi sendo incrementada com medidas administrativas e legais que foram as responsáveis pela diminuição do escopo de atendimento, bem como pela equalização do plano de benefícios a partir de condicionalidades e incremento dos requisitos para acesso. No escopo da ação estatal, as medidas de desoneração e o estabelecimento do teto de gastos pressionaram os serviços que, por desfinanciamento, foram precarizados.

Nesse caldo é que as atividades de trabalho por parceria, acionadas pelo trabalho por demanda, fizeram seu *lobby* para caracterização da relação jurídica entre as prestadoras dos serviços de transporte (as TNCs) e os motoristas como relação de parceria entre sujeitos similares na arena jurídica, caracterizando seu vínculo mútuo, como analisamos na seção anterior. Juridicamente, ambos se equacionam como entes iguais, por se tratar de caracterização de pessoa jurídica de direito privado. Ainda que os detalhes técnicos da contabilidade e do controle estatal sejam diversos para ambos.

Para os motoristas, no âmbito da previdência pública, é pela inclusão subalterna que suas demandas previdenciárias são recebidas por meio do artifício jurídico do Microempreendedor Individual¹¹⁷ (MEI), que o habilita como categoria de segurado, mas no limite do plano de benefícios. Nos moldes da inspiração do social liberalismo, garante um atendimento mínimo por parte do Estado e fomenta um mercado de previdência complementar e de seguros para suplementar os benefícios necessários ao atendimento às reais necessidades do trabalhador no enfrentamento das consequências danosas da atividade laboral.

A agregação do trabalhador por demanda ao MEI é a complementação necessária para instalação de um mercado de trabalho pouco regulado, sem garantias aos trabalhadores e disciplinado pelo jugo da austeridade. Isso porque também o parceiro admite ser uma necessidade pessoal a desregulamentação do sistema público de proteção e a liberação de recursos para investimento na atividade econômica. A possibilidade de vinculação nem sempre reflete na efetivação do vínculo, que carece da realização dos pagamentos contributivos específicos da tributação previdenciária para caracterizar a qualidade de segurado. Atualmente apenas 20% dos trabalhadores contribuem como profissional autônomo (por conta própria) para o regime de previdência e 43% não têm qualquer vínculo previdenciário. Outros 26% fazem contribuições por outros vínculos formais de trabalho e 10% são contribuintes de regime de previdência privada (DATAFOLHA, 2021).

O envolvimento consentido, seja mediante cooptação ou manipulação, colabora para atender às necessidades políticas do capital, ainda que perdure a polissemia de discursos e projetos no plano político, observada a incapacidade da chapa eleita em 2018 de constituir um pacto junto ao legislativo e ao executivo que afirme a direção da governabilidade. A residualidade da ação estatal, que atende às demandas políticas onde o populismo ainda é uma marca das relações institucionais e políticas, acrescida da ação complementar dos serviços financeiros, objetiva constituir alternativas aos planos de benefícios da previdência social brasileira.

As inovações disruptivas advindas do incremento tecnológico erigiram novas práticas e formas de vida, reorganizando as interações entre o homem/ser humano e as máquinas. No que tange às implicações da incorporação das tecnologias digitais, as interações tecnológicas entre

¹¹⁷ O artifício jurídico do Microempreendedor Individual foi viabilizado pela Lei Complementar nº 128, de 2008. Garante o registro como Pessoa Jurídica para profissionais autônomos, liberais, pequenos proprietários, etc., com faturamento anual não superior a 81 mil reais. Está vinculado ao regime fiscal do Simples Nacional, que isenta o “empreendedor” de uma série de tributos federais, sendo que a categoria enseja contribuição previdenciária obrigatória de valor fixo de 5% indexado no valor do salário-mínimo, bem como pequeno acréscimo de ICMS ou ISS, conforme o setor de registro da atividade.

o mundo digital e seu controle do mundo físico e biológico remodelam as possibilidades de organização da vida e colocam desafios para a humanidade como um todo.

Dessa forma, a alteração no processo de trabalho mediante substituição do trabalho vivo e a introdução de novas formas organizacionais para gerir os conflitos de classe se apresentam como desafio às formas de organização da classe trabalhadora. Acerca do escopo das transformações e das novas formas de proletarização mediadas pelo campo da arquitetura e do *design* digitais, são estabelecidos novos patamares para as forças produtivas. Como destaca Schwab (2018, p. 52):

A principal diferença é que as tecnologias da Quarta Revolução Industrial prometem causar disrupções até mesmo aos sistemas digitais atuais e criar fontes de valor inteiramente novas, transformando os avanços nas tecnologias digitais que as organizações hoje se esforçam para entender em uma infraestrutura central que os modelos de negócios do futuro verão como normais.

A insuprimibilidade da produção do valor, dinamizada pelo desenvolvimento das forças produtivas e dotada de novos artificios para maquiar seu esgotamento histórico do modo de produção capitalista, pressiona a distribuição de riqueza e coloca o desenvolvimento das forças produtivas como condição para a libertação do homem. Todavia, o que se processa é que as novas tecnologias são dominadas por algumas poucas empresas, capturadas pelas tendências monopolizadoras que contribuem para a perpetuação e incremento da desigualdade.

A diminuição da necessidade do trabalho vivo altera a correlação de forças entre o trabalho e o capital, fracionando a classe que vive do trabalho em cada vez mais estratos, especialmente pelas consequências da desterritorialização e desespacialização para os processos de consciência. Assim, as formas de organização sindical e/ou coletivas em geral apresentam características derivadas das novas condições de produção. Ainda que tímida, a organização do novo proletariado digital também apresenta vicissitudes nunca antes colocadas no horizonte, como a rápida capacidade de mobilização e o amplo alcance por intermédio do mundo digital que possibilitam greves mundiais.

Em virtude de serem as forças da organização dos trabalhadores que colocam a possibilidade histórica da seguridade social e das iniciativas de proteção social num complexo contexto de enfrentamentos, verifica-se que a correspondência, como sinaliza Lopes da Silva (2012, p. 61), “entre a acumulação do capital, a organização do trabalho e os sistemas de proteção social em contextos históricos específicos” aponta para uma reconfiguração generalizada das relações laborais e, conseqüentemente, das formas de constituição da política previdenciária.

Os novos arranjos laborais desvinculam o trabalhador do regime geral da previdência social e distanciam as obrigações do empregador quanto à participação no financiamento do sistema previdenciário. Aponta-se que a concepção de seguridade social vem sendo mais intensamente minada com os novos vínculos laborais que integram o trabalhador como parceiro das empresas detentoras das tecnologias que viabilizam o trabalho por demanda, considerado que seu *status* jurídico assemelha-se ao da própria empresa.

Em substituição, a lógica do seguro social ganha terreno com a venda de apólices de seguro que oferecem cobertura para situações de danos materiais e físicos (vida e saúde). Entretanto, por sua natureza individual e longitudinalmente limitada no tempo, deixa de abarcar por inteiro os sinistros que demandariam benefícios e auxílios de longa duração, bem como que estendessem sua cobertura para dependentes.

Logo, consideramos fundamental apresentar um panorama categorial acerca da organização do trabalho por demanda, seguido de uma reflexão sobre as determinações da precarização do trabalho, aspectos considerados para finalmente apresentar os impactos no regime previdenciário brasileiro e nas estratégias de proteção social no setor, bem como os movimentos erigidos por trabalhadores do setor no Brasil, nos Estados Unidos da América e no Reino Unido com vistas à organização coletiva.

Verifica-se que as novas mediações tecnológicas aumentam o escopo da alienação, impactando no mascaramento da condição de trabalho e na construção de um novo sujeito coletivo do trabalho, calcado na ideologia do empreendedorismo e na concepção do sujeito como *locus* econômico. Tal movimento é um processo ativo de criação ideológica que remonta à reinvenção do liberalismo. Novamente, nas palavras de Dardot e Laval (2016) identificamos que a sedimentação das tecnologias sociais são produtos da organização da classe dirigente, que vivifica o papel ativo dos complexos da educação e do direito na construção do mundo à sua imagem e semelhança. É nesse sentido que os autores destacam os meandros da luta ideológica travada a partir dos anos 1960 e 1970 para “construção ativa dos mercados”. Para eles:

A historiografia descreve como os *think tanks* “evangelistas do mercado” permitiram lançar o assalto aos grandes partidos de direita, apoiando-se numa imprensa dependente dos meios empresariais, e como, pouco a pouco, as “ideias modernas” do mercado e da globalização fizeram refluir e definhar os sistemas ideológicos contrários, a começar pela social-democracia. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 205-206).

O novo sujeito coletivo do trabalho deve estar disponível e assumir os riscos da vida econômica, acionando apenas residualmente o Estado para o enfrentamento das expressões do pauperismo engendrado nas relações de produção. Tal assertiva é deveras complementar do

legado da produção toyotista, acionada por demanda e remodelada para superação do fordismo como modo de regulamentação (HARVEY, 1993), conservando os elementos do taylorismo e imbuída de maior nível de controle do trabalho parcelado.

Não obstante, a sedimentação da empresa mundializada com o deslocamento das formas de exercício do controle dos fundos de investimento e atividades de gestão do capital, mediante a construção de índices de rentabilidade, propicia o acirramento da concorrência internacional, na qual os Estados tornam-se responsáveis por tornar seu espaço geográfico um chamariz de investimentos ou, caso tais condições não sejam viabilizadas, assistir ao isolamento econômico e ao desenvolvimento de problemáticas nacionais oriundas dos conflitos de cada formação social. Mais que isso, a concorrência dentro dos territórios, consideradas as formas autônomas de governo e a divisão das responsabilidades nas unidades administrativas estatais, como no caso do Brasil — que dizem respeito às responsabilidades de cada ente federado —, amplia as determinações da competitividade interna e busca tomar iniciativas que favoreçam um campo de desobrigações para atuação do capital.

No Brasil, os grupos em disputa veem-se pressionados pelas demandas internas, que se não atendidas podem significar perda do poder político, e as pressões externas para realização dos termos do “ajuste neoliberal”. Desta forma, para se ajustar às métricas da atividade econômica e viabilizar um amplo campo de valorização do capital, as contrarreformas ganham corpo. As iniciativas de flexibilização da legislação trabalhista e previdenciária, bem como a aprovação do limite para o teto de gastos, objetivaram sanear o terreno da acumulação, favorecendo a exploração da força de trabalho e disciplinando-a para assunção dos riscos da atividade econômica, sobre a qual não tem controle direto. É nesse sentido que o conflito de classes se debruça em direção à manutenção da taxa de lucro.

Observado que a construção de uma regulamentação favorável à acumulação do capital não se materializa sem a luta econômica e ideológica, verificamos que as resistências encontraram dificuldades organizativas por se encontrarem envolvidas com as novas condições do trabalho. Assim, o trabalhador assume a concorrência e as condições de acumulação são naturalizadas num compósito ideopolítico que tem como pano de fundo a alienação do trabalho, imposta pela própria condição de classe. Daí que passamos adiante na tentativa de compreender as alterações no sociometabolismo do capital e o filão ocupado pelo trabalhador nesse contexto. De antemão verificam-se as tendências regressivas para organização dos trabalhadores e o questionamento das ações criadas em torno do sindicalismo, que fazia as vezes da coletividade dos trabalhadores.

4.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO POR DEMANDA NO BRASIL

Para realizar o debate relacionado ao trabalho por demanda introduzido pela Uber no Brasil, consideramos necessário resgatar os elementos históricos, jurídicos e relacionais que compõem a atividade da companhia. Logo, apresentaremos um histórico da atividade, os serviços prestados, elementos jurídicos das relações contratuais entre a companhia e os “motoristas parceiros” e elementos econômicos e financeiros que caracterizam esta que se tornou em pouco tempo uma grande empresa internacionalizada.

Da mesma forma, buscaremos caracterizar as formas de resolução das demandas dos/as trabalhadores/as, as quais aparecem circunscritas à apólice de seguros coletiva a qual o/a motorista é vinculado/a quando da habilitação para realização das corridas. Paralelamente, a aprovação da inscrição dos/as motoristas junto à Previdência Social na qualidade de MEI oferece um plano de benefícios caracteristicamente residual vinculado ao valor do salário mínimo, visto que o pagamento do plano de benefícios com maior cobertura implica no pagamento de altos valores para uma possibilidade cada vez mais dificultada de acesso aos benefícios. Ainda no tocante às relações previdenciárias, é importante salientar a não contribuição previdenciária direta por parte do empregador, dada a caracterização jurídica da relação laboral.

O conceito da empresa Uber surgiu em 2008 quando seus fundadores visualizaram na dificuldade em conseguir um táxi a oportunidade pioneira de utilização da tecnologia *e-hailing* para conectar motoristas e passageiros (EXAME, 2016). Em 2009 a empresa foi fundada na Califórnia/EUA, onde se encontra sua sede, e passou a operar testes a partir de 2010. Apenas em 2011 foi lançada, iniciando suas operações em São Francisco/EUA.

Inicialmente constituiu-se como serviço de transporte de luxo, com a utilização de veículos de alto padrão. Por meio de aplicativos disponíveis nas plataformas de comercialização de serviços digitais (*PlayStore* e *AppleStore*), expandiu seus serviços para a cidade de Londres e iniciou as atividades de oferta de transporte aéreo em Nova Iorque. Durante 2011 a empresa iniciou operações em outras frentes no mercado estadunidense e também passou a atuar em Paris/França. Entre 2012 e 2014 a empresa passou por um intenso processo de expansão de suas atividades, atingindo outros países da Europa e América do Norte, bem como cidades da África, Ásia e América Latina.

Concatenada com o padrão de negócios do Vale do Silício, a empresa de tecnologia recebeu investimentos de diversos fundos e instituições financeiras, o que permitiu sua

expansão e o aumento do fluxo financeiro da atividade. Por se tratar de um caso de disrupção, ante as condições de execução do tipo de transporte a que se propôs, a empresa atuou inicialmente em um limbo legal e institucional, afinal, não havia regulamentação acerca do oferecimento de “caronas” nos moldes da economia colaborativa. Logo, a empresa passava a operar apenas disponibilizando o aplicativo para *download*, gerenciando o recrutamento dos/as motoristas e oferecendo o serviço como alternativa ao transporte coletivo e ao modelo dos táxis.

Pela adaptabilidade da atividade em virtude da conectividade, sua expansão só foi/é limitada pelo desconhecimento do serviço, pela inexistência da infraestrutura de tecnologia e pela indisponibilidade de força de trabalho. Nesse sentido a empresa investe em divulgação e marketing, com recursos às promoções e ao destaque da segurança de seus serviços, sendo considerada em poucos anos uma marca (*brand*) de reconhecimento mundial. Para os motoristas, oferece um trabalho sem muitas requisições em um mercado de trabalho marcado pelo desemprego estrutural.

Na tradição da bolha “pontocom” dos anos 2000, a companhia fez sua oferta inicial de ações públicas no ano de 2019, já com um valor de pouco mais de 82 bilhões de dólares (BBC, 2019), mesmo registrando prejuízos em seus balanços. Todavia, ocupa lugar de investimento de capitais de risco, com prospecção de rendimentos em médio e longo prazo.

No Brasil, a companhia começou a operar em 2014, inicialmente na cidade do Rio de Janeiro por ocasião do primeiro dos megaeventos sediados pelo país — a Copa do Mundo de Futebol FIFA —, seguida da cidade de São Paulo, ainda no mesmo ano e, posteriormente, espalhando-se por todo o território nacional.

O início das operações no Brasil esteve camuflado nas demandas dos usuários esporádicos em razão dos megaeventos. No período que se seguiu, a empresa enfrentou a resistência dos taxistas e a batalha pela regulação frouxa, passando a operar como prestadora de serviços e negociando com os entes federados competentes a cobrança de impostos para a operação.

Em julho de 2019 a empresa/plataforma já contava com 22 milhões de usuários e 600 mil motoristas parceiros no Brasil (UBER, 2019). Em agosto de 2020 o número de usuários se manteve estável, mas o número de motoristas trabalhando para a plataforma chegou a 1 milhão (UBER, 2020). Com o incremento e diversificação dos serviços, a empresa passou a operar também na entrega de alimentos e na entrega de objetos no Brasil, por meio das modalidades UberEats e UberFlash, sendo que o primeiro serviço teve suas atividades encerradas em março de 2022.

A caminhada até a estabilidade de operação no Brasil foi marcada por conflitos advindos das intencões de regulamentação dos entes federados, assumindo frentes diversas e atendendo a interesses econômicos e políticos plurais. Também o conflito com os taxistas teve grande repercussão em razão dos episódios de violência e das pautas do grupo denunciando a concorrência desleal com a nova atividade. No entanto, a regulamentação que atendeu às necessidades de descaracterização do vínculo empregatício, bem como a facilitação operada pelo poder público em termos de autorização de funcionamento e a baixa tributação colaboraram para manutenção dos patamares de operação nos quais as externalidades são direcionadas aos motoristas parceiros.

Centralmente, a intervenção política do conjunto das companhias caracterizadas como *Transportation Network Companies (TNCs)* no contexto dos serviços de transporte envidou esforços para afastar qualquer relação de trabalho protegido, descaracterizando o vínculo empregatício. Vista a constituição diversa de cada Estado Nacional e os interesses de grupos, tanto de trabalhadores quanto de outros setores, as disputas em torno da caracterização desse tipo de trabalho revelaram a necessidade de precarizar o vínculo e repassar ao/à trabalhador/a os custos de produção, mas dando a ele/a um *status* de autônomo/a e empreendedor/a.

No âmbito previdenciário, a proposição legislativa contou com a indicação de que os/as motoristas estivessem obrigados à inscrição como Microempreendedores Individuais, garantindo a residualidade do vínculo previdenciário. No texto legal, tal dispositivo findou considerado apenas uma diretriz, podendo ou não ser obrigatório em cada caso (BRASIL, 2018).

Apenas a partir de agosto de 2019 o Comitê Gestor do Simples Nacional publicou normativa no qual inclui a categoria “motorista de aplicativo independente” no Cadastro Nacional de Atividades Econômicas. A Resolução nº 148, de agosto do respectivo ano, viabilizou a inclusão da atividade específica, facilitando o cumprimento dos requisitos legais e burocráticos para emissão e manutenção do certificado de pessoa jurídica, com implicações para a vinculação ao regime geral da previdência social (CGSN, 2019).

Delineia-se, dessa forma, um cenário de pouca regulamentação da atividade e descaracterização do vínculo empregatício. Ainda que se mantenham objetivamente os critérios de atividade não eventual, onerosa e subordinada para a maioria dos motoristas, a caracterização dos motoristas como parceiros, ou seja, entes independentes que prestam serviços eventualmente e sem vínculo empregatício, assemelha-se aos contratos intermitentes, ainda que

nesse último caso sejam devidas obrigações trabalhistas não previstas na arregimentação dos trabalhadores motoristas de aplicativos independentes.

A reforma trabalhista de 2017 caracterizou um prelúdio da forma de regulamentação do trabalho de motoristas para as Provedoras de Rede de Compartilhamento ou TNCs, indicando a tendência à flexibilização. Da mesma forma, a reforma da previdência indicou o rebaixamento da proteção social e a complementação da proteção da atividade de trabalho pela indicação da contratação de Seguros de Acidentes Pessoais e obrigatoriedade da contratação do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), já previsto pela lei de trânsito.

No que concerne à atividade, a vinculação por meio da habilitação do motorista na plataforma da Uber tem como correlata a contratação do seguro de acidentes pessoais, serviço oferecido pela companhia Global Chubb Corporation com sede nos Estados Unidos da América, a qual é subsidiária da Chubb INA Holdings Inc. Possui atividade, tal qual a Uber, na *New York Stock Exchange*, um mercado de ações especializado em tecnologia e investimentos de risco.

A seguradora mantém sede no Brasil e a apólice de seguro coletivo contratada para a atividade da Uber está cadastrada na Superintendência de Seguros Privados pelo processo SUSEP 15414.003392/2009-11. Conforme previsão do documento há cobertura: básica ou adicional para situações em que ocorra a morte acidental do motorista, a morte acidental do passageiro; invalidez permanente total ou parcial do motorista ou do passageiro; cobertura de despesas médicas, hospitalares e odontológicas para motoristas e passageiros; diárias de internação hospitalar para motoristas e passageiros; diárias por incapacidade de motoristas e passageiros; auxílio funeral para motoristas e passageiros; bem como o pagamento de cestas básicas para motoristas e passageiros ou seus beneficiários (CHUBB SEGUROS BRASIL S/A, 2020).

Importa dizer que as condições de aplicabilidade da apólice de seguro coletivo requisitam que o “sinistro” ocorra em decorrência de acidentes durante a realização das corridas, não cobrindo eventuais fatalidades ou acidentes durante o tempo de espera ou período em que uma corrida não esteja em andamento. Da mesma forma, o seguro apresenta limites de cobertura para cada segmento de “sinistro”, sendo que a morte acidental tem indenização no valor de 100 mil reais; a invalidez permanente total ou parcial tem cobertura indenizatória no valor máximo de 100 mil reais, com condicionalidades a depender da extensão e da gravidade

das sequelas, e, por fim, o reembolso de despesas médicas e hospitalares, que não é superior a 15 mil reais, é reembolsado apenas posteriormente (UBER, 2016).

O caráter securitário da proteção individual para passageiros, e especialmente para motoristas, denota a incorporação das métricas atuariais dos seguros privados, afastando-se de qualquer perspectiva de seguridade social solidária e baseada no conjunto da atividade econômica. Sua caracterização indica o isolamento e individualização do risco correspondente à atividade econômica e corrobora o esfacelamento das pautas trabalhistas de caráter universal.

Acerca do impacto societário, ou da prática como resultado do movimento das forças sociais, Dardot e Laval advertem que

Um imenso mercado de segurança pessoal que vai do alarme doméstico aos planos de aposentadoria, desenvolveu-se proporcionalmente ao enfraquecimento dos dispositivos de seguros coletivos obrigatórios, reforçando por um efeito de circuito-fechado o sentimento de risco e a necessidade de se proteger individualmente. Por uma espécie de ampliação dessa problemática do risco, algumas atividades foram reinterpretadas como meios de proteção pessoal. (2016, p. 213).

Outras problemáticas advindas da caracterização da relação de trabalho orbitam as relações cotidianas entre motoristas e os respectivos APPs empregadores ou, como no léxico por ora vitorioso, as empresas provedoras de conexão entre esses e seus “clientes”, incidindo em problemáticas que têm mobilizado os/as motoristas na discussão das relações laborais. No que se poderia chamar de ideologia defensiva do trabalho (DEJOURS, 1988), consideradas as estratégias para enfrentar o controle da atividade laboral ou mesmo seu esvaziamento de conteúdo e ainda a imposição de tarefas repetitivas e sem sentido aparente¹¹⁸, as reações reverberam o inconformismo e a rebeldia dos trabalhadores.

¹¹⁸ Acerca das problemáticas relatadas pelos/as motoristas, estudo da Universidade da Califórnia indicou aspectos econômicos e relacionais concernentes à atividade como:

1. Os motoristas fazem investimentos financeiros e ficam presos no trabalho: mais de 1/3 dos motoristas comprou ou financiou seu carro a fim de dirigir para as TNCs. Desses que financiaram ou compraram seus veículos, a maioria provavelmente dirige *full-time*;
2. Muitos motoristas incorrem em despesas adicionais para comprar acessórios ou amenidades para seus passageiros: a maioria comprou acessórios para o carro como celular, tapetes, cobertura para os bancos e 78% providenciam amenidades como água, carregador de celular e balas;
3. 57% tiveram um gasto maior com os custos de manutenção do carro: como o desgaste dos pneus, alinhamento ou com os freios. Nenhuma dessas despesas adicionais é coberta pelas TNCs e elas diminuíram os ingressos líquidos dos motoristas;
4. Muitos motoristas consideram um desafio cobrir as despesas relacionadas ao trabalho: quase metade encontrou dificuldades para pagar a gasolina, seguro e os custos de manutenção. Para compensar, muitas horas de trabalho adicional, pegar empréstimos ou incorrer em dívidas de cartão de crédito;
5. A maior preocupação dos motoristas é o desgaste dos veículos e o que está associado aos custos de manutenção;
6. Considerado o fardo das despesas relacionadas ao trabalho e a instabilidade de ingressos, 55% dos motoristas ganham algumas horas depois das despesas. O salário médio por hora preferível é US\$ 19;
7. A falta de transparência e a vaga e cambiante condição do emprego leva quase metade dos motoristas a sentir que eles não recebem os ingressos que ganharam trabalhando;
8. Notificações constantes, revisões de monitoramento e performance também impõem altos custos ao bem-estar dos motoristas. Mais da metade se sente pressionado para ser bem avaliado e 63% receberam avaliações negativas;
9. Os motoristas

Nesse sentido, algumas novidades gerenciais colocadas pela economia de compartilhamento e pela própria tecnologia *e-hailing* — que desloca a relação hierárquica característica do trabalho em equipes formalmente organizadas — impactam as percepções dos/as trabalhadores/as no tocante às estruturas organizacionais às quais está sujeito. Dessa forma, convém colocar algumas questões candentes e que carecem ainda de elucidação, tais como: como se estruturam as relações de subordinação na estrutura organizacional? Qual a relação dos motoristas com os sistemas de suporte? Como se dá o acesso aos dados e qual a política de transparência da empresa? O carro passa a representar o espaço de trabalho? Como este trabalhador se relaciona no espaço urbano que também é objeto de seu trabalho? Como são resolvidos os conflitos típicos da realização do trabalho?

Essas são também as novas condições de pulverização e dissolução das responsabilidades que emanam da dimensão ontológica da vida. O referencial oferecido como alternativa e que concentra desde já as vantagens de negócios que prometem redimensionar a economia a partir da recriação do tempo e do espaço na interação entre a prioridade ontológica do corpo biológico e as possibilidades expandidas pela realidade virtual, por exemplo, permite a hiperconcentração da renda e a apropriação privada por um número ainda menor de companhias, suas personificações e investidores.

Essa nova configuração da representação da hierarquia institucional promove alterações significativas na capacidade de utilizar o discurso como recurso para defesa de si ante as consequências do trabalho. Dos fatos recentes, o que reluz é a fragmentação dos polos de ação para com as empresas e governos, que inicialmente partem de iniciativas individuais, ganhando terreno no direito do consumidor ou nos tribunais. No plano coletivo, as redes conectivas estabelecem uma possibilidade imensa de mobilização e de visibilização das pautas trabalhistas, todavia, as experiências têm indicado que as ações delineiam um campo de revolta e espontaneísmo com reivindicações pontuais.

Discursivamente, da prática tradicional, os trabalhadores necessitariam provar numericamente os benefícios da ação e a capacidade de realização, sendo capazes de analisar os dados da companhia e as consequentes auditorias. O enfrentamento nos moldes do sindicalismo industrial aparece como deficitário para abarcar as problemáticas de uma atividade conectora, que participa da atividade econômica no âmbito da circulação das mercadorias e que tem sua materialidade esvanecida no processo de realização do capital.

também encaram a ameaça de desativação. Perto de 1/3 dos motoristas informou que tem medo da desativação e 1/4 tem estado em risco de desativação (UCLA – LABOR CENTER, 2018).

Quando considerado que as redes instituídas se tornaram também espaços de formação do trabalhador plataformizado, muitos canais da plataforma *Youtube* e congêneres se dedicam a relatar a rotina e ensinar macetes e estratégias para aumentar os lucros, fomentando o empreendedorismo e o desafio de cumprir os objetivos financeiros, calcados nas necessidades básicas e no já instituído mercado das necessidades, o que incrementa os elementos do autogerenciamento. O motorista passa mais horas *online* e interage com seus grupos associativos, inclusive os de atividade profissional, por mais tempo. Tal mediação da própria rede coloca novos desafios para a construção do diálogo e da articulação entre os motoristas.

Assim, um dos motoristas que oferece o serviço de orientação e monetiza seu tempo de trabalho multiplataforma apresenta em um dos episódios a experiência de comparação da experiência do motorista com as métricas estipuladas pelo aplicativo e seu algoritmo. Tal código constitui um *design* da interação e das métricas da experiência, desde os ganhos monetários até a avaliação por pontuação, impactando na relação laboral e muitas vezes permanecendo incognoscível para o motorista.

A empresa se beneficia do trabalho de *youtubers* que replicam o conteúdo das mudanças no aplicativo que influem na dinâmica do trabalho e na capacidade de obtenção de rendimento. São muitas as reclamações em fóruns de discussão, as quais particularmente ficam orbitando a dinâmica do direito do consumidor, dado o reconhecimento hegemônico da relação contratual de parceria entre a empresa de tecnologia e o motorista.

Os comentários, que se tornam fóruns virtuais de discussão, parecem oferecer uma miríade de opiniões na mesma direção, conformando um substrato da intenção dos sujeitos e seu posicionamento ante os temas controversos do trabalho. Valores pagos, transparência, o reconhecimento de que os motoristas estão nas mãos da empresa, que regula os termos. “O que ela tá te pagando”?

A avaliação das reclamações dos motoristas passa por níveis de seleção para a tomada de decisão acerca de desligamentos, questionamentos quanto aos passageiros e outras problemáticas atinentes à atividade. A posição da empresa medeia muitos dos conflitos entre os passageiros e os motoristas, implicando em medidas unilaterais que podem incorrer na “demissão” ou no cancelamento da conta do motorista, bem como na penalização pela suspensão da possibilidade de utilização da conta por um período de tempo.

Os conflitos não dirimidos têm ganhado espaço nos tribunais, quando da não resolução administrativa no âmbito da empresa. As contraditoriedades dos processos de realização do trabalho de transporte, aquém da máquina antissindical que as TNCs vêm operando, indicam a

única saída possível: a luta coletiva dos/as trabalhadores/as do setor. Logo, o surgimento de associações e a vinculação aos sindicatos tradicionalmente estabelecidos vêm crescendo em alguns países, como os Estados Unidos da América, e no Reino Unido. No Brasil, as demonstrações recentes da capacidade de mobilização têm feito surgir uma série de grupos organizados que realizaram mobilizações e paralisações significativas, incidindo nas práticas de gestão empresarial e conquistando a resolução de pautas correntes relacionadas à execução do trabalho. De forma mais geral, é significativa a iniciativa do grupo “Trabalhadores Sem Direitos” que, lançado em maio de 2022, objetiva enfrentar as consequências da precarização do trabalho e da informalidade. Como movimento social, o grupo reúne além dos trabalhadores por demanda plataformizados diversas outras categorias históricas de trabalhadores informais.

No Brasil, diversas associações de motoristas se envolvem nas causas e demandas dos/as trabalhadores/as do setor. A Associação de Motoristas Por Aplicativo do Brasil (AMPAB), com sede no Rio de Janeiro, reúne associações de outros diversos estados brasileiros e dedica-se ao atendimento das necessidades básicas do público-alvo da atividade associativa. Outras experiências, já no âmbito sindical, são deveras importantes para a sedimentação das estratégias de lutas coletivas dos motoristas que trabalham para as TNCs. Por exemplo, a experiência do Sindicato dos Trabalhadores com Aplicativos de Transporte Terrestre de São Paulo (STATTESP) (vinculado à Força Sindical), fundado em janeiro de 2018, indica a construção de uma pauta de reivindicações no tocante aos rendimentos financeiros, à segurança no trabalho e às demandas por proteção previdenciária. Já o Sindicato dos Condutores de Veículos que utilizam aplicativos do Estado de Minas Gerais (SICOVAPP), fundado em dezembro de 2018, tem como plataforma a oferta de apoio à atividade laboral com assessoria jurídica e apoio psicanalítico.

A multiplicação das experiências organizativas carece ainda de estudos mais detalhados, no entanto, já demonstram o potencial de luta da categoria. É importante ainda destacar a reunião das associações e entidades afins em âmbito mundial. Em janeiro de 2020 foi criada a *International Alliance of App-Based Transport Workers* (IAATW). A reunião aconteceu em Oxford, na Inglaterra, e contou com a participação de associações e congêneres da Ásia, Américas, Europa, África e Oceania. O manifesto construído pelas entidades reforçou a necessidade de garantia ao trabalho protegido, defendendo o *status* jurídico do empregado, bem como o limite de horas de trabalho, a segurança do trabalho e também a proteção social (IAATW, 2020).

A relação do *boom* das associações no Brasil parece ter ligação com a própria regulamentação, vista a necessidade das empresas em mobilizar um contingente político para garantir seus interesses junto ao poder público. Entretanto, pela natureza da atividade sindical e organizativa, é sugestivo que o desenvolvimento das ações apresente um enorme potencial para o desvelamento das contradições atinentes ao trabalho precarizado desenvolvido por motoristas parceiros.

Em síntese, verificamos que as principais bandeiras das associações e sindicatos pesquisados no Brasil englobam: preço justo das corridas, o acompanhamento do desligamento de motoristas colaboradores (ou a demissão) sem arbitrariedade, transparência contábil, benefícios junto ao poder público, serviços de apoio à atividade laboral e outras pautas relacionadas a fatores conjunturais, especialmente as identificadas em decorrência da crise do coronavírus¹¹⁹. Essas últimas mobilizaram a pressão para com o poder público e também para com as companhias de transporte. Outras versões da organização buscam afinar a identidade do colaborador, profissionalizando a atividade e promovendo convênios característicos do sindicalismo de serviços.

No âmbito mundial, considerado o escopo das TNCs, a agregação dos múltiplos espaços organizativos com as individualidades dos/as trabalhadores/as aparece descontínua e multifacetada. No entanto, as iniciativas já citadas de organização unívoca em âmbito mundial apresentam enormes potencialidades como a criação de pautas específicas da economia política do trabalho, a regulamentação da atividade trabalhista e a possibilidade de formação política ante as investidas do capital por sobre os direitos e condições de vida dos/as trabalhadores/as.

No âmbito estatal, a batalha política e judicial apresenta grande instabilidade quanto à sua sedimentação. No sistema de justiça dos Estados Unidos da América e da Inglaterra, a

¹¹⁹ Novamente indicando resultados de estudo realizado na Califórnia, foram identificadas pautas e reivindicações dos motoristas respondentes como:

1. Os motoristas querem, além do controle de seu trabalho, também os benefícios do *status* de empregado. Perto de 2/3 disseram que as companhias não são seus chefes, ainda mais da metade dos respondentes disseram em seu questionário que eles gostariam de se tornar empregados das TNCs;
2. A maioria dos motoristas deseja estar em condições de negociar seus contratos. Mais da metade dos motoristas disseram que seus contratos foram alterados desde que iniciaram a atividade;
3. Metade dos motoristas está preocupada com o fato de as TNCs monitorarem seus movimentos quando seus aplicativos estão *on line*;
4. Motoristas experienciam *stress* relacionado à comunicação incessante das TNCs, que é a forma de “controle leve” para incentivá-los a dirigir. Quase metade recebe notificações quando o APP está deslogado e ¼ se sente estressado com este contato;
5. O preço dinâmico é uma motivação para 38% dos motoristas. E ainda, 39% se sentem pressionados a dirigir quando recebem as notificações de preço dinâmico;
6. Todos os motoristas querem algum tipo de benefício do local de trabalho. Quase a totalidade (94%) gostaria de benefícios como compensação pelo trabalho, seguro de saúde e estão interessados em outros benefícios como horas-extras, aposentadoria e pagamento do tempo de descanso;
7. Os motoristas gostariam de trabalhar coletivamente para direcionar os problemas do trabalho.
- 8 em 10 motoristas responderam que gostariam de pertencer a uma organização de trabalhadores para demandar melhores salários e melhorar as condições de trabalho (UCLA – LABOR CENTER, 2018).

atividade já foi paralisada e retomada algumas vezes. Durante a eleição nos EUA em 2020, o estado da Califórnia promoveu consulta pública por plebiscito para formar consenso quanto à vinculação jurídica dos motoristas. A *Proposition 22* perguntou à população votante se os motoristas deveriam ter sua vinculação autônoma mantida pela legislação estadual, e a proposta foi aprovada com 58% dos votos (EXAME, 2020).

Nesse sentido, a própria virtualização da política e os embates que se travam nas redes parecem sobressair perante as necessidades reais. Outras práticas, como as consultas públicas realizadas pelos canais de comunicação do poder legislativo no Brasil, apontam para a tendência de formação da opinião pública, sem que o debate coletivo seja estabelecido e que todos os envolvidos se apropriem das informações necessárias para a tomada de decisão acerca de temas que lhes são afetos.

Também em decorrência desse cenário foi que consideramos de vital importância discutir os aspectos ideológicos da produção do novo trabalhador coletivo e do sentido da sociabilidade contemporânea, tendo em vista as práticas manipulatórias e irracionais que se instalam em defesa dos interesses hegemônicos engendrados nas necessidades do capital financeiro. No caso específico da Uber, é importante frisar que seu surgimento foi associado à resolução de um problema de mobilidade urbana: a promessa de conectividade como solução para os deslocamentos em grandes centros urbanos, ou o que se colocava como o problema da “última milha” em termos de transportes.

Nesse sentido, cabe retomar que a empresa iniciou suas atividades sem regulamentação, visto que não havia uma necessidade anterior de solicitar concessões. No âmbito das disputas pela regulamentação, seja junto ao poder público seja no embate com os setores tradicionais de transporte, o discurso da mobilidade urbana e de conectividade com vistas à revolução tecnológica fazia qualquer argumento contrário parecer arcaico. Isso, somado aos aspectos que conformaram o cenário de desemprego e o apelo à economia de compartilhamento, contribuiu para o sedimentação de uma modalidade de trabalho calcada em uma cultura do trabalho precarizado.

Para fins de mobilização dos trabalhadores, não houve dificuldade em obter um contingente disponível para o trabalho. Entretanto, foi necessário construir um *status* para tais trabalhadores, os quais são considerados “parceiros” da companhia. Tal movimento, associado à flexibilidade de horários, à possibilidade de suprimir a relação hierárquica com as chefias tradicionais e à saída do esquema organizacional empresarial, atuou como fator de sedução.

Entretanto, tais movimentos são incrementados por reforços positivos que operam incentivos e promovem a vinculação à atividade por meio da gamificação e da disponibilização da forma-desafio. Por exemplo, ficar mais horas *on line*, ter uma boa taxa de aceitação de corridas ou cumprir um quantitativo de corridas em dias específicos são critérios para que os motoristas parceiros recebam as bonificações que compõem a renda e, inclusive, são os fatores responsáveis para que a atividade seja economicamente rentável. A lógica competitiva é vivificada pela gamificação, conforme apontamos anteriormente. Por conseguinte, o comando se dá por convencimento, havendo também um amplo esquema de premiações e bonificações em serviços, como a participação em eventos da empresa, viagens para a sede da empresa em Los Angeles, entre outras estratégias de marketing e promoção do vínculo do “parceiro”.

Outro ponto relevante e considerado nevrálgico para a realização da atividade está em torno das campanhas de diversidade. A empresa coloca-se como um baluarte identitário em termos de inclusão. Portanto, minorias étnicas, sexuais, de pessoas com deficiência, entre outros grupos sociais são comumente tocados pelo discurso corporativo e as ações de combate às formas de discriminação. Trata-se de ação importante, mas que no cerne das atividades efetivamente praticadas representam um factoide quando avaliada à luz do impacto social da atividade e sua consequência em termos de precarização do trabalho e responsabilização do motorista parceiro.

Concordamos com Slee (2017) quando ele adverte que “o sucesso da Uber decorre de seu parasitismo nas cidades em que opera”. Isso porque a operação no limbo regulatório ou com condições facilitadas permitiu que os custos de operação fossem suprimidos ou transferidos para os motoristas parceiros. Em mercados como o do Brasil, as receitas da empresa são sequestradas para financiar a operação em outras cidades pelo mundo, tendo em conta que a empresa não reinveste seus ganhos pela atividade no país. Ghedin (2019), ao analisar os documentos de operação confeccionados para preparar a entrada da empresa em oferta pública de ações, advertiu que, no Brasil, apenas a receita que exceder 500 milhões de dólares será reinvestida, o que se dá por uma brecha fiscal. Segundo ele, em 2018 a empresa teve uma receita de 959 milhões de dólares, correspondendo a 8,5% do total da empresa. O Brasil é o segundo mercado da empresa no mundo, atrás apenas do país sede.

Tal situação incrementa o parasitismo da empresa no Brasil, que externaliza seus custos para os próprios motoristas e para os serviços públicos, sendo que sua participação no recolhimento de dividendos por meio da taxação direta da atividade é limitada à jurisdição municipal. Logo, é patente a necessidade de revisão das métricas de operação com vistas ao

atendimento das demandas de motoristas e passageiros, sob a ótica da responsabilidade da atividade e da necessidade de maior regulação em termos trabalhistas e fiscais.

Por fim, advertimos que as formulações em tela não pretendem esgotar a questão, mas apenas apontar a direção e um campo de problemáticas interpostas quando da escolha do objeto. Sua complexidade externa a necessidade última de maior apropriação e da busca dos movimentos categoriais em fluxo na teia das relações sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos buscando demonstrar ao longo deste trabalho, são evidentes as formas de complexificação da divisão social do trabalho, as quais vêm diversificando a estrutura ocupacional e se enraizando, cada vez mais, nos aspectos reprodutivos, visto que a reestruturação produtiva de base virtual intensifica as relações dinâmicas entre produção e reprodução. O silogismo dialético entre produção, distribuição e circulação incrementa a teia de relações necessárias à realização da mercadoria, de forma que a atividade reprodutiva passa a interferir mais diretamente na produção.

Na esteira da reestruturação produtiva, as novas formas de gerência do trabalho e os aspectos reprodutivos específicos que o incremento tecnológico possibilita às doutrinas da produção do *just in time* e do *lean production* viabilizam uma maior manipulação dos resultados da produção, ativada a partir da demanda, que pode inclusive ser ampliada por meio da propaganda e do marketing. Como processo social total, essa realização encontra sua orientação macrossocial na financeirização do capital, que organiza e coloca em marcha os ciclos produtivos mediante investimentos e expectativas de lucros.

As formas de cooperação complexa e de mercadorização dos serviços indicam o incremento da esfera reprodutiva nas determinações do valor, fortalecendo a exploração do trabalho e a diminuição relativa da participação da força de trabalho na produção. O papel do incremento tecnológico é relevante à medida que permite a aceleração dos ciclos de rotação do capital, afetando diretamente o incremento da taxa de lucro. Tal movimento, sob a égide do capital financeiro, demonstra o sentido da reestruturação produtiva como mote da recuperação das taxas de lucro mediante incremento da produtividade e também do avanço expansionista sobre o setor de serviços por meio da mercadorização.

Nesse sentido, buscamos caracterizar como o trabalho por demanda no setor de serviços se insere na trama da produção capitalista e de realização do valor. A inserção das companhias de transporte em rede na circulação no ambiente urbano, mediante oferta de serviços plataformizados, mercadorizados e virtualizados, implica na transferência de valor realizada por meio da utilização dos recursos materiais dos trabalhadores, bem como implica na exploração do trabalho, visto que se caracteriza como trabalho produtivo.

O controle da produção capitalista realizado por meio do capital financeiro e de sua dinâmica de investimentos e remuneração na exploração da atividade econômica e, logo, do trabalho social, promove a subsunção do trabalho ao capital, de forma que o processo de

valorização orienta e promove uma cada vez maior parte do processo de trabalho. Nos termos da cooperação complexa e da mercadorização dos serviços, verificou-se que o incremento tecnológico aumenta o controle e a possibilidade de valorização do trabalho em serviços. Deprendendo da investigação acerca do trabalho por demanda no setor de transportes, verificamos que o incremento tecnológico, especialmente o virtual, contribui para a desespecialização e para o fracionamento do trabalho, sendo que sua forma controlada e taylorizada, realizada nos termos do autogerenciamento, revela que se trata da modalidade de trabalho por peça e da participação do trabalhador no processo de trabalho como trabalhador por conta própria.

A transformação verificada nas forças produtivas, consideradas as determinações do capitalismo tardio, incrementou as dimensões ideológicas e culturais e sua forma de participação na esfera produtiva e reprodutiva. É nesse sentido que o capitalismo manipulatório reverbera na cultura, na ideologia e conseqüentemente na política como ato de trabalho intencionalmente realizado com a finalidade de influenciar a cultura e a conformação da hegemonia, sendo que reconhecemos esse processo nas questões afetas à regulamentação do trabalho e às composições políticas.

É a partir desse movimento que buscamos estabelecer a relação entre as formas produtivas e reprodutivas para indicar uma ampliação da matematização e da racionalização em todos os aspectos da vida, incrementando a manipulabilidade dos elementos reprodutivos em torno de técnicas de comunicação que se encontram acopladas ao processo produtivo. Logo, reconhecemos que a dimensão superestrutural representa importante elemento dos tensionamentos das lutas sociais na direção da reestruturação produtiva e da conformação de uma cultura do trabalho precarizado, o que identificamos na investigação acerca do transporte individual de passageiros.

A relação entre a maquinaria social — da produção e da reprodução — e o sujeito social aponta para uma dominação do instrumento, que condiciona as atividades de trabalho fragmentadas e destituídas de sentido específico. Esse movimento de incremento da alienação, nos termos da teoria da alienação de Marx, agudiza os processos de fetichização da mercadoria e a conseqüente desumanização nas relações sociais.

A produção cultural e ideológica encontra-se imersa nos objetivos de rentabilidade, motivo pelo qual a indústria cultural reproduz as técnicas de trabalho controlado e subordinado, produzindo mercadorias culturais em razão dos investimentos realizados no setor. Nesse mesmo sentido, *think thanks* e agências correlatas de intervenção política e cultural atuam,

como no caso concreto em análise, para a sedimentação das utopias de mercado e para a formação de um sujeito social entranhado no mundo do consumo.

O contexto de maximização do mercado e de transformações produtivas opera uma alteração nas formas culturais e evoca uma ideologia própria do mercado, a qual se erige com a naturalização das relações mercadológicas de troca e a centralização da produção pelos oligopólios imperantes. Como atividade de trabalho e intencionalmente orientada, a constituição dos novos nexos psicofísicos do trabalho social demanda a participação ativa do sujeito individual que, sob condições de produção calcadas na tecnocracia e na intensificação do trabalho, é tensionado ao envolvimento subjetivo nas ideologias de mercado, identificadas como patamar último da história.

As origens desse movimento remontam à própria legalidade do desenvolvimento material da produção humana e suas formas gnosiológicas e científicas. O movimento acontece de forma que as descobertas científicas possam integrar o desenvolvimento material privado de classe e que a metafísica e o irracionalismo passem a ocupar o lugar da produção subjetiva e das formas de compreensão das relações sociais como um todo. Logo, no plano produtivo verificamos a influência decisiva do racionalismo, do empirismo, do pragmatismo e do utilitarismo como critério de verdade na determinação da validade do objeto real. Já no plano reprodutivo tais máximas comparecem residualmente e transformadas, sendo que o irracionalismo e a fragmentação cognitiva pós-moderna encontram-se imiscuídas no âmbito da cultura.

Reconhecendo as legalidades hegemônicas do pensamento ocidental, identificamos que as lutas sociais, na perspectiva de classe, acabam por reproduzir as máximas do iluminismo e das determinações das correntes identificadas. Dessa forma, buscamos questionar a ideia de progresso e a apropriação, por parte da economia política do trabalho, das linhas de desenvolvimento material e cultural das formações sociais capitalistas. Esse questionamento nos parece fundamental na medida em que reconhecemos que o processo de trabalho, organizado a partir da produção capitalista sob o imperativo de valorização do valor, não aponta para um horizonte emancipador, mas apenas para novas formas de alienação e constituição de hierarquias. Assim, a luta contra a alienação e em direção à emancipação demanda uma completa reestruturação do processo de trabalho, no qual os trabalhadores livremente associados possam produzir meios de vida não predatórios e dotados de sentido histórico social.

No intento de fortalecer os elementos históricos relacionados ao objeto, verificamos que o estudo da historiografia brasileira apresentou-se como fundamental para a compreensão da

participação das formas administrativas assumidas pelos regimes de governo, bem como que esta contribuiu para o delineamento das relações políticas adotadas na gestão do conflito social. Do período colonial, passando pelo período imperial e finalmente nas diversas formas de constituição da República, verificou-se que os arranjos políticos articulam as demandas internas e externas colocadas à formação social brasileira.

O genocídio indígena, o escravismo e a forma particular de constituição das relações de trabalho livre apontam para uma constante fragmentação e heterogeneidade da classe trabalhadora, motivo pelo qual identificamos elementos de continuidade que se aplicam às lutas empregadas contemporaneamente nas disputas dentro do Estado. Nesse sentido, verificamos também a relevância dos estratos das classes médias na constituição e desenvolvimento do Estado brasileiro como classe dirigente. Tais assertivas conduziram as reflexões acerca da composição parlamentar e da condução hegemônica que produziu a regulamentação do transporte individual de passageiros como elemento da precarização estrutural do trabalho.

Da mesma forma, tal incursão na particularidade da formação social brasileira foi fundamental para o reconhecimento das linhas gerais de desenvolvimento do capitalismo subalterno nacional, agenciado inicialmente como elemento da acumulação primitiva e, posteriormente, incorporado às determinações produzidas no bojo do desenvolvimento do capitalismo mundial. Esse desenvolvimento impactou centralmente nas respostas políticas, sociais e culturais de adequação da produção escravista, da produção industrial e, recentemente, do incremento tecnológico mediante automação e virtualização do processo de trabalho.

O tratamento das questões recentes, no que se refere à dimensão política das relações sociais no Brasil, apontou também para a continuidade dos movimentos de acomodação das transformações produtivas, mormente realizadas pelo alto e como processo de modernização. Como noutros momentos, a participação da classe média e a acomodação dos interesses das classes dominantes foram cruciais para que os grupos dissidentes do governo Dilma articulassem o Golpe Jurídico-político que conformou a constituição de um “novo” Bloco no Poder comprometido com a alteração do pacto social na direção da retirada de direitos e ataque às conquistas sociais em disputa desde a redemocratização.

É esse o contexto no qual a regulamentação do transporte individual de passageiros comparece na sedimentação de uma cultura do trabalho precário, visto que sua forma, seus discursos e sua condição material favorecem a imediaticidade das demandas dos trabalhadores e que os direitos trabalhistas se encontravam sob ataque direto, o que foi promovido por meio, especialmente, das reformas trabalhista e da previdência. Nesse sentido, a modernização e a

inevitabilidade do progresso técnico foram elementos culturais e discursivos vividamente presentes no ataque às garantias consideradas arcaicas ou atrasadas.

Tais medidas incrementaram o caráter fragmentário da classe trabalhadora brasileira e contribuíram, num contexto de desemprego e competitividade por meios de renda, para o espraiamento de uma cultura de trabalho precário, que se manifesta no ímpeto de reorganização do processo de trabalho. Essa reorganização, da qual o trabalho por demanda virtualizado participa, está calcada na desvinculação do trabalhador da atividade como um todo e no reforço de formas de trabalho como o trabalho por peças e o trabalho por conta própria.

A produção da cultura do trabalho precarizado deu-se a partir da necessidade do Capital nacional e internacional de aumentar sua produtividade e suas margens de lucro, imputando à classe trabalhadora os custos da modernização fundamentada na virtualização e novo controle gerencial do trabalho. É notório que o trabalho por demanda no setor de transportes é apenas uma de suas faces, considerando que a plataformização e a virtualização do trabalho se espraiam para diversas outras atividades laborais, implicando igualmente na precarização estrutural do trabalho e em novas demandas organizativas para a classe trabalhadora.

Explorando a condição material dos trabalhadores médios, especialmente de insegurança de renda, as ações políticas que ratificaram os elementos precarizantes do trabalho operaram para destituir o trabalho regulamentado de suas parcas garantias, de forma a construir um paradigma de oposição entre o desenvolvimento econômico nacional e a cidadania como proteção à condição de classe. Os matizes desse processo encontram-se explicitados por meio do caráter sócio-histórico das relações de classe no Brasil, incorporando elementos do discurso modernizador e conformando a exclusão dos trabalhadores por demanda do setor de transportes das ruínas da proteção trabalhista.

O aceleração da virtualização e toyotização do trabalho em serviços com a pandemia indicou uma transformação qualitativa na forma da alienação do trabalho por seu afastamento da realização da atividade e por sua estrita controlabilidade, conformando industrialmente os serviços virtualizados e incrementando os conflitos da alienação do trabalho e da exploração capitalista da classe trabalhadora.

Aduzindo do fato que a alternância entre a dominação e a direção política no Brasil guarda relação com o desenvolvimento econômico em cada período histórico, conforme buscamos demonstrar, verificamos a importância dos momentos de crise econômica e social para a recomposição das forças sociais, o ataque aos direitos e a constante ameaça autoritária que está sempre a um passo de se realizar em sua completude.

No bojo das formações sociais, a dialética entre sujeito e sociedade baseada nas formas de socialização demonstra que sob a produção capitalista no Brasil se realizam acomodações entre os aspectos modernizantes e a conciliação com os múltiplos interesses nacionais. Nos diversos momentos históricos fica evidente a impossibilidade de realização plena dos objetivos produtivos em razão das reminiscências de interesses entre as classes dominantes e dirigentes.

A importância fulcral do Estado na mediação dos conflitos atinentes às relações de produção e reprodução revela que a forma do Estado é altamente interdependente do processo de valorização capitalista e a ele subordinada. Por seu desenvolvimento, reconhecemos que o Estado encontra-se imiscuído no desenvolvimento da produção capitalista e que ocupa lugar fundamental na divisão social do trabalho com vistas à garantia das condições externas de produção.

Dessa forma, a instituição Estado mobiliza sua ossatura material para inscrever os interesses de classe, sendo que sua função ideológica está fundamentada na mediação política e no controle material do comportamento das classes por meio da Lei e do Direito. Sua operação ocorre, consideradas as formas políticas assumidas pelo capitalismo dependente brasileiro, sob a pressão do Sistema Internacional de Estados e se realiza historicamente como modernização reflexa.

A conflitualidade colocada em marcha com a introdução do trabalho por demanda plataformizado no setor de transportes mobilizou os estratos de classe pertencentes ao setor econômico, desde os trabalhadores do ramo de táxis e os novos trabalhadores plataformizados até os grupos econômicos que dominavam as licenças de táxis nas grandes metrópoles brasileiras e a própria empresa Uber e congêneres. No acompanhamento das contendas, realizado por meio da análise documental, reconhecemos que sua processualidade inicialmente é enviesada pelo *lobby* dos detentores de licenças de táxis e pela atuação política dos motoristas, contando com vitórias sobre o novo modelo de transporte individual, especialmente nos legislativos municipais e, num primeiro momento, no legislativo federal.

No entanto, o *lobby* das companhias de transporte em rede, especialmente da empresa Uber, garantiu a reversão das conquistas no âmbito municipal por meio das disputas judiciais, que buscaram garantir a atividade desregulamentada em nome da livre iniciativa e da liberdade econômica. Posteriormente, dado o cenário desfavorável que indicava a regulamentação com exigências mínimas que se assemelhavam às impostas ao serviço de táxis, uma intensa campanha publicitária e política buscou limar o espectro regulamentador imposto pelo

legislativo federal que, é preciso mencionar, era mínimo e não tocava substancialmente na proteção ao trabalhador.

Foi nesse contexto que identificamos que a atuação política dos trabalhadores plataformizados do setor de transportes incorpora uma cultura de trabalho precarizado que acaba por negar as pautas históricas do trabalho, num cenário embebido em conflitos corporativos e com forte incidência política do *lobby* empresarial das companhias de transporte em rede. Como processo, verificamos que a funcionalização das novas condições de trabalho e o enredamento da cultura conformam uma nova subjetividade envolvida na produção do novo trabalhador coletivo, formado nos termos da individualidade liberal burguesa e como mônada econômica lançada à competição e na busca por vantagens competitivas.

O discurso da modernização cumpriu papel fundamental no enredamento dos trabalhadores e na definição da produção do consenso legislativo, indicando um campo de transformações inevitáveis para o qual o sujeito deve estar preparado e para o qual o Estado deve dar respostas. Da mesma forma, o privatismo e as utopias de mercado sitiaram as perspectivas regulamentadoras, especialmente as que buscaram problematizar os direitos trabalhistas que muito pouco compareceram ao debate público sobre o tema.

O incremento da estrutura digital no processo de trabalho colocou uma série de novas determinações para a gestão do trabalho e para as lutas dos trabalhadores, implicando em novas formas de dominação, de territorialização e de relações laborais, as quais ganharam contornos de vigilância e estratificação. A produção do digital encontrou na ideologia da inovação e nos termos da disrupção as bases para realizar transições e refazer processos, transformando as forças produtivas, o que sinaliza para contradições intrínsecas ao modelo de desenvolvimento e os resultados de sua aplicação.

No mesmo sentido, identificamos tendências específicas da virtualização e da plataformização do trabalho, sendo que as principais remontam às estratégias da gamificação do trabalho e à prática do autogerenciamento subordinado. A gamificação opera como elemento da intensificação do trabalho, ativando estímulos à produtividade e incrementando o risco diante da forma-desafio que assume no contexto laboral. Já o autogerenciamento subordinado busca constituir uma programática para o trabalhador por conta própria plataformizado, na qual ele é incumbido das atividades típicas de gerenciamento presentes nas estruturas organizacionais dos locais de produção e oferta de serviços.

Outra tendência esmagadora nos processos de virtualização é a dataficação, que estrutura a leitura matemática do mundo sensível para operar mecanismos digitais de

classificação, organização e comando que animam as estruturas de dados como as dos algoritmos. A constituição das formas algorítmicas e seus processos correlatos formam os pontos fulcrais da nova gerência do trabalho em serviços de forma taylorizada. O cumprimento das tarefas de acordo com o programado eletronicamente, as avaliações e a autogestão necessária para o atendimento das métricas que garantem a continuidade da atividade em melhores condições operam o envolvimento do trabalhador na própria regulação da atividade, o que é coroado pela assunção do papel de parceiro empresarial das plataformas e que ganha forma ideológica, especialmente, por meio do empreendedorismo.

A manipulação ideológica, colocada no campo na sociabilidade em razão das transformações nas forças produtivas e nas relações de classe, aponta para a entronização do capital financeiro como elemento dinamizador das determinações da produção e da distribuição da riqueza socialmente produzida. Para o trabalhador que participa do processo de produção e reprodução das relações estritamente capitalistas, o recrudescimento das condições de trabalho e as diversas ameaças à sobrevivência o colocam no limiar da participação no trabalho coletivo produtivo para o capital, com indicativo da gradual e crescente substituição do trabalho vivo como horizonte tendencial, visto que a constante complexificação social do trabalho, sob as condições da produção capitalista, opera a desagregação contínua de contingentes de trabalhadores por intermédio da operação da Lei Geral da Acumulação Capitalista, processo no qual o incremento tecnológico tem papel central.

Num contexto de generalização da ideologia de mercado e observado que ela se apresenta como condição totalizante naturalizada, acaba por exercer as pressões centrais na constituição da hegemonia conformada em seus aspectos de dominação e de direção, assumindo uma função primordial no sentido positivo e real de intervenção nos conflitos sociais da produção e da reprodução. O individualismo, como expressão da individuação, aponta para tendências privatistas, contratuais e calcadas no rendimento econômico para todos os componentes do sistema produtivo.

O estabelecimento dos padrões de regulação que intervêm nos conflitos sociais inerentes à realização da atividade de trabalho encontra-se ancorado na morfologia do trabalho e é assumido pelo Estado de forma a legalizar a precarização. O processo de virtualização do trabalho aponta para uma ampliação do campo de intervenção ideológica constituinte das dinâmicas de produção e reprodução, apresentando legalidades próprias para o redimensionamento da matriz espaço-temporal recriada pelo movimento de virtualização. Essa ampliação traz requisições para o campo da linguagem comunicacional e simbólica, que

acumula e inter-relaciona seus sujeitos históricos. O campo da linguagem apresenta uma legalidade específica de um complemento necessário ao funcionamento da reprodução e também sua possível transformação. Nesse aspecto, racionaliza, se apropria e recria os mitos no movimento gnosiológico de elaboração histórica da realidade social.

Desta forma, a produção de uma cultura de precarização do trabalho assentada no desmonte das conquistas trabalhistas e na hegemonização do autogerenciamento como modelo de gestão do trabalho revela a transformação do horizonte das lutas sociais do trabalho diante da reestruturação produtiva em curso. A constituição das pautas e a deflagração das lutas apresentam-se fragmentadas e não referenciadas nas conquistas históricas do trabalho, motivo pelo qual uma conquista mínima, como o limite semanal de horas de trabalho, tem sido constantemente infringida no cotidiano de trabalho de motoristas do transporte individual de passageiros.

Se o horizonte apontado pelas tendências de precarização do trabalho mediante incremento tecnológico e virtualização do trabalho indica uma série de retrocessos, verifica-se também que acelera a dinâmica das resistências e apresenta um potencial criativo no sentido de fortalecer as conexões e incrementar a organização dos trabalhadores. Sobremaneira, tal processo é limitado em razão do controle monopolista das tecnologias da informação e da comunicação, exercido pelas *Big Techs* e orientado para o incremento da lucratividade, o que demanda ação coletiva no sentido da transformação de suas formas de existência.

Finda a jornada de aproximação às questões fundamentais da introdução e da regulamentação do trabalho por demanda plataformizado no setor de transportes, a partir da experiência do transporte individual de passageiros, esperamos ter contribuído para o registro do processo e para a reflexão crítica acerca dos movimentos em curso. Foi com base nas lições do passado que buscamos reflexionar sobre as disputas do presente, lastreando a investigação nas categorias totalidade e dialética para apreensão do movimento histórico-social em que se desenvolvem as forças produtivas e a atividade cultural, especialmente com foco na formação social brasileira.

Reconhecemos que o exercício de cercar o objeto em suas linhas constitutivas ainda requer uma série de aprofundamentos e novos estudos, os quais são de fundamental importância para o acompanhamento das consequências sociais a médio e longo prazo da virtualização e da plataformização do trabalho. Por se tratar de uma tendência que se espraia para todos os campos do mundo do trabalho, requer o reconhecimento das particularidades em cada setor e atividade,

no entanto, é notório que os engendramentos verificados no setor de transportes apontam para sua composição como elemento estrutural da precarização do trabalho.

Por último, importa destacar os impactos das novas formas de trabalho para os processos de consciência e organização das lutas dos trabalhadores, visto que a fragmentação e o isolamento implicam em dificuldades para o reconhecimento coletivo da exploração do trabalho e impactam também na luta política pela transformação social na direção da emancipação. Se a esfera cultural e ideológica ganha terreno, é fundamental que as estratégias políticas possam fazer frente à maquinaria ideológica digitalmente programada no sentido do fortalecimento das utopias de mercado. Se é possível ocupar esse espaço ou se é necessário implodi-lo, ainda não é possível determinar, mas é urgente que o espaço virtualizado de trabalho e socialização se torne mais transparente e real, de forma a acomodar o humanismo e a diversidade.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: a era do trabalhador just-in-time?. In: Estudos Avançados [online]. 2020a, v. 34, n. 98. p. 111-126. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008>. Acesso em: 02 Nov 2022.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Plataformas digitais e uberização: Globalização de um Sul administrado?. Contracampo, Niterói, v. 39, n. 1, p. 12-26, abr./jul. 2020b.

ADORNO, Theodor W. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ADORNO, Theodor W. Conceito de iluminismo: em parceria com Horkheimer. In: Textos Escolhidos. Coleção os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

ADORNO, Theodor W. Horkheimer, Max. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: A dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

AGUIAR, Pinto de. Rui e a economia brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1973.

ALBUQUERQUE, Alana Soares. Máquinas de previsão e controle e a crise do possível. In CIVITAS - Revista de Ciências Sociais. 21 (2): maio-ago. 2021, 224-234.

ALEMCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALVES, Giovanni. Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo editorial, 2011.

ALVES, Giovanni. Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho. Bauru: Canal 6, 2013.

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BAER, Werner. A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

BAGU, Sergio. Economía de la sociedad colonial. 1949. In: Libro 38: Colección Socialismo y Libertad. HIJOS, 2015. Disponível em: <https://elsudamericano.files.wordpress.com/2015/10/38-sergio-bagc3ba-coleccc3b3n.pdf>. Acesso: 11 Ago 2022.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. São Paulo: Editora 34, 2016.

BANCO MUNDIAL. Por um ajuste justo: uma agenda de reformas para o Brasil. Banco Mundial, 2018. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/pt/publication/documents->

[reports/documentdetail/099540004072219265/p16851007fd497080093d60dd84cb412140](https://www.bbc.com/portuguese/geral-49858418).

Acesso em 12 Ago 2022.

BBC News Brasil. De Uber a Nubank: as empresas que valem bilhões, mas nunca registraram lucro. Por MOTA, Camila Veras, setembro de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-49858418>. Acesso em: 13 março 2021.

BESSA, Ana Cláudia. O perfil do motorista de aplicativo no Brasil. *Movimentação*, [S. l.], v. 8, n. 14, p. 24–43, 2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/view/14406>. Acesso em: 14 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.640, de 26 de março de 2018. Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para regulamentar o transporte remunerado privado individual de passageiros. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/l13640.htm. Acesso: 02 Nov 2022.

BRASIL DEBATE *et al.* Por um Brasil justo e democrático: mudar para sair da crise. Alternativas para o Brasil voltar a crescer. 2015. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/porumbrasiljustoedemocratico-vol-02_0.pdf. Acesso em 11 Jul 2022.

BRASIL DEBATE *et al.* Por um Brasil justo e democrático: o Brasil que queremos. Subsídios para um projeto de desenvolvimento nacional. 2015. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/porumbrasiljustoedemocratico-vol-02_0.pdf. Acesso em 11 Jul 2022.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BRUNO, Miguel. Endividamento do Estado e setor financeiro no Brasil: interdependências macroeconômicas e limites. In: MAGALHÃES, João Paulo de A. et. al. Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

CADE. Rivalidade após entrada: o impacto imediato do aplicativo uber sobre as corridas de táxi porta-a-porta. Elaboração: ESTEVES, Luiz Alberto. Brasília: Departamento de estudos econômicos, 2015a.

CADE. O mercado de transporte individual de passageiros: regulação, externalidades e equilíbrio urbano. Elaboração: ESTEVES, Luiz Alberto. Brasília: Departamento de estudos econômicos, 2015b.

CADE. Nota técnica nº39/2017/DEE/CADE. Brasília: Departamento de estudos econômicos, 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Diário da Câmara dos Deputados: Ano LXXII – nº 57, 05 de Abril de 2017. CÂMARA DOS DEPUTADOS: Brasília, 2017. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020170405000570000.PDF#page=>.

Acesso: 12 Out 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Diário da Câmara dos Deputados: Ano LXXIII – nº 19, 1 de Março de 2018. CÂMARA DOS DEPUTADOS: Brasília, 2018. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020180301000190000.PDF#page=>. Acesso: 12 Out 2022.

CANN, Oliver. Necessárias reformas estruturais urgentes para ativar a competitividade e a resiliência econômica na América Latina. In: FORUM ECONOMICO MUNDIAL. News Release. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/Media/14GCR/WEF_GCRpr14_PT.pdf. Acesso em 11 Jul 2022.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula. In: MAGALHÃES, João Paulo de A. et al. Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. Sociedade em rede. 18ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

CHASIN, José. O integralismo de Plínio Salgado: forma da regressividade no capitalismo hipertardio. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1978.

CHASIN, José. A miséria brasileira 1964 – 1994: do golpe militar à crise social. *On-line*. Disponível em: <https://doceru.com/doc/c0cen5>. Acesso: 11 Jul 2022.

CHUBB SEGUROS BRASIL S/A. Condições gerais e especiais: Seguro de acidentes pessoais passageiro. Plano Coletivo SUSEP 15414.003392/2009-11, 2020. (Mimeo)

CNI - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. 101 propostas para modernização trabalhista. Brasília : CNI, 2012. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/c0/9e/c09e210e-a7bc-4e12-adfa-7edebcf73578/20130206173400990740i.pdf. Acesso em: 04 Abr 2022.

CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

COUTINHO, Carlos Nelson. Estruturalismo e a miséria da razão. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DATAFOLHA. Futuro do trabalho: Motoristas e entregadores. On-line. Datafolha; Uber. 2021. Disponível em: <https://uber.app.box.com/v/745271-datafolha>. Acesso: 02 Nov 2022.

DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho: Estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 1988.

DESCARTES, René. O discurso do método. In: Os pensadores: Descartes. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

DRAIBE, Sônia. Rumos e metamorfoses: Um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930-1960. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

DURAND, Cédric. Tecnofeudalismo: crítica de la economía digital. Livro digital: La Zebra; Kaxilda, 2021. *E-book*

EDELMAN, Bernard. A legalização da classe operária. São Paulo: Boitempo, 2016.

ERBER, Fabio Stefano. A política industrial – paradigmas teóricos e modernidade. In: TAVARES, Maria da Conceição (Org). Aquarella do Brasil: ensaios políticos e econômicos sobre o governo Collor. Rio de Janeiro: Editora Rio Fundo, 1991.

EVANGELISTA, João E. Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno. São Paulo: Cortez, 1992.

EXAME. Oportunidades disfarçadas: O taxi que poderia ter parado o Uber. 2016. Disponível em: <https://exame.com/blog/oportunidades-disfarçadas/o-taxista-que-poderia-ter-parado-o-uber/>. Acesso em 09 setembro 2020.

EXAME. Uber tem vitória na Califórnia em plebiscito sobre vínculo de motoristas. 2020. Disponível em: <https://exame.com/tecnologia/apos-votacao-motoristas-seguem-sem-vinculo-empregaticio-com-uber-e-lyft/>. Acesso em: 02 Nov 2022.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Florestan. Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. Circuito fechado: quatro ensaios sobre “poder institucional”. São Paulo: Globo, 2010.

FERRAZ, João Carlos. Modernização com exclusão: a nova política industrial e as previsões dos empresários. In: TAVARES, Maria da Conceição (Org). Aquarella do Brasil: ensaios políticos e econômicos sobre o governo Collor. Rio de Janeiro: Editora Rio Fundo, 1991.

FILGUEIRAS, Luiz et. al. Modelo liberal-periférico e bloco no poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: MAGALHÃES, João Paulo de A. et. al. Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

FONTES, Virginia. O Brasil e o capital-imperialismo: Teoria e História. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.

FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. In: Marx e o marxismo. On-line, v. 5, n. 8, jan/jun, 2017. Disponível em:

<file:///C:/Users/Cliente/Downloads/jlgmedeiros-editor-da-revista-02-artigo-virginia-fontes.pdf>; Acesso: 02 Nov 2022.

FREDERICO, Celso. Marx na pós-modernidade. In: TEIXEIRA, Francisco; FREDERICO, Celso: Marx no século XXI. São Paulo: Cortez, 2009

FUG - FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. Uma ponte para o futuro, 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em 11 Jul 2022.

FURTADO, Celso. Formação econômica da América Latina. Rio de Janeiro: Lia. Editor S.A., 1970.

G1 – PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO. Em gravação, Jucá sugere “pacto” para barrar a Lava Jato, diz jornal. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2016/05/em-gravacao-juca-sugere-pacto-para-deter-lava-jato-diz-jornal.html>. Acesso 12 Out 2022.

CGSN – Comitê Gestor do Simples Nacional. Resolução 148 de 02 de agosto de 2019. Altera a Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018, que dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional). Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=102767>. Acesso em: 19 dezembro 2020.

GHEDIN, Rodrigo. 5 pontos para entender a operação da Uber a partir de seu pedido de IPO. In: MANUAL DO USUÁRIO. Abril de 2019. Disponível em: <https://manualdousuario.net/uber-ipo-brasil/>. Acesso em: 14 janeiro 2021.

GOLDMANN, Lucien. Dialética e cultura. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.

GORENDER, Jacob. A economia colonial escravista revisitada. In: GORENDER, Jacob. Brasil em preto e branco. São Paulo: SENAC, 2000.

HARVEY, David. A condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HARVEY, David. O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HEGEL, Georg W. F. Fenomenologia do espírito. IN: Hegel: Vida e Obra. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

HIRSCH, Joachim. Teoria materialista do Estado: Processos de transformação do sistema capitalista de Estados. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

HOBSBAWM, Eric. A era dos extremos – O Breve Século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

HUWS, Ursula E. Mundo material: o mito da economia material. In: Mediações, Londrina. V. 16, n. 1, jan/jun, 2011. P. 24-54.

HUWS, Ursula Elin. Vida, trabalho e valor no século XXI: desfazendo o nó. In: Cadernos CRH, Salvador. V. 27, nº 70, jan/abr, 2014. P. 13-30.

IANNI, Octávio. Estado e capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IBGEa. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Séries Históricas. Acesso em Jul 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego.

IBGEb. Agência de notícias: PNAD Contínua Trimestral: desocupação cai em 22 das 27 UFs no segundo trimestre de 2022. Acesso em AGO 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/34641-pnad-continua-trimestral-desocupacao-cai-em-22-das-27-ufs-no-segundo-trimestre-de-2022>.

JAMESON, Fredric. Pós-Modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996.

JAMESON, Fredric. O marxismo tardio: Adorno, ou a persistência da dialética. São Paulo: Editora Unesp: Editora Boitempo, 1997.

KONDER, Leandro. Marxismo e alienação: Contribuição para um estudo ou conceito marxista de alienação. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KORYBKO, Andrew. Guerras híbridas: das revoluções aos golpes. São Paulo: Expressão popular, 2018.

KOWARICK, Lúcio. Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Editora 34, 2019.

KUMAR, Krishan. Da sociedade pós-industrial à sociedade pós-moderna. Novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

LEIRNER, Piero. Hierarquia e individualismo em Louis Dumont. Rio de Janeiro: Zahar, 2003

LEMOS, André. Dataficação da vida. In CIVITAS - Revista de Ciências Sociais.21 (2): maio-ago. 2021, 193-202.

LÊNIN, Vladimir L. Imperialismo, grau superior do capitalismo: ensaio de divulgação ao público. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

LOPES DA SILVA, Maria Lúcia. Previdência social no Brasil – (des) estruturação do trabalho e condições para sua universalização. São Paulo: Cortez, 2012.

LUKÁCS, György. Materialismo e dialética: crise teórica das ciências da natureza. Brasília: Editora Kiron, 2011.

LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social I. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social II. 1ª. Ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. Estratégias e modelos de desenvolvimento. In: MAGALHÃES, João Paulo de A. Et Al. Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MANDEL. Ernest. O capitalismo tardio. São Paulo: Abril cultural, 1982.

MAN IN THE ARENA. Gui Telles (Uber) #95. You Tube. 28 Set 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2Cjx93XWgm0&list=PLQ2wcpYDn07MCuMTu3G0tYOloJy37PRyj&index=10&t=2124s>. Acesso em 11 Jul 2022.

MARANHÃO, César Henrique. Capital e superpopulação relativa: em busca das raízes contemporâneas do desemprego e do pauperismo. In: BEHRING, Elaine Rossetti e ALMEIDA, Maria Helena Tenório (orgs.). Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS / UERJ, 2010.

MARCUSE, Hebert. O homem unidimensional: a ideologia da sociedade industrial. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da economia política: Vol. I, Livro Primeiro, Tomo 1. 2ª. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX. Karl. Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria, do Sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX. Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2010a.

MARX, Karl. Sobre a questão judaica. São Paulo: Boitempo, 2010b.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: Livro II: o processo de circulação do capital. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Combate à pobreza e desenvolvimento humano: impasses teóricos na construção da política social na atualidade. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2008.

MENDES, F. S.; CEROY, F. M. Economia Compartilhada e a Política Nacional de Mobilidade Urbana: Uma proposta de marco legal. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, Novembro/2015 (Texto para Discussão nº 185). Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em 5 de novembro de 2018.

MESSEMBERG, Débora. A elite parlamentar do pós-constituente: atores e práticas. São Paulo: Brasiliense, 2002.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MÉSZÁROS, István. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MÉSZÁROS, István. A teoria da alienação em Marx. São Paulo: Boitempo, 2016.

MIROW, Kurt R. A Ditadura dos Cartéis. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

MOTA, Ana Elizabete. Cultura da crise e seguridade social. São Paulo: Cortez, 2015.

MOURA, Clóvis. O negro: de bom escravo a mau cidadão? Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

MOURA, Clóvis. Dialética radical do Brasil negro. São Paulo: Editora Anita, 1994.

MOURA, Clóvis. Dialética radical do Brasil negro. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.

NETTO, Felipe Costa. Uber vai para a TV pela 1ª vez no Brasil (Globo | Fantástico | 16/07/2017). YouTube. 17 Jul 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yIWQSAwZ430&list=PLQ2wcpYDn07MCuMTu3G0tYOloJy37PRyj&index=1>. Acesso em 11 Jul 2022.

NETTO, José Paulo. Capitalismo e reificação. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

NETTO, José Paulo. Notas sobre democracia e transição socialista: a redefinição da democracia. In: democracia e transição socialista. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1990.

NOVAIS. Fernando A. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). São Paulo: Editora HUCITEC, 1989.

OLIVEIRA, Murilo C. S. COSTA, Joseane B. ASSIS, Anne K. B. Os motoristas da plataforma Uber: fatos, julgados e crítica. In: Revista de Estudos Institucionais. [S. I.], v. 6, n.3, p. 1269-1288, 2020. Disponível em <https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/493/650>. Acesso: 02 Nov 2022.

OLIVEIRA, Renata Couto de. Gamificação e trabalho uberizado nas empresas-aplicativo. In: Revista de Administração de Empresas [online]. 2021, v. 61, n. 4. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/yN9ZkXFfcNwyxg8T9mQxGbL/?lang=pt#>. Acesso em: 16 Jun 2022.

OLIVEIRA, Thais Reis. Ailton Krenak: próxima missão do capitalismo é se livrar de metade da população do planeta. Carta Capital, 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/ailton-krenak-proxima-missao-do-capitalismo-e-se-livrar-de-metade-da-populacao-do-planeta/>. Acesso em: 11 Nov 2022.

PICKERT, Lorena. Big Techs: o que são e o que esperar das gigantes da tecnologia em 2023?. 2022. Blog AAA Inovação. On-line. Disponível em: <https://blog.aaainovacao.com.br/high-techs-gigantes-da-tecnologia/>. Acesso: 12 Out 2022.

PINHEIRO- MACHADO, Rosana. STALCO, Lucia M. Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo. In: *Cadernos IHU Ideas*. Disponível em: https://www.academia.edu/37751341/Da_Esperanca_ao_Odio_Pobreza_e_Politica_do_lulismo_ao_bolsonarismo. Acesso em: 11 Jul 2022.

POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

RIBEIRO, Darcy. Estudos de antropologia da civilização: as Américas e a civilização, processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. Petrópolis: Vozes, 1977.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Global, 2015.

ROCHA, Décio. DEUSDARÁ, Bruno. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. In: ALEA. Vol. 7 N° 2 Jul – Dez, 2005. p. 305-322.

SAAD FILHO, Alfredo. MORAIS, Lecio. Brasil: neoliberalismo versus democracia. São Paulo: Boitempo, 2018.

SAES, Décio. Classe média e política na Primeira República brasileira (1889-1930). Petrópolis: Vozes, 1975.

SAES. Décio. A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SAES, Décio. República do capital: capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

SALIM LEAL, Carlos Alberto. Reificação da cultura e desertificação da política. 2011 (mimeo).

SÁ SILVA, Jackson Roni Et. Al. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. In: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Ano I - Número I – Julho, 2009.

SENADO FEDERAL. Diário do Senado Federal nº 165: Ano LXXII. 1º de novembro de 2017. SENADO FEDERAL: Brasília, 2017. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/21153?sequencia=1>. Acesso 12 Out 2022.

SENADO FEDERAL. Disponibilizado abaixo-assinado contrário ao PLC nº 28/2017, recebido na Secretaria Geral da Mesa, em 10.10.2017. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7248007&ts=1630414661357&disposition=inline>. Acesso em: 11 Jul 2022.

SCHAFF, Adam. A sociedade informática: as consequências sociais da segunda revolução industrial. São Paulo: Editora da Universidade Paulista: Brasiliense, 1995.

SIN-LÉQI-UNNÍNNI. Ele que o abismo viu: epopeia de Gilgámesh. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

STANDING, Guy. O precariado: A nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

SCHOLZ, Trebor. Cooperativismo de plataforma: contestando a economia do compartilhamento colaborativa. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Editora Elefante; Autonomia Literária, 2016.

SCHWAB, Klaus. Aplicando a quarta revolução industrial. São Paulo: Edipro, 2018.

SLEE, Tom. Uberização: A nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

SUNDARARAJAN, Arun. Economia compartilhada: o fim do emprego e a ascensão do capitalismo de multidão. São Paulo: Editora SENAC/SP, 2018.

TEIXEIRA, Francisco. Marx, ontem e hoje. In: TEIXEIRA, Francisco; FREDERICO, Celso: Marx no século XXI. São Paulo: Cortez, 2009.

THOMPSON. Edward P. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL. Transformação digital. Disponível em: <http://www.transformacao.digital/images/apresentacao.pdf>. Acesso em 11 Jul 2022.

UBER. Newsroom. Uber completa 5 anos de Brasil com 2,6 bilhões de viagens realizadas. Por Crislaine Costa. 2019. Disponível em: <https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/uber-completa-5-anos-de-brasil-com-26-bilhoes-de-viagens-realizadas>. Acesso em: 12 janeiro 2021.

UBER. Produtos. Seguro para passageiros e motoristas parceiros na plataforma da Uber no Brasil. Publicado em 11 julho 2016. Disponível em <https://www.uber.com/pt-BR/blog/seguro-para-passageiros-e-motoristas-parceiros-na-plataforma-da-uber-no-brasil/>. Acesso em 17 de janeiro 2021.

UBER. Anual report – 2019. San Francisco/CA: UBER TECHNOLOGIE, INC, 2020.

UBER. Chubb Seguros e Uber Eats: Apoiando você em todas as suas viagens de entrega. Publicado em 10 dezembro 2020. Disponível em: <https://www.uber.com/pt-BR/blog/uber-cobertura-seguros/>. Acesso em 14 Janeiro 2021.

UCLA. Labor Center. More than a GIG: A survey of ride-hailing Drivers in Los Angeles. Los Angeles/CA: UCLA – Institute for research on Labor and employment -. Labor Center – Labor Studies Minor, 2018. Disponível em: <https://www.labor.ucla.edu/wp-content/uploads/2018/06/Final-Report.-UCLA-More-than-a-Gig.pdf>. Acesso: 10 Jan 2021.

VEIGA, Edison. "'Plataformização' do trabalho é uma bomba-relógio política". In: DEUTSCH WELLE. Política: Brasil. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/plataformiza%C3%A7%C3%A3o-do-trabalho-%C3%A9-uma-bomba-rel%C3%B3gio-uma-m%C3%A1quina-pol%C3%ADtica/a-61478392>. Acesso em 09 Ago 2022.

VIDIGAL, Viviane. Ininterrupto e infinito: o trabalho no capitalismo de plataforma. In: Revista Brasileira de Direito Social, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 71-84, 2021b. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/148-Texto%20do%20artigo-497-1-10-20211028.pdf>. Acesso: 02 Nov 2022.

WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria da cultura marxista. In: Cultura e Materialismo. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WILLIAMS, Raymond. Televisão: Tecnologia e forma cultural. São Paulo: Boitempo; Belo Horizonte, MG: PUC Minas, 2016.

WORLD ECONOMIC FORUM. The Global Competitiveness Report 2014–2015. World Economic Forum: Genebra, 2014. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_GlobalCompetitivenessReport_2014-15.pdf. Acesso em: 11 Jul 2022.

ZUBOFF, Shoshana. The age of surveillance capitalism: the fight for human future at the new frontier of power. Nova Iorque, 2018.